



Sur le **journalisme**  
About **journalism**  
Sobre **jornalismo**

Vol 6, n°1 - 2017



POBREZA  
E JORNALISMO  
POVERTY  
AND JOURNALISM  
PAUVRETÉ  
ET JOURNALISME

## EDITEURS / EDITORS / EDITORES

François Demers (Université Laval, Canada) • Florence Le Cam (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Fábio Henrique Pereira (Universidade de Brasília, Brasil) • Denis Ruellan (Université Paris-Sorbonne, France)

## CONSEILS SCIENTIFIQUES / SCIENTIFIC BOARD / CONSELHOS CIENTÍFICOS

Zélia Leal Adghirni (Universidade de Brasília, Brasil) • Henri Assogba (Université Laval, Canada) • João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal) • Jean Charron (Université Laval, Canada) • Rogério Christofolletti (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) • Béatrice Damian-Gaillard (Université de Rennes 1, France) • Salvador De León (Universidad Autónoma de Aguascalientes, Mexico) • Juliette De Maeyer (Université de Montréal, Canada) • Javier Diaz Noci (Universidad Pompeu Fabra, España) • David Domingo (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Chantal Francoeur (Université du Québec à Montréal, Canada) • Marie-Soleil Frère (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Mike Gasher (Concordia University, Canada) • Gilles Gauthier (Université Laval, Canada) • María Elena Hernández Ramirez (Universidad de Guadalajara, Mexico) • Thais de Mendonça Jorge (Universidade de Brasília, Brasil) • Eric Lagneau (LIER – EHESS, France) • Sandrine Lévêque (Université de la Sorbonne, France) • Kenia Beatriz Ferreira Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil) • Pere Masip Masip (Universidad Ramon Llull, España) • Cláudia Mellado Ruiz (Universidad de Santiago, Chile) • Dione Oliveira Moura (Universidade de Brasília, Brasil) • Véronique Nguyen-Duy (Université Laval, Canada) • Greg Nielsen (Concordia University, Canada) • Raúl Hernando Osorio Vargas (Universidad de Antioquia, Colombia) • Sylvain Parasie (Université Paris-Est, France) • Laura Pardo (Universidad de Buenos Aires, Argentina) • Valérie Jeanne Perrier (Université Paris-Sorbonne, France) • Guillaume Pinson (Université Laval, Canada) • Mauro Pereira Porto (Tulane University, USA) • Franck Rebillard (Université Sorbonne nouvelle, France) • Viviane Resende (Universidade de Brasília, Brasil) • Rémy Rieffel (Université Panthéon-Assas, France) • Roselyne Ringoot (Université Grenoble Alpes, France) • Julien Rueff (Université Laval, Canada) • Eugénie Saitta (Université de Rennes 1, France) • Lia Seixas (Universidade Federal da Bahia, Brasil) • Nikos Smyrniotis (Université Toulouse 3, France) • Jean-François Têtu (IEP de Lyon, France) • Marie-Eve Thérenty (Université Paul Valéry, France) • Annelise Touboul (Université de Lyon 2, France) • Adeline Wrona (Université Paris-Sorbonne, France)

## EQUIPE ÉDITORIALE / EDITORIAL TEAM / EQUIPE EDITORIAL

Cristiano Anunciação (assistant éditeur) • Elodie Bourgneuf, Textotexte (correction) • Yann Le Sager, Zen-at-work.com (conception graphique) • Helmut Obermeier (traduction) • Cédric Tant (traduction) • Victor Wiard (assistant éditeur et traduction)

La revue est présente en ligne ([www.surlejournalisme.com/rev](http://www.surlejournalisme.com/rev)). L'intégralité des articles est consultable. Vous pouvez vous inscrire pour connaître les appels à publication, les parutions de nouveaux numéros. Vous pouvez aussi déposer vos propositions d'article directement sur cet espace.

The Journal is online ([www.surlejournalisme.com/rev](http://www.surlejournalisme.com/rev)). Its articles are all available for consultation. You can subscribe to be informed of the calls for publication as well as the new publications. You may also upload your own proposals on the platform.

A revista está disponível online ([www.surlejournalisme.com/rev](http://www.surlejournalisme.com/rev)). A versão integral de todos os artigos pode ser consultada. Você pode se cadastrar para ser avisado sobre a abertura de uma chamada de trabalhos ou publicação de uma nova edição da revista. Neste espaço, você também pode submeter um artigo.

## Numéros publiés - Published issues - Números publicados

- 2016** *Vol. 5, n°2*  
Normas dos pesquisadores -&- Éditorial et débat public (numéro double)  
Norms of researchers-&- Editorial and public debate (double issue)  
Normas dos pesquisadores -&- Editorial e debate público (edição dupla)
- Vol. 5, n°1*  
Correspondants à l'étranger  
Foreign Correspondents  
Correspondantes internacionais
- 2015** *Vol. 4, n°2*  
Online Journalism and its Publics  
Le journalisme en ligne et ses publics  
O jornalismo online e seus públicos
- Vol. 4, n°1*  
Journalisme et réseaux sociaux  
Journalism and Social Networking Sites  
Jornalismo e redes sociais
- 2014** *Vol. 3, n°2*  
Journalisme et dispositifs mobiles  
Journalism and Mobile Devices  
Jornalismo e dispositivos móveis
- Vol. 3, n°1*  
Les invisibles du journalisme -&- L'image d'actualité (numéro double)  
Journalism's 'invisibles' -&- The news image (double issue)  
Os invisíveis do jornalismo -&- A imagem noticiosa (edição dupla)
- 2013** *Vol. 2, n°2*  
Le « Gouvernement » des journalistes  
The "Government" of journalists  
O "governo" dos jornalistas
- Vol. 2, n°1*  
Sources et flux de nouvelles  
Sources and flow of news  
Fontes e fluxos de notícias
- 2012** *Vol. 1, n°1*  
L'entretien de recherche avec des journalistes  
Research interviews with journalists  
A entrevista de pesquisa com jornalistas



# Sumário Summary Sommaire

## Pobreza e jornalismo Poverty and Journalism Pauvreté et journalisme

Pobreza e jornalismo: práticas transformadoras? .....	4
Introdução	
Poverty and Journalism: Transformative Practices? .....	12
Introduction	
Pauvreté et journalisme : pratiques en mutation ?.....	20
Introduction	
Pobreza y periodismo: ¿prácticas transformadoras? .....	30
Introducción	
<i>Viviane de Melo Resende, María Laura Pardo, Greg Nielsen</i>	
A política das imagens e a pobreza .....	38
Mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013 <i>Ângela Cristina Salgueiro Marques</i>	
Las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticieros e historias de vida .....	56
<i>Analía Zilber</i>	
Estigmatização dos moradores de periferia em casos de “violência urbana” .....	74
<i>Paula de Souza Paes</i>	
Por uma estética jornalística da pobreza .....	86
<i>Augusto Machado Paim</i>	
O jornalismo que cala a periferia .....	102
A dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza <i>Mônica C. P. Sousa</i>	

Content with Diversity.....	116
An interview and textual analysis based on the Huffington Post crowdfunded Ferguson coverage <i>John Delva</i>	
Pessoas em situação de rua .....	130
O que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer? <i>Suzana Rozendo Bortoli</i>	

#### VARIAS

---

Journalistes et relationnistes.....	144
Une relation obligée où les journalistes s'aménagent des espaces d'autonomie <i>Chantal Francoeur</i>	
Les webdocumentaires, un terrain d'expérimentation numérique.....	158
<i>Chloë Salles, Laurie Schmitt</i>	
Être reporter sans le titre ? .....	172
Les reconfigurations poétiques de la chronique à l'heure de l'invention de l'enquête (1870-1890) <i>Mélodie Simard-Houde</i>	
Recruter en période de crise .....	188
ou l'effritement d'un huis clos journalistique <i>Olivier Standaert</i>	



# Pobreza e jornalismo: práticas transformadoras? Introdução

VIVIANE DE MELO RESENDE

Profesora  
Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade  
Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,  
Sociedade e Cooperação Internacional  
Universidade de Brasília, Brasil  
resende.v.melo@gmail.com

MARÍA LAURA PARDO

Directora e Investigadora  
Departamento de Lingüística  
Centro de Investigaciones  
en Antropología Filosófica y Cultural  
Consejo Nacional de Investigaciones  
Científicas y Técnicas  
Profesora de Análisis lingüístico  
de los medios masivos de comunicación  
Facultad de Filosofía y letras  
Universidad de Buenos Aires, Argentina  
pardo.linguistica@gmail.com

GREG NIELSEN

Profesor  
Department of Sociology and Anthropology  
Co-Director Concordia Center for Broadcasting  
and Journalism Studies  
Concordia University, Montréal, Canada  
gregmarcnielsen@hotmail.com



e acordo com as Nações Unidas, em todo o mundo há cerca de 100 milhões de pessoas vivendo nas ruas, 600 milhões vivendo em abrigos e mais de um bilhão em situações de habitação precária (ONU, 2011). Um relatório recente da Oxfam alertou sobre a terrível desigualdade ao redor do mundo, mostrando que os oito homens mais ricos do planeta possuem recursos comparáveis aos disponíveis para os 3.600.000.000 mais pobres, metade da população mundial (Oxfam, 2016). A definição econômica convencional de pobreza extrema aplica-se a mais de 20% dos habitantes do planeta que vivem com renda inferior a um dólar por dia, enquanto a pobreza relativa, também um indicador economicamente restrito, inclui outros 20% da população mundial que vivem com menos de dois dólares e meio por dia (Davis, 2006). A pobreza não está restrita ao Sul Global. Aqueles/as que estão abaixo da linha de pobreza no Canadá, Estados Unidos e Europa – uma categoria que inclui muitas vezes imigrantes recentes desempregados/as, especialmente nas principais cidades europeias (OECD, 2013) – agora representam até 40% da população em algumas regiões (HUD, 2012; Statistics Canada, 2011; Fréchet *et al.*, 2011; OECD, 2011). Esse fato contradiz fortemente a percepção generalizada de que a maioria das pessoas no Ocidente é de classe média. Estima-se que três milhões de estadunidenses e 300 mil canadenses se tornaram sem-teto desde a recessão de 2008 (Weissman, 2013).

## Pour citer cet article

### Référence électronique

Viviane de Melo Resende, María Laura Pardo, Greg Nielsen « Pobreza e jornalismo: práticas transformadoras?. Introdução », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

A pobreza é um sério problema social global (Alcock, 2006), com consequências desastrosas para a vida de milhões de pessoas no mundo. No entanto, a cobertura da pobreza, incluindo o que poderia ser chamado de sua indústria circundante (organizações não governamentais, organizações intergovernamentais e organismos internacionais), é frequentemente distorcida, apagada ou naturalizada de várias maneiras por jornais, transmissões e outros veículos de mídia (Pardo April 2008; Silva, 2009; Pardo, 2012; Pardo e Noblía, 2015, 2016; Resende, 2016a). Embora a questão da pobreza continue a ser um dos mais importantes itens de notícias globais, é também um dos mais negligenciados (Lugo-Ocando, 2015). Essas populações interseccionais são as mais marginalizadas em termos de acesso ao poder dos meios de comunicação convencionais (Hill-Collins e Bilge, 2016).

Dois fatores sócio-históricos precisam ser contextualizados para ajudar a entender a negligência na cobertura da pobreza, local e globalmente. Primeiramente, precisamos colocar em contexto a transição em curso nos sistemas de produção da indústria de notícias, e, em segundo lugar, precisamos explicar por que as práticas jornalísticas são difíceis de mudar, e ao mesmo tempo teorizar a capacidade existente do ecossistema de notícias para criar formas narrativas distintas e enquadramentos para temas de pobreza. A seguir esboçamos os contextos gerais para os sistemas de produção e, na próxima seção, propomos uma discussão da capacidade do sistema (ou sua incapacidade) de abordar assuntos de pobreza não apenas a partir de pontos de vista particulares e diversos, mas também de uma perspectiva que tome populações empobrecidas como públicos-alvo para informações.

Com relação às mudanças nos sistemas de produção e nas práticas jornalísticas, Hallin e Mancini (2012) observam que a mídia no Norte Global tende a ser pluralista em termos de fatos e gêneros de informação híbrida, em termos de sua origem em organizações públicas e privadas, o que tenderia a manter certa autonomia em relação a partidos políticos. Enquanto as indústrias de jornais – meio que continua a empregar o maior número de jornalistas profissionais – têm experimentado um forte crescimento na última década em regiões da Ásia, da África da América Latina, na América do Norte o pessimismo sobre o futuro econômico e o papel cívico de uma mídia de notícias pluralista tem se espalhado (WAN, 2008; WAN 2015). A adição de cerca de cinco mil novos jornalistas “digitais” trabalhando com uma variedade de *startups on-line* nos EUA não chegaram perto de substituir a perda de mais de 20 mil posições em redações durante a última década (Pew, 2015). Os relatórios sobre a chamada ‘crise no

jornalismo’ (Gasher *et al.*, 2016; Alexander *et al.*, 2016; Sabés Turmo y Verón Lassa, 2012) estão cada vez mais buscando subsídios ao estilo europeu, que poderiam apoiar a indústria de notícias a atravessar sua transição digital (Miles, 2016; Benson 2014). Ao mesmo tempo, a Europa lamenta a perda do antigo monopólio dos serviços públicos de radiodifusão para o setor privado e os (supostos) imperativos da economia neoliberal.

O modelo pluralista é mais polarizado no Sul Global, num balanço desequilibrado em que a menor parte compõe-se de organizações públicas e com forte predominância de organizações privadas alinhadas a partidos políticos (Hallin e Mancini, 2012). O Brasil é uma exceção a isso, na medida em que suas organizações de mídia têm sido de propriedade privada desde o início, e embora tenha havido uma mudança precoce na direção das reportagens baseadas em fatos, apartadas do paralelismo entre imprensa e partidos políticos (Albuquerque, 2011), esse processo foi interrompido durante os anos de ditadura (1964-1985), e a polarização tornou-se ainda mais expressiva no contexto da recente crise política e do golpe institucional de 2016. A maioria dos países da América Latina experimentou diferentes formas de regimes autoritários que atuaram diretamente na criação de grandes conglomerados privados, e largamente incontestados, como a Globo, no Brasil, e a Televisa, no México, assim como os “duopólios”: na Argentina, o Grupo Clarín e a Telefônica, e o Grupo Phillips e Cisneros, na Venezuela (Moto, 2011). No Peru, no Equador e em muitos outros países da região, há uma mistura de propriedades, com alguns conglomerados públicos, mas principalmente familiares. Em quase todos os casos, historicamente “grupos de mídia familiares se tornaram aliados do regime na busca do poder político” (Guerrero e Márquez-Ramírez, 2014, p. 55). Obviamente, essas características do ambiente jornalístico repercutem na representação de problemas sociais ligados à desigualdade de distribuição de recursos materiais e simbólicos (Villarruel, 2014).

Ambos os sistemas, o de monopólio/ duopólio privado e o pluralista, estão se transformando a diferentes velocidades hoje, com uma série de pressões bem documentadas que atentam contra os ideais cívicos e a viabilidade econômica daquilo a que poderíamos chamar ‘a instituição do jornalismo’. A instituição não tem corpo, voz e ponto de vista, exceto aqueles de porta-vozes que são principalmente jornalistas (Nielsen, 2016a), que são “situados, seguros de si, interessados, libidinosos, e, portanto, condenados à inevitabilidade de ‘ponto de vista’” (Boltanski 2011, 84) – é claro que toda pretensão à objetividade cai por terra. Jornalistas profissionais consideram-se responsáveis pela reali-



zação do ofício, reproduzindo seus códigos, métodos e técnicas, legitimando ideais, mas sabendo que não podem agir sem as infraestruturas organizacionais e tecnológicas e suas complexas relações de trabalho, capital e Estado. A transformação no lado organizacional da instituição coloca pressão sobre o ofício de variadas maneiras. Essas pressões diferem enormemente entre regiões e variam desde desregulamentação e aumento da concentração corporativa até intervenção aberta, intimidação e censura nos contextos mais autoritários. O colapso dos fluxos de receita publicitária, a inovação tecnológica e o aumento da fragmentação da audiência conduzem assim a convergência das plataformas de mídia e a perda de canais de notícias locais.

Como consequência, do ponto de vista da notícia, parece que permanece uma dualidade entre a cobertura jornalística instituída (de organizações comerciais e não comerciais), que enfatiza algumas práticas padrão (com a excessiva presença de fontes governamentais ou empresariais externas sobre a cobertura, a seleção e o tratamento de notícias baseadas em valores-notícias tradicionais), por um lado, e, por outro, os movimentos de jornalismo cidadão promovidos por outros atores sociais para impactar ou interromper agendas públicas mediadas e possivelmente instituindo novas práticas jornalísticas (Silva, 1998). Ao mesmo tempo, o jornalismo cidadão (com e sem controle editorial) surgiu paralelamente à fusão entre notícia e entretenimento, e a invasão da indústria de relações públicas. Enquanto a ascensão das mídias sociais tem mostrado muito potencial emancipatório, também levou ao retorno do jornalismo sensacionalista e da imprensa “marrom” (notícias falsas) (Park, 1923) em grande escala, o que levanta necessariamente as questões: “De onde vem a notícia? O que é verdade? O que não é? Qual é a agenda, se houver, do editor?” (Doctor, 2016a). A verdade é que uma descrição detalhada do modo como essas pressões estão afetando a cobertura jornalística e a representação da pobreza ainda está por ser feita.

Não precisamos olhar muito para descobrir os efeitos negativos que parecem ter deteriorado um século de valores supostamente comprometidos com o relato autônomo, equilibrado, baseado em fatos e verificado pela instituição do jornalismo. Em nenhuma época esses valores foram mais ameaçados do que em 2016, impactando sobre os resultados inesperados das eleições presidenciais estadunidenses, a votação do Brexit e o golpe constitucional contra a presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff. Não se trata apenas de uma mudança ideológica em direção ao autoritarismo de direita, às grandes empresas e seus interesses comerciais, à militarização ou ao bode expiatório das minorias, mas em muitos

casos de uma fabulosa negação dos fatos sociais que jornalistas acreditam expor como um contraponto democrático. Um comentarista estadunidense resumiu assim: “O declínio dos modelos de negócio dos meios de comunicação de massa, o aumento contínuo de *feeds* sociais personalizados e o conteúdo que se espalha facilmente dentro deles (...): estes estão, como a expansão do universo, afastando-nos em todas as direções” (Benton, 2016).

Esta edição de *Sobre jornalismo – About journalism – Sur le journalisme* inclui contribuições que procuram, em relação à temática da pobreza, desfazer a complexa combinação de forças políticas, organizacionais e criativas que lutam entre si para definir a ‘boa’ prática jornalística. Isso significa situar a análise em relação às tensões sociológicas e à diversidade das estruturas sociais e organizacionais, considerando as práticas discursivas. As atitudes e os antecedentes jornalísticos, a consistência editorial, os níveis de verificação exigidos e as culturas profissionais diferem enormemente em vários meios de comunicação, mas ainda mais entre regiões nacionais e globais. Em todos os lugares jornalistas levantam questões sobre a pobreza. Como populações empobrecidas são nomeadas, representadas, classificadas? São representadas como números? Quais são os lugares focalizados pelo jornalismo quando se cruza com a pobreza? Como podemos mudar práticas representacionais carregadas de preconceitos? Que meios poderiam facilitar essas mudanças? Como populações empobrecidas são representadas em imagens? Quais os papéis de gênero, raça e classe (e suas interseccionalidades) nas coberturas? Por que as imagens dos “mais pobres dos pobres” são tão atraentes jornalisticamente? Essas são algumas das questões relevantes levantadas pelos sete artigos publicados no presente dossiê. Em seguida, procuramos esboçar brevemente algumas destas questões, ao passo em que apresentamos os artigos deste volume.

---

#### PODEM POPULAÇÕES EMPOBRECIDAS ECOAR VOZES NOS ECOSISTEMAS JORNALÍSTICOS ATUAIS?

---

É importante não reduzir os múltiplos níveis de significados culturais que jornalistas criam aos imperativos político-econômicos e às contradições das crises emergentes na indústria de notícias. Por um lado, como já dissemos, a história e a crítica da economia política das organizações de mídia que cobrem a pobreza ainda não foi escrita. Por outro lado, não se devem ignorar as iniciativas transformadoras de instituições de jornalismo que buscam incluir atores e grupos sociais, de que trata como ‘assunto’, também como destinatários de notícias.



Continua a existir um papel político importante que jornalistas cumprem ao “moldar” notícias sobre pobreza, e isso deve ser discutido. No primeiro artigo deste dossiê (“A política das imagens e a pobreza: mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013”), Ângela Marques focaliza implicações do uso ostensivo de imagens de pobreza na atividade jornalística, argumentando que além de constituir uma “grande galeria de sofredores[as] não identificados”, esse uso também reforça a capacidade narrativa das imagens. Refletindo sobre a relação entre pobreza e fotojornalismo, ela investiga os elementos expressivos que caracterizam situações de pobreza em imagens. Se é verdade que o jornalismo hegemônico tem se apoiado em um enquadramento de histórias sobre a pobreza baseado em sentidos de ‘caridade’ – o que pode ser e de fato é questionado –, também é verdade que o foco em problemas relacionados à falta de acesso, por parte de porções significativas da população mundial, a recursos materiais e simbólicos tem sido frequentemente ausente ou superficial.

É verdade também que notícias nesse tipo de jornalismo (hegemônico) associam com demasiada facilidade pobreza e violência, como Pardo Abril (2008) apontou para o caso colombiano e como Pardo (2013; 2014) discutiu para o caso argentino. Dois trabalhos neste volume abordam a associação, nos meios de comunicação, entre pobreza e violência. Analía Zilber, em “*Las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticieros e historias de vida: entre la pasividad y la agenticidad*”, destaca representações discursivas de moradores/as de comunidades empobrecidas em Buenos Aires. Zilber aplica diferentes métodos e teorias linguísticas para análise de histórias de vida, de notícias do Telenoche e de notícias da *Visión Siete Central*, e seus resultados de pesquisa apontam para a estigmatização dessas comunidades. Por sua vez, em “*Mídias francesas e estigmatização dos moradores de periferia em casos de ‘violência urbana’*”, Paula Paes também discute a associação entre pobreza e delinquência na representação de periferias nos meios de comunicação, focalizando o caso francês. Ela argumenta que o problema da violência urbana é também resultado de um trabalho de definição e, portanto, estudiosos/as da representação na mídia devem se perguntar: a quem se refere a violência e que questões são levantadas sobre o tema? O foco do artigo, então, é a discussão de uma perspectiva que investiga as condições sociais da produção de informação e a construção da realidade, de que a mídia participa.

Como os dois artigos sublinham, essa abordagem comum tende a evitar reportagens de investigação crítica. No entanto, também é verdade que o jorna-

lismo alternativo, como jornais de rua, mídia comunitária, jornalismo cidadão e algumas mídias sociais, bem como redes emergentes de televisão e algumas emissoras públicas, buscaram outras formas de associação entre jornalismo e pobreza. Várias formas de jornalismo cívico têm procurado estabelecer diferentes relações políticas quando se trata de abordar comunidades empobrecidas como audiências potenciais de reportagens, por exemplo relatando ações protagonistas assumidas por grupos subalternos (Acosta, 2012). Considerando a dinâmica envolvida no funcionamento dos gêneros narrativos e seu potencial, no artigo “*Por uma estética jornalística da pobreza*”, Augusto Paim pergunta-se se o jornalismo convencional, supostamente objetivo, pode contribuir para o exercício da cidadania e da humanidade. É possível produzir conteúdo socialmente engajado em um formato conservador? O autor conclui que, mesmo se abordar questões sociais, o jornalismo tradicional é incapaz de provocar transformações quando utiliza os formatos consagrados e as técnicas que simulam objetividade. Assim, ele argumenta que a prática de um jornalismo socialmente engajado deve ser baseada em uma estética apoiada por técnicas narrativas vindas das artes. Teorizar o poder cultural do jornalismo, sua ética profissional e autonomia relativa de forças econômicas e políticas significa explicar o que o torna um campo distinto de prática cultural que pode moldar símbolos de representação coletiva a partir da abordagem de assuntos que são selecionados como notáveis (Alexander, 2015; Bourdieu, 2005). O que é facilmente esquecido em descrições que favorecem o suposto papel autônomo de jornalistas são as contradições interpretativas entre os sujeitos das reportagens e os públicos-alvo a que a maioria dos meios de comunicação social se dirige (Boltanski, 2011). Além do problema de uma pluralidade de vozes e perspectivas que dizem definir “o bom jornalismo” através de um sistema assumido de controles e contrapesos (Benson, 2014), precisamos problematizar a maneira como o jornalismo é capaz de imaginar sua audiência sem se dirigir aos sujeitos sobre os quais constrói seus relatos.

Por exemplo, quando e onde jornalistas relatam as vozes de pessoas oriundas de comunidades empobrecidas (ou, mormente, de agências, grupos ou indivíduos que falam por ou sobre elas), elas são enquadradas principalmente em termos racionais e tons morais que são legitimados por referência a dados independentes ou governamentais, testemunhos de especialistas ou opiniões de fontes acadêmicas (Nielsen, 2008; Resende, 2016b). Citações emocionais, como no gênero emergente dos EUA que favorece as narrativas emocionais em primeira pessoa (Schudson, 2016), são projetadas para fomentar uma resposta no ‘leitor imaginado’ ou um gancho para a narrativa padrão, que muitas vezes estigma-

tiza a pessoa em situação de drogadição, de ocupação ilegal, ou a vítima de fome ou desastre natural. Narrativas multimodais (textos verbais e visuais) e multiplataforma (tweets, blogs, snapchat etc.), bem como peças de opinião editadas, documentários, cartas aos editores e relatos de histórias podem fornecer, e por vezes fornecem, suportes importantes para críticas à opressão, ou podem simplesmente testemunhar a injustiça. No entanto, raramente se encontram relatos originais que reconheçam a subjetividade imediata da pobreza ou as causas estruturais da desigualdade que a originam.

---

### COMO JORNALISTAS TÊM RECONHECIDO AS DIVERSAS SITUAÇÕES DE POBREZA?

---

No uso convencional de tons racionais ou morais e na habilidade da forma de uma terceira pessoa que separa o/a jornalista dos assuntos das reportagens, a notícia corre o risco de congelar a experiência da pobreza em um segundo nível mais distanciado de reconhecimento (Nielsen, 2016b). Jornalistas profissionais muito frequentemente evitam colocar-se na história por boas razões. A distância do assunto ajuda a manter a credibilidade e, para alguns, um nível de distanciamento seria essencial para esforçar-se por um senso de objetividade, equilíbrio e precisão. Isso faz sentido para o jornalismo *watchdog*, que conta histórias sobre governos, instituições ou assuntos oficiais. Mas precisamos questionar essa necessidade de distância em relatos de tipos complexos de exclusão ocultos sob a pobreza.

Neste volume, o problema da objetividade é abordado no artigo “*O jornalismo que cala a periferia: a dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza*”. Monica Sousa problematiza discrepâncias entre a teoria e a prática jornalísticas, apontando que os rituais jornalísticos se tornam forças estratégicas que contradizem a essência ‘social’ que os rituais de objetividade, imparcialidade e verdade parecem defender. A autora propõe, então, o conceito de dislexia discursiva que, segundo ela, assegura estratégias jornalísticas para manter um *status quo* “subalterno”, no qual os/as habitantes das periferias estão “imersos em sua historicidade mediática”, o que traz o efeito potencial de imobilizar resistências. Por outro lado, John Delva, em seu artigo, aborda a questão da cobertura da violência policial de base racial nos Estados Unidos, provocando uma reflexão sobre o potencial de notícias para impactar os movimentos sociais. Em “*Content with diversity: an interview and textual analysis based on the Huffington Post crowd-funded Ferguson coverage*”, Delva argumenta que a cobertura ampla da brutalidade policial contra

populações racializadas pode servir como evidência para ativistas e famílias de vítimas, desempenhando uma importante função de mobilização social em torno de questões interseccionais sensíveis ligando classe e raça.

Tomados em conjunto, esses dois trabalhos ilustram a dupla articulação do discurso na sociedade, destacando seu potencial para manter e transformar as desigualdades sociais. Operando a partir de entendimentos convencionais de noticiabilidade e sobre a audiência imaginada para seus textos, jornalistas criam categorias de relevante e irrelevante, compatível e incompatível, divisões que Lugo-Ocando (2015) chama “*othering*”. Silverstone (2007) emprega o conceito de “mediapólis” para descrever o espaço público mediado em que nos envolvemos com identidade e alteridade. Este trabalho discursivo, no entanto, pode levar a resultados inesperados, incluindo possibilidades de apropriação, como aquelas apontadas no artigo de Delva.

A ausência do primeiro nível de reconhecimento subjetivo ao relatar os assuntos da pobreza também assume a forma do que Nancy Fraser chama de “subordinação por status”. Por exemplo, quando os noticiários exibem aberturas ‘caridosas’ para “ajudar” pessoas e comunidades empobrecidas, do ponto de vista das intenções de jornalistas isso não parece criar qualquer impedimento ao reconhecimento de primeiro nível. Mas o reconhecimento de primeiro nível requer uma forma dialógica de contato (uma segunda pessoa, um ‘você’) que abordaria os próprios sujeitos como cocriadores do texto (Bakhtin, 1984). A ausência do primeiro nível de reconhecimento, por meio do enquadramento e da forma em terceira pessoa, não significa que o sujeito é “simplesmente mal pensado, desprezado ou desvalorizado nas atitudes, crenças ou representações dos outros. É antes negado o *status* de parceiro pleno na interação social” (Fraser, 2000: 113).

Em seu artigo publicado neste volume, “*Pessoas em situação de rua: o que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer?*”, Suzana Rozendo focaliza uma pergunta original sobre o público: considerando as maneiras como pessoas em situação de rua são representadas nos principais meios de comunicação, qual é a opinião de profissionais que lidam com essa população sobre as notícias de jornais? Seu propósito no trabalho, então, é desvendar o posicionamento de profissionais que lidam diretamente com pessoas em situação de rua a respeito de notícias sobre o tema. Assim, seu texto promove uma crítica da mídia por vezes que são afetadas pela notícia em seu desempenho profissional, uma vez que representação também é uma forma de ação.

Mesmo que os meios de comunicação convencionais regularmente nomeiem questões de pobreza em termos de ‘apoio’ ou de ‘caridade’ – sem estabelecer relações entre situações de empobrecimento e outras questões sociais, reduzindo assim a representação a uma lógica de aparência (Fairclough, 2003) –, há também a questão de que reportagens raramente abordam os atores ou grupos sociais representados como seus leitores, telespectadores ou ouvintes potenciais. Em outras palavras, em geral, jornalistas falam do ponto de vista “de quem tem” para outros “que têm” sobre “os que não têm” (Resende, 2016b; Molina, 2011). Isso não implica que a compreensão pública da experiência da pobreza é diminuída, mesmo quando a imprensa apela apaixonadamente por soluções em nome de uma maior democracia? Não implica que a cobertura jornalística sobre a pobreza opera de tal forma que produz um silenciamento de um conjunto de atores sociais – curiosamente aqueles mais diretamente interessados no assunto –, que são assim excluídos da representação dos meios de comunicação e do acesso ao debate público sobre este assunto?

A exclusão da audiência implícita não tem sido um problema para o jornalismo convencional, já que está incorporada na crença de que as notícias devem ser tratadas no interesse de ‘leitores majoritários’ (Retief, 2002; Ward, 2006). A primeira responsabilidade de jornalistas e editores/as de notícias, então, tem sido tradicionalmente imaginar e julgar a noticiabilidade da história para essa audiência empírica. Isso é tão básico para a indústria que leva a ignorar os modos como grupos marginalizados se tornam assuntos de reportagens e, no entanto, raramente são abordados como sujeitos ativos da audiência implícita. Reconhecemos que os atores sociais economicamente marginalizados não constituem um mercado atraente para as organizações comerciais de notícias e estamos igualmente cientes de que pesquisas têm mostrado há muito tempo que jornalistas são relutantes em mudar hábitos e redefinir padrões narrativos (Tuchman, 1978; Ryfe, 2012). Os meios de comunicação têm sofrido uma grande mudan-

ça em seus modelos econômicos durante a última década, mas também precisamos analisar criticamente a concepção de que novas tecnologias digitais anunciam uma democratização da mídia. Pode ser verdade que as novas tecnologias e práticas emergentes têm transformado a audiência em um meio em si ou, pelo menos, possibilitam que qualquer pessoa que tenha acesso aos meios técnicos e recursos simbólicos para tanto, antes pertencente ao que foi outrora a “mercadoria da audiência”, agora pode relatar diretamente uma novidade (Anderson *et al.*, 2014), mas isso permanece uma possibilidade contínua e está longe de ser um meio comprovado de produzir notícias confiáveis e acessíveis e informações para todos/as, como vários/as pesquisadores/as já sugeriram (Alexander, 2016; Jurkowitz, 2014; Hass, 2007; Curran, 2010).

Contextos sócio-históricos e ordens de discurso moldam as instituições do jornalismo e orientam a audiência imaginada, os tons emotivos, a seleção de fontes externas e internas e os julgamentos morais ou racionais. Por sua vez, as práticas de jornalismo influenciam o modo como os públicos percebem e reagem à vulnerabilidade social, a maneira como as pessoas oriundas de populações empobrecidas são identificadas e a forma como as audiências se identificam (ou não) em relação a questões sociais (Resende, 2012). Uma vez que a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética, esses mesmos processos têm sido moldados em práticas sociais anteriores. A “modelagem” das notícias (Benson, 2013) sobre empobrecimento por organizações jornalísticas, seus contextos geopolíticos, as culturas profissionais e as relações com o poder tornam-se objeto de interesse para a pesquisa em diferentes disciplinas. É neste espírito que este dossiê multidisciplinar apresenta artigos que abordam os muitos temas da pobreza no contexto das instituições do jornalismo em transição e transformação.

---

Tradução: Cristiano Anunciação  
e Viviane Resende

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acosta, P., 2012, *Protagonismo face à inevitabilidade da violência: Vozes da rua em Ocas e em o Trecheiro*, Dissertação de mestrado (Linguística), Brasília, Universidade de Brasília.
- Albuquerque, A., 2011, "On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective," in Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press, pp. 72-95.
- Alcock, P., 2006, *Understanding Poverty*, UK, Pallgrave Macmillan, 3rd ed.
- Alexander, J., Butler Breeze, E., Luengo, M., 2015, *The Crisis of Journalism Reconsidered: Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press.
- Anderson, C. W., Bell, E., Shirky, C., 2014, *Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present. A Report to the Tow Centre for Digital Journalism*, New York, Columbia Journalism School, pp. 1-121.
- Bakhtin, M., 1984, *Problems of Dostoevsky's Poetics*, Emerson, C., Booth, W. (Ed. and trans.), Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Benson, R., 2013, *Shaping Immigration News: A French-American Comparison*, Cambridge University Press.
- Benson, R., 2014, "Strategy Follows Structure: A Media Sociology Manifesto," in Waissbord, S. (Ed.), *Media Sociology: A Reappraisal*, Polity, pp. 25-45.
- Benton, J., 2016, "The forces that drove this election's media failure are likely to get worse. Segregated social universes, an industry moving from red states to the coasts, and mass media's revenue decline: The disconnect between two realities shows no sign of abating," <http://www.niemanlab.org/2016/11/the-forces-that-drove-this-elections-media-failure-are-likely-to-get-worse/>, accessed 09/11/2016.
- Boltanski, L., 2011, *Critique: The Sociology of Emancipation*, London, Polity.
- Bourdieu, P., 2005, "The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field," in Benson, R., Neveu, E. (Eds.), *Bourdieu and the Journalistic Field*, Cambridge, Polity Press, pp. 29-47.
- Curran, J., 2010, "The Future of Journalism," *Journalism Studies*, vol. 11, no 4, pp. 464-476.
- Davis, M., 2006, *Planet of Slums*, London, Verso.
- Doctor, K., 2016, "Newsonomics: Fake-news fury forces Google and Facebook to change policy," <http://www.niemanlab.org/2016/11/newsonomics-fake-news-fury-forces-google-and-facebook-to-change-policy/>, accessed 11/2015.
- Fairclough, N., 2003, *Analyzing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, London, Routledge.
- Fraser, N., May 2000, "Rethinking Recognition," *New Left Review*, pp. 107-119.
- Fréchet, G., Gauvreau, D., Poirier, J. (Eds.), 2011, "Statistiques sociales, pauvreté et exclusion sociale: perspectives québécoises, canadiennes et internationales," *Publication en hommage à Paul Bernard, Centre interuniversitaire québécois de statistiques sociales (CIQSS) et Ministère de l'Emploi et de la Solidarité sociale*, Montréal, Presses de l'Université de Montréal.
- Gasher, M. et al. (Eds.), 2016, *Journalism in Crisis: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press.
- Guerrero, M., Márquez, M., 2014, "The 'Captured-Liberal' Model: Media Systems, Journalism and Communication Policies in Latin America," *International Journal of Hispanic Media*, vol. 7, pp. 1-12, <http://www.international-hispanicmedia.org/the-capturedliberal-model-media-systems-journalism-and-communication-policies-in-latin-america/>, accessed 05/12/2016.
- Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), 2012, *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press.
- Hass, T., 2007, *The Pursuit of Journalism. Theory, Practice, and Criticism*, New York, Routledge.
- HUD (United States, Department of Housing and Urban Development), 2012, *Annual Homeless Assessment Reports to Congress*, U.S.
- Jurkowitz, M., 2014, "The Growth in Digital Reporting: What it Means for Journalism and News Consumers," Pew Research Journalism Project, <http://www.journalism.org/2014/03/26/the-growth-in-digital-reporting/>.
- Lugo-Ocando, J., 2015, *Blaming the Victim: How Global Journalism Fails Those in Poverty*, London, Pluto Press.
- Miles, B., 2016, "Des medias nationaux en santé sont essentiels au rayonnement de la culture québécoise," *Le Devoir*, <http://www.ledevoir.com/societe/medias/478671/renouvellement-de-la-politique-culturelle-des-medias-nationaux-en-sante-sont-essentiels-au-rayonnement-de-la-culture-quebecoise>.
- Matos, C., 2011, "Media and Democracy in Brazil," *Westminster Papers in Communication and Culture*, vol. 8, no 1, pp. 178-196, accessed 05/12/2016.
- Molina, L., 2011, "La construcción de una amenaza: la representación discursiva de los habitantes de la villa como violentos en el diario Clarín," *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 12, no 2, pp. 94-126.
- Nielsen, G., 2016a, "Critical Theory and Acts of Journalism: Expanding the Implied Audience," in Gasher, M. et al. (Eds.), *The Crisis in Canadian Journalism: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 53-73.
- Nielsen, G., 2008, "Conditional Hospitality: Framing Poverty in the Montreal Press," *Canadian Journal of Communications*, vol. 33, no 4, pp. 605-621.
- Nielsen, G., 2016b, "Méconnaissance: Lecture des nouvelles sur la pauvreté et les communs urbains en Amérique du Nord," *Anthropologie et société*, vol. 40, no 1, pp. 173-193.
- OECD, 2013, *International Migration Outlook 2013*, [http://dx.doi.org/10.1787/migr\\_outlook-2013-en](http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2013-en).
- OECD, 2011, *Divided We Stand. Why Inequality Keeps Rising*, [http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en\\_2649\\_33933\\_49147827\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en_2649_33933_49147827_1_1_1_1,00.html).



- Oxfam, 2016, "Uma economia para o 1%: Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido," *Documento informativo da Oxfam 210*, 18/11/2016, <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>.
- Pardo Abril, N. G., 2008, *¿Que nos dicen? ¿Que vemos? ¿Que és... pobreza?*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.
- Pardo, M. L., 2012, "Asociación discursiva entre pobreza y delito en un programa televisivo reproducido en YouTube," in Pardo Abril, N. G., *Discurso en la web: pobreza en YouTube*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, pp. 270-294.
- Pardo, M. L., 2013, "The aesthetics of poverty and crime on Argentinean reality television," in Lorenzo-Dus, N., Garcés-Conejos Blitvich P. (Eds.), *Reality Television and Discourse Analysis in Action*, UK, Palgrave Macmillan, pp. 115-140.
- Pardo, M. L., 2014, "Las representaciones socio-discursivas que sobre los jóvenes pobres ligados al delito crean los medios televisivos en Argentina," *Romanica Olomucensia*, Praga, República Checa, pp. 249-264.
- Pardo, M. L., Noblía, V., 2015, "Ni diálogo ni debate: la voz de la audiencia en los comentarios digitales sobre la pobreza," *Revista de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, vol. 15, no 2, [Especial en Homenaje a los XX años de ALED], pp. 117-138.
- Pardo, M. L., Noblía, V., 2016, "O discurso sobre a criminalidade no Youtube: juventude e estigma," in Lara, G., Limberti, R. (Eds.), *Representações do Outro*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, pp. 171-186.
- Park, R., 1923, "The Natural History of the Newspaper," *American Journal of Sociology*, vol. 29, no 3, pp. 273-289.
- Pew Research Center, 2015, "Local News in a Digital Age," <http://www.journalism.org/2015/03/05/local-news-in-a-digital-age/>, <http://www.journalism.org/2015/04/29/state-of-the-news-media-2015/>.
- Resende, V. de M., 2012, "Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro," *Linguagem em (Dis)Curso*, vol. 12, pp. 439-465.
- Resende, V. de M., 2016a, "Discursive representation and violation of homeless people's rights: Symbolic violence in Brazilian online journalism," *Discourse & Communication*, vol. 10, no 6, pp. 596-613.
- Resende, V. de M., 2016b, "Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua?" *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 26, no 3, pp. 955-988.
- Retief, J., 2002, *Media Ethics: An Introduction to Responsible Journalism*, New York, Oxford University Press.
- Ryfe, D., 2012, *Can Journalism Survive? An Inside Look at American Newsrooms*, London, Polity.
- Sabés Turmo, F., Verón Lassa, J., 2012, "Universidad y empresa ante la doble crisis del periodismo tradicional. Propuestas y reflexiones sobre la modificación sustancial del escenario periodístico. El clúster periodístico," *ADComunica "Retos del periodismo ante el nuevo reto digital"*, Catalunya, vol. 4, pp. 151-169.
- Schudson, M., 2016, "The Crisis in News: Can You Whistle a Happy Tune?" in Alexander, J. E., Butler Breeze, E., Luengo, M. (Eds.), *The Crisis of Journalism Reconsidered: Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press, pp. 98-116.
- Silva, D. E., 2009, "Representações discursivas da pobreza e gramática," *D.E.L.T.A.*, vol. 25, pp. 721-731.
- Silva, L. M. da, 1998, "Imprensa, subjetividade e cidadania," São Paulo, Artigo apresentado na VII Compós, PUC-SP.
- Statistics Canada, 2011, *National Household Survey*, Catalogue no 99-014-X201100.
- Silverstone, R., 2007, *Media and Morality: On the Rise of the Mediapolis*, Cambridge, Polity Press.
- Tuchman, G., 1978, *Making the News*, New York, Free Press.
- UN (United Nations), 2013, "Habitat. 100 million homeless in the world. Most are women and dependent children," <http://www.un.org/Conferences/habitat/unchsp/press/women.htm>.
- Villaroel, D., 2014, *[IN]justicia mediática. Cuando el periodismo quiere ser juez*, Buenos Aires, Argentina.
- WAN (World Association of Newspapers), 2008, *World Press Trends: Newspapers Are a Growth Business*, <http://www.wan-press.org>.
- WAN (World Association of Newspapers), 2015, *World Press Trends*, <http://www.wan-press.org/250515WPT2015Final.pptx>.
- Ward, S., 2006, *The Invention of Journalism Ethics: The Path to Objectivity and Beyond*, Montreal McGill/Queens.
- Weissman, E., 2013, *Spaces, Places and States of Mind: A Pragmatic Ethnography of Liminal Critique*, PhD Dissertation, Montreal, Concordia University.

# Poverty and Journalism: Transformative Practices? Introduction

VIVIANE DE MELO RESENDE

Profesora

*Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade  
Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,  
Sociedade e Cooperação Internacional  
Universidade de Brasília, Brasil  
resende.v.melo@gmail.com*

MARÍA LAURA PARDO

Directora e Investigadora

*Departamento de Lingüística  
Centro de Investigaciones  
en Antropología Filosófica y Cultural  
Consejo Nacional de Investigaciones  
Científicas y Técnicas  
Profesora de Análisis lingüístico  
de los medios masivos de comunicación  
Facultad de Filosofía y letras  
Universidad de Buenos Aires, Argentina  
pardo.linguistica@gmail.com*

GREG NIELSEN

Profesor

*Department of Sociology and Anthropology  
Co-Director Concordia Center for Broadcasting  
and Journalism Studies  
Concordia University, Montréal, Canada  
gregmarcnielsen@hotmail.com*



According to the United Nations, today, worldwide, there are about 100 million people living on the streets, 600 million living in shelters, and over a billion in precarious housing situations (UN, 2011). A recent Oxfam report has warned of the disturbing inequality around the world, showing that the eight richest men on the planet hold resources comparable to those available to the 3,600,000,000 poorest; half of the world's population (Oxfam, 2016). The conventional economic definition of extreme poverty applies to more than 20 per cent of the planet's inhabitants who live on an income of less than \$1.00 a day, while relative poverty, also an indicator of economic restriction, includes another 20 per cent of the world's population who live on less than \$2.50 a day (Davis, 2006). Poverty is by no means restricted to the Global South. Those who fall below the poverty line in Canada, the United States and Europe—a category that often includes unemployed recent immigrants, especially in major European cities (OECD, 2013)—now make up as much as 40 per cent of the population in some regions (HUD, 2012; Statistics Canada, 2011; Fréchet *et al.*, 2011; OECD, 2011). This fact sharply contradicts the widely held perception that most citizens in the West are middle class. An estimated 3 million Americans and 300,000 Canadians have become homeless since the 2008 recession (Weissman, 2013).

## **Pour citer cet article**

### **Référence électronique**

Viviane de Melo Resende, María Laura Pardo, Greg Nielsen, « Poverty and Journalism: Transformative Practices? Introduction », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n° 1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017.  
URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

Poverty is a serious global social problem (Alcock, 2006), with disastrous consequences on the lives of millions in the world. However, coverage of the problem, including what might be called the surrounding industry that responds to it (NGOs, intergovernmental and international organizations), is easily distorted, erased, or naturalized in various ways by newspapers, broadcasts and other media vehicles (Pardo, April 2008; Silva, 2009; Pardo, 2012; Pardo, Noblia, 2015; Pardo, Noblia, 2016; Resende, 2016a). While poverty continues to be one of the most important global issues, as these facts indicate, it is also one of the most neglected (Lugo-Ocando, 2015: 15). These intersectional (racialized, gendered, (dis)abled) and mass-unemployed (Hill-Collins, Bilge, 2016) populations are at best marginal when it comes to accessing and using the power of contemporary mainstream media. Two socio-historical factors need to be contextualized to help understand why coverage of poverty is neglected, both locally and globally. First, we need to put into context the ongoing transition in the news industry's systems of production, and second, we need to explain why journalism practices are hard to change while also theorizing the capacity of the existing news ecosystem to create distinct narrative forms and frames of address for subjects of poverty. We outline the general contexts for the systems of production below, and in the following section propose a discussion of the systems' capacity or incapacity to address the lifeworld of subjects of poverty and whether they are even considered to be an audience that journalists seek to address.

Regarding the shifts in the systems of production and practices, Hallin and Mancini (2012) observe that media in North America and Northern Europe tend to be pluralist and are composed of a mixture of fact-based and mixed-genre reporting from public and private organizations that maintain autonomy from political parties. While newspaper industries, the medium that continues to employ the largest number of professional journalists, have enjoyed robust growth over the last decade in India, China, Africa, and much of Latin America, in North America a pessimism about the future economic and civic role of a pluralist news media has been spreading (WAN, 2008; WAN, 2015). The addition of approximately 5,000 new "digital" journalists working with a variety of online startups in the U.S.A. have not come close to replacing the loss of more than 20,000 newsroom positions over the last decade (Pew, 2015). Reports on the so-called crisis in journalism (Gasher *et al.*, 2016; Alexander *et al.*, 2016; Sabés Turmo, Verón Lassa, 2012) are increasingly calling for more European-style subsidies that would support the news industry in North America as it goes through its digital transition (Miles, 2016; Benson,

2014). At the same time, Europe mourns the loss of the former monopoly of public broadcast services to the private sector and the imperatives of the neo-liberal economy.

The pluralist model is more polarized in the Global South, as can be seen in the mix of organizational forms—minority public and predominant private—and the parallel relations with political parties (Hallin, Mancini, 2012). Brazil is an exception to this in that its media organizations have in the main been privately owned since the beginning. While there was an early shift toward fact-based reporting away from the parallelism between political parties and the press, fact-based reporting was interrupted during the years of dictatorship (1964-1985), and even more polarized in the context of the recent political crisis (Albuquerque, 2011). Most countries in Latin America experienced different forms of authoritarian rule that helped create large private and largely uncontested conglomerates like Globo in Brazil and Televisa in Mexico, as well as the "duopolies" in Argentina, the Grupo Clarín and Telefonica, and Grupo Phillips and Cisneros in Venezuela (Moto, 2011). In Peru, Ecuador and many other countries in the region, there is a mixture of ownership comprised of some public, but mainly family-based conglomerates. In almost all cases, historically "domestic media groups became regime allies in the quest for political power" (Guerrero and Márquez-Ramírez, 2014, p.55). Obviously, these characteristics of the journalistic environment have an impact on the representation of social problems linked to the inequality of distribution of material and symbolic resources (Villarruel, 2014).

Both the pluralist and private monopoly systems are evolving at different speeds today, with a series of well-documented pressures being brought to bear against the civic ideals and economic viability of what we might call the institutions of journalism. The institutions have no body, no voice and no point of view, except those of spokespersons who are mainly journalists and who are themselves (Nielsen, 2016a) "situated, self-interested, libidinous, and hence condemned to the ineluctability of the point of view" (Boltanski, 2011: 84), all pretence to objectivity aside. Professional journalists see themselves as responsible for performing the craft, reproducing its codes, methods and techniques, and legitimizing the ideals, but are aware they cannot act without the organizational and technological infrastructures and their complex labor, capital, and state relations. The outpaced transformation on the organizational side of the institutions is putting pressure on the craft in a variety of ways. These pressures differ greatly across regions, and range from deregulation and increased corporate concentration to overt in-



tervention, intimidation and censorship in more authoritarian contexts. Collapsing advertising revenue streams, technological innovation, and the increase in audience fragmentation are said to be driving media platform convergence and the loss of local news outlets.

As a consequence, from the news-making standpoint, it seems that there remains a duality between the instituted coverage (from both commercial and non-commercial organizations) that emphasize standard practices (with the over-representation of external governmental or corporate sources on the coverage or the selection and treatment of news based on traditional news values) on the one hand, and, on the other, advocacy movements promoted by other social actors in order to impact or disrupt mediated public agendas (Silva, 1998) and possibly institute new journalism practices. At the same time, citizen journalism (with and without editorial control) has emerged alongside the fusion of news and entertainment and the overrun industry of public relations (spin). While the rise of social media has shown much emancipatory potential, it has also led to the return of muckraking and yellow journalism (“fake news”) on a massive scale (Park, 1923), which begs the questions: “Where does news come from? What is true? What isn’t? What’s the agenda, if there is one, of the publisher?” (Doctor, 2016). An in-depth study of the way these pressures are affecting journalism coverage and the representation of poverty has yet to be done.

We do not need to look far to discover negative influences that appear to have deteriorated a century’s worth of values committed to autonomous, balanced, fact-based and verified reporting by the institutions of journalism. Nowhere have these values been more threatened than in the reporting on the unexpected results from the American presidential elections in 2016, the vote on the Brexit referendum or the globally publicized impeachment (“constitutional coup”) of the President of Brazil, Dilma Rousseff. This is not simply an ideological shift toward right-wing authoritarianism, bigger big business, militarization, or the scapegoating of minorities, but in many instances the fabulous denial of social facts journalists are expected to expose and in so doing provide a democratic counterpoint as a fourth estate. One U.S.A. commentator has summed it up this way: “The decline of the mass media’s business models; the continued rise of personalized social feeds and the content that spreads easily within them; the hollowing-out of reporting jobs away from the coasts: These are, like the expansion of the universe, pushing us farther apart in all directions” (Benton, 2016).

This issue of *About journalism – Sur le journalisme – Sobre jornalismo* includes contributions that

seek to unravel the complex combination of political, organizational and creative forces that struggle with and against each other to define “good” journalistic practice. This means situating analysis in homology with the sociological tensions and diversity found in social and organizational structures as well as in discursive practices. Journalistic attitudes and backgrounds, editorial consistency, levels of verification required and professional cultures differ vastly across the various media, but even more so across urban, national and global regions. Everywhere journalists raise questions about poverty, but how are the poor named, represented and classified? Are they represented as numbers? Where are the places journalism is reporting on? How can we change the practice? What experimental medium might facilitate the transformation? How are the poor represented in images? What role do gender, race and class play in coverage? Does it matter who is working in the newsroom? Why are images of “the poorest of the poor” so journalistically compelling? These are some of the relevant questions raised by the seven papers published in the present issue.

Let us now briefly outline some of these questions as we present the papers:

---

#### CAN THE SUBJECTS OF POVERTY FIND THEIR VOICES IN THE CURRENT NEWS ECOSYSTEMS?

---

It is important that we do not reduce multiple levels of cultural meanings journalists create to the political-economic imperatives and contradictions from emerging crises in the news industry and in political societies. On the one hand, as mentioned above, the history and critique of the political economy of media organizations that cover poverty is yet to be written. On the other hand, one should not ignore transformative initiatives in the institutions of journalism that seek to include the social actors/groups it reports on as the addressee.

There remains an important political role that journalists fulfil in “shaping” the news about poverty, and it should be discussed. In the first paper in this issue (“A política das imagens e a pobreza: mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013”/ “The Politics of Images and Poverty: Women Beneficiaries from the Bolsa-Família Cash Transfer Program in Photojournalism between 2003 and 2013”), Ângela Marques focuses on the implications of the ostensive use of poverty images in journalistic activity, arguing that besides constituting a “large gallery of unidentified sufferers,” this use also reinforces the narrative capacity of images. Reflecting upon the relationship between poverty and photojournal-

ism, she investigates the expressive elements that characterize situations of poverty in images. If it is true that hegemonic journalism has been supportive, at least through a charitable framing of stories about poverty—what may be, and indeed is, questioned—it has also been narrowly focused on problems related to a lack of access by significant portions of the world population to material and symbolic resources, in often superficial ways that too easily associate poverty and violence, as Pardo Abril (2008) pointed out in the Colombian case and Pardo (2013; 2014) discusses in the Argentinian one.

Two papers in this issue address the problem of the poverty/violence association in media. In *“Las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticieros e historias de vida: entre la pasividad y la agentividad”* (The Discursive Representations of Neighborhoods in Impoverished Communities in News and Life Stories: Between Passivity and Agency), Analía Zilber highlights the discursive representations of residents living in impoverished communities in Buenos Aires. Zilber applies different methods and linguistic theories to life histories, news from the Telenoche newscast and news from *Visión Siete Central*. Her research points to a stigmatization of these communities. In *“Mídias francesas e estigmatização dos moradores de periferia em casos de ‘violência urbana’”* (French media and the stigmatization of peripheral populations in cases of ‘urban violence’), Paula Paes also discusses the association between poverty and violence in the media representation of peripheral suburbs, focusing on the French case. She argues that the problem of urban violence is also the result of a matter of definition and therefore scholars of media representation must ask themselves: Who does the violence refer to? What questions are raised? The article, then, investigates the social conditions of news production and the media’s participation in the construction of reality..

As both papers stress, this common approach tends to avoid critical investigative reporting. Yet, it is also true that alternative journalism like street papers, community media, some citizen journalism, some social media, as well as emerging First Nations television networks and some public broadcasters have sought other forms of association between journalism and extreme poverty. Various forms of civic journalism have sought to establish different political relationships when it comes to addressing the subjects of poverty as potential audiences, for example by reporting protagonist actions taken over by subordinate groups (Acosta, 2012). In the paper *“Por uma estética jornalística da pobreza”* (Toward a Journalistic Aesthetic of Poverty?), Augusto Paim considers the dynamics

involved in the functioning of narrative genres and their potential, and asks whether supposedly objective conventional journalism, can contribute to an exercise of citizenship and humanity. Is it possible to produce socially engaged content in a conservative format? The author concludes that even if it addresses social issues, traditional journalism is incapable of provoking transformations when it uses enshrined formats and techniques that only simulate objectivity. Thus, he argues that the practice of a socially engaged journalism should be based on an aesthetic supported by narrative techniques coming from the arts. Theorizing the cultural power of journalism, its professional ethics, and its relative autonomy from economic and political forces means explaining what makes it a distinct field of cultural practice. The unique cultural power of journalism is seen in the shaping of symbols of collective representation. It does this through reporting on the performances of actors from any number of fields that are selected as newsworthy (Alexander, 2015; Bourdieu, 2005). What is easily missed, though, in accounts that favor the autonomous role journalists play, are the interpretive contradictions between the subjects of reports and the implied or imagined *demos* or “normal people” most news media address (Boltanski, 2011). Beyond the problem of a plurality of voices and perspectives that are said to define “good journalism” through an assumed system of checks and balances (Benson, 2014), we need to problematize the way in which journalism is able to imagine its audience without addressing itself to the subjects being reported.

For example, when and where journalists do report on the voices of the poor, or most often, of the agencies, groups or individuals who speak for or about them, they are framed in mainly rational and to a lesser extent moral tones that are legitimated through reference to independent or government data, expert testimony, or opinion from scholarly sources (Nielsen, 2008; Resende, 2016b). Emotional quotes from subjects, like the emerging U.S.A. genre favoring first person emotional narratives (Schudson, 2016), are designed to provide a response from the imaginary reader or a hook for the standard narrative, but too often they also stigmatizes the addict, the squatter, or the victim of famine or natural disaster. Multi-form (print and audio-visuals) and multi-platform (tweets, blogs, snapchat, etc.) narratives, as well as Op-Ed pieces, documentaries, letters to editors, and wire reports through legacy media can and do provide important supports through critiques of oppression or simply by witnessing injustice. However, one rarely finds original reporting that recognizes either the immediate subjectivity of

poverty or the structural causes of inequality that give rise to it.

---

### HOW HAVE JOURNALISTS RECOGNIZED THE VARIOUS SITUATIONS OF POVERTY?

---

Because of mainstream journalism's use of rational or moral tones, and a third-person form of address that separates the journalist from the subjects of the reports, news risks freezing the experience of poverty into a second, more distanced level of recognition (Nielsen, 2016b). Professional journalists often avoid putting themselves in the story for good reasons; distance from the subject helps maintain credibility and, for some, a level of detachment is integral to striving for a sense of objectivity, balance, and accuracy. This makes sense for watchdog journalism that tells stories about governments, institutions or official subjects. But we need to question this need for distance when reporting the complex kinds of exclusion that can apply to the more hidden subjects of poverty.

In this issue, the problem of objectivity is addressed in the paper "*O jornalismo que cala a periferia: a dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza*" (Journalism That Shuts Out the Periphery: Discursive Dyslexia and the Silencing of Poverty). Monica Sousa problematizes discrepancies between journalistic theory and practice, pointing out that "journalism rituals become strategic forces that contradict the 'social' essence that the rituals of objectivity, impartiality and truth claim to defend." The author then proposes the concept of discursive dyslexia, which, she argues, assures journalism strategies maintain a "subaltern" status quo, in which the inhabitants of peripheries are "immersed in their mediatic historicity," which has the potential effect of immobilizing resistances. On the other hand, in his article, John Delva addresses the issue of the media coverage of racially-based police violence in the United States, provoking reflection about the potential for news to impact social movements. In "*Content with Diversity: An Interview and Textual Analysis Based on the Huffington Post Crowdfunded Ferguson Coverage*," Delva argues that the broad media coverage of police brutality against black populations can serve as evidence for activists and victims' families, performing an important social mobilization function around sensitive intersectional issues linking class and race.

Taken together, these two papers illustrate the double articulation of discourse in society, highlighting its potential to both maintain and transform social inequalities. Operating from conventional un-

derstandings of newsworthiness and who constitutes the imagined audience, journalists create categories of relevant and irrelevant, compatible and incompatible, same and other, and divisions between—what Lugo-Ocando (2015) calls "othering." Silverstone (2007) employs the concept of the "mediapolis" to describe the mediated public space in which we engage with sameness and otherness. This discursive work, however, can lead to unexpected results, including appropriation possibilities, like those pointed out in Delva's paper.

The absence of first-level subjective recognition in reporting on the subjects of poverty can also be seen to take the form of what Nancy Fraser calls "status subordination." For example, when news reports display charitable openings toward "helping" the poor, from the point of view of the journalists' intentions this would not appear to create any impediment to first-level recognition. But first-level recognition requires a dialogic form of address (a second-person "you") that would address the subjects themselves as co-creators in the utterance/report (Bakhtin, 1984). Missing the first level of recognition via the framing and third-person form of address does not mean that the subject is "simply to be thought ill of, looked down upon or devalued in others' attitudes, beliefs or representations. It is rather to be denied the status of a full partner in social interaction" (Fraser, 2000: 113).

In her paper published in this issue, "*Pessoas em situação de rua: o que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer?*" (People in homelessness: what do they say about them and what else could they say?), Suzana Rozendo focuses on an original question about audience: considering the way the homeless are represented in the mainstream media, what do professionals who deal with this population think about the news reported by journalism? Her purpose in the paper, then, is to unveil the positioning of professionals who deal directly with homeless people regarding news about them. Thus, her text promotes a critique of the media by voices that are affected by news in their professional performance, since representation is also a form of action.

Even if the mainstream media regularly addresses issues of poverty in supportive or charitable terms—without establishing relations between poverty situations and other social issues, thus reducing the representation to a logic of appearance (Fairclough, 2003)—there is also the matter that reporting rarely addresses the social actors being reported on as also being their readers, viewers or listeners. In other words, in the main, the journalist speaks from the point of view of "haves" toward other "haves" about "have-nots" (Resende, 2016b; Molina, 2011). Does it

not follow that public understanding of the experience of poverty is diminished, even when the press passionately pleads in the name of greater democracy for solutions? Does it not follow that coverage of poverty operates in such a way that it produces a silencing of a set of social actors—curiously the very ones who are the most directly concerned by this subject—who are thereby excluded from media representation and access to the public debate on this subject?

Exclusion from the implied audience has not been problematic for mainstream journalism as it has long been embedded in its normative practices that news stories should address the interests of the majority readership (Retief, 2002; Ward, 2006). The first responsibility of the journalist and news editors has traditionally been to imagine and judge the newsworthiness of the story for this empirical audience. Our claim is that this is so basic to the industry that it overlooks how marginalized groups become subjects of news reports and yet are only rarely if ever addressed as the active subjects of the implied audience. We recognize that socially and economically marginalized actors do not constitute an attractive market for commercial news organizations and we are equally aware that research has long pointed out that journalists are reluctant to change habits and set narrative patterns (Tuchman, 1978; Ryfe, 2012). We have further noted that the news media have been undergoing a major shift in their economic models over the past decade, but we also need to critically examine the concept that new digitized technologies herald a democratization of

media. It may be true that the new technologies and emergent practices have transformed the audience into a medium itself, or at least made it that anyone belonging to what was once the “audience commodity” can now directly report whatever news comes to mind (Anderson *et al.*, 2014), but this remains a perpetual possibility and is far from a proven means of producing reliable and accessible news and information for all, as several researchers have suggested (Alexander, 2015; Jurkowitz, 2014; Hass, 2007; Curran, 2010).

Social-historical contexts and orders of discourse shape the institutions of journalism, how the audience is addressed, emotional-volitional tones, the selection of external and internal sources, and moral or rational judgments. In turn, journalism practices influence the ways publics perceive and react to social vulnerability, people in poverty are identified and audiences identify themselves (or not) in relation to social issues (Resende, 2012). Since the relationship between language and society is two-way, these same processes have been shaped in previous social practices. The “shaping” of the news (Benson, 2013) on poverty by news organizations, their geo-political contexts, professional cultures, and relationships to power thus become an object of interest for research in different disciplines. It is in this spirit that this multidisciplinary issue presents articles that address the many subjects of poverty in the context of the institutions of journalism in transition and transformation.

---

Translation: Helmut Obermeier



## BIBLIOGRAPHY

---

- Acosta, P., 2012, *Protagonismo face à inevitabilidade da violência: Vozes da rua em Ocas e em o Trecheiro*, Dissertação de mestrado (Linguística), Brasília, Universidade de Brasília.
- Albuquerque, A., 2011, "On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective," in Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press, pp. 72-95.
- Alcock, P., 2006, *Understanding Poverty*, UK, Pallgrave Macmillan, 3rd ed.
- Alexander, J., Butler Breeze, E., Luengo, M., 2015, *The Crisis of Journalism Reconsidered: Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press.
- Anderson, C. W., Bell, E., Shirky, C., 2014, *Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present. A Report to the Tow Centre for Digital Journalism*, New York, Columbia Journalism School, pp. 1-121.
- Bakhtin, M., 1984, *Problems of Dostoevsky's Poetics*, Emerson, C., Booth, W. (Ed. and trans.), Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Benson, R., 2013, *Shaping Immigration News: A French-American Comparison*, Cambridge University Press.
- Benson, R., 2014, "Strategy Follows Structure: A Media Sociology Manifesto," in Waisbord, S. (Ed.), *Media Sociology: A Reappraisal*, Polity, pp. 25-45.
- Benton, J., 2016, "The forces that drove this election's media failure are likely to get worse. Segregated social universes, an industry moving from red states to the coasts, and mass media's revenue decline: The disconnect between two realities shows no sign of abating," <http://www.niemanlab.org/2016/11/the-forces-that-drove-this-elections-media-failure-are-likely-to-get-worse/>, accessed 09/11/2016.
- Boltanski, L., 2011, *Critique: The Sociology of Emancipation*, London, Polity.
- Bourdieu, P., 2005, "The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field," in Benson, R., Neveu, E. (Eds.), *Bourdieu and the Journalistic Field*, Cambridge, Polity Press, pp. 29-47.
- Curran, J., 2010, "The Future of Journalism," *Journalism Studies*, vol. 11, no 4, pp. 464-476.
- Davis, M., 2006, *Planet of Slums*, London, Verso.
- Doctor, K., 2016, "Newsonomics: Fake-news fury forces Google and Facebook to change policy," <http://www.niemanlab.org/2016/11/newsonomics-fake-news-fury-forces-google-and-facebook-to-change-policy/>, accessed 11/2015.
- Fairclough, N., 2003, *Analyzing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, London, Routledge.
- Fraser, N., May 2000, "Rethinking Recognition," *New Left Review*, pp. 107-119.
- Fréchet, G., Gauvreau, D., Poirier, J. (Eds.), 2011, "Statistiques sociales, pauvreté et exclusion sociale: perspectives québécoises, canadiennes et internationales," *Publication en hommage à Paul Bernard, Centre interuniversitaire québécois de statistiques sociales (CIQSS) et Ministère de l'Emploi et de la Solidarité sociale*, Montréal, Presses de l'Université de Montréal.
- Gasher, M. et al. (Eds.), 2016, *Journalism in Crisis: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press.
- Guerrero, M., Márquez, M., 2014, "The 'Captured-Liberal' Model: Media Systems, Journalism and Communication Policies in Latin America," *International Journal of Hispanic Media*, vol. 7, pp. 1-12, <http://www.internationalhispanicmedia.org/the-capturedliberal-model-media-systems-journalism-and-communication-policies-in-latin-america/>, accessed 05/12/2016.
- Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), 2012, *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press.
- Hass, T., 2007, *The Pursuit of Journalism. Theory, Practice, and Criticism*, New York, Routledge.
- HUD (United States, Department of Housing and Urban Development), 2012, *Annual Homeless Assessment Reports to Congress*, U.S.
- Jurkowitz, M., 2014, "The Growth in Digital Reporting: What it Means for Journalism and News Consumers," Pew Research Journalism Project, <http://www.journalism.org/2014/03/26/the-growth-in-digital-reporting/>.
- Lugo-Ocando, J., 2015, *Blaming the Victim: How Global Journalism Fails Those in Poverty*, London, Pluto Press.
- Miles, B., 2016, "Des medias nationaux en santé sont essentiels au rayonnement de la culture québécoise," *Le Devoir*, <http://www.ledevoir.com/societe/medias/478671/renouvellement-de-la-politique-culturelle-des-medias-nationaux-en-sante-sont-essentiels-au-rayonnement-de-la-culture-quebecoise>.
- Matos, C., 2011, "Media and Democracy in Brazil," *Westminster Papers in Communication and Culture*, vol. 8, no 1, pp. 178-196, accessed 05/12/2016.
- Molina, L., 2011, "La construcción de una amenaza: la representación discursiva de los habitantes de la villa como violentos en el diario Clarín," *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 12, no 2, pp. 94-126.
- Nielsen, G., 2016a, "Critical Theory and Acts of Journalism: Expanding the Implied Audience," in Gasher, M. et al. (Eds.), *The Crisis in Canadian Journalism: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 53-73.
- Nielsen, G., 2008, "Conditional Hospitality: Framing Poverty in the Montreal Press," *Canadian Journal of Communications*, vol. 33, no 4, pp. 605-621.
- Nielsen, G., 2016b, "Méconnaissance: Lecture des nouvelles sur la pauvreté et les communs urbains en Amérique du Nord," *Anthropolgie et société*, vol. 40, no 1, pp. 173-193.
- OECD, 2013, *International Migration Outlook 2013*, [http://dx.doi.org/10.1787/migr\\_outlook-2013-en](http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2013-en).
- OECD, 2011, *Divided We Stand. Why Inequality Keeps*

*Rising*, [http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en\\_2649\\_33933\\_49147827\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en_2649_33933_49147827_1_1_1_1,00.html).

Oxfam, 2016, "Uma economia para o 1%: Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido," *Documento informativo da Oxfam 210*, 18/11/2016, <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>.

Pardo Abril, N. G., 2008, *¿Que nos dicen? ¿Que vemos? ¿Que és... pobreza?*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.

Pardo, M. L., 2012, "Asociación discursiva entre pobreza y delito en un programa televisivo reproducido en YouTube," in Pardo Abril, N. G., *Discurso en la web: pobreza en YouTube*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, pp. 270-294.

Pardo, M. L., 2013, "The aesthetics of poverty and crime on Argentinean reality television," in Lorenzo-Dus, N., Garcés-Conejos Blitvich P. (Eds.), *Reality Television and Discourse Analysis in Action*, UK, Palgrave Macmillan, pp. 115-140.

Pardo, M. L., 2014, "Las representaciones socio-discursivas que sobre los jóvenes pobres ligados al delito crean los medios televisivos en Argentina," *Romanica Olomucensia*, Praga, República Checa, pp. 249-264.

Pardo, M. L., Noblía, V., 2015, "Ni diálogo ni debate: la voz de la audiencia en los comentarios digitales sobre la pobreza," *Revista de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, vol. 15, no 2, [Especial en Homenaje a los XX años de ALED], pp. 117-138.

Pardo, M. L., Noblía, V., 2016, "O discurso sobre a criminalidade no Youtube: juventude e estigma," in Lara, G., Limberti, R. (Eds.), *Representações do Outro*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, pp. 171-186.

Park, R., 1923, "The Natural History of the Newspaper," *American Journal of Sociology*, vol. 29, no 3, pp. 273-289.

Pew Research Center, 2015, "Local News in a Digital Age," <http://www.journalism.org/2015/03/05/local-news-in-a-digital-age/>, <http://www.journalism.org/2015/04/29/state-of-the-news-media-2015/>.

Resende, V. de M., 2012, "Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro," *Linguagem em (Dis)Curso*, vol. 12, pp. 439-465.

Resende, V. de M., 2016a, "Discursive representation and violation of homeless people's rights: Symbolic violence in Brazilian online journalism," *Discourse & Communication*, vol. 10, no 6, pp. 596-613.

Resende, V. de M., 2016b, "Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua?" *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 26, no 3, pp. 955-988.

Retief, J., 2002, *Media Ethics: An Introduction to Responsible Journalism*, New York, Oxford University Press.

Ryfe, D., 2012, *Can Journalism Survive? An Inside Look at American Newsrooms*, London, Polity.

Sabés Turmo, F., Verón Lassa, J., 2012, "Universidad y empresa ante la doble crisis del periodismo tradicional. Propuestas y reflexiones sobre la modificación sustancial del escenario periodístico. El clúster periodístico," *ADComunica "Retos del periodismo ante el nuevo reto digital"*, Catalunya, vol. 4, pp. 151-169.

Schudson, M., 2016, "The Crisis in News: Can You Whistle a Happy Tune?" in Alexander, J. E., Butler Breeze, E., Luengo, M. (Eds.), *The Crisis of Journalism Reconsidered: Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press, pp. 98-116.

Silva, D. E., 2009, "Representações discursivas da pobreza e gramática," *D.E.L.T.A.*, vol. 25, pp. 721-731.

Silva, L. M. da, 1998, "Imprensa, subjetividade e cidadania," São Paulo, Artigo apresentado na VII Compós, PUC-SP.

Statistics Canada, 2011, *National Household Survey*, Catalogue no 99-014-X201100.

Silverstone, R., 2007, *Media and Morality: On the Rise of the Mediapolis*, Cambridge, Polity Press.

Tuchman, G., 1978, *Making the News*, New York, Free Press.

UN (United Nations), 2013, "Habitat. 100 million homeless in the world. Most are women and dependent children," <http://www.un.org/Conferences/habitat/unchs/press/women.htm>.

Villaroel, D., 2014, *[IN]justicia mediática. Cuando el periodismo quiere ser juez*, Buenos Aires, Argentina.

WAN (World Association of Newspapers), 2008, *World Press Trends: Newspapers Are a Growth Business*, <http://www.wan-press.org>.

WAN (World Association of Newspapers), 2015, *World Press Trends*, <http://www.wan-ifra.org/250515WPT2015Final.pptx>.

Ward, S., 2006, *The Invention of Journalism Ethics: The Path to Objectivity and Beyond*, Montreal McGill/Queens.

Weissman, E., 2013, *Spaces, Places and States of Mind: A Pragmatic Ethnography of Liminal Critique*, PhD Dissertation, Montreal, Concordia University.

# Pauvreté et journalisme : pratiques en mutation ?

## Introduction

VIVIANE DE MELO RESENDE

Profesora  
Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade  
Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,  
Sociedade e Cooperação Internacional  
Universidade de Brasília, Brasil  
resende.v.melo@gmail.com

MARÍA LAURA PARDO

Directora e Investigadora  
Departamento de Lingüística  
Centro de Investigaciones  
en Antropología Filosófica y Cultural  
Consejo Nacional de Investigaciones  
Científicas y Técnicas  
Profesora de Análisis lingüístico  
de los medios masivos de comunicación  
Facultad de Filosofía y letras  
Universidad de Buenos Aires, Argentina  
pardo.linguistica@gmail.com

GREG NIELSEN

Profesor  
Department of Sociology and Anthropology  
Co-Director Concordia Center for Broadcasting  
and Journalism Studies  
Concordia University, Montréal, Canada  
gregmarcnielsen@hotmail.com



Après les Nations Unies, aujourd'hui dans le monde, environ 100 millions de personnes vivent dans les rues, 600 millions dans des abris et un peu plus d'un milliard en situation précaire au niveau du logement (ONU, 2011).

Un rapport récent d'Oxfam a alerté quant aux terribles inégalités qui ont cours à travers le monde, montrant que les huit plus riches hommes de la planète détiennent des ressources comparables à celles des 3,6 milliards les plus pauvres, autrement dit la moitié de la population mondiale (Oxfam, 2016). La définition économique et conventionnelle de l'extrême pauvreté concerne plus de 20 % des habitants de la planète qui vivent avec des revenus inférieurs à un dollar par jour, alors que la pauvreté relative, un autre indicateur économique restrictif, comprend 20 autres pour cent de la population mondiale qui, eux, vivent avec moins de 2,5 dollars par jour (Davis, 2006). La pauvreté n'est en aucun cas limitée aux « *pays du Sud* ». Ceux qui chutent en dessous du seuil de pauvreté au Canada, aux États-Unis et en Europe – une catégorie qui inclut les récents immigrés sans emploi, en particulier dans les grandes villes d'Europe (OCDE, 2013) – constituent à présent pas moins de 40 % de la population dans certaines régions (HUD, 2012 ; Statistics Canada, 2011 ; Fréchet *et al.*, 2011 ; OCDE, 2011). Ce fait contredit nettement la perception largement admise que la plupart des Occidentaux font partie de la classe moyenne. On estime que 3 millions d'Amé-

### Pour citer cet article

#### Référence électronique

Viviane de Melo Resende, María Laura Pardo, Greg Nielsen, « Pauvreté et journalisme : pratiques en mutation ? Introduction », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n° 1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017.  
URL : <http://surlejournalisme.org/rev>



ricains et 300 000 de Canadiens sont devenus des sans-abri depuis la récession de 2008 (Weissman, 2013).

La pauvreté est un problème social et global (Alcock, 2006), avec des conséquences désastreuses sur les vies de millions de personnes dans le monde. Cependant, la couverture médiatique de ce problème, y compris de ce qui peut être qualifié d'industrie environnante en réponse au problème (ONG, organisations intergouvernementales et internationales), est aisément déformée, supprimée ou naturalisée dans la presse, la télévision et les autres supports médiatiques (Pardo April 2008 ; Silva, 2009 ; Pardo, 2012 ; Pardo, Noblía, 2015 ; 2016 ; Resende, 2016a). Alors que la question de la pauvreté continue d'être un des objets d'information les plus importants de par les faits qu'elle soulève, c'est aussi une des plus négligées (Lugo-Ocando, 2015 : 15). Ces carrefours (d'ethnies, de genres, et de (in)capacités), avec une population massivement non employée (Hill-Collins, Bilge, 2016) sont, au mieux, marginalisés dans l'usage, l'accès et le pouvoir de cette population dans les médias dominants contemporains. Deux facteurs socio-historiques jouent pour comprendre la négligence de la couverture médiatique de la pauvreté ; les deux portent à la fois sur des échelles locale et planétaire. Le premier touche à la transition actuelle vécue par le système de production de l'industrie de presse. Le second concerne à la fois la difficulté de changer les pratiques journalistiques et la capacité de l'écosystème médiatique actuel à créer des formes narratives distinctes et des environnements discursifs pour les sujets sur la pauvreté. Cette introduction débute par un résumé du contexte général du système de production médiatique. Elle propose ensuite une discussion sur la capacité ou l'incapacité du système à aborder les sujets concernant la pauvreté, pas seulement du point de vue du vécu de cette situation au quotidien, mais aussi en se demandant si les personnes en situation de pauvreté peuvent être elles-mêmes une audience pour les reportages.

Tenant compte des changements à la fois dans le système de production médiatique et dans celui des pratiques journalistiques, Hallin et Mancini (2012) observent que les médias en Amérique du Nord et dans le nord de l'Europe tendent à être pluralistes et composés d'une association de genres journalistiques diversifiés et basés sur des faits qui proviennent d'organisations publiques et privées. Les pratiques tendent aussi à maintenir une certaine autonomie vis-à-vis des partis politiques. Alors que l'industrie de la presse, le média qui continue d'employer le plus grand nombre de journalistes professionnels, a connu une certaine croissance dans la

dernière décennie en Inde, Chine, Afrique et dans la plupart des pays d'Amérique latine, en Amérique du Nord, le pessimisme est de rigueur lorsqu'on songe au futur économique des médias pluralistes et au rôle civique qu'ils jouent (WAN, 2008 ; 2015). L'embauche d'environ 5 000 nouveaux journalistes en ligne travaillant avec différentes *startups* aux États-Unis est loin de combler les plus de 20 000 pertes que les rédactions ont connues depuis 10 ans (Pew, 2015). Des rapports sur la soi-disant crise du journalisme (Gasher *et al.*, 2016 ; Alexander *et al.*, 2016 ; Sabés Turmo, Verón Lassa, 2012) ont de plus en plus appelé à plus de subsides, comme c'est le cas en Europe, afin de supporter l'industrie médiatique en Amérique du Nord alors qu'elle est en pleine transition numérique (Miles, 2016 ; Benson, 2014). Au même moment, l'Europe pleure la perte de l'ancien monopole des services publics de diffusion et les impératifs d'une économie néo-libérale.

Le modèle pluraliste est davantage polarisé dans les pays du Sud comme on le voit dans les formes prédominantes des organisations – petites et privées – tout autant que dans la relation étroite avec les partis politiques (Hallin, Mancini, 2012). Le Brésil est une exception à ce constat puisque ses organisations médiatiques ont généralement été privatisées assez tôt : les reportages se sont alors basés plus rapidement sur des faits, s'éloignant des rapports trop étroits entre politique et presse. Pourtant, ce type de reportage a été suspendu durant les années de dictature (1964-1985) et la situation s'est encore plus polarisée dans le contexte de la récente crise politique (Albuquerque, 2012). La plupart des pays d'Amérique latine ont expérimenté différentes formes de lois autoritaires qui ont aidé à créer de grands conglomérats privés et largement incontestés comme Globo au Brésil et Televisa au Mexique, ou des « duopoles », en Argentine, Grupo Clarín, Telefónica, Grupo Phillips et Cisneros au Venezuela (Moto, 2011). Au Pérou, en Équateur et dans beaucoup d'autres pays de la région, existe un marché mixte, certains avec des financements publics, mais la plupart restant des entreprises familiales. Dans presque tous les cas, historiquement, « les groupes de médias domestiques sont devenus des alliés du régime dans la conquête du pouvoir politique » (Guerrero, Márquez-Ramírez, 2014 : 55). Bien entendu, ces caractéristiques de l'environnement journalistique ont un impact sur les représentations des problèmes sociaux liés à l'inégalité de la distribution des ressources matérielles et symboliques (Villarruel, 2014).

Les systèmes monopolistiques pluralistes et privés évoluent actuellement, à différentes vitesses, sous la pression conjointe bien connue des concep-

tions civiques et de la viabilité économique de ce qu'on pourrait appeler les institutions du journalisme. Ces institutions n'ont ni corps, ni voix, ni point de vue, en dehors des porte-paroles qui sont principalement des journalistes et (Nielsen, 2016a) « bien ancrés, agissant par intérêt personnel, avides et donc condamnés à l'inéluctabilité du "point de vue" » (Boltanski, 2011 : 84), toute objectivité apparente mise de côté. Les journalistes professionnels se considèrent comme responsables lorsqu'ils exercent leur métier, doivent reproduire ses codes, ses méthodes et techniques, et légitimer ses idéaux, mais sont malgré tout conscients qu'ils ne peuvent pas agir sans les infrastructures organisationnelles et technologiques ainsi que leurs relations complexes avec le travail, le capital et l'État. Les transformations rapides des modes d'organisation des institutions mettent la pression sur le métier à de multiples égards. La pression diffère grandement selon les régions et va de la dérégulation et de la montée des concentrations des entreprises à l'intervention manifeste, l'intimidation et la censure dans les contextes les plus autoritaires. La chute des revenus publicitaires, les innovations technologiques et l'augmentation de la fragmentation des audiences mènent, semble-t-il, à des convergences de plateformes médiatiques et à la perte de débouchés pour l'information locale.

En conséquence, du point de vue de la fabrication des nouvelles, semble persister une dualité entre les couvertures journalistiques instituées (c'est-à-dire à la fois des organisations commerciales et non commerciales), qui accentuent une partie des pratiques standards (avec une surreprésentation des sources non gouvernementales ou provenant des entreprises aussi bien pour la couverture que pour la sélection et le traitement des nouvelles basées sur des valeurs traditionnelles), d'une part, et un plaidoyer soutenu par d'autres acteurs sociaux afin d'impacter ou de perturber l'agenda public médiatisé (Silva, 1998) et d'instaurer des nouvelles pratiques journalistiques. Au même moment, le journalisme « citoyen » (avec ou sans contrôle éditorial) a émergé en parallèle à l'hybridation entre l'information et le divertissement ainsi qu'avec l'envahissement de l'industrie des relations publiques (*spin*). Alors que la montée des médias sociaux a montré un grand potentiel émancipateur, elle a aussi mené au retour du *muckraking* (journalisme à scandales) et du *yellow journalism* (« *fake news* » ou « fausses nouvelles ») à grande échelle (Park, 1923). Cette évolution élude les questions suivantes : « D'où la nouvelle provient-elle ? Qu'est-ce qui est vrai ? Qu'est-ce qui ne l'est pas ? S'il y en a un, qu'est-ce que l'agenda de l'éditeur ? » (Doctor, 2016). Une description détaillée des façons dont ces pressions

affectent la couverture journalistique et la représentation de la pauvreté reste encore à faire.

Nous n'avons pas besoin de regarder très loin pour découvrir les effets négatifs qui semblent avoir détérioré un siècle de valeurs centrées sur le reportage autonome, équilibré, basé sur les faits et vérifié par les institutions journalistiques. Jamais ces valeurs n'ont été autant menacées qu'en 2016, lors des résultats inattendus des élections présidentielles américaines, du vote sur le Brexit ou de l'*impeachment* (« coup d'État constitutionnel ») de la présidente du Brésil, Dilma Rousseff. Ce n'est pas seulement un changement idéologique vers l'aile droite autoritaire de l'échiquier politique, les grands groupes d'affaires, la militarisation ou la stigmatisation des minorités, mais aussi dans beaucoup d'instances, le formidable déni du fait que les journalistes sont supposés exposer des faits journalistiques et donc également proposer un contre-pouvoir démocratique en tant que « quatrième pouvoir ». Un commentateur des États-Unis a résumé ce constat par ces mots : « Le déclin du modèle économique des médias de masse ; la montée continue des flux sociaux personnalisés et le contenu rapidement diffusé avec eux ; l'évanouissement du travail journalistique dans les régions loin des côtes : autant d'éléments qui, comme l'expansion de l'univers, nous poussent très loin et dans toutes les directions. » (Benton, 2016).

Ce numéro de *Sur le journalisme – About journalism – Sobre jornalismo* comprend diverses contributions qui tentent de déconstruire la combinaison complexe des forces politiques, organisationnelles et créatives qui se battent avec et contre les unes et les autres pour définir ce que sont les « bonnes » pratiques journalistiques. Cela implique de situer l'analyse en homologie avec les tensions sociologiques et la diversité que l'on trouve dans les structures sociales et organisationnelles, mais aussi dans les pratiques discursives. Il s'agit d'interroger les attitudes ainsi que le contexte journalistique, la cohérence éditoriale, les niveaux de vérification requis et les cultures professionnelles qui varient fortement d'un média à un autre, mais encore plus à travers les régions, qu'elles soient urbaines, nationales ou globales. Partout, les journalistes soulèvent des questions autour de la pauvreté : comment les pauvres sont-ils nommés, représentés, classés ? Sont-ils représentés uniquement quantitativement ? Quels sont les lieux vers lesquels se tournent les journalistes ? Comment peut-on changer les pratiques ? Quel innovation des médias pourrait faciliter les transformations ? Comment les pauvres sont-ils représentés de façon iconographique ? Quel rôle jouent le genre, la race et la classe sociale dans la couverture médiatique ? L'identité des personnes qui travaillent

dans la salle de rédaction importe-t-elle ? Pourquoi l'image du « plus pauvre des pauvres » est-elle, d'un point de vue journalistique, si envoûtante ? Voilà quelques-unes des questions soulevées par les sept articles publiés dans ce présent dossier.

---

#### LES SUJETS LIÉS À LA PAUVRETÉ PEUVENT-ILS TROUVER LEUR VOIX DANS L'ÉCOSYSTÈME MÉDIATIQUE ACTUEL ?

---

Il est important de ne pas réduire les multiples niveaux de sens culturels que les journalistes créent aux impératifs politiques ainsi qu'aux contradictions qui jaillissent dans la crise émergente de l'industrie médiatique et des sociétés politiques. D'un côté, l'histoire et la critique de la politique économique des organisations médiatiques qui ont couvert la pauvreté sont loin d'avoir été écrites. D'un autre côté, il ne faut pas ignorer les initiatives novatrices de l'instance journalistique qui essaie d'inclure en tant qu'audience les acteurs sociaux dont elle rend compte. Les journalistes jouent toujours un rôle politique important lorsqu'ils « façonnent » les nouvelles consacrées à la pauvreté, et cet élément ne doit pas être éludé. Dans le premier article de ce dossier, « *A política das imagens e a pobreza: mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013* » (La politique de l'image et la pauvreté : les femmes bénéficiaires du programme Bolsa-Família dans le photojournalisme entre 2003 et 2013), Ângela Marques se concentre sur les implications de l'utilisation des images de pauvreté dans l'activité journalistique, en expliquant qu'en plus de constituer une « large galerie de personnes souffrantes non identifiées », ce procédé renforce la capacité narrative des images. S'il est vrai que le journalisme hégémonique a été un support d'histoires évoquant la pauvreté, au moins dans un cadre de charité — ce qui, en fait, pourrait, et se trouve, être questionné — il s'est aussi concentré de façon restrictive sur les problèmes relatifs à un manque d'accès d'une portion significative de la population mondiale aux ressources matérielles et symboliques. Ce manque d'accès a été couvert de façon souvent superficielle et a associé trop rapidement pauvreté et violence, comme Pardo Abril (2008) l'a montré dans le cas colombien et Pardo (2013 ; 2014) dans celui argentin.

Deux articles de ce numéro abordent le problème de l'association pauvreté/violence dans les médias. Analía Zilber, dans « *Las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticias e historias de vida: entre la pasividad y la agentividad* » (Les représentations discursives des voisins dans des communautés appauvries dans les informations et les histoires de vie : entre passivité et agentivité), souligne les représentations discursives des

résidents des communautés appauvries de Buenos Aires. Zilber utilise différentes méthodes et théories linguistiques afin de rendre les histoires vivantes ; des nouvelles provenant des bulletins d'information de Telenoche ainsi que de *Visión Siete Central* et les résultats de sa recherche pointent les stigmatisations qui ocurrent dans ces communautés. Ensuite, dans « *Mídias francesas e estigmatização dos moradores de periferia em casos de "violência urbana"* » (Les médias français et la stigmatisation des résidents périphériques lors de cas de « violence urbaine »), Paula Paes examine l'association entre pauvreté et délinquance dans les représentations que se font les médias des périphéries, se concentrant sur le cas français. Elle assied son argumentation autour du fait que le problème de la violence urbaine est aussi le résultat d'un travail définitoire et que les chercheurs en représentation médiatique doivent se demander : à quoi la violence se réfère-t-elle ? Le point nodal de l'article, donc, se trouve dans la discussion d'une perspective qui interrogerait les conditions sociales de la production d'informations et la construction d'une réalité dans laquelle le média participe.

Comme les deux articles le pointent, cette approche commune tend à éviter les reportages d'investigation critique. Après tout, il est aussi vrai que le journalisme alternatif, à l'instar des articles de terrain, des médias communautaires, quelques formes de journalisme citoyen, certains médias sociaux ainsi que l'émergence des réseaux de télévision des « Premières Nations » et quelques diffuseurs publics ont cherché d'autres formes d'associations entre information et extrême pauvreté. De nombreuses formes de journalisme civique ont cherché à établir des relations politiques différentes lorsqu'il s'est agi d'aborder les sujets relatifs à la pauvreté en tant qu'audience potentielle des reportages, par exemple en rapportant des actions prises en charge par des groupes subordonnés devenus protagonistes (Acosta, 2012). En prenant en compte certaines dynamiques liées du fonctionnement des genres narratifs et à leur potentiel, Augusto Paim, dans l'article « *Por uma estética jornalística da pobreza* » (Pour une esthétique journalistique de la pauvreté) se demande si le journalisme conventionnel, supposé être objectif, peut contribuer à l'exercice de l'humanité et à la citoyenneté. Est-il possible de produire un contenu socialement engagé dans un format conservateur ? L'auteur conclut que, même s'il évoque des questions sociales, le journalisme traditionnel est incapable de provoquer des transformations lorsqu'il utilise les formats et les techniques traditionnelles qui simulent l'objectivité. Partant de ce constat, il affirme que les pratiques d'un journalisme socialement engagé devraient être basées sur un esthétisme soutenu par les techniques narratives venues des arts. Théoriser le pouvoir culturel du journalisme, son éthique pro-

fessionnelle ainsi que la relative autonomie vis-à-vis des forces économiques et politiques, peut expliquer ce qui en fait un champ des pratiques culturelles distinctes qui peut façonner des symboles de représentation collective provenant des performances des sujets qui sont sélectionnés comme valant la peine de figurer dans les nouvelles (Alexander, 2015 ; Bourdieu, 2005). Ce qui est cependant facilement mis de côté dans les reportages qui encouragent le rôle autonome que les journalistes jouent sont les contradictions interprétatives entre les sujets rapportés et le *dèmos* ou « gens normaux » implicite ou imaginé à qui la plupart des médias s'adressent (Boltanski, 2011). Au-delà du problème des voix et des perspectives pluralistes qui sont censées définir le « bon journalisme » à travers un système assumé de « *cheks and balances* » (Benson, 2014), nous avons besoin de problématiser la façon dont le journalisme est capable d'imaginer son audience sans s'adresser aux sujets qui sont dans les médias.

Par exemple, lorsque les journalistes rapportent la voix des pauvres ou, plus souvent, des agences, groupes ou individualités qui parlent d'eux, ou pour eux, le ton de leur couverture est principalement rationnel, mais aussi, dans une moindre mesure, moral, légitimé grâce à des références aux données gouvernementales et indépendantes, aux témoignages d'experts ou d'opinions de sources universitaires (Nielsen, 2008 ; Resende, 2016b). Les mentions des émotions des personnages, telles qu'on les constate dans le genre narratif émergent aux États-Unis et favorisant les récits émotionnels à la première personne (Schudson, 2016), sont conçues pour fournir une réponse à un lecteur imaginaire ou une accroche à la narration standard mais, trop souvent, elles stigmatisent également les toxicomanes, les squatteurs ou les victimes de famine ou de catastrophe naturelle. Les formes multiples (l'imprimé et l'audiovisuel) et les diverses plateformes (tweets, blogs, Snapchat, etc.) de narration, ainsi que les opinions sous forme d'*op-ed*, les documentaires, les lettres vers la rédaction en chef et les *wire reports*<sup>1</sup> peuvent fournir — et le font — d'importants supports à travers les critiques de l'oppression ou simplement en témoignant de l'injustice. Cependant, il est très rare de trouver un reportage original qui reconnaît soit la subjectivité immédiate de la pauvreté, soit les causes structurelles de l'inégalité qui la provoque.

---

**COMMENT LES JOURNALISTES ONT-ILS DONNÉ  
LA PAROLE AUX DIFFÉRENTES SITUATIONS  
DE LA PAUVRETÉ ?**

---

Dans l'usage répandu des tons rationnels ou moraux ainsi qu'un discours à la troisième personne qui

sépare le journaliste du sujet évoqué, les nouvelles risquent de reléguer l'expérience de la pauvreté à un niveau de reconnaissance secondaire (Nielsen, 2016b). Les journalistes professionnels évitent de s'impliquer dans l'histoire le plus souvent pour de bonnes raisons. La prise de distance avec le sujet aide à maintenir la crédibilité et, pour certains, un détachement intégral aide à défendre un sens de l'objectivité, de l'équilibre et de la précision. Cela fait sens dans la fonction de *watchdog* (chien de garde) du journalisme qui raconte des histoires sur les gouvernements, les institutions ou les sujets officiels. Mais, nous avons besoin d'interroger ce désir de distance lorsqu'il est question de couvrir le thème complexe de l'exclusion.

Dans ce numéro, le problème de l'objectivité est abordé dans l'article « *O jornalismo que cala a periferia: a dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza* » (Le journalisme qui a fermé la périphérie : la dyslexie discursive et la mise sous silence de la pauvreté). Monica Sousa problématisé les contradictions entre la théorie journalistique et les pratiques, montrant que « les rituels journalistiques deviennent des forces stratégiques qui contredisent l'essence "sociale" que les rituels d'objectivité, d'impartialité et de vérité veulent défendre ». L'auteure propose alors le concept de dyslexie discursive qui, selon elle, assure aux stratégies journalistiques le maintien d'un *statu quo* « subalterne » dans lequel les habitants des périphéries sont « immergés dans leur historicité médiatique », ce qui entraîne un potentiel effet de résistance immobile. D'un autre côté, John Delva évoque la couverture médiatique de la violence policière basée sur la race aux États-Unis, entraînant une réflexion à propos du potentiel, pour les nouvelles, d'avoir une influence sur les mouvements sociaux. Dans « *Content with Diversity: An Interview and Textual Analysis Based on the Huffington Post Crowdfunded Ferguson Coverage* » (Contenu diversifié : Une analyse textuelle et enrichie d'entretiens basée sur la couverture médiatique de la situation à Ferguson du *Huffington Post*) rendue possible grâce au *crowdfunding* (appel aux dons en ligne), Delva explique que la plupart des couvertures médiatiques des brutalités policières envers la population noire peut servir de preuve pour les activistes et les familles des victimes, qui réussissent à entraîner une forte mobilisation sociale autour des questions sensibles qui lient classe et ethnies.

Conjugués, ces deux articles illustrent la double articulation du discours dans la société, soulignant un potentiel lorsqu'il s'agit de maintenir et transformer les inégalités sociales. Opérant à partir de compréhensions conventionnelles de la valeur d'une information et de ce qui constitue l'audience imaginée pour les reportages, les journalistes créent des



catégories qualifiées de pertinent et non pertinent, compatible et incompatible, identique et autre, des divisions entre ce que Lugo-Ocando (2015) appelle « *othering* ». Silverstone (2007) mobilise le concept de « *mediapolis* » afin de décrire l'espace public médiatisé dans lequel on s'engage avec ressemblance ou différence. Ce travail discursif, cependant, peut mener à des résultats inattendus, y compris des possibilités d'appropriation, comme celles pointées par l'article de Delva. Passer outre le premier niveau de reconnaissance subjective dans les reportages dédiés à la pauvreté peut également être vu comme prenant la forme de ce Nancy Fraser appelle le « *status subordination* » (statut de subordination). Par exemple, lorsque les contenus des médias montrent des initiatives caritatives pour « aider » les pauvres, du point de vue des intentions des journalistes, cela ne semble pas créer un obstacle au niveau primaire de reconnaissance. Mais le premier niveau de reconnaissance requiert une forme dialogique de discours (une seconde personne, « vous ») qui pourrait traiter les sujets en tant que co-créateur dans le reportage (Bakhtin, 1984). Ne pas tenir compte du premier niveau de reconnaissance *via* le cadrage et la forme de discours à la troisième personne ne veut pas dire que le sujet « doit être mal jugé, considéré comme inférieur ou encore rabaissé dans la considération, les croyances ou les représentations d'autrui. C'est plutôt dénier le statut d'un partenaire à part entière dans les interactions sociales » (Fraser, 2000 : 113).

Dans son article, « *Pessoas em situação de rua: o que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer?* » (Les personnes sans domicile fixe : que disent-elles sur elles-mêmes et que pourraient-elles dire d'autre ?), publié dans ce numéro, Suzana Rozendo s'intéresse à un aspect original de l'audience : en prenant en compte la façon dont les gens sans domicile fixe sont représentés dans les médias traditionnels, elle se demande comment joue le positionnement des professionnels qui ont affaire à ces personnes sur les nouvelles rapportées par les journalistes. L'objectif de l'article est, dès lors, de dévoiler le positionnement de ces professionnels qui sont en contact avec les sans-abri lorsqu'il est question de ce thème dans les médias. Par conséquent, le texte promeut une critique des médias de la part des différentes voix qui sont touchées dans leur profession par le discours médiatique étant donné que la représentation est aussi une forme d'action.

Même si les médias traditionnels évoquent régulièrement les questions de pauvreté de manière charitable ou avec compassion – sans établir de relation entre la situation de pauvreté et d'autres questions sociales, et donc en réduisant la représentation à une apparence logique (Fairclough, 2003) – les reportages s'intéressent pourtant rarement aux ac-

teurs sociaux présents dans les médias comme s'ils faisaient partie de leurs lecteurs, téléspectateurs ou auditeurs. En d'autres mots, les journalistes parlent du point de vue des « riches » vers d'autres « riches » à propos des « pauvres » (Resende, 2016b ; Molina, 2011). Ne s'ensuit-il pas que l'entendement du public vis-à-vis de la pauvreté est diminué, même lorsque la presse requiert passionnément, au nom d'une plus grande démocratie, des solutions ? Ne s'ensuit-il pas que la couverture journalistique de la pauvreté opère de telle sorte qu'elle produit un mutisme traditionnel des acteurs sociaux – curieusement ceux qui sont le plus concernés directement par le sujet – qui sont ainsi exclus des représentations médiatiques et de l'accès au débat public sur le sujet ?

L'exclusion de l'audience implicite n'a pas été problématique pour les médias traditionnels étant donné qu'on a longtemps considéré comme faisant partie du cadre normatif que la couverture médiatique devait être réalisée en reflétant l'intérêt de la majorité du lectorat (Retief, 2002 ; Ward, 2006). La première responsabilité du journaliste et du rédacteur en chef a été, traditionnellement, d'imaginer et de juger la valeur informative d'une information eu égard à son audience réelle. Nous affirmons que cette position est trop simpliste pour l'industrie, car elle survalorise la représentation médiatique des groupes marginalisés, et les considère rarement, sinon jamais, comme acteurs de leur audience. Nous reconnaissons que les acteurs marginalisés sociologiquement et économiquement ne constituent pas un marché attractif pour les organisations médiatiques commerciales et sommes tout autant conscients que la recherche a longtemps pointé le fait que les journalistes sont réticents à changer les habitudes et fixer les modèles narratifs (Tuchman, 1978 ; Ryfe, 2012). Nous avons noté que les médias sont en train de subir un changement majeur dans leur modèle économique depuis la dernière décennie, mais nous avons également besoin d'examiner de façon critique le concept qui veut que les nouvelles technologies numériques annoncent une démocratisation des médias. Il peut être vrai que les nouvelles technologies et les pratiques émergentes ont transformé l'audience en une sorte de média, ou du moins ont fait en sorte que n'importe qui appartenant autrefois à « l'audience marchande » peut désormais directement relater n'importe quelle nouvelle qui lui vient en tête (Anderson *et al.*, 2014). Mais cela reste une possibilité, encore loin d'être un moyen sans failles de produire de l'information fiable et accessible à tous (Alexander, 2016 ; Jurkowitz, 2014 ; Hass, 2007 ; Curran, 2010).

Le contexte socio-historique et les formes d'ordre du discours produisent les institutions du journalisme et orientent la façon de s'adresser à l'audience,

le ton émotionnel, la sélection de sources externes et internes et les jugements moraux ou rationnels. L'une après l'autre, les pratiques journalistiques influencent la façon dont le public perçoit les vulnérabilités sociales ainsi que sa réaction à leur rencontre, la manière dont les personnes pauvres sont identifiées et comment l'audience s'identifie elle-même (Resende, 2012). Le « façonnage » des nouvelles (Benson, 2013) sur la pauvreté par les organisations médiatiques, leur contexte géopolitique, les cultures professionnelles et la relation au pouvoir sont donc

devenus des objets d'intérêt pour la recherche dans différentes disciplines. C'est dans cet esprit que ce dossier multidisciplinaire présente des articles qui s'intéressent aux nombreux aspects de la pauvreté dans le contexte des institutions du journalisme en transition et transformation.

---

Traduction : Cédric Tant

#### NOTES

---

<sup>1</sup>. Service d'information canadien qui propose des informations liées aux télécommunications et aux médias.

## RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- Acosta, P., 2012, *Protagonismo face à inevitabilidade da violência : Vozes da rua em Ocas e em o Trecheiro*, Dissertação de mestrado (Linguística), Brasília, Universidade de Brasília.
- Albuquerque, A., 2011, « On Models and Margins : Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective », in Hallin, D., Mancini, P. (Éds.), *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press, pp. 72-95.
- Alcock, P., 2006, *Understanding Poverty*, UK, Pallgrave Macmillan, 3rd ed.
- Alexander, J., Butler Breeze, E., Luengo, M., 2015, *The Crisis of Journalism Reconsidered : Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press.
- Anderson, C.W., Bell, E., Shirky, C., 2014, *Post-Industrial Journalism : Adapting to the Present. A Report to the Tow Centre for Digital Journalism*, New York, Columbia Journalism School, pp. 1-121.
- Bakhtin, M., 1984, *Problems of Dostoevsky's Poetics*, Emerson, C., Booth, W. (Éd. et trad.), Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Benson, R., 2013, *Shaping Immigration News : A French-American Comparison*, Cambridge University Press.
- Benson, R., 2014, « Strategy Follows Structure : A Media Sociology Manifesto », in Waisbord, S. (Éd.), *Media Sociology : A Reappraisal*, Polity, pp. 25-45.
- Benton, J., 2016, « The forces that drove this election's media failure are likely to get worse. Segregated social universes, an industry moving from red states to the coasts, and mass media's revenue decline : The disconnect between two realities shows no sign of abating », <http://www.niemanlab.org/2016/11/the-forces-that-drove-this-elections-media-failure-are-likely-to-get-worse/>, consulté le 09/11/2016.
- Boltanski, L., 2011, *Critique : The Sociology of Emancipation*, London, Polity.
- Bourdieu, P., 2005, « The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field », in Benson, R., Neveu, E. (Éds.), *Bourdieu and the Journalistic Field*, Cambridge, Polity Press, pp. 29-47.
- Curran, J., 2010, « The Future of Journalism », *Journalism Studies*, vol. 11, no 4, pp. 464-476.
- Davis, M., 2006, *Planet of Slums*, London, Verso.
- Doctor, K., 2016, « Newsonomics : Fake-news fury forces Google and Facebook to change policy », <http://www.niemanlab.org/2016/11/newsonomics-fake-news-fury-forces-google-and-facebook-to-change-policy/>, consulté le 11/2015.
- Fairclough, N., 2003, *Analyzing Discourse : Textual Analysis for Social Research*, London, Routledge.
- Fraser, N., May 2000, « Rethinking Recognition », *New Left Review*, pp. 107-119.
- Fréchet, G., Gauvreau, D., Poirier, J. (Éds.), 2011, « Statistiques sociales, pauvreté et exclusion sociale : perspectives québécoises, canadiennes et internationales », *Publication en hommage à Paul Bernard, Centre interuniversitaire québécois de statistiques sociales (CIQSS) et Ministère de l'Emploi et de la Solidarité sociale*, Montréal, Presses de l'Université de Montréal.
- Gasher, M. et alii (Éds.), 2016, *Journalism in Crisis : Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press.
- Guerrero, M., Márquez, M., 2014, « The "Captured-Liberal" Model : Media Systems, Journalism and Communication Policies in Latin America », *International Journal of Hispanic Media*, vol. 7, pp. 1-12, <http://www.internationalhispanicmedia.org/the-captured-liberal-model-media-systems-journalism-and-communication-policies-in-latin-america/>, consulté le 05/12/2016.
- Hallin, D., Mancini, P. (Éds.), 2012, *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press.
- Hass, T., 2007, *The Pursuit of Journalism. Theory, Practice, and Criticism*, New York, Routledge.
- HUD (United States, Department of Housing and Urban Development), 2012, *Annual Homeless Assessment Reports to Congress*, U.S.
- Jurkowitz, M., 2014, « The Growth in Digital Reporting : What it Means for Journalism and News Consumers », Pew Research Journalism Project, <http://www.journalism.org/2014/03/26/the-growth-in-digital-reporting/>.
- Lugo-Ocando, J., 2015, *Blaming the Victim : How Global Journalism Fails Those in Poverty*, London, Pluto Press.
- Miles, B., 2016, « Des médias nationaux en santé sont essentiels au rayonnement de la culture québécoise », *Le Devoir*, <http://www.ledevoir.com/societe/medias/478671/renouvellement-de-la-politique-culturelle-des-medias-nationaux-en-sante-sont-essentiels-au-rayonnement-de-la-culture-quebecoise>.
- Matos, C., 2011, « Media and Democracy in Brazil », *Westminster Papers in Communication and Culture*, vol. 8, no 1, pp. 178-196, consulté le 05/12/2016.
- Molina, L., 2011, « La construcción de una amenaza : la representación discursiva de los habitantes de la villa como violentos en el diario Clarín », *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 12, no 2, pp. 94-126.
- Nielsen, G., 2016a, « Critical Theory and Acts of Journalism : Expanding the Implied Audience », in Gasher, M. et alii (Éds.), *The Crisis in Canadian Journalism : Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 53-73.
- Nielsen, G., 2008, « Conditional Hospitality : Framing Poverty in the Montreal Press », *Canadian Journal of Communications*, vol. 33, no 4, pp. 605-621.
- Nielsen, G., 2016b, « Méconnaissance : Lecture des nouvelles sur la pauvreté et les communs urbains en Amérique du Nord », *Anthropologie et société*, vol. 40, no 1, pp. 173-193.
- OECD, 2013, *International Migration Outlook 2013*, [http://dx.doi.org/10.1787/migr\\_outlook-2013-en](http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2013-en).
- OECD, 2011, *Divided We Stand. Why Inequality Keeps Rising*, [http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en\\_2649\\_33933\\_49147827\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en_2649_33933_49147827_1_1_1_1,00.html).



- Oxfam, 2016, « Uma economia para o 1 % : Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido », *Documento informativo da Oxfam 210*, 18/11/2016, <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>.
- Pardo Abril, N. G., 2008, ¿Que nos dicen? ¿Que vemos? ¿Que és... pobreza?, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.
- Pardo, M. L., 2012, « Asociación discursiva entre pobreza y delito en un programa televisivo reproducido en YouTube », in Pardo Abril, N. G., *Discurso en la web : pobreza en YouTube*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, pp. 270-294.
- Pardo, M. L., 2013, « The aesthetics of poverty and crime on Argentinean reality television », in Lorenzo-Dus, N., Garcés-Conejos Blitvich P. (Éds.), *Reality Television and Discourse Analysis in Action*, UK, Palgrave Macmillan, pp. 115-140.
- Pardo, M. L., 2014, « Las representaciones socio-discursivas que sobre los jóvenes pobres ligados al delito crean los medios televisivos en Argentina », *Romanica Olomucensia*, Praga, República Checa, pp. 249-264.
- Pardo, M. L., Nobliá, V., 2015, « Ni diálogo ni debate : la voz de la audiencia en los comentarios digitales sobre la pobreza », *Revista de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, vol. 15, no 2, [Especial en Homenaje a los XX años de ALED], pp. 117-138.
- Pardo, M. L., Nobliá, V., 2016, « O discurso sobre a criminalidade no Youtube : juventude e estigma », in Lara, G., Limberti, R. (Éds.), *Representações do Outro*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, pp. 171-186.
- Park, R., 1923, « The Natural History of the Newspaper », *American Journal of Sociology*, vol. 29, no 3, pp. 273-289.
- Pew Research Center, 2015, « Local News in a Digital Age », <http://www.journalism.org/2015/03/05/local-news-in-a-digital-age/>, <http://www.journalism.org/2015/04/29/state-of-the-news-media-2015/>.
- Resende, V. de M., 2012, « Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília : naturalização e expurgo do outro », *Linguagem em (Dis)Curso*, vol. 12, pp. 439-465.
- Resende, V. de M., 2016a, « Discursive representation and violation of homeless people's rights : Symbolic violence in Brazilian online journalism », *Discourse & Communication*, vol. 10, no 6, pp. 596-613.
- Resende, V. de M., 2016b, « Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line : quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua ? » *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 26, no 3, pp. 955-988.
- Retief, J., 2002, *Media Ethics : An Introduction to Responsible Journalism*, New York, Oxford University Press.
- Ryfe, D., 2012, *Can Journalism Survive ? An Inside Look at American Newsrooms*, London, Polity.
- Sabés Turmo, F., Verón Lassa, J., 2012, « Universidad y empresa ante la doble crisis del periodismo tradicional. Propuestas y reflexiones sobre la modificación sustancial del escenario periodístico. El clúster periodístico », *ADComunica « Retos del periodismo ante el nuevo reto digital »*, Catalunya, vol. 4, pp. 151-169.
- Schudson, M., 2016, « The Crisis in News : Can You Whistle a Happy Tune ? », in Alexander, J. E., Butler Breeze, E., Luengo, M. (Éds.), *The Crisis of Journalism Reconsidered : Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press, pp. 98-116.
- Silva, D. E., 2009, « Representações discursivas da pobreza e gramática », *D.E.L.T.A.*, vol. 25, pp. 721-731.
- Silva, L. M. da, 1998, « Imprensa, subjetividade e cidadania », São Paulo, Artigo apresentado na VII Compós, PUC-SP.
- Statistics Canada, 2011, *National Household Survey*, Catalogue no 99-014-X201100.
- Silverstone, R., 2007, *Media and Morality : On the Rise of the Mediapolis*, Cambridge, Polity Press.
- Tuchman, G., 1978, *Making the News*, New York, Free Press.
- UN (United Nations), 2013, « Habitat. 100 million homeless in the world. Most are women and dependent children », <http://www.un.org/Conferences/habitat/unchsp/press/women.htm>.
- Villaroel, D., 2014, *[IN]justicia mediática. Cuando el periodismo quiere ser juez*, Buenos Aires, Argentina.
- WAN (World Association of Newspapers), 2008, *World Press Trends : Newspapers Are a Growth Business*, <http://www.wan-press.org>.
- WAN (World Association of Newspapers), 2015, *World Press Trends*, <http://www.wan-press.org/250515WPT2015Final.pptx>.
- Ward, S., 2006, *The Invention of Journalism Ethics : The Path to Objectivity and Beyond*, Montreal McGill/Queens.
- Weissman, E., 2013, *Spaces, Places and States of Mind : A Pragmatic Ethnography of Liminal Critique*, PhD Dissertation, Montreal, Concordia University.



# Pobreza y periodismo: ¿prácticas transformadoras? Introducción

VIVIANE DE MELO RESENDE

Profesora  
Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade  
Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,  
Sociedade e Cooperação Internacional  
Universidade de Brasília, Brasil  
resende.v.melo@gmail.com

MARÍA LAURA PARDO

Directora e Investigadora  
Departamento de Linguística  
Centro de Investigaciones  
en Antropología Filosófica y Cultural  
Consejo Nacional de Investigaciones  
Científicas y Técnicas  
Profesora de Análisis lingüístico  
de los medios masivos de comunicación  
Facultad de Filosofía y letras  
Universidad de Buenos Aires, Argentina  
pardo.linguistica@gmail.com

GREG NIELSEN

Profesor  
Department of Sociology and Anthropology  
Co-Director Concordia Center for Broadcasting  
and Journalism Studies  
Concordia University, Montréal, Canada  
gregmarcnielsen@hotmail.com



Le acuerdo con las Naciones Unidas, hoy en todo el mundo, hay cerca de 100 millones de personas viviendo en las calles, 600 en hostederías y más de un billón en situación de vivienda precaria (UN, 2011). Un documento reciente de Oxfam alertó sobre la perturbadora desigualdad en el mundo, que muestra que los ocho hombres más ricos cuentan con recursos comparables a los que tienen los 3.600.000.000 más pobres, la mitad de la población mundial, (Oxfam, 2016). La definición convencional económica de la extrema pobreza se aplica a más del 20% de los habitantes del planeta quienes viven con un ingreso de menos de U\$1.00 por día, mientras que la pobreza relativa, también un indicador restrictivo económico que incluye a otro 20% de la población mundial, que vive con menos de U\$2.50 por día (Davis, 2006), la pobreza es restringida al Sur en un sentido global. Aquellos que caen debajo de la línea de la pobreza en Canadá, los Estados Unidos y Europa-una categoría que a menudo incluye a inmigrantes desempleados que recién llegan, especialmente de las principales ciudades de Europa (OECD, 2013), maquilla a más del 40% de la población en algunas regiones (HUD, 2012; Statistics Canada, 2011; Fréchet *et al.*, 2011; OECD, 2011). Este hecho contradice, en sus formas, la amplia percepción de que la mayoría de los ciudadanos de Occidente son de clase media. Se estima que 3 millones de Americanos y 300.000 Canadienses han devenido personas sin techo desde la recesión del 2008, (Weissman, 2013).

## Pour citer cet article

### Référence électronique

Viviane de Melo Resende, María Laura Pardo, Greg Nielsen, « Pobreza y periodismo: ¿prácticas transformadoras? Introducción », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n° 1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017.  
URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

La pobreza es un problema social global serio, (Alcock, 2006), con consecuencias desastrosas en la vida de millones en el mundo. Sin embargo, la solución del problema, incluyendo lo que podría llamarse la industria circundante que podría dar una respuesta a esto (ONGs organizaciones intergubernamentales e internacionales) es distorsionada fácilmente, borrada, o naturalizada de varios modos por los diarios, cadenas de televisión, y otros vehículos mediáticos (Pardo, April, 2008; Silva, 2009; Pardo, 2012; Pardo, Noblia, 2015; Pardo, Noblia, 2016; Resende, 2016a). Si bien la pobreza continua siendo uno de los problemas más importantes en el plano global, como estos hechos lo indican, también es uno de los hechos más olvidados (Lugo-Ocando, 2015: 15). Estas poblaciones, intersectoriales (racializadas, generalizadas, deshabilitadas) desempleadas en masa (Hill-Collins, Bilge, 2016), son, en el mejor de los casos, marginales cuando se trata del acceso y el uso del poder de los medios de comunicación. Deben contextualizarse dos factores socio-históricos para ayudar a entender por qué se descuida la cobertura de la pobreza, tanto en el plano local como en el global. En primer lugar, tenemos que poner en contexto la transición en curso de los sistemas de producción de la industria de noticias y, en segundo lugar, tenemos que explicar por qué las prácticas del periodismo son difíciles de cambiar, al igual que es complejo teorizar la capacidad del ecosistema de noticias existente para crear nuevas formas narrativas y nuevos modos de dirigirse a los sujetos de la pobreza. Describimos a continuación los contextos generales de los sistemas de producción y en la siguiente sección proponemos una discusión de la capacidad o incapacidad de los sistemas para abordar el mundo de la vida de los sujetos de la pobreza y si pueden ser considerados como una audiencia por el periodismo.

En cuanto a los cambios en los sistemas de producción y sus prácticas, Hallin y Mancini (2012) observan que los medios en América del Norte y Europa del Norte tienden a ser pluralistas y están compuestos por una mezcla de informes basados en hechos y, a su vez, en una mezcla de reportes de organizaciones públicas y privadas que mantienen la autonomía de los partidos políticos. Mientras que las industrias de periódicos, el medio que sigue empleando el mayor número de periodistas profesionales, han experimentado un fuerte crecimiento durante la última década en la India, China, África y gran parte de América Latina, en Estados Unidos se ha propagado un gran pesimismo sobre el futuro papel económico y cívico de los medios de comunicación pluralistas (WAN, 2008; WAN, 2015). La incorporación de aproximadamente 5.000 nuevos periodistas “digitales”, que trabajan con una variedad de empresas *on-line* en los Estados Unidos, no llegan a

reemplazar la pérdida de más de 20.000 puestos de redacción en la última década (Pew, 2015). Informes sobre la llamada crisis en el periodismo (Gasher *et al.*, 2016; Alexander *et al.*, 2016; Sabés Turmo, Verón Lassa, 2012) están pidiendo cada vez más subvenciones de estilo europeo que apoyen a la industria de noticias en América del Norte a medida que pasa por su transición digital (Miles, 2016; Benson, 2014). Al mismo tiempo, Europa lamenta la pérdida del antiguo monopolio de los servicios públicos de radiodifusión al sector privado y los imperativos de la economía neoliberal.

El modelo pluralista está más polarizado en el Sur global, como puede verse en la combinación de formas organizativas – minoritarias y privadas predominantes – y las relaciones paralelas con los partidos políticos (Hallin, Mancini, 2012). Brasil es una excepción a esto en cuanto que sus organizaciones de medios de comunicación han sido en su mayoría de propiedad privada desde el principio. Si bien se produjo un cambio temprano hacia la presentación de informes basados en hechos fuera del paralelismo entre los partidos políticos y la prensa, dichos informes se interrumpieron durante los años de la dictadura (1964-1985) e incluso se polarizaron aún más en el contexto de la reciente crisis política (Albuquerque, 2011). La mayoría de los países latinoamericanos experimentaron diferentes formas de gobierno autoritario que ayudaron a crear grandes conglomerados privados y en gran parte sin cuestionamientos como Globo en Brasil y Televisa en México, así como los “duopolios” en Argentina, el Grupo Clarín y Telefónica, y GrupoPhillips y Cisneros En Venezuela (Moto, 2011). En Perú, Ecuador y muchos otros países de la región, hay una mezcla de propiedad compuesta por algunos conglomerados públicos, pero principalmente familiares. En casi todos los casos, históricamente “los grupos de medios nacionales se convirtieron en aliados del régimen en la búsqueda del poder político” (Guerrero, Márquez-Ramírez, 2014: 55). Obviamente, estas características del entorno periodístico tienen un impacto en la representación de problemas sociales vinculados a la desigualdad de distribución de recursos materiales y simbólicos (Villarruel, 2014).

Tanto los sistemas de monopolio plural como privado evolucionan, hoy en día, a diferentes velocidades, con una serie de presiones bien documentadas que se relacionan con los ideales cívicos y la viabilidad económica de lo que podríamos llamar la institución del periodismo. La institución no tiene cuerpo, ni voz, ni punto de vista, excepto los portavoces que son principalmente periodistas y que ellos mismos son (Nielsen, 2016a) “(están) posicionados, interesados, libidinosos y por lo tanto condenados a la ineluctabilidad del punto de vista” (Boltanski,

2011: 84), quedando toda pretensión de objetividad de lado. Los periodistas profesionales se consideran responsables de la realización del oficio, reproduciendo sus códigos, métodos y técnicas, legitimando los ideales, pero conscientes de que no pueden actuar sin las infraestructuras organizativas y tecnológicas y sus complejas relaciones laborales, capitales y estatales. La transformación superada en el aspecto organizacional de la institución ejerce presión sobre el oficio de varias maneras. Estas presiones difieren mucho entre las regiones y van desde la desregulación y el aumento de la concentración empresarial hasta la intervención manifiesta, la intimidación y la censura en contextos más autoritarios. El colapso de los flujos de ingresos publicitarios, la innovación tecnológica y el aumento de la fragmentación de la audiencia se dice que están impulsando la convergencia de la plataforma de medios y la pérdida de puntos de venta de noticias locales

En consecuencia, desde el punto de vista de las noticias, parece que sigue existiendo una dualidad entre la cobertura institucional (tanto de organizaciones comerciales como no comerciales) que hace hincapié, por un lado, en las prácticas estándar (con la sobrerrepresentación de fuentes externas gubernamentales o empresariales sobre la cobertura o la selección y tratamiento de noticias basadas en sus valores tradicionales), y por otro, en movimientos promovidos por otros actores sociales para impactar o perturbar las agendas públicas de los medios (Silva, 1998) y posiblemente instituir nuevas prácticas periodísticas. Al mismo tiempo, el periodismo ciudadano (con y sin control editorial) surge junto con la fusión de noticias y entretenimiento y la industria de las relaciones públicas (*spin*). Mientras que el surgimiento de las redes sociales mostró un gran potencial emancipatorio, también llevó al regreso de la televisión basura (*muckraking*) y del periodismo amarillo (“falsa noticia”) a gran escala (Park, 1923), que plantea las preguntas: ¿De dónde vienen las noticias? ¿Qué es la verdad? ¿Qué no lo es? ¿Cuál es la agenda, si existe, del editor? (Doctor, 2016, *on-line*). Aún no existe un estudio en profundidad de cuenta de la forma en que estas presiones afectan la cobertura periodística y la representación de la pobreza.

No necesitamos mirar mucho para descubrir influencias negativas que parecen haber deteriorado un siglo de valores comprometidos con un informe autónomo, equilibrado, basado en hechos y verificado por la institución del periodismo. En ningún momento estos valores han sido más amenazados que en los informes sobre los inesperados resultados de las elecciones presidenciales estadounidenses de 2016, la votación sobre el referéndum Brexit o el juicio político de la presidenta de Brasil, Dilma Rous-

seff. Esto no es simplemente un cambio ideológico hacia el autoritarismo derechista, el gran negocio, la militarización o el chivo expiatorio de las minorías, sino, en muchos casos, la fabulosa negación de los hechos sociales que los periodistas deben exponer y al hacerlo proporcionan un contrapunto democrático como un cuarto estado. Un comentarista estadounidense lo resumió así: “El declinar de los modelos de negocios de los medios masivos; el ascenso continuado de las transmisiones sociales personalizadas y el contenido que se difunde rápidamente en ellas; el vaciamiento de los trabajos de cobertura lejos de las costas: todo esto, como la expansión del universo, nos empuja cada vez más lejos en todas las direcciones” (Benton, 2016)

Este número de *About journalism – Sur le journalisme – Sobre jornalismo* incluye contribuciones que buscan desentrañar la compleja combinación de fuerzas políticas, organizativas y creativas que luchan entre sí y definen la “buena” práctica periodística. Esto significa situar el análisis en homología con las tensiones sociológicas y la diversidad que se encuentran en las estructuras sociales y organizativas, así como en las prácticas discursivas. Las actitudes y antecedentes periodísticos, la coherencia editorial, los niveles de verificación requeridos y las culturas profesionales difieren enormemente entre los diversos medios de comunicación, pero aún más en las regiones urbanas, nacionales y mundiales. En todas partes los periodistas plantean preguntas sobre la pobreza, pero ¿cómo se nombra, representa y clasifica a los pobres? ¿Se representan como números? ¿Dónde están los lugares en los que se informa el periodismo? ¿Cómo podemos cambiar la práctica? ¿Qué medio experimental podría facilitar la transformación? ¿Cómo se representan los pobres en las imágenes? ¿Qué papel desempeñan el género, la raza y la clase en la cobertura? ¿Importa quién está trabajando en la redacción? ¿Por qué las imágenes de “los más pobres entre los pobres” son tan convincentes desde el punto de vista periodístico? Estas son algunas de las preguntas relevantes planteadas por los siete artículos publicados en el presente número.

Ahora vamos a esbozar brevemente algunas de estas preguntas a medida que presentamos los artículos:

---

#### ¿PUEDEN LOS SUJETOS DE LA POBREZA ENCONTRAR SU VOZ EN LOS ACTUALES ECOSISTEMAS DE NOTICIAS?

---

Es importante no reducir los múltiples niveles de significados culturales que los periodistas crean a meros imperativos político-económicos y contradic-



ciones que resultan de las crisis emergentes en la industria de noticias y en las sociedades políticas. Por un lado, como ya se ha mencionado, la historia y la crítica de la economía política de las organizaciones mediáticas que cubren la pobreza aún no se ha escrito. Por otro lado, no hay que ignorar las iniciativas transformadoras en las instituciones de periodismo que buscan incluir a los actores grupos sociales como destinatarios.

Sigue habiendo un papel político importante que los periodistas cumplen en cuanto a “dar forma” a las noticias sobre la pobreza, que debe discutirse. En el primer artículo de este número (“La política de las imágenes y la pobreza: mujeres beneficiarias del programa Bolsa-Familia de transferencia de dinero en efectivo en el fotoperiodismo entre 2003 y 2013”), Ângela Marques se centra en las implicaciones del uso ostensivo de las imágenes sobre la pobreza en la actividad periodística, argumentando que además de constituir una “gran galería de sufrientes no identificados”, este uso refuerza también la capacidad narrativa de las imágenes. A partir de la relación entre la pobreza y el fotoperiodismo, la autora investiga los elementos expresivos que caracterizan las situaciones de pobreza en las imágenes. Si es cierto que el periodismo hegemónico apoyó, al menos a través de un marco caritativo de historias sobre la pobreza – lo que puede ser, y de hecho es, cuestionado – también se ha centrado estrechamente en problemas relacionados con la falta de acceso por una parte significativa de la población mundial a materiales y recursos simbólicos, que, a menudo de forma muy superficial, se asocian fácilmente con la pobreza y la violencia, como señaló Pardo Abril (2008) en el caso colombiano y Pardo (2013; 2014) en el argentino.

Dos trabajos en este número abordan el problema de la asociación pobreza / violencia en los medios de comunicación. En “*Las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticieros e historias de vida: entre la pasividad y la agentividad*”, Analía Zilber destaca las representaciones discursivas de los vecinos que viven en comunidades empobrecidas de Buenos Aires, Zilber aplica diferentes métodos y teorías lingüísticas a las historias de vida, así como a las noticias del noticiero Telenoche y a las de *Visión Siete Central*. Su investigación señala que existe una estigmatización sobre estas comunidades. Por su parte, en “*Los medios de comunicación franceses y la estigmatización de los residentes de la periferia en los casos de ‘violencia urbana’*”, Paula Paes también discute la asociación entre pobreza y violencia en la representación mediática de las periferias, centrándose en el caso francés. La autora argumenta que el problema de la violencia

urbana es también el resultado de un problema de definición y, por lo tanto, los académicos deberían preguntarse: ¿A quién se refiere la violencia? ¿Qué preguntas se plantean? El artículo, entonces, investiga las condiciones sociales de producción de noticias y la participación de los medios en la construcción de la realidad en la que participan los medios de comunicación.

Como se destaca en ambos documentos, este enfoque común tiende a evitar los informes críticos de investigación. Sin embargo, también es cierto que el periodismo alternativo como los periódicos callejeros, los medios comunitarios, el periodismo ciudadano, algunas redes sociales, así como redes emergentes de la televisión de las primeras naciones y algunas emisoras públicas buscaron otras formas de asociación entre periodismo y pobreza extrema. Varias formas de periodismo cívico buscaron establecer relaciones políticas diferentes cuando se trata de abordar los temas de la pobreza como audiencias potenciales, por ejemplo reportando acciones de gran protagonismo asumidas por grupos subordinados (Acosta, 2012). En el artículo “*Por una estética periodística de la pobreza*”, Augusto Paim considera la dinámica del funcionamiento de los géneros narrativos y su potencial y pregunta si el periodismo convencional, supuestamente objetivo, puede contribuir a un ejercicio de ciudadanía y humanidad. ¿Es posible producir contenidos socialmente comprometidos en un formato conservador? El autor concluye que, aunque se trate de temas sociales, el periodismo tradicional es incapaz de provocar transformaciones cuando utiliza formatos anquilosados y técnicas que sólo simulan la objetividad. Así, argumenta que la práctica de un periodismo socialmente comprometido debe basarse en una estética apoyada por técnicas narrativas procedentes de las artes. La teorización del poder cultural del periodismo, su ética profesional y su relativa autonomía frente a las fuerzas económicas y políticas, significa explicar lo que la hace un campo distinto de la práctica cultural. El poder cultural único del periodismo se ve en la formación de símbolos de representación colectiva. Esto se hace a través de informes sobre las acciones de los actores de cualquier número de campos que se seleccionan como de interés periodístico (Alexander, 2015; Bourdieu, 2005). Sin embargo, lo que se perdió fácilmente en las cuentas que favorecen el papel autónomo que desempeñan los periodistas son las contradicciones interpretativas entre los sujetos de los informes y las demostraciones implícitas o imaginadas de la mayoría de los medios de comunicación (Boltanski, 2011). Más allá del problema de una pluralidad de voces y perspectivas que se dice definen el “buen periodismo” a través de un supuesto sistema de controles y equilibrios (Benson, 2014), necesitamos problematizar la manera en que

el periodismo es capaz de imaginar a su público sin abordar a los sujetos que se informan.

Por ejemplo, donde y cuando los periodistas informan sobre las voces de los pobres, o más a menudo, de las agencias, grupos o individuos que hablan o se refieren a ellos, lo hacen principalmente en tonos racionales y, en menor medida, morales que son legitimados mediante la referencia a datos independientes o gubernamentales, testimonios de expertos u opiniones de fuentes académicas (Nielsen, 2008; Resende, 2016b). Citar las emociones de los sujetos, como lo hace el emergente género de los Estados Unidos que favorece las narrativas emocionales de primera persona (Schudson, 2016), están diseñadas para proporcionar una respuesta a un lector imaginario o son un gancho para la narrativa estándar, pero con demasiada frecuencia estigmatizan al adicto, o a la víctima de hambre o de un desastre natural. Las narrativas de múltiples formas (impresas y audiovisuales) y multi-plataformas (tweets, blogs, snapchat, etc.), así como piezas de Op-Ed, documentales, cartas a editores e informes de cable a través de medios heredados pueden y lo hacen, proporcionar importantes apoyos a través de críticas a la opresión o simplemente por atestiguar la injusticia. Sin embargo, rara vez se encuentran informes originales que reconozcan la subjetividad inmediata de la pobreza o las causas estructurales de la desigualdad que dan lugar a ella.

### ¿CÓMO LOS PERIODISTAS RECONOCEN LAS DISTINTAS SITUACIONES QUE INVOLUCRAN LA POBREZA?

¿Cómo han reconocido los periodistas las diversas situaciones de la pobreza? Debido al uso de tonos racionales o morales por parte del periodismo y al de una forma de tercera persona que separa a los periodistas de los sujetos de los temas de los informes, la noticia corre el riesgo de congelar la experiencia de la pobreza en un segundo nivel de reconocimiento (Nielsen, 2016b). Los periodistas profesionales a menudo evitan incluirse a sí mismos en la narración por buenas razones; la distancia del sujeto ayuda a mantener la credibilidad y, para algunos, un nivel de desapego es parte integral de la búsqueda de un sentido de objetividad, equilibrio y precisión. Esto tiene sentido para el periodismo de investigación que cuenta historias sobre gobiernos, instituciones o temas oficiales. Pero necesitamos cuestionar esta necesidad de distancia cuando denunciemos los complejos tipos de exclusión que pueden aplicarse a los temas más ocultos de la pobreza.

En este número, el problema de la objetividad se aborda en el trabajo “*O jornalismo que cala a*

*periferia: a dislexia discursiva e el silenciamento da pobreza*” (El periodismo que cierra la periferia: dislexia discursiva y silenciamiento de la pobreza). Monica Sousa problematiza las discrepancias entre la teoría periodística y la práctica, señalando que “los rituales periodísticos se convierten en fuerzas estratégicas que contradicen la esencia social que los ritos de objetividad, imparcialidad y verdad pretenden defender”. La autora propone entonces el concepto de dislexia discursiva, el cual asegura las estrategias periodísticas para mantener un status quo “subalterno”, en el que los habitantes de las periferias están “inmersos en su historicidad mediática”, lo que ha producido el efecto potencial de inmovilizar posibles resistencias. Por otro lado, en su artículo, John Delva, aborda la cuestión de la cobertura mediática de la violencia policial de base racial en los Estados Unidos, provocando una reflexión sobre el potencial de noticias para impactar a los movimientos sociales. Delva argumenta que la amplia cobertura mediática de la brutalidad policial contra las poblaciones negras puede servir de prueba para los activistas y las familias de las víctimas, desempeñando un papel importante en la movilización social en torno a cuestiones sensibles de intersección que vinculan la clase y la raza.

En conjunto, estos dos trabajos ilustran la doble articulación del discurso en la sociedad, destacando su potencial para mantener y transformar las desigualdades sociales.

Operando a partir de conocimientos convencionales sobre la actualidad periodística y de quienes constituyen la audiencia imaginada, los periodistas crean categorías relevantes e irrelevantes, compatibles e incompatibles, iguales y diferentes, y divisiones entre lo que Lugo-Ocando (2015) llama “la otredad”. Silverstone (2007) emplea el concepto de “mediapolis” para describir el espacio público mediado en el cual nos involucramos con la igualdad y la alteridad. Este trabajo discursivo, sin embargo, puede conducir a resultados inesperados, incluyendo posibilidades de apropiación, como las señaladas en el artículo de Delva. La falta de reconocimiento subjetivo de primer nivel al informar sobre los temas de pobreza también puede verse en la forma de lo que Nancy Fraser llama “subordinación de estatus”. Por ejemplo, cuando los informes de noticias muestran oportunidades caritativas para “ayudar” a los pobres, desde el punto de vista de las intenciones de los periodistas, esto no parecería crear ningún impedimento para el reconocimiento de primer nivel. Pero el reconocimiento de primer nivel requiere una forma dialógica de dirección (una segunda persona “usted”) que se ocuparía de los sujetos mismos como co-creadores en el enunciado / informe (Bakhtin, 1984). Perder el primer nivel de reconocimien-



to a través del encuadre y la forma de la tercera persona para dirigirse a un otro no significa que el sujeto deba ser “simplemente considerado enfermo, despreciable o menospreciado en otras actitudes, creencias o representaciones. Más bien se le niega el estatus de socio pleno en la interacción social” (Fraser, 2000: 113).

En su artículo publicado en este número, “*Pessoas em situação de rua: O que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer?*” (Personas en situación de calle: ¿qué dicen sobre ellas y qué más podrían decir?), Suzana Rozendo se centra en una pregunta original sobre la audiencia: considerando la forma en que los sin techo están representados en los principales medios de comunicación, ¿qué piensan los profesionales que se ocupan de esta población sobre las noticias reportadas por el periodismo? Su propósito en el artículo, entonces, es develar el posicionamiento de los profesionales que tratan directamente con personas sin hogar con respecto a noticias sobre el tema. Así, su texto promueve una crítica de los medios de comunicación a partir de que hay voces que se ven afectadas por la noticias provenientes de su actuación profesional, ya que la representación es también una forma de acción. Incluso si los principales medios de comunicación abordan con regularidad cuestiones de pobreza en términos de apoyo o de caridad, lo hacen sin establecer relaciones entre situaciones de pobreza y otras cuestiones sociales, reduciendo así la representación a una lógica de apariencia (Fairclough, 2003) – hay también un problema que raramente se trata y es que esto tiene como destinatarios a los actores sociales a los que se les informa, pero que a su vez son sus lectores, sus espectadores, sus oyentes. En otras palabras, en términos generales, el periodista habla desde el punto de vista de los “ricos” con otros “ricos” acerca de los “que no tienen” (Resende, 2016b; Molina, 2011). ¿No se deduce que la comprensión pública de la experiencia de la pobreza se ve disminuida, incluso cuando la prensa apela apasionadamente en nombre de una mayor democracia para encontrar soluciones? ¿No se deduce que la cobertura de la pobreza opera de tal manera que produce el silenciamiento de un conjunto de actores sociales-curiosamente los mismos que son los más directamente afectados por este tema – que quedan excluidos de la representación mediática y del acceso al debate público sobre este tema?

La exclusión de la audiencia implícita no ha sido problemática para el periodismo de la corriente principal, ya que durante mucho tiempo se ha incrustado en sus prácticas normativas que las noticias deben abordar los intereses de los lectores mayoritarios (Retief, 2002; Ward, 2006). La primera responsabilidad del periodista y de los editores de noticias ha sido tradicionalmente imaginar y juzgar la noticia de la historia para esta audiencia empírica. Nuestra afirmación es que esto es tan básico para

la industria que se pasa por alto cómo los grupos marginados se convierten en sujetos de los informes de noticias y, sin embargo, rara vez se tratan como sujetos activos de la audiencia implícita. Reconocemos que los actores sociales y económicamente marginados no constituyen un mercado atractivo para las organizaciones de noticias comerciales y somos igualmente conscientes de que la investigación ha señalado desde hace mucho tiempo que los periodistas son reacios a cambiar hábitos y establecer patrones narrativos (Tuchman, 1978; Ryfe, 2012). Hemos observado además que los medios de comunicación han experimentado un cambio importante en sus modelos económicos durante la última década, pero también tenemos que examinar críticamente el concepto de que las nuevas tecnologías digitalizadas anuncian una democratización de los medios de comunicación. Puede ser cierto que las nuevas tecnologías y las prácticas emergentes han transformado al público en un medio mismo, o al menos que cualquier persona perteneciente a lo que alguna vez fue la “mercancía del público” puede ahora informar directamente cualquier noticia que le venga a la mente (Anderson *et al.*, 2014), pero esto sigue siendo una posibilidad eterna y está lejos de ser un medio probado de producir noticias e información confiable y accesible para todos, como han sugerido varios investigadores (Alexander, 2015; Jurassow, 2014; Hass, 2007; Curran, 2010).

Los contextos sociohistóricos y los órdenes de discurso configuran las instituciones del periodismo y orientan la forma en que se dirigen al público, los tonos emocionales-volitivos, la selección de fuentes externas e internas y los juicios morales o racionales. A su vez, las prácticas de periodismo influyen en la forma en que el público percibe y reacciona ante la vulnerabilidad social, la forma en que se identifican las personas en la pobreza y la manera en que las audiencias se identifican (o no) en relación con los problemas sociales. Como la relación entre el lenguaje y la sociedad es bidireccional, estos mismos procesos han sido moldeados en prácticas sociales previas. La “conformación” de la noticia (Benson, 2013) sobre la pobreza por parte de las organizaciones noticiosas, sus contextos geopolíticos, sus culturas profesionales y sus relaciones con el poder, se convierten así en un objeto de interés para la investigación en diferentes disciplinas. Es en este espíritu que este dossier multidisciplinario presenta artículos que abordan los muchos temas de la pobreza en el contexto de la institución del periodismo en transición y transformación.

---

Traducción: Laura Pardo

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acosta, P., 2012, *Protagonismo face à inevitabilidade da violência: Vozes da rua em Ocas e em o Trecheiro*, Dissertação de mestrado (Linguística), Brasília, Universidade de Brasília.
- Albuquerque, A., 2011, "On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective," in Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press, pp. 72-95.
- Alcock, P., 2006, *Understanding Poverty*, UK, Pallgrave Macmillan, 3rd ed.
- Alexander, J., Butler Breeze, E., Luengo, M., 2015, *The Crisis of Journalism Reconsidered: Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press.
- Anderson, C. W., Bell, E., Shirky, C., 2014, *Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present. A Report to the Tow Centre for Digital Journalism*, New York, Columbia Journalism School, pp. 1-121.
- Bakhtin, M., 1984, *Problems of Dostoevsky's Poetics*, Emerson, C., Booth, W. (Ed. and trans.), Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Benson, R., 2013, *Shaping Immigration News: A French-American Comparison*, Cambridge University Press.
- Benson, R., 2014, "Strategy Follows Structure: A Media Sociology Manifesto," in Waisbord, S. (Ed.), *Media Sociology: A Reappraisal*, Polity, pp. 25-45.
- Benton, J., 2016, "The forces that drove this election's media failure are likely to get worse. Segregated social universes, an industry moving from red states to the coasts, and mass media's revenue decline: The disconnect between two realities shows no sign of abating," <http://www.niemanlab.org/2016/11/the-forces-that-drove-this-elections-media-failure-are-likely-to-get-worse/>, accessed 09/11/2016.
- Boltanski, L., 2011, *Critique: The Sociology of Emancipation*, London, Polity.
- Bourdieu, P., 2005, "The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field," in Benson, R., Neveu, E. (Eds.), *Bourdieu and the Journalistic Field*, Cambridge, Polity Press, pp. 29-47.
- Curran, J., 2010, "The Future of Journalism," *Journalism Studies*, vol. 11, no 4, pp. 464-476.
- Davis, M., 2006, *Planet of Slums*, London, Verso.
- Doctor, K., 2016, "Newsonomics: Fake-news fury forces Google and Facebook to change policy," <http://www.niemanlab.org/2016/11/newsonomics-fake-news-fury-forces-google-and-facebook-to-change-policy/>, accessed 11/2015.
- Fairclough, N., 2003, *Analyzing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, London, Routledge.
- Fraser, N., May 2000, "Rethinking Recognition," *New Left Review*, pp. 107-119.
- Fréchet, G., Gauvreau, D., Poirier, J. (Eds.), 2011, "Statistiques sociales, pauvreté et exclusion sociale: perspectives québécoises, canadiennes et internationales," *Publication en hommage à Paul Bernard, Centre interuniversitaire québécois de statistiques sociales (CIQSS) et Ministère de l'Emploi et de la Solidarité sociale*, Montréal, Presses de l'Université de Montréal.
- Gasher, M. et al. (Eds.), 2016, *Journalism in Crisis: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press.
- Guerrero, M., Márquez, M., 2014, "The 'Captured-Liberal' Model: Media Systems, Journalism and Communication Policies in Latin America," *International Journal of Hispanic Media*, vol. 7, pp. 1-12, <http://www.international-hispanicmedia.org/the-captured-liberal-model-media-systems-journalism-and-communication-policies-in-latin-america/>, accessed 05/12/2016.
- Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), 2012, *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press.
- Hass, T., 2007, *The Pursuit of Journalism. Theory, Practice, and Criticism*, New York, Routledge.
- HUD (United States, Department of Housing and Urban Development), 2012, *Annual Homeless Assessment Reports to Congress*, U.S.
- Jurkowitz, M., 2014, "The Growth in Digital Reporting: What it Means for Journalism and News Consumers," Pew Research Journalism Project, <http://www.journalism.org/2014/03/26/the-growth-in-digital-reporting/>.
- Lugo-Ocando, J., 2015, *Blaming the Victim: How Global Journalism Fails Those in Poverty*, London, Pluto Press.
- Miles, B., 2016, "Des medias nationaux en santé sont essentiels au rayonnement de la culture québécoise," *Le Devoir*, <http://www.ledevoir.com/societe/medias/478671/renouvellement-de-la-politique-culturelle-des-medias-nationaux-en-sante-sont-essentiels-au-rayonnement-de-la-culture-quebecoise>.
- Matos, C., 2011, "Media and Democracy in Brazil," *Westminster Papers in Communication and Culture*, vol. 8, no 1, pp. 178-196.
- Molina, L., 2011, "La construcción de una amenaza: la representación discursiva de los habitantes de la villa como violentos en el diario Clarín," *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 12, no 2, pp. 94-126.
- Nielsen, G., 2016a, "Critical Theory and Acts of Journalism: Expanding the Implied Audience," in Gasher, M. et al. (Eds.), *The Crisis in Canadian Journalism: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 53-73.
- Nielsen, G., 2008, "Conditional Hospitality: Framing Poverty in the Montreal Press," *Canadian Journal of Communications*, vol. 33, no 4, pp. 605-621.
- Nielsen, G., 2016b, "Méconnaissance: Lecture des nouvelles sur la pauvreté et les communs urbains en Amérique du Nord," *Anthropologie et société*, vol. 40, no 1, pp. 173-193.
- OECD, 2013, *International Migration Outlook 2013*, [http://dx.doi.org/10.1787/migr\\_outlook-2013-en](http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2013-en).

- OECD, 2011, *Divided We Stand. Why Inequality Keeps Rising*, [http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en\\_2649\\_33933\\_49147827\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en_2649_33933_49147827_1_1_1_1,00.html).
- Oxfam, 2016, "Uma economia para o 1%: Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido," *Documento informativo da Oxfam 210*, 18/11/2016, <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>.
- Pardo Abril, N. G., 2008, *¿Que nos dicen? ¿Que vemos? ¿Que és... pobreza?*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.
- Pardo, M. L., 2012, "Asociación discursiva entre pobreza y delito en un programa televisivo reproducido en YouTube," in Pardo Abril, N. G., *Discurso en la web: pobreza en YouTube*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, pp. 270-294.
- Pardo, M. L., 2013, "The aesthetics of poverty and crime on Argentinean reality television," in Lorenzo-Dus, N., Garces-Conejos Blitvich P. (Eds.), *Reality Television and Discourse Analysis in Action*, UK, Palgrave Macmillan, pp. 115-140.
- Pardo, M. L., 2014, "Las representaciones socio-discursivas que sobre los jóvenes pobres ligados al delito crean los medios televisivos en Argentina," *Romanica Olomucensia*, Praga, República Checa, pp. 249-264.
- Pardo, M. L., Noblía, V., 2015, "Ni diálogo ni debate: la voz de la audiencia en los comentarios digitales sobre la pobreza," *Revista de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, vol. 15, no 2, [Especial en Homenaje a los XX años de ALED], pp. 117-138.
- Pardo, M. L., Noblía, V., 2016, "O discurso sobre a criminalidade no Youtube: juventude e estigma," in Lara, G., Limberti, R. (Eds.), *Representações do Outro*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, pp. 171-186.
- Park, R., 1923, "The Natural History of the Newspaper," *American Journal of Sociology*, vol. 29, no 3, pp. 273-289.
- Pew Research Center, 2015, "Local News in a Digital Age," <http://www.journalism.org/2015/03/05/local-news-in-a-digital-age/>, <http://www.journalism.org/2015/04/29/state-of-the-news-media-2015/>.
- Resende, V. de M., 2012, "Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro," *Linguagem em (Dis)Curso*, vol. 12, pp. 439-465.
- Resende, V. de M., 2016a, "Discursive representation and violation of homeless people's rights: Symbolic violence in Brazilian online journalism," *Discourse & Communication*, vol. 10, no 6, pp. 596-613.
- Resende, V. de M., 2016b, "Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua?" *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 26, no 3, pp. 955-988.
- Retief, J., 2002, *Media Ethics: An Introduction to Responsible Journalism*, New York, Oxford University Press.
- Ryfe, D., 2012, *Can Journalism Survive? An Inside Look at American Newsrooms*, London, Polity.
- Sabés Turmo, F., Verón Lassa, J., 2012, "Universidad y empresa ante la doble crisis del periodismo tradicional. Propuestas y reflexiones sobre la modificación sustancial del escenario periodístico. El clúster periodístico," *ADComunica "Retos del periodismo ante el nuevo reto digital"*, Catalunya, vol. 4, pp. 151-169.
- Schudson, M., 2016, "The Crisis in News: Can You Whistle a Happy Tune?" in Alexander, J. E., Butler Breeze, E., Luengo, M. (Eds.), *The Crisis of Journalism Reconsidered: Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press, pp. 98-116.
- Silva, D. E., 2009, "Representações discursivas da pobreza e gramática," *D.E.L.T.A.*, vol. 25, pp. 721-731.
- Silva, L. M. da, 1998, "Imprensa, subjetividade e cidadania," São Paulo, Artigo apresentado na VII Compós, PUC-SP.
- Statistics Canada, 2011, *National Household Survey*, Catalogue no 99-014-X201100.
- Silverstone, R., 2007, *Media and Morality: On the Rise of the Mediapolis*, Cambridge, Polity Press.
- Tuchman, G., 1978, *Making the News*, New York, Free Press.
- UN (United Nations), 2013, "Habitat. 100 million homeless in the world. Most are women and dependent children," <http://www.un.org/Conferences/habitat/unchs/press/women.htm>.
- Villaroel, D., 2014, *[IN]justicia mediática. Cuando el periodismo quiere ser juez*, Buenos Aires, Argentina.
- WAN (World Association of Newspapers), 2008, *World Press Trends: Newspapers Are a Growth Business*, <http://www.wan-press.org>.
- WAN (World Association of Newspapers), 2015, *World Press Trends*, <http://www.wan-press.org/250515WPT2015Final.pptx>.
- Ward, S., 2006, *The Invention of Journalism Ethics: The Path to Objectivity and Beyond*, Montreal McGill/Queens, <http://www.wan-press.org/250515WPT2015Final.pptx>.
- Weissman, E., 2013, *Spaces, Places and States of Mind: A Pragmatic Ethnography of Liminal Critique*, PhD Dissertation, Montreal, Concordia University.

# A política das imagens e a pobreza

## Mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013<sup>1</sup>

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES

Professora  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil  
angelasalgueiro@gmail.com



profusão de imagens fotográficas nos meios massivos de comunicação, sobretudo na imprensa, pode ser percebida como forma autêntica de comprovar as mazelas e infortúnios cotidianos (Ledo, 1998; Sontag, 2004; Freund, 2004). No entanto, as implicações decorrentes do uso ostensivo das fotos na atividade jornalística não apenas constituiu uma grande galeria de sofredores aplainados e sem identidade como exemplos de diversas temáticas, que compunham os sofrimentos ordinários (inclusive a pobreza), mas também reforça a capacidade narrativa das imagens visuais. Ao refletirmos acerca da relação entre pobreza e fotojornalismo, torna-se necessário investigar os elementos expressivos que caracterizam as situações de pobreza, e não apenas ver, mas pensar o sujeito empobrecido retratado em suas disposições e arranjos a fim de contemplar quais competências de apropriação são operantes e solicitadas neste entretempo da captura.

Ao nos depararmos com uma fotografia de imprensa, uma cadeia de transformações acerca do real já foi acionada. Portando, não é o caso de considerar a informação visual apenas ilustração ou complemento de um texto escrito, mas reconhecer sua disposição em um processo mais amplo (Mauad, 2008; Vilches, 1993). Teias de sentido se estabelecem acerca da pobreza e dos pobres que podem ser acionadas de diferentes maneiras através de arquê-

### Pour citer cet article

#### Référence électronique

Ângela Cristina Salgueiro Marques, « Ângela Cristina Salgueiro Marques - A política das imagens e a pobreza », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournisme.org/rev>



tipos, códigos, práticas, narrativas e discursos que atualizam as percepções, e que também produzem modos de percepção e apreensão da alteridade por meio das imagens. O fotojornalismo configura um tipo especializado de prática responsável por produzir, mas também gerir a visibilidade da pobreza e do pobre do modo a que temos acesso hoje. Assim, fica claro que não são os objetos - as fotografias - únicos e singulares, mas as relações que podem ser articuladas através deles e de seus dispositivos, que são constituidores da experiência do ver a pobreza e o pobre através de fotografias de imprensa.

Meu interesse neste trabalho consiste em observar como se constitui uma política das imagens a partir da análise de como mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família são fotografadas por veículos jornalísticos e ganham visibilidade a partir de uma tensão entre lógicas subalternizantes de registro e possibilidades de desconstrução e resistência à naturalização de discursos já enraizados sobre pobreza, assistencialismo, dependência, vulnerabilidade e gênero. Não raro, o registro dos corpos e rostos dessas mulheres é feito através de discursos, linguagens, modos de agenciamento e enquadramentos que “fala por elas”, mais do que as permite falar. Assim, há toda uma configuração de campos semânticos específicos no fotojornalismo, que frequentemente fixa significados através da construção de cadeias discursivas de equivalências (por meio de seleção e combinação entre termos, por exemplo: pobre-preguiçoso-dependente-subalterno), e que produz estruturas de entendimento, pensamento e avaliação capazes de impossibilitar a fala e a expressão autônoma de sujeitos em condição de pobreza, sobretudo mulheres. Essas cadeias discursivas revelam que *“uma imagem nunca está sozinha. Pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem. A questão é saber o tipo de atenção que este ou aquele dispositivo provoca e convoca”* (Rancière, 2012: 96).

Os dispositivos<sup>2</sup> que conferem visibilidade à pobreza no fotojornalismo requerem posicionamentos diferentes do leitor/receptor. Isso faz com que nossas indagações muitas vezes se dirijam à reflexão acerca de quais seriam as condições de enunciação em uma formação discursiva particular (o discurso da pobreza, por exemplo), em vez de nos dedicarmos a avaliar modos específicos de localizar e analisar aqueles espaço-tempos nos quais um “excesso de palavras” interrompe o link entre a ordem do discurso e a ordem que classifica e posiciona os corpos (a partir de valores, crenças e princípios morais compartilhados) como condição de possibilidade para a existência do sujeito em narrativas imagéticas intersectantes (Chambers, 2013).

Interessa-me ver, a partir de imagens fotojornalísticas produzidas por ocasião dos 10 anos do Programa (2003-2013), se os corpos e rostos das mulheres fotografadas conseguem resistir às frases, legendas e narrativas que acompanham as imagens por meio de *“gestos, maneiras, modos, variações, resistências que, por minúsculas que pareçam, ou inaparentes que sejam, expressam discordâncias, dissensos, dissonâncias”* (Pelbart, 2003: 232). Se, de um lado, há experiências fotojornalísticas (Barcelos, 2012, 2014; Biondi, 2011) que tendem a retratar os indivíduos atribuindo-lhes lugares enunciativos que se aproximam da lógica de registro de sujeição consensual (atribuindo-lhes apenas um nome), acredito ser possível identificar marcas de resistência e dissenso não só no corpo dos indivíduos fotografados, mas também nas dissonâncias entre texto (legenda, citações diretas, título da matéria e seu conteúdo) evidenciando tensões próprias do tornar-se visível, do aparecer.

Diante desse quadro, pretendo observar como as fotografias jornalísticas capturam e dão visibilidade a corpos e narrativas de mulheres empobrecidas, de modo a caracterizar a política da vida não como uma questão de políticas gerenciais do governo, mas, sobretudo, como uma questão ligada à invenção da cena polêmica de “aparência”, de apropriação e cuidado dessa exposição, e de interlocução na qual se inscreve o gesto, a palavra e o corpo do sujeito falante, e na qual o processo de subjetivação política ocorre, segundo Rancière, na conexão e desconexão entre os múltiplos nomes e modos de *“apresentação e narração de si”* (Bulter, 2015) que definem um sujeito. Tomamos aqui algumas imagens fotojornalísticas de pobreza para, a partir do tensionamento entre legendas, gestos corporais, rostos e enquadramento, revelar seu potencial de geração de desidentificação e dissenso, tendo em vista o fato de que as operações narrativas que dão corpo às imagens podem nos fornecer importantes pistas acerca dos modos de partilhar o sensível, de definir o registro do visível e do enunciável.

---

## O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E A SITUAÇÃO DE MULHERES POBRES NO BRASIL

---

A pobreza no Brasil diminuiu durante os governos do presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff, mas esse resultado não considera a persistência de numerosas desigualdades e de políticas que visam ajudar as pessoas pobres de maneira imediata.<sup>3</sup> Sob esse aspecto, o maior dilema que se apresenta na elaboração de programas sociais no Brasil é a ausência de uma linha clara de demarcação entre os direitos e a caridade.<sup>4</sup> Dito de outro modo, esses



programas tradicionalmente não levam em consideração a questão da inserção social. Contudo, esse quadro sofreu alterações nos anos recentes: com a criação do Programa Bolsa-Família<sup>5</sup>, em 2003, o Presidente Lula buscou privilegiar não só as ações ligadas à solidariedade e à participação cívica, mas também estimulou o trabalho unificado entre governo, estado e município no sentido de promover a autonomia dos beneficiários. Assim, o Programa não se restringe ao repasse de verbas às pessoas, mas conta, em muitos estados brasileiros, com uma rede de apoio local que permite a integração entre assistência social, saúde e educação.

É importante mencionar que o Programa Bolsa-Família se desenvolve em um contexto nacional particular: no início de 2010, o Brasil experimenta uma redução na taxa de desemprego, um aumento no consumo e no percentual do trabalho com carteira assinada, entre outros efeitos de medidas econômicas e sociais tomadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (Lautier, 2012). Contudo, como salientam Cabanes et Georges (2014), o aumento geral do consumo encobre um endividamento progressivo da população. As taxas crescentes de formalização do mercado de trabalho não solucionam o problema do baixo nível salarial. O que pode ser chamado de “gestão biopolítica da pobreza” revela as formas pelas quais o Estado estimula o empreendedorismo social, o comércio informal, as atividades “culturais” nas favelas, as políticas sociais no setor da assistência social e as formas de mecenato empresarial.

Considerando que as políticas sociais obedecem a uma cadeia capitalista em que quem comanda são as multinacionais, é possível ter como resultado de implementação local do Bolsa-Família um entrecruzamento entre direitos e religião/caridade; reconhecimento e falso reconhecimento, justiça e dádiva.

No Brasil é a municipalidade quem gerencia os recursos financeiros destinados às políticas sociais. Os governos municipais investem, segundo seus orçamentos, em uma rede de assistência social (ligando educação, saúde e políticas sociais) capaz de incitar pessoas em situação de pobreza a frequentar os “Centros de Referência da Assistência Social” (CRAS). Tais Centros, nos estados brasileiros em que os municípios possuem estrutura financeira e institucional integrada, realizam reuniões de inserção e de apoio, oferecem cursos de profissionalização<sup>6</sup>, oficinas de artesanato e acompanhamento psicológico. Em alguns casos, os CRAS auxiliam também na criação de cooperativas.

O governo apóia iniciativas locais que têm como objetivo colocar à disposição dos beneficiários do programa espaços de encontro, conversação e dis-

cussão coletiva e recíproca, que os auxiliam a compreender sua condição, a enunciar seus anseios e problemas (tomada da palavra) e a encontrar alternativas de soluções às dificuldades enfrentadas, seja pela educação (retomar os estudos, alfabetização, capacitação etc.), seja pelo trabalho (formação de cooperativas, estágios remunerados, etc.). Aqui, mesmo considerando o apoio concedido pela municipalidade às mulheres beneficiadas pelo programa, já que elas são maioria, é preciso salientar que as instituições do governo, sobretudo aquelas ligadas à assistência social, constroem e interpretam as necessidades das mulheres de acordo com um padrão de atendimento de demandas que desencoraja a contestação (Fraser, 1987).

Apesar de o programa focalizar o bem-estar do núcleo familiar, o cartão magnético destinado ao saque do benefício é feito em nome da mulher que se identifica como “responsável” pelos demais habitantes do domicílio. O presidente Lula justifica essa opção com o seguinte argumento: “Não que as mulheres sejam melhores do que os homens, eu acho que elas têm mais responsabilidade no trato da família”<sup>7</sup> Essa afirmação nos remete ao papel de “cuidadora” exercido pela mãe, ao fato de a mulher ser o principal meio de sustento de famílias pobres e ao “lugar” doméstico estabelecido socialmente para a mulher nas sociedades atuais.

Essa constatação é, todavia, negligenciada por atores do governo que argumentavam que a transferência de renda auxilia na emancipação da mulher. Como apontou, na época, a então Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, “a preferência pela mulher [para receber a renda do Bolsa-Família] é também uma estratégia de empoderamento feminino, uma afirmação da mulher como ser independente e autônomo”<sup>8</sup>.

Sob esse ângulo, o discurso do governo era de que o benefício seria versado à mulher, pois ela, deste modo poderia alcançar autonomia. E não só a autonomia financeira, mas a autonomia política: que as constitui como sujeitos de fala e de discussão paritária. Por outro lado, todavia, as mulheres beneficiadas, por estarem localizadas nos círculos mais distanciados das arenas deliberativas centrais e por dificilmente serem consideradas como agentes de discurso, se depararam com a falta de abertura às transformações sociais, econômicas e institucionais. Muitas delas são líderes comunitárias com forte influência em suas comunidades e isso deve ser considerado quando refletimos acerca das transformações emancipatórias promovidas pelo programa, sobretudo no âmbito da produção de decisões, escolhas, preferências e

juízos acerca do modo como definem agir e viver a própria vida.

A crítica feminista se preocupa com o impacto da opressão e da dominação nas preferências assumidas e escolhas feitas pelas mulheres. Para Biroli (2012), padrões opressivos de socialização alimentariam uma reprodução da moral fundada na obediência. Assim, seria preciso “*avançar na compreensão das possibilidades e limites para o exercício da autonomia em contextos nos quais não há coerção, mas constrangimentos sistemáticos, que podem ser sutis, cotidianos e relacionados a estereótipos que são internalizados pelos indivíduos*” (2012: 9). A consideração das mulheres como “vítimas sem agência” impede o exame de contextos em que há opressão e internalização/institucionalização de valores, identidades e práticas que permitem que a opressão se mantenha (naturalização de posições desvantajosas). Assimetrias e desigualdades estruturais diversas têm impacto na definição das possibilidades, ambições e escolhas efetivamente disponíveis aos indivíduos. As possibilidades de ressignificação da experiência vivida, sem desconsiderar relações de poder, trazem para o centro da reflexão a capacidade de experimentar o próprio corpo como objeto de leis e regras, mas também como protagonista na definição da posição da mulher no mundo. A tensão entre discursos, ideologias e representações hegemônicas e, de outro lado, a singularidade das experiências vividas, corporificadas e narradas dão a ver que não se pode reduzir a zero o poder de agência dos sujeitos.

Mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Bolsa-Família, por estarem frequentemente localizadas nos círculos mais distanciados das arenas deliberativas centrais (Marques, 2009) se vêem constantemente diante de vários obstáculos para atingir sua emancipação e autonomia. Associado a essas assimetrias e desigualdades está o fato de que os meios de comunicação definem papéis a serem assumidos pelas beneficiárias, estabelecendo para elas lugares de fala já marcados pela desvalorização e pelo preconceito. Mas apesar da construção de representações redutoras que enfocam as mulheres como vítimas ou como batalhadoras que vencem pelo mérito, é possível identificar várias formas de agência e produção de enunciados que se opõem à precariedade e à opressão. Os pobres, e sobretudo as mulheres pobres, não fariam parte de uma “partilha política do sensível”<sup>9</sup> (Rancière, 1995). Contudo, essas mulheres constroem cenas de enunciação em que não só trabalham seus discursos, posicionamentos e anseios, como também descobrem e utilizam recursos, habilidades e oportunidades para a construção de sua autonomia (Marques, 2009).

Políticas sociais como o Programa Bolsa Família possuem uma ambiguidade intrínseca: de um lado, promovem visibilidade a seus beneficiários, no sentido de serem notados como cidadãos com “poder de compra” e existência material. De outro, promovem experiências de desestabilização e humilhação que reenviam os beneficiários ao ostracismo e ao distanciamento da vida pública (por exemplo, a associação do benefício do programa a uma esmola dada pelo governo - enquadramento presente na mídia - e, consequentemente, a classificação dos beneficiados como mendigos e párias sociais). Contudo, elas podem, junto com iniciativas locais, promover espaços de auto-expressão, conversação, compartilhamento de experiências e discussão coletiva, os quais permitem o desenvolvimento de capacidade e formas de atividade que são condições para a autonomia política e para o reconhecimento social (Marques e Maia, 2010).

---

#### ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

---

A reflexão que desenvolvo acerca de imagens fotográficas ligadas ao enquadramento de mulheres empobrecidas no contexto do Programa Bolsa-Família tem inspiração na abordagem proposta por Benjamin Picado (2014) acerca de uma dimensão acontecimental, discursiva e narrativa de tais imagens. Segundo esse autor, uma imagem fotográfica é “*originária dos modos nos quais o instante visual é capaz de significar a ligação do discurso jornalístico com a ordem temporal do evento*” (2014: 21). Tal imagem mobiliza esquemas perceptivos para a produção e interpretação dos enunciados sobre os fatos que representa. Além disso, a imagem fotográfica opera, de acordo com Picado, por meio da construção de um discurso visual que implica os leitores-espectadores através das ideias de testemunho, responsabilidade ética (atentar para as demandas e o clamor do sofrimento alheio) e apreensão da alteridade. Sob essa perspectiva, instiga-me observar como o regime narrativo sob o qual opera a imagem fotográfica é investido de uma potência política presente nos “*enquadramentos, qualidades plásticas, jogos de instabilidade e fixidez de motivos, rendição de gestos, fisionomias e posturas corporais, posições relativas dos corpos e objetos no ambiente representacional*” (Picado, 2014: 26).

Neste estudo, analiso 8 fotografias publicadas por jornais e revistas de grande circulação no Brasil (*Folha de S. Paulo; O Globo; Época, Veja e Marie-Claire*), procurando identificar e analisar as formas de “aparência” (conquista de visibilidade e fala) de mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, e as possibilidades que se apresentam para que elas se apropriem de sua exposição, de seu

corpo e dos enunciados a elas atribuídos. As análises aqui desenvolvidas foram desdobradas de minha pesquisa de doutorado, na qual avalio, entre os anos de 2003 e 2007, a deliberação sobre o Programa na mídia impressa e televisiva, assim como nos espaços de conversação cotidiana de beneficiárias das cidades de Campinas e Belo Horizonte (Marques, 2009, 2010). Ao longo da pesquisa foram reunidas cerca de 170 imagens que retratam beneficiários e beneficiárias do Programa, as quais nos auxiliaram a elencar os enquadramentos midiáticos utilizados para construir os argumentos que alimentaram o debate social.

Busco “ler” nas imagens as possibilidades de ação política e os elementos passíveis de evidenciar a criação de dissensos e de desidentificação. Segundo Picado, os operadores capazes de nos auxiliar na busca de uma política das imagens são os valores comunicacionais que atribuímos aos gestos, à postura corporal, à aparência dos elementos da cena e a expressão fisionômica momentânea dos agentes, assim como a relação que esses elementos podem manter entre si e com o espaço restante.

Parto do entendimento de que a imagem é, como salientou Rancière (2012), um conjunto de operações e de relações que permite a existência do visível e das temporalidades. Nesse sentido, me interesso pelas relações que definem as imagens para além de sua dimensão representativa. O argumento de que as imagens são operações discursivas e políticas que produzem distância, dessemelhança e dissenso aproximam Rancière de Marie-José Mondzain (2009, 2011), para quem a imagem opera relações de poder e regula as distâncias entre as pessoas. Quando consideramos as imagens não como reflexo material de um real pré-fabricado, é possível tomar as relações e dispositivos que lhes conferem “carne” como alvo de reflexão crítica mais detida. Tendo em vista que “quando a imagem não é uma coisa, ela provoca o advento de alguém” (Mondzain, 2011: 106), interessa-me justamente estudar como as operações discursivas de visibilidade no fotojornalismo conjugam palavras e imagens de modo a fazer aparecer alguém em uma cena polêmica, evidenciando os hiatos da relação com a alteridade e o desejo de um “comum” que unifique sem apagar as diferenças. Como afirma Mondzain (2009), na imagem se joga o lugar que atribuímos ao outro: ela nos revela crenças, julgamentos, hierarquizações de valores, modos de classificar e valorizar a alteridade. Existe, então, no ato de ver, um gesto invisível que constitui modos diferenciados de “partilha do sensível”<sup>10</sup>, ou seja, de distinção entre o que se deixa ver e o que se propõe invisivelmente ao olhar. Assim, “a imagem não é um signo entre ou-

tros, ela tem um poder específico, o de fazer ver, de pôr em cena formas, espaços e corpos que oferece ao olhar” (Mondzain, 2009: 25).

A política das imagens também é fruto da desconstrução de visibilidades programáticas, aquelas feitas para comunicar uma mensagem unívoca e consensual, “absorvida como uma substância com a qual o incorporado se identifica, com a qual se funde, sem réplica e sem palavra” (Mondzain, 2009: 33). Sob esse aspecto, a política das imagens promove desidentificação, desajustes, desenquadramentos. Isso não significa que as imagens por si mesmas, sem sua relação com um espectador, sejam as únicas responsáveis pelas transformações políticas. Como destaca Didi-Huberman (2011, 2012), uma fotografia não devolve a palavra ao sujeito fotografado. Contudo, uma fotografia jornalística tem o poder de expor os sujeitos retratados a uma dimensão de uma possibilidade de palavra, de enunciação e de formulação de um modo de “aparecer” diante de e para os outros. Uma imagem fotojornalística vem geralmente acompanhada de um texto que posiciona situacionalmente os sujeitos e de uma legenda que pode, ou não, se servir de citações literais, ou seja, da palavra do fotografado. Corpo fotografado e palavra transformada em citação direta pode ser despotencializados via estereótipos reificantes, mas podem fornecer pistas interessantes para a leitura dos modos de partilhar o sensível que organizam nossas interações políticas e sociais.

Um exercício analítico de produção de modos de legibilidade das imagens fotojornalísticas (e das operações de visibilidade e narratividade que configuram essas imagens) deve considerar um triplo movimento: a) a produção de descrições que avaliem marcas, sinais, gestos e modos de aparência dos indivíduos retratados; b) a identificação das ausências de sutura entre discurso e imagem (o encaixe perfeito entre ambos leva ao consenso e ao estereótipo), evidenciando como as imagens também podem conferir às palavras a sua legibilidade desapercibida; e c) as distâncias que a imagem reserva entre o visível e o espectador, uma vez que o que se cola aos nossos olhos não é visto. Tais dimensões de análise nos permitem perceber que “uma imagem só pode expor o seu tema corretamente se implicar a relação com a linguagem que a sua própria visibilidade é capaz de suscitar ao perturbá-la, exigindo sempre dela que se reformule, que se ponha em causa” (Didi-Huberman, 2011: 46).

Busco avaliar se os corpos e rostos das mulheres fotografadas (seus gestos, expressões faciais, posturas, olhares) reiteram e reforçam as legendas e narrativas que acompanham as imagens, ou se permitem questionar lugares enunciativos que se

aproximam da lógica de registro de sujeição consensual. Acredito ser possível identificar marcas de resistência e dissenso não só no corpo dos indivíduos fotografados, mas também nas dissonâncias entre texto (legenda, citações diretas, título da matéria e seu conteúdo) e imagens, evidenciando tensões próprias do tornar-se visível. Parto do pressuposto de que a política das imagens se associa, em uma de suas dimensões, ao gesto de “ler” nas imagens posturas e imposturas que se materializam no rosto e nas pistas gestuais que podem ser capazes de “trair” a legenda e a narrativa jornalística que insistem em devolver essas mulheres a “lugares” previamente e consensualmente definidos para “mães pobres dependentes de auxílio do governo”. Os enunciados resistentes (expressões, gestos, olhares, etc.) oferecem a possibilidade de produzir uma outra cena de “aparência”, transformando as coordenadas de enunciação da vida.

No itinerário analítico, busco encontrar uma possibilidade de dialogar com Rancière, Mondzain, Didi-Huberman, Picado e com outros autores que se interessam em evidenciar a política das imagens, destacando o papel da estética em produzir uma poética da política, na qual são as ações e “aparições” situadas dos sujeitos que produzem a política e, nesse mesmo gesto, encontram e agem sobre as lógicas policiais sob as quais vivemos.

---

### **POLÍTICAS DA IMAGEM, IMAGENS POLÍTICAS**

---

Segundo Rancière (2010), há hoje uma tentativa de se evidenciar que imagens e obras artísticas são políticas, sobretudo devido ao tema de que tratam (injustiça, movimentos sociais, conflitos, sofrimentos, etc.) e às mensagens que desejariam transmitir, enfatizando estigmas de dominação, questionando estereótipos, convocando os espectadores a assumirem uma postura crítica, muitas vezes de indignação e revolta. Ele afirma que a política não pode ser identificada a partir de uma instrução fornecida pelas imagens (e obras artísticas) para a indignação, o assombro, a constatação da injustiça, o compadecimento ou mesmo o horror. A partir dessa constatação, Rancière nos apresenta algumas definições que não descrevem as imagens políticas (e também a política das imagens), para depois caracterizar seu escopo. Seguiremos a ordem argumentativa do autor.

Um dos problemas em associar política e imagem (e mesmo política e arte), segundo ele, está na crença em um roteiro previamente estabelecido de leitura, interpretação e posicionamento diante das imagens. Rancière, contudo, afirma que a política das imagens não está no conteúdo representativo

por elas expresso e nem se concretiza como uma instrução para interpretar o mundo e transformá-lo através da tomada de consciência de formas opressoras. A imagem não pode ser confundida com um guia para a ação política e nem um instrumento de conscientização massiva. Nesse sentido, Rancière propõe um modo de compreensão das imagens que escapa ao pressuposto de que há uma relação necessária de causa-efeito entre o que a obra mostra e a recepção do espectador, ou, ainda, que a intenção do artista vai provocar uma mudança repentina e profunda nos quadros de sentido que orientam a percepção de mundo do espectador. Por isso, o lugar da política na arte, segundo Rancière, não é aquele que pretende usar a representação para corrigir os costumes, valores e ações. A política da arte, para ele, implica em um distanciamento e uma suspensão de toda relação determinável entre a intenção de um artista e o olhar de um espectador (Marques, 2014). *“A boa distância ou o lugar do espectador é uma questão política. A violência reside na violação sistemática da distância. Esta violação resulta das estratégias espetaculares que misturam, voluntariamente, ou não, a distinção dos espaços e dos corpos para produzir um contínuo confuso onde se perde toda a probabilidade de alteridade”* (Mondzain, 2009: 43).

Um outro problema recorrente da aproximação entre política e imagem consiste na percepção de que a imagem, para ser política, deve retratar as injustiças e mazelas sociais. Contrariamente a esse argumento, Rancière ressalta que não basta retratar uma situação social de penúria e sofrimento ou nutrir uma simpatia pelos explorados e desamparados para tornar uma imagem política. Também não basta evidenciar uma simpatia pelos subalternos e marginalizados. Para ele, é equivocado pensar que a política da imagem deriva de *“um modo de representação que torne essa situação inteligível enquanto efeito de certas causas e que a leve a produzir formas de consciência e afetos que a modifiquem”* (2009: 53). A imagem não deve ser, segundo ele, reduzida a um texto que busque esclarecer as causas e efeitos das injustiças. Ela não pode se relacionar com o receptor em uma espécie de ligação contínua, que associa as intenções do produtor com as interpretações do receptor de maneira pacífica e imediata.

Uma imagem não pode ser considerada política por uma suposta capacidade que possui de reconstituir os vínculos sociais, possibilitando a “inclusão” de indivíduos subjugados ou a redenção daqueles que sofrem, e, assim, uma erradicação de formas de opressão. *“Trata-se de fazer com que a riqueza sensível e o poder da palavra e de visão que são subtraídos à vida e ao cenário das vidas precárias lhes possa ser*



*restituído, possa ser posto à sua disposição*” (Rancière, 2009: 60). Ele aponta ainda que a política não deve ser situada fora das imagens - nas pretensões dos artistas, nas adequações ou inadequações identificadas para a representação de lutas de grupos minoritários, nas repercussões e entrelaçamentos de esferas públicas ou na construção de enquadramentos interpretativos críticos (ainda que essas dimensões sejam importantes). Se insistimos em atribuir politicidade à imagem tendo em conta um pretensão caráter de incidir de modo concreto e prático sobre injustiças, corremos o risco de adotar a postura de nos colocarmos diante das imagens julgando sua pertinência ou não a representações mais justas e plurais, apontando erros ou distorções passíveis de ocorrerem. Análises que consideram que a imagem é apenas um gatilho para que se encontre a política em outro lugar desconsideram vários de seus elementos estéticos, narrativos e discursivos.

As imagens, de acordo com Rancière (2010, 2012), são políticas na medida em que podem devolver a capacidade de promover ruptura e dissenso a paisagens homogêneas, de concordância geral e assujeitamento. A política das imagens associa-se, portanto, ao modo como a imagem pode desvelar potências, reconfigurar regimes de visibilidade e questionar ordens discursivas opressoras. A política das imagens é, portanto, “*a atividade que reconfigura os quadros sensíveis no seio dos quais se dispõem os objetos comuns, rompendo com a evidência de uma ‘ordem natural’ que define os modos de fazer, os modos de dizer e os modos de visibilidade*” (Husak, 2012: 103).

Sob esse aspecto, uma imagem é política quando deixa entrever as operações que influenciam na interpretação daquilo que vemos, ou seja, a potência política está tanto nas imagens quanto nas relações e operações que as definem. Essas operações influenciam na caracterização política do que vemos, são as relações que definem as imagens, isto é as relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito artístico, que pre-configuram enunciados, que montam e desmontam operações discursivas e narrativas entre o visível e o invisível, o dizível e o silenciável. Como afirma Rancière, “*a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado*” (2007: 199) e os modos de sua captura. “*Ela é uma ação que coloca em cena o visível, um nó entre o visível e o que ele diz, como também entre a palavra e o que ela deixa ver*” (Rancière, 2008: 77). Assim, a política das imagens pode ser descrita como estratégia própria de uma operação estética e artística, “*um modo de acelerar ou retardar o tempo, de reduzir ou de ampliar o espaço, de fazer coincidir ou não o olhar e a ação, de encadear ou não encadear o antes e o depois, o dentro e o fora. Seria*

*o caso de dizer: a relação entre uma questão de justiça e uma prática de justiça*” (Rancière, 2012: 121).

Se a política das imagens está intrinsecamente ligada ao modo como, nas imagens, operações discursivas de enquadramento constituem regimes de visibilidade capazes de regular e constringer o “aparecer” dos sujeitos, me parece instigante estudar tais operações a partir de registros e narrativas fotojornalísticas que circulam amplamente na sociedade e que, tradicionalmente, seguem padrões que, a princípio, dificultariam a emergência de dissensos.

---

## IMAGENS

---

A primeira imagem que desejo analisar ilustra uma matéria produzida pela revista Marie-Claire, em dezembro de 2012, acerca de como mulheres sertanejas vinham conquistando autonomia, respeito e resistência à dominação masculina via auxílio do Programa Bolsa Família. O texto apresenta testemunhos de mulheres que se separaram de maridos agressores e violentos por não mais precisarem se submeter a eles para manter o sustento do lar. Revela também como várias mulheres se recusaram a fornecer o dinheiro do programa a seus companheiros (o cartão do benefício é feito em nome da mulher), rebelando-se contra uma cultura de subserviência e auto-aniquilamento. Tanto o texto quanto as narrativas das mulheres entrevistadas são ricos em exemplos de politização do cotidiano vivo e criação de espaços dissensuais no âmbito doméstico. Contudo, a foto e a legenda que vemos abaixo não retrata, de modo algum essa potência de emancipação.



**Figura 1**

**Foto:** Arquivo/ Editora Globo

**Fonte:** SANCHES, Mariana. “O Bolsa Família e a revolução feminista no Sertão”, Revista Marie Claire, 03/12/2012.

**Legenda:** O dinheiro do Bolsa-Família trouxe poder de escolha às mulheres do sertão



“Uma revolução está em curso. Silencioso e lento - 52 anos depois da criação da pílula anticoncepcional - o feminismo começa a tomar forma nos rincões mais pobres e, possivelmente, mais machistas do Brasil. O interior do Piauí, o litoral de Alagoas, o Vale do Jequitinhonha, em Minas, o interior do Maranhão e a periferia de São Luís são o cenário desse movimento. (...) É claro que as mudanças ainda são tênues. Ninguém que visite essas áreas vai encontrar mulheres queimando sutiãs e citando Betty Friedan. Mas elas estão começando a romper com uma dinâmica perversa, descrita pela primeira vez em 1911, pelo filósofo inglês John Stuart Mill. De acordo com Mill, as mulheres são treinadas desde crianças não apenas para servir aos homens, maridos e pais, mas para desejar servi-los. Aparentemente, as mulheres mais pobres do Brasil estão descobrindo que podem desejar mais do que isso.” (Trecho da matéria de Marie Claire).

A foto estereotipada que vemos acima localiza uma numerosa família numa paisagem árida, isolada e seca, característica das paisagens nordestinas que sugerem poucos horizontes de transformação. O plano de conjunto não permite ao leitor perceber os rostos, olhares e corpos, pois ganha destaque uma configuração de grande plano, que apenas deixa entrever algumas questões: a mãe e a filha mais velha aparecem ao fundo, depois de todos os membros dispostos na frente da casa, em uma posição que sugere “esteio”, base; o pai aparece ao centro, de camisa clara, indicando sua posição hegemônica no âmbito familiar; todos estão vestidos, o que, ao contrário das imagens veiculadas no ano de 2003 (em que as crianças apareciam geralmente nuas ou semi-nuas), indica uma melhoria do consumo (ver Marques, 2010). Essa foto pode ser considerada como emblemática do registro da situação dos beneficiários de 2003 a 2009, em média, sempre dissolvendo os corpos na paisagem de modo que as condições e possibilidades de subjetivação aparecem determinadas por sua inserção geográfica prévia, e por ideologias que inserem e restringem a mulher nordestina ao contexto doméstico, à maternidade e à subserviência ao marido. Podemos compreender essa imagem como síntese de uma narrativa que associa pobreza, seca, nordeste e dependência, sendo originada por um sistema representativo e de relações estabelecidas a priori que define o seu modo de apresentação e figuração em uma narrativa específica sobre o pobre e a pobreza.

A potência política desta imagem certamente não se encontra em seu conteúdo sensível, mas nas operações de visibilidade que conjugam texto e imagem de modo a configurar uma montagem “desajustada”, uma montagem ou encadeamento que não expressa a contiguidade ou continuidade entre

ambas essas formas expressivas, mas um hiato, uma ruptura, uma lacuna que oferece a possibilidade de refletir acerca da pluralidade de modos de subjetivação - modos de ser, existir e posicionar-se - que muitas vezes não são considerados por uma ordem discursiva concensual que associa pobreza à carência e submissão. Enquanto a legenda se refere a uma “revolução feminista no Sertão”, a imagem oferece registros de uma intensa submissão e subjugo: à seca e ao patriarcado. O texto da matéria dá a entender que a revolução feminista não se realiza de fato, pois busca mudanças amplas e profundas, ignorando o depoimento das mulheres ou reduzindo-os a pequenos exemplos de astúcias diante de dificuldades insuperáveis.

Esse poder de encadear não é o poder do homogêneo - não é se servir de uma história para afirmar o sofrimento. É, segundo Rancière (2009), o poder do heterogêneo, do choque imediato entre três “solidões”: a solidão do plano, a da foto e a das palavras que falam de uma coisa completamente diferente, num contexto em tudo diverso.

Interessa-me justamente estudar como as operações de visibilidade conjugam palavras e imagens de modo a fazer aparecer alguém em uma cena polêmica, na qual o processo de criação de dissenso dá a ver um sujeito múltiplo, portador de vários “nomes” e passível de ocupar lugares que, a princípio, não lhe foram designados. Tais operações de visibilidade que configuram a imagem têm, portanto, sua dinâmica assegurada pelo desenho singular de interfaces e tensionamentos entre palavra e imagem. Assim, é importante destacar que, de acordo com Rancière, “(...) a imagem não é uma exclusividade do visível. Há um visível que não produz imagem, há imagens que estão todas em palavras. Mas o regime mais comum da imagem é aquele que põe em cena uma relação do dizível com o visível, uma relação que joga ao mesmo tempo com sua analogia e sua dessemelhança. Essa relação não exige de forma alguma que os dois termos estejam materialmente presentes. O visível se deixa dispor em tropos significativos, a palavra exhibe uma visibilidade que pode cegar.” (2012: 15)

A segunda imagem analisada foi extraída de uma reportagem especial, produzida pela Revista *Época*, destinada a recolher depoimentos de mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família de modo a compor um quadro avaliativo das mudanças promovidas em suas vidas. Novamente o destaque é conferido a habitantes do nordeste e, desta vez, do sertão paraibano. As personagens entrevistadas são Josita Pereira da Silva, 49 anos, e sua mãe, Maria Pereira da Silva, 84, que é cega. Ambas recebiam à época R\$ 60 reais mensais do programa e afirmaram que nada havia mudado, como pode ser verificado no trecho de depoimento transcrito abaixo:



**Figura 2**

**Foto:** Leo Caldas/ Editora Globo

**Fonte:** BAHÉ, Marco. “A influência do Bolsa-Família na vida das pessoas”, Revista Época, 07/11/2008

**Legenda:** Josefa Pereira da Silva (49 anos) e sua mãe, Maria Pereira da Silva (84 anos). São assistidas pelo programa Bolsa Família mas acham que a situação não mudou e nem vai mudar.

*“Dá para viver não. Dar para ir relando”... A gente preferia tirar o sustento da terra. Mas não dá. Chuva aqui é só quando Deus quer. Por isso que quase todo mundo foi embora. Só ficamos nós. Não tenho esperança de melhora. Sei que minha sina é tocar a vida nessa dureza. Só peço que Deus me dê força para cuidar da minha mãe até o último dia dela.* (Josefa)

Nos chama a atenção a composição da fotografia, que traz um pano de fundo ligeiramente inclinado e um primeiro plano marcado pela luz do entardecer e dos rostos das duas mulheres em destaque. Diferentemente da imagem anterior, que valorizava antes a paisagem e o imaginário da fome e da seca, esta imagem, principalmente pelo jogo de luz do entardecer, confere destaque aos rostos sulcados e envelhecidos das personagens. São os rostos iluminados parcialmente, indicando a proximidade da noite, que sugerem agora um protagonismo das mulheres e de seus relatos. De certa forma, a luminosidade que incide sobre a casa e os corpos das mulheres tem o efeito de revelar a aridez de uma vida marcada por muitas lutas, resistências e perdas, acentuadas pelo testemunho que elas produzem acerca da secura da terra e da dureza do trabalho.

A despeito de sua efetividade gráfica, essa imagem aponta para outro lugar, para além dela mesma, para uma vida, um clamor e uma precariedade que ela não consegue mostrar via representação. Essa imagem traz de volta o rosto sob a forma de uma interpelação ética (no sentido Levinasiano)<sup>11</sup> diante da expressão de uma agonia, do sofrimento e de uma insegurança por meio das quais atentamos para a precariedade da vida do Outro (Butler, 2015). Voltaremos a essa reflexão nas considerações finais.

Apesar de legenda e texto sugerirem ausência de mudança no cenário da escassez, a imagem nos oferece outros elementos que não só aqueles da restrição e das limitações. Sobretudo se percebermos os fios de eletricidade que cortam diagonalmente a imagem, acima das duas mulheres e que remetem à chegada da luz à zona rural, diminuindo o isolamento e a escassez que tanto são ressaltados na primeira imagem. Como aponta Pelbart, “é preciso se perguntar de que maneira, no interior da megamáquina de produção de subjetividades podem surgir novas formas de se agregar, de trabalhar, de produzir sentido, de inventar dispositivos de valorização e auto-valorização” (2002: 28). Para ele, são as vidas extremas e liminares que nos sugerem a encontrar, no âmago da impotência, a potência máxima, de modo uma ética se desenha a partir desses exemplos, nos quais as mulheres demonstram ter a força de estar à altura da própria fraqueza, ao invés de permanecer na fraqueza de cultivar apenas a força (Pelbart, 2002).

Sob esse viés, acredito que a política das imagens se associa, em uma de suas dimensões, ao gesto de “ler” nas imagens posturas e imposturas que se materializam no rosto e nas pistas gestuais que podem ser capazes de “trair” a legenda e a narrativa jornalística, assim como seu enquadramento, que insistem em devolver essas mulheres a “lugares” previamente definidos para “mães pobres dependentes de auxílio do governo”. Elas oferecem a possibilidade de produzir uma outra cena de “aparência”, transformando as coordenadas de enunciação da vida. “Uma imagem nunca está sozinha. Pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem. A questão é saber o tipo de atenção que este ou aquele dispositivo provoca” (Rancière, 2012: 96).

Ao apontar para regimes de visibilidade sob os quais as imagens são produzidas e através dos quais os sujeitos e corpos presentes na imagem têm seu modo de aparecer influenciado por constrangimentos próprios de um regime discursivo que as antecede, Rancière deixa claro que uma investigação acerca da política das imagens deve procurar observar: a) o modo como os corpos representados indicam possibilidades de resistência, subversões e reinvenções dos modelos de captura aos quais estão submetidos rotineiramente; b) o modo como as imagens se oferecem ao espectador como imagens pensativas, que apontam sobre o que refletir sem se dirigir ao pensamento em um único sentido.

Assim, a politicidade de uma imagem é aquela que produz, a partir de seus próprios meios expressivos, “reagencamentos/rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que ve-

mos e o que dizemos, entre o que fazemos e o que podemos fazer” (Rancière, 2000: 62). E, com isso, pode “reconfigurar a carta do sensível ao dessarranjar a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, da reprodução e da submissão”(idem). Dito de outro modo, é uma potência que permite uma recombinação de signos capaz de desestabilizar as evidências dos registros discursivos dominantes e se configura por meio do gesto de “jogar com a ambiguidade das semelhanças e a instabilidade das dessemelhanças, operar uma redistribuição local, um rearranjo singular das imagens circulantes” (Rancière, 2012: 34).

Em um primeiro momento, pode-se pensar que há nessas imagens e enquadramentos de mulheres pobres, principalmente na primeira, uma fixação da identidade por meio de estereótipos, acentuado pela representação negativa associada ao local de moradia e do gênero. Muitas dessas imagens podem apresentar pontos em comum nos traços dos rostos e nos modos de mostrá-los e de posar para a foto, mas, olhando com cuidado, é possível distinguir pequenos gestos, inflexões, posturas e peculiaridades que fazem com que esses rostos questionem, interroguem, interpelem e convoquem os espectadores para além de um lugar previamente estabelecido, ou seja, para além da indignação, da pena, da culpabilização dos pobres e de sua condenação. Nas fotografias abaixo (figuras 3, 4 e 5), parece-nos que a imagem se sustenta em uma certa distância que é acentuada entre o visível, o não-visto e o olhar que os coloca em relação. De algum modo, essas imagens destoam das visibilidades programáticas oferecidas ao consumo consensual e feitas para comunicar uma mensagem unívoca:



**Figura 3**

**Foto:** André Coelho / O Globo

**Fonte:** WEBER, Demétrio. “Bolsa Família: mais de 1,6 milhão de casas abriram mão do benefício”, *Jornal O Globo*, 07/05/2013.

**Legenda:** Rosana não quer carteira assinada por temer perder Bolsa Família

*Mãe de três filhos adolescentes, Rosana trabalha três vezes por semana, limpando residências e lavando roupas, em Formosa, Goiás. Diz que começou aos 12 anos, como babá, depois que o pai morreu. Ela cobra R\$ 30*

*por diária. Rosana teme que um emprego com carteira assinada a impeça de receber o Bolsa Família. Ela está desinformada, pois o único critério levado em conta pelo programa é a renda familiar per capita, obtida em emprego formal ou informal. — “Eu nem procuro serviço fichado, com medo de perder esse dinheirinho. Diz que a gente não pode trabalhar. E esse dinheirinho é uma salvação. A hora que eu não tiver mais precisando, faço questão (de sair do programa). Mas, hoje, é muito útil para mim” — afirmou a diarista. (Trecho da matéria)*



**Figura 4**

**Foto:** André Coelho / O Globo

**Fonte:** WEBER, Demétrio. “É covardia não necessitar e ficar recebendo, diz ex-beneficiária”, *Jornal O Globo*, 07/05/2013.

**Legenda:** Selma fez primeira-dama de Formosa chorar *A diarista Selma Patrícia da Silva, de 42 anos, conta que já foi beneficiária de programas de transferência de renda do governo, mas voluntariamente abriu mão depois que melhorou de vida. Selma diz ter recebido dinheiro do Auxílio Gás, do Bolsa Escola e do Bolsa Família na época em que ela e o marido faziam bicos como doméstica e pedreiro para sustentar os cinco filhos. Após construir a casa onde vive, em Formosa, a diarista decidiu devolver o cartão. — Pensei assim: da mesma forma que serviu para os meus filhos, vai ajudar outras pessoas. Acho muita covardia a pessoa não necessitar e ficar recebendo. Entreguei o cartão na mão da primeira-dama (do município), que começou a chorar — relembra Selma. (Trecho da matéria).*



**Figura 5**

**Foto:** Guilherme Zauith

**Fonte:** BARBIERI, Cristiane. “Os filhos do Bolsa Família”, *Revista Época*, 27/12/2014.

**Legenda:** Mais fácil, mas nem tanto.



“Se eu tenho uma vida melhor do que a minha mãe? Não”, responde, definitiva, Débora Rosa de Oliveira (no centro), de 18 anos, moradora do bairro de Rio Claro, em Itaoca. Ela diz não ter ido para a roça ainda criança, mas sabe que terá dificuldade para entrar numa faculdade ou encontrar um emprego mais qualificado. Sua expectativa, depois de terminar o ensino médio, no fim do ano, é que uma prima arrume uma vaga num supermercado em Sorocaba. Suas irmãs acreditam numa vida melhor. Gabriele, de 13 anos (à dir.), é boa aluna e quer ser psicóloga. Caroline, de 12, não tem a menor ideia do que fará. (Trecho do texto da matéria)

Conseguimos identificar nas imagens acima, principalmente na 4 e na 5, dimensões de agência em ângulos ou poses em que o enquadramento focaliza as mulheres menos como elemento de uma paisagem de precariedade e mais como protagonistas de um agenciamento que as desloca do interior do lar ao exterior (imagem 5), num modo de enquadrar que confere especial atenção à face e ao olhar dessas mulheres. É interessante perceber que, na figura 3, a mulher em primeiro plano não olha diretamente para o leitor e ainda sugere, pelo olhar oblíquo, um tipo de desconfiança, de medo. A senhora que aparece ao fundo da imagem, desfocada, também olha em outra direção, como se não pudesse encarar as lentes/leitor, porque reconhecem agir de maneira inadequada (deixar de procurar emprego para não perder o benefício do Programa) àquilo que socialmente é entendido como postura ética daquele sujeito contemplado por um auxílio do governo. Há nesse enquadramento das mulheres uma forma de violência que as condena e as sentencia à culpa. Como se essas mulheres fossem menos dignas de valor do que aquelas que conseguem enfrentar e sustentar um olhar diante do leitor que presumivelmente as interroga e avalia suas condutas.

O mesmo já não ocorre na figura 4, que também destaca o rosto de uma mulher cuja conduta é caracterizada como “exemplar”, uma vez que nada deve ao Governo já que devolveu o cartão após “melhorar de vida”. Na imagem há um jogo de luz e sombra que acentua o quadro de julgamento e possível “absolvição” diante do olhar do leitor, que a mulher sustenta ao “encará-lo”.

Conseguimos perceber que essas imagens não se oferecem prontamente à identificação (como ocorreria na figura 1). Elas não são operadores do mesmo, mas agentes de estranhamentos e desajustes. Nesses casos, o rosto é algo que nos fornece uma importante chave para compreendermos o testemunho singular dessas mulheres, ao mesmo tempo em que sua experiência nos revela ser inalcançável. “A fotografia tornou-se uma arte, fazendo falar duas vezes o rosto dos anônimos: como testemunhas mudas de

uma condição inscrita diretamente em seus traços, suas roupas, seu modo de vida; e como detentores de um segredo que nunca iremos saber, um segredo roubado pela imagem mesma que nos traz esses rostos” (Rancière, 2012: 23).

Segundo Picado, a visão de um rosto fotografado carrega consigo uma intenção relacional e conversacional, “já que nelas se efetiva o propósito de criar no espectador a impressão de um tipo especial de actância, aquela da conversação direta (e, por que não dizê-lo, também a da dimensão política da simpatia)” (2009: 289). Esse autor afirma que, no retrato fotográfico, a convocação do espectador promovida pelo rosto quebra modelos e padrões que já são reconhecidos, favorecendo um tipo de relação com o espectador da ordem do inesperado. Ao ser rendido pelo olhar do rosto fotografado, o espectador se transformaria numa espécie de participante vicário da situação instaurada pelo arranjo da fisionomia na imagem.<sup>12</sup>

Mas nem sempre a presença do rosto e do corpo das mulheres em primeiro plano revela uma ruptura com estereótipos ou com enquadramentos redutores do agenciamento subjetivo. Como podemos ver nas figuras 6, 7 e 8, por mais que as mulheres sejam preferencialmente retratadas em primeiro plano (algumas vezes de “baixo para cima”, como na figura 8), como “agentes” que lutam por uma vida melhor, o enquadramento as devolve a uma situação de espera por ajuda (às vezes até divina) ou oportunidade (que depende de uma percepção introjetada de que ser bem sucedido na vida é algo que depende unicamente do sujeito).



**Figura 6**

**Foto:** Eduardo Anizelli/FolhaPress

**Fonte:** CARVALHO, Daniel. Famílias deixam pobreza extrema, mas ainda enfrentam dificuldades; leia histórias, Folha de S. Paulo, 03/02/2013.

**Legenda:** Antônia Pereira Galvão, 37, em sua casa na pequena cidade de Joaquim Pires, Piauí. Ela recebe R\$162 do Bolsa Família.

A dona de casa Antônia Pereira Galvão, 35 - O filho caçula, João Vitor, de 11 meses, já sofre as consequências da pobreza extrema da qual, oficialmente, não faz mais parte. Não tem fraldas, urina no chão e dorme em uma rede, doente, com o pulmão cheio de catarro. “Deus dá um jeito”. (Trecho da matéria)



**Figura 7**

**Foto:** Eduardo Anizelli/ FolhaPress

**Fonte:** CARVALHO, Daniel. Famílias deixam pobreza extrema, mas ainda enfrentam dificuldades; leia histórias, Folha de S. Paulo, 03/02/2013.

**Legenda:** Luíza de Franca Souza, 50, desempregada que mora na pequena cidade de Demerval Lobão, interior do Piauí.

A desempregada Luíza Sousa, 51, de Demerval Lobão (a 34,4 km de Teresina). Na cozinha, ela tinha menos da metade de uma garrafa de dois litros preenchida com arroz, pão e dois cocos. “Só não fico sem porque como na casa da minha mãe”. “Eu não quero me sentir miserável. Eu sempre sou uma pessoa lutadora. Quando não dá certo de um lado, eu tento lutar do outro para nunca faltar o que comer dentro de casa”, diz Luíza com um sorriso constrangido. (Trecho da Matéria)



**Figura 8**

**Foto:** André Coelho / O Globo

**Fonte:** WEBER, Demétrio. “Bolsa Família completa 10 anos e já chega à segunda geração”, Jornal O Globo, 07/05/2013.

**Legenda:** Maria Dalva Ferreira (à esq), de 53 anos, teve 10 filhos e diz que, sem o Bolsa Família, sua vida teria sido muito mais difícil. Sua filha Maria Francisca, de 17 anos, é mãe de duas crianças e também se inscreveu no programa

Em Timbiras (MA), a 270 quilômetros de São Luís, Maria Dalva dos Santos Ferreira, de 53 anos e mãe de dez filhos, não está no Bolsa Família desde o início. Mas diz que o programa mudou sua vida. Ela passou a vida na roça, quebrando coco de babaçu para vender os caroços, que são usados na produção de óleo de cozinha. No mês passado, levou a filha Maria Francisca para também inscrever-se no Bolsa Família. Maria Francisca tem 17 anos, é solteira e mãe de duas meninas: uma de 1 ano e 7 meses e outra de 2 meses – cada uma de um pai diferente, sendo que nenhum deles vive com a garota. – Vai melhorar muito. Não terei mais que roçar e quebrar coco todo dia – diz Maria Francisca. (Trecho da matéria)

Nas figuras 6 e 7, veiculadas pela Folha de S. Paulo, temos a materialização de um discurso contrário aos benefícios do Bolsa Família. Uma imagem contradiz a outra: aquela que focaliza o rosto das mulheres mostra um sorriso solicitado e obtido sem conseguir escapar ao constrangimento. Tal sorriso não se conforma ao texto que explicita uma penúria na qual falta alimentos e a criança está doente e privada de cuidados os mais básicos. Os enquadramentos são sensacionalistas e reduzem as mulheres a uma posição de carentes que nada mais podem esperar do Estado. A mulher pobre é reduzida à súplica, ao isolamento e à impossibilidade da construção da autonomia e de qualquer forma de agência que as permita alcançar um horizonte de melhorias.

Para Didi-Huberman (2008) a imagem exige de nós uma ação de equilibristas, uma vez que nos posicionamos, por meio da mirada<sup>13</sup>, entre o espaço da implicação e da explicação (crítica, comparação, montagem). Tanto para ele quanto para Rancière não estamos diante das imagens, mas entre elas, e isso requer uma posição: uma implicação na imagem (movimento de apropriação, de conhecimento e, simultaneamente, de auto-constituição) para nos aproximarmos do Outro.

Segundo Picado, “no apelo humano das imagens que nos olham, é especialmente agudo o sentido com o qual a imagem se exercita enquanto gênero conversacional” (2009: 290), dando a ver um rosto que está sempre entre a singularidade e a comunidade. “Em sua própria imediatividade, o rosto é sempre duplo: o olhar reflete uma visão, as rugosidades dos lábios retêm um pensamento. É a partir desse núcleo de alteridade primeira que a circulação das imagens faz comunidade por círculos ampliados” (Rancière, 2007: 201).

Lévinas (2007) aposta na definição do rosto como expressão da vulnerabilidade do existente, descrevendo sua manifestação (aparição) como experiência reveladora da presença viva e da pura comunicação de um ente que se torna acessível, mas não se entrega. O rosto não se configura só



como o que nos é ofertado à visão, mas sobretudo como o que permanece em devir no aparecer incapturável do outro que se dirige a nós. Se somos interpelados pelo outro que nos fala, o rosto surge como a comunicação possível e permite uma prática específica de configuração de um mundo comum, um mundo polêmico, fruto do esforço de dar forma às identidades e às alteridades. Por isso, o rosto pode ser pensado como o vestígio de um lugar do outro que se transforma na promessa do meu próprio lugar, assumindo caráter comunicacional e político, num processo incessante de subjetivação política em que ética, estética e política se tangenciam.

*“Assim, o rosto não se configura só como o que nos é ofertado à visão, mas é, sobretudo, uma voz, um clamor que permanece em devir no aparecer incapturável do outro que se dirige a nós. Se somos interpelados pelo outro que nos fala, o rosto surge como verbo, como evento de palavra, como a comunicação possível que permite uma prática específica de configuração de um mundo comum, um mundo polêmico, fruto do esforço de dar forma às identidades e às alteridades.”*

Mas que rosto é esse que nos interpela? O rosto fabricado pelos dispositivos midiáticos, retocado, recriado e exposto à visibilidade dos holofotes midiáticos; ou o rosto que, por meio de um enquadramento que subverte o estereótipo, busca configurar uma via de acolhida do outro, sem reduzi-lo a si mesmo, reconfigurando a condição de possibilidade de comunicação e encontro com outro? Respostas a essas perguntas poderiam ser buscadas ao nos indagarmos acerca dos dispositivos que definem qual *“espécie de ser humano a imagem nos mostra e a que espécie de ser humano ela é destinada, que espécie de olhar e de consideração é criada por esta operação”* (Rancière, 2012: 100). A elaboração do mundo sensível do anônimo requer outras formas de senso comum (dados partilhados por todos), outras comunidades de palavras, formas e significados. Outros enunciados e enquadramentos que possam fazer com que o *“território visualmente banalizado da miséria e da margem seja devolvido à sua potencialidade de riqueza sensível e compartilhável”* (Rancière, 2012: 78).

---

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

As imagens aqui analisadas nos permitem apreender o outro via fragmentos de seu cotidiano e vestígios de suas experiências rotineiras: espaços domésticos habitados, utensílios que lhes garantem a sobrevivência, móveis, familiares, paisagens. Mas,

algumas dessas imagens, como a 2, a 5 e a 8, nos permitem ver como a potência da vida é retratada diferentemente por um modo de enquadrar que nos revela uma política da estética que se relaciona à forma como os dispositivos utilizados para a produção das imagens e do texto jornalístico alcançam a possibilidade de recortar singularmente os objetos da experiência comum, instaurando outras partilhas de espaço e de tempo e promovendo novos modos de aparição sensível dos objetos e sujeitos. Esse trabalho de mudança dos modos de aparição, das coordenadas do representável e das formas de sua enunciação altera quadros, ritmos e escalas, proporcionando outras formas de apreender o visível e sua significação. Se uma imagem pertence a um *“dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos e o tipo de apreensão e atenção que merecem”* (Rancière, 2012: 96), é importante entender como os enquadramentos são produzidos e como delimitam a esfera de aparição ao construir e enunciarem as *“vidas precárias”* (Butler, 2015, 2011).

Como destaca Butler (2011), esquemas normativos e midiáticos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será apreendido e reconhecido como digno de valor. Para ela (2015: 14), os enquadramentos são operações de poder: *“não decidem unilateralmente as condições de aparição dos sujeitos e acontecimentos, mas seu objetivo é delimitar a esfera da aparição enquanto tal”*. Os enquadramentos atuam, assim, para diferenciar as vidas que podemos apreender e valorizar daquelas que não podemos. Os termos, as categorias, as convenções e as normas gerais que agem nos dispositivos de enquadramento moldam, por exemplo, um ser vivo em um sujeito reconhecível por meio da apreensão, isto é, uma forma de conhecimento associada ao sentir e ao perceber, sem utilizar conceitos. Trata-se de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas reconhecíveis e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer. O problema, segundo Butler (2015: 20) *“não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada”*.

As imagens 1, 3, 6 e 7 nos revelam que há violência na moldura do que é mostrado. Esta violência encaixa perfeitamente os rostos na moldura daquilo que pode ser dito e daquilo que pode ser mostrado, sem hiatos, sem faltas ou sobras. Ela é o mecanismo ou dispositivo por meio do qual certas vidas (e certas mortes) permanecem não representadas ou são representadas de maneiras que efetivam sua captura pela ordem discursiva consensual.

Há aqui, dois movimentos implicados: olhar para os modos de *“aparência”* performática dos sujeitos

na imagem e identificar que tipo de olhar e de implicações esse “aparecer” suscita junto àqueles que observam a imagem. E, nessas duas operações, é preciso enquadrar o enquadramento, ou seja, interpelá-lo em busca das fissuras que nos indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. O enquadramento não é capaz de conter completamente o que transmite e, por isso, se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo. Sob esse aspecto a política das imagens pode emergir justamente quando uma representação expõe sua fatal incapacidade de capturar o referente.

Retomando a questão da singularidade e este-reotipagem dos rostos que emergem na fotografia, considero interessante refletir acerca das considerações que Didi-Huberman (2011: 67) tece acerca dos povos sem rosto, isto é, “*a classe oprimida, exposta a desaparecer ou a ser subexposta nas representações consensuais da história*”. Para esse autor, os povos ou estão subexpostos na sombra da censura a que são sujeitos ou superexpostos na luz de sua espetacularização. Em ambos os casos, estariam fadados a desaparecer.

*“A subexposição priva-nos dos meios para ver, pura e simplesmente, aquilo que poderia estar em causa. (...) Mas a sobreexposição vale pouco mais: demasiada luz cega. Os povos expostos à ruminância estereotipada de imagens são, também eles, povos expostos a desaparecer. (...) Se os povos estão expostos a desaparecer, deve-se isso também ao fato de se terem formado discursos para que, já não vendo nada, possamos ainda crer que tudo se mantém acessível, quietudo permanece visível e, como se costuma dizer, sob controle”.* (Didi-Huberman, 2011: 41 e 45)

As mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família não são povos sem rosto, tal como define Didi-Huberman, elas possuem rostos mediatizados, cujo real sofrimento e clamor por reconhecimento são silenciados e ofuscados pela representação este-

reotipada. Rostos desfigurados, destinados muitas vezes à desapareição pela invisibilidade construída pelo discurso predominantemente consensual do fotojornalismo produzido pela grande mídia.

*“Uma representação bem-sucedida do rosto deveria falhar em capturar o referente e evidenciar essa falha. “O humano é aquilo que limita o sucesso de qualquer prática representacional. O rosto não é apagado nessa falha de representação, mas é constituído exatamente nessa possibilidade”* (Butler, 2011, p. 27).

Busquei evidenciar, na análise das imagens selecionadas, elementos capazes de apontar para um tipo de resistência a formas de vida prontas, ao apagamento e desapareição dos sujeitos em narrativas que apenas “encaixam” os indivíduos em molduras discursivas previamente aquietadas, capturando seus gestos, rotinas e corpos em operações consensuais, constrangimentos e submissões de toda ordem. Nesse sentido, a exposição e o aparecer do corpo e do rosto são capazes de tensionar enunciados e modos/cenas de enunciação, nos revelando uma potencialidade política de desidentificação e ruptura.

Ao apostar na possibilidade de os rostos e corpos de mulheres empobrecidas ainda não terem desaparecido sob a luz do discurso consensual, parto da ideia de que olhar para o corpo sofredor que se expõe na fotografia jornalística implica menos explorar suas formas de desapareição e mais buscar seus indícios de resistência, de revelações que possam evidenciar como os fotografados encontram modos de dificultar o legendamento de seus rostos e corpos, criando hiatos, dissonâncias e dissensos entre seu “aparecer” e o registro narrativo (visual e verbal) de sua exposição.

---

Soumission de l'article : 28/06/2015  
Acceptation : 13/05/2016

## NOTAS

- <sup>1.</sup> Este trabalho contou com o apoio do CNPq e da FAPEMIG. Sou grata aos professores Paulo Bernardo Vaz (UFMG), Angie Biondi (UTP), e aos dois pareceristas ad hoc da revista pelas excelentes sugestões e contribuições feitas a uma primeira versão deste manuscrito.
- <sup>2.</sup> Entende-se aqui o conceito de dispositivo tal como apresentado por Foucault (*Dits et écrits*), ou seja, como um conjunto heterogêneo que comporta discursos, instituições, configurações de arquitetura, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. Em suma: compreende o dito e o não dito, a rede que estabelecemos entre esses elementos, sendo que o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder. Já para Agamben (2009), o dispositivo é um conjunto de praxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens.
- <sup>3.</sup> Robert Cabanes e Isabel Georges (2014) mostram que durante os anos do governo Lula (2003-2010) o aumento contínuo do salário mínimo foi acompanhado pelo aumento dos níveis de educação, mas também pela implementação de programas sociais como o Bolsa-Família. Contudo, ainda que a pobreza tenha diminuído, as desigualdades sociais persistiram e se entrelaçaram com a precariedade do trabalho, as péssimas condições de vida e a falsa perspectiva de aquisição de direitos. A Bolsa-Família não é um direito adquirido de maneira durável e inscrito na Constituição. Ela pode perder a significação política que comportava inicialmente e contribuir para a aceitação da manutenção do status quo para os pobres (que, neste caso, não estão em posição de atores sociais, mas de agentes de dispositivos de poder que não valorizam as capacidades e não encorajam o empoderamento).
- <sup>4.</sup> No Brasil, a cidadania se constituiu sob a forma de uma cidadania concedida, em torno de uma cultura da dívida. Segundo Teresa Sales (1994), esse tipo de cidadania tem a ver com uma cultura política que entende que os direitos fundamentais à vida, à liberdade individual, à justiça, à propriedade, ao trabalho, etc., eram aqueles que chegavam aos pobres como um dom feito pelos poderosos e pelas instituições democráticas liberais. Esse conceito nos permite pensar as relações sociais que ganham corpo sem a mediação dos direitos e que continuam a obedecer ao poder privado sem limites entre o favor e a violência, duas faces que expressam a recusa à alteridade.
- <sup>5.</sup> O benefício garantido pelo Programa Bolsa-Família varia entre R\$35,00 (cerca de 10,29 euros) e R\$175,00 (cerca de 51,47 euros) para as famílias que possuem uma renda mensal *per capita* de R\$154,00 (em torno de 45, 29 euros). O valor do benefício depende da quantidade de filhos em idade escolar (entre 0 e 15 anos), mulheres grávidas ou mulheres que amamentam presentes em cada família. Para as famílias em estado de extrema pobreza (renda mensal *per capita* de até R\$77,00), o benefício varia entre R\$77,00 (22,6 euros) e R\$252,00 (74,11 euros). Nesse caso, mesmo as famílias sem filhos têm direito ao benefício. O salário mínimo no Brasil é hoje de R\$788,00, ou seja 232,00 euros. Para saber mais, ver o site do Ministério do Desenvolvimento Social: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/> >.
- <sup>6.</sup> O governo condiciona a obtenção do recurso do programa à assiduidade escolar das crianças, à sua vacinação nos postos de saúde, aos cuidados no pré-natal e ao engajamento informal dos adultos a se inscreverem em cursos de formação e estágios profissionalizantes.
- <sup>7.</sup> Scolese, E., Leite, P. D., 21 out. 2005, “Vale a pena governar o país, diz presidente”, *Folha de S. Paulo*, Brasil, A12.
- <sup>8.</sup> Goes, A., 08 maio 2005, “Mãe solteira resiste mais a trabalho infantil”, *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, C1.
- <sup>9.</sup> De acordo com Jacques Rancière, o lugar acordado aos indivíduos na sociedade obedece a um quadro sensível de distribuição da palavra, dos espaços de visibilidade e das atividades laborais e políticas. A partilha do sensível é descrita como uma “distribuição de maneiras de ser e das ocupações no espaço do possível” (2000: 66). Ela assume duas formas: policial ou consensual, e política ou dissensual.
- <sup>10.</sup> De acordo com Jacques Rancière, o lugar acordado aos indivíduos na sociedade obedece a um quadro sensível de distribuição da palavra, dos espaços de visibilidade e das atividades laborais e políticas. A partilha do sensível é descrita como uma “distribuição de maneiras de ser e das ocupações no espaço do possível” (2000: 66). Ela assume duas formas: policial ou consensual, e política ou dissensual.
- <sup>11.</sup> Nas reflexões feitas por Lévinas, o rosto é o que nos afasta de nós mesmos ao conduzir-nos pelo labirinto da alteridade. Não é propriamente a face humana, mas um vestígio da presença de um Outro que, por mais que esteja próximo, mantém-se à distância. Por isso, ele é comunicação e linguagem, aparição e desaparecimento, possibilidade e impossibilidade de alcançar o outro em sua infinitude. Sob esse aspecto, o rosto não é visto, nem representável. “Ele é o que não se pode transformar num conteúdo, que o nosso pensamento abarcaria; é o incontível, leva-nos além” (Lévinas, 2007: 70).
- <sup>12.</sup> Não se trata aqui de buscar no rosto a expressão da pura vida interior que talvez nunca se realize, buscar a expressão do indivíduo em seu corpo é uma reflexão vã sobre o que o indivíduo fez e realizou.
- <sup>13.</sup> *Mirar não é simplesmente ver, nem tampouco observar com maior ou menor competência: uma mirada supõe a implicação, o ser afetado que se reconhece, nessa mesma implicação, como sujeito. Reciprocamente, uma mirada sem forma e sem fórmula não é mais do que uma mirada muda. É necessário uma forma para que a mirada aceda à linguagem e à elaboração, única maneira, para essa mirada, de “entregar uma experiência e um ensinamento”, quer dizer, uma possibilidade de explicação, de conhecimento, de relação ética: nós devemos, então, nos implicar em, para ter uma oportunidade – dando forma a nossa experiência, reformulando nossa linguagem – de nos explicarmos com.* (Didi-Huberman, 2008: 41)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barcelos, J., 2012, "A dor e o sofrimento no fotojornalismo: Estudo de caso do World Press Photo of the Year (1955-2008)", *Media & Jornalismo*, vol. 11, pp. 139-153.
- Barcelos, J., 2014, "Por um fotojornalismo que respeite a dignidade humana: a dimensão ética como questão fundamental na contemporaneidade", *Discursos Fotográficos*, vol. 10, pp. 111-134.
- Biondi, A., 2011, "O sofredor como exemplo no fotojornalismo. Notas sobre os limites de uma identidade", *Brazilian Journalism Research* (Impresso), vol. 7, pp. 90-105.
- Biroli, F., 2012, "Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia", *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9, pp. 7-39.
- Butler, J., 2011, "Vida precária", *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, nº 1, pp. 13-33.
- Butler, J., 2015, *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Cabanes, R., Georges, I., 2014, "Gestion de la pauvreté et entrepreneuriat de soi: un nouveau compromis de gouvernement au croisement des politiques sociales et néolibérales?", *Brésil(s)*, nº 6, pp. 7-15.
- Chambers, S., 2013, *The Lessons of Rancière*, Oxford, Oxford University Press.
- Didi-Huberman, G., 2008, "La emoción no dice 'yo': diez fragmentos sobre la libertad estética", in AAVV, Jaar, A., *La política de las imágenes*, Santiago de Chile, Metales pesados, pp. 39-67.
- Didi-Huberman, G., 2011, "Coisa pública, coisa dos povos, coisa plural", in Nazaré, L., Silva, R. (Eds.), *A República por Vir: Arte, Política e Pensamento para o Século XXI*, Lisbonne, Fondation Calouste-Gulbenkian, pp. 41-70.
- Didi-Huberman, G., 2012, *Peuples exposés, peuples figurants*, Paris, Editions de Minuit.
- Fraser, N., 1987, "Women, Welfare and the Politics of Need Interpretation", *Thesis Eleven*, nº 17.
- Freund, G., 2004, *La fotografía como documento social*, Barcelona, Gustavo Gili.
- Hussak, P., 2012, "Rancière: a política das imagens", *Princípios*, vol. 19, nº 32, pp. 95-107.
- Lautier, B., 2012, "La diversité des systèmes de protection sociale en Amérique Latine: une proposition de méthode d'analyse des configurations de droits sociaux", *Revue de la régulation*, nº 11.
- Ledo, M., 1998, *Documentalismo fotográfico*, Madrid, Cátedra.
- Lévinas, E., 2007, *Ética e infinito*, Lisboa, Edições 70.
- Lopes, D., 2006, "Da estética da comunicação a uma poética do cotidiano", in Guimarães, C., Leal, B., Mendonça, C. (Eds.), *Comunicação e Experiência Estética*, BH, UFMG, pp. 117-150.
- Marques, A., 2009, "A conversa cívica sobre o Bolsa Família: contribuições para a construção da cidadania e da autonomia política de mulheres pobres", *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, vol. 14, pp. 11-48.
- Marques, A., 2010, "A deliberação a longo prazo no espaço de visibilidade mediada: o Bolsa-Família na mídia impressa e televisiva", *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 7, pp. 273-285.
- Marques, A., 2014, "Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso", *Discursos Fotográficos* [Online], vol. 10, pp. 61-86.
- Marques, A., Maia, R., 2010, "Everyday Conversation in the Deliberative Process: An Analysis of Communicative Exchanges in Discussion Groups and Their Contributions to Civic and Political Socialization", *Journal of Communication*, vol. 60, pp. 611-635.
- Mauad, A. M., 2008, "O olho da história: fotojornalismo e história contemporânea", *ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, <http://www.comciencia.br/relportagens/memoria/12.shtml>, acesso em 20 jan. 2013.
- Mondzain, M.-J., 2009, *A imagem pode matar?*, Lisboa, Nova Vega.
- Pelbart, P. P., 2003, *Vida capital: ensaios de biopolítica*, São Paulo, Iluminuras.
- Pelbart, P. P., 2002, "Pouvoir sur la vie, puissance de la vie", *Multitudes*, nº 9, pp. 25-35.
- Picado, B., 2009, "A Ação e a Paixão que se Colhem num Rosto: pensando os regimes de discurso do retrato humano no fotojornalismo", *Galáxia* (PUCSP), vol. 18, pp. 284-299.
- Picado, B., 2014, *O olho suspenso do noventa: plasticidade e discursividade visual no fotojornalismo moderno*, Rio de Janeiro, Pensamento Brasileiro.
- Rancière, J., 2000, *Le Partage du Sensible: esthétique et politique*, Paris, La Fabrique éditions.
- Rancière, J., 2007, "Le travail de l'image", *Multitudes*, nº 28, pp. 195-210.
- Rancière, J., 2008, "El teatro de imágenes", in AAVV, Jaar, A., *La política de las imágenes*, Santiago de Chile, Metales pesados, pp. 69-89.
- Rancière, J., 2009, "Política de Pedro Costa", in Cabo, R. M. (Ed.), *Cem Mil Cigarros – os filmes de Pedro Costa*, Lisboa, Orfeu Negro, pp. 53-63.
- Rancière, J., 2010, *O espectador emancipado*, São Paulo, Martins Fontes.
- Rancière, J., 2011, *Aisthesis*, Paris, Galilée.
- Rancière, J., 2012, *O destino das imagens*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- Sales, T., 1994, "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 9, nº 25, São Paulo.
- Sontag, S., 2004, *Sobre fotografia*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Vilches, L., 1993, *Teoria de la imagen periodística*, Barcelona, Paidós.

**Pt.** O artigo aborda, à luz da reflexão de autores como Jacques Rancière, Marie José Mondzain, Georges Didi-Huberman e Benjamin Picado, como as políticas da imagem se revelam na produção criativa de cenas dissensuais nas quais o sujeito político emerge, aparece e constitui-se através de novos arranjos sensíveis, espaciais e temporais nas imagens fotojornalísticas produzidas por ocasião dos 10 anos do Programa Bolsa-Família (2003-2013). Observa-se como se constitui uma política das imagens a partir da análise de como mulheres pobres beneficiadas pelo Programa são fotografadas por veículos jornalísticos e ganham visibilidade a partir de uma tensão entre lógicas subalternizantes de registro e possibilidades de desconstrução e desnaturalização de discursos já enraizados sobre pobreza, assistencialismo, dependência, vulnerabilidade e gênero. Geralmente, o registro dos corpos e rostos dessas mulheres é feito através de enquadramentos que “falam por elas”, mais do que as permite falar. A potência política e criativa que as imagens apresentam conecta-se aos gestos de sobrevivência: operações e agenciamentos que possibilitam resistir ao apagamento e desaparecimento dos sujeitos e excessos de discursos construídos midiaticamente, pelas instituições sociais e pelo Estado.

**Palavras-chave:** pobreza; fotojornalismo, política das imagens, mulheres, Bolsa-Família.

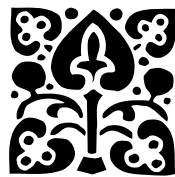
**En.** The goal of this paper is to analyze, in the light of reflections proposed by researchers like Jacques Rancière, Marie-José Mondzain, Georges Didi-Huberman and Benjamin Picado, how the politics of images manifests itself in the creative composition of scenes of consensus in which political subjects emerge, appear and constitute themselves through noticeably adjusted spatial and temporal arrangements in photojournalistic images produced over a ten year span of the *Bolsa-Família* Program (2003–2013). The paper also examines how a politics of images is constructed by analysing how media represent poor women beneficiaries of the Program. The politics becomes visible in the tension between the logic of the reproduction of the discursive register and the possibilities of deconstruction and denaturalization of pre-established discourses on poverty, social assistance, dependency, vulnerability and the like. Generally, the photographic capture of the bodies and faces of these women is done through angles that “speak for them,” rather than letting them speak. The creative and political power presented by these images are tied to acts of survival: activities and arrangements that make possible and yet resist the photographic capture, the vacuums and the excesses of pre-constructed institutional, governmental and media discourses.

**Keywords:** poverty, photojournalism, politics of images, women, Bolsa-Família.



**Fr.** L'objectif de cet article est de discuter, à la lumière de la réflexion d'auteurs comme Jacques Rancière, Marie-José Mondzain, Georges Didi-Huberman et Benjamin Picado, comment les politiques de l'image se révèlent dans la production créative de scènes de dissensus dans lesquelles le sujet politique émerge, apparaît et se constitue à travers de nouvelles dispositions sensibles, spatiales et temporelles dans quelques images photojournalistiques produites à l'occasion des 10 années du programme *Bolsa-Família* (2003-2013). Il observe comment se construit une politique des images à partir de l'analyse de la représentation des femmes pauvres bénéficiaires du programme par les médias. Elles sont rendues visibles à partir d'une tension entre logique de reproduction du registre discursif et possibilités de déconstruction et de dénaturalisation de discours déjà enracinés sur la pauvreté, l'assistance, la dépendance, la vulnérabilité et le genre. Généralement, la capture des corps et des visages de ces femmes est faite à travers des angles qui « parlent pour elles », plus qu'ils ne laissent parler. La puissance politique et créative présentée par ces images se relie aux gestes de survivance : opérations et agencements qui rendent possible et qui permettent de résister à des captures, silences et excès des discours construits par les médias, par les institutions sociales et par l'État.

**Mots-clés :** pauvreté, photojournalisme, politique des images, femmes, *Bolsa-Família*.



# Las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticieros e historias de vida

ANALÍA ZILBER

Doctoranda  
Universidad de Buenos Aires  
Consejo Nacional de Investigaciones  
Científicas y Técnicas  
Argentina  
analiazilber@gmail.com



El objetivo de este trabajo es relevar las representaciones discursivas sobre los vecinos que habitan villas de emergencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) y el Gran Buenos Aires (GBA). Para ello, aplico diferentes métodos y teorías lingüísticos sobre un corpus de dos historias de vida (HdV) que realicé a habitantes de una villa, dos noticias del noticiero Telenoche (de aquí en más, TE) y cinco noticias del noticiero Visión Siete Central (de aquí en más, V7C), para luego interpretar la práctica social en la que los textos se insertan.

Este trabajo es resultado de mi proyecto de adscripción a la Cátedra (B) de Análisis de los Lenguajes de los Medios Masivos de Comunicación de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA), a cargo de la Dra. María Laura Pardo, *“Análisis crítico de los medios masivos de comunicación sobre sujetos en situación de pobreza en relación con su barrio”*. Asimismo, desde el año 2010, mis investigaciones se inscriben en los proyectos UBACyT F127, *“Análisis crítico del discurso de la pobreza extrema urbana en la Argentina y América Latina en la posmodernidad. Una aproximación a la Red Latinoamericana al Análisis Crítico del Discurso de la pobreza”* y UBACyT 20020100100120 *“El rol del discurso en el cambio social: tres problemáticas fundamentales para las familias que viven en situación de pobreza urbana en América Latina”*, ambos dirigidos por la Dra. María Laura Pardo.

## Pour citer cet article

### Référence électronique

Analía Zilber, « Las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticieros e historias de vida », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

En el marco de estas investigaciones centradas en las representaciones discursivas sobre la pobreza en la Argentina, la decisión de analizar cómo se representan discursivamente los vecinos de las villas de emergencia se basó en la intención de relevar, por un lado, cómo se construye en cada texto la representación sobre los sujetos que habitan en las villas y, por otro lado, cómo se representan los vínculos que se establecen entre ellos. En ese sentido, la noción de “vecino” es más abarcativa que la de “habitante” o “poblador”, ya que posee no solo una acepción absoluta sino también una relativa. De acuerdo con el Diccionario de la Real Academia Española (2001), “vecino” es quien “habita con otros en un mismo pueblo, barrio o casa, en habitación independiente” (resaltado mío), o quien “ha ganado los derechos propios de la vecindad en un pueblo por haber habitado en él durante el tiempo determinado por la ley”. De este modo, dada su acepción relativa, la categoría “vecinos” resulta más adecuada para analizar cómo se representan las relaciones entre estos sujetos. En cuanto a su acepción absoluta, si bien esta se asemeja al significado de “habitante”, se distingue de este por ser más específica, ya que conlleva un cierto estatus: no cualquier habitante es un “vecino”, por lo que la categoría “vecino” resulta pertinente para identificar inclusiones y exclusiones de ciertos grupos respecto de otros. Además, al ser una noción más abarcativa, facilita relevar representaciones discursivas en textos distintos, de manera que resulta posible observar qué significados prevalecen en cada uno. Por último, cabe aclarar que la categoría “vecinos” supone necesariamente una categoría de espacio, en este caso, las villas de emergencia, que, en tanto asentamientos urbanos informales en los que viven personas en situación de pobreza (Molina, 2011), constituyen enclaves de pobreza estructural (Saraví, 2004), de modo tal que el estudio de las representaciones sobre estos espacios resulta fundamental en el marco de trabajos que investigan cómo se representa la pobreza en la Argentina.

---

#### ESTADO DEL ÁREA

---

Siguiendo a Jameson (1984: 101), entiendo la posmodernidad como la “pauta cultural dominante de la lógica del capitalismo avanzado”. En el marco de este capitalismo avanzado o neoliberalismo, la regulación económica y la protección social características del Estado benefactor fueron en muchos casos minimizadas en favor del despliegue de un Estado penal (Wacquant, 2007b), en el que a la inseguridad social, generada por la desregulación de la economía en beneficio de las corporaciones multinacionales y por el retiro de la ayuda social, se respondió con el endurecimiento de las políticas penales. Estos factores, entre otros que sería imposible desarrollar aquí,

resultan claves para explicar las crisis económicas, los estallidos sociales globales y el acrecentamiento de la marginación y la pobreza que se produjeron a nivel mundial. Cabe destacar, además, que el accionar de las empresas transnacionales produjo enormes consecuencias no solo económicas, sino también políticas, culturales y sociales (Sklair, 2003).

En la Argentina, fue en los 80’ y 90’ cuando más se agudizaron la desocupación, la pobreza y la inequidad social (Marchese, 2011b). Especialmente a partir de 1995, se incrementó la desocupación a la vez que la inequidad en la distribución de la riqueza comenzó a tornarse cada vez más crítica (Fidel, 2004), lo cual desembocó en la popularmente denominada “crisis del 2001”. Dentro de este contexto, en la CABA, a lo largo de la última década del siglo XX y la primera del siglo XXI, se acrecentó el déficit habitacional, favorecido por la emigración de pobladores provenientes de Latinoamérica y del resto del país que buscaban mejores condiciones de vida, a tal punto que la ciudad fue declarada en estado de emergencia habitacional desde 2004 hasta 2010. En este marco, se consolidó el fenómeno de las villas de emergencia, que desde la perspectiva de Augé (1992) constituyen *no lugares*, es decir, espacios de anonimato, ahistóricos, no relacionales, sin identidad.

El problema de la pobreza ha sido estudiado desde distintas disciplinas sociales. Siguiendo a Wacquant (2007a), los barrios pobres han dejado de ser *lugares*, humanizados y comunitarios, para disolverse en *espacios*, campos de batalla, territorios vacíos, enajenantes y cuyos lazos internos se han debilitado. Esta disolución del *lugar* es un efecto de la *estigmatización territorial*, concepto clave retomado por distintos investigadores: Cravino (2002), por ejemplo, desde la antropología social, analiza las transformaciones de la identidad villera; Rodríguez (2009) explora la reproducción de la estigmatización territorial al interior del barrio; Saintout (2009), entre otros, investiga la relación entre jóvenes pobres y medios masivos de comunicación (de aquí en más, MMC).

En el marco del Análisis Crítico del Discurso (ACD), algunos trabajos analizan las representaciones de la pobreza en los MMC, destacando la reproducción de estereotipos y prejuicios, como el de los pobres como delincuentes, o el de los pobres como “*los pobrecitos*” que necesitan ayuda externa para salir de su condición (Molina, 2011: 99). Molina (2010, 2011) plantea que los diarios construyen una triple equivalencia entre las villas, el delito y una caracterización moral negativa (2011: 98), trasladando a sus habitantes todos los rasgos negativos adjudicados a las villas. Pérez

(2010) y Pardo Gil (2014) relevan en distintos corpus de noticias representaciones discursivas estigmatizantes sobre los jóvenes pobres y su relación con el delito. Otros trabajos (por ejemplo: Pardo, 2008) analizan la estetización y espectacularización (Debord, 1967) de la pobreza en relación con el surgimiento de heroicidades posmodernas sin un proyecto colectivo en común (Forster, 2002).

Otros estudios realizados desde el ACD analizan las representaciones de la pobreza en HdV. Algunos autores analizan el discurso de los indigentes, como por ejemplo Pardo, quien examina la representación de la identidad (2003) y la familia (2006), y Montecino Soto (2008), quien indaga en la construcción de futuro y resalta que la calle es un *no lugar* (Augé, 1992). Marchese examina las representaciones discursivas de la vivienda (2010) y de la relación entre sujetos en situación de pobreza y su posibilidad de acceso a un espacio habitacional (2013) en HdV de sujetos pobres y en el discurso del Gobierno de la CABA; López Mosconi (2010) compara las representaciones de la identidad de jóvenes pobres en MMC y en HdV; Zilber (2012) estudia la representación de la villa en dos HdV y concluye que este espacio se configura como un verdadero *lugar*, marca de identificación, distinción y orgullo, convirtiendo el estigma en emblema.

Son escasos los estudios discursivos que analizan las representaciones discursivas sobre los vecinos en relación con la pobreza. Muchos de ellos coinciden al relevar una representación negativa de los vecinos de las villas, mostrándolos como sujetos pasivos o incluso como delinquentes. Por ejemplo, Molina y D'Angelo (2010) sostienen que las representaciones de los vecinos pobres en un informe audiovisual del diario *La Nación* los muestran como sujetos pasivos y responsables de sus problemas. Molina (2010) encuentra que los vecinos de las villas son representados en los diarios como meras fuentes, pasivos o cómplices ante los delitos. Zuckerfeld (2011) sostiene que el diario *Página 12* caracteriza a los actores sociales que participaron de la toma del Parque Indoamericano<sup>1</sup> como pacientes y Zilber (2011) concluye que en noticias sobre este mismo conflicto los periodistas representan a los vecinos en forma negativa o estigmatizante. Fructuoso (2010) encuentra que en los discursos del entonces Jefe de Gobierno de la CABA, Mauricio Macri, los vecinos pobres aparecen cosificados, pasivos y ligados constitutivamente a su barrio. En cambio, otros trabajos como el de Pérez (2012) señalan que los vecinos son representados como un grupo opuesto al de los habitantes de la villa: un grupo que pide seguridad frente a un actor social peligroso.

---

## MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

---

Dentro del paradigma interpretativista (Guba & Lincoln, 1998), y en el marco del ACD en sus vertientes europea (Fairclough, 1992; van Dijk, 1993) y latinoamericana (Pardo, 2013), me baso en la concepción del evento comunicativo como tres prácticas relacionadas dialécticamente: práctica textual, discursiva y social (Fairclough, 1992). La metodología es cualitativa e inductiva y utilizo distintas teorías. En primer lugar, aplico el método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos (de aquí en más, MSDALT) (Pardo, 2011), que permite conocer inductivamente las categorías en que se organiza todo texto y que dan cuenta de las representaciones discursivas a partir de las cuales puede estudiarse la práctica textual y relacionarla con la práctica social. Las categorías gramaticalizadas, tales como Hablante-Protagonista (H-P), Actores (A), Nexos de Valor (NV), Espacio (E) y Tiempo (T), aparecen en todo texto, mientras que las semántico-discursivas son propias de cada texto. Aplico también el principio de jerarquización de la información (Pardo, 2011), con el fin de observar los temas, los remas y los focos (ubicados al final de cada emisión), así como el Tema Textual (TT) y el Rema Textual (RT), constituidos por los remas de una de las primeras y una de las últimas emisiones del texto, respectivamente. Por último, utilizo el sistema de transitividad (Halliday, 2004), que corresponde a la función ideativa del lenguaje, la cual se vincula a la organización del mundo experiencial, para analizar procesos (materiales, relacionales, mentales, existenciales, verbales y de conducta), participantes y circunstancias.

Los recursos relevados mediante estos métodos y teorías son analizados en su interrelación, a fin de identificar las estrategias lingüísticas utilizadas, entendiendo por estrategia lingüística el conjunto de recursos lingüísticos, relevados por distintos métodos y teorías, que coocurren con un mismo fin comunicativo<sup>2</sup> (Pardo, 2011: 28). De esta manera, es posible relevar las representaciones discursivas de cada texto (Pardo, 2011), que consisten en constructos teóricos basados en correlaciones entre categorías gramaticalizadas y semántico-discursivas, las cuales se instancian en los textos a través de estrategias y recursos lingüísticos.

---

## CORPUS

---

Los MMC, omnipresentes en nuestra sociedad, producen y reproducen sentidos desde un posicionamiento particular, moldeando la legitimidad de ciertos discursos, ciertas prácticas, ciertos actores y ciertas voces en detrimento de otros (Saintout, 2009). Estos sentidos conforman sistemas simbóli-



cos que son consumidos por muchos de los espectadores como si se tratase de información objetiva y verdadera (Farré, 2004: 37), y no como lo que son, esto es, visiones de mundo subjetivas e ideológicas. La elección del género noticia televisiva permite relevar representaciones sobre vecinos que habitan en las villas puestas a circular por algunos MMC, mientras que la elección del género HdV posibilita dar cuenta de cómo se representan a sí mismos algunos de estos vecinos. De este modo, es posible realizar un análisis contrastivo entre representaciones que circulan masivamente y representaciones que suelen quedar invisibilizadas.

Los noticieros seleccionados fueron emitidos por *LS82 TV Canal 7*, conocido como *TV Pública (TVP)* y *LS85 TV Canal 13*, conocido como *El Trece*, decisión que responde a la intención de analizar cómo se construyen las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticieros emitidos por canales de televisión abierta, de una amplia audiencia, que responden a intereses e ideologías muy diferentes: mientras que la *TVP* es un canal público perteneciente al Estado Argentino, *El Trece* es un canal privado perteneciente al Grupo Clarín, el mayor grupo mediático de la Argentina, representante de los intereses de los sectores más poderosos del país y, al momento de la emisión de las noticias analizadas, en disputa con el Gobierno Nacional encabezado por la, en ese entonces, Presidenta Cristina Fernández de Kirchner, especialmente a partir de la sanción de la Ley 26.522 de Servicios de Comunicación Audiovisual<sup>3</sup>.

El corpus de noticias<sup>4</sup> fue recolectado grabando noticieros completos sucesiva e ininterrumpidamente. El criterio temporal para seleccionar el corpus consistió en fijar un mínimo de un mes de grabación continua para cada canal, dejar de grabar solo cuando se tuviera la certeza de haber reunido un corpus suficiente para la investigación y procurar que entre el comienzo y el fin de las grabaciones no transcurriera más de un año. En

el caso de TE, emitido por *El Trece* de lunes a viernes de 20 hs. a 21.30 hs., registré los programas desde el 06-09-10 al 12-11-10; con respecto a V7C, emitido por la *TVP* de 20 hs. a 21 hs., grabé desde el 07-03-11 al 12-04-11. Luego efectué dos recortes: primero, seleccioné todas aquellas noticias en las que el término “villa” apareciera al menos una vez y en las que las villas de la CABA y el GBA fueran el escenario y/o el tópico central; luego, entre ellas elegí aquellas en las que los vecinos de las villas adquirieran un rol principal.

La recolección del corpus de las HdV (Linde, 1993) fue realizada mediante grabaciones de audio en formato mp3, en el sitio elegido por la persona a entrevistar (su casa, su lugar de trabajo, una calle, siempre en la Villa 15), luego de haberle explicado el objetivo de la investigación y haberle solicitado autorización para registrar su HdV. Para la grabación de cada HdV, se procuró dejar hablar al entrevistado sin interrumpirlo, no desviar el tópico de la conversación, no emitir opiniones personales sobre lo narrado, utilizar algunas preguntas disparadoras generales de ser necesario (es decir, si se producían silencios demasiado extensos) y registrar un mínimo de 20'. Esta recolección formó parte de una larga exploración etnográfica realizada en los años 2010 y 2011, a lo largo de la cual recolecté<sup>5</sup> seis HdV de habitantes de la Villa 15, de las cuales para este trabajo seleccioné dos: la de NC, mujer, y la de NJ, hombre, siendo ambos marido y mujer en segundas nupcias.

Es importante esclarecer también los criterios utilizados para definir la extensión de cada uno de los corpus (las noticias y las HdV). En primer lugar, se determinó un mínimo y un máximo de duración y de eventos comunicativos, siendo el mínimo no menos de dos eventos comunicativos y no menos de 30', y el máximo no más de ocho eventos y no más de 150'. En segundo lugar, se decidió que, una vez satisfecho el primer criterio, se priorizaría la variable duración por sobre la variable cantidad de eventos comunicativos. Por lo tanto, en primer lugar se intentó, dentro del

**Cuadro n° 1:** *corpus de noticias*

Codificación	Fecha	Duración	Canal	Nombre <sup>7</sup>
13AM	19-10-10	9'20"	El Trece	Atropellar y matar
13EM	11-10-10	5'05"		El encuentro de los mundos
7AA	06-04-11	2'51"	TVP	Protesta en la Autopista Illia
7AB	07-04-11	2'31"		x
7CHBF	15-03-11	5'16"		Tomas en la Ciudad
7LOC	18-03-11	4'33"		La otra cara de las villas
7RB	25-03-11	2'45"		x

corpus de noticias, equiparar en la medida de lo posible la duración de las noticias de uno y otro canal; en segundo lugar, se decidió seleccionar dos HdV, aunque esto significara una duración muy superior a la de las noticias, a fin de satisfacer el criterio del mínimo.

Asimismo, cabe aclarar que para la transcripción de las noticias y de las HdV se utilizaron las pautas de Jefferson (1984), con algunas adaptaciones<sup>6</sup>.

Presento asimismo los datos etnográficos más relevantes de las noticias (*Cuadro n° 1*) y de las HdV (*Cuadro n° 2*) y una breve sinopsis de cada texto (*Cuadro n° 3*):

**Cuadro n° 2:** *corpus de HdV*

Codificación	Fecha	Duración	Lugar
HdVNC	21-08-10	24'	Villa 15
HdVNJ	24-02-11	1h 45'	

## ANÁLISIS LINGÜÍSTICO

### Noticias de El Trece

Para comenzar, presento los resultados más importantes de la aplicación del MSDALT (*Cuadro n° 4*).

Para una mayor claridad en la exposición, a partir de aquí presento el análisis de 13AM y 13EM por separado. En 13AM, los resultados del MSDALT muestran una clara polarización de 'A' (véase *Cuadro n° 4*): de un lado, los 'Vecinos' y las 'Víctimas', del otro, los 'Delincuentes', que, contrariamente a los 'Vecinos, se representan muy ligados al 'E. Villa'.

Los 'Vecinos' participan de procesos materiales como actores en acciones donde se solidarizan con las 'Víctimas' (1)<sup>15</sup> y como actores (2, 4) y beneficiarios negativos (Zúñiga & Kittilä, 2010) (2, 3) en acciones donde ellos también resultan víctimas de los mismos 'Delincuentes', lo que los impulsa a irse del barrio:

(1) [...] la señora también estaba abajo de la rueda de la camioneta y lo sacaron los vecinos. (13AM, E, e11)

(2) [...] pasan pibes que por ahí te apuntan con un arma y tenés que abrirle sí o sí. (13AM, E, e65)

(3) A mi hermano me lo mataron. (13AM, E, e66)

(4) Y por ese motivo salimos de ahí. Hace tres años que salimos de la villa. (13AM, E, e68, e69)

El MSDALT muestra también cuáles son las principales categorías semántico discursivas (véase *Cuadro n° 4*). En primer lugar, es muy recurrente la categoría 'Vehículos robados, botín', que aparece principalmente vinculada a los 'Delincuentes' (1). En segundo lugar, se destaca la categoría 'Violencia, miedo', que queda muchas veces en foco (5, 7) y ligada al 'E. Villa' y a los 'Vecinos', mediante procesos relacionales que indican encierro (5, 6) o procesos mentales que indican percepción de la violencia (7) o temor (8, 9)<sup>16</sup>:

(5) [...] la gente vive adentro por miedo. (13AM, E, e61)

(6) Todos estamos enrejados [...] (13AM, E, e65)

(7) -¿Se escuchan tiros?

-Sí, acá se escuchan, más los viernes, sábados, domingos, acá es tiro y tiro y tiro, quilombo. (13AM, P, E, e62, e63)

(8) La tragedia de Noelia develó, el verdadero problema de un barrio que esconde lo que nadie se anima a denunciar. (13AM, P, e53)

(9) Un lugar que todos conocen un lugar que todos saben que existe, pero que nadie se atreve a denunciar. (13AM, P, e93)

Los 'Vecinos', además, participan de procesos verbales, que los constituyen como fuente que respalda el relato del delito:

(10) ¿Señora los mismos hombres que manejaban, se quedaron sacando y desarmando la camioneta según nos relataban los vecinos mientras la chiquita todavía estaba tirada ahí? (13AM, P, e34)

(11) Son "los pibes de la villa". Así los llaman los vecinos los que atropellaron a Noelia y a su hija. (13AM, P, e71, e72)

Lo interesante aquí es que ninguno de los reportes de estos procesos se condice con el discurso de los vecinos entrevistados, con lo cual no puede comprobarse si en verdad los vecinos que presenciaron el hecho (a quienes no se entrevista) dijeron las palabras que se les atribuyen. Además, en (11) el rótulo "los pibes de la villa", focalizado, iguala, mediante el artículo definido "los", a los delincuentes de esta noticia con la totalidad de los jóvenes de la villa. Todo esto resulta en un juicio de valor negativo (White, 2003) sobre todos los jóvenes que habitan la villa, emitido por la periodista pero atribuido a los vecinos.

Esta generalización se manifiesta también en la diacronía de la categoría 'Delincuentes/Pibes de la villa': primero se habla de los autores del hecho policial (10, 13, 16), pero luego, mediante sujetos elípticos (12), generalizaciones (15) o referencias como "pibes" (2, 11) o "chicos" (14, 17), "delincuentes" y

**Cuadro nº 3: sinopsis de cada texto**

Código	Sinopsis
13AM	En la ciudad de Dock Sud (GBA), delincuentes que huían de la policía atropellan a Noelia, una señora embarazada, y su hija de 10 años, que muere. Juntan lo robado y escapan al asentamiento conocido como “Villa Tranquila”, cerca del lugar. La hija muere, Noelia queda internada y salva el embarazo. Se narran los hechos y se describe el barrio. Se entrevista a la mamá de Noelia y a varios vecinos.
13EM	En el partido de San Isidro (GBA) el gobierno municipal crea un foro social, la “Mesa de Integración”, como complemento de la urbanización de algunas villas. Se entrevista a varios vecinos beneficiarios de la urbanización, a un vecino más pudiente, a algunas técnicas y a un funcionario.
7AA	Los vecinos de la Villa 31 (CABA) cortan la autopista Illia por falta de atención médica, luego de que una ambulancia del Sistema de Atención Médica de Emergencias (SAME) <sup>8</sup> se negara a entrar a su barrio a socorrer a un hombre, que finalmente muere. Se entrevista a dos vecinos, quienes narran lo sucedido y aportan posibles soluciones.
7AB	Se remite a 7AA. El colectivo “La Poderosa” <sup>9</sup> viene denunciando la falta de atención médica en las villas porteñas, obstaculizada por la falta de urbanización, a través de su revista “La Garganta Poderosa”, y crea la cooperativa “Ambulancieros poderosos” en la Villa Zabaleta (CABA), para capacitar a los jóvenes de la villa en primeros auxilios y manejo. Se entrevista a un vecino de la Villa Rodrigo Bueno (CABA).
7CHBF	Se entrevista al Jefe de Gabinete de Ministros, Aníbal Fernández, y al juez Roberto Gallardo, quienes se refieren a las tomas de viviendas en la CABA <sup>10</sup> por parte de vecinos de villas de emergencia. Fernández opina que el desalojo en el barrio de Bajo Flores (CABA) es responsabilidad de la Policía Metropolitana <sup>11</sup> . Gallardo dice que la toma es consecuencia de la falta de políticas de inclusión y de urbanización del Gobierno de la CABA, habla de las elecciones en las villas y coincide en que la responsabilidad es de la Policía Metropolitana.
7LOC	En el marco de la falta de urbanización, se realizan elecciones comunales en la Villa 3 (Barrio Fátima), en el barrio de Villa Soldati (CABA). Triunfa “La Lista Celeste”, organización de vecinos del barrio, de orientación kirchnerista. Se entrevista a tres de las ganadoras y al juez Roberto Gallardo.
7RB	La jueza Elena Liberatori ordena la urbanización de la Villa Rodrigo Bueno, en el barrio de Puerto Madero (CABA) y el gobierno de la CABA decide apelar la medida. Ante sucesivas amenazas de desalojos, los vecinos siguen luchando. Se entrevista al ex Presidente de la Comisión Vivienda de la Legislatura Porteña, Facundo Di Filippo, y a un delegado de la villa, Luis Espinosa.
HdV NC	NC vive situaciones de pobreza extrema junto a su familia (su esposo NJ y sus hijos), y lucha por tener su casa propia para todos ellos. Lo logra en la Villa 15 y procura que sus hijos terminen el colegio. Hoy trabaja para la Fundación “Madres de Plaza de Mayo” <sup>12</sup> .
HdV NJ	NJ, misionero nacido y criado en situación de pobreza extrema, viuda, se casa con NC y sufre dos infartos cardíacos al enterarse del robo de sus ahorros destinados a fundar una radio. Viene con su familia a Buenos Aires y se instala en la Villa 15, donde sobrevive como cartonero. Reúne nuevamente dinero para la radio y se capacita en la “Fundación Impulsar”, lo que le permite crear una empresa de sonido para sostener económicamente la radio. Logra así tener una radio comunitaria propia, desde la que realiza campañas solidarias y talleres de radio para personas de bajos recursos. Deja el cartoneo y participa de un concurso de jóvenes emprendedores en Inglaterra. Gana ese premio y luego muchos más. Actualmente se dedica a profundizar su proyecto y difundirlo como ejemplo de superación ante otros emprendedores.

**Cuadro nº 4: resultados más importantes del MSDALT en las noticias de El Trece**

Noticia	Categorías gramaticalizadas	Categorías semántico-discursivas
13AM	‘Vecinos’ <sup>13</sup> – ‘Víctimas’ – ‘Delincuentes/ Pibes de la villa’	‘E. Villa’ <sup>14</sup> – ‘Vehículos robados, botín’ – ‘Violencia, miedo’
13EM	‘Vecinos’ – ‘Vecinos no villa’	‘E. Villa’ – ‘Plan de viviendas’ – ‘Mesa de integración’

“*pibes de la villa*” se vuelven sinónimos. A todos ellos se los caracteriza negativamente mediante procesos materiales con carga semántica negativa muchas veces atemporales<sup>17</sup> (12-14, 17) y procesos relacionales (13-17) que los definen como violentos, amorales y desligados de sus madres, todos los cuales en muchos casos quedan en foco (13, 15, 16):

(12) [...] roban, y traen coches acá continuamente. (13AM, E, e84)

(13) Inclusive, no tenían nada de sentimientos, desamorados totalmente porque, mientras el cuerpo de la señora estaba abajo de la camioneta ellos estaban meta desvalijar la camioneta, sacaron bolsos, y se fueron. (13AM, E, e76)

(14) Sí, son gente del barrio, son chicos que, lamentablemente están perdidos en las drogas, salen a robar y hacen esta tragedia, esta locura. (13AM, E, e73)

(15) Son los mismos vecinos del barrio, quienes aconsejan no entrar, porque ahí, todos están armados. (13AM, P, e59)

(16) Digo yo, ¿las madres de estos hijos, dónde están? (13AM, E, e45)

(17) Esos chicos que mataron a Noelia, ahora mismo están adentro de la villa. (13AM, P, e94)

Para finalizar el análisis de esta noticia, caben dos reflexiones. Por una parte, podría considerarse la posibilidad de que la afirmación de la periodista de que los chicos “*están adentro de la villa*” (17) se relacione con su personificación de este espacio, que, según ella, oculta el delito (8) y que, dadas sus características negativas, debería ser denunciado (9). Por otra parte, teniendo en cuenta la polarización entre las categorías ‘Vecinos’ y ‘Delincuentes/Pibes de la villa’, la afirmación de que estos últimos “*son gente del barrio*” (14) implica que probablemente los límites no sean geográficos sino más bien morales.

En 13EM, en cambio, los ‘Vecinos’ del ‘E. Villa’, se relacionan principalmente con las categorías ‘Plan de Viviendas’ y ‘Mesa de Integración’ (véase Cuadro n° 4):

(18) En San Isidro, la urbanización de las villas dio paso a un proyecto que incluye a todos, la Mesa de Integración. (13EM, P, e2, TT)

(19) Nada más y nada menos, que, poder, tener o acceder a este plan de viviendas, ¿no? (13EM, E, e71, RT)

Comparando estas dos categorías semántico-discursivas, ‘Plan de Viviendas’ queda en foco en más del doble de emisiones y cierra el informe en el RT (19), mientras que ‘Mesa de Integración’ aparece en el TT (18) y contiene numerosas nominalizaciones (como la propia “*integración*”), que no permiten

saber quién integra ni cómo. Así, el análisis revela cómo el informe no se centra en lo que parecería a primera vista (la integración) sino que lo más importante y jerarquizado es el plan de viviendas.

En cuanto al análisis del sistema de transitividad, en primer lugar, los ‘Vecinos’ casi nunca son actores de procesos materiales, sino que en general participan de procesos relacionales o mentales. Los procesos relacionales posesivos enfatizan constantemente en la falta:

(20) Un foro social que integra a los vecinos que más pueden, y a **los que menos tienen**. (13EM, P, e3)

(21) Efectivamente, y ahora se creó un foro social, es un foro social que está integrado tanto por los que más tienen y los que más necesitan, para que finalmente todos **puedan convivir**. (13EM, P, e5)

Otros procesos relacionales (a veces junto a procesos existenciales) los definen cosificándolos (22), animalizándolos (23), infantilizándolos mediante diminutivos (23) o reduciéndolos a un no-ser (23), de modo que quedan nuevamente anclados en la falta:

(22) Es todo lo mismo, **la misma gente**. (13EM, E, e49)

(23) Es como **un gran zoológico**. Está el... hay de todo, la víbora, el lobo, el león, el tigre, **todo**. Pero también están los corderitos, que también quieren ser, que también quieren aprender, que también quieren **salir adelante**. (13EM, E, e12-e14)<sup>18</sup>

A esta falta se le agrega una gran pasividad, por medio de distintos recursos que se suman a la escasez de procesos materiales: la ubicación de los ‘Vecinos’ en el rol de beneficiarios (24), las frases preposicionales donde estos no poseen ninguna agentividad (25) y la elisión de procesos (19, 26):

(24) El plan de urbanización en las villas pobres de San Isidro, el distrito más rico del norte del conurbano, cambió la fisonomía, de algunas zonas, y está cambiando a su gente. (13EM, P, e18)<sup>19</sup>

(25) Lo que nosotros hacemos, es coordinar reuniones **con los vecinos**. (13EM, E, e26)

(26) Con muchas ganas de trabajar, mucho sacrificio, y **con ganas de superarse**. (13EM, E, e50)

En consecuencia, los focos que caen en la categoría ‘Vecinos’ y sus correspondientes NV (20-26) no hacen más que focalizar la falta, la pasividad, la cosificación y la animalización.

Finalmente, hay que destacar que las categorías gramaticalizadas del MSDALT indican una oposición



entre los ‘Vecinos’ del ‘E. Villa’ y los ‘Vecinos No Villa’ (véase *Cuadro n° 4*), es decir los “*empresarios*” (videograph). Estos últimos participan de distintos procesos que quedan en foco: relacionales, indicando posesión (27), materiales, referidos a su trabajo (28), y mentales, denotando un aprendizaje consumado (29):

(27)-¿Aquel auto importado, de vidrios polarizados **es suyo**?

-Sí, correcto. (13EM, P, E, e43, e44)

(28)-¿Qué encontró cuando bajó el polarizado, se bajó, y **se arremangó**?

-Exactamente lo mismo que **en mi barrio**. (13EM, P, E, e45, e48)

(29)-¿Qué **aprendió**?

-Que somos **todos iguales**. (13EM, P, E, e59, e60)

Así, la igualdad predicada en (29) no se corrobora en la representación discursiva de unos y otros ‘Vecinos’: los vecinos ricos son empresarios, tienen, hacen y aprenden, mientras que los vecinos pobres tan solo pueden recibir lo que se les da y quedan marcados por las carencias, que la nueva casa no logra borrar.

### Noticias de la TVP

Para comenzar, muestro aquí los resultados más relevantes de la aplicación del MSDALT:

En consonancia con los resultados del *Cuadro n° 5*, en las noticias de la TVP, las categorías gramaticalizadas más importantes y más focalizadas<sup>20</sup> son las de dos grupos representados como opuestos: los ‘Vecinos’ y el ‘Gobierno de la Ciudad’. Esta última aparece en todos los RT, en los que además queda en foco:

S (30) e espera que la nueva cooperativa de Ambulancieros Poderosos  pueda ser implementada,

como ejemplo de solidaridad entre los villeros, y en respuesta, a la ineficiencia, de las responsabilidades políticas. (7AB, P, e15, RT)

(31) Por último, y ante una posibilidad de toma ilegal de una propiedad del Gobierno de la Ciudad, Gallardo  es claro, primero, se debe usar a la Policía Metropolitana. (7CHBF, P, e36, RT)

(32) No sólo gestionar sino también  exigir [al Gobierno de la Ciudad], el cumplimiento de la Constitución. (7LOC, E, e24, RT)

(33) Un fallo de la Jueza Elena Liberatori  dice que [el Gobierno de la Ciudad] tiene que retirar el cementerio de autos en 30 días, y comenzar la urbanización, en 120. (7RB, P, e19, RT)

La representación de los ‘Vecinos’ no solo los opone al ‘Gobierno de la Ciudad’ sino que también los liga a determinadas categorías semántico-discursivas, también muy focalizadas: por un lado, ‘E. Villa’ (34, 35, 37, 38), y por otro lado, categorías vinculadas con la política, tales como ‘Política’ (32), ‘Salud, Emergencias’ (35), ‘Ambulancieros Poderosos’ (30, 35), ‘Políticas’ (36), ‘Elecciones vecinales’ (37) y ‘Condiciones de vida’ (38) (véase *Cuadro n° 5*):

(34) [...] con los vecinos **del barrio de la Villa 31**. (7AA, E, e18)

(35) Ante esta grave situación, el colectivo La Poderosa, puso en marcha una cooperativa en el barrio Zavaleta, para que los jóvenes aprendan a manejar y tomen clases de **capacitación en primeros auxilios**. (7AB, P, e6)

(36) En la práctica la Ciudad de Buenos Aires ha tenido en los últimos años, una política de exclusión **no una política de inclusión**. (7CHBF, E, e30)

(37) Los vecinos de la Villa 3 en Soldati  fueron a las urnas para elegir junta vecinal y delegados. (7LOC, P, e2, TT)

**Cuadro n° 5:** resultados más importantes del MSDALT en las noticias de la TVP

Noticia	Categorías gramaticalizadas	Categorías semántico-discursivas
7AA	‘Vecinos’ – ‘Gobierno de la Ciudad’	‘E. Villa’
7AB	‘Vecinos’ – ‘Gobierno de la Ciudad’ – ‘La Poderosa’	‘E. Villa’ – ‘Salud, emergencias’ – ‘Ambulancieros poderosos’
7CHBF	‘Vecinos’ – ‘Gobierno de la Ciudad’ – ‘Punteros’	‘E. Villa’ – ‘Políticas’
7LOC	‘Vecinos’ – ‘Gobierno de la Ciudad’	‘E. Villa’ – ‘Política’ – ‘Elecciones vecinales’ – ‘Condiciones de vida’
7RB	‘Vecinos’ – ‘Gobierno de la Ciudad’	‘E. Villa’

(38) Falta todo el asfaltado, en cada pasillo, el tema de las cloacas [...] y eso nosotros lo vamos a hacer exigir a cada persona que tiene que cumplir **con eso**. (7LOC, E, e16)

Un factor clave de esta oposición entre los ‘Vecinos’ y el ‘Gobierno de la Ciudad’ es la “urbanización” (véase Cuadro nº 3), en favor de la cual se posicionan otros ‘A’, que apoyan a los ‘Vecinos’ y se oponen al ‘Gobierno de la Ciudad’ (por ejemplo, ‘La Poderosa’ (40)). Por el contrario, otros ‘A’ (por ejemplo, los ‘Punteros’ (42)) se posicionan en contra de los ‘Vecinos’. En relación con algunos de estos ‘A’ y con el ‘Gobierno de la Ciudad’, los ‘Vecinos’ aparecen muchas veces como beneficiarios:

(39) [...] yo llamé para que lo atiendan, **se estaba muriendo**. (7AA, P, e10)

(40) Así es y por eso hay una cooperativa, conocida como “La Poderosa” que está dando, cursos de primeros auxilios para los jóvenes del barrio [...] (7AB, P, e3)

(41) Entonces si no quieren entrar ellos al barrio, [...] que nos capaciten a la gente, del barrio [...] (7AB, E, e10)

(42) [el] puntero de billetera, que termina explotando al humilde, con un alquiler de una vivienda de la que luego, **será desalojado**. (7CHBF, P, e16)

Así, los ‘Vecinos’ nunca dependen de sí mismos, sino que o bien necesitan de las acciones de otros ‘A’, como el ‘Gobierno de la Ciudad’ (39, 41) o ‘La Poderosa’ (40), o bien se ven perjudicados por un accionar ajeno, como el de los ‘Punteros’ (42).

Asimismo, los ‘Vecinos’ aparecen muy pocas veces como actores, y si lo hacen, o bien se trata de verbos que suponen pasividad como “*recibir*”<sup>21</sup> (43), de verbos de movimiento (37) o de verbos con fuerte carga semántica negativa (44), o bien los procesos materiales se combinan con recursos que los mitigan, tales como modo subjuntivo (45), perífrasis verbales de “*poder*” más infinitivo, en subjuntivo (46) o negadas (47), o pasivas con “*se*” (48):

(43) [...] un residente, que no recibió **atención médica de urgencia**. (7AA, P, e2)

(44) [...] porque [los vecinos] le roban todas esas cosas [...] (7AA, E, e64, RT)

(45) Pero el Viceministro dijo [...] que estas cosas no van a suceder más, en el barrio, siempre y cuando que trabajemos [...] (7AA, E, e18)

(46) [...] para que ellos, puedan suplir esas necesidades cuando haiga, [puedan] auxiliar a las personas cuando sea **algo no tan grave**. (7AB, E, e10)

(47) Cuando ya no pueden pagar con los ahorros [...] (7CHBF, E, e24)

[(48)...] se produce la toma externa o sea es donde **hay avanzadas**. (7CHBF, E, e26)

Por otra parte, en la categoría ‘Vecinos’, típicamente los procesos relacionales se vinculan con la falta (49-51), mientras que los pocos procesos verbales expresan reclamos originados en dicha falta, que no son atendidos (52):

(49) [...] el tema de la luz, que no tenemos, buenos transformadores [...] (7LOC, E, e16)

(50) [...] la falta de cuidado médico que tienen los vecinos del lugar [...] (7AA, P, e4, TT)

(51) [...] nadie es propietario sino en definitiva, todos serían ocupantes, hasta que se urbanice [...] (7CHBF, E, e19)

(52) Ahora ustedes venían reclamando que se urbanizara el barrio, **sin tener respuesta**. (7RB, P, e6)

Si son escasos los procesos verbales y materiales en donde los ‘Vecinos’ son dicentes o actores, en gran parte es porque muchos de ellos están nominalizados, como en “*toma*” (31, 48), “*capacitación*” (35), “*avanzadas*” (48) y “*reclamos*” (53):

(53) [...] las organizaciones estatales normales no dan este satisfacción **a los reclamos**. (7CHBF, E, e35)

Cabe agregar, finalmente, que, de manera excepcional, 7LOC, y en menor medida 7RB, presentan algunos recursos que muestran a los ‘Vecinos’ como responsables, capaces, valientes y comprometidos en la lucha política (especialmente en relación con las ‘Elecciones vecinales’), mediante procesos materiales focalizados (55-57), relacionales (54, 57) y mentales (54, 56):

Cuadro nº 6: resultados más importantes del MSDALT en las HdV

HdV	Categorías gramaticalizadas	Categorías semántico-discursivas
HdVNC	‘H-P’ – ‘Familia’ – ‘Vecinos’	‘E. Villa’ – ‘Cartoneo’ – ‘Vivienda’ – ‘Cosas’
HdVNJ	‘H-P’ – ‘Familia’ – ‘Vecinos’ – ‘Compañeros de la radio’	‘E. Villa’ – ‘Cartoneo’ – ‘E. Radio’

(54) [...] experimentamos que juntos somos capaces de **hacer cosas hermosísimas**. (7LOC, E, e20)

(55) [...] la madurez, de los vecinos de una villa bastante, con bastantes problemas y dificultades pero que a la hora que asumen saben lo que dicen y saben lo que piensan y saben lo que arriesgan. (7LOC, E, e18)

(56) [...] así que **vamos a seguir peleando**. (7RB, E, e15)

(57) Hay niños y niñas, adolescentes y jóvenes que nacieron y crecieron en el barrio, y adultos y ancianos que **trabajan y conviven**. (7RB, P, e17)

### Historias de vida

Comienzo el análisis presentando los principales resultados de la aplicación del MSDALT (Cuadro nº 6).

En ambas HdV, la observación diacrónica de la categoría 'Vecinos', muestra la recurrencia de procesos verbales y materiales que implican dar algo, sean consejos u ofrecimientos en los procesos verbales (58-63), sean objetos o enseñanzas, en los materiales (60, 62-64):

(58) Este es como que es muy difícil a veces conseguir trabajo, en lugares de afuera, dando la dirección **de una villa**. [...] él le vio al vecino que nos hicimos amigos, le preguntó "Y vos que andás con todo el día con el carro por ahí", le dijo eso "y si me conseguís algún laburo con algún conocido?", y le dice "Che, ¿y **por qué no cartoneás?**" [...]. No teníamos nada [...] (HdVNC, e45-e47)

(59) [...] me pongo a charlar así con una señora, preguntándole el lugar para alquilar, y ella me dice "Mirá, yo vivo en un barrio", nunca me dijo una villa. "Yo vivo en un barrio", me dice "que las casas alquilan por cien pesos, ¿QUÉ?" le digo [...] (HdVNC, e22-e23)

(60) Y nosotros le explicamos que nosotros no podíamos comprar [...] agarra y dice, la señora esta para alquilar la casa, y sí **al toque alquilamos**. Vinimos a alquilar la señora después al rato quiso vender, y nos dio la oportunidad en pagar a cuotas, entonces así como cobrábamos el plan, de 400 pesos le entregábamos por la casa, y así compramos **esta casita**. (HdVNC, e53, e54)

(61) Y si ellos están por bardear con otro, te avisan: "Doña meta a los chicos adentro" [...] (HdVNC, e58)

(62) [...] mis hijos ya estaban creciendo ya no tenían ropa, **salimos**. [...] a tres cuadras nos llama una familia, y me dicen "¿Usted no se ofende si yo les doy unas cosas de ropa? ¡No!". Nos dio: cinco bolsas de ropa de consorcio, volvimos, **de ahí volvimos**. [...] ideal todo **para mis hijos**. (HdVNC, e68-e72)

(63) [...] y mientras buscaba otro trabajo, no podía conseguir, desde acá ya era mucho más difícil, porque bueno decidí, hablando con un vecino, preguntándole justamente por trabajo, el vecino me dice "¿Por qué no salís **a juntar cartones?**" [...] Y empecé, empecé con un carro, que también me prestó un vecino [...] y el primer viaje fue una locura porque yo no sabía qué tenía que juntar, qué servía, qué se vendía, qué no se vendía en base a lo que este vecino me dijo iba juntando cosas, y aprendiendo un poco **el oficio**. Entonces yo venía con el carro y el vecino veía y me decía este servía, este servía servía, cuando me daba cuenta, los primeros viajes **casí nada servía**. (HdVNC, e285, e291, e292)

(64) Y el vecino es el que me enseñó a **clasificar los cartones**. (HdVNC, e870)

En general, estas acciones de los 'Vecinos' coocurren con procesos negados correspondientes al 'H-P' y su 'Familia' (véase *Cuadro nº 6*), relacionales (58, 62), materiales (60, 63) y mentales (63) que indican carencia, imposibilidad de hacer y desconocimiento. En algunos casos, además, las acciones de los 'Vecinos' se reflejan en las de los 'H-P', que actúan mediante procesos del mismo tipo: el decir (58-60) y el dar (60). Estos ejemplos muestran también cuáles son las categorías semántico-discursivas más focalizadas (véase *Cuadro nº 6*): 'E. Villa' (58, 59, 62), 'Cartoneo' (63, 64), 'Vivienda' (60) y 'Cosas' (62), las cuales se relacionan directamente con el bienestar de la 'Familia', categoría muy importante en ambas HdV, especialmente en HdVNC, donde es el 'A' más focalizado, como en (62).

En otros casos, los 'Vecinos' forman parte de circunstancias (65, 66) o de frases preposicionales en las que no poseen ninguna agentividad (67, 68), lo cual deja el rol más activo al 'H-P' y su 'Familia':

(65) [...] por una vecina de acá, que mi señora conoció en el hospital, conocimos este lugar [...] y vinimos a alquilar una pieza por... 50 pesos, **creo**. (HdVNC, e277)

(66) [...] con un vecino conseguimos un colchón, con otro vecino una cama, con otra... así fuimos consiguiendo las cosas [...] era muy complicado nosotros no conocíamos esto, **esta realidad**. (HdVNC, e283, e284)

(67) [...] más allá de mis necesidades siempre hay, trato de compartir algo **con todos**. (HdVNC, e118)

(68) Mi deseo siempre es **ayudar a la gente**. (HdVNC, e236)

Los 'Vecinos', además, participan de procesos relacionales (69-71) que muchas veces los dejan en

foco (69, 70), los cuales los califican o definen positivamente, no sólo ligándolos con la 'Familia' (69) y el 'Cartoneo' (70) sino también con el 'E. Radio' (70, 71) (véase *Cuadro nº 6*), la categoría semántico-discursiva más focalizada en HdVNJ:

(69) [...] son viste, la verdad que, muy buenos pibes más allá de todo lo que puedan decir de **ellos**. Bueno, para con nosotros son muy buena gente. (HdVNC, e58, e59)

(70) [...] el proyecto [de la radio] **es real**. [...] acá nadie puede decir "No esto, es... es inventado" [...] porque el testigo es el vecino. Y el vecino es el que me enseñó a **clasificar los cartones**. Y es el que me vio<sup>22</sup>, todos los días con un carrito **ir y venir**. Entonces, **es muy real**. (HdVNJ, e867-e873)

(71) [...] acá vienen muchas bandas de música [...] que son del barrio [...] y ahí sí, dejé de trabajar con los cartones y empecé a trabajar con el sonido y **con la radio**. (HdVNJ, e514)

Por otra parte, en HdVNC, los 'Vecinos' participan también de procesos mentales que indican felicidad, en relación con la 'Vivienda':

(72) [...] no tenemos una casa re lujosa pero somos felices, porque no nos jode **nadie**. [...] me siento feliz por toda la gente que vienen a mi casa y todos se sienten conformes de venir a mi casa [...] la verdad que la gente se siente muy contenta **en mi casa**. Y no teníamos nada de amistades acá y hoy es impresionante la gente que, que viene y nos pone feliz, **nos pone contentos**. (HdVNC, e116, e117, e123, e124)

Aquí, nuevamente, aparecen procesos del mismo tipo para los 'Vecinos' y para el 'H-P' y su 'Familia', además de repetirse la asociación de estas dos últimas categorías con procesos relacionales negados que indican carencia.

Por último, cabe destacar que, cuantitativamente, los procesos más frecuentes son los materiales y relacionales, tanto en relación con los 'Vecinos' como con los 'H-P' y los principales 'A' (la 'Familia' en ambas HdV y los 'Compañeros de la Radio' en HdVNJ) (véase *Cuadro nº 6*), todos los cuales se vinculan de la misma manera que los 'Vecinos' con el 'E. Villa'. Por ejemplo:

(73) Y empecé a hablar del trabajo social que hacíamos, y del centro comunitario de adicciones, y del proyecto social para afuera y de que nosotros, no somos una radio sino que somos un centro, que articula con los que más tienen y los que menos tienen, y que este es el puente de donde se pueden conseguir las cosas que la gente necesita, de la función social que cumplimos con la comunicación, y con los problemas de salud del barrio, y de DÓNDE realmente vivimos nosotros. (HdVNJ, e742)

Así, en líneas generales, los procesos materiales (58, 60, 62, 63, 65, 66, 71, 73) describen las esforzadas peripecias de los 'H-P' para sobrevivir junto a la 'Familia' y para poner en funcionamiento la radio junto a los 'Compañeros de la Radio', mientras que los procesos relacionales o bien definen su identidad en función de las categorías 'E. Radio' y 'E. Villa' (73), o bien caracterizan estados (72) o indican lo que se posee y lo que no (58, 62, 72). De este modo, no solo los 'Vecinos' sino todos los habitantes de la villa (los 'H-P', la 'Familia' y los 'Compañeros de la Radio') son representados como personas muy activas y caracterizadas positivamente.

---

## CONCLUSIONES

---

El análisis de los recursos y las estrategias lingüísticos evidencia importantes diferencias en las representaciones discursivas de los vecinos de las villas en los distintos corpus. En 13AM, los 'Vecinos' son representados como un grupo opuesto al de los 'Delincuentes/Pibes de la villa': los 'Vecinos', solidarios de las 'Víctimas' del delito que se informa, se constituyen ellos también como víctimas indefensas, temerosas y preocupadas por su familia y su propiedad privada, a merced de sus victimarios, los "*pibes de la villa*", considerados en su totalidad como inmorales y peligrosos delincuentes. En esta oposición, la categoría 'E. Villa' juega un rol fundamental, ya que queda ligada intrínsecamente a los 'Delincuentes', mientras que se intenta asociar a los 'Vecinos' a un "afuera". Sin embargo, la ausencia de límites geográficos precisos que separen ambos grupos implica que las diferencias entre ellos son morales más que geográficas: es la amoralidad de los "*pibes*" la que impide que alcancen el estatus de 'Vecinos', y es la honestidad de los 'Vecinos' la que los desliga del 'E. Villa'. Dicho de otro modo: el 'E. Villa' se constituye como un espacio simbólico de inmoralidad, por lo que, más allá de la realidad geográfica concreta, las categorías 'Vecinos' y 'Villa' son incompatibles.

En 13EM, la representación de los 'Vecinos' adquiere otros rasgos: pasividad, carencia, cosificación, animalización e infantilización; aunque, de manera análoga a 13AM, también se los trata de desligar de las características negativas del 'E. Villa', en este caso, enfatizando en la transformación y urbanización de este espacio. Esta representación se opone a la de los 'Vecinos no villa', los cuales son mostrados como personas activas, pudientes y superiores. Además, la mayor relevancia de la categoría 'Plan de viviendas' por sobre la de 'Mesa de Integración' implica que el informe se centra no en la integración (que de hecho en el discurso nunca se concretiza) sino en las viviendas que los vecinos pobres reciben pasivamente.



En las noticias de V7C, en cambio, la representación de los ‘Vecinos’ los muestra como un grupo opuesto al ‘Gobierno de la Ciudad’, del cual son víctimas indefensas, y en relación directa con categorías semántico-discursivas ligadas con la política y con el ‘E. Villa’. Esto último marca una diferencia importante con las noticias de TE, ya que aquí alcanzar el estatus de “vecino” y habitar en asentamientos precarios como lo son las villas no es incompatible: de hecho, aquí todos los habitantes de las villas son “vecinos”. Sin embargo, al igual que en TE, aquí también se los representa como seres pasivos y carentes, y, a diferencia de TE, a su vez se los liga a un reclamo que nunca obtiene respuesta. Así, se los muestra como personas dependientes de otros, como si lo único que pudieran hacer es reclamar la urbanización de sus barrios y la mejora en sus condiciones de vida, o esperar recibir ayudas externas que procuren compensar el abandono del ‘Gobierno de la Ciudad’. Excepcionalmente, los ‘Vecinos’ adquieren un rol más activo, en relación a la categoría ‘Elecciones vecinales’; sin embargo, su agentividad queda restringida a la lucha política, a los fines de mostrar una imagen negativa del ‘Gobierno de la Ciudad’.

Por el contrario, en las HdV, los ‘Vecinos’ se vinculan con las categorías más significativas: ‘H-P’, ‘Familia’, ‘E. Villa’ y ‘Cartoneo’ (en ambas HdV), ‘Vivienda’ y ‘Cosas’ (en HdVNC) y ‘E. Radio’ (en HdVNJ). Los ‘Vecinos’ son caracterizados positivamente y representados como seres activos que ayudan a los recién llegados al barrio en los momentos de mayor necesidad, aunque, a veces, el rol más activo queda para el ‘H-P’ y su ‘Familia’, quienes les devuelven así la ayuda recibida. De esta manera, la representación discursiva de los ‘Vecinos’ es muy positiva, en tanto se vinculan positivamente con aquello que resulta más valorizado por NC y NJ, y que define en cada caso su identidad: la villa como *lugar* (Augé, 1992), la casa como hogar (que va más allá de lo meramente material), la familia y el trabajo (sea el cartoneo, sea el emprendimiento de una radio).

De este modo, si en ambos canales las representaciones de los ‘Vecinos’ se definen siempre por oposición a otro grupo más poderoso y activo que los perjudica o empequeñece (los ‘Delincuentes/Pibes de la villa’, los ‘Vecinos no villa’, el ‘Gobierno de la Ciudad’, etc.), en las HdV los ‘Vecinos’ no se representan como opuestos a ningún grupo, sino que, por el contrario, se vinculan positivamente con las principales categorías gramaticalizadas, es decir, ‘H-P’ y ‘Familia’. En estrecha relación con esto, puede pensarse qué aspectos del significado de la palabra “vecinos” aparecen en cada corpus, teniendo en cuenta la definición citada al comienzo de este trabajo. Pues bien: si en las noticias predomina el significado absoluto, en las HdV el signo “vecinos” recupera su valor original, no absoluto sino relativo, denotando una relación con un “otro”<sup>23</sup>.

En conclusión, por un lado, la representación discursiva de los ‘Vecinos’ de las villas adopta distintos rasgos en cada noticiero, principalmente, en función de las categorías con las que se relaciona, y en particular por el hecho de que en V7C se los asocia a la villa mientras que en TE se los desliga de este espacio. Por otro lado, sin embargo, todas las noticias representan a los ‘Vecinos’ en oposición a otros ‘A’, como seres pasivos, indefensos, carentes y cuyos lazos de solidaridad aparecen difuminados: en relación con el miedo, víctimas indefensas de chicos que habitan su propio barrio; como beneficiarios pasivos de un ‘Plan de viviendas’, cosificados, infantilizados, animalizados y disminuidos ante los vecinos más pudientes; o vinculados a categorías relacionadas con la política y el mal estado del barrio, indefensos ante la desidia del ‘Gobierno de la Ciudad’. En las HdV, en cambio, la representación discursiva de los ‘Vecinos’ los muestra como seres más activos, que mantienen lazos solidarios y positivos con los ‘H-P’ y que, al igual que estos, se relacionan no solo con la villa, sino también con categorías prácticamente ausentes en los noticieros, tales como la vivienda en tanto hogar, la familia y el trabajo<sup>24</sup>.

Así, pese a que, dado que la *TVP* y *El Trece* responden a intereses e ideologías muy distantes, cabría esperar grandes diferencias entre las representaciones discursivas que construyen<sup>25</sup>, el análisis revela que ambos noticieros contribuyen a la reproducción de estereotipos y prejuicios tantas veces asociados a la pobreza: el de los “*pibes peligrosos de la villa*” (TE) y el de los “*pobrecitos*” (TE y V7C), los cuales alejan en gran medida las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas reproducidas por estos MMC de las que surgen de las HdV. En consonancia con la posición política de cada medio, mientras que las noticias de V7C pretenden mostrar una imagen negativa del ‘Gobierno de la Ciudad’, en aquel momento en manos de Mauricio Macri, del PRO (Propuesta republicana), partido de ideología neoliberal y contrario al entonces Gobierno Nacional, las noticias de TE procuran dar una imagen positiva de funcionarios de San Isidro (donde gobierna también el PRO) y estigmatizar a la villa y sus habitantes, asociándolos a la delincuencia. Este tipo de representaciones discursivas estigmatizantes sirven muchas veces de base para fundamentar discursos que, bajo el reclamo de mayor seguridad para los vecinos, piden políticas de “*mano dura*”, entre ellas, la baja de la edad de imputabilidad. Esta es, en efecto, la posición política de la actual derecha argentina, cuyo líder, Mauricio Macri, es ahora Presidente de la Nación, precisamente, en gran medida, gracias al enorme impulso de los medios pertenecientes al Grupo Clarín.

---

Soumission de l'article : 30/11/2015  
Acceptation de l'article : 20/03/2016

## NOTAS

- <sup>1.</sup> Así se conoció la ocupación de un espacio público del sur de la CABA por parte de numerosas familias pobres en 2010, durante la cual la policía mató a cuatro personas.
- <sup>2.</sup> Por ejemplo: un determinado Actor que aparece recurrentemente como beneficiario y esto además queda en foco, con el fin de mostrar a ese Actor como poco activo.
- <sup>3.</sup> Esta ley fue promulgada el 10 de octubre de 2009, sustituyendo una ley instituida en 1980 por un gobierno militar, y fue cuestionada por grupos mediáticos de gran poder que se veían obligados a la desinversión para adecuarse al tope de licencias de televisión establecido por la nueva ley.
- <sup>4.</sup> Cabe aclarar que incluí tanto noticias como informes y entrevistas, los cuales constituyen subgéneros dentro del género noticiero (Farré, 2004). En líneas generales, la noticia puede definirse como “cada una de las unidades temáticas que componen el noticiero” (Farré, 2004: 34). El informe puede ser considerado una ampliación de la noticia, que intenta profundizar en las causas y consecuencias de un acontecimiento. La entrevista supone una conversación entre un periodista y uno o varios entrevistados, a través de la cual se recoge información. Sin embargo, es importante aclarar que en la actualidad los géneros y subgéneros en la televisión suelen presentarse no de manera pura sino en estado híbrido (Mazzioti, 2005). De esta manera, por ejemplo, una entrevista puede formar parte de una noticia o un informe, o bien constituir un segmento separado; una entrevista o un informe pueden remitir a o ampliar una noticia, etc. En definitiva, las fronteras que separan los géneros informativos audiovisuales son en gran medida borrosas, no obstante lo cual existen algunos intentos de clasificación (para una definición y clasificación de los géneros informativos audiovisuales véase Herrerros (1992)).
- <sup>5.</sup> La realización de las HdV fue hecha por mí (en el caso de HdVNC, acompañada por las investigadoras Gabriela Hochman y Dolores Curia) con el propósito de reunir un corpus que me permitiera llevar a cabo las investigaciones mencionadas al comienzo de este artículo.
- <sup>6.</sup> Los códigos utilizados para la transcripción son los siguientes:  
pausa breve: .  
pausa larga: //  
pausa larga precedida de entonación final descendente: .  
vacilación: ...  
alargamiento del fonema de la sílaba: :  
solapamientos: =texto del hablante A=  
=texto del hablante B=  
entonación exclamativa: ¡!  
entonación interrogativa: ¿?  
aumento del volumen del habla en relación con el contexto de la emisión: TEXTO EN MAYÚSCULAS  
disminución del volumen del habla en relación con el contexto de la emisión: <sup>a</sup>texto<sup>2</sup>  
vocalizaciones dudosas: ((texto))  
vocalizaciones irreconocibles: (())  
comentarios del analista acerca de gestos, acciones o movimientos de los hablantes: (texto)  
discurso directo o discurso atribuido a otro/s hablante/s: “texto”  
Para marcar turnos de habla se colocaron las iniciales de cada hablante seguidas de un punto. Luego de la transcripción, se segmentaron las emisiones encerrándolas entre corchetes, colocando mayúscula en el comienzo de cada emisión y numerando cada una mediante una “e” seguida del número correspondiente antes del corchete de apertura.
- <sup>7.</sup> Nombre con que el noticiero presenta la noticia.
- <sup>8.</sup> El SAME es un servicio público y gratuito de atención médica, dependiente del Gobierno de la CABA.
- <sup>9.</sup> “La Poderosa” es una organización social que lucha por los derechos de las clases populares.
- <sup>10.</sup> Otras noticias del mismo canal habían informado en los días previos que algunos vecinos se habían instalado en viviendas sociales del Bajo Flores (CABA) destinadas a otras personas, advirtiendo que el Gobierno de la CABA se había comprometido a brindarles una vivienda, luego de lo cual fueron desalojados.
- <sup>11.</sup> Este es el nombre de una de las fuerzas policiales de la CABA, que funciona bajo la órbita del Gobierno de la CABA. En la CABA opera también la Policía Federal, bajo la órbita del Gobierno Nacional.
- <sup>12.</sup> Las “*Madres de Plaza de Mayo*” son madres de personas desaparecidas durante la última dictadura cívico-militar argentina, reconocidas mundialmente por su lucha en favor del juicio y la condena de los responsables de crímenes de lesa humanidad. Actualmente dirigen, entre otras cosas, una radio, una universidad y un plan de viviendas.
- <sup>13.</sup> Para hacer referencia a las categorías que surgen de la aplicación del MSDALT, se emplean mayúsculas y comillas simples.
- <sup>14.</sup> Aunque en un principio la categoría ‘Espacio’ se consideraba una categoría gramaticalizada, puede refuncionalizarse, constituyendo uno de los tópicos más importantes del texto, de manera que se transforme en una categoría semántico-discursiva (Pardo, 2015).
- <sup>15.</sup> Los números entre paréntesis se refieren a la numeración de los ejemplos, colocada a la izquierda de cada ejemplo. A la derecha de cada ejemplo indico entre paréntesis el corpus, el hablante en las noticias (P si es un/a periodista y E si es un/a entrevistado/a), el número de emisión, y TT o RT si la emisión contiene el TT o el RT, los cuales se indican con subrayado doble. Los focos se señalan con negrita y los procesos con subrayado simple.
- <sup>16.</sup> Los procesos mentales que indican temor se encuentran negados y focalizados.

<sup>17.</sup> Para ello se emplea el presente en su valor habitual, transformando el delito ocurrido en una acción que sucede en forma recurrente.

<sup>18.</sup> Además, en (23), se establece una división maniquea entre los 'Vecinos' pobres: como si existieran por un lado los buenos ("los corderitos") y por el otro los malos ("la víbora, el lobo, el león, el tigre").

<sup>19.</sup> En (24), además, puede verse cómo los 'Vecinos' quedan desligados de las características negativas del 'E. Villa', y más aún, cómo el cambio en la "fisonomía" del barrio produce un cambio en los mismos 'Vecinos'.

<sup>20.</sup> Este dato surge de la cuantificación de los focos que recaen en cada categoría. En otras palabras, las categorías más focalizadas son aquellas que una mayor cantidad de veces conforman la zona focal (Marchese, 2011a), esto es, la zona que contiene las categorías focalizadas de la emisión.

<sup>21.</sup> Los actores de los procesos materiales pueden ser más o menos agentivos. En el caso de "recibir", el actor no necesariamente es voluntario o realiza una acción; más aún, se presupone la existencia de un otro, que es quien da lo que el actor recibe. De este modo, en (43), el "residente" posee un bajo grado de agentividad, ya que no posee voluntad ni realiza acción alguna, incluso si ese otro que no le brinda "atención médica de urgencia" no está presente en la cláusula.

<sup>22.</sup> Aquí, al igual que en (63), el vecino es procesador de "ver", lo que justifica que se lo defina como "testigo".

<sup>23.</sup> Esto implica también que, a diferencia de las noticias, en las HdV la categoría 'Vecinos' es más restringida, ya que, en base al sentido relacional de la palabra, no podría incluir ni al 'H-P' ni a su 'Familia' (incluso cuando las representaciones de unos y otros son muy similares), aunque estos, lógicamente, también son "habitantes" de la villa: el "vecino" siempre es un otro.

<sup>24.</sup> Es necesario reconocer, sin embargo, que algunas de estas diferencias entre las noticias y las HdV podrían deberse precisamente a su pertenencia a géneros distintos. Por ejemplo, dado que toda noticia debe responder al criterio de "noticiabilidad" (Farré, 2004), es esperable que en las noticias aparezcan determinadas categorías que contribuyan a satisfacer dicho criterio (por ejemplo, podría pensarse que la recurrencia de una categoría como 'Violencia, miedo' contribuye a generar el impacto de una noticia), mientras que en una HdV, basada en una trayectoria biográfica, típicamente aparecen categorías ligadas a dicha trayectoria, como por ejemplo 'Familia'. No obstante, no podría sostenerse a priori la imposibilidad de aparición de determinada categoría en un texto dada su pertenencia genérica, como así tampoco podría establecerse en qué medida las diferencias encontradas se deben a diferencias genéricas. Por otra parte, los rasgos que constituyen cada una de las representaciones discursivas (pasividad, carencia, indefensión, cosificación, animalización, infantilización, agentividad, solidaridad, etc.) difícilmente podrían ser atribuidos a la pertenencia a distintos géneros.

<sup>25.</sup> Como sostiene Farré, en los noticieros se cifra la imagen de la cadena emisora y su posición frente a la realidad social (2004: 35).

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Augé, M., 1992 [2000], *Los no lugares. Espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad*, Barcelona, Gedisa.
- Cravino, M. C., 2002, "Las transformaciones en la identidad villera... la conflictiva construcción de sentidos", *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, no 15, pp. 29-47.
- Debord, G., 1967, *The Society of Spectacle*, New York, Zone Books.
- Fairclough, N., 1992, *Discourse and Social Change*, Cambridge-Oxford, UK, Polity Press, Blackwell Publishers.
- Farré, M., 2004, *El noticiero como mundo posible: estrategias ficcionales en la información audiovisual*, Buenos Aires, La Crujía.
- Fidel, C., 2004, "Orientación y peculiaridades de la política económica, social y habitacional en la Argentina. La década del 90", in Cuenya, B., Fidel, C., Herzer, H. (Eds.), *Fragmentos sociales: problemas urbanos de la Argentina*, Buenos Aires, Ediciones Siglo XXI, pp. 75-87.
- Forster, R., 2002, "La muerte del héroe", *Crítica y sospecha*, Buenos Aires, Paidós, pp. 69-102.
- Fructuoso, L., 2010, "Selección léxica y referentes en disputa. ¿Quiénes son los vecinos?", in Castel, V. M., Cubo de Severino, L. (Eds.), *La renovación de la palabra en el bicentenario de la Argentina. Los colores de la mirada lingüística*, Mendoza, Editorial FFyL, UNCuyo, pp. 518-522.
- Guba, E., Lincoln, Y., 1998, "Paradigmas competitivos en la investigación cualitativa", in Denzin, N., Lincoln, Y. (Eds.), *The Landscape of Qualitative Research*, Thousand Oaks, CA, Sage, pp. 195-220.
- Halliday, M. A. K., 2004, "Clause as representation", *An Introduction to Functional Grammar*, Tercera Edición, revisada por C. Matthiessen, Londres, Hodder Headline Group, pp. 168-305.
- Herrerros, M. C., 1992, *Géneros informativos audiovisuales: radio, televisión, periodismo gráfico, cine, video*, Madrid, Ciencia 3.
- Jameson, F., 1984, *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*, Buenos Aires, Paidós.
- Jefferson, G., 1984, "Transcript notation", in Atkinson, J. M., Heritage, J. (Eds.), *Structures of Social Interaction: Studies in Conversation Analysis*, New York, Cambridge University Press, pp. 134-162.
- Linde, C., 1993, *Life Stories. The Creation of Coherence*, New York, Oxford, Oxford University Press.
- López Mosconi, L., 2010, "La representación discursiva de la identidad de jóvenes pobres y su relación con noticieros televisivos", *Actas digitales del IV Congreso Internacional: Transformaciones culturales. Debates de la teoría, la crítica y la lingüística*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, pp. 285-297, disponible en: <http://2010.cil.filo.uba.ar/sites/2010.cil.filo.uba.ar/files/40.L%C3%B3pez%20Mosconi.pdf>.
- Marchese, M. C. 2010, "Una vivienda digna en nombre de la Ley", in Montecino Soto, L. (Ed.), *Discurso, pobreza y exclusión en América Latina*, Santiago de Chile, Cuarto Propio, pp. 211-227.
- Marchese, M. C., 2011a, *El texto como unidad de análisis socio-discursiva. Una propuesta a partir del Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*, Buenos Aires, Tersites.
- Marchese, M. C., 2011b, "Posicionamientos discursivos sobre la emergencia habitacional en la Ciudad de Buenos Aires: análisis crítico de un debate parlamentario", in Corracini, M. J. (Ed.), *Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão (identidade, mídia, pobreza, situação de rua, mudança social, formação de professores)*, Campinas, Pontes Editores, pp. 211-227.
- Marchese, M. C., 2013, "La construcción simbólica del accionar sobre el espacio habitacional: análisis crítico de discursos del GCBA y de historias de vida de sujetos en situación de pobreza", *Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones "Ambrosio L. Gioja"*, no 11, pp. 101-122.
- Mazziotti, N., 2005, "Los géneros en la televisión pública", in Rincón, O. (Ed.), *Televisión pública: del consumidor al ciudadano*, Buenos Aires, La Crujía, pp. 175-201.
- Molina, L., 2010, "Historias de la villa. La representación discursiva de los pobres y la pobreza urbana en los diarios", *Texturas. Estudios interdisciplinarios sobre el discurso*, vol. 9, nos 9/10, pp. 169-195.
- Molina, L., 2011, "La construcción de una amenaza: la representación discursiva de los habitantes de la villa como violentos en el diario *Clarín*", *Cadernos de Linguagem e Sociedade. Volume temático: Análise de Discurso Crítica*, vol. 12, no 2, pp. 94-126.
- Molina, L., D'Angelo, C. G., 2010, "Vivir sin agua, a metros del obelisco: la representación de los pobres en un corpus audiovisual", in Montecino Soto, L. (Ed.), *Discurso, pobreza y exclusión en América Latina*, Santiago de Chile, Cuarto Propio, pp. 229-244.
- Montecino Soto, L., 2008, "Personas en situación de calle en Santiago de Chile: Identidad y futuro", *Discurso y Sociedad*, vol. 2, no 2, pp. 330-356.
- Pardo Gil, M. L., 2014, "Las representaciones socio-discursivas que sobre los jóvenes pobres ligados al delito crean los medios televisivos en Argentina", *Romanica Olmucensia*, no 2, pp. 249-264.
- Pardo, M. L., 2003, "La identidad personal y social de los indigentes en su discurso. Un análisis crítico del discurso neoliberal en la Argentina y sus consecuencias", in Berardi, L. (Ed.), *Análisis crítico del discurso. Perspectivas latinoamericanas*, Santiago, Frasis editores, pp. 131-149.
- Pardo, M. L., 2006, "Un análisis del discurso neoliberal en la Argentina y sus consecuencias. El concepto de familia en el discurso de los indigentes argentinos y chilenos", in Ortiz, T. E., Pardo, M. L. (Eds.), *Estado posmoderno y globalización. Transformación del estado-nación argentino*, Buenos Aires, Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires y Editorial MPS, pp. 83-102.
- Pardo, M. L., 2008, "La estetización y espectacularización de la pobreza. Análisis crítico del discurso posmoderno

- televisivo en la Argentina”, in Ortiz, T. E., Pardo, M. L. (Eds.), *Desigualdades sociales y Estado. Un estudio multidisciplinar desde la posmodernidad*, Buenos Aires, Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires y A3 Plus, pp. 139-164.
- Pardo, M. L., 2011, *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*, Buenos Aires, Tersites.
- Pardo, M. L., 2013, “Innovación teórica y metodológica en los estudios críticos del discurso de la pobreza extrema”, *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, no 14, pp. 15-37.
- Pardo, M. L., 2015, “La categoría de Lugar: de la gramática al discurso”, *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 16, no 1, pp. 36-47.
- Pérez, M., 2010, “La representación discursiva sobre los chicos limpiavidrios de la Ciudad de Buenos Aires y el conurbano bonaerense en el noticiero *América Noticias*”, *Hechos y proyecciones del lenguaje*, no 19, pp. 68-94.
- Pérez, M., 2012, “La representación discursiva de un lugar peligroso en *Documentos América*”, *Revista UIS Humanidades*, vol. 40, no 2, pp. 41-62.
- Real Academia Española, 2001, *Diccionario de la lengua española*, 22a edición, disponible en: <http://lema.rae.es/drae/>.
- Rodríguez, E., 2009, “(In)Seguridad y estigma. Los procesos de estigmatización a los jóvenes en barrios marginales. Algunas herramientas teóricas para explorar en el campo”, *Actas del Primer encuentro sobre Juventud – Medios de Comunicación e Industrias Culturales (JUMIC)*.
- Saintout, F., 2009, “¿Culturas violentas? La producción mediática de violencias legítimas/ilegítimas y de sujetos viables/inviabiles. El caso de las juventudes”, *Actas del Encuentro Dilemas de la Cultura, Centro de Estudios Avanzados*, Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, disponible en: <http://www.iade.org.ar/uploads/c87bbfe5-c343-a07c.pdf>.
- Saraví, G. A., 2004, “Segregación urbana y espacio público: los jóvenes”, *Revista de la CEPAL*, no 83, pp. 33-48.
- Sklair, S., 2003, *Sociología del sistema global. El impacto socioeconómico y político de las corporaciones transnacionales*, Traducción de M. L. Pardo, Barcelona, Gedisa.
- van Dijk, T. A., 1993, “Principles of critical discourse analysis”, *Discourse & Society*, vol. 4, no 2, pp. 249-283.
- Wacquant, L., 2007a, “La estigmatización territorial en la edad de la marginalidad avanzada”, *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 43, no 3, pp. 193-199.
- Wacquant, L., 2007b, “Loic Wacquant: ‘La marginalidad actual no se resuelve sólo con crecimiento y empleo’”, *Clarín*, Domingo 14 oct. 2007, disponible en: <http://edant.clarin.com/suplementos/zona/2007/10/14/z-03815.htm>.
- White, P. R. 2003, *Un recorrido por la teoría de la valoración (Teoría de la valoración)*, Traducción de E. Ghio, Birmingham, University of Birmingham.
- Zilber, A., 2011, “Dos miradas sobre la ocupación del Parque Indoamericano”, *Actas del Congreso Internacional de Discurso y Medios*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- Zilber, A., 2012, “La representación discursiva de la villa en dos historias de vida: el ‘adentro’ versus el ‘afuera’”, *Actas digitales del V Congreso Internacional: “Transformaciones culturales. Debates de la teoría, la crítica y la lingüística”*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, pp. 2989-3001, disponible en: <http://2012.cil.filo.uba.ar/ponencia/la-representaci%C3%B3n-discursiva-de-la-villa-en-dos-historias-de-vida-el-adentro-versus-el-afue>.
- Zukerfeld, G., 2011, “La representación de los actores en el conflicto del Parque Indoamericano”, *Actas del V Coloquio de Investigadores en Estudios del Discurso (ALED Argentina)*, Villa María, Universidad Nacional de Villa María, pp. 1743-1157.
- Zúñiga, F., Kittilä, S., 2010, “Benefaction and malefaction: from a cross-linguistic perspective”, *Benefactives and malefactives: typological perspectives and case studies*, Amsterdam, Benjamins, pp. 1-28.



**Es** En el marco teórico del Análisis Crítico del Discurso (ACD) (Fairclough, 1992; van Dijk, 1993; Pardo, 2013), y desde una metodología cualitativa (Guba & Lincoln, 1998), el objetivo de este trabajo es analizar las representaciones discursivas sobre los vecinos que habitan villas de emergencia de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) y el Gran Buenos Aires (GBA) (Argentina), en un corpus de noticias emitidas por un canal privado y un canal estatal de la televisión abierta argentina e historias de vida de habitantes de la Villa 15 de la CABA. Para ello, llevo a cabo un análisis lingüístico, mediante la aplicación del método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos (Pardo, 2011), de la teoría de jerarquización de la información (Pardo, 2011) y del sistema de transitividad (Halliday, 2004). De esta forma, relevo los recursos y las estrategias lingüísticas presentes en los textos, para luego interpretar la práctica social en la que estos se insertan. Los resultados del análisis realizado revelan enormes diferencias entre las noticias y las historias de vida en lo que respecta a las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas: las primeras los muestran como seres pasivos, indefensos, carentes, relacionados con categorías tales como la política o el miedo, y cuyos lazos de solidaridad aparecen difuminados, reproduciendo estereotipos y prejuicios tantas veces asociados a la pobreza; por el contrario, en las segundas los vecinos aparecen representados como personas activas y solidarias, vinculadas constitutivamente a la villa y ligadas a categorías ausentes en las noticias tales como el hogar, la familia y el trabajo.

**Palabras clave:** ACD, representaciones discursivas, historias de vida, noticieros, vecinos de las villas.

**Pt** Com base no marco teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 1992; van Dijk, 1993; Pardo, 2013), e a partir de uma metodologia qualitativa (Guba & Lincoln, 1998), o objetivo deste trabalho é analisar as representações discursivas sobre os vizinhos que habitam nas *villas de emergencia* (favelas) da Cidade Autónoma de Buenos Aires (CABA) e da Grande Buenos Aires (GBA) (Argentina), por meio de um corpus constituído por notícias difundidas por um canal privado e um canal estatal da televisão aberta argentina, e também pelas histórias de vida dos habitantes da Favela 15 da CABA. Para isso, foi realizada uma análise linguística, mediante a aplicação do método sincrónico-diacrónico para análise linguística de textos (Pardo, 2011), da teoria da hierarquização da informação (Pardo, 2011) e do sistema da transitividade (Halliday, 2004). Dessa forma, destacou-se os recursos e estratégias linguísticas presentes no textos, para depois interpretar a prática social na que estes se inserem. Os resultados da análise revelam enormes diferenças entre as notícias e as histórias de vida no que diz respeito às representações discursivas sobre os vizinhos das favelas: as primeiras os mostram como seres passivos, indefesos, carentes, relacionados a categorias como a política ou o medo, e cujas relações de solidariedade aparecem esfumaçadas, reproduzindo estereótipos e preconceitos tantas vezes associados à pobreza; já nas segundas, os vizinhos são representados como pessoas ativas e solidárias, intimamente vinculados à favela e relacionados a categorias ausentes nos telejornais, como o lar, a família e o trabalho.

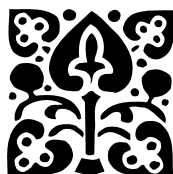
**Palavras-chave:** ACD, representações discursivas, histórias de vida, jornais televisivos, vizinhos das favelas.

**En.** Within the Critical Discourse Analysis (CDA) framework (Fairclough, 1992; van Dijk, 1993; Pardo, 2013), and using a qualitative methodology (Guba & Lincoln, 1998), the aim of this work is to study discursive representations about inhabitants of the *villas de emergencia* (slums) of the Autonomous City of Buenos Aires (CABA) and the Greater Buenos Aires (GBA) area in Argentina in a corpus of news reports broadcasted by a private channel and a state channel and the life stories of residents of the CABA Slum 15. To that end, I carry out a linguistic analysis, through the application of the synchronic-diachronic method to the linguistic analysis of texts (Pardo, 2011), the hierarchical structuring of information theory (Pardo, 2011) and the transitivity system (Halliday, 2004). In this way, I survey the linguistic resources and strategies present in the texts in order to interpret the social practice within which these exist. Results of the performed analysis reveal great differences between news and life stories as far as discursive representations about slum inhabitants are concerned: the former show them as passive, defenseless and defective people, associated to categories such as politics or fear and whose relationships of solidarity appear faded, reproducing stereotypes and prejudices so often associated to poverty; by contrast, in the latter, slum inhabitants are represented as active and supportive individuals, intrinsically connected to the slum and associated to categories that are not found in the media, such as home, family and work.

**Keywords:** CDA, discursive representations, life stories, news, slum inhabitants.

**Fr.** En utilisant l'Analyse Critique du Discours (ACD) (Fairclough, 1992 ; van Dijk, 1993 ; Pardo, 2013), et en proposant une méthodologie qualitative (Guba & Lincoln, 1998), l'objectif de ce travail est d'analyser les représentations discursives des habitants des *villas de emergencia* (bidonvilles) de la Ville autonome de Buenos Aires (CABA) et le Grand Buenos Aires (GBA) en Argentine, dans un corpus de nouvelles émises par une chaîne de télévision privée et une chaîne publique de l'État argentin ainsi que d'histoires de vie d'habitants du Bidonville 15 de la CABA. Pour ce faire, je propose une analyse linguistique, appliquant la méthode synchronie-diachronie pour l'analyse linguistique de textes (Pardo, 2011), la théorie de la hiérarchisation de l'information (Pardo, 2011) et le système de transitivité (Halliday, 2004). Je relève ainsi les ressources et des stratégies retrouvées dans les textes, en interprétant ensuite la pratique sociale. Les résultats de cette analyse témoignent de la présence de différences significatives entre les nouvelles et les histoires de vie : les nouvelles montrent les habitants des bidonvilles comme des êtres passifs, sans défense, démunis, à l'intérieur de catégories telles que la politique ou la peur et dont les liens de solidarité paraissent distendus (ce qui entraîne la reproduction de stéréotypes et de préjugés tant de fois associés à la pauvreté) ; en revanche, les histoires de vie les représentent comme des personnes actives et solidaires, intrinsèquement liées au bidonville et en connexion avec des catégories absentes des nouvelles, telles que le foyer, la famille et le travail.

**Mots-clés :** ACD, représentations discursives, histoires de vie, journaux télévisés, habitants des bidonvilles



# Estigmatização dos moradores de periferia em casos de “violência urbana”

PAULA DE SOUZA PAES

Professora colaboradora  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Brasil  
paulasouzapaes@gmail.com



s periferias na França, chamadas oficialmente de zonas urbanas sensíveis (ZUS<sup>1</sup>), são associadas frequentemente pela mídia a problemas diversos, mas principalmente a atos de violência e de delinquência. Desde os anos 80, casos chamados pelos jornalistas de “violência urbana” testemunham essa associação (Sedel, 2007). Eles se traduzem pela combinação de um local – a periferia – e um grupo populacional específico – os jovens (principalmente os jovens descendentes de imigrantes<sup>2</sup> de origem africana). Entretanto, índices de precariedade não se concentram somente nessas zonas e os jovens descendentes de imigrantes não são necessariamente os que mais sofrem com esses índices, como abordaremos em seguida. Para entender essa dinâmica que contribui para associação entre periferias e problemas de várias ordens, é necessário abordar a maneira pela qual o problema de “violência urbana” emergiu e o papel da mídia na constituição desse problema, fazendo das ZUS “o lugar” da violência.

---

## A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DO PROBLEMA DAS “VIOLÊNCIAS URBANAS”

---

Nesse sentido, o artigo se inscreve em uma perspectiva construtivista, uma vez que considera que um problema público não é “naturalmente” público

### **Pour citer cet article**

#### **Référence électronique**

Paula de Souza Paes, « Estigmatização dos moradores de periferia em casos de “violência urbana” », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

(Neveu, 1999). O problema das violências urbanas é fruto de um trabalho de definição: a quem ele se refere? Quais questionamentos são levantados por esse problema? Essa perspectiva nos convida a reunir as condições sociais de produção de informação (o processo de coleta e as relações com os interlocutores) e a construção da realidade da qual participa as mídias. Nessa perspectiva, a informação não é entendida como “*uma simples informação*” (Delforce, Noyer, 1999: 15), os jornalistas não são atores “*des-socializados*” (*Idem*), tampouco são “*simples vetores de informação*” (*Idem*).

Se aceitamos que os problemas públicos se impõem como tal, nós podemos fazer as seguintes questões: como esse problema é definido? Quais indivíduos são envolvidos nessa definição? Quais explicações são mobilizadas pelos jornalistas? Para responder essas questões apresentamos aqui as concepções que jornalistas têm sobre os incidentes em periferia. Antes, porém, uma contextualização sobre a constituição desse problema ao longo do tempo se faz necessária.

O primeiro caso de “violência urbana” ocorreu em 1981 em Minguettes. Nessa área residencial localizada em Vénissieux, no subúrbio de Lyon, moradores entraram em confronto com a polícia, fazendo corridas de carro, incendiando carros e lançando projéteis e coquetéis Molotov contra a polícia (Champagne, 1991). Os anos 80 foram marcados por mobilizações sociais, que se originaram nos subúrbios impulsivas principalmente por descendentes de imigrantes. Os motivos dessas mobilizações eram principalmente: as más condições de vida em Minguettes, onde os edifícios estavam deteriorados, as dificuldades escolares e as dificuldades dos jovens para entrar no mercado de trabalho (Bachmann, Leguennec, 1996). Assim, a partir da década de 80, os líderes políticos se mobilizam e adotam medidas que visam reabilitar os bairros periféricos e melhorar a formação profissional dos jovens. Na presidência de François Mitterrand, houve a criação de zonas de educação prioritárias e o estabelecimento de Comissões Nacionais (para a integração profissional dos jovens em dificuldade, para a recuperação de áreas degradadas de habitação e para a prevenção da criminalidade) (Dubedout, 1983).

A década de 90 e o começo dos anos 2000 são também marcados por incidentes envolvendo moradores das Zus (Sedel, 2007; Champagne, 1991). Entretanto, o nosso caso de estudo – e o exemplo mais recente – se refere à Villeneuve, aos incidentes que ocorrem nessa zona urbana na cidade de Grenoble, situada na região Rhône-Alpes na França. Durante o verão de 2010, alguns habitantes provocam três noites de violência depois da morte de Karim Bou-

douda (filho de argelinos), morador da Villeneuve. No dia 16 de julho, ele é assassinado pela polícia na Villeneuve, depois de um assalto a um cassino localizado na cidade de Uriage-les-bains (cidade próxima a Grenoble). Houve perseguição e trocas de tiros com a polícia. Alguns moradores da Villeneuve, insatisfeitos com a morte do jovem adulto, incendiam carros e lixeiras e jogam pedras contra os policiais. Os responsáveis por esses atos de violência eram principalmente jovens homens adultos. Esses incidentes chamam a atenção da mídia, principalmente porque durante sua campanha presidencial em 2007, Nicolas Sarkozy anuncia a criação de um programa para as periferias contempladas pela política urbana (De Souza Paes, 2016). Ele é oficialmente lançado em 2008 com o título “*Esperança na periferia, uma dinâmica para a França*”<sup>3</sup>.

As entrevistas que realizamos com os jornalistas revelam como esses profissionais enxergam as periferias e acabam contribuindo para a localização dos problemas nas zonas urbanas sensíveis. Como salienta um jornalista do *Le Monde*, que já tratou de outros casos de “violência urbana”, quando explica a importância do tratamento nacional dado ao incidente na Villeneuve em 2010. O jornalista recorda os problemas encontrados nas periferias:

*Estes são problemas que estão ligados a um ambiente social, à pobreza, às dificuldades da juventude de viver nessas periferias, às dificuldades de ser uma parte dos jovens que são descendentes de imigrantes e para os quais todas as portas se fecham; às dificuldades que são cometidas pela crise econômica e social, por uma espécie de xenofobia que está impregnada em nossa sociedade em relação às populações imigrantes, principalmente as africanas. Nós estamos numa problemática social, econômica e política fundamental!* (Jornalista do *Le Monde*, Entrevista realizada no dia 7 de dezembro de 2011)

A concepção da informação sobre a periferia da jornalista considerada especialista das periferias é aqui significativa. Ela afirma, no momento da nossa entrevista, que preparava reportagens que se resumiam a: “São essencialmente constatações de que nada foi feito na saúde, na educação, no balanço em termos de segurança, incluindo o relacionamento polícia-cidadão” (Entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2012). Segundo a jornalista, a informação sobre as periferias francesas abrange a ideia de uma “zona de esquecimento” do poder político. Dessa forma, ela salienta que as periferias merecem o olhar jornalístico.

Entrevistando jornalistas de outros veículos de comunicação, constatamos também que eles compartilham essa visão, como por exemplo o repórter

do *France Inter* (estação de rádio). Para ele, as periferias concentram vários problemas encontrados no país, como o desemprego e a pobreza. Ele também foi para Grenoble para produzir reportagens sobre os acontecimentos na Villeneuve. Nessa ocasião, o repórter salienta a importância que um jornalista deve dar aos subúrbios:

*Eu acho que a maioria dos jornalistas franceses começou a entender que nós estamos trabalhando com temas muito complexos, como os subúrbios. Temas complexos porque tem problemas de tráfico, mas também problemas sociais e que, enfim, os subúrbios concentram não só um problema, mas todos aqueles de uma sociedade. São assuntos complexos. Nós estamos, ao mesmo tempo, em problemáticas de desemprego, de violência, de polícia, de relacionamento entre os habitantes, de mistura social ou de não mistura social. (Repórter na *FranceInter*, entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2011)*

O termo ZUS carrega significados sociais por trás de sua definição: as zonas são consideradas pelos jornalistas como lugares perigosos, marcados pela violência, pela desigualdade social e pela presença de imigrantes, principalmente aqueles vindos do Magrebe. Entretanto, as características dessas zonas são variadas, como já apontamos. Além disso, os jovens imigrantes de origem africana não são necessariamente aqueles que mais se encontram em situações de pobreza. De acordo com o Insee, os descendentes de imigrantes africanos, com idades entre 25 a 34, têm um padrão de vida semelhante à dos franceses de mesma idade nascidos de pais franceses<sup>4</sup>. Fato desconsiderado pela mídia que localiza os problemas nessas zonas deixando de lado as desigualdades existentes em outros espaços urbanos. Assim, os problemas e as preocupações que a sociedade enfrenta correspondem a um lugar que é “*definível por propriedades específicas e que servem para apoiar a definição dessas propriedades*” (Castoriadis, 1975: 311). Portanto, a definição de um lugar faz com que ele corresponda às propriedades específicas que são, por sua vez, socialmente construídas. Isso significa que os jornalistas abordam as desigualdades sociais de acordo com o que é convencionalmente chamado de zonas urbanas sensíveis. Ora, mesmo que algumas áreas não tenham as características que correspondem à definição prévia de ZUS, elas são apresentadas como tal pelos jornalistas e responsáveis políticos. Como destacam Jacques Noyer e Bruno Raoul (2011), alguns lugares tornam-se uma “coisa em si” através da mídia.

Outros aspectos que devem ser considerados pela nossa análise sobre a cobertura dos incidentes e a

localização dos problemas na periferia são: a rapidez em relatar os fatos, a concorrência e as estratégias de comunicação dos interlocutores dos jornalistas. Esses fatores influenciam o exercício do jornalismo e nos ajudam a compreender a lógica midiática e suas limitações. Uma jornalista do *Libération* lembra que, no momento dos incidentes na Villeneuve, a polícia dava aos jornalistas números inexatos relativos aos incidentes, como, por exemplo, o número de carros incendiados e das detenções de jovens:

*Os procuradores comunicavam muito. Houve uma comunicação política incrível. Todas as manhãs, éramos informados que haviam tantos carros incendiados, tantos jovens que foram detidos, só que o número de carros incendiados era o número de carros incendiados de todo o departamento. Na verdade, percebemos que não havia mais carros incendiados em julho do que no mesmo período ano passado. (Entrevista do dia 17 fevereiro de 2012)*

Embora os jornalistas considerassem “exageradas” as ações e reações da polícia e do Ministério Público, não podiam fazer as matérias sem esses relatos: havia muita pressão para explicar tudo o que estava acontecendo na periferia de Grenoble. As relações de poder com interlocutores influenciam a percepção pública de uma determinada situação. No caso da Villeneuve, elas contribuem para direcionar o foco mais na violência e menos nos problemas estruturais das periferias.

Uma certa pressão é sentida ainda mais forte pelos jornalistas da agência *France-Presse*. Uma repórter dessa agência que trabalhou durante 1 mês nesse período, considera a “cobertura” dos eventos na Villeneuve como uma experiência significativa na sua carreira. A importância dos incidentes foi de tal magnitude que ela o compara a outros eventos de interesse internacional:

*Nós só falamos disso durante semanas. E, eventos como esse houve poucos na minha carreira. Eu cobri três: o 11 de setembro, o Tsunami no Japão e a Villeneuve. E quando tem eventos como esse enquanto jornalista nós só falamos disso durante semanas e semanas. Em geral, é muito raro. Nós falamos de um evento e dois dias depois nós não falamos mais. Enquanto que por uma crise como essa, ela me fez trabalhar por 4 semanas! (Repórter da AFP em Grenoble, Entrevista realizada no dia 17 de março de 2012)*

A lógica econômica desempenha um papel decisivo na hierarquia de informações: o “medo” de ser



ultrapassado pelos concorrentes levou vários meios de comunicação a se concentrar, por um período consequente de tempo, em um único tema. Uma situação (um problema ou um acidente) torna-se importante devido ao seu reconhecimento por todos os meios de comunicação. Podemos, dessa forma, concluir que a concorrência pesa na produção de informações pelos órgãos de imprensa, especialmente em uma situação de “crise”. Os jornalistas entrevistados salientam que havia uma forte pressão para relatar tudo o que se passava na Villeneuve. A produção de artigos sobre esses incidentes é submetida à “regra da não-ultrapassagem pela concorrência”, como salienta Cyril Lemieux (2000: 427): “*Embora um jornalista considere um certo fato desprovido em si mesmo de atração ou de obrigação, ele se obriga, entretanto, a relatá-lo, para honrar a regra*”<sup>6</sup>. Dessa forma, essa regra funciona como uma limitação que pesa no exercício do jornalismo, o que leva os jornalistas, entre outros fatores, a priorizar as mensagens produzidas pelas instituições e pelas autoridades públicas sobre os atos de violência ocorridos. Além disso, a imprensa opta frequentemente por privilegiar enquadramentos generalizados ou enquadramentos “*menos sensíveis às diferentes formas de vida*” (Lemieux: 427), com o objetivo de manter seus leitores.

---

#### EMERGÊNCIA DE FORMAS DE EXPRESSÃO DIVERSIFICADAS NAS MÍDIAS?

---

Para validar nossa hipótese e não reduzir nossa perspectiva de estudo – não abrindo margem para as possibilidades de negociações desses quadros interpretativos na cobertura dos incidentes – nossa abordagem enfoca também as reações dos moradores de periferia ao trabalho da mídia sob dois aspectos: primeiro, através de iniciativas organizadas pelos moradores da Villeneuve questionando o trabalho da mídia e, segundo, em função das “novas” formas de expressão que emergem em um contexto de mutação das mídias com o surgimento e desenvolvimento da web 2.0. Abordamos as experiências coletivas do *Bondy blog*, um site de informação criado por jornalistas e moradores de periferia, com a mídia tradicional e os novos questionamentos que eles trazem sobre a prática jornalística. O objetivo não é de estudar a expansão da internet e as discussões sobre suas potencialidades na fomentação de práticas democráticas (Saad e Madureira, 2010; Dahlgren, 2000 e 2009; Gomes, 2005) e, sim, as práticas de coprodução de informação sobre as periferias entre profissionais da mídia e não profissionais, o que indica mudanças nas práticas jornalísticas. De fato, a emergência de tal ferramenta se inscreve em um processo de valorização da participação dos indivíduos na produção de informação. O objetivo é

demonstrar até que ponto os moradores de periferia acham um espaço para se fazerem visíveis e ouvidos, contribuindo para a emergência de “novas” práticas jornalísticas.

O tratamento midiático dos incidentes de 2010 não passou despercebido pelos moradores de Grenoble e principalmente pelos moradores da Villeneuve. Ainda em 2010, eles questionam o papel da mídia no tratamento das periferias depois da difusão do programa “Enviado Especial” realizado pelo canal público *France2* sobre os incidentes na Villeneuve. A reportagem chamada de “Villeneuve: o sonho desfeito” retrata os estereótipos habituais relacionados aos moradores de periferia e se focaliza nos moradores descendentes de imigrantes. A reportagem se consagra principalmente em estabelecer uma relação caricatural entre a violência na Villeneuve – e no colégio frequentado por seus moradores – e os jovens que andam de moto pelos corredores do bairro, os moradores que estão desempregados, alguns que já tiveram passagem pela polícia etc. O conteúdo do programa apresenta essencialmente estereótipos com o uso de expressões como, por exemplo: “guerra entre gangs”, “campo de guerra”, “os jovens que têm a raiva” ... Dessa maneira, depois da difusão dessa reportagem, os moradores resolvem criar um coletivo<sup>7</sup> e denunciar a *France Télévisions*<sup>8</sup> no CSA (Conselho Superior do Audiovisual<sup>9</sup>), questionando o papel da mídia. Políticas públicas visando à representação da “diversidade” da sociedade francesa nos meios de comunicação são implementadas pelo CSA depois dos atos de violência ocorridos em 2005 em alguns subúrbios franceses<sup>10</sup> e favorecem medidas especiais para “jovens de origem imigrante”, como a criação do Observatório da Diversidade em 2007. Ele tem como objetivo formular propostas sobre todas as questões relacionadas com a diversidade nos meios de comunicação.

Considerando as imagens da reportagem sobre a Villeneuve como parciais e estigmatizantes, os habitantes dessa área denunciam as consequências da difusão do programa na vida de seus moradores, como, por exemplo, a discriminação nas escolas, na própria área residencial e sobretudo na hora da procura por emprego:

*Essa reportagem causou uma forte ira nos moradores, chocados e indignados ao ver seu bairro desfigurado. Os moradores ficaram feridos ao ver as testemunhas ridicularizadas ou manipuladas na encenação da realidade. Sem negar as incivildades nem, às vezes, a violência nós estimamos que a visão proposta pela reportagem é parcial e não leva em con-*

ta, em nenhum momento, a realidade da vida cotidiana dos moradores da Villeneuve. (“Des Grenoblois portent plainte contre le président de France Télévisions”, *Le Dauphiné Libéré*, 4 de janeiro de 2014)

Confrontados com o descontentamento dos residentes locais, o Conselho de Superior do Audiovisual decide intervir contra *France Télévisions*<sup>11</sup>. O CSA recorda o erro deontológico do canal de televisão em relação ao artigo 35 do caderno de atividades da *France Télévisions* que é dedicado à honestidade e ao pluralismo da informação. Na prática, o tempo de denúncia ao reconhecimento de um erro cometido pela emissora é muito longo. A decisão do CSA foi divulgada publicamente 1 ano depois da difusão da reportagem. As iniciativas implementadas no caderno de atividades das emissoras são, certamente, um avanço, mas que escondem os limites. De toda forma, o papel desempenhado por alguns dos moradores foi mais consistente do que o do CSA. Depois da decisão do Conselho, publicada oficialmente em 2014, o coletivo de moradores decidiu ir mais longe e fazer uma queixa contra o presidente da *France Télévisions* por difamação pública perante o Tribunal Penal de Grenoble. Em um comunicado de imprensa, os moradores explicam suas intenções de chamar atenção da mídia e dos jornalistas para sua responsabilidade na produção de reportagens “rigorosas e transparentes”<sup>12</sup>. Eles também reivindicam enquanto cidadãos o seu direito de animar um debate sobre o exercício do jornalismo.

A mobilização dos moradores de periferia se insere num contexto mais amplo marcado por críticas das práticas jornalísticas vindas também dos próprios jornalistas. De acordo com o jornalista Luc Bronner do *Le Monde*, considerado especialista no tema periferia, existe uma “incompreensão recíproca” entre jornalistas e moradores e as mídias têm “uma imagem desastrosa” das periferias (*Le Monde*, 2010). Mustapha Kessous, um outro jornalista desse jornal, redige um artigo publicado em 2009 no *Le Monde* (23 de setembro), onde relata a presença de discriminações na própria redação do jornal e a maneira pela qual os profissionais da mídia contribuem para a reprodução de estereótipos caricaturais tanto das periferias quanto dos seus moradores. Muitos jornalistas descendentes de imigrantes acabam sendo empregados para trabalhar com o tema “periferia”, como se eles fossem mais aptos para tratá-lo (Entrevista com um jornalista do *Le Monde*, entrevista do 7 dezembro de 2011). Isso se explica pelo recrutamento de jornalistas na França que se caracteriza pela sua homogeneização: as origens sociais dos futuros profissionais do ramo são cada vez mais

distantes das classes mais modestas (Lafarge, Marchetti, 2011).

A reação do cidadão “comum” contra o enquadramento midiático das periferias se manifesta também na emergência das chamadas “mídias de periferia”<sup>13</sup>, como o *Bondy Blog*. A criação do blog em 2005 testemunha essa dinâmica. Esse blog é um site de informação – existente somente online – criado por jornalistas e por moradores dos bairros localizados em áreas urbanas sensíveis, como resultado dos incidentes ocorridos no mesmo ano na periferia de Clichy-sous-Bois (norte de Paris), quando dois jovens morreram eletrocutados (Hadj, 2005: 526). A morte desses jovens provoca atos de violência cometidos simultaneamente por alguns moradores das periferias parisienses e de várias outras localizadas em outras regiões do país. O *Bondy Blog* propõe justamente trazer diversidade em relação à oferta midiática e ao mesmo tempo e se aproximar do interesse dos moradores que vivem em condições precárias. Nordine Nabili (presidente do *Bondy Blog* e ex-jornalista na rádio *Beur FM*, *RFI* e na agência *Reuters*) lembra que existe um problema de tempo entre a vida cotidiana das pessoas que moram nesses lugares e a rapidez imposta hoje em dia no trabalho de um jornalista. O *Bondy Blog* produz regularmente informações sobre a vida das pessoas nos bairros de periferia, mas especialmente sobre os pontos de vista dos moradores sobre a atualidade (informação política, cultural e esportiva). É um blog que se consagra à informação local: o cotidiano da periferia parisiense (situada em outros distritos franceses, mas principalmente em Seine-Saint-Denis) é o ponto central da linha editorial. Bondy é uma cidade localizada no departamento de Seine-Saint-Denis, compreendendo cerca de 53,448 habitantes.

Por detrás dessa iniciativa está Serge Michel, antigo chefe do serviço internacional de *l’Hebdo*<sup>14</sup>, quem sugeriu uma imersão de longa duração nas periferias francesas, uma vez que, segundo ele, os jornalistas franceses só se interessam por essas zonas urbanas em momentos de “crise” (*Le Monde Magazine*, 29 de outubro de 2010). O objetivo era, dessa forma, relatar o cotidiano das periferias e “fazer suas vozes serem ouvidas no debate nacional” (*Ibid.*). Em um bate-papo publicado no *LeMonde.fr*, realizado em 2010, o presidente do *Bondy Blog*, Nordine Nabili, apresenta as características dessa mídia online:

*O Bondy Blog é a conjunção de duas coisas: a primeira, a possibilidade de oferta a qualquer pessoa de se investir no campo midiático, e a segunda, a irrupção das problemáticas das periferias desde alguns anos. E nós conseguimos*

esse trabalho porque nós utilizamos as ferramentas do jornalismo profissional para dar visibilidade na praça pública às declarações e aos discursos que são frequentemente excluídos. (“Les médias ont un retard phénoménal sur la manière dont on doit traiter les banlieues”, Chat com Nordine Nabili no *LeMonde.fr*, 29 de outubro de 2010)

Nordine Nabili salienta o surgimento de uma ferramenta que permite o acesso às declarações desses jovens. Ele destaca também a originalidade do *Bondy Blog*, com base na visibilidade de um discurso esquecido pela mídia *mainstream*. Ele valoriza o papel dos indivíduos na produção de novos enquadramentos ou, ao menos, de enquadramentos inabituais. Além disso, o papel dos cidadãos na regulação das mídias e, principalmente, da imprensa, é também exacerbada: os blogueiros criticam as produções atuais dos jornalistas, propondo algo que consideram como novo. O foco é direcionado para a realização de uma “nova” maneira de fazer o jornalismo, que se alimenta das declarações dos habitantes de zonas urbanas sensíveis. O blog é considerado pelo seus criadores e realizadores – que são também jornalistas – como uma mídia essencial, visto o lugar ocupado pelas periferias no debate político atual. “A verdadeira questão na França é a questão sobre as desigualdades”, declara Nabili para imprensa (*LeMonde.fr*, 29 de outubro de 2010). Se as relações podem se estreitar com a criação de sites de informação na web através de projetos coletivos, elas também revelam ambições muitas vezes idealizadas e exageradas em relação ao potencial das tecnologias. Entretanto, não podemos ignorar essa experiência do *Bondy Blog* mesmo se ele tem apenas alguns anos de existência: o blog produz artigos diariamente e tem uma parceria com a empresa americana *Yahoo* que compra o conteúdo produzido. Além disso, ele atua em outros países (Dakar et en Suisse) e ainda faz parcerias com as mídias consideradas tradicionais e com escolas de jornalismo, o que abordaremos em seguida. Podemos considerar também que a apropriação das tecnologias pelos jovens moradores das periferias pode ser interpretada como uma evidência de sua vontade de mobilidade social e de melhorar suas condições de vida<sup>15</sup>.

---

#### ALIANÇAS COM A MÍDIA TRADICIONAL: FRONTEIRA POROSA ENTRE PROFISSIONAIS E NÃO-PROFISSIONAIS

---

Os artigos publicados no site abordam temáticas variadas: beleza e moda (salões de cabeleireiro afro<sup>16</sup>, “Periferia fashion week<sup>17</sup>”, comportamentos

religiosos e culturais (histórias de mulheres mulçumanas que costuraram o hímen antes do casamento<sup>18</sup>, desigualdades entre homens e mulheres<sup>19</sup>), a procura de estágio<sup>20</sup>, o cotidiano nos colégios e as escolhas relativas às disciplinas na universidade<sup>21</sup> etc. Os temas não são específicos das periferias ou dos indivíduos descendentes de imigrantes. Eles não tratam apenas das dificuldades encontradas unicamente nas periferias e pelos jovens que ali moram. São temas que dizem respeito ao cotidiano, a vida comum, mas principalmente a vida de jovens adolescentes e jovens adultos. Os artigos são baseados em histórias pessoais (o que um blogueiro viveu ou experimentou em relação a uma temática) – como, por exemplo, o artigo que relata a visita de uma jovem que vive nos subúrbios de Paris a um museu na capital<sup>22</sup> – ou eles testemunham a experiência de uma outra pessoa, uma “testemunha comum” que tem um problema ou que deve tomar decisões profissionais. Os artigos são sempre escritos na primeira pessoa.

O blog apresenta também um caderno político. A política local é privilegiada e os atores locais se beneficiam de uma atenção especial, principalmente no período de eleições municipais, quando o blog cria um caderno especial com as impressões dos moradores relativas aos candidatos e aos seus projetos políticos.

Desde 2006, várias parcerias foram criadas entre o blog e mídias “tradicionais” – e também com o operador de telecomunicação francês *SFR*<sup>23</sup> – em período de eleições municipais e também presidenciais. A ambição do blog de fazer um jornalismo diferente em relação às mídias tradicionais o conduz a coproduzir com elas na esperança de as mudarem “por dentro”. As eleições municipais de 2008 fizeram parte de um projeto desenvolvido em parceria com o jornal gratuito *20minutes.fr*<sup>24</sup>. Um trabalho em conjunto foi desenvolvido entre jornalistas e blogueiros não profissionais, como por exemplo, na reportagem produzida em Villiers-le-Bel sobre uma marcha em homenagem aos 2 adolescentes que morreram em um acidente de moto em 2007. Os blogueiros (incluindo Nordine Nabili) acompanharam alguns jornalistas do site *20 minutes*<sup>25</sup>. Essa parceria dá visibilidade ao blog e ao mesmo tempo fornece material para alimentar o site desse jornal diário gratuito.

Nas eleições municipais de 2014, o *Bondy Blog* também lidera um projeto intitulado “*Tour de France* dos vilarejos” transmitido pela *France Inter*<sup>26</sup>. O objetivo do projeto era encontrar com políticos locais e moradores e relatar seus sentimentos e suas ações na cidade. O *Le Monde* e o *Bondy Blog* se associam para tratar das eleições municipais de 2014. Os ar-

tigos foram publicados no caderno “Municipais” dos dois veículos<sup>27</sup>.

Além dessa dinâmica de coprodução de artigos, o blog se inscreve também em uma lógica profissional. O presidente do *Bondy Blog* insiste na importância do ensino e também na mudança na formação das escolas de jornalismo. Os criadores do *Bondy Blog* têm também o objetivo de formar os blogueiros em jornalismo. É nesse contexto que uma antena da escola superior de jornalismo da cidade de Lille foi inaugurada em 2009 em Bondy apoiada pela prefeitura de Bondy. Essa antena tem como objetivo formar uma classe preparatória para o concurso nas principais escolas de jornalismo na França. O “Preparatório da Igualdade de Oportunidades” é aberto todo ano para vinte jovens bolsistas de famílias muito humildes de todas as origens<sup>28</sup>. No ano de 2009, dos 20 selecionados, 3 eram do Bondy Blogueiros. Essa iniciativa é fortemente encorajada pelos poderes públicos locais, como a prefeitura de Bondy, que valorizam a criação dessa antena como um indicativo de que Bondy é uma “cidade em movimento<sup>29</sup>”. O *Bondy Blog* também se comprometeu com a criação de um mestrado em jornalismo na Universidade de Cergy Pontoise situada em Gennevilliers (noroeste de Paris) em 2011<sup>30</sup>.

Se a experiência do blog pode indicar mutações na imprensa francesa na sua maneira de produção de artigos (através da colaboração entre profissionais e não-profissionais) sobre as periferias, ele também faz eco das estratégias das mídias tradicionais e da própria evolução da produção da informação jornalística<sup>31</sup>. Os artigos escritos pelos blogueiros se caracterizam por observações detalhadas de uma situação e por experiências individuais que expressam questões coletivas. Essas características correspondem às modalidades de escrita observadas nos meios de comunicação “tradicionais”. A valorização de questões subjetivas individuais, o interesse pelo “ordinário” e por uma informação mais localizada traduzem o posicionamento estratégico da mídia. Dessa forma, O *Bondy Blog* materializa as tendências observadas na mídia tradicional, ligadas à sua lógica comercial para se impor no mercado competitivo. Essa dinâmica revela que o interesse pelas histórias pessoais e pela fala “comum” é uma maneira das empresas jornalísticas afirmarem um relação de proximidade com o território (as periferias) e com os indivíduos que lá moram, especialmente as classes populares. Além disso, o interesse de diferentes atores ao projeto iniciado pelo blog – as organizações midiáticas, os grupos televisuais, as escolas de jornalismo e os poderes públicos locais – indica que o blog se encontra na interseção de várias estratégias e esferas de atividades diferentes (tabela 1).

**Tabela 1:** Análise dos artigos publicados pelo *Bondy Blog*

<b>Produção de informação</b>	Bondy Blog
<b>Engajamento/Posicionamento</b>	Valorização de experiências de vida e sua originalidade; Questões subjetivas individuais que expressam questões coletivas
<b>Linhas de escrita</b>	Foco nos artigos na noção de « proximidade »; Articulação entre profissionais e não-profissionais
<b>Interlocutores</b>	Vários atores envolvidos na produção – incluindo moradores Foco na tomada de iniciativa
<b>Difusão</b>	Cooperação com outros grupos / empresas de telecomunicações: multipolar

Isso se explica pela heterogeneidade do blog: ele é um órgão de informação, um espaço de formação ao jornalismo e de expressão dos habitantes. O interesse comum reflete ao mesmo tempo as estratégias profissionais que visam se aproximar das classes populares, lógica comerciais ligadas à informação local e ainda estratégias de “relações públicas” dos poderes públicos (Miège, 1997). O “local” é apresentado como o lugar da heterogeneidade e, portanto, pertinente para abordar os problemas da sociedade.

## CONCLUSÃO

Retomando a hipótese a partir da qual este artigo foi elaborado, a de que novas maneiras de fazer jornalismo emergem em colaboração entre jornalistas e não-profissionais (moradores de periferia), podemos chegar a três conclusões principais. A primeira é a de que as concepções dos jornalistas sobre as periferias são confortadas por estratégias de diversos atores, como o CSA (Conselho Superior do Audiovisual), as organizações midiáticas, como a *France Télévisions*, e os poderes públicos. Como já abordado, algumas decisões do CSA referentes à promoção da diversidade na mídia foram tomadas logo após atos de violência ocorridos em subúrbios franceses. Essas iniciativas acabam por reforçar a definição dos problemas chamados de “violência urbana”, apresentando uma ação assertiva voltada especialmente para os jovens descendentes de imigrantes que vivem na periferia. Eles se tornam, dessa forma, o foco dos problemas enfrentados pelas periferias.

A segunda conclusão é a de que as críticas públicas – sobre a produção de informação e a estigmatização das periferias – endereçadas às mídias são, sem dúvida, materializadas com a criação e o desen-

volvimento do *Bondy Blog*. Mesmo que ainda seja um site recente, o blog abre perspectivas a novos questionamentos sobre o exercício do jornalismo em relação às classes sociais mais modestas, dando indícios sobre “novas” maneiras de escrita, de difusão de informação (através da cooperação com outros grupos de telecomunicações) e de “novas” maneiras de formação a essa profissão (sua parceria com escolas de jornalismo evidencia esse propósito). *Bondy Blog* é um exemplo significativo, porque ele é um projeto coletivo de moradores do departamento de Seine-Saint-Denis, situado na aglomeração parisiense, e se consagra à produção de informação local e, mais especificamente, à vida nas periferias parisienses. Os artigos publicados no site dessa mídia online frequentemente formulam críticas sobre as condições de vida dos habitantes.

Entretanto, é necessário relativizar as ambições do blog por duas razões principais: ele se inscreve nas estratégias comerciais da imprensa tradicional. A noção de proximidade pode ser considerada uma norma comercial, mas também é um “*argumento justificativo*” (Kaciak, 2005) do interesse da mídia por situações relacionadas ao cotidiano e às experiências dos indivíduos.

Além disso, o blog esbarra no problema de legitimidade – visto que é produzido por não profissionais – problema esse reconhecido por seus próprios criadores (*LeMonde.fr*, 29 de outubro de 2010). A análise demonstra também que o reconhecimento dos diferentes componentes da sociedade francesa – principalmente os que vivem em situações de pobreza ou de precariedade – se faz através da emergência de “novas” mídias, entretanto, elas não são o único caminho para uma produção jornalística menos estigmatizada das periferias e para a promoção da diversidade social no espaço jornalístico.

Dessa forma, e chegamos a terceira conclusão, as experiências de colaboração entre profissionais da mídia e não-profissionais testemunham (e reforçam) novas tendências das práticas jornalísticas na França, dando visibilidade às mutações que atravessam as práticas de comunicação, como por exemplo : a fronteira cada vez mais porosa entre o privado e o público e a diversidade de atores envolvidos na produção e difusão de conteúdos.

---

Soumission de l'article : 15/06/2015  
Acceptation : 15/05/2016



## NOTAS

1. De acordo com a definição oficial, as zonas urbanas sensíveis são territórios definidos pelos poderes públicos para serem o alvo prioritário da política urbana em função de considerações locais relativas às dificuldades que enfrentam os habitantes desses territórios. Em 2006, 4,4 milhões vivem em ZUS, ou seja, 7% da população francesa.
2. O termo “descendente de imigrantes” não é definido oficialmente. Nós fazemos referência à definição utilizada pelo Insee (Instituto nacional de estatística e de estudos econômicos): “*É descendente de imigrante toda pessoa nascida na França tendo ao menos o pai ou a mãe imigrante*”, Breem, Y., jul. de 2010, “Les descendants d’immigrés”, *Info migrations*, nº 15.
3. Comitê interministerial des villes, 20 jun. 2008, “Espoir banlieue, une dynamique pour la France”.
4. O nível de vida depende de vários fatores: idade, origem social, configuração familiar. Lombardo, P., Pujol, J., 2011 “Dossier – Le niveau de vie des descendants d’immigrés”, Insee.
5. “*Définissable par des propriétés déterminées et servant de support à la définition de celles-ci*”.
6. “*Bien qu’un journaliste considère un certain fait comme dépourvu en lui-même d’attraction ou d’obligation, s’auto-contraint néanmoins à en parler, pour honorer la règle*”.
7. O coletivo de moradores do conjunto habitacional chamado “Crique Sud” (são os moradores do número 130 ao 170 do conjunto residencial chamado “Arlequin” localizado no sul da Villeneuve. Ele tem em média 500 apartamentos e mil habitantes.
8. Grupo público francês de televisão e rádio.
9. O Conselho foi criado em 1986 para garantir a liberdade da radiodifusão na França, com o fim gradual do monopólio público do setor audiovisual desde o final dos anos 60. Ele tem por objetivo a regulação dos veículos de comunicação, “supervisionando a criação e os conteúdos audiovisuais para proteger os valores fundamentais” da sociedade francesa. Uma das funções é, por exemplo, regular a representação de indivíduos considerados socialmente excluídos: negros, mulheres, entre outros.. Apresentação do Conselho disponível no site: <http://www.csa.fr/Le-CSA/Presentation-du-Conseil>, consultado no dia 11 nov. 2015.
10. Durante as férias de outubro de 2005 na França, um grupo de adolescentes em Clichy-sous-Bois, acabava de voltar de um jogo de futebol, quando foram perseguidos pela polícia. A polícia suspeita-os de terem cometido furtos em terreno baldio perto da onde jogavam futebol. Dois desses jovens (um filho de pais vindos do Mali, o outro de pais da Tunísia) se refugiaram no telhado de um transformador elétrico EDF (Eleticidade da França) e morreram eletrocutados. A morte desses jovens provoca atos de violência cometidos simultaneamente por alguns moradores das periferias parisienses e de várias outras localizadas em outras regiões do país.
11. “Reportagem ‘Villeneuve: le rêve brisé’ dans le magazine ‘Envoyé spécial’: intervention auprès de France Télévisions”, disponível no link: <http://csa.fr/Espace-juridique/Decisions-du-CSA/Reportage-Villeneuve-le-reve-brise-dans-le-magazine-Envoye-special-intervention-aupres-de-France-Televisions>, consultado no dia 13 jan. 2014.
12. *Ibid.*
13. O blog de Bondy inspirou outras iniciativas também originárias de zonas urbanas sensíveis. Ces “médias des quartiers” sont animés par des associations qui visent à donner la parole aux habitants. Como por exemplo: “Quartiers sans cible” em Bordeaux (2005); “Med’in” em Marselha (2007); “Regard 2 banlieue” na Île de France (2005). De uma maneira geral, os responsáveis por essas iniciativas declaram ter por objetivo: fazer a população compreender – por meio de textos, imagens, vídeos, fotos – o que acontece no subúrbio e com seus habitantes e constatar o abismo entre o poder político, as mídias e o cotidiano dos moradores.
14. *L’Hebdo* é uma revista suíça. Serge Michel foi um dos fundadores do *Bondy blog* e é desde 2011 diretor adjunto das redações do *Le Monde*.
15. Sobre a relação entre a apropriação des Tic e transformações sociais, nós nos referimos a Bernard Miège, 2010
16. Adjanohoun, A., 21 out. 2007, “Tout sur la culture afro”, disponível no site: [http://www.bondyblog.fr/200710210001/tout-sur-la-coiffure-afro/#.U-oeKv1\\_skQ](http://www.bondyblog.fr/200710210001/tout-sur-la-coiffure-afro/#.U-oeKv1_skQ), consultado no dia 15 fev. 2014.
17. Ichou S., “La banlieue fashion week”, 26 avr. 2010, disponível no site: [http://www.bondyblog.fr/201004260002/la-banlieue-fashion-week/#.U-ogK1\\_skQ](http://www.bondyblog.fr/201004260002/la-banlieue-fashion-week/#.U-ogK1_skQ), consultado no dia 15 fev. 2014.
18. *Ibid.*
19. Fassouli, N., 30 maio 2008, “Hymen recousu, honneur sauvé”, disponível no site: [http://www.bondyblog.fr/200805300040/hymen-recousu-honneur-sauve/#.U-ofKf1\\_skQ](http://www.bondyblog.fr/200805300040/hymen-recousu-honneur-sauve/#.U-ofKf1_skQ), consultado no dia 14 fev. 2014.
20. Olufemi, A., 9 sept. 2013, “Najat Vallaud-Belkacem, ‘Il ne faut pas attendre la retraite pour corriger les inégalités’”, disponível no site: [http://www.bondyblog.fr/201309091401/najat-vallaud-belkacem-il-ne-faut-pas-attendre-la-retraite-pour-corriger-les-inegalites/#.U-oi9v1\\_skQ](http://www.bondyblog.fr/201309091401/najat-vallaud-belkacem-il-ne-faut-pas-attendre-la-retraite-pour-corriger-les-inegalites/#.U-oi9v1_skQ), consultado no dia 15 fev. 2014.
21. Ndembo, B., 3 déc. 2008, “Jeunes demoiselles recherchent un stage mortel”, disponível no site: [http://yahoo.bondyblog.fr/news/200812031300/jeunes-demoiselles-recherchent-un-stage-mortel#.U-ohOP1\\_skQ](http://yahoo.bondyblog.fr/news/200812031300/jeunes-demoiselles-recherchent-un-stage-mortel#.U-ohOP1_skQ), consultado no dia 15 fev. 2014.
22. Chou, S., 15 nov. 2006, “Chronique de la vie scolaire”, disponível no site: [http://www.bondyblog.fr/200611151809/chronique-de-la-vie-scolaire/#.U-oiYv1\\_skQ](http://www.bondyblog.fr/200611151809/chronique-de-la-vie-scolaire/#.U-oiYv1_skQ), consultado no dia 16 fev. 2014.
23. A blogueira Chahira Bakhtaoui conta sua experiência, enquanto “moradora de uma periferia” perto de Paris, de entrar pela primeira vez no museu de Louvre, artigo disponível no link: [http://bondyblog.liberation.fr/201210240537/de-lart-islamique-aumusee-du-louvre/#.VlsEY\\_mrT1U](http://bondyblog.liberation.fr/201210240537/de-lart-islamique-aumusee-du-louvre/#.VlsEY_mrT1U), publicado no dia 24 out. 2012.
24. A *SFR* anuncia em 2007 a criação de um site consagrado exclusivamente à eleição presidencial no portal multimídia. O *Bondy Blog* era um dos atores que alimentava esse portal. Os clientes *SFR* podiam acessá-lo pelo celular, disponível no site: <http://groupe.sfr.fr/presse/communiqués-de-presse/les-resultats-du-barometre-electoral-en-continu-de-ipsos-sur-le-site>, publicado no dia 28 fev. 2007.
25. Disponível no site: <http://www.20minutes.fr/blogs/186442-bondy-blog-aussi-20minutesfr>, publicado no dia 8 out. 2007.
26. <http://www.20minutes.fr/france/197024-marche-ados-villiers-le-bel>, 26 nov. 2007.
27. O primeiro episódio do “*Tour de France des villages*” foi realizado no distrito de Fontgombault na Região chamada “Centro” na França. Ele retrata a história do distrito que tem um prefeito que é contra o casamento entre homossexuais e encontra moradore que estão descontentes com seu posicionamento político e se reúnem na garagem de uma casa para manifestar pelo respeito da leis da República. Episódio disponível no link : <http://www.bondyblog.fr/201402141323/le-tour-de-france-des-villages-les-moines-comme-le-maire-sont-tendance-a-droite-voire-tres-tres-a-droite/#.UxBlvfl5MkQ>, 14 fev. 2014.
28. Nós encontramos os mesmos artigos nos sites *Le Monde* e do *Bondy Blog*, como, por exemplo, este realizado no bairro Saint-Michel na cidade de Bordeaux por duas blogueiras do *Bondy Blog*: [http://www.lemonde.fr/municipales/article/2014/02/26/bordeaux-saint-michel-voix-rauque-de-la-ville-mannequin\\_4373237\\_1828682.html?xtmc=bondy\\_blog&xtr=4](http://www.lemonde.fr/municipales/article/2014/02/26/bordeaux-saint-michel-voix-rauque-de-la-ville-mannequin_4373237_1828682.html?xtmc=bondy_blog&xtr=4); <http://bondyblog.liberation.fr/201402251301/saint-michel-voix-rauque-de-la-ville-mannequin/#.VldFMPmrTIV>, publicados no dia 25 fev. 2014.
29. Informações sobre a formação no site da Escola Superior de Jornalismo de Lille: <http://esj-lille.fr/?s=plaquette+prepa>, consultado no dia 28 jan. 2014.
30. Apresentação da cidade de Bondy: <http://www.ville-bondy.fr/>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bachmann, C., Leguennec, N., 1996, *Violences urbaines. Ascension et chute des classes moyennes à travers cinquante ans de politiques de la ville*, Paris, Albin Michel.
- Beaud, P., 1984, *La société de connivence. Médias, médiations et classes sociales*, Paris, Aubier Montaigne.
- Bourdieu, P., 1982, “Les rites comme actes d’institution”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 43, pp.58-63.
- Bronner, L., 2 avr. 2010, “Banlieues et médias: ‘une incompréhension mutuelle’”, *Le Monde.fr*, Chat modéré par François Béguin.
- Bronner L., 7 août 2010, “Dans le quartier de la Ville-neuve, la dérive violente de jeunes en complète rupture”, *Le Monde*, p. 8.
- Castoriadis, C., 1975, *L’institution imaginaire de la société*, Paris, Seuil.
- Champagne, P., 1991, “La construction médiatique des ‘malaises sociaux’”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 90, pp. 64-76.
- Dahlgren, P., 2000, “L’espace public et l’internet – structure, espace et communication”, *Réseaux*, n° 100, pp. 157-186.
- Dahlgren, P., 2009, *Media and Political Engagement. Citizens, Communication and Democracy*, Cambridge, New York, etc., Cambridge University Press.
- 4 jan. 2014, “Des Grenoblois portent plainte contre le président de France Télévisions”, *Le Dauphiné Libéré*.
- Delforce, B., Noyer J., 1999, “Pour une approche interdisciplinaire des phénomènes de médiatisation: constructivisme et discursivité sociale”, *Etudes de communication*, n° 22, pp. 13-40.
- De Souza Paes, P., 2016, “La question de l’immigration comme enjeu de communication publique et politique”, *Les Enjeux de l’information et de la communication*, <http://lesenjeux.u-grenoble3.fr/2015/05-De%20Souza%20Paes/index.html>, acesso em 23 jul. 2016.
- Dubedout, H., 1983, *Ensemble, refaire la ville: Rapport au Premier ministre du Président de la Commission nationale pour le développement social des quartiers*, Paris, La Documentation française.
- Goffman, E., 1875, *Stigmate. Les usages sociaux des handicapés*, Paris, Les Editions de Minuit.
- Gomes, W., 2005, “A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política”, *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, vol. VII, n° 3, setembro/dezembro, pp. 214-222.
- Hadj B., Samir, Beaud, S., 2010, “Compréhension et distanciation. Paroles de jeunes sur les émeutes de novembre 2005”, in Didier F. (Ed.), *Les Nouvelles frontières de la société française*, Paris, La Découverte.
- Habiter et vivre à la Villeneuve, diagnostic*, 2003, Municipalidade de Grenoble, [http://infovn.free.fr/documents/03-042\\_villeneuve.pdf](http://infovn.free.fr/documents/03-042_villeneuve.pdf), acesso em 24 jul. 2016.
- Joly, J., Parent, J. F., 1988, *Grenoble de 1965 a 1985. Paysage et politique de la ville*, Grenoble, PUG.
- Kaciaf, N., 2005, “‘Parle-moi de moi. Il n’y a que ça qui m’intéresse’. Les implications idéologiques d’un impératif de proximité. L’exemple du ‘Treize heures’ de TF1”, in Le Bart, C., Lefebvre, R. (Eds.), *La proximité en politique*, Rennes, PUR, pp. 271-284.
- Kessous M., 23 set. 2009, “Moi, Mustapha Kessous, journaliste au ‘Monde’ et victime du racisme”, *Le Monde*.
- Krémer, P., 29 out. 2010, “Le Bondy Blog dans la cour des grands”, *Le Monde Magazine*.
- Lafarge, G., Marchetti, D., 2001, “Les portes fermées du journalisme, l’espace social des étudiants des formations ‘reconnues’”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 189, pp. 72-99.
- Lagroye, J., 2003, *La politisation*, Paris, Belin.
- Legavre, J. B., 2005, “La politique par les médias, les élections du printemps 2004 au prisme de la presse quotidienne”, *Questions de communication*, n° 8, pp. 295-317.
- Lemieux, C., 2000, *Mauvaise presse*, Paris, Editions Métailié.
- Marchetti, D., 2005, “La fin d’un Monde? Les transformations du traitement de la ‘politique étrangère’ dans les chaînes de télévision françaises grand public”, in Arnaud L., Guionnet, C. (Eds.), *Les frontières du politique*, Rennes, PUR.
- Miège, B., 1997, *La société conquise par la communication*, Grenoble, PUG.
- Miège, B., 2010, *L’espace public contemporain*, Grenoble, PUG.
- Neveu, E., 1999, “L’approche constructiviste des ‘problèmes publics’, un aperçu des travaux anglo-saxons”, *Questions de communication*, n° 22, pp. 41-57.
- Noyer, J., Raoul, B., 2011, “Le ‘travail territorial’ des médias. Pour une approche conceptuelle et programmatique d’une notion”, *Etudes de communication* [En ligne], n° 37, mis en ligne le 01 décembre 2013, acesso em 29 maio 2012.
- Resende, V., 2012, “Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro”, *Linguagem em (Dis)Curso*, n° 12, pp. 439-465.
- Saad, E., Madureira, F., 2010, “Jornalista cidadão ou fonte de informação: estudo exploratório do papel do público no jornalismo participativo dos grandes portais brasileiros”, *Estudos em Comunicação*, n° 7, vol. 1, pp. 157-184.
- Saitta, E., 2008, “Les journalistes politiques et leurs sources. D’une rhétorique de l’expertise critique à une rhétorique du ‘cynisme’”, *Mots*, n° 87, pp. 113-128.
- Sedel, J., 2007, *La banlieue comme enjeu de lutte symbolique. Contribution à l’étude des relations entre médias et champs sociaux*, Tese de doutorado em sociologia apresentada na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França.

**Pt.** O artigo tem por objetivo demonstrar o papel da mídia na construção do problema chamado “violências urbanas”, a partir de um caso de violência ocorrido na periferia de Grenoble, em 2010. Depois da morte de um jovem do bairro de Villeneuve, alguns moradores provocam três noites de violência. Em um primeiro momento, o artigo aborda, através de entrevistas realizadas com jornalistas franceses que cobriram esses incidentes, como esses profissionais identificaram os diversos problemas das periferias e contribuíram para a estigmatização de seus moradores. A cobertura desse caso reforça a concepção estereotipada que os jornalistas têm tanto das periferias quanto dos moradores. Apontamos também os limites que pesam no exercício do jornalismo e as iniciativas criadas pelo Conselho Superior do Audiovisual (CSA), órgão regulador dos meios de comunicação na França, no sentido de questionar o trabalho da mídia, bem como o seu papel na representatividade das minorias. Em um segundo momento, partimos da hipótese de que “novas” maneiras de fazer jornalismo emergem em colaboração entre jornalistas e não-profissionais. Experiências essas que contribuem para o questionamento do papel da mídia na construção da esfera pública. Dessa forma, abordamos as mutações que afetam o jornalismo através do exemplo de diferentes iniciativas de moradores de periferias que contestam as práticas jornalísticas e o papel democrático das mídias. Como estudo de caso, fazemos referência ao *Bondy Blog*, um site de informação criado em 2005 por jornalistas e moradores de periferia. A produção noticiosa realizada nesse espaço é considerada pelos seus idealizadores como uma prática acima de tudo democrática. Nós nos interessamos pelas perspectivas que o blog abre em relação às modalidades atuais de produção de informação.

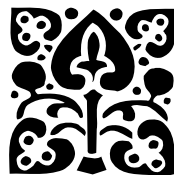
**Palavras-chave:** periferia, práticas jornalísticas, imprensa, *Bondy Blog*, violência urbana.

**En.** This paper aims to illustrate the role media plays in constructing the so-called problem of “urban violence,” as witnessed by the three days of rioting that followed the death of a youth in the Villeneuve suburb of Grenoble in 2010. First, through interviews with French journalists who covered the incident, the study addresses how these professionals specifically situate a number of problems in the suburbs and contribute to the stigmatization of their residents. The coverage of these incidents reinforces the stereotypical view journalists hold of both the urban peripheries and their residents. We also address the constraints that weigh on the practice of journalism, as well the initiatives created by the *Conseil supérieur de l’audiovisuel* (CSA), the media regulatory body, which scrutinizes the work of the media and their role in the representation of minorities. Second, we hypothesize that new ways of doing journalism are emerging as a result of the collaboration between journalists and non-professional. These experiments contribute to the questioning of the media’s role in the construction of the public sphere. We look at suburban residents’ initiatives that question journalistic practices and the democratic role of the media, and how these affect journalism. As a case study, we refer to the *Bondy Blog*, a news site created in 2005 by journalists and urban periphery residents. The production of news in this space is considered by its creators to be first and foremost a democratic practice. We are interested in the new perspectives on current modes of news production generated by the blog.

**Keywords:** suburbs, journalistic practices, press, *Bondy Blog*, urban violence.

**Fr.** L'article vise à démontrer le rôle des médias dans la construction du problème nommé « violences urbaines », à partir d'un cas de violence récent ayant eu lieu à Grenoble en 2010. Après la mort d'un jeune dans le quartier de la Villeneuve, quelques habitants provoquent trois nuits de violence. Dans un premier temps, l'article aborde à travers des entretiens avec des journalistes français, qui ont couvert ces incidents, la manière dont ces professionnels localisent plusieurs problèmes dans les banlieues et finissent par contribuer à la stigmatisation des habitants. La couverture de ces incidents renforce la conception stéréotypée qu'ont les journalistes autant des périphéries que de ses habitants. Nous rappelons également les limites qui pèsent sur le journalisme et les initiatives créées par le Conseil supérieur de l'audiovisuel (CSA), organisme de régulation des médias, qui permettent la remise en cause du travail des médias et de leur rôle dans la représentation des minorités. Dans un deuxième temps, nous partons de l'hypothèse que des nouvelles façons de faire du journalisme émergent avec la collaboration entre les journalistes et les non-professionnels. Ces expériences contribuent à la remise en cause du rôle des médias dans la construction de la sphère publique. Ainsi, nous examinons les changements qui affectent le journalisme à travers l'exemple des différentes initiatives entretenues par des habitants des quartiers sensibles qui questionnent les pratiques journalistiques et le rôle démocratique des médias. Comme étude de cas, nous nous référons au *Bondy Blog*, un site d'information créé en 2005 par des journalistes et des habitants des banlieues. La production de l'information réalisée dans cet espace est considérée par ses créateurs comme une pratique avant tout démocratique. Nous nous intéressons aux perspectives que le blog ouvre sur les modes de production d'information.

**Mots-clés :** banlieue, pratiques journalistiques, presse, *Bondy Blog*, violence urbaine.



# Por uma estética jornalística da pobreza

AUGUSTO MACHADO PAIM  
Doutorando com bolsa CAPES  
Bauhaus-Universität em Weimar  
Alemanha  
augusto.paim@gmail.com



Os manuais das redações recomendam que o jornalista narre sua história em terceira pessoa, que evite adjetivos, prefira verbos neutros, coloque as falas dos entrevistados entre aspas, marque-as com verbos dicendi etc. As frases precisam ser curtas e em ordem direta, o primeiro parágrafo deve apresentar as principais informações da notícia – o lead, nome que se dá às respostas às seis perguntas fundamentais de um fato: o quê? quando? onde? quem? como? por quê? –, e o restante do texto deve ser estruturado conforme o princípio da pirâmide invertida, segundo o qual as informações são organizadas por ordem de importância. Além disso, o jornalista precisa apresentar sempre dois lados sobre um fato, preferencialmente que se contraponham e que configurem um conflito.

Essas instruções que estruturam a escrita e a prática jornalística são marca do padrão estadunidense de jornalismo. O objetivo de se escrever desse jeito é ser objetivo. Jornalismo e objetividade são praticamente sinônimos para os seguidores dessa tradição difundida em larga escala. No entanto, nem sempre foi assim. Como Marcelo Bulhões, professor universitário e pesquisador de jornalismo e literatura, explicita:

*O século XIX é para a história do jornalismo uma guinada rumo ao elemento factual e documental da vida. É o tempo em que se*

## Pour citer cet article

### Référence électronique

Augusto Machado Paim, « Por uma estética jornalística da pobreza », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://sur-lejournalisme.org/rev>



*processa a passagem de um jornalismo de propagação ideológica para um que busca a captação do flagrante da vida empírica. Um jornalismo que cultua os fatos, mais do que a interpretação e a doutrinação. Nesse contexto da segunda metade do século XIX, a matriz positivista que contagia a literatura e alcança o Naturalismo também atinge a atividade jornalística. Um jornalismo sob o influxo das ideias do Positivismo de Comte só pode ser o que nutre uma paixão pela materialidade e concretude da vida, que desenvolve, como diria Zola, o ‘senso do Real’.*<sup>1</sup>

A objetividade jornalística como a conhecemos hoje, tornada visualizável e palpável na estrutura do texto jornalístico padrão, é um produto do positivismo, da estética naturalista-realista e da invenção do telégrafo. Sua consolidação se deve ao surgimento das grandes agências de notícias internacionais, que, na segunda metade do século 19, precisavam enviar matérias para diferentes partes do globo através da rede telegráfica. Jornais locais em diferentes culturas recebiam o mesmo texto e podiam, através da técnica da pirâmide invertida, rapidamente adaptá-lo para as suas próprias necessidades, simplesmente cortando as últimas frases sem receio de estar cortando as principais informações sobre o acontecimento. O jornalismo assimilava assim características do então crescente processo de industrialização.

Mas por que essa técnica desenvolvida pelo jornalismo estadunidense se consolidou e se propagou a tal ponto que continua atuante ainda hoje no imaginário de jornalistas e chefes de redação? O estabelecimento bem-sucedido dessas características industriais do jornalismo diz respeito às suas utilidade e aplicação. Na prática, essa objetividade artificialmente produzida pode ser descrita como uma série de técnicas de redação e estratégias narrativas pré-definidas que publicações jornalísticas seguem à risca. Ao cumprir esses rituais, o profissional protege-se de qualquer acusação de imparcialidade e pode afirmar que realizou bem seu trabalho. A internalização das técnicas de produção de sentido de objetividade permite ainda uma espécie de escrita automática. Nessa espécie de esteira de fábrica, onde todos os textos têm a mesma aparência, um profissional pode ser substituído por outro sem maiores consequências para o processo. Ao mesmo tempo, o grau de objetividade aparente das notícias é um importante parâmetro para a construção da credibilidade de um veículo jornalístico, bem como para a medição do valor de diferentes veículos. Credibilidade é o capital simbólico acumulado por empresas e jornalistas e usado na competição com outros jornalistas e outras empresas.

Entretanto, quando se tenta maquiagem as subjetividades envolvidas no processo de produção de uma notícia – sejam essas subjetividades em nível individual, como os valores pessoais do jornalista ou seu desejo de fazer carreira, ou institucional, como os interesses comerciais e políticos do veículo –, surge um efeito colateral: com a padronização dos textos, toda a diversidade dos temas de interesse público precisa ser eliminada para se encaixar em um molde único que é o texto jornalístico padrão.

Neste ensaio, analiso o que se perde ao se utilizar essa estrutura fixa e investigo os danos para o exercício cidadão do jornalismo. A partir dessas reflexões, proponho uma libertação do modelo jornalístico estadunidense através da incorporação de técnicas narrativas da literatura e elementos estéticos advindos de diversos campos artísticos. Para tratar desses temas, opto aqui pelo uso da linguagem ensaística, no modo como está estabelecida nos estudos literários<sup>2</sup>, dado que é pouco produtivo angariar reflexões sobre estética em metodologias familiares às ciências da comunicação, como estudos de recepção ou análises de caso. Mesmo assim, tentarei fundamentar a viabilidade e concretude das minhas reflexões a partir de relatos de experiência.

Outra dificuldade deste trabalho é a carência de textos teóricos consolidados sobre o tema principal, a ser tratado mais adiante: Jornalismo em Quadrinhos. Nos últimos anos, surgiram algumas publicações importantes voltadas especificamente para esse tema. No entanto, essas obras dedicam-se a aspectos específicos do fenômeno e apenas raramente coincidem com a direção que apresento aqui<sup>3</sup>. Trata-se, afinal, de um terreno ainda não cultivado. Para começar a arar esse campo, faço uso de conhecimentos diversos, importados das diferentes áreas que envolvem minha formação. Sou graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo (profissão que de fato exerço e de cujo exercício advêm muitos dos pensamentos aqui expostos), e concluí um Mestrado em Letras, com ênfase em Teoria da Literatura e Escrita Criativa. No momento, meus estudos de doutorado estão sendo desenvolvidos dentro da faculdade de Artes e Design.

Por ser o Jornalismo em Quadrinhos um tema híbrido, que requer, para ser estudado em toda sua completude, pesquisadores com formação multidisciplinar, compreende-se a carência de estudos referenciais. Os poucos trabalhos acadêmicos na área – incluindo-se este – já surgem com um viés de pioneirismo. Ainda por esse motivo, a escrita ensaística mostra-se o melhor método para costurar esses diferentes conhecimentos em prol do objeto teórico em questão.

---

## OBJETIVAMENTE INJUSTO

---

O jornalismo convencional – com sua busca frenética por objetividade, esse valor que, nunca é demais repetir, só pode ser alcançado artificialmente, como efeito de sentido textual – enfrenta enormes dificuldades na hora de tratar das camadas sociais mais excluídas. São dificuldades proporcionadas pela sua própria estrutura organizacional e narrativa e que, portanto, não podem ser superadas quando se usa o método tradicional de se contar histórias no jornalismo. Ilustro essa afirmação com dois exemplos.

Em uma manhã de julho de 2012, quando eu fazia a apuração para a reportagem em quadrinhos *So close, faraway!* sobre pessoas em situação de rua em Porto Alegre, visitei a sede do movimento Começar de Novo e conversei com o educador Roque Graziola. Durante a entrevista, Graziola comentou que é comum jornalistas escreverem sobre pessoas em situação de rua, às vezes até bastante comprometidos com o tema, porém quase sempre a matéria termina dizendo que “a cidade dispõe de um número X de abrigos para moradores de rua”. Por trás dessa afirmação aparentemente objetiva, por meio da qual o jornalista pretende ser imparcial ao apresentar dois lados sobre um tema, esconde-se uma estrutura de reafirmação de preconceitos. O leitor é levado a crer, sem que se diga uma palavra nesse sentido, que a pessoa em situação de rua é culpada da sua própria condição, já que não utiliza os serviços que o município oferece. É uma afirmação que distancia o leitor do tema retratado, mantém-no na mesma posição em que estava antes da leitura da matéria. Em vez de encerrar o texto com essa afirmação, o jornalista deveria, como Graziola apontou, fazer a seguinte pergunta: por que afinal essas pessoas não querem ir para os abrigos disponibilizados pela prefeitura? Esse questionamento – uma maneira de estimular a reflexão, superior à afirmação supostamente objetiva – deveria ser o ponto de partida da apuração em um jornalismo humanizado. No caso específico dessa pauta, há inúmeras respostas, dentre as quais destaco apenas uma, com o fim de ilustrar o problema: não há vagas suficientes para pessoas em situação de rua nos abrigos das cidades brasileiras. Significa que quem quiser passar a noite em um abrigo precisa esperar em uma longa fila, e isso sem saber se terá sucesso. Para melhorar suas chances, é necessário ir cedo para a fila, o que acarreta em perder horas de trabalho como catador. E é preciso fazer isso todos os dias, pois muitos abrigos não permitem que o frequentador more no local. Que pessoa sensata trocaria seu ganha-pão e sua estabilidade por essa rotina de incertezas?

O jornalismo convencional, ao querer ser neutro na abordagem de temas sociais, distancia o leitor do

tema da notícia. Transforma pessoas e histórias de vida em dados e estatísticas, dezumanizando-as. Não permite que o leitor sinta empatia e coloque-se na posição do outro. Elimina todo o potencial da altearidade. Estabelece um muro artificial, na medida em que quer dar a impressão que leitor e entrevistado nunca poderão trocar de posição na sociedade. É um jornalismo a serviço da manutenção da desigualdade, pois não mobiliza o leitor a uma melhor compreensão da realidade social.

O segundo exemplo é trazido por Joe Sacco, o principal autor de *Jornalismo em Quadrinhos*, no prefácio do seu livro *Journalism*:

*Another trap promoted in American journalism schools is the slavish adherence to “balance”. But if one side says one thing and the other side says another, does the truth necessarily reside “somewhere in the middle”? A journalist who says, “Well, I pissed off both sides – I must be doing something right,” is probably fooling himself and, worse, he may be fooling the reader. Balance should not be a smokescreen for laziness. If there are two or more versions of events, a journalist needs to explore and consider each claim, but ultimately the journalist must get to the bottom of a contested account independently of those making their claims. As much as journalism is about “what they said they saw”, it is about “what I saw for myself.” The journalist must strive to find out what is going on and tell it, not neuter the truth in the name of equal time.*

*I’ve picked the stories I wanted to tell, and by those selections my own sympathies should be clear. I chiefly concern myself with those who seldom get a hearing, and I don’t feel it is incumbent on me to balance their voices with the well-crafted apologetics of the powerful. The powerful are generally excellently served by the mainstream media or propaganda organs. The powerful should be quoted, yes, but to measure their pronouncements against the truth, not to obscure it. If I believe power brings out the worst of people, I’ve observed that those on the short end of the stick don’t always acquit themselves well either, and I’ve endeavored to report that. I think the great British journalist Robert Fisk gets the equation about right: “I always say that reporters should be neutral and unbiased on the side of those who suffer.”<sup>24</sup>*

Joe Sacco, um jornalista de formação, refuta veementemente a pretensão de ser objetivo e reforça

que, com suas reportagens em quadrinhos sobre conflitos étnicos, está disposto a assumir as implicações de reportar subjetivamente. Acredita que destacar essas implicações traz o benefício de se realizar um jornalismo transparente e honesto para com o leitor. E costuma colocar em prática as ideias que defende, ao usar – seguindo o método da História Vista de Baixo – como fonte de suas reportagens pessoas que não costumam ter voz na sociedade. Um exemplo recente é o livro *Days of Destruction, Days of Revolt*, em que Joe Sacco e o jornalista Chris Hedges (vencedor do prêmio Pulitzer) apuram em áreas nos Estados Unidos onde as populações locais foram sacrificadas em prol da exploração capitalista. Nesse aspecto, a obra de Sacco caminha na trilha histórica da reportagem social, tradição fundadora do jornalismo. Essa tradição ajuda a explicar por que se entende que uma das tarefas do jornalismo é a luta contra a desigualdade e as injustiças sociais. Como Pensold (2015) afirma, ao dissertar sobre fotojornalismo:

*Tendo em vista suas tradições cívico-democráticas, o jornalismo segue valores humanísticos em sua atuação, apoia a emancipação dos oprimidos e dedica seu programa ao controle dos poderosos. Um gênero central é a reportagem social, que tem como tarefa documentar injustiças sociais para denunciá-las publicamente. Ela declara abertamente sua posição, superando, em última análise, doutrinas de objetividade contemporâneas que se empenham por definir o jornalismo como o relato mais neutro possível de um acontecimento. Um pré-requisito para essa tomada de partido programática é o conhecimento bem fundamentado das relações sociais, frequentemente tendo como base análises esquerdistas da sociedade. O fotojornalismo do século 20 constrói-se sobre esse alicerce de ideias instalado essencialmente no século 19. Ele assume o engajamento social, a defesa ativa dos oprimidos e dos desprivilegiados – especialmente daqueles que sofrem com catástrofes e guerras –, bem como a exigência pela realização de uma melhoria social. Em suas imagens documentais, denuncia irregularidades da sociedade com o objetivo de produzir consternação nos leitores e, com a alavanca da opinião pública, exercer pressão sobre os politicamente responsáveis, para assim alterar as condições existentes. Nesse ponto, fotojornalismo significa tomar partido a favor dos seres humanos e da humanidade com fotos comoventes.<sup>5</sup>*

É preciso, portanto, separar os ideais históricos do jornalismo – que de certa forma são atemporais, já que o século 21 ainda produz oprimidos e des-

privilegiados em larga escala – da tradição do texto jornalístico objetivo. Em trabalho anterior, ainda a ser publicado, defendo que a imagem popular que se tem sobre o jornalismo como sinônimo de objetividade é um produto da influência da estética do realismo e do naturalismo no século 19. O repórter, assim como o escritor daquela época, devia reproduzir a realidade em seu texto. Meu argumento é que, desde então, o jornalismo não necessariamente quer ser objetivo, antes almeja produzir um efeito realista. É nesse sentido que a objetividade textual nada mais é que um estilo de texto entre outros estilos de texto possíveis no jornalismo.

Levando esse argumento em consideração, é possível andar na direção contrária e perceber que a estética realista se manifesta em diferentes mídias artísticas, desenhos e histórias em quadrinhos inclusive. Em meados do século 19, desenhistas como Melton Prior e Constantin Guys cobriram a Guerra da Crimeia como correspondentes para o jornal *The Illustrated London News*. É com o desenvolvimento da fotografia e o avanço das técnicas de impressão permitindo seu uso no jornalismo diário que, na segunda metade do século 19, o desenho vai aos poucos abandonando a função de reproduzir a realidade (função que também era exercida pelos pintores de retratos). Quem herda esse papel dos desenhistas-repórteres são os fotógrafos, posteriormente a televisão.

O surgimento recente de HQ-jornalistas como Joe Sacco exige que se volte a olhar criticamente para o desenvolvimento histórico do jornalismo, de modo a entendê-lo e adaptá-lo às necessidades dos nossos tempos.

---

#### JORNALISMO POBRE

---

Que esse bastião do jornalismo tradicional – a objetividade – nada mais é que um efeito de sentido já está mais do que comprovado por estudos semióticos e narratológicos aplicados ao jornalismo. Mesmo em uma dimensão mais prática percebe-se isso sem grandes dificuldades: basta observar aquelas notícias falsas que alguns jornais costumam publicar no dia 1º de abril, usando a técnica de escrita jornalística para contar fatos que não aconteceram. O estilo do texto é tão verossímil e convincente que, mesmo a notícia sendo absurda, o leitor desatento é frequentemente enganado.

Em maior ou menor grau, essa manipulação através do texto ocorre todos os dias no jornalismo. Apesar de todas as tentativas de camuflar os traços de subjetividade no jornalismo tradicional, eles ainda podem ser encontrados em cada decisão

que precisa ser tomada para o surgimento de uma notícia. Que informações são mais (ou menos) importantes (pois se trata de uma avaliação subjetiva)? O que deve ser colocado entre aspas (pois um entrevistado sempre afirma muito mais do que é citado no jornal)? Quais são as fontes escolhidas (pois cada tema possui inúmeras possibilidades de apuração)? Por que duas posições contrárias (afinal, geralmente existem mais de duas posições sobre um tema, e não necessariamente elas se opõem)? Por que este tema e não outro?<sup>6</sup>

Com isso não estou afirmando que o jornalismo não possui valores importantes que devem ser defendidos. Pelo contrário, considero-me um defensor ferrenho do jornalismo bem exercido. Apenas acredito que esse valor a ser preservado não é a objetividade. E com isso faço eco a afirmações de jornalistas e pesquisadores que defendem que a transparência, essa sim, deveria ser um dos principais valores desse ofício tão importante para a sociedade. Além disso, a verdadeira discussão que parece estar em jogo é esta: como garantir a qualidade jornalística? Joe Sacco e outros autores defendem que a qualidade jornalística precisa ser averiguada de outras formas que apenas uma mera apresentação objetiva do texto. Eu me incluo entre esses autores.

O principal problema do discurso da objetividade é que ele acarreta em efeitos colaterais prejudiciais para a prática de um jornalismo humanizado. Um desses efeitos advém da perspectiva narrativa. Ao ser obrigado a narrar sua notícia em terceira pessoa, o jornalista tradicional dá a impressão de não ter participação alguma nos efeitos de sentido da sua notícia. O texto parece ter sido escrito por si mesmo. O conteúdo de um discurso construído dessa forma soa como algo inquestionável, incontestável, e o jornalista transforma-se em um ser onisciente, onipotente e onipresente que tudo sabe e que domina o assunto que reporta. Aos olhos do leitor, o jornalista torna-se um deus. Por essa razão é comum ouvir, fora do ambiente jornalístico, discussões em que os participantes defendem que tal fato aconteceu ou que tal interpretação da realidade é a verdadeira *porque está no jornal*.

Vejamos uma alternativa a essa posição dominante: a narrativa em primeira pessoa. Joe Sacco apresenta-a como escolha consciente para lidar com o problema que relato aqui:

*Despite the impression they might try to give, journalists are not flies on the wall that are neither seen nor read. In the field, when reporting, a journalist's presence is almost always felt. Young men shake their guns in the air when a camera crew starts filming,*

*and they police each other when a reporter starts asking probing questions. By admitting that I am present at the scene, I mean to signal to the reader that journalism is a process with seams and imperfections practiced by a human being – it is not a cold science carried out behind Plexiglas by a robot.<sup>7</sup>*

Um debate sobre essa interferência de jornalistas no ambiente da apuração também é trazido por Pensold (2015). Em diversas passagens, seu livro – cuja proposta é ser uma história do fotojornalismo – traz o questionamento sobre ser ou não procedente a constatação de que a presença do fotojornalista é um gatilho para crimes de guerra. Um exemplo consagrado: a famosa foto de Eddie Adams durante a Guerra do Vietnã em que um comandante uniformizado da polícia nacional sul-vietnamita executa um prisioneiro – aparentemente civil – diante da câmera do fotógrafo nas ruas de Saigon. Posteriormente, Pensold cita o caso do estadunidense Ron Haviv, que na Guerra Civil Iugoslava acompanha Arkan – um líder do submundo sérvio – e sua tropa paramilitar e assim vira testemunha constante de execuções de civis. Em uma de suas célebres fotos, vê-se um jovem muçulmano de joelhos que, implorando por sua vida, olha na direção do fotógrafo. Em vão, pois é executado na frente da câmara. Pensold cita Haviv, que, talvez por ingenuidade ou para se manter mentalmente são, afirma:

*Some people feel that photographers are participants in what's happening, but we're not. We're merely on the sidelines watching the action. To me, this makes it a lot easier. It's not the same as being a soldier; because soldiers are active participants; they're pulling the triggers, they're killing people. It's an absolutely horrible thing to see somebody die in front of you, but it's not the same thing as killing him. When you're taking that photograph, and your picture is able to help the next generation, you feel there's a reason for you to be there. Whatever is happening in front of me, whatever I'm photographing, people have a right to know it. It should be seen<sup>8</sup>.*

Dois páginas depois, Pensold contrapõe a afirmação de Haviv com o depoimento de outro fotógrafo, o correspondente de guerra Patrick Chauvel:

*Governments and their armies understand how they can use photography and the press. We used to be witnesses, but now we're part of the war. So are civilians. Innocent people are dying, and it's only worth killing them if the press is there to witness it. We've become one of the new weapons, and that's why I*



*don't like photography as much as I used to. When I started out, it wasn't a job, really, it was a way of living. But it's become a job, and we're becoming a tool*<sup>9</sup>.

Interessante notar que, ainda nessa discussão proposta por Pensold, o fotógrafo James Nachtwey exprime-se sobre sua fotografia nos mesmos termos que Joe Sacco enxerga seu quadrinho jornalístico:

*I don't believe there's any such thing as objective reality. It's only reality as we experience it. And whatever emotions I'm feeling, for whatever reason I'm feeling them, get channeled into my work. If I'm feeling outraged, grief, disbelief, frustration, sympathy, that gets channeled through me and into my pictures and hopefully transmitted to the viewer*<sup>10</sup>.

Assumindo seu lugar no texto (ou na imagem), o (foto)jornalista pode se aproximar daquela transparência que mencionei acima. Ao se tornar personagem do próprio relato, é possível desvelar seu processo de trabalho ao leitor. O repórter, afinal, enfrenta limitações na prática da sua profissão, toma decisões pessoais durante a apuração e redação do texto, é um ser humano que, mesmo contando com uma formação profissional que o diferencia, possui seus próprios métodos, suas ideologias, suas escolhas e crenças, que permanecem atuantes enquanto jornalista. É alguém que interfere, com sua prática profissional, nos acontecimentos que está apurando. Mesmo que busque a perfeição do seu trabalho, não poderá nunca a alcançar.

O uso da primeira pessoa no jornalismo não é novidade. É praxe na televisão, em casos em que o repórter é transformado em celebridade, ou por ser testemunha ocular dos acontecimentos, ou por narrá-los como se fosse. Porém, usado com ponderada justificativa, ou seja, como recurso narrativo estratégico, esse modo de narrar pode humanizar o jornalismo. Ao abandonar o ponto de vista panorâmico comum ao jornalismo tradicional, é possível diminuir a distância entre leitor e entrevistados através da imersão. O jornalista pode realizar seu trabalho de forma transparente e franca, deixando claro que têm opiniões e dúvidas e que muitas vezes elas não mudam ou são solucionadas ao fim da apuração. E que não existe verdade absoluta.

Há inúmeros exemplos positivos desse estilo, como algumas reportagens do Novo Jornalismo estadunidense da década de 1960. Joe Sacco, como vimos, é outro autor que assume a primeira pessoa em suas reportagens em quadrinhos, o que acarreta em um *making of* do trabalho jornalístico incluído na própria reportagem<sup>11</sup>. Na Alemanha,

há um caso em que a imersão e o uso da primeira pessoa são levados ao seu limite. Refiro-me ao trabalho do jornalista Günter Wallraff, conhecido por se disfarçar para poder investigar seus temas por dentro. No dia 5 de março de 2009, Wallraff publicou uma reportagem sobre pessoas em situação de rua no jornal semanal *Die Zeit*, retratando o inverno em que ele mesmo foi viver debaixo de marquises ou em abrigos para poder vivenciar essa situação de perto. Passou noites a céu aberto com temperaturas de até 15 graus negativos. Através da observação participante, fez um relato humanizado que vai muito além do alcance da imprensa tradicional. Dois casos ilustram o grau de empatia alcançado. Em Colônia, faleceu um dos moradores de rua com quem Wallraff convivia. As autoridades iriam enterrá-lo como um indigente desconhecido, porém Wallraff sabia seu sobrenome e sabia que ele vinha de Berlim. Pegou a lista telefônica. Ali havia 31 números registrados com aquele sobrenome. Ligou para o primeiro, uma mulher atendeu. Ao ser interrogada se conhecia o falecido, ela começou a chorar: era sua mãe, que passou então a contar ao jornalista a história de como o filho havia ido parar naquela condição. Mais tarde, em um abrigo em Hannover, Wallraff conversou com um homem de 57 anos que tinha uma filha. Wallraff fez a ele a pergunta que, no senso popular, posta como afirmação em vez de questionamento, é o reforço de um preconceito que culpa a vítima por sua própria condição: por que afinal ele não ia morar na casa da filha? O entrevistado respondeu com uma pergunta: “você gostaria, na minha idade, de ir até a casa da filha e dizer ‘por favor, estou na pior’? Você gostaria de fazer isso? Eu não”, e completou: “se eu for até lá agora, serei um perdedor completo”.

---

#### SUBJETIVAMENTE JUSTO

---

Outra técnica do jornalismo tradicional que precisa ser posta em questão é o modo de apresentar as fontes. No texto objetivo, um entrevistado é apresentado invariavelmente por nome, idade e profissão ou cargo. Nunca vistos como indivíduos, textualmente os entrevistados tornam-se fontes atuando como recursos discursivos, cujo objetivo último é construir o efeito de sentido de autoridade, na medida em que estão ali apenas para conferir autenticidade ao que é afirmado fora das aspas. Mesmo quando o que está entre as aspas são questionamentos à afirmativa principal do texto, essas citações estão ali para mostrar que o critério profissional da imparcialidade foi respeitado, e o jornalista pode assim se defender de qualquer acusação de falta de neutralidade. O “outro lado”, afinal, está presente no texto.



No jornalismo literário o processo é diferente. Agora não falamos apenas de fontes, mas também de personagens. Como na literatura, os entrevistados são apresentados por traços detalhados e complexos. Vemo-los como indivíduos, com proximidade, conhecemos sua posição no mundo, suas opiniões, seus gostos, suas particularidades. Em outro artigo<sup>12</sup>, argumento que essa transformação da fonte em personagem é a operação estética fundamental para a humanização do relato jornalístico. O importante a ressaltar aqui é que essa humanização acontece através de técnicas narrativas importadas da literatura.

Essa constatação vai ao encontro das quatro técnicas narrativas comumente encontradas nos autores do Novo Jornalismo estadunidense dos anos 1960, como Tom Wolfe lista no seu livro *Radical Chic e o Novo Jornalismo*, a citar: uso de diálogos, construção cena-a-cena, variação de foco narrativo e descrição de status. É trocando as técnicas engessantes e artificialmente objetivas do jornalismo tradicional por um texto criativo que usa recursos das linguagens artísticas que se pode alcançar níveis mais profundos de comunicação e humanização.

É fundamental ressaltar que o uso de técnicas narrativas da literatura não acarreta necessariamente em ficcionalização. São, de fato, processos bastante distintos. Como mostrei no exemplo das notícias de 1º de abril, é possível fazer uma obra de ficção usando técnicas do jornalismo objetivo. Da mesma forma, um texto em primeira pessoa, com diálogos e descrições, que esteja comprometido em retratar personagens e situações reais, possui todas as condições de ser colocado na prateleira de não-ficção das livrarias.

E para que serve diversificar as técnicas narrativas do jornalismo? Defendo que um relato jornalístico que proporcione experiências estéticas tem um poder transformador, ao gerar empatia e estimular o leitor à ação (ou ao menos a uma compreensão mais ampla das alteridades). Essa afirmação também é defendida por Lene Bech Sillesen, Chris Ip e David Uberti, autores de *Journalism and the power of emotions*. Esse artigo começa citando um clássico do gênero Reportagem Social, o livro *How the other half lives*, de Jacob Riis, para mostrar como um relato humanizado sobre os cortiços de Nova Iorque serviu de agente transformador já na última década do século 19, gerando no leitor uma nova compreensão da vida no subúrbio. Vale mencionar que os recursos humanizadores de Riis não se restringiram à narrativa literária: além do texto em prosa, o livro mistura fotografias e desenhos feitos pelo autor.

A regra de ouro é esta: ao utilizar recursos estéticos criativamente em sua narrativa, visando efeitos de sentido e estratégias discursivas específicos, o autor de uma reportagem permite que o leitor realize experiências durante a leitura, o que aumenta o grau de empatia com o tema retratado.

Abundam exemplos na história do jornalismo. Além do livro de Riss, podemos citar *London: a pilgrimage*, uma parceria do ilustrador Gustave Doré com o jornalista Blanchard Jerrold em 1869, documentando a pobreza<sup>13</sup> em Londres. Outros registros memoráveis estão em *A arte da reportagem – volume 1*. Organizado por Igor Fuser, o livro reúne algumas das principais reportagens feitas por escritores e jornalistas de diferentes épocas. Há ainda ótimos exemplos na vasta produção da geração do Novo Jornalismo estadunidense dos anos 1960.

Gostaria de mencionar ainda alguns trabalhos contemporâneos que usam recursos visuais e/ou hipertextuais. O desenhista Igort conseguiu com seu *Quaderni ucraïni – Memorie dai tempi dell'URSS* resgatar a história de sobreviventes da Grande Fome da Ucrânia, provocada pela União Soviética no início da década de 1930. Os perfilados por Igort são pessoas marginalizadas pela sociedade, velhos e velhas que passaram pela vida quase sem serem notados e que talvez caíssem no esquecimento, se o quadrinista italiano não tivesse eternizado suas memórias no papel, dando-lhes permanência e significado. Cito ainda *Kawergosk - 5 Sterne*<sup>14</sup> do quadrinista alemão Reinhard Kleist, realizada em um campo de refugiados sírios no norte do Iraque. Essa reportagem em quadrinhos faz parte de um projeto multimídia do canal Arte, que envolveu dezesseis artistas – de áreas tão diversificadas como cinema, fotografia, literatura e quadrinhos – durante quatro meses, apurando em quatro países<sup>15</sup>. Também a BBC fez uma reportagem interativa em que o próprio leitor coloca-se no lugar de um refugiado e precisa tomar decisões durante a sua rota de fuga<sup>16</sup>. Já o projeto Black.Light reúne fotografias, quadrinhos e jornalismo para contar episódios das guerras civis na África Ocidental<sup>17</sup>. São exemplos que mostram que a busca de empatia através de recursos narrativos diversos não apenas é possível como desejável para o jornalismo. Ela auxilia o jornalista a exercer de forma eficaz seu compromisso de engajamento social, correção de injustiças e fiscalização do poder das classes privilegiadas.

Para exemplificar com mais detalhes como uma estética jornalística não objetiva pode proporcionar empatia, gostaria de fazer um relato de experiência, reforçando assim que minha argumentação é plenamente realizável. As reflexões que trago aqui, afinal, não são unicamente teóricas, são fruto de questiona-

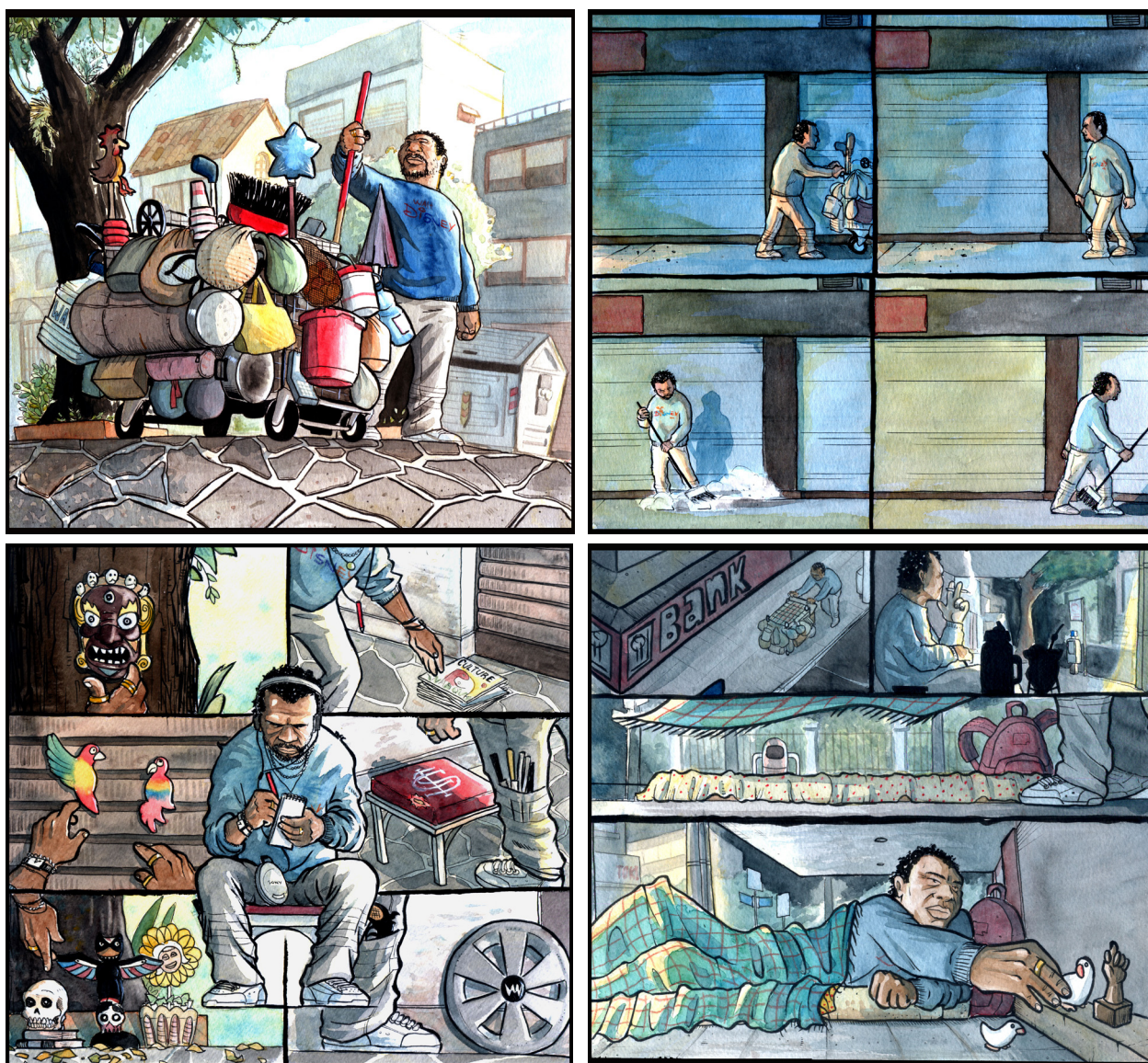
mentos advindos da minha atividade como jornalista e representam soluções práticas a problemas no exercício dessa profissão.

Em 2011, fiz uma reportagem problematizando o processo de pacificação das favelas brasileiras para o *Cartoon Movement*, site holandês especializado em quadrinho jornalístico. Logo depois, os editores me pediram que propusesse uma nova pauta. Quando faço uma reportagem em quadrinhos, costume trabalhar com temas sobre os quais já desenvolvi projetos em outras mídias, pois ter conhecimentos prévios sobre o conteúdo me permite focar no formato de apresentação. No caso da pauta de 2011, eu já havia feito duas reportagens em favelas, no formato de prosa, ambas para a revista *Continuum*<sup>18</sup>, do Itaú

Cultural, em 2007 e 2010. Para o trabalho seguinte, escolhi o tema “pessoas em situação de rua”, sobre o qual eu fizera em 2008 uma longa reportagem em um projeto coletivo de webtv chamado *Sotaques*, envolvendo jovens jornalistas de diversas regiões do Brasil<sup>19</sup>.

Durante a apuração de *So close, faraway!*<sup>20</sup>, estive preocupado em resolver um dilema, que era também um desafio advindo das minhas outras experiências com reportagens em quadrinhos. Eu queria desenvolver uma reportagem em que o texto não tivesse um peso tão grande na narrativa e em que o desenho assumisse alguma função além da mera ilustração. Informar através dos desenhos, eu já sabia, era algo muito difícil, mas talvez fosse possível usar

Figura 1 - quatro páginas da reportagem "So close, faraway!", de Augusto Paim e Bruno Ortiz.





as imagens para se alcançar objetivos diferentes dos buscados pelo jornalismo convencional. Acredito que a ambição de autores de reportagens em quadrinhos não deve ser buscar formas de adaptar o Jornalismo em Quadrinhos ao modo velho e bastante desgastado de se fazer jornalismo, mas sim descobrir novas funções para o próprio jornalismo (ou mesmo resgatar valores antigos da profissão, como ocorre, como foi dito, quando nos voltamos para as reportagens sociais do século 19). Depois de refletir muito sobre esse problema, cheguei à conclusão de que eu queria contar uma história unicamente através de cenas, preferencialmente sem usar texto. A vantagem dessa abordagem seria proporcionar um relato humanizado.

Geralmente, quando estou começando uma apuração, tenho muitas ideias sobre como estruturar a reportagem. Essas ideias vão se transformando ao longo do trabalho, o que é muito saudável, tratando-se de um processo dinâmico, em que o repórter precisa ser influenciado pela realidade que está apurando. No caso de *So close, faraway!*, no entanto, embora eu estivesse aberto a mudanças de opinião, a ideia inicial – contar um dia na vida de uma pessoa em situação de rua somente através de imagens – não se alterou. Eu queria fazer um perfil humanizado da vida nas ruas. Via de regra, passamos pela pessoa alojada na calçada sem percebê-la. Meu objetivo era inverter a lógica e posicionar a “câmera” de frente para ela, tornando-a protagonista. Ao mostrar o cotidiano de uma pessoa em situação de rua também seria possível aproximá-la de qualquer outro cidadão, com suas rotinas, manias, ritos, diminuindo assim a distância entre a personagem da reportagem e o leitor. Eu também já tinha em mente usar Jorge como protagonista da minha reportagem. Jorge morava a uma quadra da minha casa, e eu costumava observá-lo eventualmente. Via-o como uma pessoa diferenciada, um homem que vivia sozinho, provavelmente não trocava nenhuma palavra com outro ser humano ao longo do dia, que trazia seus pertences meticulosamente organizados no carrinho de supermercado, decorado com enfeites. Sua personalidade me atraía, e eu imaginava que poderia aprender muito sobre ele ao abordá-lo – algo que acabou se confirmando.

Por outro lado, eu também me questionava se mostrar a rotina de Jorge seria suficiente para chamar esse trabalho de reportagem. Havia tanta coisa a se dizer sobre a situação de rua no Brasil. Além de dados de censos e entrevistas com integrantes de instituições que trabalham em prol dessa população marginalizada pela sociedade, seria importante conversar com outras pessoas na mesma condição para mostrar a diversidade da vida nas ruas. Em suma, eu tinha muitas opções de entrevistados em mente.

No entanto, se eu quisesse inserir na reportagem em quadrinhos todos os depoimentos colhidos, eu teria necessariamente que fazer um trabalho longo, pois, quando se quer apresentar os entrevistados como personagens, é preciso de tempo e – fundamental no caso de narrativas visuais em sequência – espaço para o desenvolvimento da narrativa. O problema é que não era possível realizar uma reportagem longa. O artista Bruno Ortiz – que esteve comigo em todos os momentos da apuração, critério extremamente importante para que os desenhos não se tornem meramente ilustrativos – já precisaria de bastante tempo para realizar as dez páginas aquareladas que havíamos combinado com o editor. Acabamos fazendo 11. Mas se tivéssemos feito mais, além de estourar o *deadline*, Bruno acabaria sobrecarregado. Estávamos, portanto, diante de um dilema aparentemente insolúvel, pois uma reportagem com depoimentos curtos não teria como operar aquela humanização da fonte a que me referi acima e seria portanto apenas mais uma obra de jornalismo convencional, apesar de apresentada em quadrinhos.

Nesse momento comecei a pensar na possibilidade de fazer uma reportagem com recursos de hipertexto. Ocorreram-me algumas primeiras ideias, que expus ao editor Matt Bors. Foi aí que ele me mostrou a reportagem *Chicago is my kind of town*<sup>21</sup>, de Luke Radl, que se encontrava em processo de edição para ser publicada pelo Cartoon Movement. Devo dizer que esse trabalho foi a grande fonte de inspiração de *So close, faraway!* Eu já conhecia reportagens interativas, como *Der Kachelmann-Prozess*<sup>22</sup> de Bo Soremksy e os trabalhos hipercriativos de Dan Archer<sup>23 24</sup>. Mas era a primeira vez que eu via possibilidades técnicas que estavam ao meu alcance e ainda por cima adequavam-se às necessidades do tema.

Desse jeito resolvi o dilema entre humanizar ou fazer um panorama, mostrar ou contar, provocar empatia ou informar objetivamente. A solução foi não precisar decidir entre uma ou outra abordagem. No nível do quadrinho em si – as 11 páginas sem texto em que vemos Jorge em sua rotina, acordando, recolhendo seus pertencentes, varrendo o chão onde passa a noite, circulando pela cidade, decorando o local onde faz seu almoço, cozinhando, fazendo a barba, dirigindo-se outra vez para debaixo da marquise do banco –, temos aquele espaço de humanização e empatia que era o objetivo principal da reportagem. Encerrado esse nível da história, o leitor é orientado a recomeçar a leitura, agora porém com cliques. Na parte superior esquerda de cada página, há o desenho de um carrinho de compras. Clicando ali, o leitor vai abrindo uma série de caixas de texto com informações sobre a situação dos moradores de rua no Brasil. Também há inúmeras possibilidades de cliques dentro de cada página,

revelando outras facetas da vida de Jorge. Caso o leitor tenha dificuldade em descobrir todos os links escondidos, basta clicar na vassoura que aparece no canto superior direito de cada página, que todos os links ficam visíveis.

Trata-se de uma proposta de hiperleitura. Na nossa reportagem, além do texto e dos desenhos, inserimos fotos, um arquivo em .pdf, vídeos, áudio e links externos. O leitor pode adentrar no assunto o quanto quiser – e esse processo lhe exige uma postura ativa e exploradora.

Inserimos ainda uma décima-segunda página com uma foto desfocada de Jorge, em que o leitor descobre, ao movimentar o mouse, um *making of* explicando a pauta e o processo de apuração. Desfocamos a foto porque não concordamos com o poder do jornalismo de expor excessivamente a imagem de seus entrevistados. Quem aparece no jornal está sujeito a perder sua privacidade de um dia para outro. Essa é uma das vantagens estéticas de se realizar uma reportagem no formato de quadrinhos, algo que denomino “semianonimato”: apesar de o entrevistado ser identificado como uma fonte jornalística, o fato de seu rosto ser apresentado através do filtro de um desenho diminui a sua exposição. Trata-se de um recurso a ser usado de forma consciente quando se trabalha com temas em que o entrevistado está correndo riscos ao conceder entrevistas ou vivencia uma situação de vulnerabilidade cuja exposição poderia ser ultrajante.

---

#### A ÉTICA DA ESTÉTICA

---

Ao longo deste ensaio, eu trouxe alguns exemplos pontuais, ancorados em trabalhos desenvolvidos em diferentes formatos por diferentes autores, sobre como o jornalismo pode receber um tratamento estético visando a realização de experiências ao invés de maquiagem suas subjetividades com um texto jornalístico padrão. O passo a seguir é buscar compreender de que forma determinadas linguagens artísticas podem se relacionar com o jornalismo. Trata-se de uma área que recém começa a ser investigada teoricamente. Chute argumenta, em seu livro sobre quadrinho documental, que a linguagem fragmentada das histórias em quadrinhos tem correlação com processos da pesquisa histórica.

*The essential form of comics – its collection of frames – is relevant to its inclination to document. Documentary (as an adjective and a noun) is about the presentation of evidence. In its succession of replete frames, comics calls attention to itself, specifically, as evidence. Comics makes a reader access the unfol-*

*ding of evidence in the movement of its basic grammar, by aggregating and accumulating frames of information*<sup>25</sup>.

Para entender esse argumento, é necessário levar em consideração um elemento fundamental da sintaxe das histórias em quadrinhos. Umberto Eco fala em “leis de montagem” para se referir a essa forma original e específica de conectar os quadros de uma HQ.

*A relação entre os sucessivos enquadramentos mostra a existência de uma sintaxe específica, melhor ainda de uma série de leis de montagem. Dissemos “leis de montagem”, mas o apelo ao cinema não nos pode fazer esquecer de que a estória em quadrinhos “monta” de um modo original, quando não mais seja porque a montagem da estória em quadrinhos não tende a resolver uma série de enquadramentos imóveis num fluxo contínuo, como no filme, mas realiza uma espécie de continuidade ideal através de uma fatural descontinuidade. A estória em quadrinhos quebra o continuum em poucos elementos essenciais. O leitor, a seguir solda esses elementos na imaginação e os vê como continuum.*<sup>26</sup>

Eco ressalta a importância da imaginação do leitor para o estabelecimento desse *continuum* a partir dos fragmentos que são os quadros de uma HQ. Em uma nota ao fim do ensaio “Leitura de Steve Canyon”, ele menciona uma pesquisa realizada com leitores de fotonovelas, que, quando questionados sobre a história que leram, com frequência citavam cenas que não eram mostradas nos quadros da fotonovela, mas estavam sugeridas por esses quadros. Ou seja, as cenas estavam *entre* os quadros. É elemento fundamental da sintaxe dos quadrinhos que, estabelecido o *continuum*, os leitores recomponham os fragmentos em uma história completa, da qual fazem parte as cenas imaginadas entre os quadros. Transportada essa noção para a pesquisa histórica, que também é composta por fragmentos, ou seja, por evidências cujas lacunas são preenchidas e reconstruídas em um *continuum* pelo historiador, a analogia de Chute mostra-se coerente. Indo além, ela defende que a linguagem dos quadrinhos contribui para explicitar e contrapor noções clássicas da pesquisa histórica: “*Through its spatial syntax, comics offers opportunities to place pressure on traditional notions of chronology, linearity, and causality – as well as on the idea that ‘history’ can ever be a closed discourse, or a simply progressive one.*”<sup>27</sup>

Esse é um exemplo de uma das muitas linhas de investigação possíveis: a reflexão ensaística sobre aspectos da linguagem artística dos quadrinhos visan-

do formas de significá-la no novo contexto de uso. São investigações de natureza estética. No entanto, quando é o caso de se discutir experiências estéticas no jornalismo, o aspecto ético também precisa ser abordado. E em primeiro plano. Neste ensaio, meu argumento principal é de que a compreensão do jornalismo em termos estéticos contribui para seu melhor exercício. Para alicerçar essa afirmação, trago aqui uma discussão da filosofia da arte sobre a noção de “experiência estética”. O filósofo alemão Martin Seel faz uma diferença entre os conceitos de “percepção estética” e “experiência estética”. A primeira refere-se a um fenômeno cotidiano não restrito à arte: todos os objetos a nossa volta precisam ser percebidos esteticamente para terem suas funções identificadas. Já “experiência estética” é “percepção estética” com caráter de acontecimento. Acontecimentos, para ele, são:

*[...] interrupções no continuum do tempo biográfico e histórico. São operações que não podem ser classificadas, mas da mesma forma não podem ser ignoradas. Elas produzem fissuras no mundo interpretado. Fazem-se perceptíveis ao simultaneamente alterar a percepção.*<sup>28</sup>

Assim como as percepções estéticas, para Seel as experiências estéticas não se encontram apenas na arte. É nesse sentido que transporto sua afirmação para o jornalismo. Se percepções e experiências estéticas são fenômenos onipresentes, jornalistas podem então aceitá-los como inerentes à sua prática profissional. Afinal, vimos que o modelo tradicional de jornalismo estadunidense também estabelece efeitos de sentido, mesmo que ambicionando ser neutro e objetivo. Trata-se de proporcionar essas experiências estéticas no jornalismo de forma consciente e intencional.

Nessa direção também olha o filósofo estadunidense John Dewey (1934). Seu problema central é a restauração da continuidade entre a experiência estética e os processos de vida habituais. Dewey vê uma conexão estreita entre natureza e cultura. Para ele, a arte é um reforço dos prazeres do dia-a-dia, e obras de arte elevam “*as propriedades da experiência habitual ao espírito*”. Aqui, portanto, as defesas de Seel e Deweys sobre a inseparabilidade entre arte e vida cotidiana podem ser associadas com o mundo jornalístico. Minha tese é: reportagens devem ter caráter de acontecimento para serem efetivas. Se o jornalismo tem como meta a correção de injustiças e a contribuição para uma sociedade mais justa, jornalistas precisam possibilitar que os leitores realizem experiências com a leitura das reportagens. Sendo mais preciso: experiências estéticas, advindas da utili-

zação de linguagens da arte no jornalismo. É dessa forma que se pode motivar os leitores à ação, ou mesmo a uma compreensão mais empática do outro. A simples mudança de postura gerada pela relação empática pode permitir o surgimento de mudanças reais das relações sociais.

Um alerta, no entanto, precisa ser feito. Trata-se do risco de a defesa de emoções no jornalismo ser interpretada como uma sustentação do jornalismo sensacionalista. Entender minha argumentação dessa forma equivaleria a pular de um extremo a outro: enquanto o jornalismo tradicional foca sua atenção no objeto que retrata, nivelando todos os assuntos e eliminando a diversidade através de uma técnica padronizada de escrita que esquece que o leitor é um elemento ativo do processo, o jornalismo sensacionalista ignora as particularidades dos objetos que retrata e preocupa-se apenas em provocar emoções simples e fáceis no leitor. O equilíbrio – o meio do caminho – é exatamente o que defendo aqui: a busca de uma forma de jornalismo que se comprometa com os assuntos retratados e que estenda esse comprometimento à escolha criteriosa de formas narrativas que melhor correspondam ao tema.

Chegar a esse ponto de equilíbrio não é fácil. Às vezes, parece que estamos no caminho certo, mas um elemento mal calculado ou algo que nos escapa trai a boa intenção. Lembro aqui da crítica de Walter Benjamin àquele tipo de fotografia que superestiza a pobreza:

*Mas acompanhemos um pouco mais longe a trajetória da fotografia. Que vemos? Ela se torna cada vez mais matizada, cada vez mais moderna, e o resultado é que ela não pode mais fotografar cortiços ou montes de lixo sem transfigurá-los. Ela não pode dizer, de uma barragem ou de uma fábrica de cabos, outra coisa senão: o mundo é belo. (...) Em outras palavras, ela conseguiu transformar a própria miséria em objeto de fruição, ao captá-la segundo os modismos mais aperfeiçoados.*<sup>29</sup>

De fato, há incontáveis exemplos que se encaixam nesse modelo criticado por Benjamin, fotografias e trabalhos em outras mídias nos quais o tema é socialmente engajado, mas a forma de apresentá-lo está a serviço de valores conservadores. Nesse sentido, é altamente desejável a existência de um jornalismo sobre a pobreza que procure ao mesmo tempo, com suas escolhas narrativas, formular uma espécie de “estética da pobreza”. No meu ponto de vista, essa estética jornalística passa, entre outras coisas, por retratar a miséria de forma crua, sem maquiagens – tendo sempre em mente, claro, a preocupação de não expor excessivamente as persona-



gens retratadas. Uma missão extremamente difícil de ser executada.<sup>30</sup>

Como contraponto, trago aqui a discussão levantada por Pensold (2015) no capítulo sugestivamente intitulado “Poderosos retratos. Estética da Miséria”, em que se discute a obra do fotógrafo Sebastião Salgado, com frequência acusado de superestetizar a pobreza em seus trabalhos. Pensold cita o comentário do professor de fotografia Fred Ritchin:

*One wonders: if there were ugliness to the imagery, how could that be truer to those depicted? Perhaps ugliness would better represent their material conditions, suffering from drought and famine, but wouldn't it exacerbate their victimization and anonymity by defining them as no more than the sum of their external conditions? People living in disastrous circumstances can be as dignified, as beautiful, as anyone else. Or does their beauty, physical and spiritual, make their suffering that much more painful for us to watch, and could that be why some of us want to repudiate it as unbearable?*<sup>31</sup>

Esse pensamento é compartilhado com o escritor Eduardo Galeano, que assim se expressou sobre a obra do mundialmente conhecido fotógrafo brasileiro:

*Salgado's photographs, a multiple portrait of human pain, at the same time invite us to celebrate the dignity of humankind. Brutally frank, these images of hunger and suffering are yet respectful and seemly. Having no relation to the tourism of poverty, they do not violate but penetrate the human spirit in order to reveal it. Salgado sometimes shows skeletons, almost corpses, with dignity – all that is left to them. They have been stripped of everything but they have dignity. That is the*

*source of their ineffable beauty. This is not a macabre, obscene exhibitionism of poverty. It is a poetry of horror because there is a sense of honor.*<sup>32</sup>

Se a obra de Salgado se encaixa dentro daquilo que critico com base em Walter Benjamin, ou seja, se se trata de uma obra socialmente engajada a serviço de valores conservadores, ou se é justamente o contrário, uma “estética da pobreza” formulada conscientemente (com opções estéticas diferentes das minhas), é uma questão que prefiro deixar aberta. A discussão, no entanto, precisa ser feita, para que não se salte simplesmente de um dogma para outro.

Feita essa ressalva, afirmo que o caminho para experimentar possibilidades narrativas a serviço de um jornalismo engajado tem inúmeras bifurcações. As técnicas do jornalismo tradicional – que procuram retratar o mundo de uma forma objetiva através de estruturas fixas como o *lead*, a pirâmide invertida, citações entre aspas, fontes sumariamente apresentadas, escassez de adjetivos – são um produto histórico do positivismo, da invenção do telégrafo e do surgimento das grandes agências de notícia, refletindo ainda a estética realista-naturalista da segunda metade do século 19. Mas os tempos em que vivemos são outros. McLuhan usa o termo “homem pós-literário” para designar as gerações contemporâneas, para as quais a predominância do texto escrito foi substituída pela multimodalidade sensorial e textual. Acrescente-se aí a importância da imersão, das redes sociais, da leitura hipertextual, da realidade virtual, das narrativas transmidiáticas como marcas do nosso tempo, e fica evidente que precisamos de histórias jornalísticas que contemplem essas particularidades contemporâneas e consigam comunicar as injustiças de sempre ao público de hoje.

---

Soumission de l'article : 30/06/2015  
Acceptation : 06/07/2016

## NOTAS

1. Bulhões, 2007: 70.
2. O modelo inaugurador dessa tradição ensaística é, naturalmente, a Poética de Aristóteles, que fundamentalmente se baseia na apresentação e discussão de argumentos, ideias e conceitos. Retórica é aqui o elemento crucial.
3. Ver, entre outros: Worden, 2015; Chute, 2016; Grünewald, 2013; Mickwitz, 2016; Duncan, 2016. O livro de Worden é uma coletânea de artigos de diversos autores dedicada à obra de Joe Sacco. A publicação organizada por Grünewald é uma antologia dos trabalhos apresentados na reunião anual de 2011 da sociedade alemã de pesquisadores de quadrinhos, contendo assim textos com compreensões muito divergentes sobre o que se pode chamar de quadrinho documental. Chute e Mickwitz não se restringem ao fenômeno Jornalismo em Quadrinhos, antes procuram entender a obra de diversos autores – entre eles, Joe Sacco – em seu aspecto documental. O livro organizado por Duncan, por sua vez, tem um viés bastante prático, pois sua proposta é ser um manual para candidatas a autores de reportagens em quadrinhos. Em resumo, essas obras se distanciam da abordagem deste ensaio. Ainda que se possa encontrar apontamentos sobre estética em partes específicas, são apontamentos secundários.
4. Sacco, 2012: XIII-XIV.
5. Pensold, 2015: 9-10. No original: “Angesichts seiner bürgerlich-demokratischen Traditionen folgt der Journalismus in seinem Wirken humanistischen Werten, er unterstützt die Emanzipation der Unterdrückten und betreibt die Kontrolle der Mächtigen als Programm. Ein zentrales Genre bildet die Sozialreportage, die es sich zur Aufgabe macht, soziale Ungerechtigkeit zu dokumentieren, um sie öffentlich anzuprangern. Sie ergreift offen Partei, letztlich auch unter Überwindung zeitgenössischer Objektivitätsdoktrinen, die den Journalismus darauf festzulegen trachten, möglichst neutral zu berichten, was sich ereignet. Eine Voraussetzung für diese programatische Parteinahme bildet die fundierte Kenntnis der gesellschaftlichen Zusammenhänge, basierend oft auf linken Gesellschaftsanalysen. Auf diesem ideellen Fundament, das im Wesentlichen im 19. Jahrhundert gelegt wird, baut im 20. Jahrhundert der Fotojournalismus auf. Er übernimmt das soziale Engagement, das aktive Eintreten für Unterdrückte und Unterprivilegierte, insbesondere für diejenigen, die unter Katastrophen und Kriegen leiden, sowie den Anspruch, einen gesellschaftlichen Wandel zum Besseren herbeizuführen. Er zeigt die gesellschaftlichen Missstände in seinen dokumentarischen Bildern auf, mit dem Ziel, in der Leserschaft emotionale Betroffenheit zu erzeugen und über den Hebel der Öffentlichkeit Druck auf die politisch Verantwortlichen auszuüben und so die bestehenden Verhältnisse zu verändern. Fotojournalismus bedeutet insofern in anrührenden Aufnahmen Partei zu ergreifen für Menschen und für die Menschlichkeit.”
6. Outro fator subjetivo que interfere no surgimento de notícias é, no caso de reportagens internacionais, a figura do *fixer*, em português insuficientemente traduzível como mediador. Trata-se de um morador local que ajuda o correspondente estrangeiro a apurar sua história, atuando como guia e tradutor e apontando e abrindo caminhos para o jornalista dentro da comunidade, caminhos aos quais o correspondente dificilmente teria acesso trabalhando sozinho. O *fixer* é uma pessoa com suas opiniões e ideologias, alguém pessoalmente envolvido com o tema a ser apurado pelo jornalista e, portanto, não pode ser considerado uma figura neutra dentro do processo de produção de notícias. Ainda assim, seu papel no jornalismo é frequentemente subestimado. Não para Joe Sacco, que publicou em 2003 um livro chamado *The Fixer*, no qual explora as contradições e a personalidade de um *fixer* que trabalhou para muitos jornalistas durante a Guerra da Bósnia. (Ver Sacco, 2005, com a ressalva de que o título da edição brasileira transporta o foco da figura para as histórias por ela contadas.) Em diferentes graus, há mediadores interferindo o tempo todo no processo jornalístico, inclusive no jornalismo local. Não se deve esquecer que boa parte das informações que um jornalista dispõe são obtidas de relatos de terceiros.
7. Sacco, 2012: XIII.
8. Pensold, 2015: 140-141.
9. Ibid.: 143.
10. Ibid.: 158.
11. Joe Sacco costuma refletir bastante sobre seu processo de trabalho, tanto dentro da própria narrativa jornalística em quadrinhos como em paratextos em prosa. Uma amostra altamente recomendável dessas reflexões é o longo prefácio que foi publicado em Palestina – edição especial (Sacco, 2011).
12. Paim, 2014.
13. Neste ensaio, utilizo o termo “pobreza” referindo-me predominantemente às condições de vida de uma parte da população a quem se nega ou se limita drasticamente o acesso a bens materiais e simbólicos. O sociólogo Jessé Souza (2009) ironicamente denomina “ralé” a camada social de brasileiros que vive nessas condições. Também ironicamente, embora estabelecendo outra relação de sentido, utilizo a expressão “jornalismo pobre”. Com esse jogo de palavras, chamo atenção para a carência simbólica e estética imposta pelo jornalismo tradicional a si mesmo. Esse “jornalismo pobre” é diametralmente oposto à proposta de jornalismo que defendo aqui, a qual denomino “estética jornalística da pobreza”. Essa estética é pautada pela riqueza de opções narrativas a disposição do jornalista que se debruça sobre o tema “pobreza”.
14. Trabalho disponível em <http://info.arte.tv/de/kawergosk-5-sterne-eine-comicreportage-von-reinhard-kleist>
15. Trabalho disponível em <http://info.arte.tv/de/refugees>
16. A reportagem Syrian Journey está disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-32057601>
17. Detalhes sobre o projeto podem ser lidos neste link: <http://meltonpriorinstitut.org/pages/textarchive.php5?view=text&ID=153&language=English>
18. Para a mesma revista também fiz minha primeira reportagem em quadrinhos. Juventude: em tempo de crescer é o retrato de um clube de futebol passando por dificuldades após ter vivido tempos áureos. O trabalho foi realizado com a quadrinista Ana Koehler e foi publicado na edição de ago./set. de 2010 da revista.
19. A apuração para o programa sobre invisibilidade social foi tão produtiva que decidimos estender o tema para dois episódios. O primeiro está disponível aqui: <http://sotaquesdobrasil.blogspot.de/2008/06/programa-n-3.html> O segundo, aqui: <http://sotaquesdobrasil.blogspot.de/2008/06/programa-n-4.html> A direção é do jornalista Leandro Lopes.
20. A reportagem está disponível em: <http://www.cartoonmovement.com/icomoc/54>
21. A reportagem está disponível em: <http://www.cartoonmovement.com/icomoc/38>
22. Disponível em: <http://www.bosoremsky.de/kachelmann.html>
23. Disponível em: <http://www.cartoonmovement.com/icomoc/11>
24. Disponível em: <http://www.cartoonmovement.com/icomoc/32>
25. Chute, 2016: 2.
26. Eco, 2001: 147.
27. Chute, 2016: 4.
28. Seel, 2004: 75. No original: “Ereignisse in diesem Sinn sind Unterbrechungen des Kontinuums der biographischen und historischen Zeit. Sie sind Vorgänge, die nicht eingeordnet, aber ebensowenig ignoriert werden können; sie erzeugen Risse in der gedeuteten Welt. Sie machen sich bemerkbar, indem sie zugleich das Bemerkten verändern.”
29. Benjamin, 1987 (1934): 128.
30. Cito um produto cultural que, na minha opinião, se aproxima disso, ainda que não seja jornalismo: o videoclipe de Alagados, da banda Paralamas do Sucesso: <https://vimeo.com/7048273>
31. Pensold, 2015: 153.
32. Ibid.: 154.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Archer, D., 2011, *The Nisoor Square Shootings*, <http://www.cartoonmovement.com/icomoc/11>
- Archer, D., 2013, *International Criminal Court: Global Deterrent or Paper Tiger?*, <http://www.cartoonmovement.com/icomoc/32>
- Benjamin, W., 1987 [1934], "O autor como produtor", *Magia e Técnica, Arte e Política*, trad. Sergio Paulo Rouanet, São Paulo, Editora Brasiliense, pp. 120-136.
- Bulhões, M., 2007, *Jornalismo e literatura em convergência*, São Paulo, Ática, pp. 62-82.
- Chute, H. L., 2016, *Disaster Drawn: Visual Witness, Comics, and Documentary Form*, London, Belknap Press, pp. 1-7.
- Dewey, J., 1989 [1934], "Art as Experience", in Boydston, J. (Ed.), 1989, *The Later Works, 1925-1953. vol. 10*, Carbondale, Southern Illinois University Press, pp. 17-71.
- Doré, G., Jerrold, B., 2005 [1869], *London: A Pilgrimage*, Londres, Anthem Press.
- Duncan, R., Taylor, M. R., Stoddard, D., 2016, *Creating Comics as Journalism, Memoir, and Nonfiction*, New York, Routledge.
- Dutra, A. A. C., 2003, *Jornalismo em quadrinhos: a linguagem quadrinística como suporte para reportagens na obra de Joe Sacco e outros autores*, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ/ECO.
- Eco, U., 2001, "Leitura de Steve Canyon", *Apocalípticos e integrados*, São Paulo, Editora Perspectiva, pp. 129-180.
- Fuser, I. (Ed.), 1996, *A arte da reportagem - volume I*, São Paulo, Scritta.
- Grünewald, D. (Ed.), 2013, *Der dokumentarische Comic - Reportage und Biografie*, Essen, Ch. A. Bachmann Verlag.
- Igort, 2010, *Quaderni ucraïni - Memorie dai tempi dell'URSS*, Milano, Mondadori.
- McLuhan, M., 1997 [1953], "Culture Without Literacy", in Moos, M. A. (Ed.), *Media research - technology, art, communication*, Amsterdam, OPA, G+B Arts International.
- Mickwitz, N., 2016, *Documentary Comics: Graphic Truth-Telling in a Skeptical Age*, New York, Palgrave Macmillan US.
- Paim, A., Ortiz, B., 2013, *So close, faraway!*, <http://www.cartoonmovement.com/icomoc/54>
- Paim, A., 2014, "A personagem-fonte no Jornalismo em Quadrinhos: entre a ficção e a não-ficção", in Reis, C., Henriques, M. das N. (Eds.), *Revista de Estudos Literários - no 4*, Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Pensold, W., 2015, *Eine Geschichte des Fotojournalismus - Was zählt, sind die Bilder*, Wiesbaden, Springer VS, pp. 9-10, 140-158.
- Radl, L., 2012, *Chicago is my kind of town*, <http://www.cartoonmovement.com/icomoc/38>
- Riis, J. A., 1897, *How the other half lives: studies among the tenements of New York*, New York, Harvard University - Collection Development Department, Widener Library, HCL, Charles Scribner's Sons.
- Roob, A., 2014, "Dorés London. Ein Meta-Report", in Glasmeier, M. (Ed.), *Strategien der Zeichnung. Kunst der Illustration*, Hamburg, Textem.
- Sacco, J., 2005, *Uma história de Saravejo*, São Paulo, Conrad.
- Sacco, J., 2011, *Palestina - edição especial*, São Paulo, Conrad.
- Sacco, J., 2012, *Journalism*, New York, Metropolitan Books, pp. XI-XIV.
- Sacco, J., Hedges, C., 2014, *Days of Destruction, Days of Revolt*, New York, Nation Books.
- Seel, M., 2004, "Über die Reichweite ästhetischer Erfahrung - fünf Thesen", in Mattenklott, G. (Ed.), *Ästhetische Erfahrung im Zeichen der Entgrenzung der Kunst*, Hamburg, Felix Meiner Verlag, pp. 73-81.
- Sillesen, L., Ip, C., Uberti, D., 2015, *Journalism and the power of emotions*, [http://www.cjr.org/analysis/journalism\\_and\\_the\\_power\\_of\\_emotions.php](http://www.cjr.org/analysis/journalism_and_the_power_of_emotions.php)
- Soremsky, B., 2011, *Der Kachelmann-Prozess*, <http://www.bosoremsky.de/kachelmann.html>
- Souza, J., 2009, *A Ralé Brasileira*, Belo Horizonte, UFMG.
- Wallraff, G., 2009, "Unter null - Wie leben Obdachlose in Deutschland?", *Die Zeit*, 05/03/2009, <http://www.zeit.de/2009/11/Wallraff-11>, versão em vídeo: <https://vimeo.com/20403566>
- Wolfe, T., 2005, *Radical Chique e o Novo Jornalismo*, trad. José Rubens Siqueira, São Paulo, Companhia das Letras.
- Worden, D. (Ed.), 2015, *The Comics of Joe Sacco: Journalism in a Visual World*, Jackson, University Press of Mississippi.

**Pt** A objetividade jornalística como a conhecemos hoje, tornada visualizável e palpável na estrutura do texto jornalístico padrão, é um produto do positivismo, da estética naturalista-realista, da invenção do telégrafo e do crescente processo de industrialização da segunda metade do século 19, cujas características o jornalismo assimilou. Essas características industriais do jornalismo estabeleceram-se devido às suas utilidade e aplicação: ainda hoje, o grau de objetividade aparente das notícias é um importante parâmetro para a construção da credibilidade de um veículo jornalístico, bem como para a medição do valor de diferentes veículos. Credibilidade é o capital simbólico acumulado por empresas e jornalistas e usado na competição com outros jornalistas e outras empresas. Entretanto, quando se tenta maquiagem as subjetividades envolvidas no processo de produção de uma notícia, surge um efeito colateral: toda a diversidade dos temas de interesse público precisa ser eliminada para se encaixar em um molde único. Neste ensaio, analiso o que se perde ao se utilizar a estrutura fixa do texto jornalístico padrão e investigo os danos para o exercício cidadão do jornalismo. Um desses danos advém da perspectiva narrativa. Ao ser obrigado a narrar sua notícia em terceira pessoa, o jornalista tradicional dá a impressão de não ter participação alguma nos efeitos de sentido da sua notícia. Outra técnica do jornalismo tradicional posta em questão é o modo de apresentar as fontes. Nunca vistos como indivíduos, textualmente os entrevistados tornam-se fontes atuando como recursos discursivos, cujo objetivo último é construir o efeito de sentido de autoridade. O jornalismo convencional também enfrenta enormes dificuldades na hora de tratar das camadas sociais mais excluídas. São dificuldades proporcionadas pela sua própria estrutura organizacional e narrativa e que, portanto, não podem ser superadas quando se usa o método tradicional de se contar histórias no jornalismo. Ao querer ser neutro na abordagem de temas sociais, esse jornalismo distancia o leitor do tema da notícia, transforma pessoas e histórias de vida em dados e estatísticas, não permite que o leitor sinta empatia, estabelece um muro artificial, na medida em que dá a impressão que leitor e entrevistado nunca poderão trocar de posição. É um jornalismo a serviço da manutenção da desigualdade, pois não mobiliza o leitor a uma melhor compreensão da realidade social. A partir dessas reflexões, proponho uma libertação do modelo jornalístico estadunidense através da incorporação de técnicas narrativas da literatura e de elementos estéticos advindos de diversos campos artísticos. Focando em experiências do Jornalismo em Quadrinhos – incluindo um relato do processo de elaboração da reportagem *So close, faraway!* –, defendo que uma narrativa jornalística que proporcione experiências estéticas tem um poder transformador, ao gerar empatia e estimular o leitor à ação ou, ao menos, a uma compreensão mais ampla das alteridades.

**Palavras-chave:** jornalismo literário, jornalismo em quadrinhos, estética, empatia, reportagem social.

**En** Journalistic objectivity as it is known today—made viewable and palpable through the standard journalism textual structure—is a product of a positivist, naturalist-realist aesthetic, of the invention of the telegraph and the growing process of the industrialization from the second half of the 19th century, whose characteristics journalism has assimilated. These industrial characteristics of journalism remain today and continue to require a degree of apparent objectivity as an important parameter for the construction of credibility of a news vehicle and for measuring the utility and applicability of different vehicles. Credibility is the symbolic capital accumulated by companies and journalists and used in the competition with other journalists and companies. However, there is a side effect in trying to report the subjectivities involved in the news production process: the diversity of issues of public interest must be eliminated to fit into a single mold. In this essay, I analyze what is lost when the fixed structure of the standard journalistic text is used, and I investigate the damages to the citizen practice of journalism. One of these damages stems from the narrative perspective. Constrained to tell their stories in the third person, traditional journalists give the impression of not participating in the effects of meaning produced by their news items. Another technique traditional journalism calls into question is how to introduce sources. Never seen as individuals, the inter-

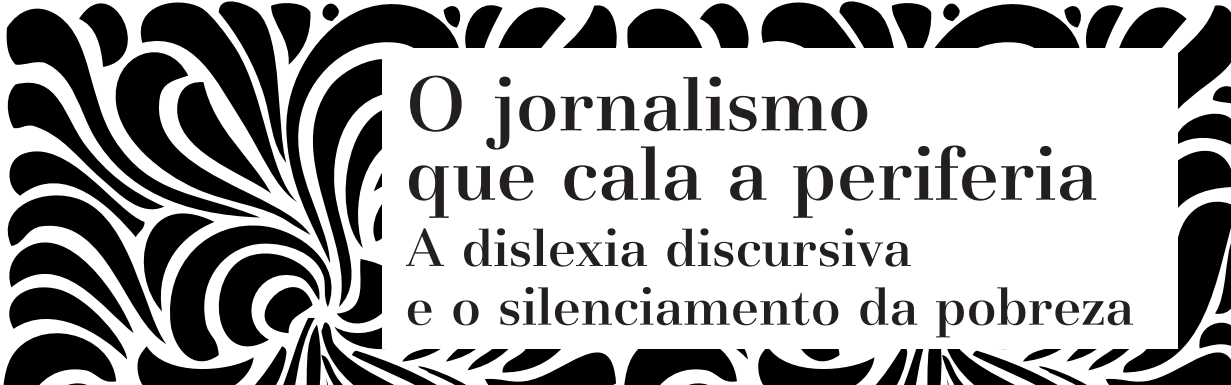


viewed become sources acting textually as discursive resources, whose ultimate goal is to build a sense of authority. Conventional journalism also faces enormous difficulties when dealing with the most excluded social groups. These difficulties arise from its inherent organizational and narrative structure and cannot therefore be overcome with the traditional method of storytelling in journalism. In an attempt to approach social issues neutrally, this kind of journalism distances the reader from the news theme, transforming people and life stories into data and statistics, disallowing the reader to feel empathy, and establishes an artificial wall (since it gives the impression that reader and interviewee may never change their positions). It is a journalism in service of maintaining inequality because it does not engage the reader in acquiring a better understanding of social reality. With these reflections as a starting point, I propose to move away from the American journalism model through the incorporation of narrative techniques from literature and aesthetic elements from different artistic fields. Focusing on experiences of “comics journalism”—including an account of the creation process of *So close, faraway!*—, I sustain the argument that a journalistic narrative that provides aesthetic experiences has a transformative power because it generates empathy and encourages the reader to action, or at least to a broader understanding of otherness.

**Keywords:** literary journalism, comics journalism, aesthetics, empathy, social reportage.

**Fr.** L’objectivité journalistique telle qu’envisagée aujourd’hui — et rendue visible et palpable à travers la structure textuelle standardisée du journalisme — est un produit d’une esthétique positiviste et naturaliste-réaliste, de l’invention du télégraphe et du processus croissant d’industrialisation de la seconde moitié du XIXe siècle, dont le journalisme a assimilé les caractéristiques. Ces caractéristiques industrielles du journalisme demeurent aujourd’hui et continuent d’exiger un degré d’objectivité apparente comme paramètre important pour la construction de la crédibilité de l’information véhiculée et pour mesurer l’utilité et l’applicabilité de différents véhicules. La crédibilité est le capital symbolique accumulé par les entreprises et les journalistes et utilisé dans la compétition dont ils font partie. Cependant, il y a un effet secondaire lorsque l’on tente de mettre en évidence les subjectivités dans le processus de production des nouvelles : la diversité des questions d’intérêt public doit être éliminée pour se conformer à un seul modèle. Dans cet article, j’analyse ce qui disparaît lorsque la structure fixe du texte journalistique standard est utilisée, et j’étudie les dommages causés à la pratique citoyenne du journalisme. Un de ces dommages est lié à la perspective narrative. Étant obligés de raconter leurs histoires à la troisième personne, les journalistes traditionnels donnent l’impression de ne pas participer aux effets de sens produits par leurs nouvelles. Une autre technique que le journalisme traditionnel met en question est la façon d’introduire des sources. Jamais considérés comme des individus, les interviewés deviennent des sources agissant textuellement comme des ressources discursives, dont le but ultime est de construire un sentiment d’autorité. Le journalisme conventionnel est également confronté à d’énormes difficultés lorsqu’il s’agit d’aborder les groupes sociaux les plus exclus. Ces difficultés sont fournies par sa propre structure organisationnelle et narrative ; par conséquent, elles ne peuvent être surmontées par la méthode traditionnelle de narration journalistique. Désireux d’être neutre dans l’approche des problèmes sociaux, ce genre de journalisme distancie le lecteur du thème évoqué, il transforme les personnes et les récits de vie en données et statistiques, ne permet pas au lecteur de ressentir de l’empathie et établit un mur artificiel (en donnant l’impression que le lecteur et l’interviewé ne changeront jamais de position). C’est un journalisme au service du maintien de l’inégalité, car il ne mobilise pas le lecteur pour acquérir une meilleure compréhension de la réalité sociale. En prenant ces réflexions comme point de départ, je propose une sortie du modèle journalistique nord-américain en incorporant des techniques narratives provenant de la littérature et des éléments esthétiques de différents domaines artistiques. En mettant l’accent sur les expériences du BD reportage — y compris un compte rendu du processus de création de *So close, faraway!* —, je défends l’argument selon lequel un récit de journalisme qui fournit des expériences esthétiques a un pouvoir transformateur car il génère de l’empathie et encourage le lecteur à l’action, ou du moins à une compréhension plus large de l’altérité.

**Mots-clés :** journalisme littéraire, BD reportage, esthétique, empathie, reportage social.



# O jornalismo que cala a periferia A dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza

*Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam? (Primo Levi)*

MÔNICA C. P. SOUSA

Pós-doutoranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Brasil

monica.cpsousa@gmail.com



m 2005, durante o Fórum Mundial Social em Buenos Aires, Boaventura de Sousa Santos falou sobre a emancipação social e dentre as abordagens dele, uma chama a nossa atenção: “Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas”. (Santos, 2007: 20).

E o caminho pelo qual enveredamos neste artigo pretende problematizar as discrepâncias entre a teoria e a prática jornalísticas – ou mais precisamente, a maneira astuta como a articulação entre ambas cria um confortável respaldo às empresas jornalísticas, na qual os rituais jornalísticos se tornam forças estratégicas, e contrariam a essência “social” que esses rituais de objetividade, imparcialidade e verdade dizem defender. O que propomos neste trabalho é apresentar como o que chamamos de dislexia discursiva assegura ao jornalismo a potência das estratégias de manutenção não apenas de um *status quo* “subalterno”, no qual os moradores da periferia estão imersos em sua historicidade midiática, como

#### **Pour citer cet article**

#### **Référence électronique**

Mônica C. P. Sousa, « O jornalismo que cala a periferia. A dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournisme.org/rev>

também a legitimação de consensos se torna uma forma de imobilizar resistências.

Desde 2009, o Rio de Janeiro começou a promover reformulações urbanas dentro de um projeto de qualificação para sediar grandes eventos mundiais. A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 se tornaram justificativas cruciais para mudanças estruturais na cidade, relacionadas à mobilidade urbana e à remodelação estética. Tais transformações irão desembocar numa série de consequências sociais e políticas para os moradores das áreas periféricas que serão removidos de suas moradias. No meio desse emaranhado do que se convencionou chamar de “reurbanização” tornou-se urgente redefinir o título de “cidade partida”, que há décadas se tornara um chavão para expressar as discrepâncias socioeconômicas do Rio de Janeiro. Pensar uma cidade não partida pressupunha transformar a cidade em um uníssono de “Somos um Rio”, conforme apreçoam os slogans das propagandas municipais.

O subúrbio (cuja designação no Brasil está associada às áreas de degradação física e social), então, se torna a bola da vez das estratégias da nova cidade integrada, e tais transformações colocam a periferia na agenda midiática da imprensa. Neste trabalho, apresento uma análise discursiva da produção de sentido da proposta governamental de integração da cidade do Rio de Janeiro a partir das remoções de famílias pobres. Para isso, apontamos algumas matérias de destaques de 2010 a 2013 na editoria de Cidade do jornal *O Globo*, de veiculação nacional e com tiragem de 333.860 exemplares diariamente, segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ) em 2014. São elas: “Prefeitura removerá 119 favelas”, “Illegalidade perde terreno”, “Madureira: brilha a estrela da Central”, “BRTs: a maioria das indenizações é paga em juízo”, “Expansão do Parque Madureira deverá começar em fevereiro”, “BRTs na berlinda”.

Vale salientar que esta pesquisa não se propõe a um tratado sobre remoções. E tampouco é uma denúncia de que o jornalismo direciona os sentidos – partimos disto como uma constatação para buscarmos compreender a complexidade do processo desencadeado pela cobertura jornalística na relação entre o poder público e cidadãos de áreas pobres. Sendo assim, do ponto de vista metodológico, trabalharemos com a questão do interdiscurso, do diálogo e do silenciamento tomados pela Análise do Discurso em Bakhtin e Orlandi.

Dito assim, as ilusões, o esquecimento e a memória são partes fundamentais e indissociáveis do interdiscurso, dos efeitos da ideologia nas nossas significações.

*O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 1999:32)*

Nesse discurso que sedimenta encontramos também os indícios de rupturas que deslocam os sentidos e os pressupostos de significação. Por um lado, o sujeito na AD é determinado historicamente e se constitui junto ao discurso simultaneamente, durante o ato de dizer – o que demonstra a importância das Formações Discursivas de Foucault (FD’s) que constituem o lugar do qual se diz algo.

Se, como acredita Orlandi (1999), os discursos se relacionam com outros na construção dos sentidos, é constitutivo que a relação de força sustentada pelo poder interfira sobremaneira nos diferentes lugares de onde partem os discursos – “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 2007: 39) – no caso, aqui, dos sentidos expressos no jornalismo. A questão é a compreensão de como se configuram os espaços da cidade que demarcam esses “lugares”, no sentido de poder de fala; ou seja, que lugares ocupam a periferia e os pobres moradores de tais áreas.

---

#### IMPRENSA E NEGOCIAÇÃO DA REALIDADE: LEGALIDADE

---

Em 08 de janeiro de 2010, o texto da reportagem “Prefeitura removerá 119 favelas» traz um levantamento das favelas que serão removidas e de outras, naquele momento, em processo parcial de remoção. Os dados, apresentados em números, são corroborados pelas falas do então secretário de Habitação, Jorge Bittar, e do prefeito Eduardo Paes. Entre as cinco inserções de Jorge Bittar, destacamos uma: “Os reassentamentos são feitos num processo de amplo diálogo com as comunidades. Nada será feito de maneira truculenta ou desrespeitosa – garante Bittar. – Primeiro entramos em contato com os líderes comunitários; depois fazemos um cadastramento e oferecemos alternativas de moradia às famílias”.

Destacamos a fala do prefeito Eduardo Paes, única fonte da matéria além de Bittar: “- área de risco no Rio não vai ter mais. Vai sair, com dignidade, diálogo, indenização e aluguel social. Não vamos admitir que, a qualquer chuva, o prefeito não consegue (sic) dormir achando que pode alguém morrer em deslizamentos. Tem que acabar com a demagogia e retirar”.

Em seguida, a matéria nos traz uma retransmissão com o título “*Pacificação, urbanização e choque de ordem – especialistas acham que poder público está no caminho certo*”. E nessa retransmissão se torna mais clara a ardilidade com a qual se constrói desde o início os sentidos das obras de “integração” da cidade. Vejamos o lead:

*Especialistas e representantes de moradores de favelas veem com bons olhos a estratégia adotada pelo poder público de conjugar ações de ocupação policial, remoção, urbanização e choque de ordem. Segundo eles, esse é o caminho a ser trilhado para a retomada, pelo estado, dos territórios dominados pelos traficantes e milicianos. Os especialistas ressaltam, contudo, que o processo precisa ter participação popular para se efetivar. (O Globo, 08 de janeiro de 2010) (grifo nosso)*

A astúcia discursiva em afirmar tais opiniões em sintonia com as ações do poder público leva a crer que tais falas são, além de condizentes com o poder público, acrílicas. Os especialistas apregoados na retransmissão são quatro. De tais falas, apenas duas aparecem no discurso indireto: são exatamente as duas falas em que há contraponto ao que é afirmado como “caminho certo” do poder público – lembrando em que apenas uma há representante de moradores.

O arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães destaca a importância das ações implementadas. Para ele, o ideal é que essas iniciativas sejam conjuntas:

*– Estamos no caminho certo. A luta deve ser pela universalização do processo de retomada dos territórios. E tem de ser estendida aos grandes complexos. A retomada dos territórios é essencial para a cidadania.*

*A presidente da Sociedade de Engenharia e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro, Carmem Petraglia, destaca que a integração permite a otimização dos esforços e gastos, mas é preciso ouvir os moradores:*

*– As ações estão no sentido correto. O que é preciso é alinhá-las. Toda a parte de engenharia, de obras, tem que envolver questões econômicas, sociais, culturais e de segurança.*

*Para o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), o cientista político Geraldo Tadeu Monteiro, as ações coordenadas de choque de ordem, urbanização e ocupação policial são positivas, mas devem ser acompanhadas da implantação de*

*serviços públicos essenciais, como escolas e postos de saúde. Já o presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, Rossino de Castro Diniz, defende que as famílias removidas de áreas de risco sejam reassentadas nas próprias comunidades. (O Globo, 08 de janeiro de 2010) (grifo do autor)*

A reportagem “A ilegalidade perde terreno”, 29 de janeiro de 2011, aborda a questão das remoções das favelas e do discurso da legalidade. A abertura da reportagem aponta o encolhimento das áreas ocupadas por favelas no Rio de Janeiro, entre elas a Vila das Torres, em Madureira – cuja retirada faz parte da construção do Parque Madureira<sup>1</sup>; e de acordo com a matéria em questão, a favela, que ocupava uma área de 32 mil m<sup>2</sup>, passou a ter aproximadamente 19 mil m<sup>2</sup>.

*A área ocupada por favelas na cidade está diminuindo. A constatação é de técnicos do Instituto Pereira Passos, que analisaram o levantamento aerofotográfico do Rio. Realizado pela Prefeitura, o trabalho revela que, pelo segundo ano consecutivo, as comunidades perderam terreno. De acordo com os técnicos, as imagens mostram que cerca de 392 mil metros quadrados de terrenos ocupados de forma irregular foram recuperados nos dois últimos anos. Um espaço equivalente a 47 campos de futebol bem distribuídos por todas as áreas da cidade. Segundo o prefeito Eduardo Paes, o fato é inédito e seria uma consequência direta da política de reassentamento de famílias que moram em área de risco. (O Globo, 30 de janeiro de 2011) (grifo do autor)*

Embora não seja mencionado, em momento algum da reportagem acima, em 2011, os moradores organizaram uma manifestação em repúdio à remoção, conforme aponta o jornal Nova Democracia. Na edição de n.67 de julho de 2010, o jornal traz a reportagem “9.633 moradias serão derrubadas por Paes e Cabral”. No texto, uma imagem mostra moradores da Vila das Torres com o cartaz “Comunidade Vila das Torres. Madureira é meu lugar. Prefeito cumpra a lei. Não à remoção”.

Outra questão que chama atenção é a ambiguidade que o termo “recuperado” usado na matéria suscita. A polissemia (Orlandi 2007) dos sentidos nas retiradas das favelas é categorizada em diferentes frentes de significados. Se, por um lado, “recuperado” assume o viés de algo doente que é tratado, por outro, há o flerte com o significado da integração, que pode ser associado à recupe-



ração pela cidade: é a favela e seus moradores se tornando parte integrante. E a matéria continua:

*Paes [prefeito do Rio de Janeiro] afirmou que, desde 2009, 6.800 famílias de 80 comunidades foram retiradas de áreas ameaçadas. Desse total, 3.100 teriam sido reassentadas com a ajuda de programas como o Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. O restante já teria sido indenizado ou estaria recebendo aluguel social. Ele prometeu que, até 2012, essa política de reassentamento, associada a uma série de outras medidas, vai permitir a recuperação de 3,5% da área ocupada pelas favelas no Rio no início do seu mandato.*

– *Há muita coisa acontecendo neste momento, o que me dá tranquilidade para dizer que, no ano que vem, a redução vai ser ainda maior. Mas o mais interessante é que não se trata de uma política de remover e jogar em qualquer lugar. Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso usar a força do poder público. Mas fizemos tudo com muita negociação – afirmou o prefeito.*

*De acordo com o IPP, levantamentos semelhantes realizados anteriormente vinham registrando o aumento das áreas ocupadas de forma irregular.*

– *Pela primeira vez na história da cidade, conseguimos registrar uma redução na área de favelas. Mas não é só isso. Desde 2009, não há registros do surgimento de novas favelas. Aqui você tem também uma mensagem muito clara, que é a de que a gente não vai tolerar invasão na cidade. (O Globo, 30 de janeiro de 2011)*

E mais. Complementando a matéria, há uma retranscrição que também chama atenção e que nos encaminhou para a compreensão do que chamaremos de dislexia discursiva. A retranscrição “A difícil adaptação – vida em condomínio pode ter dificuldade” traz um balanço da nova realidade dos moradores que foram “reassentados”. Vejamos os argumentos:

*Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um ganho. No entanto, o trajeto entre os barracos amontoados em favelas e os apartamentos distribuídos pelo programa Minha Casa, Minha Vida pode ser mais tortuoso que o esperado. Pouco acostumadas aos deveres da vida em condomínio, algumas famílias reassentadas demoram a se adaptar*

*à nova condição de proprietárias. E sem traquejos para resolver problemas cotidianos, cobram soluções da prefeitura.*

*(...) O problema pode ser visto no condomínio Vivendas Ypé Amarelo, em Realengo, mais conhecido como Urubulengo. Em abril de 2010 o lugar recebeu 229 famílias de casas que foram interditadas por estarem em área de risco na Favela do Urubu em Pilares. Ali, pessoas como Regina de Jesus, 37 anos, tentam reconstituir num apartamento de dois quartos a vida que deixaram para trás. Ela, assim como outros moradores, elogia a infraestrutura, mas reclama do comportamento dos vizinhos que não respeitam as regras de convivência. Há ainda quem reclame do custo do condomínio, do preço dos serviços de luz e gás. Além é claro da distância de cerca de 16 quilômetros que separa o condomínio de Pilares. (...) (O Globo, 30 de janeiro de 2011)*

A matéria não tem inserção direta da fala da moradora ou de nenhum outro morador. Por mais dois parágrafos, o texto traz outra fala do então secretário de habitação, Jorge Bittar, de forma indireta; e, no último parágrafo, a fala direta do secretário apontando como a prefeitura intermedia a relação entre os moradores de todos os condomínios com ações sociais de geração de emprego e educação.

O texto em poucas linhas tem uma ruptura, um deslize em seu traçado discursivo. Tal deslize não se dá na fala de uma fonte que se coloca como sujeito de sua condição; o que podemos perceber aqui são alguns meandros do jogo de sentido. Em primeiro momento um jogo de palavras, no qual o jornal abre o texto principal da reportagem para a ilegalidade de uma moradia em favelas – e na legalidade da educação do saber morar. Os parâmetros do que é civilidade, e a urbanidade que isso pressupõe, impõe uma sobreposição não apenas a formas alternativas de moradia, mas principalmente de comportamento do que isso implica.

Noutra questão, olhando pelos parâmetros “técnicos” do jornalismo, a escolha das vozes que se pronunciam traz, nessa reportagem, uma reprodução de muitos outros relatos do jornal sobre a proposta de integração da cidade – e todo o arcabouço que implica ser integrado. O jornal, então, escolhe como fonte da verdade a fala do então secretário Jorge Bittar, representante da fala oficial da prefeitura. Além de escolhê-lo como fonte, a estrutura da reportagem assume como verdade a tese do secretário; além de legitimar a fala do prefeito Eduardo Paes, que dá a dica de como as relações se estabelecem: “*Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito*

à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso usar a força do poder público”. (*O Globo*, 30 de janeiro de 2011).

A falta de traquejo para problemas cotidianos, o pouco costume aos deveres da vida em condomínios, e a mudança de barracos amontoados para apartamentos se misturam às reclamações de vizinhos inoportunos; dos pagamentos do condomínio, de luz e de gás, e da distância do antigo lugar de moradia. Essas são, em poucas e resumidas palavras, as oposições, para o jornal, que separam o trabalho das políticas de reassentamento das ações dos reassentados. O “ganho” de entrar na cidade formal como aponta o jornal (*“Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um ganho”*) se contrapõe às práticas inadequadas dos novos e “contemplados” cidadãos da cidade legal.

As remoções e os transtornos que geram são simplificados num “balaio de gato só”, o que reduz a complexidade que poderia haver nesse processo. A moradora, Regina de Jesus que se mudou de Pilares para Realengo, é a única fonte da matéria que não é oficial. Sua entrevista é apresentada no discurso indireto e as críticas são alocadas todas de uma só vez, como se fossem equiparadas. As questões caras aqui são: o jornal efetivamente está ouvindo a moradora? Em que medida as reclamações se tornam críticas? Tal ordenamento discursivo do jornal obedece aos preceitos de ouvir os dois lados – o que garante ao jornalismo consagrar a imparcialidade requerida – mas apenas superficialmente. É um parecer ouvir, um parecer falar sobre o problema.

---

#### O JORNALISMO E A PRODUÇÃO DE SILÊNCIOS

---

Vale ressaltar aqui a imagem que retrata a tranca. Nela, três moradoras exibem sua nova sala e a legenda diz: *“Regina (sentada) e família: De uma favela para um conjunto em Realengo”*. O que presenciamos é a superficialidade em pluralizar a discussão em torno das remoções, ao equiparar as reclamações: reclamar do pagamento das taxas condominiais, do gás e da luz por entrar na “cidade formal” retira o olhar crítico para a questão chave das remoções: a mudança do local de origem, os laços de pertencimento, o trabalho, a família – *“Há ainda quem reclame do custo do condomínio, do preço dos serviços de luz e gás. Além é claro da distância de cerca de 16 quilômetros que separa o condomínio de Pilares”*.

Discursivamente, a estratégia minimiza um aspecto importante ao não gerar questionamentos sobre as práticas de remoções – mas apenas da nova vida que “é um ganho”. Tal direcionamento

discursivo desliza sobre o que parece não existir (a insatisfação contundente dos moradores que foram “reassentados” em locais muito longe das moradias) e é ardiloso na forma com que organiza a minimização crítica da fala do outro, do tal outro lado da história que o jornalismo insiste em “ouvir”. Essa matéria se articula a outras sobre remoções que resvalam no subúrbio de maneira mais abrangente.

Algo que se repete constantemente nas reportagens é o jornalismo palanque de um consenso de cidade, de um consenso de forma de gerir o espaço urbano – e disso, o arcabouço de práticas de gerência do espaço que vai desembocar nas ações destinadas aos cidadãos moradores de tais regiões.

O silenciamento do contraste de opiniões sobre as condições “integradoras” das mudanças urbanas “inevitáveis ao progresso” é o recado da imprensa à ineficiência do discurso integrador que elabora para o projeto de subúrbio – cujas bases são políticas e reproduzidas por *O Globo*. Só para termos uma ideia, embora nossa proposta não seja aqui expor repetitivamente o “mais do mesmo” das matérias sobre a questão da integração, o reforço de tais aspectos é um jeito que consideramos eficaz de registrar o quanto o jornalismo repete práticas e caminhos discursivos como mantras de silenciamento. Assim, os moradores dos novos condomínios são apresentados como “incapazes de vida civilizada”: ou não aparecem ou têm a fala trabalhada como em um jogo para a construção capciosa do sentido.

Outra matéria que destacamos é *“Madureira: brilha a estrela da Central”* (*O Globo*, 29 de outubro de 2013) que tem como complemento, os dois lados da questão das remoções sob a alcunha de *“Retirada das pessoas”* com a proposta de diálogo de duas falas especializadas sobre o assunto. De um lado, o texto enviado pelo prefeito Eduardo Paes cujo título *“Transtorno para uns, benefícios para a maioria”* contrasta com o título da pesquisadora Raquel Rolnik que é taxativo: *“Debate sobre mudança e compensação não ocorreu”*.

A matéria detalha as mudanças “benéficas” pelas quais passam as áreas periféricas, aqui exemplificadas com a obra do Parque Madureira, em Madureira. Com o subtítulo *“De 2010 até este ano, valor do metro quadrado subiu 104% para novos empreendimentos”*, o jornal aponta como o bairro se transforma por causa dos incentivos do poder público neste processo de gentrificação.

O parque é apenas um desses fomentos, embora seja o que deflagrou Madureira<sup>2</sup> como pauta midiática, e que trouxe a reboque a “valorização” imobiliária e novos empreendimentos comerciais e

residenciais, além de indicativo de melhorias para outros oito bairros suburbanos que serão recortados pelo parque. Mas tais transformações têm um custo: desapropriações, indenizações, mudanças na circulação viária, dentre muitos outros aspectos.

Nesse ponto, entram as duas falas coordenadas opostas que estão abaixo da matéria principal com o rótulo de “Retirada de pessoas”. A fala do prefeito:

*Não dá para fazer investimentos em mobilidade urbana sem desapropriações, especialmente em antigos bairros onde as ruas são estreitas e há um adensamento dos espaços. Apesar disso, nós fugimos o quanto pudemos das desapropriações dos BRTs nas zonas Norte e Oeste que tivessem o menor impacto possível, que levassem ao menos números de retirada de imóveis. (...) São obras que estão fazendo com que os bairros voltem a ser atraentes como moradia. Embora causem impacto na vida de quem teve que deixar a sua casa, os benefícios para o bairro como um todo são visíveis (...).* (Paes, 29 de outubro 2013, *O Globo*)

A fala da pesquisadora Raquel Rolnik:

*O direito a moradias tal como estabelecido nos tratados internacionais do qual o Brasil é signatário estabelece claramente como devem ser implantados projetos que envolvam remoções, em suas várias etapas, já que remoções são sempre momentos com potencial de envolver violações de direitos. Em primeiro lugar, é necessário discutir publicamente o projeto, especialmente com as pessoas diretamente afetadas. Ou seja, a pergunta é: essa obra é realmente necessária? Este é seu melhor desenho? Que medidas devem ser tomadas para minimizar o impacto do número de famílias ou casas a serem removidas? Este debate público simplesmente não ocorreu com as comunidades afetadas em nenhum dos planos atuais da prefeitura do Rio em relação aos BRTs e nem em relação à Zona Portuária. Os projetos não foram debatidos com ninguém (...).* (Rolnik, 29 de outubro de 2013, *O Globo*)

Não há comentário para as falas acima. Apenas são colocadas sem questionamentos de ambos os lados. A questão é o silêncio para as muitas reclamações quanto às desapropriações. Embora nosso trabalho foque no jornal *O Globo*, é necessário compreender que manifestações e ações contrárias às desapropriações e que questionavam valores e a consequente troca de moradia de muitos dos mora-

dores e de dos bairros que estavam nos trajetos das BRTs<sup>3</sup>.

As questões das indenizações, das remoções e das desapropriações são sempre pontos pouco explorados nas matérias pesquisadas do nosso recorte; embora haja muitos movimentos contrários às remoções e desapropriações<sup>4</sup>. O que problematizamos aqui é como a construção do sentido se desnuda porque mostra o enquadramento, a perspectiva para qual se olha e que deixa em mostra a possibilidade de reorganizar os significados – que nesse caso, saem da cristalização à solvência.

É pelas matérias sobre as obras viárias que fica mais claro em que base se organiza o discurso da relação entre o subúrbio e a cidade com a mediação do poder público e a imprensa. Com a manchete “BRTs: a maioria das indenizações é paga em juízo” (28 de maio de 2011), a reportagem destaca o imbróglgio das ações ajuizadas por moradores descontentes com os valores pagos pelas indenizações e afirma que pouco mais de 17% do total de gastos com indenizações foram realmente pagos. Para exemplificar, o texto começa com a fala de uma moradora que entrou na justiça e ainda aguarda decisão sobre os valores; um morador que desistiu da ação e pegou o valor que a Prefeitura ofereceu porque “*não vale a pena brigar com o governo*”; uma pensionista que devido a complicações com a documentação não terá onde morar; e os comerciantes que foram prejudicados.

*A dona de casa Neuzilan Maia dos Santos Bento, de 45 anos, viu boa parte de seus vizinhos na Rua Domingos Lopes, em Madureira, se mudar ao longo dos últimos meses, ao mesmo tempo em que aumentavam as nuvens de poeira. As casas próximas estão cercadas por tapumes ou já foram demolidas para abrir caminho para o BRT Transcarioca (Barra-Aeroporto Internacional Tom Jobim), um dos corredores viários que a prefeitura está construindo para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Neuzilan, que investiu recentemente na reforma do imóvel, sabe que deixar a casa é questão de tempo. Mas decidiu brigar na Justiça para mudar o valor da indenização.* (*O Globo*, 28 de maio de 2011)

As reclamações dos personagens da matéria com relação aos valores dos imóveis têm a contrapartida da informação na fala do procurador geral do Município, Fernando Santos Dionísio, que rebate as críticas explicando que:

*Primeiro, uma empresa contratada visita o imóvel para medi-lo e avaliar as benfeitorias. Os dados são analisados por uma comissão de*

*técnicos das secretarias municipais de Obras e Urbanismo e da PGM, que fazem uma estimativa de valor conforme o preço do mercado. (...) As avaliações seguem regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Com base no laudo, chamamos o proprietário para saber se ele aceita. Se não houver acordo, o caso vai para a Justiça. Geralmente, o valor das indenizações estipuladas pelo perito judicial ficam de 3% a 5% apenas acima do que pagamos – justificou Dionísio. (O Globo, 28 de maio de 2011)*

Para complementar essa questão, a matéria mostra o caso da pensionista Sônia Gonçalves Bitencourt, de 61 anos, que mora numa casa em Vila Kosmos já com emissão de posse autorizada pela Justiça, e que está nessa situação e não tem para onde ir, caso a justiça não libere o pagamento. *“Minha sogra morreu há três anos e o inventário ainda não acabou. Sinceramente, não sei aonde vou morar quando tiver que sair daqui” (O Globo, 28 de maio de 2011).*

Quase dois anos depois, o mesmo assunto volta às páginas do *O Globo* com a manchete *“Obras de BRTs na berlinda* devido aos atrasos nas obras por conta de problemas com as empreiteiras. E na retranca, cujo título é *“Moradores apelam a general para não deixarem suas casas”*, há o descontentamento de moradores que, para não serem desapropriados recorreram ao Ministério do Exército pedindo que seja cedido um terreno – o que propiciaria a mudança do traçado e cerca de 100 famílias não precisariam “vender” suas casas. *“Apesar de as obras do BRT Transolímpico (Barra-Deodoro) terem começado em abril do ano passado, até hoje a prefeitura não definiu qual será exatamente seu traçado”.* (*O Globo*, 25 de junho de 2013).

Chama à atenção nessa matéria a peleja entre a Prefeitura e o Ministério do Exército pelo terreno que impediria a retirada de cerca de 100 famílias do local. Poder público *versus* poder público. A economia que geraria essa “cessão” vai ao encontro do lead da matéria que fala sobre a mudança do trajeto em Jacarepaguá, cuja definição ainda está em andamento, embora as obras já tenham começado.

Essas abordagens jornalísticas dão a tônica de como é construída a integração suburbana e de como se processam os ordenamentos. Importa perceber como a conta dos “benefícios” da “integração” ficou salgada para a população que, desde o começo das obras para transformar o Rio na megalópole global dos sonhos, passa por desapropriações autoritárias e que não têm o tão apregoado retorno financeiro (compatível).

Essas são algumas das muitas matérias que reforçam a nossa hipótese para o gesto de silenciar, de apagar as marcas promovido pelo jornal *O Globo* na efetiva apuração das matérias em consideração à pluralidade que o jornalismo propõe; e que sustentará o que estamos chamando de dislexia. Enquanto a condição do jornalismo aponta a necessidade de participação dos cidadãos, não há afetivamente, em momento algum, falas dos moradores que sejam contundentes e demonstrativas de um debate amplo sobre as questões relativas às mudanças estruturais para as regiões de periferia social da cidade.

É na produção de sentido criado pelo discurso das remoções para o que se toma como “morar bem” (da lógica espacial produtivista que a cidade alcança desde que se coloca como palco de megaeventos) que não abordar a questão das desapropriações e expulsões “veladas” é uma dislexia conveniente ao jornalismo de não se fazer ciente. Uma posição discursiva condizente com a estrutura estruturante; *“isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e regulares’ sem ser o produto de obediência a regras”.* (Bourdieu, 1983: 61).

Além disso, a matéria desnuda a compreensão simbólica do que é, ou como é reconhecida, a periferia: se, por um lado, ela é a chance de integração, e nisso se harmoniza todo esforço governamental e midiático de inseri-la na racionalização comum para a cidade que se pretende global, por outro, sua integração não passa nem de longe pela facilitação da mobilidade, do trânsito, de melhorias constitutivas para o espaço e para o sujeito – nem pela própria racionalidade econômica vigente, já que os valores das desapropriações não seguem a percepção básica da especulação para os valores pagos pelos imóveis a serem demolidos. É a partir dessa perspectiva que afirmamos que as reportagens acima sobre os problemas com desapropriações e remoções apontam para como as relações de poder pautam os sentidos de tais obras e sujeitos afetados.

É por esse viés que a cobertura midiática do *O Globo* desliza sobre o que propõe ignorar: as condições de sobrevalorização das obras frente aos interesses da periferia e de seus moradores, que se sustenta em sua condição suburbana – condicionada a todo um esforço de subvalorização que a historicidade do subúrbio desnuda. Este deslize não é secundário, ao contrário, se mostra revelador.

A integração, como projeto desta “revitalização” da identidade suburbana, é o que Gilberto Velho chama de “instrumento de negociação da realidade”. A questão é que a negociação da identidade suburbana é construída pela imprensa analisada de forma



também estanque. A esse ponto, Ana Enne (2004) acrescenta que a relação entre memória e identidade pode ser de uma “referência que aproxime os agentes em uma perspectiva emcompassadora que sublimine as diferenças a partir de interesses que se sobreponham” (Enne, 2004: 8). E a questão aqui é se a cultura suburbana tem suas práticas culturais (suas raízes, a sociabilidade, o pertencimento) tendenciosamente movidas pelo discurso midiático a uma busca de integração, que se processa mais aglutinada que justaposta.

A objetividade de perceber o mundo como evidência não deixa brecha para outras reflexões e olhares de novas formas de saber, das novas verdades do saber. As estruturas objetivas que explicam o mundo tendem, e o jornalismo não está à parte disso, ao mono-olhar porque aplica suas estruturas de percepção ao mundo admirado – e são relatos provenientes de percepções do mundo sensível. É sintomático, então, que tais estruturas cristalizem os sentidos e as possibilidades outras de entendimento – e as receitas prontas impostas se tornem ferramentas mais fáceis nas lutas pelo poder de fala – e que legitimam ordenamentos não como desvios e negatividade de outras formas de perceber o mundo e praticar a cultura; mas como as falas de apreciação e aproximação dos mundos pelas práticas do espaço social.

É o capital simbólico exercendo sua faceta mais crua e cruel: autoridade de tais subjetividades não apresentadas como tal, mas investidas de apropriação legítima a partir de lutas anteriores que têm a vantagem do sentido da autenticidade, da propriedade da fala com o saber fazer e com o reconhecimento de legitimidade. Mas ao mesmo tempo, ela só existe porque reconhecida, porque levada em conta. Como inverter essa ordem? Não estaria o jornalismo no lugar de justamente apresentar as miríades de posições de, como aponta Certeau (2001), apresentar o mundo em sua pluralidade?

---

#### A DISLEXIA DISCURSIVA DAS VOZES “SUBALTERNAS”

---

O que queremos dizer então com o que chamamos de dislexia discursiva é a competência midiática de reconfigurar (construir/destruir) a inscrição dos moradores do subúrbio aos fluxos harmoniosos do consenso da integração. Para seguirmos são imprescindíveis dois questionamentos ao que problematizamos até aqui: como se estrutura a reconfiguração dos relatos que chegam ao jornalismo? Como o jornalismo se configura como testemunha do cotidiano e do real? É na condição de testemunha dos fatos que o jornalismo guarda o mantra da verdade – e, com ele, todos os alicerces metodológicos fundamen-

tais ao “bom jornalismo” que, vias de regras, nós resumimos em: ouvir as partes, escrever objetivamente, ser imparcial, não usar adjetivos, questionar e, com isso, garantir a credibilidade do veículo. Mas de que outra forma poderia a história ser retomada e transmitida senão pelas narrativas dos ouvintes?

Em “É isto um homem?”, Primo Levi (1988) vai descrever os sonhos constantes dos presos nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Nestes sonhos, há algo em comum: o desespero por não encontrarem quem quisesse ouvir os relatos dos horrores vividos. Escutar as narrativas deveria ser a função dos ouvintes, que, em vez disso vão embora, não querem saber nem permitir que essa história difícil e ameaçada por sua própria impossibilidade os alcance e ameace também a tranquilidade de sua vida cotidiana. Jeanne Marie Gagnebin (2006) vai justamente se preocupar em ampliar o conceito de testemunha.

Para ela, a testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, mas seria também aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante a história do outro: não por culpa ou por compaixão, “mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.” (Gagnebin, 2001: 57).

É então da incapacidade de ouvir relatos, de fazer valer a condição de pluralidade em que os pontos, divergentes ou não, são postos no tabuleiro de um texto, que o jornalismo burla sua condição de testemunha ao se estruturar em práticas que retiram o potencial transformador do jornalismo, deixando-o apoteoticamente como palco de recursos políticos hegemônicos. A prerrogativa de não dar conta do real em sua transposição ao texto é essência do jornalismo; no entanto, não pode ser usada como justificativa para a apatia desconcertante e ardilosa com que as vozes dos moradores do “subúrbio integrado” são apagadas pelo uso de recursos legítimos da rotina jornalística da edição das falas, dos usos dos discursos diretos e indiretos, como vimos nas reportagens citadas.

Esse fingir ouvir da pseudo-condição de testemunha do jornalismo traz como questionamento fundamental ao papel não só do jornalismo, mas especificamente ao papel dos silenciados – como questiona Boaventura de Sousa Santos (2007): “como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silêncio?”

*O silêncio é o resultado do silenciamento: a cultura ocidental e a modernidade têm uma ampla experiência histórica de contato com outras culturas, mas foi um contato colonial, um contato de desprezo, e por isso silenciaram muitas dessas culturas, algumas das quais destruíram. Por isso, quando queremos tentar um novo discurso ou teoria intercultural, enfrentamos um problema: há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão.* (Santos, 2007: 55)

É esse o problema teórico que apontamos aqui neste final de trabalho: o silêncio imputado pelo jornalismo cuja pior herança é fazer parecer existir. O silêncio é o modo de apagar os sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido (Orlandi, 2007) nos momentos em que ele se mostra como ameaça. Mas como pensar o silêncio de algo dito? O que estamos apontando é o silêncio que existe nas palavras, naquelas que são reproduzidas no jornalismo, atravessadas de silêncio e de direcionamentos.

Enquanto o conceito de *gatekeeper* se dá mais pela seleção da notícia e menos pela orquestração das vozes, a dislexia discursiva se centra na (in) capacidade estratégica de ouvir. Outro ponto de diferença do que propomos se apresenta pela intencionalidade. Hohlfeldt (2013) aponta o caráter involuntário do processo de *gatekeeping*. O caminho da dislexia vai pela contramão: é proposital. É esse o ponto nevrálgico e dislexo de como se processam os sentidos do “integrado”: as condições de infraestruturas constitutivas esbarram fortemente no que de simbólico se compreende para os moradores da periferia – e tais racionalizações pela lógica do mercado, da cidade-empresa, da inserção global silenciam o “real da cidade” e se pautam em vista do senso comum do que se entende para a periferia, para a pobreza, para pobres da “Cidade Maravilhosa”.

É aí que percebemos como os jornais buscam silenciar as falas dos sujeitos suburbanos alijados de representatividade na instituição que se estrutura nos estatutos da verdade, da objetividade, da imparcialidade e do social. Estatutos, estes, que encobrem as condições fluidas na construção da verdade discursiva. É no ritual da objetividade que o jornalista, como pontua Tuchman (apud Traquina, 2012), se resguarda das incoerências possíveis. Ora, a objetividade aparece, então, como estratégia de legitimação e de camuflagem das negociações dos agentes sociais defendidas como centrais na constituição das notícias, como apresenta a teoria interacionista.

A dislexia discursiva, então, não é o apagamento, mas a discrepância proposital da fala do outro, que

a faz assemelhar-se ao ruído. Essas questões nos levam a uma chave de interpretação do papel do jornalismo em neutralizar o potencial questionador das falas plurais que se diz disposto a ouvir. Ao neutralizar o incômodo das possíveis falas discordantes, o jornalismo transforma em resmungos os sussurros quase inaudíveis das condições dos moradores de áreas periféricas e, mais do que isso, do que dentro da lógica de cidade integrada fica de fora do projeto de cidade empresa/cidade olímpica/cidade global.

Não se trata de pensar o jornalismo dislexo como essência. Ou, em outras palavras, um jornalismo dislexo por não ser capaz de dar conta do mundo à volta como se fosse apenas incapacidade pela tentativa. Ou de propor uma concepção da imprensa cuja impossibilidade de dar conta da verdade seja compreendida como condição possível – já que se encontraria inevitavelmente na busca por tatear o real. Não negamos tais impossibilidades do jornalismo, o que queremos defender aqui é como tais considerações mascaram o uso das limitações com ardilosas ferramentas de orquestração acintosa dos direcionamentos do sentido.

O que acabamos de afirmar nos lembra o texto assinado pelo prefeito Eduardo Paes e divulgado por *O Globo* intitulado “*Transtorno para uns, benefícios para a maioria*”, publicado no jornal no dia 29 de outubro de 2013 e que vimos acima. Assim, o jornal joga para a esfera do silêncio os efeitos colaterais do mercado que não aparecerão na matéria como efeitos colaterais. Os efeitos aparentemente benéficos são enaltecidos e trabalhados como evidência da necessidade de tais transformações e também como elemento de uma estratégia discursiva da qual o jornal é parte.

Silenciar, então, não é apenas não dizer, mas tirar a ênfase de outros aspectos. O que Boaventura de Sousa Santos (2007: 55) resume bem: “*A hegemonia é uma tentativa de criar consenso baseado na ideia de que o que ela produz é bom para todos. Mas houve uma mudança nessa hegemonia, e hoje o que existe deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa*”.

É aí voltamos ao começo deste trabalho: na retranscrição “A difícil adaptação – vida em condomínio pode ter dificuldade” de 30 de janeiro de 2011 – dizer ali que reclamar do condomínio é semelhante à falta de educação daquelas pessoas é silenciar a complexidade que pode estar envolvida na questão em relação à violência da mudança compulsória, na não negociação, na sociabilidade criada nos bairros de cada um dos removidos, na incapacidade do gestor de ouvir as pessoas sobre o condomínio que gostariam. O que vemos é a lógica do efeito de sentido

do mercado ser sobreposto ao social; no entanto, ele é silenciado pelo argumento do social, da legalidade e da melhoria aparente.

Isso nos leva a outras possibilidades de interpretação para a recusa do ordenamento nos condomínios, por exemplo, não apenas como irracionalidade. A distância dos bairros de origem mencionada pelos moradores descontentes na fala indireta da matéria é onde o discurso se trai: nas reclamações das “balburdias”, o jornal arditosamente une uma reclamação que é procedente – o jornal silencia o que essa população fez (ou precisou fazer) com a escola, com o trabalho e com a vida afetiva. Tudo é silenciado em nome da nova ordem e se torna circunstancial. E pior: a fala que não está lá, que é vestígio, é a legitimadora perversa de sua não presença – perversa porque garante ao jornalismo a manutenção do dogma da imparcialidade, tão caro ao jornalismo.

O que pontuamos é como as estratégias de organização da comunicação pelas mídias se articulam a um arcabouço mercadológico de acúmulo e manutenção do capital. Para Sodré (2014), a comunicação é algo que atravessa o social em diversos níveis para além da mídia. Mas é como mídia que ela se materializa; e como tal, é a outra face da acumulação do capital. “*No necessário rearranjo de pessoas e coisas, a comunicação revela-se como principal forma organizativa*” (Sodré, 2014: 14).

É aí que o jornal se torna parceiro das ações da administração pública porque ele não deixa de citar o “outro lado”, mas ele apresenta a questão organizando o dizer, na superficialidade com que pontos complexos são tratados pela lógica da imparcialidade e por suas perguntas de objetividade. Por seu caráter mediador, o jornalismo não se furta ao direito de determinar o que é mais importante a ser dito e de articular o caráter deste “mais importante”.

É na consideração de que todo discurso já é uma fala que conversa com outras falas no processo do interdiscurso (Orlandi, 2007) e dialogismo (Bakhtin, 2003), que fica a pergunta: que sentido teria o silêncio das vozes discordantes? É preciso então compreender que o sentido não está fixado, mas se produz nas relações de força e vai refletir as manifestações e os confrontos ideológicos. É então na condição de palanque de um discurso de cidade em seus preceitos de administração pública do social, do urbano, do econômico e do territorial que o jornalismo se alia ao político na reprodução sistemática dos aforismas do que significa ser/estar integrado.

Tal alinhamento político do jornalismo promove a naturalização do discurso do mercado financeiro em associação direta ao bem-estar humano como se,

nos disse Boaventura acima, não houvesse alternativa. É justamente por meio de uma reprodução sistemática e estratégica do ordenamento (entendido aqui como o ordenamento que transforma desordem/ruído em ordem/informação), promovido pelas matérias relacionadas à integração do subúrbio, que a lei orbital do mundo capitalista encarnada no mercado penetra nos “espaços civilizatórios” – dentre eles, o subúrbio.

*Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir de informações e expectativas geradas no e pelo mercado. (Vainer, 2013: 86)*

Se o jornalismo garante legitimidade na usurpação do contraponto das vozes silenciadas é porque se fortalece no pacto de confiança leitor/jornal, cuja crença na aura de transparência reconhece o poder, e possibilita ao jornalismo/jornalista jogar com os sentidos polissêmicos na linguagem jornalística.

Vale lembrar a matéria “*Obras de BRT na berlinda*”, publicada pelo *O Globo* no dia 25 de junho de 2013, sobre os problemas de desapropriação de imóveis e atrasos nas obras. A matéria de página inteira não tem sequer uma fala de morador: há empresários das empreiteiras e a única fonte ouvida, que também é fonte oficial, mas que fala pela população, é de um deputado estadual (Pedro Molon) que diz: “*A demanda dos moradores é exatamente a mesma que as manifestações públicas têm pedido: que os governos ouçam a população*”. Ora, um caminho possível de escuta seria pela própria imprensa – pretensiosamente surda.

Benjamin busca no poema “*Cartilha para Cidadãos*”, de Brechet, rotas de compreensão sobre como o fim da experiência líquida os vestígios:

*Uma bela frase de Brechet pode ajudar-nos a compreender o que está em jogo: “Apaguem os rastros!”, diz o estribilho do primeiro poema da Cartilha dos Cidadãos. Aqui, no cômodo burguês, a atitude oposta tornou-se hábito. Nele, o “intérieur” obriga o habitante a adquirir o máximo possível de hábitos, hábitos esses que se ajustam melhor a esse “intérieur” em que vive do que a ele próprio. (Benjamin, 2012: 127)*

Rastros, então, como a ligação, a experiência de mundo de marcação da presença. É nesse ponto que o jornalismo transforma em vestígios as falas dos moradores afetados pela proposta de integração. O que Benjamin vai chamar de “libertar-se de toda experiência” é o que trazemos para um jornalismo, que não se atém a complexificar os processos e reduz a experiência do outro a uma fala sem historicidade, sem antagonismos, sem percalços – deixa apenas o rastro de sua existência.

Como o jornalismo pode, então, ser redentor e articulador do social e do político se promove a dis-

lexia da voz dos sujeitos do “outro lado da balança”? Mais fácil do que encontrar resposta a essa pergunta é observar como o social se rearticula na disputa pela ressignificação dos espaços e de seus lugares. É possível encontrar muitos exemplos de manifestações e gritos dos moradores pobres da periferia, mas inaudíveis ao jornalismo palanque do ordenamento hegemônico orquestrado com viés político-econômico da cidade empresa.

---

Soumission de la proposition : 02/06/2015

Acceptation de l'article : 19/07/2016

## NOTAS

---

<sup>1</sup>. O Parque Madureira foi construído em 2012 pela Prefeitura no subúrbio do Rio de Janeiro. A obra, inaugurada durante a conferência mundial Rio+20 foi destacada pelos órgãos públicos e pela imprensa como a obra de integração do subúrbio com a área nobre da cidade.

<sup>2</sup>. A construção do Parque Madureira é um dos grandes empreendimentos do projeto “Cidade Integrada” e levou o bairro de Madureira à pauta midiática nos últimos anos. O parque foi entregue à população em 2012.

<sup>3</sup>. Pistas exclusivas para ônibus rápidos que prometem desafogar o trânsito nas áreas suburbanas. Uma pergunta que os jornais não fizeram: “por que não investir em metrô, como acontece nas áreas nobres da cidade?”

<sup>4</sup>. Sobre essa temática há muitos documentários retratando os problemas das remoções para as obras de reurbanização do Rio de Janeiro do governo Eduardo Paes, tais como “Atrás das portas”, dirigido por Vladimir Seixas e produzido entre 2008 e 2009.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Bakhtin, M., 2003, “Os gêneros do discurso”, Estética da criação verbal, São Paulo, Martins Fontes.
- Benjamin, W., 2007, Passagens, Belo Horizonte, Editora UFMG/Imprensa Oficial.
- Benjamin, W., 2012, Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura, São Paulo, Brasiliense.
- Bourdieu, P., 1990, “Espaço Social e poder simbólico”, Coisas Ditas, São Paulo, Brasiliense.
- Bourdieu, P., 1997, “Efeitos do Lugar”, A Miséria do Mundo, Petrópolis, Vozes.
- Certeau, M., 2011, A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer, Petrópolis, Vozes.
- Enne, A., 2004, “Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa”, II Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis.
- Foucault, M., 1990, A Ordem do Discurso, São Paulo, Loyola.
- Foucault, M., 2004, Microfísica do poder, São Paulo, Editora Paz e Terra.
- Gagnebin, J. M., 2004, Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível, Bresciani, S. e Naxara, M. (Eds.), São Paulo, Editora Unicamp.
- Gagnebin, J. M., 2006, Lembrar escrever esquecer, São Paulo, Editora 34.
- Hohlfeldt, A., Martino, L., França, V., 2013, Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências, Petrópolis, Vozes.
- Levy, P., 1988, É isto um homem? Rio de Janeiro, Rocco.
- Maricato, E., 2013, “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, A cidade do pensamento único – desmanchando consensos, Petrópolis, Vozes.
- Mendonça, K., 2010, “A inversão do olhar”, XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ.
- Orlandi, E., 1997, As formas do silêncio, Campinas, Editora Unicamp.
- Orlandi, E., 2007, Análise de discurso – princípios e procedimentos, Campinas, Pontes.
- Santos, B. de S., 2007, Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social, São Paulo, Boitempo.
- Sodre, M., 2014, A Ciência do Comum, Petrópolis, Vozes.
- Spivak, G. C., 2010, Pode o subalterno falar? Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Traquina, N., 2012, “Porque as notícias são como são”, Teorias do Jornalismo, vol. 1, Florianópolis, Insular.
- Vainer, C., 2013, “Pátria, Empresa e Mercadoria”, A cidade do pensamento único – desmanchando consensos, Petrópolis, Vozes.
- Ventura, Z., 2000, Cidade Partida, Rio de Janeiro, Cia das Letras.

**Pt.** A proposta deste artigo é problematizar a produção de sentido da periferia do Rio de Janeiro na cobertura jornalística. Desde 2009, a cidade começou a promover reformulações urbanas como parte do projeto de qualificação para sediar grandes eventos mundiais. A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 se tornaram justificativas para mudanças estruturais, principalmente relacionadas à mobilidade urbana – e que vão desembocar em uma série de conjunturas sociais e políticas de remoções e desapropriações em favelas e em bairros da periferia. Assim, recortaremos nosso olhar para as matérias referentes à tônica da legalidade no que tange os “melhoramentos urbanos” cuja adequação segue o modelo de “cidade global”. O estudo parte da hipótese de que o jornalismo participa das disputas de significados na sociedade pela imposição dos sentidos. Isso se dá a partir do alijamento das vozes suburbanas dissidentes ao consenso discursivo – o que chamaremos de dislexia discursiva. Como falam os moradores das áreas mais pobres da cidade na mídia hegemônica? Essa questão nos leva a uma chave de interpretação do papel do jornalismo em neutralizar o potencial questionador das falas plurais que se diz disposto a ouvir. O que nos interessa, então, é questionar como o jornalismo observa, registra e controla tais trocas informacionais na produção do sentido. Para tal, analisamos a cobertura do jornal *O Globo* sobre as transformações urbanas e as remoções de moradias na periferia feita no período de preparação para a Copa do Mundo/Olimpíada (2010 a 2013). A hipótese é de que a dislexia discursiva assegura ao jornalismo a potência das estratégias de manutenção não apenas de um *status quo* “subalterno”, no qual os sujeitos da periferia estão imersos em sua historicidade midiática, como a legitimação do consenso se torna forma de imobilizar resistências.

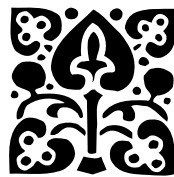
**Palavras-chave:** jornalismo, cidade, discurso, periferia

**En.** This article intends to discuss the production of meaning regarding the outskirts of Rio de Janeiro in its news coverage. Since 2009, the city began to promote urban revamping as part of projects to be qualified to host major global events. The World Cup of 2014 and the 2016 Olympics have become justifications for structural changes, mainly related to urban mobility—and which will lead to a series of social and political conjunctures and to relocations and expropriations in *favelas* and suburban neighborhoods. Thus, we focus our attention on matters related to the legality of “urban improvements,” whose adequacy follows the “global city” model. The study starts from the hypothesis that journalism participates in the conflicts of signification in society by imposing specific meanings. This occurs by excluding dissident suburban voices from the discursive consensus—something we call discursive dyslexia. How do the residents of the poorest areas of the city speak on hegemonic media? This question brings us to an interpretation key of the role of journalism in neutralizing the argumentative potential of the plural speeches that journalism is willing to listen to. What interests us, then, is to question how journalism observes, records and controls such informational exchanges in the production of meaning. To this end, we analyzed the coverage of the newspaper *O Globo* on the urban transformations and housing removals made in the periphery during the period of preparation for the World Cup and the Olympics (2010–2013). Our hypothesis is that discursive dyslexia provides journalism with the power over the strategies of maintenance of a “subaltern” *status quo* in which the citizens of the periphery are immersed in their own media historicity, as the legitimacy of the consensus becomes a way to immobilize resistance.

**Keywords:** journalism, city, discourse, suburbs

**Fr.** L'objectif de cet article est de problématiser la production de sens dans la couverture journalistique de la périphérie de Rio de Janeiro. Depuis 2009, la ville a commencé à promouvoir des réaménagements urbains dans le cadre de projets de qualification pour accueillir de grands événements mondiaux. La Coupe du Monde 2014 et les Jeux Olympiques de 2016 ont été utilisés pour justifier des changements structurels, principalement liés à la mobilité urbaine – et qui conduiront à une série de conjonctures sociales et politiques et à des déménagements et expropriations dans les *favelas* et les quartiers de la périphérie. Nous portons donc notre attention sur les questions liées à la légalité d'« améliorations urbaines », dont l'adéquation suit le modèle de « ville globale ». L'étude part de l'hypothèse selon laquelle le journalisme participe aux conflits de significations par l'imposition de certains sens. Cela se produit par l'exclusion de voix suburbaines dissidentes du consensus discursif – ce que nous appelons la dyslexie discursive. Comment parlent les habitants des régions les plus pauvres de la ville dans les médias hégémoniques ? Cette question nous amène à une clé d'interprétation du rôle du journalisme dans la neutralisation du potentiel argumentatif des paroles plurielles auquel il est prêt à écouter. Ce qui nous intéresse, alors, c'est de questionner comment le journalisme observe, enregistre et contrôle les échanges d'informations dans la production de sens. Pour ce faire, nous analysons la couverture par le journal *O Globo* des transformations urbaines et des expropriations dans la périphérie durant la période de préparation de la Coupe du Monde et des Jeux Olympiques (de 2010 à 2013). Notre hypothèse est que la dyslexie discursive fournit au journalisme le pouvoir sur les stratégies de maintien d'un *statu quo* « subalterne », dans lequel les citoyens de la périphérie sont immergés dans leur propre historicité médiatique, car la légitimation du consensus devient un moyen d'immobiliser les résistances.

**Mots-clés :** journalisme, ville, discours, périphérie



# Content with Diversity

An interview and textual analysis based on the *Huffington Post* crowdfunded Ferguson coverage

JOHN DELVA  
Master's student  
Concordia University  
Canada  
johnfdelva@gmail.com



The death of Michael Brown, shot to death on August 9, 2014, was in many ways typical of the many cases of police brutality covered in the 21<sup>st</sup> century press: an officer, white, gunning down an unarmed black individual over nebulous details. The case surrounding the 19-year-old's death was part of a growing coverage of police brutality against blacks. But it was also additional evidence for activists, victims' families and their supporters who had been sounding the alarm about the differences in life quality and social treatment in America along racial lines. One of the institutions called to look at its practices has been the media. In fact, the term "media diversity" has become associated to many of its industries, from entertainment and technology to the press.

While much research has been performed on the way blacks and other minorities are included and covered in the news, the relationship between newsroom composition and content has received less attention (Ankney & Procopio, 2003). Schulman (1990) talks about the role of social identity in the newsroom, through a conversation he had in the 1970s with a reporter. In the midst of a strike pitting *Washington Post* management against production workers (those not involved in editorial work), the reporter told him that he would not join the picket lines because "[w]e eat lunch at the same restaurants as Henry Kissinger, and thus identify with those kind of people." The same reporter went on to

#### Pour citer cet article

#### Référence électronique

John Delva, « Content with Diversity. An interview and textual analysis based on the Huffington Post crowdfunded Ferguson coverage », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n° 1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>



declare that despite the fact they work “*in the same building [...] journalists work in offices; the printers work in a factory*” (118). It would not be fair to paint all news reporters with the same brush, of course. But it is important to look at the dearth of minorities in the news business from a social, and organizational, standpoint. Such pursuit spurs the following research questions: on one hand, do inclusive hiring practices foster progressive content? And how can an organization implement hiring practices that affect change in content when such initiative may not be part of its traditional way of operating?

Based on textual analysis of a reporter’s crowd-funded work for news website <http://www.huffingtonpost.com> and an interview with the journalist, this paper’s main argument is that a newsroom’s progressive hiring can result in the creation of progressive content, but that these practices are subject to challenges on the part of the organization and the reporter. In this present study, the campaign of <http://www.huffingtonpost.com/> meant the organization reached out to a budding reporter already interested in doing work the newsroom was not equipped to cover; that the organization opted for a crowdfunding alternative to fund her salary; but it also meant the same organization ensured this reporter would be adequately accompanied throughout her duties. This opportunity has allowed the journalist to turn in articles that have shed light on the lives of Ferguson residents and struggles in a contextualized and detailed way. The opportunity has also shed light on some of her own blind spots and the emotional toll her work has taken on her.

Though “*one of the most often discussed underlying reasons for the inequities is race or ethnicity,*” (Luther, Lepre & Clark, 2012: 4) blackness is not equated with poverty in this paper. Because even blacks who are considered well-off suffer from many of the prejudices experienced by those from the underclass this analysis does not solely focus on the black poor, but on the black experience as a whole.

---

## INTRODUCTION

---

### Social lack of power of blacks

The push for fairer and more inclusive practices in U.S. media is not a quest of political correctness. Nor is it pursued for a “*simple postmodern celebration of multiplicity*”, a stance Fraser (1990) ascribes to those who underestimate the fact “*the ideal of participatory parity is better achieved by a multiplicity of publics*” (70). What is said, if anything is at all, about blacks and other traditionally poorly re-

presented groups contributes to what media consumers learn about members of these communities. As Entman and Rojecki (2000) puts it, the average American is “*ambivalent, ‘a little bit scared’ of some Blacks and admiring of others-more on the basis of what he [or she] learns from the media than personal experience*” (2). The significance of social ideas regarding blackness is, in fact, so considerable that even blacks can hold these views and apprehensions about members of their own group, Entman and Rojecki argues.

One’s natural inclination is to point the finger at racist individuals that make up the media. But the practices inside these organizations work within larger social structures and attitudes. This is why one must not look solely at the personnel of newsrooms and “*market incentives*” (Entman and Rojecki, 2000: 11) to tackle issues related to content and hiring practices. One must take into account, on one hand, organizational factors by which the media operate, but also what Feagin (2010) calls “*the white racial frame*” of viewing the world.

As this paper argues, the disappearance of overt, old-style discrimination has not wiped the American slate clean for vulnerable groups like blacks and the poor. Slavery and lynchings may be of the past, but indignities of the past have, instead of disappearing, morphed into insidious forms of strife that have become easier to miss and dismiss because of their stealth manifestations. Du Bois (2007) spoke at the beginning of last century of American blacks’ “*twoness*”, as an “*American, a negro*” and a “*double-consciousness*”, which consists in having “*two souls ... two unconciled strivings; two warring ideals in one dark body*” (9). Thus despite being free, blacks still “*simply wis[h] to make it possible for a man to be both Negro and an American, without being cursed and spit upon by his fellows*” (9).

The right to vote, a revealing mark of this African-American duality pitting their official status as citizens versus that of unwanted foreigners, was fought for and wrested with much physical pain. Coates (2014) characterized this long history as a “*visceral experience*” where “*the sociology, the history, the economics, the graphs, the charts*”, can all be summed up in “*great violence, upon the body*” (10). The Civil Rights Act of 1964, “*that effectively outlawed egregious forms of discrimination against African-Americans and women, including most forms of segregation*”, (Clayton, 2015: iii) was an initiative borne out of a long and physically violent trend. Clayton explains that “*the violent attacks on marchers [...] persuaded President Johnson and Congress to call for a strong voting rights law*”.

Yet no matter how egregious this struggle may have seemed to media viewers seeing the images on television, Bonilla-Silva (2014) points to “[c]olour-blind racism... as a new racial ideology in the late 1960s” (16). The colour-blind frame works from the standpoint that racism is a matter of the past and that the slate is clean. But what is actually true is that the discrimination that fuelled and maintained the egregious acts of the past have been instead shifted around “central elements of liberalism ... to rationalize racially unfair situations” (76). As a result, the “frame of abstract liberalism” tenets, which value “choice, individualism”, place responsibility for black strife on the victims’ shoulders (and, interestingly, by extension, the group not individuals).

This is why Dzur (2008) argues that while a “public forum may be inclusive in that its participants are not constrained by lack of deliberative resources and abilities” the fact still remains that “[m]arginalized groups ... that have been the subject of historical discriminations may be included ... while still lacking equal opportunity to influence the policy debate” (165). A case in point is the Civil Rights Act, which has ensured that “[n]o person acting under color of law shall ... deny the right of any individual to vote in any Federal election” (Our Documents, 2015). The passing of this law, however, did not prevent “hindrances to black empowerment in the form of cumbersome voter registration procedures, district boundaries that dilute the black vote, gerrymandering”, and “hostility to black candidates among a significant number of whites” (Bobo and Gilliam, 1990: 388) to this day. Indeed, in 2016 the courts overturned the voter identification law in North Carolina because “new provisions target African Americans with almost surgical precision” and “constitute inapt remedies for the problems assertedly justifying them and, in fact, impose cures for problems that did not exist” (United States Court of Appeals for the Fourth Circuit, 2016: 11).

And the case of Ferguson, St. Louis, Missouri, apart from its high media attention, is no different. In 2013, 13,389 of its 20,337 citizens were black and 6,630 were white. Approximately 10.6% of the latter were below the poverty line while 29.7% of blacks were below the line (U.S. Census Bureau, 2015). Besides adding to a long history of what many African-Americans perceive as undue police violence directed at them, several elements made the death of Michael Brown controversial. On one hand, “(s)ome witnesses said that Mr. Brown had his hands in the air” (Buchanan *et al.*, 2015) and was being compliant to the officer; Darren Wilson, the officer, on the other hand, testified before a grand jury he “was authorized to use force against Michael Brown Jr. after Brown punched him twice in the face” (Staff

reports, 2014). Comparing Brown to a “demon”, the officer said he “felt like a 5-year-old holding onto Hulk Hogan” (Cave, 2014). Months of rioting cost Ferguson some \$5.7M in law enforcement services alone. In fact, two months after the death of Brown “officials have not yet finalized the expenses of their responses, and the unrest in the area has all but settled” (Chasmar, 2014).

The Department of Justice’s report, which honed in on Ferguson police, confirmed what many blacks in Ferguson had long suspected. The report told a tale of a city where “African Americans are more than twice as likely as white drivers to be searched during vehicle stops” (United States Department of Justice Civil Rights Division, 2015: 4). This despite the fact Ferguson blacks are “found in possession of contraband 26% less often than white drivers” (5). Moreover “violent crime rate is far lower in Ferguson than in [neighbouring] Jennings, and it is comparable to two other adjacent towns of similar size” (Buchanan *et al.*, 2015).

This unfair treatment of Ferguson blacks also occurred in the form of less straightforward indignities, such as “emails circulated by police supervisors and court staff” where “one joked about an abortion by an African-American woman being a means of crime control” (United States Department of Justice Civil Rights Division, 2015: 5). Not only “officers expect and demand compliance even when they lack legal authority” but they were also “inclined to interpret [...] innocent movements as physical threats, indications of mental or physical illness as belligerence” (2). An example the report provided was that of a 2012 case in which a 32-year-old man was approached by a policeman and was “(w)ithout any cause [...] accused [...] of being a pedophile” (3). The policeman charged the citizen with “(m)aking a False Declaration, [...] for initially providing the short form of his first name (e.g., “Mike” instead of “Michael”), and [...] for not wearing a seat belt, even though he was seated in a parked car”. A contractor with the government, “he lost his job [...] that he had held for years” (3).

Ultimately “(p)olice supervisors and leadership [...] rarely respond meaningfully to civilian complaints of officer misconduct” (2). In fact, “the court primarily uses its judicial authority as the means to compel the payment of fines and fees that advance the City’s financial interests” (3). Yet the City justified its behaviour by evoking a “personal-responsibility refrain”, which entailed officials finger-pointing “‘certain segments’ of the community” (5), a euphemistic turn of phrase meant to obscure the fact that one is referring to an undesirable group. These cases show that liberalism, based on “indivi-

*dualism*” and the tenet that states that “*force should not be used to achieve social policy*” (Bonilla-Silva, 2014: 76), is a veil behind which egregious discrimination and acts actually take shape. As a result, for blacks, “*discrimination is a series of unforgettable life crises*” (Feagin, 1994: 16). And the effects of these incidents are not neatly contained inside the lives of only those directly involved. As Feagin (1994) explains these incidents create a “*cumulative effect*” as a “*black victim frequently shares the account with family and friends*” eventually becoming not only individual memories, but also “*family stories and group recollections*” (Feagin, 1994: 16).

Consequences of this white racial frame are far-fetched. In a study that looked to understand how police officers process information when using their firearms against potential suspects “*[a]ccurate responses to targets congruent with culturally prevalent stereotypes (i.e., armed Black targets and unarmed White targets) required less time than did responses to stereotype-incongruent targets (i.e., unarmed Black targets and armed White targets)*”. (Correll, Park, Judd, Wittenbrink, Sadler & Keesee, 2007: 1020). Because “*stereotyping tends to happen where there are gross inequalities of power*” and stereotypes are “*a signifying practice that is central to the representation of racial difference*”, (Hall, 1997: 258) this is a good time to look at what the news media is doing in terms of not only hiring practices, but also of content production.

### Media practices

Media plays an important part in perceptions when it comes to poverty. It has been found that “*television’s visuals construct ‘poverty’ as nearly synonymous with ‘Black,’ and surveys show Whites typically accept this picture even though poverty is not the lot of most Black persons*” (Entman and Rojecki, 2002: 102). Studying the portrayal of Katrina hurricane victims from *The New York Times*, *The Washington Post*, *USA Today*, and *The Wall Street Journal*, Kahle, Yu and Whiteside (2007) found that “*[p]hotographs consistently put Anglos in the role of helper and African-Americans, of helpless victim*”, (86). Blacks were identified 80% in “*passive social roles*” while Whites were identified in “*active social roles*” 74% of the time. This portrayal was part of a narrative depicting an “*overwhelming representation of White military and social service personnel ‘saving’ the African-American[s]*” (86), in addition to including the use of the term “*refugees*”, in captions.

Entman and Rojecki (2000) notes “*the absence of contextual explanations*” as problematic when it comes to the representation of black poverty. The authors note that even when the media covers the

topic with empathy, omissions in stories may end up causing misinformation. Using as support the analysis of local television news stories regarding Martin Luther King Day the researchers argue that the stories “*denounced racism without explaining exactly why it is bad*” and “*even implied that racism is a thing of the past [...] because he [Martin Luther King] inspired passage of the civil rights laws*” (Entman and Rojecki, 2000: 102). The contextualization is important here because poverty is “*a continuing, multifaceted social problem*” that “*audience members may find ... easier to see ... as an essentially personal condition susceptible of wholly individual cures*” (Entman and Rojecki, 2000: 101). By doing this, the authors suggest this audience fails to “*reconcil[e] ... its simultaneously sympathetic and impatient assumption that America offers the promise of escape from poverty to all who work hard*” (Entman and Rojecki, 2000: 94). They suggest the coverage would have been informative if “*the news had explicitly asserted that the poor were somewhat more likely to die from traumatic injuries than the middle class because of the hospital’s closing (and the underlying problem of insufficient government funding)*” (101).

Feagin (2010) notes the blind spots tied to “*local news programs that are major sources of news for most Americans*” and how “*[m]ost local media operate routinely out of the dominant racial frame*” (104). This means “*focusing on blue collar crimes by black Americans and ... ignoring much white crime especially white collar crime*” (106). This further highlights the association of blacks with violence, here as its perpetrators, and the resources allocated by news organizations to, so to speak, keep an eye on them. This white frame establishes “*subtleties in defining violence and in categorizing it as criminal or as newsworthy*” by ignoring “*[s]lumlords whose neglect of heat and sanitation codes causes children to become sick, police who harass minority youth without probable cause*” or “*banks that refuse to lend to credit-worthy individuals based on race*”. Ultimately, they are “*serious kind[s] of crime[s] if not violence against people*” yet are easily dismissible by many viewers, especially whites, because they are “*not reported in official statistics of crime or in most newscasts*” (Entman and Rojecki, 2000: 81).

When looking at what occurred in Ferguson, it is reasonable to conceive that part of what allowed such rife prejudice to go on was an ill-equipped, if not uninterested altogether, mainstream media when it came to addressing the concerns of the city’s black community. Linda Lockhart, a former reporter and editorial writer for 17 years at the St. Louis Post-Dispatch, the most read newspaper in St. Louis (Mondo Times, 2015), said “*the Post hasn’t gone below the*



surface on [...] the greater problems related to race” (Lockhart, 2008: 28). She justified this statement by the low count of African-Americans involved in the actual news-gathering process: thus while there are “number of [...] African-American reporters”, there is only “one African-American ‘news’ reporter” (28). The rest are either “columnists or writers and editors in the sports and features sections” as well as “several African-American photographers” (28).

### In the newsroom

On the basis of the argument that factors outside newsrooms have much to do with what goes inside them, Entman and Rojecki (2000) argues that “the mainstream culture” is one of “the forces that interact to produce race-based differentiation” (8). In fact “[s]tructural forces have far more bearing on the nature of news images than the racial identifications of the personnel” (Entman and Rojecki, 2000: 84). This is why despite the number of white individuals who own media companies Mellinger (2007) construes whiteness not merely by skin colour but “hegemonic dominance to those who are admitted to its privileges”. Here “the salience of whiteness is not as skin color but as a power differential” (147).

Indeed, the mere inclusion of minorities in the ranks of media organizations does not suffice to create progressive media content. Thus some of the decision-making elites who do “side with blacks and women” may do so by favouring those “who move into the existing social order to separatists who want to alter it” (Gans, 1979: 61). To understand the errors of media organizations’ ways when it comes to inclusiveness, one must first look at news organizations as businesses, “because the news media claim to sell the news” (Tuchman, 1978: 16).

The sociology of work, particularly literature regarding the importance of controlling work, is relevant to understand the organizational nature of major newsrooms. Perrow (1967) notes that, as part of an organization, an “individual must interact with others” and that this is part of “the structure of the organization” (195). Thus “understand[ing] the nature of the material [yielded from this interaction] means to be able to control it better” (197) and “remove variations ... and thus provide boundaries for rationality where its constraints and contingencies are greatest” (Thompson, 1967: 78).

The decision to simply strive for numerical, visible diversity—without making any deep-seated changes to the organization itself—may then be one put in place to ensure keeping critics at bay, but also avoid perturbations that would hinder a company’s orderly affairs. This numbers-based policy can be

seen in USA Today’s practices, for example, when “[n]ewspapers owned by the Gannett Company, the nation’s largest newspaper chain, are increasingly adhering to a policy of making members of minority groups more visible in their news columns” (New York Times, 1988). But Glasser (1992) counters that “conspicuously missing” from such policy “is any discussion of how these changes in employment brought about changes in journalism—changes in the way newspapers are managed, changes in the way news is defined” or “changes in the way stories are written” (133).

This is not to say that individuals are not important in the process. Indeed, “[i]f journalists are found to come predominantly from white middle-class homes ...undoubtedly this will influence the sensibilities and knowledge base informing journalist output” (Cottle, 2000: 19). Once news organizations realize their lopsided practices, a heterogeneous staff should be brought on board with the mindset that “the presence of African-Americans in positions of influence can produce good story ideas that whites may overlook” (Shipler, 1998: 32). Real change can thus only occur if both the organizational and personal factors are addressed.

### Breakthroughs

Some organizations have made such steps. While online news site BuzzFeed publicly breaks down its staff by gender and race, it has also broadened its approach, by questioning its practices, to make its workplace more heterogeneous. Its staff has come up with a “working definition of diversity”, defining it as “enough people of a particular group that no one person has to represent the supposed viewpoint of their group—whether ethnicity, gender, sexual orientation, ... socioeconomic background, or disability”. The definition further specifies that “if the group is a small one we should never expect one person to be the ‘diverse’ reporter or writer, or to speak for anyone other than themselves” (Smith, 2014). To BuzzFeed, “[d]iversity helps editorial organizations avoid the ... false conventional wisdom held in a room full of people who come from similar places”. It has also listed publicly on its website “things editors should do when hiring”. This list includes items such as “be thoughtful about the wording of job listings, and of using language in ways that inadvertently signals that we’re looking for a guy”, “[m]ake an effort to look outside of job board applications and personal networks” along with “[l]ook for opportunities to make hires that will increase the diversity of our readership”.

The ethnic press has made strides where larger organizations have struggled when it comes to ad-



dressing communities of color. In St. Louis, The St. Louis American has been in operation since 1928 as “*the longest continuously published weekly newspaper in the St. Louis area*” and “*the single largest weekly newspaper in the entire state of Missouri*” (The St. Louis American, 2016). The newspaper, which boasts on its website a circulation of 70,200 copies every week, (The St. Louis American/2, 2016), describes itself as a “*hyper-local media entity*” where “*we make sure our readers see themselves and read their stories*” (The St. Louis American, 2016). As a purveyor of content of “*hard news, religion news, entertainment, sports, or profiles of successful local African Americans, the American provides [...] African Americans a credible voice*” (The St. Louis American, 2016). In this vein, the paper fulfills what Luther, Lepre and Clark, (2012) describes the mission of the ethnic press, as a “*source of disseminating information and an active, contributing member of a community*” (292).

Social media has been one avenue for the evolution of the press, but for social and political advancement also. One group that has used it for its activities is Black Lives Matters (BLM). BLM was formed in the wake of the Trayvon Martin shooting. The African-American teen, unarmed, was shot to death during an altercation with a “*neighborhood watch volunteer*”, (Alcindor, 2013) George Zimmerman. BLM has rallied against institutions by “*draw[ing] attention to the ways in which media outlets perpetuate narratives of respectability surrounding the victims of police violence that ultimately shape the grievability of Black bodies left dead after police encounters*” (Obasogie & Newman, 2016: 556). Members of the group do so “*by directly engaging these outlets or providing alternative perspectives through [...] uploading videos on Instagram, promoting Twitter hashtag campaigns, or using comments sections in online editions of newspapers*” (Obasogie & Newman, 2016: 556).

The media has also relied on social media, specifically crowdfunding, in the past few years. Hunter (2015) calls crowdfunding a “*possible solution to the economic uncertainty that has gained momentum*” (273). But it is also “*a space to foster marginalized talents and projects that, either by choice or necessity [...] exist[s] outside of mainstream media industries*” (Scott, 2015: 168). The method consists of “*solicit[ing] funds from friends, colleagues and strangers to support their journalism endeavours*” (Hunter, 2015: 273).

Despite the funding, however, “*the giving does not create an equivalently strong bond for donors as it does for reporters*”. (Aitamurto, 2011: 438) Indeed, the donors may feel some kind of tie to the

story in some kind of personal way, but in many instances “*the donors might not ... even read the final story*” (438). For these donors, their act is not so much a commitment as it is an accomplishment, and “*are compensated with either the symbolic gratitude of seeing the work published or by receiving a reward from the professional in question*”. (Carvajal, García-Avilés & González, 2012: 642)

Some media organizations have also solicited funds to issues they believed required attention. Aitamurto (2011) raises “[a]n example of problem-solving journalism ... *the Huffington Post Impact, where journalism is married to ... issues like hunger at schools, or the misery of a family that lost a home in a flood*”. The site, at the bottom of the story then invites “[t]he reader ... to donate for a nonprofit organization that aims to alleviate the problem” (443).

Created in 2005, <http://www.huffingtonpost.com/> is a website where bloggers and personalities “*are invited to blog and use the website as a podium for their opinions*” (Bakker, 2012: 634). Its popularity has soared and it “*came to surpass the traffic of virtually all the nation’s established news organizations*” (Shapiro, 2012: 36), boasting a 2015 revenue of \$168 million. For its editor in chief, Arianna Huffington, “*(j)ournalism is meant to give people ... a voice in how their world is structured*” (Columbia Journalism Review, 2013: 29). One way it fulfilled this mission in the Ferguson coverage has been by relying on crowdfunding. This lead <http://www.huffingtonpost.com> to use the services of Mariah Stewart who began filing reports for <http://www.huffingtonpost.com> in March 2015. She was brought on to “*(m)ake sure Ferguson isn’t forgotten*” (Beacon Reader, 2015).

---

## TEXTUAL ANALYSIS

---

this study first performs a textual analysis of Mariah Stewart’s <http://www.huffingtonpost.com> articles. The method serves to understand news content since the latter “*is a representation of the world in language,*” which “*imposes a structure of values, social and economic in origin, on whatever is represented*” (Fowler, 1991: 4). Textual analysis is an approach that can look into the formulation of discourse, namely “*style, rhetoric ... or narrative structures*” and how they inform readers how “*other research about socially shared ethnic prejudices ... relate to structures of text and talk*” (van Dijk, 1991: 6) But this present analysis looks to carry out another goal of the approach, which is looking at texts as “*representations [that] do not so much ‘distort’ reality as productively provide the means by which ‘reality’ is actively constructed and/or known*” (Cottle, 2000: 9).

The analysis focuses on the way the poor, namely mentions that relate to their daily reality, were addressed in Stewart's articles. Because most images of Ferguson largely featured protesters who are black, generally perceived to be part of the poor as seen earlier, this paper narrowed its search by solely focusing on articles that textually made reference to the poor even if their race is not specifically indicated. Thus passages referring to "the poor," "poverty" and any mention about financial ability or disability were selected.

### The poor's insignificance

Two major themes stand out from the articles. The first one deals with the insignificance of the poor. Part of this portrayal involves the fragility of their life, as expressed in the following passage:

*At that rate, she would have to appear in court on the designated night every month for more than three years to pay off the full amount. **Miss a night, and she could face arrest** (Stewart and Reilly, 2015).*

The full force of the sentence "Miss a night, and she could face arrest" actually takes shape through the phrase "Miss a night", which establishes how one error could subject the poor to suffering from the legal system. The shortness of the phrase reproduces the teetering state of the poor's living conditions.

Adding to this fragility is the description of the poor as child-like:

*As the city defends itself against a civil rights lawsuit brought on behalf of individuals the city jailed for days and weeks ... an attorney for the city is arguing, essentially, that the poor people **lacked** personal responsibility (Stewart and Reilly/2, 2015).*

The verb "lacked" here is reminiscent of another term it is usually associated with in "manners". Indeed, "lacking manners" is usually reserved for unruly children. This sentence thus implies that the treatment of Ferguson residents is the result of the system viewing them and treating them as immature individuals.

Beside being depicted a fragile or child-like state, the poor are also featured in language where they are depicted as being physically dominated:

*"If a police force seems like its primary **mission** is to **extract** fees from poor people in the neighborhood, and a court system has **tricks** to compound those fees into very large pay-*

*days for themselves, if that isn't an **assault** on liberty, what is?" he said (Stewart and Reilly, 2015).*

The quote here connotes two elements. The fact that their life hinges on "tricks" frames their life as inconsequential, as a game, on top of suggesting those behind the tricks, City of Ferguson officials, are looking to gain for their misfortune and does not have their best interest at heart. Such contextualization establishes that the weight of Ferguson residents is not solely the result of decisions they make in their own lives, but also stem from institutions that have a stake in their failures.

But much of this sentence, through the use of words like "mission", "extract" and "assault" also depicts the black poor of Ferguson as not only being handled with force, but of being devoid of control over their life altogether.

### The poor's lack of control over their lives

This lack of control is expressed not only as physical, but metaphysical also:

*The threat of incarceration is a brutally effective tool for ensuring that municipal court payments **are prioritized in a poor person's monthly budget** (Stewart and Reilly, 2015).*

The payments being "prioritized in a poor person's monthly budget" present them as invading the thoughts, if not the entire life, of Ferguson's poor. By extension, these thoughts actually consume them and should thus be understood as an internalization that besets the poor's lives in all ways: the "threat" is still active even when it is not physically present. It is in fact present even when those in Ferguson "prioritize," in other words show discipline, how they take care of their financial matters.

This lack of control is also apparent in the way Stewart writes about the relationship Ferguson's poor shares with the penal system.

*Thousands upon thousands of citizens were **caught up in a system they felt they could not escape**, with many of them spending **days hopping from jail to jail** because they **could not afford to purchase their freedom** (Stewart and Reilly/3, 2015).*

Phrases such as "could not afford to purchase their freedom," "caught up in a system," "a system they felt they could not escape" imply an idea that these citizens are not simply trapped but subjugated to the system. Such idea is more forcefully implied in the sentence

“hopping from jail to jail.” Imprisonment, for most in society, represents a steep descent from habits considered “normal”. Thus “hopping” here implies that, in fact, this is not the case for Ferguson’s poor and that imprisonment is a normal part of life.

The articles describe this lack of control also as bottomless.

*You’re effectively **being punished for being poor*** (Stewart and Reilly, 2015).

The fact one can be “punished for being poor” expresses that being born and living into poverty, already a punishment in itself, is negligible in comparison to what awaits the poor’s daily life. Ultimately, readers are told that the exponential nature of this punishment is susceptible to the whims of the city officials and is evidence to how much the poor lack ownership of their own fate.

---

#### INTERVIEW

---

The initial interview took place on November 16, 2015, and another one was conducted on October 4, 2016.

Mariah Stewart’s stint with <http://www.huffingtonpost.com> began as a result of the reporter’s own initiatives. A 2014 journalism graduate, she was posting developments out of Ferguson that year, in the fallout of the Michael Brown case for the crowd-funding site <http://www.beaconreader.com>. Stewart said civil rights issues had long been important to her, so much in fact “*I probably should have mined in black history*”. She said that “*I didn’t even look at that as [a professional] option*”, but more in the sense that “*I care about this and this is what I’m going to cover*”. It was because of poverty’s significant role in the lives of Ferguson residents that “*I feel my place is to uncover truth that other reporters, especially local reporters, overlook*”.

She had been doing reporting work for about two weeks when “*my [future Huffington Post] colleague Ryan Reilly had approached the chief bureau of <http://www.huffingtonpost.com/> DC office about having this girl for a fellow in Ferguson*”. This is when the “*Huffington Post reached [out] to Beacon*”, reasoning that “*since Beacon’s so good at crowdfunding, let’s use Beacon Reader to do it*”.

The *Huffington Post* presented the campaign to the reporter as an opportunity “*to do what the national media isn’t*”, by “*stay[ing] invested for the long term while it remains a sexy HP story*” in terms of popularity. But the program was a learning experience for [http://](http://www.huffingtonpost.com)

[www.huffingtonpost.com](http://www.huffingtonpost.com) also. Stewart says that once her *Huffington Post* “*colleagues realized that because I was working remotely in Missouri I wasn’t getting a newsroom experience...they reached out to the St. Louis American*”. The newspaper took her on board as a “*content partner*”. This meant that “*I get that newsroom experience and I work on my craft by doing other stories as well*”.

The partnership with the St. Louis American has been a beneficial one for Stewart for multiple reasons. She mentioned that the publication, much like <http://www.huffingtonpost.com/>, has assigned her to stories, but also has been open to her pitches and “*allow[ing] you to be creative and share the stories that need to be shared*”. This has helped her being “*what a journalist is about*”. In addition to the fact that “*I don’t think you’re going to see as much diversity in newsrooms as you see at the St. Louis American ... [where] whites, Hispanics, Asians, blacks you name it*” work side by side, the paper has also allowed her to have access to resources that journalists at national mainstream outlets don’t have, namely “*sources and prior knowledge*”. This is because the paper has been “*covering the city for years*”, which means that “*a national reporter from the L.A. Times or somewhere else would have to work just a little bit harder to get that type of information*”. Despite not being remunerated by the paper, Stewart says “*they pay me in experience*”.

But the reporter’s stint has encountered a few difficulties, in terms of access on one hand. Simply speaking, some of the Ferguson locals she approached were “*at times*” reticent to speak with her, despite being a black woman who grew up close to Ferguson. The reticence came from some of her sources not knowing <http://www.huffingtonpost.com/>:

*I didn’t have the St. Louis American connected to my name and they would say “Oh, it’s Huffington Post: what are they like?” That mystery too kept people on guard. I know there’s a big difference between when I say “St. Louis American” and “<http://www.huffingtonpost.com/>” with people familiar to the St. Louis American who know their coverage and trust it.*

She conjectured that “*there’s a disconnect between national news outlets like The Huffington Post and the black media and the Ferguson region*”, which may “*somehow [...] relat[e] to poverty*”.

Stewart also faced emotional difficulties. Demby (2015) expressed the dismay of “[b]lack [r]eporters

*[r]eport[ing] on [b]lack [d]eath”, via such qualifiers as “[t]hat whole process takes a lot out of you”, and “his team won a Pulitzer for its [Hurricane Katrina] coverage [b]ut he also remembered being on edge for months later” as “[n]o one had ever warned him about the psychic residue of paddling through a lake of floating corpses”. For Stewart, this dismay revealed itself when covering stories directly related to poverty. While she says she learned in journalism school rudimentary aspects of reporting about poverty, “my first time talking to a grieving parent was difficult”. She called her work “emotionally draining, tolling”.*

*You’re not talking about a 40 pound-cat. You’re talking about race and you’re talking about your community, how it’s affected by it and it’s heavy. There’s been times when I cried at protests. I went to Alabama to go see Selma actually. I had to walk out of the movie theater. I cried like a baby. But I feel like if it had not been for Ferguson I would have been able to stay and watch the movie in its entirety. It was just way too trigger-y. As I was watching the movie I kept thinking about all of the messed up things I had witnessed on the ground at Ferguson.*

Stewart thinks that one factor that has not helped attract attention on Ferguson’s conditions has been the media, mostly because of news organizations relying on official news sources.

*I definitely feel that the reason these systematic issues have blown up is because local news here was reporting the police’s side of things and thinking since they [police officials] said it, it must be true, whereas the media would barely get other people’s side. [...] So I think it’s very important to get both sides of the story, especially the people’s voice because it’s not often heard. [...] I don’t want my reporting to seem lazy or uneven, but sometimes these personal narratives speak for themselves and they need to be shared.*

Once on the ground, Stewart says she saw firsthand a “lack of understanding that’s very frustrating because you should have some kind of sensitivity especially when you’re a journalist”.

She explained it in further details this way:

*It’s frustrating too to see your white counterparts not understand or relate while they’re asking questions or while they’re at a protest and “heehee” and “haha” about certain things. It’s very inappropriate. [...] There were some*

*things said among the other reporters [that made me think] “Man, that’s why we need more minorities covering out there.” A lot of the inappropriate things were from photographers and cameramen. Being rude to photo subjects: [they would tell them] “You need to stand over here, not over there...”. “They don’t need to be here protesting, the guy was guilty....” And some of these people were Pulitzer Prize winners. [...] There’s been so much. It’s tiresome.*

In light of the Department of Justice’s damning report, Stewart speaks of the continual balancing act she has had to perform given the level of wrongdoing on the part of the City. The DOJ report, but also “when I see the Ferguson City prosecutor laying down the law hard even after watching video evidence that shows a protester was wrongfully arrested”, has “sometimes” made it difficult to give Ferguson officials the benefit of the doubt. She also points to city officials’ lack of contrition in the wake of the report’s revelation concerning the city’s financing stratagems:

*In an interview with the mayor I mentioned instances, where he was mentioned in the DOJ report, regarding revenues and things of that nature. He essentially told me that he wasn’t aware of them. So it does [make it hard to give Ferguson officials the benefit of the doubt]. But I know when it comes to reporting the story I can’t let my personal opinion get too much in the way when I’m saying something they said and how they said it.*

Part of this introspection also concerned her own positions. The reporter realized along the way that she carried some apathy when it came to some of the practices from Ferguson officials.

*Even I to an extent wasn’t aware of the issues in St. Louis County. Like most people I thought it was the norm. As a matter of fact I was telling Ryan (Reilly) about my mother having a warrant for having high grass on one of her properties, as though it’s nothing, and he said “No, this is not OK!” At first, I was harsh on local reporters, but I realized we’re blind to some things.*

One item that Stewart did not pay much attention to in her work was how activists felt towards one of the African-American candidates running for city council. Some in the national press described the victories of these candidates, Wesley Bell and Ella Jones, glowingly, pointing out, in the title, that “*Ferguson election makes history*”



(Basu, 2015). It was “*the first time ever, Ferguson’s City Council will be half black*”. Also, Ella Jones became “*the first black woman ever to sit on the Ferguson council*”. Yet Stewart mentioned that activists on the ground did not support Wesley Bell.

*They [activists] felt Wesley was a part of the problem. He is a judge in Velda City, I believe, and that city is notorious for ticketing blacks and profiting off them for revenue. As a matter of fact, pretty much every city he’s worked in has had legal problems.*

Such a story would have been relevant given this lack of progressiveness activists associated with the candidate, but also in terms of broaching a conversation about the multifaceted aspects of black candidates and the black electorate. Stewart does not recall why she had not covered that particular angle.

Working on a more regular basis in the industry has been sobering, Stewart says. It has shed light on the realities of reporting for local news:

*I was really critical because I felt for years the things I was discovering from people and ... so [I wondered] where were our local reporters getting this out. [...] I do understand when it comes to TV broadcasts they have to get a story out quickly, as detailed as possible in the shortest way [...] so that’s understandable why they won’t have this long intense thesis about the corrupt government.*

But Stewart also mentioned that what she described as “blind spots” are all the more reasons that newsrooms should be more heterogeneous in their composition, including in terms of race and gender, to better monitor life in Ferguson and reduce the chances of important stories being overlooked. Stewart noticed a lack of progressiveness even when some media organizations attempted to broaden the criteria of coverage.

*I know in a couple of recent instances where local newsrooms were looking for a reporter to cover local diversity, but they hired someone that doesn’t necessarily represent that.*

When I spoke to the reporter again, approximately a year later after our initial conversation, she mentioned of waning interest in Ferguson stories from <http://www.huffingtonpost.com/> and readers, so much so that it was the editor of The St. Louis American, through connections, who facilitated her second stint.

*By the second go-around [...] there was a certain lack of interest. People were still there, but we saw these protests happening around the country more. It was clear that Ferguson is everywhere so I think people were invested in the story and not so much specifically Ferguson.*

One aspect that had not changed for her, however, was what she described, again, as the “*emotionally tolling*”, aspect of her work. In fact during the second conversation, Stewart brought up this point without having been asked:

*I realized that at the beginning [how much reporting work was emotionally tolling] but I didn’t know it would affect me this far into it. You have to take time for yourself. [...] There were a lot of people I know who were in Ferguson that needed to take a step back, because it’s no joke.*

Stewart mentioned that these feelings shifted into her personal life or while working on a story:

*Sometimes you’re at a press conference or something and you see another reporter asking something that’s really insensitive to a victim’s family or to the situation. And it’s insensitive to people of color. That’s a time when it’s a lot.*

She credits <http://www.huffingtonpost.com> and her St. Louis American colleagues’ “*great understanding for when reporters need to pull back*”. Stewart says during these times of distress that come with the job, management will pay attention to reporters who say “*Hey this is too hard for me to handle*”, “*I can’t cover this*” or “*This happened to me, has it happened to you?*” She says “*it’s so reassuring to have people who don’t look like me understand how I’m feeling about a story or race situation.*”

---

## DISCUSSION AND CONCLUSION

---

The textual analysis of Mariah Stewart’s work shows its progressive inclination, instead of “*treating the poor as a nameless group without explaining the root causes of poverty*” (Luther, Lepre & Clark, 2012: 292). Many of her articles feature instances in which she does not merely present Ferguson residents’ legal and financial woes in terms that would make readers infer that American life is guided by strictly one standard that Ferguson residents happened to fail to obey. Through detailed depictions and contextualisation of the residents’ experiences the reporter presents not only the woes, but also instances of the city’s self-funding scheme at work.

But the experience has also had an impact on the reporter herself. She realized along the way having her own blind spots, particularly when it comes to government practices she wanted to shed light on in the first place. While she admits she had not fully realized the realities of the local press until she began practicing journalism as a full-time reporter, she also noted that all reporters are subject to having blind spots, which is all the more reasons to insist on making newsrooms more heterogeneous. The reporter believes that having more non-white male reporters will help newsrooms gain a greater depth of knowledge about their communities and have a better chance at ensuring to make up for each reporter's blind spots.

One aspect of journalism work the reporter was not prepared for was the emotional toll that accompanied covering these communities, where discrimination and also death often work in concert. *The Huffington Post* was certainly aware of some of the rigors around such work and showed empathy with Stewart. That said, the organization also knew, to a certain extent, it could not carry out this campaign all on its own, not just from a financial aspect, but in terms of resources also. This is why the organization not only sought a reporter that could file in compelling reports about Ferguson, but also felt it necessary to seek the help of an organization that could

fund the journalist's salary. According to Stewart <http://www.huffingtonpost.com/> was flexible enough to realize it was not assisting Stewart in her work as adequately as it should and tapped local paper, *The St. Louis American*, in order to assist with the reporter's work and development.

In this vein, the program defies the traditional, and erroneous, model where the creation of progressive content and newsrooms hinges solely on the back of good-willed individuals instead of a top-down approach. *The Huffington Post* campaign has spotlighted the intersection of several key agents when it comes to fostering the production of more equitable, progressive representation of minority communities. One that includes a reporter invested in the creation of reporting work that broadens the traditional white-framed journalistic model; a news organization endeavouring to promote diversity beyond cosmetic and superficial standards, while still being flexible enough to seek assistance in the face of challenges; and a small news organization equipped with resources the bigger company cannot provide and that benefited from such partnership, by being able to create more content to inform the community it serves in the process.

---

Soumission de l'article : 29/11/2015  
Acceptation : 01/11/2016

## BIBLIOGRAPHY

Aitamurto, T., 2011, "The Impact of Crowdfunding on Journalism," *Journalism Practice*, vol. 5, n° 4, pp. 429-445.

Alcindor, Y., 25 June 2013, "Trial Turns to Zimmerman's Neighborhood-Watch Role," *USA Today*.

Ankney, R. N., Procopio, D. A., 2003, "Corporate Culture, Minority Hiring, and Newspaper Coverage of Affirmative Action," *The Howard Journal of Communications*, vol. 14, n° 3.

Bakker, P., 2012, "Aggregation, Content Farms and Huffingtonization," *Journalism Practice*, vol. 6, n° 5-6, pp. 627-637.

Beacon Reader, Nov. 27, 2015, "The Ferguson Fellowship", <http://www.beaconreader.com/projects/the-ferguson-fellowship>.

Bonilla-Silva, E., 2014, *Racism without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in America*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Carvajal, M., García-Avilés, J. A., González, J. L., 2012, "Crowdfunding and Non-Profit Media," *Journalism Practice*, vol. 6, n° 5-6, pp. 638-647.

Clayton, O., 2015, "[Editors' comments]: Voter Participation and Inclusion 50 years After the Civil Rights Act and in the Shadow of the Shelby Decision," *Phylon*, vol. 52, n° 2, pp. iii-vi.

Coates, T., 2015, *Between the World and Me*, New York, Spiegel & Grau.

Columbia Journalism Review, 2013, "Who, What, When," *Columbia Journalism Review*, vol. 52, n° 3, pp. 29-45.

- Correll, J., Park, B., Judd, C. M., Wittenbrink, B., Sadler, M. S., Keesee, T., 2007, "Across the Thin Blue line: Police Officers and Racial Bias in the Decision to Shoot," *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 92, n° 6, pp. 1006-1023, DOI: 10.1037/0022-3514.92.6.1006.
- Cottle, S., 2000, *Ethnic Minorities and the Media Changing Cultural Boundaries*, Buckingham, Open University Press.
- Du Bois, W., 2007, *The Souls of Black Folk*, Filquarian Publishing.
- Dzur, A. W., 2008, *Democratic Professionalism: Citizen Participation and the Reconstruction of Professional Ethics, Identity, and Practice*, University Park, Pennsylvania State University Press, pp. 135-171.
- Entman, R. M., Rojecki, A., 2000, *The Black Image in the White Mind: Media and Race in America*, Chicago, University of Chicago Press.
- Feagin, J. R., 2010, *The White Racial Frame*, New York, Routledge.
- Feagin, J. R., Sikes, M. P., 1994, *Living with Racism: The Black Middle-Class Experience*, Boston, Beacon Press.
- Fraser, N., 1990, "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy," *Social Text*, n° 25-26, pp. 56-80.
- Gans, H., 1979, *Deciding What's News*, New York, Pantheon Books.
- Glasser, L. T., 1992, "Professionalism and the Derision of Diversity: The case of the Education of Journalists," *Journal of Communication*, vol. 42, n° 2.
- Hall, S., 1997, "The Spectacle of the 'Other'," in Hall, S. (Ed.), *Representation :Cultural Representations and Signifying Practices*, London, Thousand Oaks, CA, Sage in association with the Open University, p. 400, <http://www.loc.gov/catdir/enhancements/fy0656/96071228-t.html>.
- Hunter, A., 2015, "Crowdfunding Independent and Freelance Journalism: Negotiating Journalistic Norms of Autonomy and Objectivity," *New Media & Society*, vol. 17, n° 2, pp. 272-288.
- Luther, C. A., Lepre, C. R., Clark, N., 2012, *Diversity in U.S. Mass Media*, Chichester, West Sussex, Malden, MA, Wiley-Blackwell, <http://catalogimages.wiley.com/images/db/jimages/9781405187930.jpg>.
- Mellinger, G., 2003, "Counting Color: Ambivalence and Contradiction in the American Society of Newspaper Editors' Discourse of Diversity," *Journal of Communication Inquiry*, vol. 27, n° 2, pp. 129-151.
- Mondo Times, Nov. 27, 2015, "The Highest Circulation Newspapers in the United States".
- New York Times, Nov. 27, 1988, "Gannett Stressing Minority Groups".
- Obasogie, O. K., Newman, Z., 2016, "Black Lives Matter and Respectability Politics in Local News Accounts of Officer-Involved Civilian Deaths: An Early Empirical Assessment Symposium Issue: Critical Race Theory and Empirical Methods," *Wisconsin Law Review*, n° 3, pp. 541-574.
- Our Documents, 2015, *Transcript of Civil Rights Act (1964)*, <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=97&page=transcript>.
- Perrow, C., 1967, "A Framework for the Comparative Analysis of Organizations," *American Sociological Review*, vol. 32, n° 2, pp. 194-208.
- Schulman, M., 1990, "Control Mechanisms in the Media," in Downing, J., Mohammadi, A., Sreberny, A. (Eds.), *Questioning the Media: A Critical Introduction*, Newbury Park, CA, Sage Publications, pp. 113-124.
- Scott, S., 2015, "The Moral Economy of Crowdfunding and the Transformative Capacity of Fan-ancing," *New Media & Society*, vol. 17, n° 2, pp. 167-182.
- Shapiro, M., 2012, "Six Degrees of Aggregation," *Columbia Journalism Review*, vol. 51, n° 1, pp. 36-47.
- Shipler, D. K., 1998, "Blacks in the Newsroom: Progress? Yes, but..." *Columbia Journalism Review*, vol. 37, n° 1, pp. 26-32.
- Smith, B., October 1, 2014, "What We're Doing to Keep Building a Diverse Editorial Operation," [https://www.buzzfeed.com/bensmith/what-were-doing-to-keep-building-a-diverse-editorial-operati?utm\\_term=.jpb3Y6are#.krMZ-0bR2B](https://www.buzzfeed.com/bensmith/what-were-doing-to-keep-building-a-diverse-editorial-operati?utm_term=.jpb3Y6are#.krMZ-0bR2B).
- Stewart, M., Reilly, R. J., March 26, 2015, "Fleece Force: How Police and Courts Around Ferguson Bully Residents and Collect Millions," *The Huffington Post*.
- Stewart, M., Reilly, R. J., 28 August 2015, "Crazy' St. Louis County Municipal Court System Fights to Survive," *The Huffington Post*.
- The St. Louis American, 2016, "History: The St. Louis American – A Local Institution," <http://www.stlamerican.com/site/history.html>.
- The St. Louis American/2, 2016, "Circulation & Distribution: St. Louis American Circulation and Distribution," <http://www.stlamerican.com/site/history.html>.
- Thompson, J. D., 1967, *Organizations in Action: Social Science Bases of Administrative Theory*, New York, McGraw-Hill.
- U.S. Census Bureau, *Poverty Status in the Past 12 Months*, [http://factfinder.census.gov/bkmk/table/1.0/en/ACS/13\\_5YR/S1701/1600000US2923986](http://factfinder.census.gov/bkmk/table/1.0/en/ACS/13_5YR/S1701/1600000US2923986).
- United States Court of Appeals for the Fourth Circuit, July 29, 2016, n°s 16-1468, <http://www.ca4.uscourts.gov/Opinions/Published/161468.P.pdf>.
- United States Department of Justice, Civil Rights Division, 2015, *The Ferguson Report: Department of Justice Investigation of the Ferguson Police Department*.
- van Dijk, T. A., 1991, *Racism and the Press*, London, New York, NY, Routledge.

**En** • The death of Michael Brown, by gunfire on August 9, 2014, became part of a growing news coverage of police brutality against blacks. Activists, victims' families and their supporters had long been sounding the alarm about the differences of life quality and social treatment in the U.S. along racial lines. One of the institutions called to look at its own practices over the past decades has been the media. Investigating the inequitable representation of minorities in media companies leads to questions about discrepancies between the companies' practices, progressive on the surface, and the resulting journalistic content. Do inclusive hiring practices foster progressive content? How can an organization implement progressive hiring practices when such an initiative may be outside of its traditional way of operating? Based on textual analysis of a reporter's crowd-funded work for news website *The Huffington Post* and an interview with the journalist, this paper's main argument is the following: a newsroom's progressive hiring practice can result in the creation of progressive content, but these practices are subject to challenges on the part of the organization and of the reporter. In this present study, this means that the news organization had to realize its shortcomings and be willing to tackle them. For the reporter, obstacles came in the form of the journalist's blind spots and the personal emotional strife that her work caused.

**Keywords:** representation, Huffington Post, Ferguson, journalism, crowdfunding.

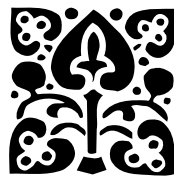
**Pt** • A morte de Michael Brown, assassinado com tiros em 9 de agosto de 2014 pelo policial Darren Wilson, integrou parte da crescente cobertura jornalística sobre a brutalidade policial face aos afrodescendentes. Ativistas, familiares e apoiadores das vítimas há algum tempo têm chamado a atenção sobre as diferenças baseadas em critérios raciais no que diz respeito à qualidade de vida e ao tratamento social nos Estados Unidos. Uma das instituições que tem sido convidada a refletir nas últimas décadas sobre suas próprias práticas em relação a esse tema é a mídia. A análise da forma como a mídia representa de modo desigual as minorias mostra uma diferença entre suas práticas, que aparentemente se mostram progressistas, e o conteúdo jornalístico resultante delas. As práticas inclusivas de recrutamento no jornalismo favorecem a produção de um conteúdo progressista? E como uma organização de mídia pode desenvolver práticas de recrutamento progressista se esse tipo de iniciativa pode destoar do seu modelo tradicional de funcionamento? Com base em uma análise textual do trabalho de uma jornalista do *The Huffington Post* e de uma entrevista feita com essa profissional, este artigo se baseia no seguinte argumento: práticas de recrutamento progressista podem dar origem à criação de um conteúdo progressista, mas essas práticas resultam em desafios para a organização e para o jornalista. No caso em questão, isso significou que a organização midiática teve de aprender sobre suas falhas e estar disposta a resolvê-las. Para a jornalista, os obstáculos a levaram tomar consciência dos seus próprios pontos cegos e dos problemas pessoais causados pelo seu trabalho.

**Palavras-chave:** representação, The Huffington Post, Ferguson, jornalismo, crowdfunding.



**Fr.** La nouvelle de la mort de Michael Brown, tué par balle le 9 août 2014 par l'agent de police Darren Wilson, s'est jointe à la couverture médiatique croissante de la brutalité policière vis-à-vis des activistes afro-américains. Familles de victimes et soutiens tiraient depuis longtemps la sonnette d'alarme quant aux différences de qualité de vie et de traitement social selon des critères raciaux aux États-Unis. Les médias figurent parmi les institutions qui ont été appelées à reconsidérer leurs propres pratiques au cours des dernières décennies. L'analyse de l'inégalité de représentation des minorités au sein des organisations médiatiques montre l'écart qui existe entre des pratiques qui semblent progressistes en surface, et le contenu journalistique qui en résulte. Des pratiques d'embauche inclusives favoriseraient-elles l'apparition de contenus progressistes ? Et comment mettre en œuvre des pratiques d'embauche progressistes qui diffèrent du mode traditionnel de fonctionnement d'une organisation ? Sur la base d'une analyse textuelle du travail d'une journaliste pour le site web d'information The Huffington Post et d'une interview avec celle-ci, l'argument principal de cet article avance que si des pratiques d'embauche progressistes peuvent favoriser la création de contenus progressistes, elles représentent des défis pour l'organisation et pour les journalistes. Dans notre étude, l'organisation médiatique devait admettre ses lacunes et être disposée à les combler. Pour la journaliste, les obstacles venaient de ses propres aveuglements et des conflits intérieurs causés par son travail.

**Mots-clés :** représentation, Huffington Post, Ferguson, journalisme, crowdfunding.



# Pessoas em situação de rua

## O que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer?

SUZANA ROZENDO BORTOLI

Doutora  
Universidade de São Paulo  
Brasil  
suzanarozendo@usp.br



errância, que caracteriza a situação de rua, sempre esteve presente nas cidades, do mundo antigo às metrópoles atuais. Em todas as épocas, a situação de rua foi provocada por uma combinação de fatores: econômicos, políticos e sociais (Frangella, 2004). De acordo com Frangella (2004), a partir da Idade Média, os sujeitos que vivenciavam essa condição eram classificados como vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados e sem domicílio fixo. Maria Lucia Lopes da Silva (2009), baseada no pensamento de Marx e Engels sobre a cidade ocidental moderna – local de produção capitalista e exploração do trabalhador –, explica que o fenômeno da população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, quando os camponeses foram desapropriados de suas terras sem que as indústrias das cidades os absorvessem com a mesma amplitude. Isso acabou gerando um “*exército industrial de reserva*”.

Importante ressaltar que conceituamos aqui “*pessoas em situação de rua*” como aquelas despossuídas de um imóvel próprio, alugado ou emprestado; que utilizam o espaço público como abrigo eventualmente ou constantemente; homens e mulheres sem ou com frágeis vínculos familiares (de modo que nenhum parente aceite conviver com eles na mesma residência); que necessitam de assistência social ou ajuda de caridade para se alimentar, dormir e higie-

### Pour citer cet article

#### Référence électronique

Suzana Rozendo Bortoli, « Pessoas em situação de rua. O que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer? », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournisme.org/rev>

nizar; que pernoitam em albergues, abrigos, hotéis, pensões, repúblicas ou casas de convivência; pessoas descomprometidas com os deveres do cidadão e desamparadas quanto aos seus direitos (Frazão, 2010); que, na rua, convivem com a indiferença, a discriminação e o desprezo; que conseguem passar despercebidas, mesmo estando bem visíveis (Tiene, 2004).

No Brasil, em 1808, esses atores sociais se tornaram um problema de saúde pública com a chegada da Coroa Portuguesa<sup>1</sup>. Políticas de higienização dos espaços urbanos iriam estratificar esse grupo, inserindo-a em instituições especializadas, como orfanatos, hospícios, asilos de velhos e prisões (Costa, 1989).

No Rio de Janeiro hodierno, dos 16.461.173 de habitantes da capital (IBGE, 2014), 5.580 estão em situação de rua (Censo população de rua, 2013). O mundo acadêmico, há algum tempo, está atento a essa população e é possível encontrarmos trabalhos de bastante relevância na abordagem do fenômeno, a exemplo das teses de doutorado de Filho (2006): “*Degredados Filhos de Eva – População de Rua e a Economia da Miséria no Rio de Janeiro*”; Frangella (2004): “*Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*”; e Rosa (2012): “*Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo – um olhar sobre trajetórias de vida*”. O mesmo acontece no caso do jornalismo, que retrata a população de rua tanto academicamente, quanto na prática. Frazão (2010), por exemplo, pesquisou sobre a invisibilidade do sujeito em situação de rua no discurso jornalístico; Silva (2007) tratou do discurso institucional e das identidades dessas pessoas; e Bortoli, Montipó e Ijuim (2014) criticaram os olhares midiáticos desviados para esse público durante a Copa do Mundo de 2014.

Mas, afinal, em se tratando de jornalismo, como as pessoas em situação de rua são representadas nos grandes meios de comunicação? Existem tendências e estereótipos que possam tracionar o rumo das notícias? A cobertura jornalística sobre esses atores sociais contribui para solucionar ou minimizar os problemas relacionados a eles? E, enfim, qual a opinião dos profissionais que lidam com população de rua sobre as notícias divulgadas pelo jornalismo?

Norteados por esses questionamentos, nosso objetivo principal, neste trabalho, é desvendar qual o posicionamento dos profissionais que lidam diretamente com esse público a respeito das notícias que têm como protagonistas homens ou mulheres adultos em situação de rua. Por meio da análise e exposição das narrativas dos entrevistados, buscamos trazer ao conhecimento do leitor a visão dos

profissionais envolvidos com tal clientela. Partindo da hipótese de que as notícias veiculadas na grande mídia sobre essa população desagradam os especialistas, nosso objetivo específico é mostrar o que poderia ser melhorado na cobertura de temas que envolvem esses personagens, conforme a opinião dos profissionais entrevistados.

---

## METODOLOGIA

---

Como procedimentos metodológicos, realizamos, em 2013 e 2014, na cidade do Rio de Janeiro, entrevistas semiabertas com 14 profissionais de diferentes modalidades, tais como médicos, promotores de justiça, policiais, assistentes sociais, psicólogos etc. Grande parte desses profissionais foram selecionados em 2013, após nosso contato no curso de extensão “*Cotidiano da população em situação de rua: violação de direitos, políticas e metodologia de atendimento*”, promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o Fórum de População em Situação de Rua.

Conforme Triviños (*apud* Manzini, 2004), o método, conhecido como entrevista semiestruturada (ou semiaberta), tem como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Esses questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Além dessas hipóteses, para elaborar o roteiro de perguntas, levamos em consideração nossa experiência com esse público em pesquisas anteriores (o Trabalho de Conclusão de Curso *Droga de Rua – UFMS/2008* – e a dissertação de mestrado *Ocas*” e *Hecho en Buenos Aires: um outro tipo de jornalismo na América Latina? – UFSC/2012*), bem como as leituras feitas previamente sobre o assunto e que causaram diversas instigações. Os depoimentos, ao lado do levantamento bibliográfico, deram sustentação ao trabalho. Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2005) lembra que a pesquisa bibliográfica, constituída por levantamentos, fichamentos e consultas é uma fonte secundária de dados, que fornece o roteiro intelectual percorrido por seu autor.

Como material de referência jornalística, utilizamos notícias aleatórias divulgadas nos jornais *online Extra* e *O Globo*, que foram amplamente citados pelos entrevistados. A Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1970) foi utilizada como referência para o estudo das notícias. Por se tratar de material escrito, a Análise de Conteúdo foi compreendida como a melhor técnica de interpretação dos relatos jornalísticos, por propor um exame minucioso de

cada denotativo e conotativo que podem produzir sentidos no texto.

---

#### A REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA NA VOZ DOS PROFISSIONAIS

---

Nesta seção, a voz dos profissionais será apresentada sob a forma de pequenos excertos selecionados a partir das entrevistas orais com os colaboradores da pesquisa.

Maria Lucia Santos Pereira, coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)<sup>2</sup>, sem meias palavras, faz uma crítica direta à imprensa:

*A imprensa é uma desgraça! A nossa mídia é muito vendida. Ela não apresenta o que realmente é fato, o que tá acontecendo. Ela diz que a população de rua é isso, é aquilo, é aquilo outro. Que é um bocado de marginal. (...) Sabe, eu fico muito p. da vida com isso porque isso me irrita muito. Eles não procuram ouvir os dois lados da história. Eles só olham um lado. E a sociedade termina sendo manipulada pela mídia. A mídia é manipulada e manipula e a sociedade vai na onda. Então, se a mídia diz que na população de rua tudo não presta e merece morrer, a sociedade toda vai dizer isso também. E quem é que compra a mídia? São os ricos empresários, que não querem ver a pobreza nas ruas. Então, isso me preocupa* (M.L.S.P., Coord. do MNPR, 2013).

A militante gostaria de ver os meios de comunicação cobrando uma contagem da população em situação de rua de todo o Brasil, para, com esses dados, serem criadas novas políticas públicas. “A partir do momento que você não é contado dentro do IBGE, você não é reconhecido como uma pessoa que existe. E aí você não tem políticas públicas voltadas pra esse segmento” (MLS, Coord. do MNPR, 2013).

Rodrigo Acioli Moura é psicólogo, atua como colaborador do Conselho Regional de Psicologia e faz trabalho voluntário de distribuição de comida aos pobres juntamente com seu grupo religioso. De uns tempos para cá, no jornalismo diário, tem ouvido falar muito sobre população em situação de rua associada ao recolhimento (ou “acolhimento”, termo utilizado politicamente) e ao uso de crack. O psicólogo reflete que as notícias poderiam ampliar a discussão e não entregar uma “verdade” ao consumidor daquelas informações:

*Eu acho que ela [a imprensa] erra quando a informação já chega de maneira que é uma forma de julgamento, eles já dão uma resposta fechada, é isso isso isso e acabou, sabe? Quando eles já chegam dando um diagnóstico fechado, eu já não gosto. Aí é que está, aí é uma conversa de uma pessoa só. Não existe a troca e a possibilidade da discussão* (R.A.M, 2013).

Ele exemplifica mostrando o trabalho de dois jornalistas que tentaram retratar a vida nas ruas. Um, de um programa da Rede Globo e outro da Rede Bandeirantes. Na primeira emissora, o repórter passou uma noite na rua: “Existia um mecanismo de defesa ali, qualquer coisa, se alguma coisa errada acontecesse, ele tinha algo para ele” (R.A.M, 2013). Na segunda emissora, o jornalista estava mostrando as vivências nas ruas apenas com uma câmera na mão, o que lhe pareceu ser mais próximo do real: “ele foi pedir dinheiro, ele foi pedir comida, ele foi rejeitado” (R.A.M, 2013).

Tratamos do mesmo programa da Rede Globo mencionado por Moura no artigo “População de rua e cidadania: deslizos e acertos na cobertura midiática”, apresentado na IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, em 2013, em Curitiba. O referido episódio foi ao ar no *Globo Repórter* do dia 10 de maio de 2013, e explorou o tema “vida nas ruas” na cidade do Rio de Janeiro. O jornalista Pedro Bassan conversou com várias pessoas, comeu a mesma comida que elas, dormiu junto com um grupo na calçada de uma rua central do município do Rio de Janeiro. No site do programa, o título enobreceu a iniciativa: “Pedro Bassan dorme sob marquises e experimenta dificuldades de quem não tem quase nada”. O jornalista estava amparado por sua equipe de reportagem, que, de longe, filmava tudo o que acontecia. Outro ponto importante é que o local escolhido para a experiência foi privilegiado: ao lado do Tribunal da Justiça, em uma praça cercada por câmeras, sob a vigilância de um carro da polícia.

Para o psicólogo, esse jornalismo do tipo gonzo, pode contribuir para diminuir a barreira entre aqueles que possuem um teto para dormir e aqueles que não o possuem<sup>3</sup>. Rodrigo sugere que a mídia transmita “um olhar mais humano” nas matérias sobre população de rua. Se fosse jornalista, faria um levantamento e uma compilação das leis que tivessem a ver com essa demanda e mostraria em uma matéria de modo que eles compreendessem seus direitos à cidade, à saúde e à educação.

A psicóloga Julia Horta Nasser trabalha com população de rua desde 2005 e também colabora como voluntária. Desde 2011, nota a divulgação de notícias



sobre a epidemia do crack como justificativa para o recolhimento dessa população. Em relação à mídia e seu campo de atuação, opina enfática: “*Eu acho que a mídia a-tra-pa-lha, por reforçar esse imaginário social de quem é o morador de rua*” (J.H.N., 2013). Para ela, a imprensa precisa se empenhar em formar uma conscientização para a mudança dessa visão que a sociedade tem sobre a população em situação de rua e, para isso, é necessário, apenas, “contar a história verdadeira” (J.H.N., 2013). Além disso, a imprensa poderia ajudar pautando temas como os horrores que acontecem no Abrigo de Paciência<sup>4</sup> e sobre as “mães do crack”, que perdem a guarda de seus filhos assim que dão à luz. Se fosse jornalista, falaria sobre as dificuldades de ser mãe e mulher na rua.

Raphael Varotto Ferrari é escrivão da Polícia Civil. Seu contato com a população de rua é quando eles são conduzidos à delegacia onde trabalha. Ele compartilha da opinião de Júlia: as notícias são tendenciosas e apresentam sempre o estereótipo de ter que remover essa população das ruas. Ferrari aponta que outra contribuição que a mídia poderia fazer é acompanhar as políticas públicas. “*Principalmente falando em relação ao Globo, que é o jornal que eu leio, não tem um acompanhamento, não tem um controle do que é o orçamentário*” (R.V.F., 2014). Se fosse jornalista, uma pauta que gostaria de abordar é a da falência dos órgãos que são criados para tratar desse público.

Renata Verônica Côrtes de Lira é advogada e desde 2011 tem contato com a população em situação de rua por meio do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro – MEPCT/RJ. Ela não gosta do que lê na Internet e nos jornais impressos e assume ser desfavorável com a linha editorial dos grandes veículos de imprensa em qualquer matéria relacionada a pessoas em situação de risco. “*São relatos com esse caráter punitivo, com esse caráter de exclusão, em geral eu não gosto, eu acho que eles são muito fascistas*” (R.V.C.L., 2014). Ela indica possíveis melhorias na cobertura jornalística: “*Eu acho que a imprensa poderia, primeiro, procurar as pessoas, primeiro, conversar. Bem, talvez não consiga efetivamente conversar com alguém em situação de rua por qualquer motivo, mas eu acho conversar com as pessoas que trabalham efetivamente com o tema, entendeu?*” (R.V.C.L., 2014). A advogada critica a “preguiça” do repórter na fase de apuração, mesmo reconhecendo o tempo acelerado das rotinas de produção da notícia: “*O jornalista, me desculpe dizer, ele sequer vai no Google. Ele quer tudo triturado. Falta trabalho de investigação, de averiguação, de aproximação.*” (R.V.C.L., 2014). Se pudesse, faria uma matéria sobre a possibilidade de se viver na rua: “*Demonstrar que existem pessoas que vivem, sim, na rua, que é possível viver*

*na rua a partir do momento em que as pessoas não estigmatizem, não discriminem o modo de viver daquele outro*” (R.V.C.L., 2014).

Carla Beatriz Nunes Maia é subcoordenadora do núcleo de Direitos Humanos da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro. Ela pensa que deveria existir uma imprensa mais independente: “*A imprensa generaliza muito e aí as pessoas ficam com a ideia deturpada em função do que ele vê na mídia*” (C.B.N.M., 2014). Sente falta de ver nos jornais as condições dos abrigos para onde essa parcela social é destinada quando é “acolhida” das ruas. Além disso, julga que quase não há informações de serviços e tratamentos gratuitos oferecidos pelo município a essa parcela social.

Clara Rafaela Prazeres Bragança é coordenadora do Núcleo e Defesa da Mulher Vítimas de Violência da Defensoria Pública e também tem um posicionamento desfavorável: “*a mídia informativa, ela tem um espaço muito pequeno, então, a gente fica realmente muito prejudicado por ter uma mídia que só se preocupa com interesses patrimoniais e não com interesses existenciais*” (C.R.P.B., 2014). Para ela, os veículos de comunicação não se interessam em divulgar notícias relacionadas à população de rua: “*O que dá ibope é mostrar a cara dele [do sujeito] e puxar o pescoço e mostrar bem a cara dele na televisão, isso dá ibope... é fazer novelas que discutam a vida no Leblon. Não dá ibope fazer uma novela falando de uma população de rua, discutindo essa causa*” (C.R.P.B., 2014).

Laila Oliveira Louzada, enfermeira do Consultório na Rua<sup>5</sup>, acompanha notícias sobre pessoas em situação de rua pela televisão e pelos jornais impressos diversos desde 2004, e percebe que as pessoas que vivem em vias públicas são sempre associadas ao crack, ao perigo e à vagabundagem. “*É essa a imagem que passa, que a ideia é de recolher mesmo, de tirar, de diminuir os riscos para a sociedade*” (L.O.L., 2014). Questionada como isso poderia ser melhorado, ela acredita que, primeiro é preciso reconhecer que a rua faz parte dessa sociedade. “*A questão é a gente conseguir lidar com ela de uma forma mais inclusiva, de enxergar como parte do nosso todo e não como algo distante*” (L.O.L., 2014). Mudando a formas de abordagem, Laila pensa que a mídia pode ajudar a mostrar esse público como não sendo “alienígenas” de nossa sociedade:

*Primeiro, não respondendo a essa coisa da internação, do recolhimento compulsório, não sustentando ainda mais a violação dos direitos e não tratando a população de rua como marginais. Se conseguissem mostrar, por exemplo, que não é um público homogê-*

neo, falar que é super heterogêneo, que tem várias situações, são situações singulares. Se a gente conseguir construir políticas e se conseguissem falar mais das pessoas e não do estereótipo... Não tirar uma foto da Cracolândia e filosofar em cima daquilo... Aquilo ali só da ibope, não produz nada. Eu acho que problematizar mais do que necessariamente chocar as pessoas, porque chocar por chocar não produz nada nas pessoas, você consegue estigmatizar e chocar mais (L.O.L., 2014).

Sebastian Conceição, enfermeiro do Consultório na Rua, repreende a divulgação constante de que o maior motivo para as pessoas estarem nas ruas é o uso abusivo de drogas: “Às vezes é violência que a pessoa sofre na casa dela, muitas das vezes é o tráfico de drogas no local que não quer mais que a pessoa fique naquele local” (S.C., 2014). Além disso, alega que a população de rua não tem voz na mídia. Para isso, precisa aparecer de formas alternativas, como no bloco de Carnaval “Pé na Rua”. “O morador de rua, ele compõe samba, ele pega no pandeiro, ele samba. O morador de rua é rainha de bateria, então, tudo eles fazem nesse bloco e esse bloco vai gritar a voz deles, uma voz que muitas das vezes é abafada e esquecida” (S.C., 2014).

Virgínia Lima dos Santos Levy é psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas do bairro Botafogo. Ela relata que, durante as gravações de uma série sobre o crack no programa *Profissão Repórter*, da *Rede Globo*, um de seus pacientes foi abordado na Cracolândia da Avenida Brasil pela equipe de produção. “E ele falou: quem disse que eu uso crack só porque eu estou aqui?”. E isso não foi ao ar, ele chegou aqui contando!” (V.L.S.L., 2014). Segundo Virgínia, nas mãos de um bom repórter, essa fala tinha virado matéria: “O rapaz trouxe uma coisa super nova. Um bom profissional poderia ter olhado o que ele falou e dizer: ‘opa, tem um negócio aqui diferente que eu não planejei, mas pode ter muita informação aqui que a gente nem imaginava” (V.L.S.L., 2014).

Apesar de desconhecer como funciona o processo de produção da notícia, a psicóloga deduz: “a minha impressão é que eles saem com um roteiro e aí eles buscam o que se encaixa naquela pauta. Talvez se eles tivessem só um tema e fossem recolher o que eles encontram do tema e, depois, montar com o que eles recolheram, talvez fosse mais rico” (V.L.S.L., 2014). Em sua opinião, o que a mídia veicula sobre população em situação de rua no Brasil atrapalha o seu trabalho como psicóloga: “Se dizem ‘tem que internar todo mundo’, uma pessoa que não quer ser internada, mas quer fazer tratamento, pode desistir de procurar tratamento” (V.L.S.L., 2014).

Márcio Santos Tavela Ramos trabalha como psicólogo com pacientes dependentes de drogas no Observa-

tório de Gestão e Informação sobre Drogas do Estado do Rio de Janeiro. Sobre as informações sobre a população de rua, prefere blogs à grande mídia. “Blogs me parecem-me mais cuidadosos, porque dá a impressão que a grande mídia, às vezes, escreve de uma forma preconceituosa mesmo, forçando mesmo um estereótipo, sabe?” (M.R.T.R., 2014). Em relação ao que os grandes meios de comunicação poderiam fazer de diferente do que fazem, ele propõe:

*Acho que a mídia reflete um olhar preconceituoso para com um grupo heterogêneo, um grupo complexo de pessoas que estão nessa situação de rua. Mas a mídia precisa ser chamada à ética, precisa ser chamada ao olhar mais complexo, um olhar mais crítico, menos sensacionalista. Existe uma Política Pública Nacional para pessoa em situação de rua, e como é que uma Política Nacional não se implementa no município? A mídia poderia apontar essas incongruências* (M.R.T.R., 2014).

Rogério Pacheco Alves é promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania. Em sua perspectiva: “A população de rua é um problema relatado sobre a ótica urbanística, de limpeza e de higienização, sob a ótica estética. Todas as matérias que falam sobre degradação de espaço público da cidade fazem menção, de alguma forma, a moradores de rua” (R.P.A., 2014). Segundo ele, é sempre o mais do mesmo: degradação dos espaços públicos, presença de população de rua, prática de crime, necessidade de solução da questão sob o viés criminal.

Especificamente sobre o que *O Globo* divulga sobre a preparação da cidade para os grandes eventos, o que demanda reformas na rede de transporte, saúde, hoteleira, nos estádios, o promotor afirma que esse veículo apoia o projeto de reestruturação da cidade, mas, ao mesmo tempo, “fecha os olhos” para as graves violações dos direitos humanos, por exemplo, quando famílias são removidas das favelas.

*Isso acontece claramente no que diz respeito à população em situação de rua. Os jornais não têm um enfoque na violência que essas pessoas sofrem, na situação dos abrigos precários. As matérias são sempre relacionadas à necessidade de retirada dessas pessoas, mas sem um debate crítico e mais aprofundado sobre as demais políticas de saúde, educação, trabalho, renda, etc* (R.P.A., 2014).

Jociane de Souza da Silva é doutora em Serviço Social e diretora da unidade de reinserção social Casa do Catete. Ela critica que a grande mídia não se preocupa em mostrar por que existe uma grande quantidade de populares de rua na zona sul, sobretudo em Copacabana e Ipanema. “Ela simplesmente fala, está ali como se a população de rua estivesse só atrapalhando, né?”

(J.S.S., 2014). A assistente social ajudou na coleta de dados sobre o Censo da População de Rua 2013 e disse que alguns veículos de comunicação acompanharam esse trabalho, apesar disso, não mostraram o porquê da realização daquele levantamento quantitativo nos diversos bairros do município. Além disso, estranhou a falta de interesse dos jornalistas em saber quem eram as pessoas que estavam sendo contadas.

Marcelo Antonio Cunha é médico sanitarista e psiquiatra, autor do livro “No olho da rua”. Ele, em geral, discorda, radicalmente, da forma com que a mídia trata o assunto sobre população de rua:

*Acho que ela é marginilizadora, ela aumenta o estigma, aumenta o preconceito e culpabiliza a vítima. E privilegia a ação inadequada e indevida do poder público, as políticas de pacificação das favelas, as operações do Choque de Ordem. E, na verdade, é o que a população quer. É como se a mídia criasse esse preconceito e, depois, justificasse a ação. Eu digo que é “pau na colmeia”. Imagine aquele monte de abelhas. Então, você vai e bate na colmeia com um pau, as abelhas vão sair daqui e vão para outro lugar; você não vai resolver o problema. Então, essas ações são muito pau na colmeia. Não resolvem o problema, elas só limpam a área, mas esse problema vai se deslocar para outro lugar (M.A.C., 2014).*

O médico indaga por que a mídia não utiliza o potencial que tem para auxiliar na mudança de imagem da população em situação de rua: “Por que não mostram os talentos das pessoas? Por que não mostram as qualidades das pessoas de rua? E mostra só aquele que matou. A imprensa tem essa coisa que focar nos 10% dos aspectos negativos e esquecer dos outros 90% de aspectos positivos” (M.A.C., 2014).

A partir desses 14 depoimentos coletados, confirmamos a hipótese de que as notícias veiculadas na grande mídia sobre essa população desagradam os especialistas. A maioria dos entrevistados mencionou que as narrativas jornalísticas repassam uma imagem estereotipada das pessoas em situação de rua. Com base nisso, fizemos uma busca de termos relacionados à população de rua nos jornais *Extra* e *O Globo*, ambos na versão *online*, para visualizar esses estereótipos.

---

### O QUE DIZEM AS NOTÍCIAS? A PRÁTICA E A TEORIA

---

Um levantamento aleatório de notícias que se referem à população de rua nos jornais *Extra* e *O Globo* nos mostram que, de fato, existe uma nítida associação entre morar na rua e ser usuário de

crack. A nota do jornal *O Globo* “*Ordem Pública apreende 36 pedras de crack no Aterro do Flamengo*” aponta que “*de acordo com a polícia, a droga era utilizada por moradores de rua, que deixaram o local após a chegada da equipe de fiscalização*”<sup>6</sup>. Ora, se as pessoas deixaram o local, como os policiais sabiam que elas moravam nas ruas? Afirmaram isso apenas com base na aparência física? Será que não residissem em casas e estavam ali apenas consumindo a droga? Uma pesquisa realizada na rede estadual de acolhimento no Rio de Janeiro mostrou que quase 80% dos usuários dependentes químicos de crack tinham casa e família<sup>7</sup>, entretanto, ficou evidente neste registro jornalístico a associação entre consumo de drogas e os desabrigados. Mesmo um leitor mais atento, dificilmente poderia questionar a veracidade desta informação, pois tal estereótipo já está bastante arraigado na nossa cultura.

Outra característica mapeada é a associação entre viver nas ruas e praticar crimes, como mostra já o primeiro parágrafo desta notícia:

*A região da Lapa e Avenida Chile, no Centro do Rio, voltou a ser tomada por moradores de rua e usuários de drogas na manhã desta terça-feira, mesmo após uma operação da prefeitura ter recolhido 53 dependentes químicos durante a madrugada. Durante a ação, 42 adultos e 11 menores foram encaminhados para a 5ª DP. No entanto, somente dois usuários ficaram presos, pois contra eles havia mandados de prisão*<sup>8</sup>.

Mais adiante, no mesmo texto, o repórter conduz o leitor a pensar que aquelas pessoas, possivelmente, cometiam assaltos:

*Na manhã desta terça-feira, era possível ver grupos de pessoas em situação de rua na Lapa, ao lado da Escola de Música da UFRJ e na Rua Taylor, onde um deles mexia num smartphone. Na escadaria da Rua Visconde de Paranaguá, por onde, segundo relatos, bandidos costumam fugir após praticar assaltos em Santa Teresa, havia um pequeno acampamento de moradores de rua. Entretanto, a equipe de reportagem do Globo não flagrou nenhuma pessoa consumindo drogas no local.*

O título dessa outra reportagem do jornal *Extra* é autoexplicativo: “*População de rua e aumento de 123% nos assaltos a pedestres preocupa bairro Peixoto*”<sup>9</sup>. Algumas notícias, conforme o depoimento de um dos entrevistados, vinculam a degradação dos espaços públicos com a existência de pessoas dormindo nesses locais e consumindo drogas<sup>10</sup>:

O início da matéria já denota o preconceito: “A Praça Virgílio de Melo Franco, no Centro do Rio, está abandonada. Sem conservação, o local passou a ser ponto de parada de moradores de rua e usuários de crack, segundo o leitor Leno Oliveira”. Importante mencionar que as fontes ouvidas para a reportagem foram: um leitor, a Comlurb (empresa de limpeza urbana) e a Secretaria de Desenvolvimento Social. Nenhum representante de Fórum, ONG ou movimento social da população em situação de rua teve “voz” nessa notícia.

Dantas (2007), Cunha (2008), Rozendo (2014) já mostraram diferentes perfis de pessoas em situação de rua que desmentem o estereótipo convencional propagados nessas notícias jornalísticas: nem todos são usuários de drogas, muitos têm casa e famílias, mas precisam dormir nas ruas porque a residência fica muito distante do trabalho; alguns são “fugitivos do tráfico” e foram expulsos de suas comunidades dominadas por traficantes de drogas. São situações diversas, como a da aeromoça brasileira que, sequestrada e sem apoio da família, ficou impossibilitada de trabalhar após sofrer um acidente aéreo nos Estados Unidos (Cunha, 2008).

Outro ponto que merece destaque é a ideia de ter que recolher e levar quem vive nas ruas para abrigos municipais. De 2010 a 2015, notas com conteúdos similares sobre essa prática foram exaustivamente publicadas: “*Choque de Ordem na Zona Sul acolhe 50 moradores de rua na madrugada*”<sup>11</sup> (26/05/2010); “*Choque de Ordem retira 109 moradores de rua na Zona Sul*”<sup>12</sup> (23/06/2010); “*Operação Choque de Ordem recolhe moradores de rua na Central do Brasil*”<sup>13</sup> (04/11/2010); “*Choque de Ordem apreende mercadorias e recolhe moradores de rua na Glória*”<sup>14</sup> (29/08/2010).

Essa breve seleção de notícias comprova a tese Frazão (2010): os fatos narrados pela imprensa sobre as pessoas que vivem nas ruas, em situação de precariedade e penúria, estão restritos quase somente às páginas policiais, onde elas perdem a essência ontológica e são apresentadas com uma imagem negativa (Frazão, 2010: 5). Isso se torna um grande problema se levarmos em conta o que afirma Canclini (2002), para quem a imprensa contribui para reproduzir a ordem social. Nas palavras do autor: “*Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o status quo*” (Canclini, 2002: 11).

Na mesma linha de raciocínio, Silva (2007), utilizando técnicas de Linguística, sugere que o discurso

jornalístico contribui para naturalizar representações sociais com relação às identidades de pessoas que vivem em situação de rua, e isso reflete posições ideológicas em consonância com o poder local vigente.

Ao se reproduzirem notícias apenas com características e termos pejorativos em relação a homens e mulheres em situação de rua, para além de noticiar, os jornalistas reproduzem os preconceitos, que têm origem histórica. Essa preocupação é fundamentada no artigo “Imprensa e preconceito: o pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais”, de Jorge Ijuim (2013). O professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina condena este tipo de conduta que, além de esbarrar em códigos éticos da profissão, reforça a criação de estereótipos e a discriminação. Tal prática, segundo ele, não propicia a inclusão social. Pelo contrário, reforça a linha imaginária que separa “*o empresário que quer produzir riquezas e o indígena vadio e cachaceiro; os adeptos da tradição, da família e dos bons costumes da prostituta imoral; as pessoas de bem das pessoas em situação de rua; brasileiros de paraguaios*” (Ijuim, 2013: 9).

Se os profissionais que lidam com população de rua se posicionaram desfavoravelmente à mídia e se esse breve levantamento de notícias fundamentou suas críticas, resta-nos saber, agora, o que diriam os teóricos sobre esse tipo de cobertura jornalística que mantém o *status quo* e que naturaliza determinadas representações sociais?

O primeiro ponto que ressaltamos é que o jornalista deve conhecer e seguir o Código de Ética que rege a profissão. Porém, Karam (2014) demonstra incertezas sobre isso:

*Que imagem o jornalista tem de si mesmo? Os jornalistas sabem que existem códigos? Sabem que os códigos falam em responsabilidade, liberdade de imprensa, independência, verdade e exatidão, imparcialidade e honestidade no jornalismo? E sabem que significam os conceitos que trafegam com essas palavras? E eles são iguais para todos? Revelam apreensão parcial da realidade? Possuem valores preliminares para seu entendimento?* (Karam, 2014: 56).

A edição de abril/junho de 2013 da Revista de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) trouxe à tona a essencialidade do jornalismo, profissão que exerce um papel insubstituível em regimes democráticos. “O jornalismo expõe a corrupção, chama a atenção para a injustiça, cobra políticos e empresas por promessas e obrigações assumidas. Informa cidadãos e



consumidores, ajuda a organizar a opinião pública, explica temas complexos e esclarece divergências fundamentais” (R.j. Espm, 2013: 33). O papel do profissional da imprensa, como porta-voz e intérprete da verdade, é relatar a informação de forma contextualizada de modo que haja alguma repercussão pública.

O problema é quando essa informação contextualizada apresenta várias “verdades”. Para Motta (2008), o que existe são versões relativas de verdade:

*A verdade democrática só pode ser alcançada por meio do pluralismo de versões que precisam ser confrontadas e negociadas. A verdade dos fatos é obtida por meio do pluralismo, um valor universal: todos os envolvidos precisam ser ouvidos e quanto mais pontos de vista alternativos, maior o pluralismo da cobertura. A mídia só se transformará em um espaço público democrático, representativo da pluralidade da sociedade, se as várias verdades e pontos de vista antagônicos forem simultânea e permanentemente tornados públicos e acessíveis (Motta, 2008: 37).*

Se existem códigos a serem seguidos, fontes diversificadas para serem ouvidas, por que, então, observamos a reprodução do mesmo ao longo dos últimos anos? Karam (2014) nos dá pistas sobre os possíveis motivos:

*E onde pode ser detectada alguma crise ética no jornalismo? De certa forma, ela está refletida nos comportamentos particulares da moral, está nos monopólios e oligopólios expressos pela propriedade dos meios. Está, ao mesmo tempo, no desleixo, preguiça e incompetência na apuração precisa dos fatos e em sua formulação no texto. (...) O problema ético está no simples fascínio pelo poder, fama e prestígio, sem levar em conta a responsabilidade que deve integrar a atividade. Está no impedimento do direito de resposta quando há evidentes equívocos ou má-fé na informação. Está na ausência da pluralidade das fontes, que reflita diversidade de acontecimentos e interpretações. (...) Está nos baixos salários que submetem os jornalistas a uma vida na qual é cada vez mais difícil o trabalho consciente e competente. Está na quantidade de pautas a serem transformadas em matérias, diariamente, o que compromete a qualidade informativa. Está na sonegação de informações de interesse geral por organismos públicos ou privados, ao tornarem exclusivo para si o que deve estar à disposição de todos. Está, mesmo, na ausência de informações (Karam, 2014: 75).*

Ainda, segundo o autor, o jornalismo deve mostrar tudo aquilo que “humaniza” quanto aquilo que “desumaniza” o homem e, embora a cobertura jornalística que vimos sobre população em situação de rua não seja a mais adequada, é possível pensar em um futuro de novas abordagens. Para tanto, os profissionais entrevistados para este trabalho mostraram suas percepções de como é possível melhorar.

---

### O QUE MAIS PODERIAM DIZER? AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS

---

Todos os entrevistados externaram descontentamento com o atual cenário midiático no que se refere a notícias relacionadas à população de rua. Eles não apenas discordam, como indicam ideias de como o jornalismo poderia fazer um melhor trabalho. Algumas percepções fundamentais podem ser agrupadas em categorias, descritas em dez tópicos:

Existe uma Política Nacional para a População em Situação de Rua (nº 7.053/2009) que ainda não foi implementada no Rio de Janeiro. Os jornalistas deveriam mencionar isso em suas reportagens e cobrar um parecer dos governantes. Também deveriam investigar por qual motivo a população de rua não é contada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As notícias não devem generalizar. Nem todos os desabrigados são usuários de drogas e praticam crimes.

O repórter não deve fazer deduções com base no que observa de longe. Ele precisa se lembrar que ele é um formador de opinião e, sem um bom trabalho de apuração, ele pode formar opiniões equivocadas. É necessário ouvir esses atores sociais, dar voz a quem está em contato direto com esse público e não apenas fontes oficiais do município ou moradores incomodados com a presença de sem-teto próximos de suas casas. Independentemente do tempo para publicação, estudar o assunto antes de divulgar também é primordial.

Um espaço midiático maior deveria ser dado à mulher em situação de rua, que tem suas peculiaridades e está mais vulnerável a violências. Muitas perdem a guarda dos filhos por não terem uma casa para morar, nem um parente ou amigo que possa acolhê-las.

Sair da redação com uma pauta é fundamental, mas o profissional da imprensa não deve se prender a isso. Se ele encontrar uma pessoa que não é usuária de drogas no meio de centenas de usuárias,

ele acaba de encontrar uma notícia muito importante e interessante.

A vida nas ruas é possível, levando-se em conta que as pessoas têm o direito à cidade e ao de livre circulação. Naturalizar isso, em vez de sempre “bater na tecla” de retirar as pessoas dos espaços públicos deveria ser mais relevante, tendo em vista que essa é uma realidade histórica. Um lar para todos os habitantes está longe de se efetivar em países em desenvolvimento.

Ao se noticiar sobre a prática do recolhimento das pessoas – e, muitas vezes, isso ocorre de forma coercitiva – a apuração deveria ir além e acompanhar por que, como e para onde essas pessoas são levadas, investigar quais as condições desses locais, quanto de orçamento público é destinado para esses atendimentos e quais serviços, de fato, são oferecidos.

As violações dos direitos humanos deveriam ser mencionadas em constatações de irregularidades nas abordagens, nos abrigos ou locais de passagem. Expor os problemas na mídia e acompanhar as resoluções do poder público é uma forma excelente de pressionar e gerar melhorias.

Divulgar, de forma inteligível, quais serviços de saúde, trabalho, educação, alimentação e higiene são oferecidos à população de rua, das esferas municipais, religiosas ou da sociedade civil, pode auxiliar tanto quem vive nas ruas e tem contato com a notícia, quanto quem não vive nas ruas, mas deseja repassar essas informações a alguém que precisa.

A população de rua não deve ser retratada como um problema urbanístico, mas, sim, fruto de estruturas sociais. Com esse viés, pode-se ajudar a diminuir os estereótipos de quem não tem onde morar.

A partir desses dez itens, percebemos que, no que se refere à prática jornalística sobre assuntos de vivências de rua, os anseios dos profissionais que lidam com desabrigados vai ao encontro do que dizem os teóricos da Comunicação sobre como o jornalismo deveria ser de modo geral.

---

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

De que vale uma nota de cinco linhas relatando o “acolhimento” de dezenas de pessoas de um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro sem complementar que o destino delas é um ambiente insalubre e que não oferece possibilidades de mudança de vida? Este trabalho indica que a mídia não apenas desperdiça

o poder que tem de transformar ou melhorar vidas, como também colabora para a propagação de preconceitos e estereótipos. Não queremos dizer que os meios de comunicação silenciam assuntos referentes à população de rua. As notícias são divulgadas com frequência. O problema é a forma com que são repassadas ao público: relatos sem aprofundamento, sem discussão, sem pluralidade de fontes, sem criticidade. Notamos então, que alguns jornalistas, principalmente aqueles que trabalham nos grandes meios de comunicação, mantêm-se afastados desta população, protegidos atrás de um fosso psicossocial materializado na distância entre os bloquinhos de papel e as pessoas que vivem nas ruas.

A partir do exposto neste trabalho, percebemos que o olhar dos profissionais que lidam cotidianamente com as pessoas em situação de rua diverge daqueles estereótipos pejorativos difundidos pela mídia, pois todos discordaram com a forma com que o jornalismo cobre assuntos relacionados a essa clientela.

Trata-se de um tipo de jornalismo, que além de reproduzir o senso comum, leva a criação de outros instrumentos de divulgação, como os *street papers*, por exemplo, que são jornais e revistas vendidos por pessoas em situação de risco do mundo todo e proporcionam a elas mais que geração de renda, oferecem um espaço de convivência e de interação social. São publicações que beneficiam a desconstrução das imagens preconcebidas, que atribuem aos desabrigados de todo o mundo e, ao divulgarem acultura marginalizada por outro viés, possibilitam que a sociedade tenha contato com a situação de rua por outros ângulos e entenda a complexidade dos grupos que não têm um lar. Em geral, apresentam um engajamento em transformar realidades e quebrar paradigmas (Rozendo, 2012).

Outra possibilidade alternativa ao tipo de mídia “pau na colmeia” são páginas de redes sociais, a exemplo da *Rio Invisível*, que faz “*um exercício diário de enxergar a vida pelas ruas da cidade, redirecionar o olhar para os que estão ali*”. Essa página, inspirada na *São Paulo Invisível*, apresenta relatos jornalísticos e fotos de pessoas que vivem nas ruas do Rio de Janeiro. As histórias dos anônimos, que não são contadas nos grandes jornais, atraem a atenção do público. Em um ano, a *Rio Invisível* alcançou quase 90 mil curtidas no *Facebook*. Ou seja, quase 90 mil pessoas optaram por ver algo diferente do mesmo.

---

Soumission de l'article : 13/10/2015

Acceptation : 17/05/2016

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Segundo Herbert José de Souza (1991), ator social é um indivíduo ou grupo que representa algo para a sociedade.

<sup>2</sup> O MNPR surgiu em 2004, após a barbárie conhecida como chacina da Praça da Sé, em São Paulo. O episódio vitimou fatalmente sete pessoas e foi seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do País. O MNPR tem como objetivo repudiar o preconceito, a discriminação e as violações dos direitos humanos (Movimento nacional da população de rua, 2010).

<sup>3</sup> O jornalista Hunter S. Thompson é considerado o pioneiro do jornalismo gonzo, narrativa na qual o repórter se insere no ambiente a ser retratado e, para isso, deixa de lado alguns códigos deontológicos da profissão.

<sup>4</sup> Trata-se do abrigo municipal Rio Acolhedor, mais conhecido como Abrigo de Paciência, que fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro. É para lá que são levadas as pessoas que dormem em locais públicos e que são abordadas por agentes da Secretaria de Ordem Pública e/ou de Desenvolvimento Social. O local é alvo de várias denúncias do Ministério Público em relação à infestação de percevejo nos colchões, estruturas precárias, insalubridade, entre outras.

<sup>5</sup> Equipes de saúde móveis que prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde, e trabalham com usuários de álcool, crack e outras. Essas equipes possuem profissionais de várias formações que atuam de forma itinerante nas ruas desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/consultorio-na-rua.html>>, acesso em 3 nov. 2014.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ordem-publica-apreende-36-pedras-de-crack-no-aterro-do-flamengo-13096815>>, acesso em 27 set. 2015.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/pesquisa-diz-que-79-dos-usuarios-de-crack-do-rj-nao-moram-nas-ruas.html>>, acesso em 13 out. 2015.

<sup>8</sup> Disponível em: <>, acesso em 27 set. 2015.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/populacao-de-rua-aumento-de-123-nos-assaltos-pedestres-preocupa-no-bairro-peixoto-13899739.html>>, acesso em 27 set. 2015.

<sup>10</sup> Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/eu-reporter/praca-no-centro-do-rio-esta-suja-ocupada-por-moradores-de-rua-12129250#ixzz3gUTvd5m7>>, acesso em 27 set. 2015.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-na-zona-sul-acolhe-50-moradores-de-rua-na-madrigada-3003106#ixzz3hzjIxYGH>>, acesso em 9 ago. 2015.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-retira-109-moradores-de-rua-na-zona-sul-2989914#ixzz3hzjMECuF>>, acesso em 9 ago. 2015.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/operacao-choque-de-ordem-recolhe-moradores-de-rua-na-central-do-brasil-2930652#ixzz3hzjQ1NdL>>, acesso em 9 ago. 2015.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-apreende-mercadorias-recolhe-moradores-de-rua-na-gloria-2959459#ixzz3hzjYnW5V>>, acesso em 9 ago. 2015.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, R. P., 10 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Bardin, L., 1970, “Análise de Conteúdo”, Lisboa, Edições 70.
- Bortoli, S. R., Montipó, C., Ijuim, J. K., 2014, “Invisibilidade mediada na Copa do Mundo de 2014: Pessoas em situação de rua, olhares desviados, mídia atenta à cidadania?”, *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), vol. 11, pp. 367-378.
- Bragança, C. R. P., 30 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Canclini, N. G., 2002, “Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação”, *Opin. Pública*, Campinas, Maio, vol. 8, no 1, <http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf>, acesso em 26 maio 2016.
- Conceição, S., 4 fev. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Costa, J., 1989, “Ordem médica e norma familiar”, Rio de Janeiro, Graal.
- Cunha, M. A., 28 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Cunha, M. A., 2008, “No olho da rua”, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Dantas, M., 2007, *Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios*, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz.
- Ferrari, R. V., 30 dez. 2013, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Filho, D. S. e S., 2006, *Degredados Filhos de Eva – População de Rua e a Economia da Miséria no Rio de Janeiro*, Tese de doutorado, Brasil, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ.
- Frangella, S., 2004, *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*, Tese de doutorado em ciências social – Programa de Pós-graduação em Ciências Social, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- Frazão, T. C. J., 2010, *O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico*, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, Universidade de Brasília.
- Souza, H. J., 1991, “Como se faz análise de conjuntura”, Petrópolis, Vozes.
- Ijuim, J., 2013, “Imprensa e preconceito: ‘O pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais’”, *Revista Estudos de Jornalismo*, vol. 2, pp. 48-60.
- Karam, F. J. C., 2014, *Jornalismo, ética e liberdade*, São Paulo, Summus.
- Levy, V. L. S., 13 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Lira, R. V. C., 12 fev. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Lopes, M. I. V., 2005, *Pesquisa em Comunicação*, São Paulo, Edições Loyola.
- Louzada, L. O., 2 fev. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Maia, C. B. N., 23 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Manzini, E. J., 2004, “Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros”, *Anais ... Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*, 2, Bauru.
- Motta, L. G., 2008, “Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano”, in Christofoletti, R., Motta, L. G. (Eds.), *Observatórios de mídia: olhares da cidadania*, São Paulo, Paulus, pp. 19-38.
- Moura, R. A., 10 dez. 2013, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Movimento Nacional Da População De Rua, 2010, “Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua”, Brasília.
- Nasser, J. H., 10 dez. 2013, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Pereira, M. L. S., 21 jun. 2013, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Ramos, M. S. T., 27 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Revista De Jornalismo Espm, 2013, *Edição brasileira da Columbia Journalism Review, Edição especial de aniversário*, Abr./Maio/Jun., no 5.
- Rosa, A. S., 2012, *Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida*, Tese de doutorado – Escola Paulista de Enfermagem, São Paulo, Universidade Federal de São Paulo.
- Rozendo, S., 2012, *Ocas e Hecho en Buenos Aires: um outro tipo de jornalismo na América Latina?*, Dissertação de mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Rozendo, S., 2014, “Diferentes na metrópole: experiências cotidianas de mulheres adultas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro”, *Anais 7º Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação*, Rio de Janeiro, CONECO.
- Silva, D. E. G., 2007, “Discurso institucional e identidades de moradores de rua”, *Programação e Resumos do II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso SIACD e VII ENIL*, São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), vol. 1, pp. 49-49.
- Silva, J. de S., 25 mar. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Silva, M. L. L., 2009, *Trabalho e população em situações de rua no Brasil*, São Paulo, Cortez.
- Tiene, I., 2004, *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*, Campinas, SP, Editora Alínea.

### Sites consultados

- <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>  
<http://www.rio.rj.gov.br/web/smds/exibeconteudo?id=4607334>





**Pt.** Algumas pesquisas indicam que a população de rua do mundo todo tem crescido nos últimos anos. Apenas na cidade do Rio de Janeiro há cerca de seis mil cidadãos vivendo nas referidas condições. Desde a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, no século XIX, essas pessoas passaram a ser vistas como um problema de saúde pública. E, nos dias atuais, é comum ver a questão retratada pela mídia, sobretudo sob a ótica criminológica. Diante disso, interessa-nos saber qual a opinião dos profissionais que lidam com população de rua sobre as notícias divulgadas pelo jornalismo sobre tal clientela. Pretendeu-se, também, por meio do olhar dos entrevistados, mostrar o que poderia ser melhorado na cobertura jornalística desses temas. Parte-se da hipótese de que as notícias veiculadas sobre essa população desagradam os profissionais entrevistados. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semibertas com 14 profissionais de diferentes modalidades. Ademais, foram usadas notícias *online* dos jornais *Extra* e *O Globo*, como forma de análise do ponto de vista jornalístico. Após a análise do material empírico, constatou-se que alguns meios de comunicação repassam ao público relatos sem aprofundamento, sem discussão, sem pluralidade de fontes e sem criticidade. Tal forma de jornalismo acaba levando a criação de outros instrumentos alternativos de divulgação, como algumas iniciativas de redes sociais ou os *street papers*, por exemplo, que são jornais e revistas vendidos por pessoas em situação de risco do mundo todo. Verificou-se, também, que os profissionais que lidam cotidianamente com as pessoas em situação de rua discordam dos estereótipos pejorativos difundidos pela grande mídia e, concomitantemente, apontam caminhos para a melhoria de cobertura midiática relacionadas a esses temas.

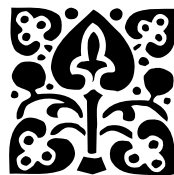
**Palavras-chaves:** pessoas em situação de rua, profissionais, jornalismo, notícias, Rio de Janeiro

**En.** Research indicates that the number of people living in the streets across the globe has increased in recent years. About six thousand citizens live in these conditions in Rio de Janeiro alone. Since the arrival of the Portuguese Court in Brazil in the nineteenth century, street people have been considered a public health issue. Today, it is common to see the media address the issue from a criminological perspective. We wanted to hear how professionals who deal with homeless people feel about how this news is presented. And through the eyes of these respondents, we wanted to highlight what could be improved in the coverage of poverty. We started from the assumption that the disseminated news displeased these professionals. Semi-open interviews were conducted with 14 professionals from different media. In addition, online news from the *Extra* and *O Globo* newspapers was analyzed to ascertain journalistic point of view. After analyzing the empirical evidence, we determined that some media convey news to the public that lacks depth, is without discussion, lacks multiple sources and is uncritical. This form of journalism encourages the creation of alternative news dissemination tools, such as social networking initiatives, for example, or street newspapers that are sold by people at risk around the world. We also confirmed that professionals who deal on a daily basis with people living on the streets disagree with the negative stereotypes disseminated by the media and suggest ways to improve media coverage of these subjects.

**Keywords:** street people, professional, journalism, news, Rio de Janeiro.

**Fr.** Certaines recherches indiquent que la population de la rue à travers le monde a augmenté ces dernières années. Dans la seule ville de Rio de Janeiro, environ six mille citoyens vivent dans ces conditions. Depuis l'arrivée de la Cour portugaise au Brésil au XIXe siècle, les gens de la rue ont été considérés comme un problème de santé publique. Et aujourd'hui il est fréquent de voir la question abordée par les médias dans une perspective criminologique. Nous avons voulu connaître le point de vue des spécialistes de la question sur les nouvelles publiées. Nous souhaitons aussi, à travers le regard des répondants, montrer ce qui pourrait être amélioré dans la couverture du thème de la pauvreté. Nous sommes partis de l'hypothèse que les nouvelles diffusées déplaisent aux professionnels. Des entretiens semi ouverts ont été menés avec quatorze professionnels de différents médias. En outre, nous avons fait appel aux informations en ligne diffusées par les journaux *Extra* et *O Globo* pour analyser le point de vue journalistique. L'analyse des données empiriques a révélé que certains médias transmettent au public des informations sans profondeur, sans débat, sans pluralité de sources et sans criticité. Cette forme de journalisme incite à la création d'outils de diffusion alternatifs, comme les initiatives de réseautage social ou les journaux de rue, par exemple, qui sont vendus par des personnes à risque dans le monde entier. Nous avons aussi pu constater que les professionnels qui traitent quotidiennement des gens dans la rue sont en désaccord avec les stéréotypes péjoratifs diffusés par les médias, de même qu'ils proposent des moyens d'améliorer la couverture médiatique en rapport avec ces sujets.

**Mots-clés :** personnes en situation de rue, professionnel, journalisme, nouvelles, Rio de Janeiro.



## Journalistes et relationnistes

Une relation obligée où les journalistes s'aménagent des espaces d'autonomie

CHANTAL FRANCOEUR  
Professeure  
École des médias  
UQAM  
Canada  
francoeur.chantal@uqam.ca



L'autonomie est une valeur clé du journalisme. Elle se trouve au cœur des guides de déontologie journalistique, qui mentionnent que les journalistes doivent se tenir « à distance des pouvoirs et des groupes de pression » (FPJQ ; CPQ ; SRC)<sup>1</sup>. Les journalistes doivent avoir les coudees franches pour accomplir leur mission, qui est de « servir l'intérêt public » (FPJQ ; CPQ ; SRC) « et non des intérêts particuliers » (FPJQ). L'autonomie constitue ainsi « un lieu central de l'identité journalistique » (Gestin et al., 2009). Elle joue un rôle crucial dans la crédibilité des journalistes (Hayes et al., 2007). Elle s'actualise dans les choix éditoriaux (Shapiro et al., 2013). Charron (1995) décrit avec précision ce que les journalistes entendent par « autonomie » : les journalistes tiennent à construire un discours « inédit, analytique et, surtout, différent du discours officiel des sources », montrer qu'ils ne sont pas « une simple courroie de transmission » et faire ainsi « la preuve de leur compétence, de leur esprit critique et de leur autonomie professionnelle » (236).

On peut distinguer trois niveaux d'autonomie journalistique : l'autonomie symbolique, l'autonomie perçue et l'autonomie factuelle (Nygren et al., 2015).

– L'autonomie symbolique est l'« idéologie protectrice » (Deuze, 2005) des journalistes, qui sert

### Pour citer cet article

#### Référence électronique

Chantal Francoeur, « Journalistes et relationnistes. Une relation obligée où les journalistes s'aménagent des espaces d'autonomie », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017.  
URL : <http://surlejournalisme.org/rev>



à la fois de contexte au travail journalistique et de « *motivation* » (Revers, 2014) pour les journalistes. Elle dicte aux journalistes qu'ils servent les citoyens, l'intérêt public. À ce titre, les journalistes peuvent – et ils doivent – résister à tout ce qui entrave leur travail.

– L'autonomie perçue des journalistes signifie : ce que disent les journalistes de leur autonomie, comment ils la décrivent. L'autonomie perçue devient manifeste lorsque les journalistes cherchent à s'opposer aux pressions comme la convergence (Singer, 2004), ou l'insistance des sources et du public à intervenir sur les contenus (Deuze, 2005), ou les commandes des propriétaires de média (Nygren *et al.*, 2015). Les journalistes développent ainsi une « *rhétorique* » à propos de l'autonomie (Charron, 1995), qui les aide à résister aux contraintes, à négocier avec leurs sources et à combattre la censure (Revers, 2014 ; Schlesinger, 1992).

– L'autonomie factuelle des journalistes s'exprime dans leur choix des sujets de reportage, des angles, des sources. Elle se matérialise dans leur façon d'organiser le discours des sources et l'information collectée. Le contenu des médias d'information reflète en partie l'autonomie factuelle des journalistes (Reich, 2006).

Ce qui nous intéresse dans le présent article est l'autonomie perçue des journalistes face à leur source principale, le relationniste.

Tous les types d'organisation ont un relationniste, ou un département de relations publiques, dont une des fonctions est de répondre aux demandes des journalistes ou de les solliciter (Maisonneuve, 2010). Les relationnistes sont « *les interlocuteurs incontournables des journalistes, ou pour le moins, les intermédiaires obligés entre les journalistes et les responsables d'organismes qui les emploient* » (Ringoot, 2014 : 166). Les relationnistes ont ainsi des échanges « *structurés* » et réguliers avec les journalistes (Jackson et Moloney, 2016 ; Schlesinger, 1992 ; Molotch et Lester, 1974). Les informations journalistiques reflètent ces échanges quotidiens. Une recension réalisée par Macnamara établit que 40 à 75 pour cent du contenu des médias d'information s'appuie sur du contenu fourni par les relations publiques (2014 : 741). *Sissons* parle d'une proportion de 50 à 80 pour cent (2012 : 274).

Ces forts pourcentages de matériel venant de l'industrie des relations publiques dans les nouvelles, de même que l'accès structuré des relationnistes aux journalistes, suscitent des questions sur l'autonomie des journalistes. Les journalistes peuvent-ils refuser de relayer les contenus venant des relation-

nistes ? Peuvent-ils réaliser des reportages sans relationnistes ? Selon Macnamara, les journalistes n'ont pas le choix : « *This lack of choice is the result of both structural change within journalism and structural change in industry and government to which journalism has to adapt* » (2014 : 163). L'accélération de la vitesse de production et les multiples plateformes à alimenter donnent plus de place à l'industrie des relations publiques dans les nouvelles (*Sissons*, 2012 ; *Francoeur*, 2012 ; *Pew Research Center*, 2010). Les organisations doivent quant à elles se doter de professionnels de la communication pour répondre aux médias omniprésents, influents et aux heures de tombées incessantes (*Mazzoleni*, 2008 ; *Hjarvard*, 2008) : « *As news environments become more fragmented, public relations grows more sophisticated and editorial systems weaken, the impact of PR on news becomes greater and more diverse* » (*Reich*, 2010 : 799). Les journalistes cherchent pourtant à maintenir leur autonomie face aux relationnistes (*Leteinturier*, 2014). Ils veulent garder le contrôle sur les éléments qui feront partie de leurs reportages (*Reich*, 2006), rester « *maîtres du script* » (*Cottle*, 2003), fournir leur propre interprétation des faits (*Revers*, 2014).

---

#### QUESTION DE RECHERCHE ET MÉTHODOLOGIE

---

Que disent les journalistes de leur relation *obligée* avec les relationnistes ? Pour répondre à cette question, nous avons interviewé des journalistes dont les articles sont apparus en Une des quotidiens *Le Journal de Montréal*, *La Presse* et *Le Devoir*, entre novembre 2013 et février 2014, et des journalistes dont les reportages ont fait les manchettes des bulletins radio de *Radio-Canada* et du *98,5fm* (*Cogeco*) et des bulletins télé de *TVA* et de *Radio-Canada*, entre septembre et décembre 2014. Vingt-et-un journalistes ont accepté de consacrer 60 à 90 minutes de leur temps à un entretien semi-dirigé<sup>3</sup>. Les entreprises de presse choisies œuvrent toutes à Montréal et elles ont des propriétaires et des styles différents. Seuls le *Journal de Montréal* et *TVA* ont un même propriétaire, Québecor.

Interviewer ces journalistes se justifie ainsi : La Une offre plus de reportages exclusifs, en comparaison à, par exemple, des cahiers portant sur la mode ou la santé, où le contenu venant des relations publiques est plus présent (*Leteinturier*, 2014 ; *Motion et Leitch*, 2000 ; *Dagenais et Sauvageau*, 1995). Nous voulions ainsi discuter avec des journalistes dont les reportages ont été choisis par les rédactions pour donner le ton à la parution du jour ou au bulletin à l'heure de grande écoute. Peu importe leur *beat*, leur séniorité ou le sujet traité, le but était d'échanger avec des journalistes représentatifs à la fois du

travail régulier d'une salle de nouvelles et du travail « *de qualité* » ou « *de prestige* » (Legavre, 2014), où les journalistes auront mis en œuvre la valeur d'autonomie. On peut en effet présumer que les auteurs des reportages de la Une ou faisant la manchette ont une attitude proactive dans leur recherche d'information, qu'ils « *génèrent leur propre sujet* » comme ils le disent eux-mêmes<sup>4</sup>, qu'ils refusent d'être une « *courroie de transmission* » (Charron, 1995), qu'ils jouissent d'une grande autonomie (Dagenais et Sauvageau, 1995).

### Analyse des reportages

Nous avons ciblé chaque jour l'article le plus important en Une selon sa taille et son emplacement, ou le reportage lié à la première manchette, pour choisir les journalistes à qui nous allions parler. Avant de contacter le journaliste, nous avons analysé son article pour y chercher des traces de relations publiques. Nous utilisons une grille développée lors d'une pré-recherche. L'analyse avait trois objectifs. Le premier était de confirmer qu'il y a peu ou pas de production journalistique exempte de relations publiques : même les articles en Une, les plus significatifs pour une salle de nouvelles, contiennent la présence de relations publiques (extrait d'un communiqué, citation d'un porte-parole, etc.)<sup>5</sup>. Le deuxième objectif était d'avoir une amorce pour parler avec le journaliste : nous pouvions discuter de son reportage et confirmer notre analyse de la présence de relations publiques. À la fin de cet entretien, nous proposons de poursuivre la discussion sur les liens entre les journalistes et les relationnistes. Le troisième objectif était de provoquer une réflexion chez le journaliste, réflexion qui allait se poursuivre dans l'entretien long. Nous avons assuré les journalistes que leur anonymat serait protégé. Chacun est identifié ainsi : J-1, J-2, J-3... Quand des croisements de citations pourraient permettre d'identifier un journaliste, la citation est attribuée à « anonyme ».

Le questionnaire long était divisé en deux blocs. L'un portait sur la définition des relations publiques, l'autre sur les relations de travail et les pratiques journalistiques en lien avec les relations publiques. Les questions étaient ouvertes. L'entretien finissait avec une question-conclusion, où le journaliste commentait de façon générale les liens relationnistes-journalistes.

Les entretiens longs ont été transcrits. Nous avons ensuite lu et relu les transcriptions. Nous y avons trouvé des reflets de textes comme le Guide de déontologie des journalistes du Québec, des références à la culture journalistique comme l'importance de l'intérêt public et de nombreux exemples illustrant la relation de pouvoir — les « *power dyna-*

*mics* » (Cameron *et al.*, 1997 : 111) — entre les deux professions. La notion d'autonomie s'est imposée comme thème d'analyse. Nous avons pu organiser le discours des journalistes en cinq sections — collègue obligé, émissaire, proie, antagoniste et cible — pour le rendre intelligible et généralisable, comme l'ont fait des recherches du même type (Macnamara, 2014 ; Shapiro *et al.*, 2013).

---

### UNE RELATION OBLIGÉE

---

« *Finalemment, plus je parle, plus je me rends compte qu'ils sont plus incontournables que ce que je pensais* » (J-21).

Le discours des journalistes confirme la relation obligée avec les relationnistes : tous les journalistes interviewés disent qu'ils n'ont « *pas le choix* » de faire affaire avec des relationnistes pour produire leurs reportages. Cette obligation, corroborée par vingt-et-un journalistes faisant la Une ou la manchette, n'est pas liée seulement aux exigences de production. Les journalistes décrivent l'efficacité des relationnistes pour se rendre incontournables. Ils parlent aussi de la déontologie journalistique, qui les oblige à inclure la version d'une partie visée par un reportage. Cette version sera souvent fournie par un relationniste. Les journalistes disent par ailleurs conserver une marge de manœuvre. Les prochaines sections détaillent la relation obligée des journalistes avec les relationnistes, puis les espaces d'autonomie. Les journalistes sont cités abondamment pour illustrer et justifier les catégorisations proposées.

### L'incontournable relationniste

« *Ce n'est pas parce que les journalistes ne sont pas bons. C'est parce que la machine qui contrôle le message est tellement rodée, tellement efficace* » (J-19).

Les journalistes dépeignent des manières d'agir standardisées : pour entrer dans un organisme ou une entreprise, le journaliste doit se rapporter au relationniste. Il doit aussi lui demander de faire le lien avec les décideurs, les acteurs, les experts. Les journalistes ont un discours uniforme sur l'obligation de négocier avec un relationniste : « *Pour avoir accès au point de vue ou à de l'information, on nous force à passer par des relationnistes* » (J-5). Les journalistes mobilisent des images illustrant la relation obligée : les relationnistes sont « *un mur* » (J-4, J-8), « *une frontière* » (J-20), « *des chiens de garde pour contrôler le message* » (J-19, J-14). Si les journalistes tentent de parler à quelqu'un d'autre, les employés et les cadres réfèrent au relationniste : « *Ils vont me dire "ah, il faut que j'avise les rela-*

tions publiques”. Ils se protègent. Ils ont peur des relationnistes » (J-11). Un journaliste raconte : « J’ai appelé un chercheur l’autre jour. Un gros nom. C’est la relationniste de l’université qui m’a rappelé. Elle m’a dit, “il faut que vous passiez par moi” » (J-19). Des journalistes disent avoir perdu le réflexe d’appeler directement la personne à qui ils veulent parler, « parce que ça ne donne rien » (J-19, J-5).

Le relationniste garde la porte d’entrée des organisations. Cette façon de faire peut être vue comme une voie rapide pour les journalistes : ils peuvent vite entrer en contact avec une personne ressource. Cette manière d’agir est surtout perçue comme une perte de contrôle sur le choix des éléments du reportage : les journalistes ne peuvent pas discuter directement avec une autre source. Ils peuvent appeler leurs sources non officielles, mais ils ne pourront pas les citer. Tôt ou tard, ils doivent se tourner vers un relationniste.

### L’incontournable message

« Il y a toujours des sous-questions pour lesquelles on n’obtient pas de réponse. On n’obtient pas les documents internes. Ou bien on n’a pas accès aux personnes qu’on voudrait interroger » (J-5).

Tous les journalistes décrivent une autre manière d’agir qui peut leur faciliter la vie et qui, en même temps, restreint leur marge de manœuvre : l’efficacité des relationnistes à s’en tenir à leur message clé. Des messages formatés pour s’insérer tels quels dans les nouvelles. Utiles, ils peuvent aussi être frustrants. Un journaliste donne l’exemple d’une relationniste d’un organisme public : « Elle ne dit jamais rien. Elle ne sait jamais rien. Mais c’est la seule personne qui peut te confirmer des informations » (J-9). Des journalistes décrivent la même situation dans des ministères, des corps policiers ou avec des attachés de presse de ministre : « C’est des phrases qui pourraient s’appliquer à toutes les situations : “On est en train d’étudier la situation. On va prendre les mesures appropriées. En temps et lieu, on informera la presse.” » (J-19) Ou encore : « C’est toujours “nous sommes très préoccupés par tel sujet, nous travaillons là-dessus” » (J-6).

Les journalistes décrivent aussi des cas où les relationnistes échangent par courriel. Tous les journalistes interviewés ont une anecdote à propos du gouvernement fédéral<sup>6</sup>. Chacun décrit la même expérience : « Tu fais une demande d’entrevue dans une boîte vocale – parce qu’ils ne répondent plus – ils te renvoient un courriel. Tu n’as même pas laissé ton adresse courriel, ils la trouvent. Et des fois, ça ne répond même pas à la question » (J-17). Un autre

journaliste raconte, à propos d’un reportage récent : « 80 pour cent de ce que le ministère m’a envoyé comme réponse, je ne l’ai pas utilisé parce que c’est des lignes de presse qui sont quasiment des slogans politiques » (J-7). Des entreprises privées suivent le même patron : « Ce qu’on voit de plus en plus, c’est une relationniste qui nous dit “envoyez-moi vos questions”. Et elle nous revient par courriel avec des réponses qui répondent rarement à nos questions » (J-19). Travailler avec ces messages, « Ça finit par donner un texte qui ne veut plus rien dire. Tellement de phrases creuses qu’on ne sait même plus ce que ça veut dire » (J-10) ; « C’est fait pour ne rien dire » (J-11).

Envoyer de l’information à la dernière minute est une autre façon d’obliger les journalistes à utiliser ces lignes de presse : « Ils vont rappeler cinq minutes avant l’heure de tombée. Ils ne peuvent pas être accusés de ne pas avoir répondu. Mais on ne peut pas revenir avec des sous-questions et des demandes de précision » (J-5). Ou encore, « Ils savent que s’ils font une conférence de presse à 11 h 15, toi t’es en direct à midi, tu n’auras pas le temps de vérifier. Alors t’es un peu pris pour agir comme courroie de transmission » (J-17). Difficile de construire un discours autonome, différent du discours officiel, dans ces conditions. Ces lignes de presse et cette rigidité font que les journalistes sont moins maîtres de leur script.

### Les impératifs de production

« J’ai passé ma journée en ondes. Dans ce cas-là, je n’ai pas le choix de me fier au communiqué » (J-14).

Les journalistes pressés disent qu’ils ont besoin des relationnistes et de leurs communiqués de presse. Cela leur donne accès rapidement à du matériel crédible : « C’est plus facile parce que l’information est déjà résumée. Je la trouverais ailleurs. Ce serait juste plus long » (J-12). D’autres journalistes disent, « Il faut nourrir la bête. Dès qu’il y a de quoi qui sort, il faut que ça se retrouve sur le web tout de suite » (J-4) ; « La “cassette” du relationniste, ça peut faire notre affaire quand on est pressés » (J-18).

Des journalistes constatent que les relationnistes proposent des sujets « clé en main », où tout est prévu : le rapport, l’expert, le témoin. Il ne reste plus qu’à narrer l’histoire : « L’Association va te trouver une mère monoparentale qui souffre, le reportage est “custom made” » (J-20). Un journaliste décrit une stratégie utilisée par l’industrie pharmaceutique : « Une firme de relations publiques va s’arranger pour que tu sois mis en contact avec un patient. Il va se plaindre de ne pas avoir accès au traitement

*X ou Y parce qu'il n'est pas disponible au Québec : "Vous devriez faire un article sur moi parce que je suis dans une situation désespérée" » (anonyme). Un autre journaliste parle du domaine scientifique : le relationniste « me fournit tout. Il me fournit l'étude. Il me fournit l'éditorial. Il me fournit le contact du chercheur » (anonyme).*

Des journalistes déplorent par ailleurs que des relationnistes connaissent bien les routines de production en « profitent ». Par exemple, « *Ils attendent le vendredi en fin de journée pour publier des rapports de 800 pages. Tout le monde sait qu'une salle de rédaction un vendredi à 16 h 30, c'est jamais moins alerte qu'à ce moment-là* » (J-4). Laisser du temps passer peut aussi mener à l'abandon d'un reportage : « *Ils savent que s'ils nous font attendre, l'histoire peut perdre de son intérêt* » (J-5). « *C'est le grand truc des relationnistes : ils ne te rappellent pas* » (J-20).

Douze journalistes parlent explicitement des conditions de production qui les poussent vers le matériel préformaté des relationnistes. Ce matériel répond à leurs exigences. Les relationnistes sont des sources fiables, disponibles, qui anticipent leurs besoins. Les journalistes exercent leur jugement éditorial critique en choisissant de publier ou non l'information. Ils peuvent aussi trier et reformuler ce qui leur est proposé. Mais leurs impératifs de production peuvent aussi les conduire à être une courroie de transmission.

### Les impératifs déontologiques

« *T'as comme pas le choix. T'as un reportage à livrer et puis il faut que tu donnes l'autre côté de la médaille* » (J-17).

Quinze journalistes parlent de déontologie pour expliquer pourquoi ils doivent utiliser du matériel venant des relations publiques. Pour avoir « l'air objectif », disent-ils, il faut citer toutes les parties impliquées dans un reportage, offrir aux acteurs « *une possibilité de donner leur point de vue* » (J-3, J-4). Ainsi, ils insèrent la « ligne » du relationniste : « *C'est une question d'honnêteté intellectuelle. Dans la démarche journalistique, c'est important* » (J-21). Par exemple, quand un protagoniste « *ne veut pas donner d'entrevue. Il embauche une firme de PR pour sortir un petit communiqué de presse dans lequel il y a une belle citation, et c'est la seule qu'on a. Eh bien on va la prendre* » (J-2). Un autre dit : « *On est obligés de les citer. Puis des fois, c'est frustrant, parce que tu sais que ce qu'ils disent dans le communiqué n'est pas tout à fait exact. Et s'ils te l'avaient dit en entrevue, tu aurais sous-questionné. Mais là, tu ne peux pas* » (J-19). À d'autres moments, ce sont

les relationnistes qui utilisent la déontologie à leur avantage. Un attaché de presse représentant l'opposition peut se servir de l'obligation d'équilibre pour faire pression (J-1). Ou, un autre exemple, un journaliste met une publication en ligne et « *le relationniste appelle cinq minutes après la publication pour dire "hey, nous on n'a pas pu s'exprimer dans cet article-là, ajoutez notre point de vue"* » (J-5).

Les obligations de rigueur et de véracité mènent aussi les journalistes à se tourner vers les relationnistes : « *Un communiqué, ça demeure une valeur sûre. Dans la mesure où ils vont me dire ça fait combien de temps que telle personne fait ceci dans tel domaine. Ça devient un peu comme l'encyclopédie* » (J-14). « *Une grande organisation dit quelque chose, on va la croire* » (J-2). « *En principe, la relationniste ne peut pas nous bullshitter* » (J-15). Les informations venant d'un relationniste assurent que personne ne sera mal cité : « *Ils vont te dire "voici la ligne officielle de ce qu'on pense par rapport à un événement". Ça, je vais l'utiliser* » (J-18). En cas de faute ou de méprise, le relationniste sera responsable : « *On n'est jamais sûr à 100 pour cent de l'information qu'ils nous donnent mais ça vient d'une voix officielle. Si ce n'est pas la bonne information, ce sont eux qui ont l'air fou plus tard* » (J-16). Le relationniste devient une assurance-véracité factuelle.

Aucun journaliste ne remet en question les valeurs d'équilibre, d'équité ou de rigueur. Ils constatent toutefois que ces obligations font partie des facteurs les incitant, et parfois les obligeant, à utiliser du matériel venant des relationnistes. L'autonomie, valeur clé de la déontologie journalistique, est ici confrontée à d'autres obligations déontologiques restreignant la marge de manœuvre des journalistes.

---

## LES ESPACES D'AUTONOMIE

---

### Le collègue obligé

« *Veut, veut pas, des bonnes relations, c'est assez important* » (J-14).

Puisque le relationniste est un acteur incontournable, au message incontournable, les journalistes choisissent de s'accommoder de ces conditions. Dix-neuf journalistes disent traiter les relationnistes comme des collègues obligés, avec qui il faut éviter les relations tendues : « *Un relationniste que tu dois appeler dans deux jours et la semaine prochaine, tu vas t'arranger pour avoir une bonne relation avec lui* » (J-12) ; « *Si tu commences à t'engueuler, t'as pas fini là, parce*



qu'il y a des gens que tu côtoies quasiment chaque semaine » (J-17). Les journalistes veulent s'assurer que les portes vont continuer de s'ouvrir : « S'ils me demandent de ne pas parler [d'un fait] et ça n'a pas rapport avec mon sujet, je ne le ferai pas. Parce qu'ils ne m'inviteront plus jamais » (J-6). Personne ne veut courir le risque d'être écarté d'événements ou de briefing. « Si je me prends la tête avec un attaché, il faut que je revienne puis il faut que je me force à être gentil. Il faut que je sois tenu au courant s'il y a des conférences de presse. Si je fais des demandes d'entrevues, il faut que ça aboutisse » (J-1). Ces journalistes font le choix de la diplomatie pour pouvoir exercer un minimum d'autonomie factuelle. En entretenant des liens constructifs avec les relationnistes, les journalistes maintiennent leur entrée dans les organisations.

### L'émissaire

« Une bonne relationniste, pour moi, c'est quelqu'un que tu appelles, à qui tu expliques ton besoin et qui te met en contact avec quelqu'un qui connaît le dossier. Et elle assiste à la rencontre pour protéger la personne de son entreprise » (J-19).

Tous les journalistes interviewés, sauf un, voient les relationnistes comme des alliés potentiels dans la mécanique de l'accès à l'information. Certains journalistes ont intégré les relationnistes à leur routine : « Les relations publiques font un peu le travail pour nous, dirigent notre regard en quelque sorte » (J-14). Des journalistes voient les relationnistes comme leur représentant : « Ils vont tenter de convaincre les patrons que c'est important d'aller de l'avant, de sortir l'information, d'en donner plus » (J-16). Plusieurs perçoivent les relationnistes travaillant dans les ministères comme des agents qui devraient être à leur service : « Il y en a qui travaille pour les médias, pour le public » (J-16 ; J-2).

Un journaliste souligne que plusieurs relationnistes sont d'anciens journalistes ayant gardé leurs réflexes, « ils vont m'appeler puis me dire "il se passe telle affaire, penses-tu que ça serait un bon sujet ?" » (J-6) Des relationnistes deviennent ainsi des sources, fournissant « des documents internes » (J-5). De la même façon, des relationnistes de groupes de pression remettent aux journalistes des documents obtenus en vertu de la Loi de l'accès à l'information, comptant sur les journalistes pour rendre l'information publique. Des journalistes racontent que des relationnistes ayant confiance en eux vont leur confier des reportages pour éviter qu'une situation devienne un scandale : « La relationniste m'a appelé et m'a

dit, "Peux-tu le faire ? Je n'ai pas envie de donner ça à n'importe qui, puis que ça sorte mal". Elle m'avait refilé l'histoire, pour que l'histoire sorte correctement » (J-9).

D'autres journalistes décrivent des expériences où leurs objectifs rejoignent ceux des relationnistes : « On peut avoir des intérêts communs » (J-4, J-18). Par exemple, une relationniste a donné accès à des travailleurs qui voulaient attirer l'attention sur leurs conditions : « Elle était quasiment comme ma relationniste à moi. Elle avait son intérêt : "on va montrer qu'on aide". Mais son intérêt allait dans le même sens que le mien » (anonyme). Un autre a travaillé avec un relationniste pour faire état d'actes criminels et inciter les victimes à sortir de l'ombre. Ou encore, « Ça peut aussi être un ONG qui veut aller chercher des dons, qui a intérêt à nous ouvrir les portes de son opération de sauvetage » (anonyme).

Des journalistes décrivent des situations où un relationniste les a mis en relation avec un expert difficile d'accès, par exemple, un sous-ministre : « Il m'a effectivement dit des choses qui n'auraient pas passé la rampe s'il les avait dites à une relationniste qui avait fait vetter [approuver] cela par son boss. Mais c'est de plus en plus rare qu'on a accès à cela » (J-19). J-3 raconte une expérience similaire : « La relationniste m'a permis de faire une entrevue et même, j'étais assez surpris, il n'y avait pas de porte-parole dans la salle pendant l'entrevue pour écouter ce qu'on disait ». D'autres journalistes font état de moments où le porte-parole parle : « Étonnamment, j'ai appelé un lobbyiste et relationniste pour l'industrie, et il a fait des critiques auxquelles je n'aurais pas pu m'attendre. [...] Des fois on a des surprises » (J-11).

Quand les relationnistes ouvrent les portes de leurs organisations et leur facilitent la vie, quand les intérêts des uns et des autres se rejoignent, les journalistes investissent ces lieux d'autonomie. Des lieux qui restent délimités par les relationnistes, mais où les journalistes peuvent choisir les faits et les déclarations à insérer dans leur reportage.

### La proie

« Ils sont un peu obligés de répondre à nos questions » (J-7).

Une autre aire d'autonomie est de reprendre le discours des relationnistes pour les forcer à répondre aux requêtes des journalistes : « Quand on me répond "on n'est pas disposé à commenter tel sujet", je réponds, "C'est votre rôle, votre unique rôle, de commenter, de répondre aux questions, de donner de l'information" » (J-6) ; « Je leur dis, "vous



êtes au service de vos membres et vos membres comptent sur vous pour les défendre. C'est dans votre intérêt" [de répondre à mes questions] » (J-11). Ou encore, « Si vous empêchez votre patron de me parler, vous allez avoir l'air fou, alors que vous n'avez pas de raison d'avoir l'air fou ! » (J-19)

Des journalistes donnent des ultimatums : « Dans une demi-heure, je vais devoir dire que vous n'avez pas retourné mes appels. Alors vous avez une position à me donner ou non ? » (J-17) « Je dis, "Écoutez, moi je publie demain, que vous m'avez répondu ou pas. Voici mon cellulaire". Ils n'ont pas de raison de ne pas me rappeler » (J-12). Dans le même ordre d'idée, certains journalistes vont réaliser leur reportage, attendre à la toute fin pour appeler le relationniste et dire : « Tu as le choix que j'inclue ton point de vue, ou que je dise que tu n'as pas répondu » (J-16, J-2). Un autre explique sa stratégie : « Je veux qu'ils soient un peu pris, qu'ils soient mis devant le fait accompli parce que ça donne quelque chose de plus intéressant » (J-4). Ou encore : « Si j'ai assez d'information je vais bluffer, je vais dire "bon ok, moi je vais publier ça, ça, ça demain. Je vous donne l'occasion de rectifier les faits". Ça marche assez bien » (J-6)

Treize journalistes décrivent ainsi comment ils mettent l'accent sur l'efficacité des relationnistes, sur leur rôle de porte-parole toujours prêts et disponibles. Ils utilisent la rhétorique des relationnistes pour avoir accès à des sources ou à un minimum d'information.

### L'antagoniste

« Moi je pars du principe que s'il y a une règle du relationniste, il ne faut pas embarquer dans le jeu » (J-1).

Les journalistes insistent sur leur autonomie : ils déploient des efforts pour esquiver ou contourner le relationniste. Ils vont dire, par exemple, qu'ils « désobéissent » ou qu'ils « ne respectent pas les règles » ou encore, qu'ils ne respectent pas le « protocole » établi par le relationniste (J-1). « Rébellion » est aussi un mot employé : « Si tout le monde se rebellait contre ça, ça n'existerait plus, mais ce n'est pas le cas » (J-7). Le verbe « déroger » (J-4) est aussi utilisé : « Je déroge à la politique d'entreprise » (J-2), de même que « permission » : « C'est sûr qu'ils vont dire non si on leur demande la permission. Alors non, on ne respecte pas les limites imposées par les relationnistes » (J-12). « Sermon » et « chicane » sont aussi évoqués : « Moi je me suis fait chicaner dans le passé parce que j'avais réussi à parler au patron sans être passé par la relationniste. J'ai dit "bien regarde là, j'ai fait mon travail de journaliste" » (J-

10). Un autre raconte : « Je me suis fait sermonner il y a deux semaines par un PR qui n'était pas content qu'on ait parlé de son maire. Il m'appelle et il me dit "tu n'as pas fait ton travail, tu savais très bien qu'il fallait que tu passes par moi" » (anonyme).

Les journalistes donnent des exemples concrets de « contournement » : « Chaque fois qu'on parle à une source non officielle on contourne les règles du porte-parole » (J-3). Ou encore, quand les relationnistes insistent sur les questions admises lors de conférences de presse : « Bien tu laisses passer quelques questions puis après tu vas sur autre chose » (J-4, J-7, J-9) ; « Le jeu, c'est évidemment de se faufiler. C'est sûr. On est payé pour faire ça » (J-20). Faire perdre l'équilibre ou faire sortir du script prévu font aussi partie des efforts : « En reposant une question ou en les relançant tu réussis parfois à avoir juste une ligne de plus puis tu sens que le relationniste a regretté aussitôt » (J-13). Ou encore, « Mieux se préparer avant de les appeler. Avoir déjà déterré des choses sur eux. Dans ce temps-là ils perdent leurs moyens, ils sont pris au dépourvu » (J-11).

De la même façon, des journalistes disent se servir des relationnistes pour s'en déprendre : « C'est rare que mon objectif c'est de parler au relationniste. Je passe par le relationniste pour ensuite aller plus loin » (J-6, J-2). Cette façon de faire prend plusieurs formes : utiliser une conférence de presse comme point de départ pour un reportage sans lien avec la conférence, se rendre à un événement promotionnel pour parler à une personne autrement difficile d'accès (J-20 et J-8). Des journalistes disent bluffer : « Des fois, pour interviewer quelqu'un, le seul moyen d'être en face de la personne, c'est de dire au relationniste que tu vas l'interviewer sur son spinn. Une fois en face de lui, tu lui poses bien les questions que tu veux » (J-9).

Refuser les règles de fonctionnement des relationnistes s'apparente à une mutinerie. Mais dix-huit journalistes affirment que ça fait partie d'un bon travail journalistique. C'est un moyen d'obtenir de l'information différente du discours officiel, de développer leur propre interprétation des faits, de garder le contrôle sur le choix des éléments de leurs reportages.

### La cible

« Un moment donné, j'ai juste filmé la conférence de presse puis j'ai fait un reportage là-dessus » (J-20).

Un espace d'autonomie décrit par quatorze journalistes est de montrer du doigt le relationniste et

les ratés de la relation : « *Si on se fait donner une cassette, je veux le faire comprendre au lecteur* » (J-1, J-17). Des journalistes prennent le public à témoin : « *On a toujours le pouvoir de dire “à telle ou telle question, elle n’a pas répondu”, puis de demander au public de juger la valeur de cette réponse* » (J-7, J-9) ; « *C’est révélateur aussi quand tu mets textuellement ce qu’on t’a dit puis que tu montres qu’on ne répond pas à tes questions* » (J-13).

Quand les journalistes se retrouvent dans un cul-de-sac, ils vont construire le reportage en mettant de l’avant leur démarche journalistique : « *Voici ce qu’ils pensent, ils l’ont dit dans un communiqué. Nous, voici les informations qu’on a* » (J-18). Dans ces cas, « *On appuie un peu plus fort sur le crayon* » (J-8), « *Je me défoule* » (J-11). Un autre dit, « *Lorsqu’en allant fouiller plus loin on se rend compte que ce que le porte-parole nous a donné, c’est pas tout à fait ça, ça fait un peu plaisir de démontrer qu’il est un peu à côté (rires)* » (J-3).

Quand le relationniste devient la cible du reportage, c’est que l’échange s’est retrouvé dans une impasse. Le journaliste peut utiliser son pouvoir éditorial pour illustrer la situation : « *C’est nous qui avons le dernier mot. Et là-dessus, il n’y a pas de contrôle* » (J-1) ; « *En bout de ligne, c’est toujours nous qui avons la décision finale* » (J-16). Mais ce pouvoir est limité : le reportage manque d’information de fond et il fait état d’un manque d’autonomie factuelle du journaliste.

---

## DISCUSSION

---

« *J’ai l’impression qu’ils l’ont emporté sur l’information, de façon générale* » (J-17).

Les relations publiques posent un défi à l’autonomie journalistique. Les journalistes qui font la Une ou les manchettes sont obligés de travailler avec les professionnels des relations publiques et d’utiliser du contenu préparé par les relationnistes. Leur discours atteste qu’il n’y a pas de journalisme sans relations publiques (Macnamara, 2014). Les structures des organisations forcent les journalistes à s’adresser aux services des relations publiques. Les impératifs de production et les valeurs déontologiques des journalistes les mènent aussi à solliciter les relationnistes. De plus, les façons de travailler des relationnistes – messages formatés, échanges par courriel, délais de réponse – restreignent les choix des éléments qui font partie des reportages.

Face à cette réalité, les journalistes s’aménagent des aires d’autonomie. Ils le font en ad-

mettant d’abord que les relationnistes font partie de leurs *conditions* de production. En traitant les relationnistes comme des « collègues obligés », les journalistes les rangent au même niveau que, par exemple, les limites de temps ou le travail multi-plateforme. Éviter, se déprendre, confronter les relationnistes demeurent des objectifs, comme le montre l’espace d’autonomie où les journalistes voient et traitent les relationnistes comme leur « antagoniste ». Les relationnistes font alors partie des *contraintes* de production. Quand cette contrainte de production devient insurmontable, les journalistes peuvent décider d’en faire l’objet de leur reportage, leur « cible ».

Les journalistes peuvent aussi se servir des relationnistes comme des *outils* de production. Des journalistes voient les relationnistes comme leurs « émissaires », à leur service. Ils traitent aussi les relationnistes comme une « proie » : en insistant sur le fait que les relationnistes sont là pour répondre à leurs questions (leurs « émissaires »), ils se servent du manque d’autonomie imposé par les relationnistes (leurs « collègues obligés ») pour regagner de la marge de manœuvre. Quand ces stratégies échouent, les journalistes se servent de leur pouvoir éditorial pour l’illustrer : les relationnistes deviennent – à nouveau – la « cible » de leur reportage.

Ces cinq espaces d’autonomie montrent que les liens relationnistes-journalistes sont imprégnés de contradictions, d’ambivalences et de doutes. Par exemple, la grande majorité des journalistes interviewés (20) voient les relationnistes comme leurs émissaires ; en même temps, la grande majorité des journalistes interviewés (18) décrivent aussi les relationnistes comme des antagonistes. Les différents rôles attribués aux relationnistes varient selon l’angle, l’expérience ou l’anecdote mobilisés par le journaliste. Un même relationniste peut être un collègue obligé, puis une proie ou une cible, selon les échanges du moment. Différents répertoires interprétatifs sont ainsi utilisés quand les journalistes détaillent leurs échanges avec les relationnistes (François, 2014).

Analysé sous la loupe des trois niveaux d’autonomie, factuelle, perçue et symbolique, le discours des journalistes montre ceci : ils ont une faible autonomie factuelle face aux relationnistes. Leurs choix de sources et de citations sont restreints. Leur capacité à rester maîtres de leur script est limitée. Ils arrivent à fournir leur propre interprétation des faits, à organiser les discours et les informations collectés, ils conservent leur liberté éditoriale, mais à l’intérieur des limites établies par les relationnistes. Les journalistes formatent

du discours construit en grande partie par les relationnistes, ou du discours permis, ou libéré, par les relationnistes.

Cela se reflète dans l'autonomie perçue : les journalistes disent qu'ils ont de la difficulté à avoir les coudées franches pour développer un discours inédit, différent du discours officiel des sources. Dans le même souffle, ils insistent sur le fait qu'ils se « rebellent » contre les limites imposées par les relationnistes. Ils résistent aux entraves. Ils refusent d'agir comme courroie de transmission. Presque tous les journalistes interviewés utilisent cette rhétorique de rébellion. Cela montre l'importance de l'idéologie journalistique – l'autonomie symbolique.

C'est cette autonomie symbolique qui motive les journalistes à tirer profit des portions d'autonomie factuelle. L'esprit critique dont font preuve les journalistes est une autre manifestation de leur autonomie symbolique : leur admission de ne pas avoir les coudées franches face aux relationnistes et leur façon de s'adapter – en traitant les relationnistes comme des collègues obligés, émissaires, antagonistes, proies ou cibles – attestent leur esprit critique. Ils montrent ainsi leur compétence journalistique.

L'autonomie symbolique est toutefois fragilisée quand les journalistes choisissent d'illustrer leur manque d'autonomie factuelle dans leurs reportages, quand ils prennent le relationniste pour cible. Ce faisant, les journalistes tirent profit de leur autonomie factuelle pour montrer en fait qu'ils manquent d'autonomie. Cette façon de faire comporte des dangers parce qu'elle peut miner leur idéologie protectrice. L'autonomie symbolique est aussi en péril quand les journalistes utilisent les relationnistes comme des outils de production – leurs « émissaires » – ou quand ils plaident pour qu'ils deviennent des outils de production – quand les relationnistes sont leur « proie ». Les journalistes acceptent alors de confier une partie de leur autonomie factuelle à quelqu'un d'autre, au point où ils peuvent devenir eux-mêmes les émissaires des relationnistes, quand par exemple un relationniste confie une primeur à un journaliste.

Dans ces cas, le journaliste peut sembler servir des intérêts particuliers, manquer de distance face aux pouvoirs ou aux groupes de pression.

---

## CONCLUSION

---

Seul le seul point de vue des journalistes qui font la Une ou la manchette dans le marché montréalais a été recueilli ici. La Une est une vitrine, mais elle ne dit pas tout d'un média ni du travail de production. Ouvrir la recherche à des journalistes œuvrant en région ou couvrant des *beats* spécialisés donnera un portrait plus précis de l'état des liens entre les journalistes et les relations publiques. Le point de vue des relationnistes, qui se perçoivent notamment comme des « *co-constructeurs d'information* » (Maisonneuve, 2010 ; Dagenais, 2004), viendra aussi nuancer l'enquête.

Notre recherche s'inscrit dans la continuité des travaux des sociologues du journalisme. Charron (1994) a montré comment l'actualité politique est le résultat de négociations entre des attachés de presse et des journalistes. Legavre a parlé des journalistes et des communicants comme des « *associés-rivaux* » (2011). Schlesinger (1987) a décrit la professionnalisation des sources, leur capacité à anticiper les routines des journalistes pour leur fournir du « *prêt à publier ou diffuser* ». Avant eux, Gans (1979) a bien dessiné la danse entre les sources et les journalistes, précisant que les sources mènent cette danse. Développée de façon inductive, la typologie proposée dans cet article montre comment les journalistes qui tiennent à construire un discours inédit s'aménagent des espaces d'autonomie face aux relationnistes, leur source obligée.

### Remerciements

Sophie Boulay, PhD, co-chercheure ; Audrey Desrochers et Gaëlle Engelberts, étudiantes à la maîtrise en communication, UQAM.

---

Soumission de l'article : 22/02/2016

Acceptation : 21/03/2017

## NOTES

---

<sup>1</sup> Guide de déontologie de la Fédération professionnelle des journalistes du Québec (FPJQ) <https://www.fpq.org/deontologie/> ; Guide de déontologie du Conseil de presse du Québec (CPQ) ; Normes et pratiques journalistiques de la Société Radio-Canada (SRC) <http://www.cbc.radio-canada.ca/fr/rendre-des-comptes-aux-canadiens/>.

<sup>2</sup> Les dates d'examen des Unes et des manchettes ont été choisies au hasard. L'équipe tenait à interviewer les journalistes à des moments « normaux » de l'actualité — pas l'été, quand les activités sont plus lentes, ni lors d'une catastrophe, quand toutes les ressources journalistiques sont mobilisées.

<sup>3</sup> Nous incluons une entrevue réalisée lors de l'étude pilote visant à tester notre questionnaire, le questionnaire n'ayant pas subi de modification à la suite de cette entrevue. Les vingt-et-un journalistes ont signé un formulaire de consentement conforme aux règles éthiques de la recherche de l'UQAM : <http://recherche.uqam.ca/ethique/humains/projets-approbation-ethique.html>.

<sup>4</sup> Cinq journalistes interviewés utilisent cette expression. Un journaliste précise : « *Si on veut sortir de la vraie nouvelle, on ne va pas appeler les relationnistes* » (J-4). Ces journalistes se font un devoir de ne pas « être à la remorque de l'industrie des relations publiques » (J-12, J-20, J-21).

<sup>5</sup> Nous en sommes arrivés à 38,6 % de présence de relations publiques en Une. Mais ce pourcentage est plus ou moins fiable parce que beaucoup d'informations venant *sans doute* des relations publiques ne sont pas identifiées (Boulay et Francoeur, 2014).

<sup>6</sup> Le parti au pouvoir a changé le 19 octobre 2015. Il a promis plus de transparence : <http://pm.gc.ca/fra/nouvelles/2015/11/13/>.



## RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

---

- Boulay, S., Francoeur, C., 2014, « Donner priorité aux données », *Approches Inductives*, vol. 1, no 1, pp. 1-32.
- Cameron, G., et al., 1997, « Public Relations and the Production of News », in Bursleson, B. (Éd.), *Communication Yearbook 20*, Thousand Oaks, Sage, pp. 111-155.
- Charron, J., 1994, *La production de l'actualité*, Montréal, Boréal.
- Charron, J., 1995, « La reconnaissance du pouvoir symbolique des journalistes politiques : une question de rhétorique », *Hermès*, no 16, pp. 229-240.
- Cottle, S., 2003, « News, Public Relations and Power : Mapping the Field », in Cottle, S. (Éd.), *News, Public Relations and Power*, London, Sage, pp. 3-24.
- Dagenais, B., 2004, « Les relations publiques, véritable instrument de démocratie », *Communication*, vol. 23, no 1, pp. 19-40.
- Dagenais, B., Sauvageau, F., 1995, « L'équivoque dans les métiers de la communication », *Communication et organisation*, no 8, pp. 21-38.
- Deuze, M., 2005, « What is Journalism ? Professional identity and ideology of journalists reconsidered », *Journalism*, vol. 6, no 4, pp. 442-464.
- Francoeur, C., 2012, *La transformation du service de l'information de Radio-Canada*, Québec, Presses de l'université du Québec.
- Francoeur, C., 2014, « Les répertoires interprétatifs des journalistes discutant de leurs liens avec les relations publiques : les paradoxes et contradictions réconciliés », *Communication et organisation*, no 46, pp. 224-248.
- Gans, H., 1979, *Deciding What's News*, Illinois, Northwestern University Press.
- Gestin, P. et al., 2009, « La production multisupports dans des groupes médiatiques français », *Cahiers du journalisme*, no 20, pp. 84-95.
- Hayes, A., Singer, J. B., Ceppos, J., 2007, Shifting Roles, Enduring Values : The Credible Journalist in a Digital Age », *Journal of Mass Media Ethics*, no 4, pp. 262-279.
- Hjarvard, S., 2008, « The Mediatization of Society : A Theory of the Media as Agents of Social and Cultural Change », *Nordicom Review*, vol. 29, no 2, pp. 105-134.
- Jackson, D., Moloney, K., 2016, « Inside Churnalism. PR, Journalism and Power Relationships in Flux », *Journalism Studies*, vol. 17, no 6, pp. 763-780.
- Legavre, J.-B., 2011, « Entre conflit et coopération. Les journalistes et les communicants comme "associés-rivaux" », *Communication et langages*, no 169, pp. 105-123.
- Legavre, J.-B., 2014, « Communication et journalisme : ombres portées, ombres croisées », *Les Cahiers du journalisme*, vol. 26, no 1, pp. 12-34.
- Leteinturier, C., 2014, « Les journalistes face à la communication », *Hermès*, vol. 3, no 70, pp. 50-55.
- Macnamara, J., 2014, *Journalism and PR : Unpacking « Spin », Stereotypes, and Media Myths*, New York, Peter Lang Publishing.
- Maisonneuve, D., 2010, *Les relations publiques dans une société en mouvance*, Québec, Presses de l'université du Québec.
- Mazzoleni, G., 2008, « Mediatization of Society », in Donsbach, W. (Éd.), *The International Encyclopedia of Communication*, Malden, MA, Blackwell, vol. VII, pp. 3052-3051.
- Molotch, H., Lester, M., 1996 [1974], « Informer : une conduite délibérée de l'usage stratégique des événements », *Réseaux*, vol. 14, no 75, pp. 23-41.
- Motion, J., Leitch, S., 2000, « The Truth Games of Public Relations Politics », *Australian Journal of Communications*, vol. 27, no 2, pp. 65-80.
- Nygren, G., Dobek-Ostrowska, B., Anikina, M., 2015, « Professional Autonomy », *Nordicom Review*, vol. 36, no 2, pp. 79-95.
- Pew Research Center, 2010, « How News Happens » [En ligne], [http://www.journalism.org/analysis\\_report/how\\_news\\_happens](http://www.journalism.org/analysis_report/how_news_happens).
- Reich, Z., 2006, « The Process Model of News Initiative », *Journalism Studies*, vol. 7, no 4, pp. 497-514.
- Reich, Z., 2010, « Measuring the Impact of PR on Published News in Increasingly Fragmented News Environments », *Journalism Studies*, vol. 11, no 6, pp. 799-816.
- Revers, M., 2014, « Journalistic Professionalism as Performance and Boundary Work : Source Relations at the State House », *Journalism*, vol. 15, no 1, pp. 37-52.
- Ringoot, R., 2014, *Analyser le discours de presse*, Paris, Armand Colin.
- Shapiro, I. et al., 2013, « Verification as a Strategic Ritual », *Journalism Practice*, vol. 7, no 6, pp. 657-673.
- Schlesinger, P., 1987, *Putting Reality Together*, Londres, Methuen.
- Schlesinger, P., 1992 [1990], « Repenser la sociologie du journalisme. Les stratégies de la source d'information et les limites du média-centrisme », *Réseaux*, vol. 10, no 51, pp. 75-98.
- Singer, J. B., 2004, « Strange Bedfellows : Diffusion of Convergence in Four News Organizations », *Journalism Studies*, vol. 5, no 1, pp. 3-18.
- Sissons, H., 2012, « Journalism and Public Relations : A Tale of Two Discourses », *Discourse & Communication*, vol. 6, no 3, pp. 273-294.



**Fr.** L'article discute du défi que posent les relations publiques à l'autonomie journalistique. Des entrevues avec 21 journalistes montrent qu'ils sont obligés de travailler avec les professionnels des relations publiques et d'utiliser du contenu préparé par les relationnistes : les structures des organisations forcent les journalistes à s'adresser aux services des relations publiques ; les impératifs de production et les valeurs déontologiques des journalistes les mènent aussi à solliciter les relationnistes ; de plus, les façons de travailler des relationnistes – messages formatés, échanges par courriel, délais de réponse – restreignent les choix des éléments qui font partie des reportages. Les journalistes disent qu'ils ont de la difficulté à avoir les coudées franches pour développer un discours inédit, différent du discours officiel des sources. Leur capacité à rester maîtres de leur script est limitée. Ils arrivent à fournir leur propre interprétation des faits, à organiser les discours et les informations collectés, ils conservent leur liberté éditoriale mais à l'intérieur des limites établies par les relationnistes. Les journalistes formatent du discours construit en grande partie par les relationnistes, ou du discours permis, ou libéré, par les relationnistes. Dans le même souffle, les journalistes insistent sur le fait qu'ils se « rebellent » contre les limites imposées par les relationnistes. Ils refusent d'agir comme courroie de transmission. Pour ce faire, les journalistes s'aménagent des espaces d'autonomie où les relationnistes jouent différents rôles : le collègue obligé, l'émissaire, la proie, l'antagoniste et la cible. Les différents rôles attribués aux relationnistes varient selon l'angle, l'expérience ou l'anecdote mobilisés par le journaliste. Un même relationniste peut être un collègue obligé, puis, une proie ou une cible, selon les échanges du moment. Ainsi, les relationnistes font partie tour à tour des *conditions* de production, des *contraintes* et des *outils* de production des journalistes.

**Mots-clés :** journalisme, autonomie, sources, relations publiques, conditions de production.

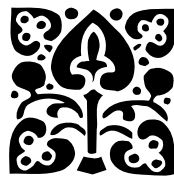
**En.** How journalistic autonomy is being challenged by the public relations industry is the focus of this article. Interviews conducted with 21 journalists reveal a number of reasons for their escalating reliance on PR professionals and PR content. Among these are organizational structures that are conducive to a dependence on PR services; journalistic production deadlines and ethical obligations that make PR professionals convenient and necessary sources; and the working methods used by PR professionals themselves—pre-formatted messages, a preference for email exchanges, delays in response time, etc.—that all have a significant impact on what makes it into a news story and what is left out. Journalists admit to struggling to produce copy that doesn't simply reproduce the official line of their PR sources. They are aware that their ability to tell a story the way they want to tell it can, at times, feel compromised. If they still manage to put their own spin on the facts provided—to organize the material as they see fit and safeguard their editorial freedom—they do so within constraints imposed by their PR counterparts. In effect, journalists sometimes see themselves as formatters of a discourse largely constructed by the PR profession—a discourse, if you like, that carries the PR stamp of approval and is under PR control. At the same time, journalists insist that they do stand up to the PR profession, refusing to serve as a mere mouthpiece for the latter. It is a paradoxical relationship—at once obligatory, at once negotiable—and journalists' descriptions of it do suggest that they have some leeway within it. Five autonomous zones of possible action can be identified, and within each, the PR person plays a particular role vis-a-vis the journalist: the obligated colleague, the special envoy, the prey, the antagonist and the target. As regards these roles, they can vary according to the angle being sought by the journalist who mobilizes it; how experienced that journalist is; and how it serves the anecdote being proffered. Depending on the context, the same PR professional can play a number of roles—at once the inescapable colleague, at once the scapegoat or target. One way or another, PR professionals are increasingly an integral part of the conditions and constraints of production to

which journalists, as a profession, are subjected, and are perhaps even constitutive of the very tools of their trade.

**Keywords:** journalism, autonomy, sources, public relations, conditions of production.

**Pt.** O artigo discute o desafio imposto pelas relações públicas à autonomia jornalística. Entrevistas com 21 jornalistas mostram que eles são obrigados a trabalhar com profissionais de relações públicas e utilizar o conteúdo preparado pelos RPs. De fato, as estruturas das organizações obrigam os jornalistas a se dirigirem aos serviços de relações públicas, os imperativos de produção e os valores deontológicos dos jornalistas também os levam a solicitarem o trabalho dos RPs. Além disso, a forma de trabalhar dos profissionais de relações públicas – mensagens formatadas, trocas por e-mail, prazos de resposta – restringem as escolhas dos elementos que vão integrar as reportagens. Os jornalistas afirmam ter dificuldades para produzir um discurso livre, diferente do discurso das fontes oficiais. Sua capacidade de continuarem mestres de sua atuação é limitada. Eles chegam a fornecer suas próprias interpretações dos fatos, a organizar os discursos e informações coletadas e conservam sua liberdade editorial, mas dentro dos limites estabelecidos pelos RPs. Os jornalistas formatam um discurso em grande parte construídos pelos relações públicas, um discurso autorizado, ou liberado, por esses profissionais. Nesse sentido, os jornalistas insistem no fato de que eles se “rebelam” dos limites impostos pelos relações públicas. Eles recursam agir como correia de transmissão. Para isso, os jornalistas criam espaços de autonomia onde os RPs desempenham diferentes papéis: o colega coagido, o emissário, a presa, o antagonista e o alvo. Os diferentes papéis atribuídos aos RPs variam de acordo com o ângulo, a experiência ou a anedota mobilizados pelo jornalista. Um mesmo relações públicas pode ser um colega coagido e depois uma presa ou um alvo, conforme as trocas que ocorrem a cada momento. Assim os RPs fazem parte, dependendo do caso, das *condições* de produção, dos *constrangimentos* e das *ferramentas* de produção dos jornalistas.

**Palavras-chave:** jornalismo, autonomia, fontes, relações públicas, condições de produção.



# Les webdocumentaires, un terrain d'expérimentation numérique

CHLOË SALLES

Maître de conférences  
 Université Grenoble-Alpes  
 GRESEC  
 France

chloe.salles@univ-grenoble-alpes.fr

LAURIE SCHMITT

Maître de conférences  
 Université Grenoble-Alpes  
 GRESEC  
 France

laurie.schmitt@univ-grenoble-alpes.fr



Les créateurs de webdocumentaires insistent souvent sur les dimensions multi voire transmédia de ces productions, sur leur structure narrative délinéarisée et sur l'interactivité qu'elles proposent. Selon la définition proposée par le Centre Georges Pompidou en 2002, il s'agit d' « *un documentaire travaillé avec les outils multimédias, textes, images, vidéos, une manière de mettre les nouvelles technologies au service de la connaissance et d'un point de vue* » (Gantier et Bolka, 2011). Plutôt que d'interroger les webdocumentaires en termes de pluralité de formes et de contenus (Broudoux, 2011 ; Bolka et Gantier, 2011 ; Lesson, 2013) ou de relations avec les utilisateurs (Gantier, 2016), nous les envisageons ici selon la diversité des compétences des professionnels qu'ils réunissent et selon les motivations des médias qui en diffusent ou soutiennent ces créations. Car, les webdocumentaires sont d'une part « *le fruit du travail collectif d'une équipe pluridisciplinaire ; cette fois également composée d'un webdesigner, d'un architecte web, d'un développeur, voire d'un community manager* », comme le précise Guillaume Thoulon (2014), juriste à la SCAM (Société Civile des Auteurs Multimédia). Ils sont d'autre part le produit d'initiatives technologiques qui participent au renouvellement et à la reconfiguration des pratiques médiatiques. Nous formulons dès lors l'hypothèse selon laquelle les webdocumentaires sont un terrain privilégié d'expérimentation numérique aux

## Pour citer cet article

### Référence électronique

Chloë Salles, Laurie Schmitt « Les webdocumentaires, un terrain d'expérimentation numérique », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>



logiques d'acteurs différenciées à deux échelles : celle des professionnels et celle des médias. Cette problématique qui s'inscrit en Sciences de l'information et de la communication se construit dans la continuité de travaux en sociologie des professions (sociologie du journalisme, de l'art, de la culture) et en socio-économie des médias et des industries culturelles, et s'éloigne d'une perspective exclusivement sémiotique.

La méthodologie repose tout d'abord sur une série de 24 entretiens semi-directifs menés entre 2013 et 2015 auprès de deux rédacteurs en chef, deux responsables des nouvelles écritures, six journalistes, quatre réalisateurs, quatre producteurs, un game designer, trois développeurs et deux graphistes. Ils portent sur le parcours et les expériences professionnelles de ces acteurs, leur métier, leurs missions, leurs relations avec les autres professions avec lesquelles ils travaillent dans la création de webdocumentaires, les représentations qu'ils ont de leur profession et leur définition et conception de ces webproductions. La méthodologie prend ensuite appui sur l'analyse de 50 et 75 webdocumentaires diffusés respectivement sur *Le Monde.fr* et *Arte.tv*. Les indicateurs que nous avons référencés sont : la date de diffusion, les auteurs (et leurs métiers), les producteurs, les aides et soutiens, les partenaires, les équipes (principalement web), l'utilisation de logiciels, le type de contenus mobilisés (photos, vidéos, textes, sons, etc.), l'appellation même des dispositifs, leur dimension « transmédia » (articulation avec d'autres supports), les thématiques ou sujets abordés dans les productions.

Parmi les médias français ayant mis l'accent sur leur investissement dans le numérique, et notamment dans leur soutien aux webdocumentaires, nous en étudions plus spécifiquement deux acteurs pionniers : *Le Monde* et *Arte*<sup>1</sup>. En outre, ils développent des stratégies différentes à destination des webdocumentaires. *Le Monde* est l'un des premiers journaux français à s'être positionné en ligne avec une édition numérique dès 1995, et *Arte* est, pour sa part, la première chaîne publique proposant en octobre 2007 un dispositif de télévision de rattrapage. *Le Monde* est une entreprise de presse dont l'activité centrale est la production d'information d'actualité généraliste et politique à destination du journal quotidien et du site internet. Cette entreprise est soumise à des enjeux commerciaux et concurrentiels. *Arte* est un média audiovisuel, ayant une mission de service public. Son offre de programmes télévisés est tournée vers la culture et *Arte* se présente comme « une chaîne de soutien à la création », en quête de « forme innovante liée à la culture et aux médias » (*Arte.tv*).

La réflexion s'organise ainsi en deux temps. Nous verrons d'abord que les pratiques professionnelles, individuelles et collectives, impliquées dans la création de webdocumentaires, s'organisent autour de relations de « coopération ». Puis nous développerons comment *Arte* et *Le Monde.fr* se saisissent de ces productions comme une opportunité d'explorer des dispositifs numériques.

---

#### LES WEBDOCUMENTAIRES, DES PRATIQUES PROFESSIONNELLES DE « COOPÉRATION »

---

Les webdocumentaires s'ancrent, à l'échelle des professions, dans des pratiques de « coopération » (Becker, 1988). Les professionnels œuvrant à la création de webdocumentaires se trouvent ainsi souvent, dans une démarche individuelle, en quête d'une aura symbolique. Ils développent, au contact d'autres métiers, de nouvelles compétences et cherchent à régénérer ou à diversifier leur réseau. Ils sont enfin membres d'un groupe, d'une équipe composée de profils hétérogènes où les relations s'organisent et se structurent progressivement. Journalistes et réalisateurs se « co-adaptent » au contact d'acteurs du Web et du multimédia. Dans cette perspective, les professionnels du webdocumentaire semblent mettre en place des « tactiques » (De Certeau, 1980) de légitimation de compétences et de redéfinition de territoires déjà flous tels que celui de l'activité journalistique ou celui de l'activité de réalisation audiovisuelle.

#### Un auteur, des auteurs

Les professionnels du webdocumentaire soulignent à maintes reprises que ces productions émanent d'une démarche d'auteur. Tous les professionnels interrogés s'accordent sur ce point. L'un d'entre eux indique : « *Je suis un journaliste à l'ancienne et un auteur de webdocumentaire* » qui a un point de vue, une vision. Il ajoute : « *dire journaliste objectif, c'est malhonnête !* ». Pour ce professionnel, l'activité journalistique est compatible avec celle d'auteur. La chercheuse Roselyne Ringoot montre d'ailleurs dans son travail sur les livres de journalistes « *le statut auctorial symbolique* (que le livre) *peut conférer au journaliste amené à partager ce support d'expression avec l'écrivain, l'essayiste, le chercheur* » (Ringoot, 2012 : 73).

L'existence d'un regard d'auteur dans les webdocumentaires est également énoncée par les médias. *Arte.tv* précise :

*Dans le récit ou les images, le programme va au-delà d'une description factuelle ou journa-*

*listique. En d'autres termes, le point de vue de l'auteur ou des auteurs est essentiel. Internet reste aussi à investir pour son potentiel de diffusion auprès d'un public renouvelé – l'écriture de jeunes ou nouveaux auteurs peut s'y exposer dans un environnement qui invite à voir, faire circuler, commenter*<sup>2</sup>.

La référence à l'auteur et au documentaire permet de bénéficier d'une certaine aura. Une productrice du projet *Code Barre* (2011) indique : « *l'ambition est documentaire, les films disent notre rapport aux objets, au monde* ». Pour une autre réalisatrice et productrice, le documentaire offre « *un point de vue sur le réel* », est « *plus libre* », « *plus indépendant* » qu'un reportage journalistique. Les professionnels à l'initiative de webdocumentaires revendiquent la mise en œuvre d'une démarche documentaire au long cours. Pour *No es una crisis* (2012), issu de deux ans de réalisation, les réalisateurs sont motivés par une volonté de sortir des « carcans ».

Selon Claude Forest (2013 : 110), l'auteur est doté « *d'éléments de valorisation symbolique et financière* ». Dans cette perspective, la référence à l'auteur s'inscrit-elle dans une démarche symbolique ou dans une quête de reconnaissance statutaire (à la fois juridique et financière) ? Si la démarche d'auteur fait consensus chez l'ensemble des professionnels interrogés, ceux-ci pointent aussi des différences dans la façon de vivre leur « statut » d'auteur. En effet, des différences sont notables entre réalisateurs, journalistes et designers par exemple.

C'est le réalisateur qui « *a la responsabilité majeure de conduire la mise en œuvre du projet artistique* » (Creton, 2005 : 222) et pour cela, il est considéré comme auteur et rémunéré en droits d'auteur. Selon la législation française, sont reconnus comme auteurs dans la production audiovisuelle : l'auteur du scénario, des dialogues, de l'adaptation, de la composition musicale, de l'œuvre préexistante adaptée et le réalisateur (art. L113-7 du CPI). Sont en revanche a priori exclus de ce statut les monteurs et les cadres, par exemple.

Dans le cas du journaliste, le statut d'auteur est à interroger. En effet, la carte d'identité professionnelle des journalistes est attribuée, à la demande, par la CCIJP (Commission de la Carte d'Identité des Journalistes Professionnels), lorsque plus de 50 % de revenus annuels sont perçus dans le cadre d'une activité journalistique. Cependant, la CCIJP ne comptabilise pas les droits d'auteur. Mais le mode de rémunération des webdocumentaires n'est pas stabilisé. L'une des journalistes rencontrées précise que ses webdocumentaires lui sont rémunérés parfois à la pige, parfois en droits d'auteur. Ainsi, les journalistes rétribués en droits d'auteur, et qui se

consacrent à la production de webdocumentaires sur de longues périodes, prennent le risque de perdre la carte d'identité journalistique. Mais la privation de ce statut n'empêche pas au professionnel de continuer de se considérer journaliste.

Les auteurs des webdocumentaires diffusés sur *Arte.tv* et *Le Monde.fr* sont majoritairement des créateurs. Il s'agit de journalistes (25 journalistes sur les 104 professionnels cités comme auteurs sur *Arte.tv*, 32 sur 82 sur *Le Monde.fr*) ou de réalisateurs (38 sur 104 pour *Arte.tv*, seulement 3 sur 82 pour *Le Monde.fr*), dont certains noms sont récurrents. Toutefois, la conception traditionnelle de l'auteur d'une œuvre en tant que créateur s'élargit au créatif. Alejandro Pardo (2011 : 84) distingue « *le concept de créateur (création ex nihilo) et de créatif (création à partir d'un matériau existant)*. Alors que la première catégorie correspond aux auteurs traditionnels d'un film – le scénariste, le réalisateur et le compositeur, la deuxième désigne ceux qui contribuent à donner sa forme définitive ». Dans les crédits des webdocumentaires sont ainsi présentés comme auteurs des créatifs tels que « concepteur-rédacteur-auteur multimédia » (5 pour *Arte.tv*) ou « scénariste-interactif » (3 pour *Arte.tv*). Si l'un des journalistes dit rester « *l'auteur premier* » de ses webdocumentaires, ce dernier désigne aussi « *les designers [comme] co-auteurs* ». La Société Civile des Auteurs Multimédia (SCAM) a développé, en ce sens, un statut d'œuvre multimédia spécifique pour les webdocumentaires : l'œuvre interactive. Selon Guillaume Thoulon, juriste à la SCAM, « *La distinction entre le savoir-faire technique et le travail de création est parfois difficile à établir. [...] Les coauteurs effectuent un apport créatif à l'ensemble de l'œuvre, la marquant de leur empreinte et de leur personnalité*<sup>3</sup> ». Nous observons ainsi un glissement des créateurs aux créatifs dans le cadre de la réalisation de webdocumentaires.

Il n'existe donc pas un seul type d'auteur mais plusieurs façons de pratiquer une démarche d'auteur. Celles-ci se manifestent dans la diversité des créations actoriales qu'il existe, mais aussi dans les stratégies et tactiques de légitimation des professionnels, pour « vivre » ou « survivre ». L'étude des webdocumentaires montre aussi une ouverture du statut d'auteur des créateurs aux créatifs, participant à un élargissement de la conception de l'auteur à des professions jusqu'alors exclues.

### **Des profils polyvalents**

Les professionnels rencontrés déclarent que la réalisation de webdocumentaires s'accompagnerait de l'apparition de nouvelles compétences. Un journaliste à *France Inter* signale :

*Il y a notamment des notions de graphisme, la notion de storytelling (avec les webproductions), d'infographie, de producteur (pour penser les temps de l'information, teaser ton sujet). Ce sont ces nouveaux formats, qui ne sont pas si bien organisés en tant que productions qui font que le journaliste doit se faire un peu tout !*

Des journalistes s'emparent ainsi de compétences notamment techniques qui ne se justifient pas comme une pratique journalistique auprès de la CCIJP, mais dont ils imaginent qu'elles le deviendront dans le cadre des reconfigurations des pratiques journalistiques impliquées par la mise en ligne des médias d'actualité, ou qu'ils justifient comme nourries par leurs compétences journalistiques initiales. Le directeur de l'information de *Radio-Canada.ca* explique « *rechercher des journalistes plus polyvalents qui savent notamment fouiller des bases de données* ». Cet élargissement des compétences confirme ce que Rémy Rieffel (2001) avait déjà identifié à propos des mutations des conditions de travail des journalistes, qui se font de plus en plus polyvalents et multi-canaux. Néanmoins, dans cet élargissement des compétences, les webdocumentaires marquent avant tout une étape dans le parcours, dans la carrière et la trajectoire des professionnels. Plusieurs éléments en attestent.

Tout d'abord, les professionnels qui en réalisent ont un profil de « touche à tout », guidés par une volonté d'explorer et de se renouveler sans cesse. Cette ambition se concrétise notamment dans la réalisation de webdocumentaires mais surtout dans des projets qui se veulent innovants. Prenons trois exemples de professionnels différents. Le premier, photjournaliste, a trouvé dans les webdocumentaires, une forme d'accomplissement : « *J'ai toujours été geek et quand j'ai regardé ce qui se faisait autour du transmédia, j'ai dit BANCO !* ». La deuxième, réalisatrice et productrice, a commencé à faire du code, à manier des logiciels comme Photoshop en parallèle de ses études en cinéma. Elle indique « *J'ai toujours été dans les deux mondes : l'ancien et le numérique* ». Aujourd'hui, elle est réalisatrice et productrice indépendante de films et de projets web, après avoir travaillé pendant 8 ans à l'Office National du Film au Canada. Elle développe un intérêt pour la mobilité, les écrans tactiles et fait beaucoup de veille. Le troisième, game designer, a fait un « *parcours à l'envers* » :

*J'ai commencé comme game designer pour des jeux indépendants, puis en tant que professionnel j'ai suivi une formation spécialisée en design de niveau de jeu (ce qui est de statut inférieur au game designer), puis j'ai repris des études en médias interactifs, plus*

*précisément en scénarisation interactive car j'avais un intérêt pour la narration.*

Les dénominations de certains professionnels dans les crédits, tels que « *creative-producer cross-media* » et « *concepteur-réalisateur multimédia* » viennent également souligner leur caractère polyvalent.

Nous constatons également une mobilité forte des professionnels interviewés, qui changent de statuts, de métiers et de projets en raison des aléas professionnels, des incertitudes économiques et donc, de la précarisation des métiers. Ce constat n'est pas nouveau. La mobilité professionnelle est une tendance au sein de la plupart des professions artistiques (Forest, 2013 : 110) et journalistiques (Rieffel, 2008 ; Leteinturier, 2013). Ces professions s'accompagnent souvent d'un statut précaire d'intermittent ou de pigiste. Dans ce contexte, la mobilité est forte ainsi que le changement de métiers ou la formation continue. De fait, « *des journalistes prennent la caméra dans le cadre de production webdocumentaire* » (directeur de l'information de *Radio-Canada.ca*). Dans cette lignée, certains suivent des formations techniques afin de devenir journalistes vidéos pour les éditions numériques des médias et d'acquérir une spécialisation technique et non plus thématique (telle que culture, sport, économie, etc.).

Cette polyvalence des professionnels du webdocumentaire s'accompagne en outre de formes de pluriactivité (De Verdalle, 2011 : 162) et de polyactivité (Lizé, 2014 : 125). Dans le cas de pluriactivité, c'est-à-dire d'exercice de plusieurs métiers dans le même champ (Lizé, 2014 : 127), certains professionnels cumulent, par exemple, activités de réalisation et de production. La difficulté, comme le souligne l'un d'entre eux, c'est qu'« *il faut être bon dans tout et très bon dans une chose* ». Des formes de polyactivité apparaissent également, dans le cas où les professionnels exercent « *plusieurs métiers dans différents champs* » (Lizé, 2014 : 127). Un journaliste énonce par exemple : « *Mes compétences ? Navigation, scénarisation, programmation, design musique, bruitage...* » D'autres professionnels développent, en parallèle de leur activité principale, une activité de formation en enseignant ou en faisant des conférences dans des festivals comme « *agents de liaison entre l'ancien et le nouveau monde* ». Une journaliste, à la fois pigiste, formatrice et auteur-réalisatrice de webdocumentaires, confie avoir envoyé son dossier de renouvellement de carte de presse à la CCIJP accompagnée d'une longue lettre de deux pages expliquant comment ses pratiques journalistiques nourrissent son activité de formatrice en écoles de journalisme reconnues par la CPNEJ

(Commission Paritaire Nationale de l'Emploi des Journalistes), qui elle-même participe à la diversification des pratiques journalistiques (puisqu'elle porte souvent sur la réalisation de nouvelles formes de journalisme, tels les diaporamas sonores, ou la gestion de projets multimédia, webdocumentaires notamment).

Dès lors, les personnes rencontrées cumulent les rôles professionnels. Certains profils *Twitter* en témoignent : « *photographe, journaliste, enseignant multimédia, entrepreneur & supporter transmedia et i-docs, blogueur et auteur* ». Les crédits des webdocumentaires du *Monde.fr* et des webproductions d'*Arte.tv* le confirment : « *producteur et scénariste nouveaux médias* », « *journaliste, auteur, concepteur multimédia* », « *photojournaliste, documentariste, directeur photo, réalisateur* ». Un professionnel, interrogé à ce sujet, précise se considérer journaliste, auteur, producteur et diffuseur de contenus. Il souhaite intervenir à tous les niveaux de la chaîne de production jusqu'à maîtriser la publication des contenus, en penser la ré-exploitation et contrôler les canaux de diffusion. Dès lors, il mobilise ses compétences selon les étapes d'avancée dans le projet en fonction des situations et des interlocuteurs. Ainsi, les acteurs se coiffent de la casquette qui convient au moment opportun et font preuve de capacités d'adaptation.

Ces éléments viennent, en définitive, confirmer, au sein du journalisme, l'atomisation de l'identité professionnelle et le brouillage des frontières (deux tendances identifiées par Christine Leteinturier en 2013). Ils soulignent également, dans le secteur de l'audiovisuel, des formes de porosité et une remise en cause du découpage classique de la chaîne de production : réalisation-production-diffusion par la multiplication de profils polyvalents et qui cumulent les rôles professionnels. *Arte* par exemple, est coproducteur mais aussi diffuseur. Cela conduit les professionnels de la chaîne à être impliqués en production dans les choix techniques, la distribution et l'organisation même du projet. Ceci amène à revisiter les rapports professionnels. Néanmoins, les webdocumentaires demeurent une activité de niche, au sein des industries culturelles et médiatiques. En effet, « *c'est un tout petit secteur, c'est extrêmement fragile* » (responsable des webproductions et projets transmédia chez *Arte*). L'étude des carrières et des trajectoires des professionnels n'atteste pas d'un revirement de situation au sein des secteurs professionnels mais confirme qu'un processus engagé de longue date au sein des professions journalistiques et audiovisuelles est à l'œuvre. Ce processus est celui de la redéfinition constante des pratiques et des territoires professionnels.

## Des équipes non stabilisées

Les professionnels interviewés insistent sur le fait que la création de webdocumentaires émanerait d'une activité collective. Pour le webdocumentaire *Code Barre* (2011), est indiqué :

*Arte et l'ONF se sont d'abord entendus pour coproduire et diffuser deux œuvres interactives sur deux ans, à parité tant du point de vue financier que créatif. [...] Cette collaboration n'est pas née d'une nécessité financière ou technique, mais d'une véritable envie d'innover ensemble, en mettant nos expériences en commun, comment repousser les frontières du documentaire interactif ? Comment contribuer à marquer un nouveau jalon dans son évolution ? (Arte.tv)*

Il se situerait à la croisée du journalisme, de l'audiovisuel, des jeux vidéo et du multimédia. Des relations de coopération voire des synergies seraient à l'œuvre entre différents métiers. Comme le précisent Samuel Gantier et Laure Bolka (2011 : 120) :

*Ce format médiatique hybride aux frontières poreuses et instables réunit des champs professionnels disparates et souvent divergents dans leur approche de l'image : réalisateurs de films documentaires, photographes, journalistes, producteurs plurimédia, programmeurs (base de données, HTML, serveur), développeurs flash, web-designer, community manager, etc.*

Nous pouvons dès lors nous demander quelles sont les relations entre les différents professionnels ?

Les crédits des 125 webproductions étudiées sur *Le Monde.fr* et *Arte.tv* font mention d'une diversité d'équipes regroupant des boîtes de production, des agences web ou multimédia (Agence Pan !, Interval, Once Upon, Plokker, etc.) et des médias. Les équipes sont donc composées d'une variété de métiers, ce qui conduit à une « *distribution des rôles jouée de manière inédite à chaque projet* » (responsable des webproductions et projets transmédia chez *Arte*). Par exemple, le webdocumentaire *Anne Frank au Pays du Manga* (2012) est créé par un réalisateur, un dessinateur, un concepteur réalisateur multimédia et un chef opérateur-photographe. Cette dimension collective de l'activité de réalisation n'est pas spécifique aux webdocumentaires. Des chercheurs ont souligné que le journalisme (Arquembourg, 2011) ou « *le cinéma est incontestablement une activité collective* » (De Verdalle, in Jeanpierre, Roueff, 2014 : 63). Dans le cas des webdocumentaires, l'articulation entre des métiers de différents champs



professionnels s'intensifie. Aussi, journalistes et réalisateurs côtoient chefs de projets, développeurs, intégrateurs, graphistes, designer, concepteurs multimédia, programmeurs, ergonomes, etc.

Toutefois, qui dit collectif, ne dit pas collégial. Les relations à l'œuvre ne sont ni équilibrées ni portées par les mêmes enjeux, les cultures de métiers étant très différentes. La réalisation d'un webdocumentaire émane souvent de motivations individuelles d'un porteur de projet voire d'un binôme (notamment journaliste/photographe, journaliste/réalisateur, réalisateur/game designer), mais rarement d'un groupe. Le fonctionnement en binôme rappelle ce que Laure De Verdalle (2014) a identifié en tant que « *carrières couplées* » au cinéma. Elle souligne ainsi que « *ces tandems [réalisateur/producteur] correspondent à l'image d'une supposée complémentarité des rôles qui placerait le réalisateur du côté de l'artistique et le producteur du côté de l'économique* » (De Verdalle, in Jeanpierre, Roueff, 2014 : 65). Dans le cas des webdocumentaires, les professionnels du multimédia se retrouvent, quant à eux, du côté de la technique. Une productrice considère les graphistes et les développeurs comme des techniciens à qui elle donne des ordres. Des formes de hiérarchisation entre les membres du groupe apparaissent dès lors. Les acteurs rencontrés insistent d'ailleurs sur l'importance d'avoir un « *chef de chantier* ». Cette hiérarchisation conduit à considérer le webdocumentaire comme une œuvre collective et non comme une œuvre de collaboration, au sens où le prévoit le Code de la Propriété Intellectuelle (art. L113-2 du CPI).

En définitive, les pratiques professionnelles entre les différents membres de l'équipe sont-elles de complémentarité, de coopération ou encore de compétition ? Elles nous semblent relever de la coopération au sens d'Howard Becker (1988) dans la mesure où elles relèvent de situations variées de « *faire avec* ». Évoquons d'abord des situations de délimitation des sphères d'action de chacun. Un documentariste explique, par exemple, se lancer dans la réalisation d'un webdocumentaire avec une journaliste mais les activités de l'un et de l'autre sont bien délimitées : la journaliste écrit le livre et lui, crée le webdocumentaire. Le réalisateur précise : « *On se répartit la tâche* ». Citons ensuite des situations d'évangélisation où des professionnels essaient d'expliquer leur démarche à des collaborateurs potentiels et ainsi, de les séduire. Un producteur indique notamment à propos de ses collaborations avec des journalistes :

*Ces deux univers qui semblent être complètement opposés, surtout en France, le journaliste ne veut rien avoir à faire avec le corporate car c'est une question d'éthique. Mais ce sont deux milieux qui ont la même probléma-*

*tique, c'est sensibiliser et attirer l'attention des gens. Aux journalistes, il faut leur parler de la finalité. Ça ne sert à rien de faire un beau webdoc s'il n'est pas vu. Il ne faut pas leur dire que tu vas faire Coca Cola, mais que tu vas ramener du flux sur ton truc pour capter du contenu.*

Mentionnons enfin des situations de co-adaptation des uns et des autres, qui évoluent et font « au contact de ». Ainsi des journalistes étendent-ils leurs savoir-faire à d'autres compétences et des non-journalistes (ex. des producteurs) s'intéressent-ils au journalisme. Un game designer énonce que sa pratique du game design a énormément changé au contact d'un journaliste dans son rapport à l'information (« *il était intéressant de voir ce que X voulait mettre en avant de l'information ou de l'émotion* »), dans le fait de penser le niveau de profondeur de l'interaction narrative, la « *substance* » du projet et dans l'objectif de garder en tête que « *l'intention narrative est le cœur du projet* » et qu'il faut « *sortir des standards* ». Le journaliste précise pour sa part : « *nous nous sommes trouvés parfois en situation renversée au sens où le game designer pense au documentaire et moi, au game play. Nos rôles se sont vus alors inversés* ». D'autres, des développeurs par exemple, interviennent lors de la phase de montage (Charbonnier, 2016). Cette diversité de situations révèle que les équipes ne sont pas stabilisées. Cette non-stabilisation témoigne à son tour d'un échec des synergies attendues entre journalisme, audiovisuel et multimédia. En effet, la mobilité des professionnels, la pluralité des profils, les motivations et logiques individuelles ne les favorisent pas. Cette non-stabilisation atteste d'un terrain d'expérimentation numérique pour les professions concernées et ce, à titre individuel en termes de démarche et de statut mais aussi à titre collectif en termes de relations tâtonnantes, de sphères d'actions et d'activités ou de compétences spécifiques à tel ou tel métier.

---

#### LES WEBDOCUMENTAIRES, DES PRATIQUES MÉDIATIQUES D'EXPLORATION

---

Les webdocumentaires s'inscrivent, à l'échelle des médias, dans des pratiques d'exploration. Ils se présentent comme un type de productions web menées en partie à l'aveuglette, dans une démarche d'expérimentation c'est-à-dire de « *création* » et d'« *innovation* » en termes de contenus médiatiques. Ils se développent dans des stratégies de diversification des médias, diversification en termes de marchés, de savoir-faire et de publics. Ils sont enfin portés par des financements qui, s'ils ne sont pas stabilisés, empruntent beaucoup au système de production audiovisuelle classique. Les



webdocumentaires participent ainsi à révéler comment les médias tentent de se valoriser économiquement et symboliquement en ligne.

### Des productions web expérimentales

Les médias (*Arte* et *Le Monde*) mettent en avant le caractère expérimental de ces productions web. *Arte* précise : « *tous les webdocumentaires, webreportages et webfiction* [sont des] *des créations et des expériences pensées pour le web avec les outils les plus innovants* ». Une réalisatrice et productrice explique, à propos du webdocumentaire : « *On expérimente, il ne faut pas le former. Cela fait dix ans qu'on expérimente* ». Dans cette optique, les webdocumentaires traiteraient d'une diversité de sujets, innoveraient en termes de format, mêleraient une pluralité de contenus voire articuleraient différents médias. Qu'en est-il dans la pratique ?

Concernant les thématiques des webdocumentaires, celles-ci se veulent, dans le cas d'*Arte*, « *ancrées dans les préoccupations du public et la création contemporaine. [Elles] sont très diverses* » (responsable des productions web et projets transmédia chez *Arte*) selon une volonté d'aborder des thèmes peu présents, tels l'histoire et la littérature. Selon le PDG et fondateur d'une entreprise spécialisée dans les logiciels de narration sur l'internet, « *il y a de nombreux journalistes indépendants qui veulent faire du vrai travail de fond, de la vraie enquête, [...] l'interactif* [pousse les journalistes] *à la réflexion et à aller chercher du fond* ». Néanmoins, la diversité des sujets traités dans le cadre de webdocumentaires est discutable. Les sujets des webdocumentaires publiés par *Le Monde.fr* et *Arte.tv* sont récurrents (au sein d'un même média) voire identiques (d'un média à l'autre). Ils correspondent aussi à des marronniers. Il s'agit en effet de rendez-vous inscrits dans les agendas politique et historique ou de grandes questions sociétales. À titre d'exemples : quatre productions traitent d'élections, quatre de la guerre d'Algérie, sept de l'Europe et sept des nouvelles technologies et des données personnelles.

À propos de la conception graphique des webdocumentaires, ces derniers sont présentés comme des dispositifs multimédia au sens où ils mêlent « *le texte, la photo, la vidéo et le développement web* », selon les propos d'un des rédacteurs en chef du *Monde.fr*. Leur dimension multimédia est pourtant à nuancer. Les diaporamas sonores (à base de textes et de vidéos) sont très fréquents au sein du *Monde.fr*. *Arte.tv* privilégie, pour sa part, des projets articulant le dessin, la photographie et la vidéo. Dans un média comme dans l'autre, un webdocumentaire ne

dépasse que rarement deux ou trois types de contenus (vidéo, texte, photo, dessin, etc.) articulés.

Au sujet de l'architecture narrative, les médias conseillent aux porteurs de projets de réaliser des productions non linéaires :

*Il s'agit de proposer des expériences / contenus articulés avec leur environnement. Le parcours n'est pas forcément imposé, mais l'internaute ne doit pas pour autant être privé des repères nécessaires à la tension narrative et la compréhension du contenu. (Arte.tv)*

Un scénariste énonce : « *c'est écrire des histoires qui ne s'inscrivent pas, pour le coup cette fois, dans un continuum linéaire avec un début et une fin* ». Si cette ambition de délinéarisation est annoncée, elle est loin d'être toujours effective. Certains projets demeurent linéaires, tel le webdocumentaire *Alma, une enfant de la violence* (2013). D'autres reviennent par la suite à un format linéaire en proposant une version télévisée, comme pour *Prison Valley* dont le webdocumentaire a été publié en 2009 et le documentaire diffusé en 2010.

En ce qui concerne la navigation au sein de l'interface, les webdocumentaires se doivent d'« *innover dans leur mode de narration, leur structure ou leur traitement* » (*Arte.tv*). Ainsi, en termes de design d'interaction par exemple, une diversité de modes d'interactivité avec le public est proposée (Gantier, 2016). Néanmoins de nombreux projets sont conçus de la même façon et se trouvent formatés par des logiciels auteurs qui pourtant se sont développés dans l'expectative inverse. En effet, une start-up spécialisée dans les logiciels de narration indique, dans son texte de présentation, que ces outils contribuent à « *[voir] fleurir de nombreux projets très variés mais ayant tous comme points communs de témoigner, transmettre et illustrer de manière ludique et innovante<sup>4</sup> !* » Une autre exprime son désir « *[...] d'encourager et de démocratiser la conception de nouveaux formats interactifs [...] de redonner un nouveau souffle au journalisme et plus largement au storytelling en encourageant l'élaboration de projets numériques.* » Dans les faits, l'utilisation de logiciels tels que Wix (créé en 2006), Klynt (2009), 3W Doc (2009-2013), Djehouti (2012) devenu Racontr (2014), participe à un formatage des projets. Les professionnels les mobilisent dans une volonté de rendu professionnel combinée à une démarche autodidacte de formation. Par exemple, de nombreux webdocumentaires réalisés par Samuel Bollendorff sont conçus avec Klynt. Les médias s'en servent, quant à eux, afin de combler le manque de compétences techniques, de moyens matériels et de ressources temporelles en interne des médias. L'un

des rédacteurs en chef du *Monde.fr* explique que ces productions impliquent « beaucoup de développement et un travail de production important » tout ou en partie externalisé, qui requièrent également « beaucoup de ressources (à la fois financières et humaines) avec un retour incertain surtout sur un site d'information comme Le Monde.fr ».

Enfin, les webdocumentaires peuvent être pensés comme un des supports choisis dans un projet « transmédia » de plus grande envergure. Ainsi *Arte.tv* précise-t-il que les webproductions « prennent en compte la multiplicité des supports et leurs usages propres » (*Arte.tv*). Néanmoins, cette orientation n'est pas celle privilégiée par les webdocumentaires diffusés sur *Arte.tv* et *Le Monde.fr*. En effet, seuls 7 sur 50 pour le *Monde.fr* et 25 sur 75 pour *Arte.tv* s'inscrivent dans un projet « transmédia » au sens entendu par le Centre National de la Cinématographie et de l'image animée (CNC) en 2007. Pour le CNC, un projet « transmédia », c'est-à-dire « multi-support », articule trois médias des cinq proposés : cinéma, Internet, télévision, mobile, jeux vidéo (Schmitt, 2015).

Ainsi la diversité recherchée a-t-elle laissé place dans le temps à des formatages et à des standardisations de webdocumentaires et ce, tant dans le fond que dans la forme. Elle s'est accompagnée en outre, pour *Le Monde.fr* d'une réorientation vers des productions plus classiques : les longs formats. Un des rédacteurs en chef adjoints du *Monde.fr* énonce à ce sujet : « des webdocumentaires, on en fait plus beaucoup, voire plus du tout ». Il explique que les webdocumentaires sont « des formats longs qui nécessitent un temps de lecture et de visionnage de plus de 10-15 minutes » et qui ne trouvent pas forcément leur public : « les chiffres de fréquentation sont décevants ». Si *Le Monde.fr* a misé sur ce type de productions, l'entreprise privilégie aujourd'hui les « longs formats ». Ces produits se caractérisent par « moins d'interactivité », « une navigation plus classique », une mise en forme « plus linéaire » et sont « plus rapides à lire ». Leur production est en outre internalisée par le pôle visualisation composé de deux développeurs et un webdesigner. Ce positionnement correspond à un « recentrage par rapport au travail de journaliste » et à une « production qui s'est institutionnalisée » (rédacteur en chef adjoint du *Monde.fr*). En d'autres termes, les webdocumentaires se dessinent comme une expérimentation, parmi d'autres, menées par les médias dans leur positionnement sur le Web.

### **Des stratégies de diversification des médias**

Les discours d'escorte du webdocumentaire véhiculent l'idée selon laquelle ces « nouvelles » produc-

tions des médias offriraient de « nouveaux » publics et de « nouveaux » marchés. C'est ainsi que des médias (tels *Le Monde.fr* et *Arte.tv*) se sont dotés, dans le temps d'équipes internes qui elles, semblent se stabiliser. Le pôle web d'*Arte* est en effet composé d'un service de production de programmes web soutenu et alimenté par une équipe qui travaille sur les réseaux sociaux, l'accompagnement technique et fonctionnel, mais aussi sur la partie administrative. Les missions du pôle web sont d'« accompagner sur les médias numériques, les programmes d'*Arte*, mais aussi d'amener le spectateur vers l'antenne et la télévision de rattrapage, mais encore de réaliser des productions web et des applications » (responsable des webproductions et projets transmédia chez *Arte*). Les programmes web viennent essentiellement du pôle web même s'ils peuvent venir aussi d'autres unités éditoriales telles que l'unité fiction, l'unité reportage, l'unité radio, etc. Ici ce sont des « stratégies de transversalité entre les équipes web et les équipes des programmes traditionnels » qui sont mises en œuvre (responsable des webproductions et projets transmédia chez *Arte*). La diffusion de webdocumentaires s'ancre dès lors dans des stratégies de diversification des médias. Comme le rappelle Laurent Creton (2005 : 141), « Une stratégie de diversification se traduit par un accroissement de variété dans les activités de l'entreprise, par de nouveaux produits, de nouveaux marchés, de nouveaux savoir-faire ». Le chercheur ajoute : « La diversification peut être choisie pour plusieurs motifs : la survie, le placement, le confortement et le redéploiement » (Creton, 2005 : 141). Dans la continuité des propos de l'auteur, nous pouvons nous interroger : *Arte* et *Le Monde* ont-ils développé des webdocumentaires dans des intentions de survie, de placement, de confortement ou de déploiement ?

En raison du contexte de crise des médias, ce choix semblerait provenir d'une volonté de survie. Il s'agirait en effet, pour les entreprises, de vouloir trouver les ressorts pour sortir des difficultés notamment financières mais aussi de relations aux publics. Pour autant, ni *Arte* ni *Le Monde* n'ont réagi en remettant en cause l'activité de l'entreprise. Au contraire, les webdocumentaires sont souvent réalisés au service ou en complément de l'activité journalistique ou audiovisuelle de ces médias. Par exemple, *Arte* propose, à dix-sept reprises, des webdocumentaires en parallèle de films documentaires projetés à l'antenne.

Il ne semble pas s'agir d'une diversification de placement, dans la mesure où, la diffusion de webdocumentaires ne s'accompagne pas *de facto* d'une audience élevée et que ce type de production n'est, à l'heure actuelle, toujours pas rentable. En témoignent les modes de financement et le montage

financier des projets. Une réalisatrice et productrice énonce : « *Internet n'a pas permis de trouver le lingot d'or !* »

Serait-il alors question d'une diversification de redéploiement ? Ici, « *c'est le potentiel de développement de la nouvelle activité investie qui est recherché, plus que sa rentabilité immédiate* » (Creton, 2005 : 142). Les pics de diffusion des webdocumentaires par *Le Monde* et *Arte* sont 2011 pour le premier avec 18 webdocumentaires diffusés (contre 16 en 2010 et 10 en 2012) et 2012 pour le second avec 23 webproductions (contre 11 en 2011, 18 en 2013 ou encore 13 en 2014). Nous notons une baisse significative des webproductions diffusées par *Arte* depuis 2012, voire un arrêt total pour *Le Monde.fr* dès 2013. Cet arrêt s'explique par la volonté du *Monde.fr* de se réorienter vers des longs formats. La diffusion de webdocumentaires ne s'est pas accompagnée d'un regain de croissance à moyen terme pour ces médias. Un professionnel ajoute « *aujourd'hui, tout le monde est en mode datajournalisme* » (co-fondateur de Storycode Paris). En outre, les médias ne valorisent pas ces productions sur le long terme. En effet, la durée des droits d'exploitation de diffusion négociée par les médias est limitée à trois ans, sauf exceptions (exemples des webproductions considérées comme emblématiques telles que *Voyage au bout du Charbon*, *Gaza/Sderot*, etc. qui sont toujours accessibles sur *Le Monde.fr* ou *Arte.tv*).

Ainsi apparaît-il que les webdocumentaires prennent davantage sens dans une stratégie de diversification de confortement. « *La diversification de confortement vise à renforcer le potentiel de compétitivité de l'entreprise par l'adjonction d'une activité complémentaire. Celle-ci permet généralement de constituer un avantage de différenciation* » (Creton, 2005 : 142). En effet, la diffusion de webdocumentaires s'inscrit pour les médias tels que *Arte* ou *Le Monde* dans des stratégies de différenciation vis-à-vis des médias concurrents. Notons d'ailleurs que d'autres médias tels que *Libération*, ou encore d'autres chaînes de télévision n'en proposent pas voire peu. Sur *Arte.tv*, il est indiqué que « *ces productions web, en lien ou non avec l'antenne d'ARTE, sont l'un des points forts et un important facteur de différenciation de l'offre de la Chaîne* ». Si la concurrence est à l'œuvre entre médias, elle ne se retrouve pas entre professionnels du webdocumentaire. Selon la responsable des webproductions et projets transmédia d'*Arte*, « *France TV fait des choses plus expérimentales que nous. Il n'y a pas de concurrence. Au contraire, il s'agit de faire exister une offre et faire vivre un vivier de créateurs et de producteurs* ». Cette citation témoigne du fait

que la création webdocumentaires demeure une activité professionnelle de niche. Elle concerne un public spécifique, un marché réduit, voire inexistant, et regroupe, au niveau des médias, un petit nombre de professionnels.

### Des modes de financement classiques

Les professionnels pointent enfin une forme d'indépendance et de liberté de création afin « *de sortir des temps imposés pour leur réalisation et des temps de fabrication complètement délirants que l'industrie des médias exige d'eux* », selon le propos d'un producteur. Les réalisateurs tentent de s'éloigner des standards télévisuels et les journalistes, des contraintes éditoriales des médias traditionnels. Comme l'indique un journaliste : « *L'idée, c'est de casser les règles (même si j'ai un respect pour le métier : le reportage, l'enquête) : notamment les règles normatives mais aussi les règles sur les positions de journaliste, de producteur, etc. et être en adéquation avec son époque* ». L'élaboration de webdocumentaires permettrait dès lors d'expérimenter avec de nouveaux modes de financement de projets car réalisés de manière indépendante, en dehors des contraintes éditoriales que lui imposerait un média ou une société de production. *Moneyocracy* (2012) est, pour l'un de ses réalisateurs, un exemple de webdocumentaire auto-produit par Happy Fannie, avec des partenariats de diffusion. Notons toutefois que le projet initial décrit par ce même réalisateur comme un « *documentaire transmédia* » composé d'un documentaire interactif, d'un documentaire et d'une BD n'a, au final, pas été réalisé dans sa totalité. Cet exemple témoigne des difficultés de financement rencontrées par les réalisateurs.

Dans la pratique, seuls 15 webdocumentaires du *Monde.fr* sur 50 sont des auto-productions du média ; pour *Arte*, 14 sur 75. En d'autres termes, les webdocumentaires sont majoritairement le fruit de coproductions. Les coproductions se concrétisent notamment entre le CNC, une chaîne de télévision et un producteur. Le CNC participe au financement *via* ses aides automatiques (webcosip) ou sélectives (nouveaux médias). Le CNC a soutenu 28 webproductions diffusées sur *Arte.tv*, 10 sur *Le Monde.fr*. Les réalisateurs de webdocumentaires bénéficient également d'aides financières de la part des régions (Rhône-Alpes, Nord-Pas de Calais, Aquitaine), du fonds *Dailymotion*, de la SCAM ou du soutien du pôle de compétitivité de la Région Rhône-Alpes : *Imaginove*. Dans ce système d'aide classique, le financement participatif ne trouve pas encore sa place. Seuls 3 webdocumentaires ont obtenu un soutien financier *via* une plateforme de *crowdfunding* telle que

*KissKissBankBank*. Pour les chaînes de télévision, la part de financement d'Arte par exemple varie de 40 à 80 % pour un webdocumentaire (responsable des webproductions et projets transmédia chez Arte). Les producteurs, quant à eux, sont variés comme le révèlent les crédits des webdocumentaires d'Arte.tv et du *Monde.fr*. Nous y trouvons, pour la plupart, des sociétés de production audiovisuelle traditionnelles qui ont la responsabilité éditoriale du projet et en garantissent la bonne fin<sup>5</sup>. Ce constat vient nuancer les propos d'Éric Pedon (2012) concernant les webdocumentaires :

*Ce type d'œuvres composites et protéiformes, plus coûteux que les formats traditionnels de reportage ou de documentaire, rassemble désormais des savoir-faire pluridisciplinaires et des structures de production spécialisées (Upian, Honkytonk, Narrative).*

Si les structures spécialisées sont présentes dans les crédits des œuvres<sup>6</sup>, elles ne sont pas dominantes. Ajoutons que ces sociétés produisent peu de webdocumentaires sur une année. Une société comme Upian en réalise deux à trois par an. À ces producteurs s'ajoutent également d'autres types d'acteurs. En effet, les crédits font mention de coproducteurs issus d'entreprises (Dailymotion, Aeon Consulting, CAPA entreprises), d'agences photographiques (Agence Vu') des maisons d'édition (J'ai Lu), des ONG (Le Secours catholique, Unicef) ou encore d'institutions (ONF, CNRS, INA, Gaieté Lyrique, Musée du Louvre). Des médias apparaissent enfin comme coproducteurs : *France 5, Normandie TV, France Culture, l'Express, Mediapart, Radio France, SWR, ZDF, etc.* Une dizaine de webdocumentaires analysés sont d'ailleurs des coproductions *Le Monde.fr* et *Arte*. Enfin, d'autres médias peuvent être des partenaires diffuseurs<sup>7</sup>.

Ainsi, les webdocumentaires s'appuient sur des modes de financement classiques qui s'inspirent des montages financiers à l'œuvre traditionnellement dans la production audiovisuelle. Ces modes de financement ne permettent pas forcément aux équipes de rentrer dans leurs frais et encore moins de faire des bénéfices. L'obtention d'un prix peut *a posteriori* être source de revenu ou de reconnaissance. À ce titre, un projet tel que *Grozny 9 cities* (2014) a notamment obtenu 1000 euros par *Mediapart*, 1000 euros par *Polka* et 7000 euros après avoir remporté le prix Bayeux. En outre, le montage financier des projets indique que les médias ne prennent pas ou peu les risques inhérents à leur réalisation. Ils privilégient souvent un rôle de diffuseur à celui de producteur, participent essentiellement dans le cadre de coproductions et non d'autoproductions, et jouent un rôle d'accompagnateur de projets plus que d'initiateur.

En définitive, les webdocumentaires favorisent moins la création de dispositifs hétérogènes de narration que l'exploration des pratiques médiatiques. En effet, la réalisation, la production et la diffusion des webdocumentaires permettent aux médias d'explorer et de se positionner par rapport à la concurrence, aux publics et aux autres métiers. Les webdocumentaires sont impulsés au sein de médias qui souhaitent innover, développer la création de dispositifs originaux et tester des projets, dans une démarche de « recherche et développement ». Il s'agit pour les médias concernés d'expérimenter des dispositifs innovants, par essais-erreurs et parfois échecs. Il est également question pour *Le Monde.fr* et *Arte.tv* de se positionner, sur le court terme, par rapport à la concurrence par des mécanismes de différenciation et de se repositionner sur le long terme, afin de se recentrer sur leur activité première en privilégiant des formats plus proches de leurs savoir-faire, en s'appuyant sur des professionnels internes (donc, en arrêtant d'externaliser la production) et en préférant des dispositifs plus simples, plus courts et moins interactifs.

Dans le temps long, les webdocumentaires accompagnent la restructuration des médias et la réorganisation de ceux-ci en lien avec le numérique. Ils ne sont ainsi qu'une étape dans le processus évolutif des webproductions réalisées, produites et diffusées par les médias. Leur caractère non stabilisé est souligné par les différentes appellations dont ils font l'objet : webdocumentaire, documentaire interactif, webproduction, expérience transmédia, etc. Il l'est aussi par les tentatives de « création » et d'« innovation » des médias en quête de reconnaissance. Malgré la faible audience réunie par ces productions, et leur standardisation progressive faute de moyens humains et matériels, les webdocumentaires témoignent d'un terrain d'expérimentation numérique pour les médias en termes de contenus, d'usages, mais aussi d'acteurs et de financements.

---

## CONCLUSION

---

Les webdocumentaires offrent une illustration supplémentaire d'une part, des capacités d'adaptation des professionnels du journalisme et de l'audiovisuel à la fragilité de leurs secteurs professionnels et d'autre part, des ambitions différenciées des médias dans leur positionnement sur le Web. Ils sont donc portés par les logiques plurielles d'acteurs.

Ainsi s'inscrivent-ils dans des logiques d'emprunts et de différenciation. Les professionnels du webdocumentaire empruntent aux autres champs professionnels, tels que les jeux vidéo, le Web ou le multimédia, par des effets d'imitations et d'interactions,



leurs compétences et leurs modes de financement. Les webdocumentaires se développent dans une ambition de différenciation des médias, les uns par rapport aux autres. Ils servent la différence et sont portés par des enjeux symboliques plus que financiers (ceux-ci n'étant pour l'heure, pas rentables).

Les webdocumentaires s'ancrent également dans des logiques de détournement et de contournement. Il s'agit en effet pour les professionnels du webdocumentaire de détourner des savoir-faire d'autres professions au contact desquels les journalistes et réalisateurs travaillent, pour se les faire leur, afin d'élargir leurs compétences voire de les redistribuer et de redéfinir les territoires professionnels. Il est également question de contourner les sentiers établis avec la volonté de créer hors des standards et des contraintes. Mais, les modes de financement classiques favorisent difficilement la réalisation de cette ambition. Par ailleurs, si les médias proposent de nouvelles productions, c'est au final pour mieux valoriser leurs productions traditionnelles (articles pour *Le Monde.fr* et programmes TV pour *Arte.tv*). En d'autres termes, les stratégies de contournement

conduisent, *in fine*, à mieux se recentrer sur l'activité principale.

Les webdocumentaires, permettent dès lors de tester des projets nouveaux, de redéfinir les territoires professionnels, de redistribuer des compétences et d'affirmer les spécificités des métiers. Ils sous-tendent des intentions de visibilité du média, de légitimité des professions et de renouvellement des compétences des acteurs participant à leur réalisation ou à leur production. Leur réalisation-production-diffusion s'ancre dans : « (...) *une stratégie de création et de diversité fondée sur la constitution, le perfectionnement et le renouvellement des compétences professionnelles et des talents artistiques* » (Creton, 2005 : 260). Les webdocumentaires sont le reflet de pratiques « *progressives, expérimentales et pluralistes* » (Creton, 2005 : 47) du numérique par les professionnels et par les médias.

---

Soumission de l'article : 11/04/2016

Acceptation : 17/02/2017

## NOTES

---

<sup>1</sup>. Dès lors nous ne prenons pas en compte France Télévisions Nouvelles Écritures, acteur important du domaine, qui s'est lancé dans la production de webdocumentaires plus récemment, en 2012.

<sup>2</sup>. <http://pro.arte.tv/envoyer-un-projet/productions-web/>, consulté le 10 mars 2016.

<sup>3</sup>. Thoulon, G., 6 jan. 2015, « Webdoc, la SCAM verse les premiers droits d'auteur », <http://leblogdocumentaire.fr/2015/01/06/webdoc-la-scam-verse-les-premiers-droits-dauteur>

<sup>4</sup>. <https://racontr.com/fr/equipe/>, consulté le 27 jan. 2016.

<sup>5</sup>. Les sociétés de production traditionnelles sont : 1+1 Production, Agat Films et Cie, Bellota films, Maha productions, 5ème étage production, Alma Films, Les Films du garage, Subreal

productions, Inflammable productions, Kids Up Hill, Point duJour, Camera Lucida productions, Cocottes minute productions, Quark Productions, Trabelsi Productions, Cinétévé, DKB Productions, Hikari Films, Irrévérence films, Les Films d'ici, Les films Grain de sable, Plexus productions, Premières lignes télévision, What's up productions, etc.

<sup>6</sup>. Les sociétés de production spécialisées sont Seppia, Upian, Narrative, Hans Lucas, Happy Fannie, Ligne 4, Sapiens Sapiens, Honkytonk, Small Bang, Toxa ou encore Once Upon.

<sup>7</sup>. Les médias partenaires diffuseurs sont notamment *So Foot*, *Politis*, *Courrier International*, *Les Inrockuptibles*, *Polka Magazine*, *La Croix*, *The Guardian*, *Le Nouvel Observateur*, *Libération*, *Télérama*, *Rue89*, *TV5 Monde*, *The Frankfurter Allgemeine Zeitung*, *The Huffington Post*, etc.



## RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

---

- Arquembourg, J., 2011, *L'Évènement et les médias*, Paris, Éditions des archives contemporaines.
- Becker, H., 2006 [1988], *Les mondes de l'art*, Flammarion.
- Bolka, S., Gantier, L., 2011, « L'expérience immersive du web documentaire : études de cas et pistes de réflexion », *Les Cahiers du journalisme*, nos 22/23, pp. 118-133.
- Broudoux, E., 2011, « Le documentaire élargi au Web », *Les Enjeux de l'information et de la Communication*, <http://www.cairn.info/revue-les-enjeux-de-l-information-et-de-la-communication-2011-.html>.
- Centre Pompidou, 2002, « Les ciném@s de demain : le webdocumentaire », <http://www.centrepompidou.fr/Pompidou/Manifs.nsf/2f6d2a49fa88f902c1256da5005ef33f/35cee60b37d089eac1256b4b004bf6ae!OpenDocument>.
- Charbonnier, M., 2016, « Le montage à l'épreuve du webdocumentaire », *Entrelacs* [En ligne], 12 | 2016, consulté le 7 décembre 2016, <http://entrelacs.revues.org/1802>.
- Creton, L., 2005, *Économie du cinéma. Perspectives stratégiques*, Paris, Armand Colin.
- De Certeau, M., 1990 [1980], *L'invention du quotidien, I : Arts de faire*, Gallimard, coll. Folio essais.
- De Verdalle, L., 2011, « Enchaîner des projets de films : Enjeux croisés autour de la construction d'une carrière de producteur », Creton L. et al. (Éds.), *Les producteurs : enjeux créatifs et financiers*, Paris, Nouveau Monde éditions, pp. 159-172.
- De Verdalle, L., 2014, « Le double travail du producteur cinématographique », in Jean-Pierre, L., Roueff, O. (Éds.), *La culture et ses intermédiaires*, Archives contemporaines, pp. 63-70.
- Forest, C., 2013, *L'industrie du cinéma en France. De la pellicule au pixel*, Paris, La Documentation française.
- Gantier, S., 2016, « Scénariser le rôle et le pouvoir d'agir de l'utilisateur : vers une typologie interactionnelle du documentaire interactif », *Entrelacs* [En ligne], 12 | 2016, consulté le 7 décembre 2016, <http://entrelacs.revues.org/1840>.
- Lesson, B., 2013, « (Hi)story telling : vers un nouveau partage du sensible... », *Terminal*, no 112, pp. 29-41.
- Leteinturier, C., 2013, *Les journalistes français et leur environnement. 1990-2012. Le cas de la presse d'information générale et politique*, Éditions Panthéon Assas.
- Lizé, W., 2014, « Contraintes, intérêts et dispositions à la pluriactivité chez les intermédiaires des "musiques actuelles" », Lizé, W., Naudier, D., Sofio, S. (Éds.), *Les stratégies de la notoriété. Intermédiaires et consécration dans les univers artistiques*, Paris, Éditions des archives contemporaines, pp. 125-138.
- Pardo, A., 2011, « Le producteur de cinéma, une puissance créative », Creton L. et al. (Éds.), *Les producteurs : enjeux créatifs et financiers*, Paris, Nouveau Monde éditions, pp. 67-88.
- Pedon, E., 2012, « Le web documentaire : dispositifs et enjeux d'une pratique médiatique en devenir », Colloque EUTIC' 2012 : *Publics et pratiques médiatiques*, Metz.
- Rieffel, R., 2008, « Éloge des regards croisés », *Médiamorphoses*, no 24, pp. 40-45.
- Rieffel, R., 2001, « Vers un journalisme mobile et polyvalent », *Quaderni*, no 45, pp. 153-169.
- Ringoot, R., 2012, *Le journalisme entre auctorialité et discours. Le journal auteur collectif et la profession auteur générique, le discours et la discursivité journalistiques*, Habilitation à diriger des recherches.
- Schmitt, L., 2015, « "Le transmédia", un "label" promotionnel des industries culturelles, toujours en cours d'expérimentation », *Les Enjeux de l'Information et de la Communication*, no 16/1, pp. 5-17, consulté le lundi 8 février 2016, <http://lesenjeux.u-grenoble3.fr/2015/01-2015-Schmitt/index.html>.
- Thoulon, G., 2015, « La SCAM verse les premiers droits d'auteur », *Webdoc.fr*, 6 janvier, <http://leblogdocumentaire.fr/2015/01/06/webdoc-la-scam-verse-les-premiers-droits-dauteur>.

**Fr.** Cet article envisage les webdocumentaires selon la diversité des compétences des professionnels qu'ils réunissent et selon les motivations des médias qui diffusent, voire soutiennent, ces créations. Ces productions émanent d'une part, d'un travail collectif et sont d'autre part, portées par des initiatives technologiques qui participent au renouvellement et à la reconfiguration des pratiques médiatiques. Dès lors, les webdocumentaires sont un terrain privilégié d'expérimentation numérique à deux échelles : pour les professionnels et pour les médias. Cette problématique se construit dans la continuité de travaux en sociologie des professions (sociologie du journalisme, de l'art, de la culture) et en socio-économie des médias et des industries culturelles. Elle s'éloigne d'une perspective exclusivement sémiotique qui interroge les webdocumentaires en termes de pluralité de formes et de contenus. La méthodologie repose sur une série de 24 entretiens semi-directifs menés entre 2013 et 2015 auprès de journalistes, de réalisateurs, de producteurs, de game designers, de développeurs et de graphistes. Elle prend également appui sur l'analyse de 50 et 75 webdocumentaires diffusés respectivement sur *Le Monde.fr* et *Arte.tv*, deux médias ayant mis l'accent sur leur investissement dans le numérique et notamment, dans leur soutien aux webdocumentaires. La réflexion s'organise ainsi en deux temps. Nous verrons d'abord que les pratiques professionnelles, individuelles et collectives, impliquées dans la création de webdocumentaires, s'organisent autour de relations de « coopération ». Puis nous montrerons comment *Arte* et *Le Monde.fr* se saisissent de ces productions comme opportunité pour explorer des dispositifs numériques.

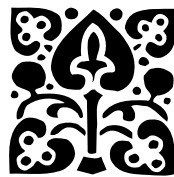
**Mots-clés :** webdocumentaire, expérimentation, pratiques, coopération, médias

**En.** This article considers web documentaries according to both the diversity of professional competences that they bring together and the reasons that motivate media outlets to broadcast, and sometimes support, these creations. These productions are, on one hand, the fruit of collective work and, on the other hand, the result of technological initiatives that take part in the renewal and reconfiguration of media practices. As such, web documentaries are a favourable field for digital experimentation on two levels: for the professionals and for the media. This research question is raised in the continuity of works in sociology of professions (sociology of journalism, art, culture) and in socio-economy of media and cultural industries. This work is distanced from exclusively semiotic perspectives that question web documentaries according to their plurality of forms and content. The methodology consists in a series of 24 semi-structured interviews led between 2013 and 2015 with journalists, web documentary directors, producers, game designers, computer programmers and graphic designers. It also incorporates the analysis of 50 and 75 web documentaries published by *Le Monde.fr* and *Arte.tv*, two media outlets that have put emphasis on their investment in the digital, and moreover in their support of web documentaries. Our reflection is organized according to two stages. First we focus on professional practices, both individual and collective, that are involved in the creation of web documentaries, and organised according to "cooperative" relations. We then develop how *Arte* and *Le Monde.fr* use these productions as an opportunity to explore digital devices.

**Keywords:** web documentary, experimentation, practices, cooperation, media.

**Pt.** Este artigo analisa os webdocumentários em termos de diversidade de competência dos profissionais que integram esse tipo de produção e também de acordo com as motivações das mídias que os difundem, ou mesmo que os apoiam. Essas produções emergem, por um lado, de um trabalho coletivo; por outro, são resultado de iniciativas tecnológicas que participam da renovação e da reconfiguração das práticas midiáticas. Dessa forma, os webdocumentários constituem um terreno privilegiado de experimentação digital em duas escalas: para os profissionais e para as mídias. O problema de pesquisa deste artigo se constrói na continuidade dos trabalhos de sociologia das profissões (sociologia do jornalismo, da arte, da cultura) e de socioeconomia das mídias e das indústrias culturais. Ele se distancia de uma perspectiva exclusivamente semiótica, que analisa os webdocumentários apenas em termos de pluralidade de formas e conteúdos. Sua metodologia está baseada em uma série de 24 entrevistas semiestruturadas realizadas entre 2013 e 2015 com jornalistas, diretores, produtores, game designers, desenvolvedores e artistas gráficas. Ele também está fundamentado na análise de 50 e 75 webdocumentários difundidos respectivamente pelo *Le Monde.fr* e *Arte.tv*, duas mídias que têm se destacado pelo seu investimento no meio digital, sobretudo no apoio dado aos webdocumentários. A reflexão também está organizada em dois momentos. Primeiro, veremos que as práticas profissionais, individuais e coletivas, implicadas na criação de webdocumentários se organizam em torno de relações de “cooperação”. Em seguida, mostraremos como *Arte* e *Le Monde.fr* se utilizam dessas produções como uma oportunidade de explorar os dispositivos digitais.

**Palavras-chave:** webdocumentário, experimentação, práticas, cooperação, mídia.



# Être reporter sans le titre ?

## Les reconfigurations poétiques de la chronique à l'heure de l'invention de l'enquête (1870-1890)

MÉLODIE SIMARD-HOUE

Post-doctorante  
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne  
France  
melodie.houde@gmail.com



*Les reporters, nés au dix-neuvième siècle, sont devenus majeurs au vingtième. Avouons-le, ce sont les rois du monde*<sup>1</sup>. » Jules Claretie, en 1903, admet en ces termes le chroniqueur détrôné et souligne la place conquise par le journalisme d'enquête dans la presse française. La cristallisation des mutations du système médiatique dans le dernier tiers du XIX<sup>e</sup> siècle peut en effet être située autour de 1900, et la figure du reporter en fournit une incarnation emblématique. Marc Martin a montré l'importance du conflit russo-japonais (1904-1905) pour la visibilité et le prestige du correspondant de guerre<sup>2</sup>. Le tournant du siècle voit aussi la multiplication des enquêtes constituées de séries d'interviews, popularisées par Jules Huret à partir de 1891, ainsi que des courses autour du monde, auxquelles se livrent Gaston Stiegler et Henri Turot, en 1901, dans les pas de Nellie Blye. À la même époque, le reportage et le reporter débordent des pages du journal : le premier est plus fréquemment recueilli en volume<sup>3</sup>, tandis que le second s'affirme comme héros de fiction que Gaston Leroux, après Jules Verne et quelques autres feuilletonistes, consacrera bientôt<sup>4</sup>. Les structures de diffusion comme les moyens et le langage de la presse d'information sont en place pour faire rayonner la figure du reporter à travers le spectre de ses avatars — enquêteur, interviewer, correspondant de guerre, fait-diversier, envoyé spécial.

### Pour citer cet article

#### Référence électronique

Mérodie Simard-Houde, « Être reporter sans le titre ? Les reconfigurations poétiques de la chronique à l'heure de l'invention de l'enquête (1870-1890) », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017.

URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

Toutefois, cette « Belle Époque du reportage » n'est que la cristallisation d'une genèse graduelle qui prend racine dans le Second Empire et les premiers temps de la Troisième République. L'histoire littéraire et culturelle de la presse s'est employée à la retracer et a revisité, au cours de la dernière décennie, les origines du journalisme d'enquête en France. Dès 1859 commencent à s'inventer, souvent en des supports ciblés, sous l'impulsion d'événements et d'acteurs particuliers, plusieurs protocoles fondamentaux de l'écriture du reportage : les premiers correspondants de guerre, alors nommés « *chroniqueurs d'armée* » ou « *rédacteurs politiques* », couvrent la campagne d'Italie<sup>5</sup>, Jules Vallès descend dans la mine dans les traces de Dante<sup>6</sup>, les faits-diversiers du *Gaulois* et du *Figaro* traquent les criminels en quête de nouveaux Troppmann<sup>7</sup> – tout cela bien avant que Pierre Giffard ne défende le reportage littéraire, en 1880, et ne recueille ses reportages en les attribuant à un *alter ego* fictionnel, le Sieur de Va-Partout<sup>8</sup>.

Sans doute la chose précède-t-elle souvent le mot, comme le reportage, son « acte symbolique de naissance<sup>9</sup> ». Même si l'entrée de l'enquête de terrain dans la presse française survient dès la fin des années 1850, les journalistes la pratiquant ne se nomment pas « reporters », pour la plupart car le terme, jusque dans les années 1880, conserve un sens restreint aux connotations péjoratives, désignant les chasseurs de faits divers<sup>10</sup>. Autrement dit, la poétique du reportage commence à se former avant la reconnaissance symbolique du genre et souvent sans être désignée comme telle. De plus, l'absence, dans ces premiers temps, de personnel journalistique dédié à la collecte d'information (hormis les faits-diversiers et certains chasseurs de nouvelles spécialisés, reporters parlementaires ou boursiers<sup>11</sup>) entraîne une polyvalence des pratiques, comme l'indique le groupe de journalistes de guerre étudié par Véronique Juneau : parmi eux figure Claretie lui-même, déjà chroniqueur et écrivain avant de partir pour les champs de bataille en 1866 puis en 1870, mieux connu des historiens de la presse en qualité de chroniqueur de la vie parisienne que de correspondant de guerre. Avant 1890, la professionnalisation, doublée de la spécialisation des journalistes est à peine amorcée, une situation qui favorise ces flottements. Enfin, à partir des années 1860, l'affirmation de la contrainte croissante d'« actualité » – que le métier de reporter « *consiste à rechercher*<sup>12</sup> » – et de la quête d'information récoltée de première main suscite une reconfiguration progressive des protocoles d'écriture des genres journalistiques établis (parmi lesquels la chronique dont il sera question ici), en plus d'entraîner la formation de genres nouveaux (comme le reportage).

Les trois phénomènes que l'on vient d'évoquer, à la fois de l'ordre du discours et des représentations, des pratiques et des « *technologies de l'intellect*<sup>13</sup> », se conjuguent pour donner naissance, de 1870 à 1890, à des hybridations de l'écriture journalistique. De telles interférences poétiques s'observent dans les quotidiens mondains qui, les premiers, ont renouvelé leur ligne éditoriale en faisant place au journalisme d'enquête et à l'information récoltée sur le terrain<sup>14</sup>. Dans ce contexte de publication, des textes présentant des traits poétiques hybrides apparaissent, comme on le montrera avec les cas de la chronique anonyme « La Journée parisienne » du *Gaulois* et des chroniqueurs Émile Blavet, Léon Duchemin et Guy de Maupassant. L'étude de ces cas, parents par leur lieu de publication, mais distincts par la renommée de chaque auteur, permet de mettre côte à côte une production journalistique réputée littéraire, d'un auteur reconnu par l'institution, et celles de chroniqueurs à la fortune moindre. Ce décloisonnement est souhaitable, d'une part, dans une approche soucieuse d'employer les outils de la poétique sans *a priori* esthétique pour l'étude des écritures journalistiques<sup>15</sup>. D'autre part, il permet de décliner la diversité d'expression d'interférences génériques à l'œuvre dans une période de forte mutation de la presse.

Il s'agit moins de repérer un modèle théorique d'hybridation générique avec des traits poétiques transversaux que d'observer des déclinaisons particulières d'un phénomène plus général, par l'étude d'un échantillon issu de dépouillements aléatoires<sup>16</sup>. En ce sens, les trois cas étudiés ne proposent qu'autant de variantes d'hybridité générique sur un spectre de possibles historiques, suivant le postulat de Jean-Michel Adam, selon lequel chaque texte présente une généricité propre, produit de la combinaison variable de composantes qui ne peuvent être modélisées en genres prototypiques que de manière tout abstraite<sup>17</sup>. Suivant cette logique, par exemple, la convocation d'une scénographie de l'enquête est une modalité narrative qui caractérise fortement le reportage, tandis que la chronique peut aussi l'inclure, mais se trouve plus marquée, traditionnellement, par d'autres composantes poétiques (que l'on déclinera plus loin).

Or, au cours des années 1870 et 1880, la reconfiguration de la presse parisienne est propice à la production de textes à la généricité ambivalente, où s'entremêlent des composantes plus fortement associées au « prototype » de la chronique (tel qu'il a pu être décrit historiquement dans les études sur la presse du XIX<sup>e</sup> siècle) et d'autres, à celui du reportage, qui commence à se définir dans les discours contemporains. De plus, cette généricité, qu'on peut observer dans des traits poétiques et dans la scène



narrative (ou scénographie) convoquée, entre parfois en friction avec la posture auctoriale construite par le journaliste aux abords de ses articles, voire dans les discours péritextuels tenus par la rédaction du journal ou l'éditeur d'un recueil. L'hybridité générique, dès lors, peut être appréhendée sur différents plans textuels qui seront entremêlés dans les analyses qui suivent<sup>18</sup>.

Ainsi, les trois cas à l'étude reconfigurent, chacun en les dosant différemment, des caractéristiques empruntées aux protocoles respectifs de la chronique et du reportage, comme les postures d'auteurs entremêlent des traits associés aux figures du chroniqueur et du reporter telles qu'on les imagine alors. Parler d'interférences ou d'hybridation ne signifie pas qu'il existerait des formes « pures », mais, à tout le moins, une définition minimale de ce qu'est généralement la poétique de la chronique ou du reportage, une tradition ou un répertoire de possibles génériques contemporains auxquels le journaliste peut puiser, plus ou moins consciemment. Il s'agit ainsi, dans le sillage des travaux précédemment évoqués, de faire un pas de côté et d'interroger, dans une période où la presse et le métier de journaliste amorcent une transition importante, une zone de friction générique, de donner à voir des poétiques journalistiques qui rejouent les codes et les protocoles fixés ou en voie de fixation, qui contribuent à en inventer de nouveaux, et d'explicitier leurs conditions d'émergence. Ce faisant, on accorde une visibilité à des « formes de transition » importantes dans l'évolution du système des genres journalistiques<sup>19</sup>, mais peu étudiées, peut-être parce qu'elles sont difficiles à saisir<sup>20</sup>. Or elles jouent un rôle important dans un moment de recomposition du système des genres journalistiques, alors que s'entame la professionnalisation de l'écriture de presse, accompagnée d'une « complexité croissante des rédactions<sup>21</sup> », évolution qui « aboutit à la fin du siècle à des pratiques professionnelles de plus en plus normées<sup>22</sup> », codifiées par les premiers manuels de journalisme. Les décennies 1870-1880 apparaissent comme une période charnière, où la marche vers la presse d'information est entamée sans que le processus de rationalisation de l'écriture journalistique et de professionnalisation des journalistes soit abouti, une situation qui favorise les flottements génériques.

#### GÉNÉALOGIE DU CHRONIQUEUR EN « VA-PARTOUT »

Le reportage, tel qu'il est entendu par les acteurs de la presse française dans le dernier tiers du XIX<sup>e</sup> siècle, peut être défini de manière souple comme un témoignage journalistique s'appuyant sur la méthode enquêtrice ; il peut relever de l'interview, du fait divers, de la correspondance de guerre, autant

de formes auxquelles les discours contemporains accolent l'étiquette « reportage », à partir de 1870 environ. Sur le plan du récit, la pratique de l'enquête se traduit par la mise en scène du journaliste restituant la manière dont les faits rapportés ont été collectés, en convoquant à l'appui des perceptions sensorielles et toute une mise en scène de soi : c'est la scénographie de l'enquête, qui mise souvent sur le dévoilement d'individus, de sociétés, d'expériences et de lieux exotiques, dangereux, inconnus ou inaccessibles au lecteur, mais dont le reporter se fait le médiateur privilégié. Le reportage se caractérise de plus par un pacte de factualité lié à sa fonction informative : les faits, les individus, les lieux et les événements qui y sont présentés, tendent à être attestés par différents indices et détails référentiels<sup>23</sup>.

Pour sa part, la poétique de la chronique, telle qu'elle s'impose sous le Second Empire comme rubrique reine du journal, peut aussi être synthétisée en quelques traits, en reprenant les analyses de Marie-Ève Thérénty : d'un parisianisme marqué, la chronique est alors empreinte du modèle conversationnel ; elle entretient une connivence avec le lecteur, multiplie les mots d'esprit, les calembours, les paradoxes, l'ironie ; elle est élitiste, donne à voir les lieux et les plaisirs du *high-life*<sup>24</sup>. Le chroniqueur y fait figure d'initié : il fréquente les coulisses et les salons ; au contraire du reporter, enquêteur de passage plongé dans un terrain exotique, il appartient à la société dont il raconte les fastes (et parfois les travers) sempiternellement (la série *La vie à Paris* de Jules Claretie, chroniqueur emblématique de la fin du siècle, attaché au *Temps* à partir de 1881, s'étale sur trente ans). La chronique s'accorde d'une plus grande part de fictionnalisation que le reportage ou, à tout le moins, d'un ancrage référentiel moindre.

Entre ces deux pôles, des interférences s'observent à partir du moment où le reportage commence à se définir comme pratique spécifique, vers la fin des années 1860. Le tournant opéré dans le dernier tiers du siècle est toutefois délicat à décrire, car dès avant cela, la chronique est parfois un peu « reportage », dans la mesure où elle incorpore une part de témoignage et la transcription d'événements de l'actualité collective. Ainsi, à la fin de l'Empire et sous la Restauration, la chronique se présente déjà parfois comme « un bulletin d'observation sur les mœurs et les usages parisiens<sup>25</sup> ». On peut penser aux articles qu'Étienne de Jouy publie dans la *Gazette de France* à partir d'août 1811 et qui en font l'un des initiateurs de la chronique de mœurs parisiennes<sup>26</sup>. Jouy, sous l'avatar de l'Hermitte de la Chaussée d'Antin, fait figure d'observateur, de flâneur et d'enquêteur, à la recherche d'un envers de la vie parisienne<sup>27</sup>. En cela il pourrait apparaître comme un protoreporter, à la différence que ses chroniques présentent une référen-

tialité flottante, renvoie à des personnages à l'identité imprécise, à la « réalité incertaine », plutôt des types que des individus<sup>28</sup>.

Pendant la monarchie de Juillet, où elle se modifie sous l'influence de l'étude de mœurs, se narativise et se trouve réinventée par Delphine de Girardin dans une formule qui traversera le siècle, la chronique témoigne toujours, le chroniqueur observe et enregistre, rend compte de ce qui se trame dans les espaces semi-privés et publics de la vie parisienne<sup>29</sup>. Cela se vérifie encore à la fin du siècle, alors que Claretie restitue ce qu'il nomme des « *sensations quotidiennes*<sup>30</sup> », tandis que Jean Lorrain émaille ses *Pall-Mall* du *Journal* de choses vues, de paroles entendues, dans les coulisses de la mondanité. Mais là encore la référentialité tend à demeurer incertaine, les individus dialoguant mis en scène présentant souvent une identité indéterminée, la parole rapportée faisant plutôt office de rumeur que d'information, constituant une microfiction conversationnelle, dans la tradition d'une chronique qui se veut « sténographie de conversations de boudoirs et de salons<sup>31</sup> ».

C'est peut-être dans la question du rapport de la chronique à la référentialité que se situe le tournant du dernier tiers du siècle : à la littérature panoramique, au règne du typique et du vraisemblable se substituent la littérature d'enquête, son attachement au particulier et au cadre référentiel, ou encore le « paradigme indiciaire » décrit par Carlo Ginzburg<sup>32</sup>. C'est dans la mesure où elle prend acte de ce tournant qu'une *certaine* chronique des années 1870-1880 se rapproche du reportage ; l'inflation qu'y subit la scénographie de l'enquête semble relever d'une volonté accrue d'ancrer le témoignage et de mettre en scène le journaliste.

La chronique mondaine incorpore ainsi des notations sensorielles, récoltées dans les lieux du *high-life*, mais aussi au gré de flâneries sur les boulevards, voire au cœur de quartiers parisiens d'un exotisme plus piquant, et précisément situés :

*Hier, [...] j'ai fui Paris, le boulevard, les rues bruyantes de foule, et le hasard de la promenade m'a conduit jusqu'aux quartiers excentriques, dans la rue d'Allemagne, à La Villette [...]. / Justement, au n° 7 [...], j'aperçois un café, sur la devanture duquel je lis : Grand bal de la Renaissance. / [...] À droite et à gauche, de petites pièces meublées de divans, d'un vert pisseux, sur lequel des ouvriers se vautrent et dorment devant des tables rougies de vin répandu. [...] La salle est pleine ; toutes les tables sont occupées. Une odeur forte d'absinthe et de vin bleu monte dans*

*l'air chargé de la fumée des pipes. / - Garçon, un litre à vingt sous ! / On n'entend guère que cette phrase, qui perpétuellement revient dans le bruit de dominos remués et de verres qu'on choque<sup>33</sup>.*

Dans sa « Journée parisienne », le chroniqueur « Tout-Paris » du *Gaulois*<sup>34</sup> livre ici une descente dans les lieux de plaisir populaires qui n'est pas sans annoncer le reportage des bas-fonds urbains<sup>35</sup> : elle convoque à la fois une mise en scène de soi en promeneur, et de riches notations visuelles, olfactives et auditives.

Or, cette modalité de témoignage devient assez fréquente dans la chronique des années 1880 ; au *Gaulois* comme au *Figaro*, le chroniqueur se conçoit de plus en plus comme un témoin doté d'ubiquité, qui « *va partout* », « *voit tout* » et « *se jette dans la mêlée* »<sup>36</sup>, ses territoires de prédilection demeurant attachés à Paris et à ses environs, mais parfois aussi aux lieux de villégiature plus éloignés, qui offrent une extension de la vie mondaine parisienne. Ainsi, Tout-Paris rend compte presque heure par heure, et « par dépêche télégraphique » depuis Londres, d'un *boat-race* tenu au bord de la Tamise<sup>37</sup> : la « Journée parisienne » prend la forme inattendue d'un court reportage sportif. Elle tend aussi à se rapprocher parfois du fait divers, par la nature de certaines nouvelles rapportées, petites actualités de saison qui ont peu de choses à voir avec la vie mondaine, comme la description de la débâcle des glaces sur la Seine<sup>38</sup>, que Tout-Paris restitue minute par minute. Le temps de ces chroniques est accéléré par la périodicité et le cadre « journalier » de la rubrique, à la périodicité non plus hebdomadaire, mais quotidienne, voire fracturée ; on y sent plus palpable la contrainte de l'actualité, même minuscule.

En ce sens, le portrait du chroniqueur en observateur de la vie parisienne, s'il n'est pas inédit, se module à la fin du siècle ; ce type de chronique se rapproche du petit reportage de fait divers par son caractère fourre-tout, sa périodicité quotidienne ou quasi quotidienne, et la mise en scène du journaliste qui s'y construit. À cet égard, même si elles s'ancrent en amont dans une tradition qui remonte au début du siècle, les postures et scénographies mises en place chez les chroniqueurs à partir des années 1870 se voient investies de significations nouvelles, parce qu'elles côtoient désormais un discours sur le reportage : « Tout-Paris » qui se dit « *va partout* » ne peut manquer d'évoquer l'avatar fictionnel éponyme du reporter (et collaborateur du *Gaulois*) Pierre Giffard, né, lui aussi, en cette même année 1880.

Si le chroniqueur mondain est bien un observateur dont la silhouette et les outils (parole rappor-

tée, chose vue, description, mise en récit) recourent ceux du reporter, il ne faut pas pour autant amoindrir les spécificités de son écriture. Tandis que le reporter possède une multitude potentiellement infinie de territoires d'investigation et se déplace dans l'espace, le chroniqueur est le fin observateur d'un territoire unique (sauf exception), autrement modulable, dans la série des jours, dans le temps dont il maîtrise la « chronique ».

Cette spécificité motive la topique du chroniqueur en « greffier » de la vie parisienne. Or, la mutation médiatique qui prend forme entre 1860 et 1890 s'accompagne d'un langage neuf (avec les néologismes « reporter » et « interview ») qui revêt aussi certains termes pré-existants de significations inédites, dans le registre de l'observation, de la notation et de l'enregistrement du réel. La volatilité des termes et les impératifs nouveaux de la presse déterminent des discours où les figures du chroniqueur et du reporter — tels les « va-partout » décrits précédemment — s'entrecroisent par le relatif recouplement de leurs fonctions.

Entre 1885 et 1890, la série de préfaces des six volumes de chroniques prépubliées au *Figaro* par Émile Blavet (sous le pseudonyme Parisis) fournit un exemple de ces télescopes. Compilation annuelle de « La vie parisienne<sup>39</sup> » (rubrique similaire à « La journée parisienne » du *Gaulois*), chaque volume est introduit par un homme de lettres (François Coppée, Aurélien Scholl, Jules Claretie, Henry Fouquier, Émile Zola et Abel Peyrouton). Au gré du préfacier, selon l'orientation — conservatrice ou enthousiaste à l'égard des mutations du champ médiatique — que celui-ci donne à son texte liminaire, Blavet est tour à tour qualifié de « *Tite-Live au pied levé*<sup>40</sup> », d'« *historiographe de la ville*<sup>41</sup> », de moraliste et de « *galant homme*<sup>42</sup> », de « *greffier de la vie parisienne* » produisant une « *chronique documentée*<sup>43</sup> » et d'« *observateur express* » qui « *fait de la photographie instantanée à la lumière électrique*<sup>44</sup> ». Aux modèles posturaux du chroniqueur (historien, greffier, homme du monde, moraliste) s'agrègent des traits nouveaux connotant davantage le métier de reporter et les contraintes de la presse d'information : le parallèle avec la capture mécanique de l'appareil photographique renvoie à la vitesse et à l'acuité de la notation opérée tel un enregistrement exact du réel, tout comme l'adjectif « *express* » (autre néologisme importé de l'anglais<sup>45</sup>), ou la notion de document, dont s'empare au même moment Émile Zola<sup>46</sup>. C'est qu'à l'instar de la chronique de « Tout-Paris » au *Gaulois*, celle de Parisis, tout en conservant un format traditionnel (la rubrique est de périodicité régulière et coiffée d'un titre permanent), tout en privilégiant les lieux de la mondanité parisienne et le style associé à ce genre<sup>47</sup>, incorpore aussi une scénographie

et des objets caractéristiques de la poétique du reportage alors en formation, c'est-à-dire une mise en scène de la collecte de l'information fertile en détails référentiels, propre à attester la véracité des faits rapportés, et des objets dont le choix est tributaire d'une contrainte d'actualité plus ou moins brûlante ; ces impératifs nouveaux se font notamment plus marqués dans les comptes rendus de visites faites à des criminels ou à des hommes politiques, qui hésitent entre chronique et reportage, portrait et interview<sup>48</sup>. « Tout-Paris » est d'ailleurs réputé offrir un compte rendu (autant qu'un commentaire) fiable de l'« actualité ».

#### PARMI LA SOCIÉTÉ MONDAINE, DE PARIS EN RUSSIE

Une frontière nouvelle est franchie sur la voie du reportage lorsque le chroniqueur mondain, par aventure ou, plus prosaïquement, à la demande de son directeur de presse, quitte la belle société parisienne pour se hasarder en contrée lointaine. À la différence d'un simple voyageur, le chroniqueur est un touriste professionnel, rétribué par une rédaction. Mué en observateur des mœurs exotiques, il offre une correspondance à mi-chemin de la chronique qui lui est familière et du protoreportage auquel il se prête. Deux cas donnant à voir deux négociations très différentes entre les poétiques de la chronique et du reportage seront considérés. Le premier est celui de Léon Duchemin, envoyé quelques semaines en Russie au compte du *Figaro*, en 1874 ; le second est plus connu : il s'agit de Guy de Maupassant, qui voyage en Corse, en Italie et en Afrique du Nord, entre 1880 et 1890.

Léon Duchemin (1839-1876) eut une courte mais brillante carrière dans la presse mondaine. Romancier<sup>49</sup> et chroniqueur, il débute en 1872 au *Gaulois*, où il signe, sous le pseudonyme Fervacques<sup>50</sup>, les « Notes sur Paris ». Celles-ci sont remarquées dans la presse du boulevard<sup>51</sup>. Leur style vif est apprécié par Francis Magnard qui mentionne les « *spirituelles* Notes sur Paris » dans la revue de presse du *Figaro*<sup>52</sup>. De fait, Léon Duchemin ne tarde pas à collaborer à ce quotidien. À partir du 30 novembre 1873, il y poursuit ses « *croquis de la vie parisienne* » sous le nouveau titre de « L'hiver à Paris » : il s'agit d'« *une chronique courte, vive, au galop pour ainsi dire, des salons, des théâtres, des cercles de tous les lieux de Paris où se produisent les accidents et les faits mondains de notre capitale*<sup>53</sup>. » Son style « *léger* » et « *plein de [...] caprices de plume*<sup>54</sup> » correspond, de l'avis de ses contemporains, à celui d'un chroniqueur parisien, héritier « *de Balzac pour la peinture des caractères et des intérieurs, de Gautier pour le paysage, en même temps que de Mme*

Émile de Girardin pour les courriers de Paris et leur train de papotages et de papillotages<sup>55</sup> ».

Mais l'image qu'on en donne est aussi celle d'un homme courant le monde parisien, sans cesse en mouvement : « [Fervacques] regarde, il s'amuse à courir au soleil [...]. Où va-t-il ? [...] Il rencontre un fait, une observation, une anecdote ; et vite de les mettre en jeu. Puis il recommence à causer avec son cigare, sa canne ou son lecteur<sup>56</sup>. » À la causerie légère du chroniqueur, la rubrique de Fervacques joint l'image d'un journaliste qui observe, au gré de ses rencontres, et qui remplirait son carnet de notations prises sur le vif, de choses vues, d'anecdotes, rédigées au présent :

*Déjeuné chez Bignon avec Ovide. Je commence mon métier de cornac. Autour de nous toujours les mêmes figures. D'abord Henri, le maître d'hôtel avec sa bonne face réjouie, à menton d'abbé commendataire et le sourire accueillant qui l'éclaire quand il s'avance à votre rencontre [...] / Voici quelques financiers, l'aristocratie de la Bourse [...]. / Plus loin, les amis du Club. [...] Voici Novion, Pembroke, le grand Guy et Bob-la-Veine ! Ils me disent bonjour de loin, discrètement et regardent curieusement mon compagnon. [...] / Sorti après déjeuner pour faire un tour en achevant un cabanas exquis. On ne fume bien qu'à Paris ! [...] Il fait presque beau. Les femmes, en costume court de vigogne foncée bordée de castor ou de renard argenté, entout-cas sabre au côté, la voilette muselière collée sur leurs minois fripons, traversent la chaussée un peu humide en posant avec des précautions de chattes leurs petits pieds aux endroits secs<sup>57</sup>.*

Adoptant une forme qui s'apparente au journal intime<sup>58</sup>, la chronique de Fervacques se veut le témoignage quotidien de ce qui se passe dans le monde parisien.

Ce faisant, Duchemin épouse la posture d'un guide, d'un « cornac », dans une scénographie qu'il met en place la veille de la première véritable livraison de sa rubrique. Le 3 décembre, *Le Figaro* publie une lettre de Fervacques à son ami « Monsieur le baron Ovide de la Croix-Vraye ». Le personnage, tout juste arrivé à Paris, aurait demandé au journaliste d'accourir afin de le guider dans les cercles du monde. Le chroniqueur fait mine d'accepter cet emploi : « Je consens à te mener partout, à t'initier à la grande existence, [...] en un mot, à te faire passer l'hiver à Paris. » Mise en abyme du lecteur qui pourrait être lue comme une réminiscence du personnage crédule du « bourgeois du Marais » des

chroniques de l'Hermite de la Chaussée d'Antin<sup>59</sup>, le baron Ovide permet à Fervacques de se mettre en scène en explorateur des plaisirs parisiens. De fait, la personne et le point de vue de Fervacques sont centraux dans ses chroniques et soulignés lorsque le journaliste mentionne explicitement ses perceptions (« *Un groupe de journalistes frappe d'abord mes yeux<sup>60</sup>* »). Il convoque par là des modalités de témoignage similaires à celles des chroniques décrites précédemment, mais aussi reprises et mises en avant par le reportage contemporain comme un trait caractéristique de sa poésie propre.

C'est cette écriture vive, apte à restituer en touches spirituelles les impressions d'un témoin, que compte exploiter Hippolyte de Villemessant en envoyant Fervacques à Saint-Petersbourg afin de couvrir les fêtes du mariage de la grande duchesse Marie et du prince Alfred d'Angleterre. Le départ du chroniqueur est annoncé à la une, le 9 janvier 1874 : Fervacques donnera « *des impressions rapides et prises sur le vif* », entrecoupées « *par quelques croquis du high-life russe* ». À la place de « L'hiver à Paris », le lecteur trouvera, le temps de quelques semaines, « L'hiver en Russie. Notes de voyage » (et non « L'hiver en Russie. Reportage » : le sous-titre retenu rappelle que le reportage, en 1874, demeure associé au fait divers ; la rédaction opte pour une mention générique traditionnelle, plus en phase avec le statut prestigieux du chroniqueur mondain).

Fervacques s'approprie bientôt la posture de voyageur mise en place dans l'intitulé temporaire de la rubrique. Les premières livraisons de la correspondance insistent sur la scénographie du voyage : le chroniqueur se désigne comme un « *voyageur<sup>61</sup>* », un « *touriste<sup>62</sup>* », un « *visiteur qui, en un mois, veut tout voir par lui-même et bien voir<sup>63</sup>* ! » Il met en scène les étapes de son déplacement : les moyens de transport (wagon-lit, coupé, train impérial), les paysages entrevus, les escales (Cologne, Berlin), les frontières franchies et les difficultés rencontrées. Le chroniqueur doit s'adapter à la culture russe, dont il souligne les traits exotiques, les mœurs étonnantes pour le « *Parisien badaud<sup>64</sup>* » qu'il représente ; ainsi, après avoir suivi une brève leçon de russe<sup>65</sup>, il insère du vocabulaire dans sa correspondance : « *moujiks* », « *toutoupe* », « *Isvotchik* »<sup>66</sup>. Il goûte des « *produits du pays* », comme le « *caviar frais* », monte dans un traîneau pour se déplacer à Saint-Petersbourg<sup>67</sup>. Recherchant le détail « *pittoresque au possible<sup>68</sup>* », il décrit les vêtements, la musique, les théâtres, les foules, le climat, les paysages russes. À répétition, la description appelle la comparaison avec les mœurs et les lieux parisiens : « *Quant au café, il était aussi bon que chez Tortoni<sup>69</sup>*. » Fervacques fait également référence aux récits de voyageurs qui l'ont précédé en Russie, tel Théophile Gautier<sup>70</sup>, autre élément ty-



pique du récit de voyage et du reportage<sup>71</sup>. Mais à la différence d'un voyageur indépendant (et en cela il paraît plus proche d'un protoreporter), il couvre un événement précis, le mariage impérial et ses fêtes, dont il doit rendre compte aux lecteurs du *Figaro*. S'il a le temps de « courir » la ville, c'est en périphérie d'une actualité primordiale et en attendant le « grand jour<sup>72</sup> ».

Malgré cette mise en scène de soi inédite et ces traits poétiques étrangers à la chronique parisienne, Fervacques ne quitte pas son statut de chroniqueur mondain. Au contraire, il retrouve dans la ville russe un réseau de relations et occupe son temps par diverses sorties : visites, bals, cérémonies, turf, soirées au théâtre : « *Après dîner, pris un traîneau et filé au Théâtre-Michel. [...] Mon entrée au foyer est saluée d'un cri général. Dix mains amies se tendent vers moi* », lit-on dans la lettre parue le 24 janvier. Bon chroniqueur, il s'intéresse aux « *cancans<sup>73</sup>* », aux anecdotes pétersbourgeoises, fréquente les lieux propices à leur cueillette, « *bourse aux nouvelles, [...] centre des racontars [...]. C'est dans un de ces deux nids à racontars que j'ai entendu l'historiette suivante, écho des dernières fêtes du palais d'hiver<sup>74</sup>*. » Il est significatif que l'anecdote rapportée tourne en ridicule un « *chapelet de reporters* » anglais. Le procédé produit une distanciation entre Fervacques et ceux dont il s'amuse et appuie l'idée que le premier, malgré l'affinité de sa pratique avec le reportage émergent, continue de se représenter comme un chroniqueur, au statut distinct des reporters, d'ailleurs étrangers.

C'est pourquoi il semble juste de parler au sujet de « L'hiver en Russie » de « *chronique en voyage* », une adaptation exotique de la chronique mondaine. Le journaliste transporte à l'étranger la configuration sociale dans laquelle il s'insère à Paris ; il prend place dans la mondanité pétersbourgeoise comme en un prolongement du Tout-Paris familial. La ville russe, un « *Paris du Nord<sup>75</sup>* », lui présente une seconde société close, jumelle exotique de la première, où il fait également figure d'initié.

Toutefois, si elle continue bel et bien d'être *chronique*, cette « chronique en voyage » est une innovation dont on ne peut pleinement saisir les enjeux sans considérer son inscription dans la politique éditoriale du *Figaro*, sous l'égide de Villemessant. Embrassant la mutation amorcée, *Le Figaro* s'oriente, au tournant des années 1860-1870, vers la recherche de la primeur, de l'information collectée de première main, et ce, dans des domaines aussi distincts que les faits divers, la politique internationale, les manifestations sportives, artistiques ou mondaines. Villemessant n'hésite pas, pour tenter de se démarquer de ses concurrents, à faire voyager à ses frais

des journalistes. Le geste, mis en avant, devient objet d'un discours autopromotionnel : égrenant les noms des journalistes en déplacement pour couvrir des événements donnés, dont « *M. Fervacques à Saint-Pétersbourg, pour le mariage de la fille du czar* », une note rédactionnelle souligne « *le zèle que nous [Le Figaro] mettons à bien renseigner notre public* »<sup>76</sup>. La correspondance de Fervacques s'inscrit dans une politique éditoriale résolument tournée vers l'information vérifiée sur le terrain, demandant aux journalistes du *Figaro*, qu'ils soient faits-diversiers, soiristes, reporters sportifs ou chroniqueurs, de faire preuve d'une certaine polyvalence. C'est, outre son rapport à l'actualité, en ce qu'elle est tributaire d'une conception novatrice de la fonction et du contenu du journal que la reconfiguration de la chronique mondaine chez Léon Duchemin se présente comme un protoreportage.

---

#### LE CANOTEUR À DOS DE MULET

---

Parfois encore, le chroniqueur en voyage abandonne tout à fait la sphère qui lui est propre. Au lieu de quitter Paris pour rejoindre un autre univers mondain, il devient observateur externe du pays étranger, laissant là les fêtes et la sociabilité pour décliner une proximité accrue avec la poétique du reportage. Ainsi, les lettres que Guy de Maupassant envoie à divers quotidiens de la capitale (*Le Gaulois*, *Le Figaro*, *L'Écho de Paris*, *Gil Blas*<sup>77</sup>) lors de déplacements effectués entre 1880 et 1890, sont toutes tournées vers ce qui demeurerait, chez Fervacques, de l'ordre du périphérique : le récit du déplacement, les découvertes des paysages, mœurs, coutumes, monuments étrangers. Le cas de Maupassant fait ressortir, par contraste, certains traits qui distinguent l'*ethos* discursif du chroniqueur de celui du reporter, tout en montrant que les frontières génériques sont alors flexibles.

La plupart de ces chroniques ne sont pas motivées par l'actualité. Elles sont issues des voyages sur la Riviera (où Maupassant effectue plusieurs séjours à partir de 1880), en Corse (septembre 1880), en Italie (où il fait deux longs voyages : d'avril à juin 1885 et d'août à octobre 1889) et en Afrique du Nord (il s'y rend une première fois en juillet 1881, une deuxième fois en novembre 1888). L'expression « *chronique de voyage* » (et non plus *en voyage*) proposée par Henri Mitterand semble appropriée pour qualifier ces textes particuliers<sup>78</sup>. Ne coïncidant ni avec le récit de voyage, ni avec la chronique, ni avec le reportage, ils se caractérisent par une liberté formelle relativement grande, si l'on considère que les articles de presse répondent à de fortes contraintes d'écriture<sup>79</sup>. À cet égard, l'écrivain-journaliste bénéficie d'une marge de manœuvre importante, supé-



rieure en tout cas à celle du reporter professionnel (contraint par l'actualité) ou de la moyenne des chroniqueurs (contraints par la périodicité régulière de leur rubrique et son champ d'intérêt habituel – Paris) : pour sa part, Maupassant jouit dès 1880 d'une renommée littéraire à la suite de la parution de la nouvelle « Boule de suif »<sup>80</sup>. Avec elle vient une plus grande marge de manœuvre vis-à-vis des rédactions auxquelles il collabore.

Par ailleurs, Henri Mitterrand fait remarquer les avantages que présente le genre de la chronique pour le rendu du voyage. Mitterrand les souligne par contraste avec les contraintes des genres narratifs fictionnels (roman et nouvelle), mais son constat est valable également, du moins en partie, par opposition avec le reportage :

*Elle [la chronique] accueille plus volontiers que les genres narratifs les descriptions prolongées, les réflexions induites, les digressions mêmes. Enfin, elle est toujours, explicitement ou implicitement, écrite à la première personne : elle se prête sans détour au point de vue et au jugement du voyageur ou du flâneur*<sup>81</sup>.

Si le reportage, comme la chronique, permet de rendre le tracé des déplacements, le défilement des paysages et des choses vues, s'il est lui aussi écrit à la première personne, il est tributaire de l'impératif d'actualité, centré autour de la figure d'un témoin incarné<sup>82</sup>, tourné vers le rendu de l'information, tandis que la chronique permet une souplesse dans le mode d'énonciation et le ton employés, l'insertion de digressions, d'une part de rêverie et de lyrisme supplémentaires. Les chroniques de voyage maupassantiennes, ainsi, ne sont pas liées à l'actualité ; l'écart temporel entre les moments du voyage, de l'écriture et de la publication y est très variable, de quelques jours à plusieurs mois. Elles s'intéressent à la géographie et aux paysages, aux mœurs, aux monuments et œuvres artistiques. Maupassant y est voyageur, paysagiste et ethnologue, mais s'occupe peu de considérations sociales ou politiques.

Cependant, de notre point de vue, ces chroniques sont moins remarquables par leur contenu que par les variations en termes d'énonciation, de mise en scène et de corporéité du journaliste qu'elles présentent. Certaines d'entre elles s'apparentent au reportage par une forte subjectivité énonciative<sup>83</sup>, c'est-à-dire par la présence explicite du sujet de l'énonciation dans le texte et, surtout, par la figuration de ce sujet, non pas seulement discursive, mais physique, incarnée. Cette présence du sujet percevant convoque de manière plus prégnante que la plupart des chroniques contemporaines les perceptions

sensorielles (et sensuelles), et parfois en des modalités héroïques étonnantes. Ce n'est toutefois pas le cas d'autres chroniques qui se caractérisent par un effacement du sujet de l'énonciation, qui n'est plus présent que sur le mode implicite. Face à l'éclipse du « je », d'autres éléments linguistiques continuent de marquer discrètement la présence du sujet, mais les choses vues voient leur statut modifié : le tracé du voyage produit non plus un effet de référentialité, mais d'abstraction ; il n'est plus ancré dans un témoignage, mais semble relever d'un artifice, d'une illusion d'immédiateté. Le chroniqueur n'apparaît plus dans son propre texte en tant que voyageur, mais demeure confiné à l'abstraction ; sa présence n'est que langagière. Les deux extraits suivants, tirés des chroniques du voyage de 1885 en Italie, illustrent cette démarcation entre un « je » incarné et un « je » abstrait et discursif :

[extrait 1] : *Une voiture nous conduisit d'abord à Nicolosi, à travers des champs et des jardins pleins d'arbres poussés dans la lave pulvérisée. De temps en temps on traverse d'énormes coulées que coupe l'entaille de la route et partout le sol est noir. Après trois heures de marche et de montée douce on arrive au dernier village au pied de l'Etna [...]. / Là, on laisse la voiture pour prendre des guides, des mulets, des couvertures, des bas et des gants de laine, et on repart. / Il est quatre heures de l'après-midi. L'ardent soleil des pays orientaux tombe sur cette terre étrange, la chauffe et la brûle. [...] / Autour de nous maintenant ce sont des vignes, des vignes plantées dans la lave, les unes jeunes, les autres vieilles*<sup>84</sup>.

[extrait 2] : *Mais un affreux petit vapeur dépeint, avec des nuances de torchon sale, siffle coup sur coup pour appeler les voyageurs qui veulent visiter les tristes ruines d'Ischia. Il part lentement, car il lui faudra trois heures et demie pour accomplir cette courte traversée, et son pont, qui ne doit être lavé que par l'eau des pluies, est certainement plus malpropre que le pavé poudreux des rues. / On suit la côte de Naples couverte de maisons. On passe devant le tombeau de Virgile. Là-bas, en face, de l'autre côté du golfe, Caprée lève sa double croupe rocheuse au-dessus de la mer bleue. Le bateau s'arrête à Procida. La petite cité est jolie, dégingolant en cascade sur la montagne. On se remet en route. / Enfin, voici Ischia*<sup>85</sup>.

Les deux extraits ne diffèrent pas fondamentalement : tous deux racontent un déplacement auquel s'ajoute la description du paysage traversé ; tous

deux (à l'exception de la première phrase de l'extrait 1) sont écrits au présent, énonciation temporelle qui donne l'illusion d'une coïncidence entre le temps du voyage et celui de l'écriture<sup>86</sup>, et contiennent des indications spatiales précises. Cependant, dans le premier extrait, le chroniqueur, qui utilise le pronom « nous » (puis le « on », dont on connaît le référent à cause du « nous » qui précède), se met en scène en train de réaliser un déplacement, en voiture, puis à dos de mulet. Le paysage décrit est situé à partir de ce point de vue (« Autour de nous... »). Au contraire, dans le deuxième extrait, le pronom « on » demeure désincarné, sans référent précis : le « je » du chroniqueur est gommé dans tout le passage (une description de Naples) qui précède l'extrait cité<sup>87</sup>. Il est ainsi impossible au lecteur d'avoir la certitude que le chroniqueur se trouve sur le bateau dont il décrit le trajet. Tandis que le récit de l'extrait 1 est ponctué de référents de localisation temporelle (« *Après trois heures de marche* », « *là* », « *il est quatre heures de l'après-midi* »), le second extrait condense la traversée, dont on sait seulement qu'elle dure « *trois heures et demie* ». Les villes et monuments que le vapeur dépasse sont énumérés rapidement et le démonstratif déictique final, « *Enfin, voici Ischia* », tout comme le « *là-bas, en face* » qui précède, produisent un décalage : ils indiquent implicitement que le point de vue de l'énonciateur est situé sur le bateau, alors même que l'énonciateur est désincarné. Les chroniques de voyage maupasantiennes alternent souvent, de la sorte, entre des séquences où le « je » est effacé et d'autres où il est mis en avant. La prédominance du pronom « on » et l'effacement du sujet, bien que ces procédés ne soient pas absolument incompatibles avec le reportage, tendent à distinguer la chronique ou le récit de voyage de ce dernier.

À côté des chroniques « désincarnées », certains articles entretiennent au contraire une représentation très corporelle du chroniqueur. Voyageur un brin aventurier, qui escalade un volcan ou rédige sa correspondance en pleine nuit sur le seuil de sa tente, Maupassant s'entoure d'une aura d'aventure, celle d'un baroudeur (avant Joseph Kessel<sup>88</sup> !), loin des mondanités pétersbourgeoises de Fervacques, qui en fait une sorte de reporter libre, n'ayant que peu de comptes à rendre à sa rédaction. Le récit de l'ascension du volcan l'Etna est exemplaire de cette posture. Le chroniqueur prend soin de rassurer le lecteur, au début du texte (« *ascension un peu fatigante, mais nullement périlleuse*<sup>89</sup> »), mais tout le reste de la livraison expose les difficultés rencontrées en chemin, qui agressent le corps de l'aventurier :

*C'est d'abord un souffle brusque et violent que suit un moment de calme, puis une ra-*

*fale furieuse, à peine interrompue [...]. / Nous nous arrêtons derrière une muraille de lave pour attendre [...]. Il faut enfin repartir bien que la tempête continue. / Et peu à peu, le froid nous prend, ce froid pénétrant des montagnes qui gèle le sang et paralyse les membres. Il [...] pique les yeux et mord la peau de sa morsure glacée. Nous allons, enveloppés dans nos couvertures [...]. / Voici la première plaine de neige. On l'évite par un crochet. Mais une autre la suit bientôt, qu'il faut traverser en ligne droite. [...] Soudain j'ai la sensation brusque de m'engloutir dans le sol. Les deux jambes de devant de mon mulet, crevant la croûte glacée qui les porte, ont pénétré jusqu'au poitrail*<sup>90</sup>.

Après une nuit « *de marche et d'efforts*<sup>91</sup> », les membres de l'équipée parviennent au sommet du volcan. Alors que les « *vapeurs de soufre [les] prennent à la gorge*<sup>92</sup> », le cratère se révèle sous leurs pieds. Comme dans les reportages pionniers de Jules Valès au fond de la mine (1866)<sup>93</sup>, de Gaston Vassy, fait-diversier du *Figaro*, visitant le sous-sol parisien (1874)<sup>94</sup>, ou encore dans la lignée des récits d'explorations de Henri Morton Stanley<sup>95</sup> et des premières correspondances de guerre, l'exhibition de la corporéité de Maupassant, la description des sensations de son corps souffrant tracent une scénographie de l'immersion corporelle qui participe, comme dans le reportage, à l'attestation de l'information tout en héroïsant l'énonciateur. De même, dans d'autres chroniques corses et italiennes, Maupassant entretient une aura d'aventure et de danger plus ou moins diffuse : il croise un bandit corse<sup>96</sup>, visite le repaire des brigands siciliens<sup>97</sup>. Maupassant, sous cet aspect, « *se distingue [...] de la plupart de ses confrères, un Albert Wolff, un Aurélien Scholl ou un Henri Rochefort, dont l'horizon se limite aux terrasses des cafés parisiens*<sup>98</sup> », mais il se distingue tout aussi radicalement d'un Léon Duchemin parmi les fêtes russes : d'homme du monde il devient homme d'aventures, plaçant le ressenti de son corps sensible au cœur du récit, une posture qu'on pourrait expliquer non seulement par le contexte médiatique (l'influence du reportage ou des récits d'exploration) mais aussi en tenant compte, d'une part, de l'amour de l'auteur pour le sport, le canotage, le voyage et, d'autre part, de l'acuité sensorielle qui imprègne généralement son écriture<sup>99</sup>.

En effet, l'exhibition du corps peut aussi être interprétée comme l'une des modulations du sensualisme maupassantien ; elle se décline encore d'une autre manière dans ses chroniques. À la différence des exemples précédents, où la corporéité du témoin illustre les désagréments du voyage, elle est parfois plus près d'un sensualisme lyrique, attentif à la des-

cription de sensations perçues comme captivantes. Une chronique, publiée dans *L'Écho de Paris* du 10 janvier 1890, illustre ce sensualisme poétique. Le chroniqueur y décrit un trajet en mer, entre Cannes et San Remo :

*Je me sentais surexcité, vibrant, comme si j'avais bu des vins capiteux, respiré de l'éther ou aimé une femme. / Une petite fraîcheur nocturne mouillait la peau d'un imperceptible bain de brume salée. Le frisson savoureux de ce tiède refroidissement de l'air courait sur les membres [...]. / Cette brume de la mer me caressait, comme un bonheur. Elle s'étendait sur le ciel, et je regardais avec délices les étoiles enveloppées de ouate, un peu pâlies dans le firmament sombre et blanchâtre. Les côtes avaient disparu derrière cette vapeur qui flottait sur l'eau et nimbaît les astres. [...] / Et tout à coup, à travers cette ombre neigeuse, une musique lointaine venue on ne sait d'où, passa sur la mer<sup>100</sup>.*

La musique de San Remo, amplifiée par la brise marine, parvient au chroniqueur chargée du parfum des aromates de la côte et le laisse « *haletant, si grisé de sensations, que le trouble de cette ivresse fit délirer [ses] sens<sup>101</sup>* ». Si bien que l'expérience le conduit à une réflexion sur la poésie symboliste et la synesthésie. Maupassant est certes bien éloigné, ici, des considérations habituelles d'un reporter. C'est plutôt le chroniqueur qui se permet une digression et, derrière lui, l'écrivain, qui réfléchit aux rapports de l'art et des sens, au thème de la folie<sup>102</sup>. On ne peut toutefois manquer de mettre ce sensualisme en relation, même indirecte, avec le reportage en plein essor, et sans doute faut-il plus largement penser l'imprégnation sensible de ces deux genres journalistiques (chronique et reportage), dans le dernier tiers du XIX<sup>e</sup> siècle, hors du seul contexte médiatique, c'est-à-dire dans le cadre d'une histoire du corps. L'évolution de leurs poétiques accompagne le « mouvement d'individuation » du corps, décrit par Pascal Ory, qui « *pose au centre de l'univers, donc de la société, un individu à la recherche de son autonomie, ici objet et sujet d'une économie de l'entretien et de l'épanouissement corporels, là objet et sujet d'un discours hédoniste<sup>103</sup>* » ; ce mouvement s'affirmera dans les premières décennies du siècle suivant avec l'essor des sports modernes, le ressenti inédit qui y est associé, et les manières de retranscrire ces sensations nouvelles<sup>104</sup>. L'exemple de Maupassant – comme celui du reportage sportif à partir du tournant du siècle – indique le lien entre le sensualisme, les expériences du corps (renouvelées par des pratiques comme le sport, le tourisme, les bains de mer, et par des objets techniques – ballon<sup>105</sup>, bicyclette, automobile, avion), et les moda-

lités poétiques permettant d'en rendre compte en contexte médiatique.

Les interférences génériques avec le reportage touchent ainsi des aspects divers de la poétique de la chronique : elles peuvent entraîner une modulation dans la posture du chroniqueur, où la qualité de témoin devient prégnante ; reconfigurer la spatialité de la rubrique, déracinée de la mondanité parisienne pour en embrasser un miroir exotique ; voire rendre la chronique quasi méconnaissable, le temps d'un voyage où le journaliste, à dos d'âne ou au seuil de la tente, quitte les boulevards pour connaître l'aventure. Les années 1870 à 1890 sont riches de ces croisements génériques qui renouvellent les genres anciens au contact du protocole d'attestation du journalisme d'enquête. Les cas examinés ici ne constituent qu'un infime échantillon d'un phénomène qui est loin d'être isolé dans la presse quotidienne.

À côté des formes qui lui sont explicitement associées, le reportage s'élabore alors dans des lieux où on ne l'attend pas. On ne saurait épargner l'étude de ces processus de mutation, parfois tâtonnants, parfois très « réfléchis » – à l'instar de l'entreprise de Villemessant – sans omettre un pan de l'histoire des poétiques journalistiques. Le portrait en fournirait un autre exemple : il évolue peu à peu, dans les quotidiens mondains, vers l'interview scénarisée, bien avant que Maurice Barrès n'expose ses vues sur le genre au début des années 1890. Surtout, ces décalages révèlent en creux le sens des changements en cours : si la chronique se déplace, c'est que la presse française présente une ouverture nouvelle au reste du monde ; si le chroniqueur voyage, c'est qu'un désir s'affirme pour une information d'actualité récoltée de première main ; et s'il insiste désormais sur sa fonction de témoin, c'est en partie pour attester cette information en rendant visible les conditions de sa collecte.

Dès lors, on peut se demander, comme un exercice spéculatif, pourquoi la chronique mondaine n'est pas demeurée partie intégrante du journal d'information, étant donné qu'elle présente une telle plasticité. Le bouleversement des hiérarchies journalistiques observé par Jules Claretie en 1903 fait signe, plus largement, vers la mutation de la fonction sociale du journal. Tandis que Léon Duchemin continue d'incarner la position traditionnelle du chroniqueur, Maupassant s'approche de la fonction de rassemblement<sup>106</sup> qui sera celle du reporter : celle-ci passe non plus par l'exhibition de liens sociaux élitistes, mais par la mise en avant d'un « instrument » démocratique d'appréhension du monde, le corps sensible du témoin. À l'élargissement du lectorat et à la naissance de la presse de masse succè-

dera la mise à mal de l'« *élitisme thématique*<sup>107</sup> » des quotidiens mondains. C'est pourquoi, sans doute, les deux premières formes de reconfigurations poétiques étudiées ici survivront mal à la fin du siècle et ont pris place, précisément, dans des feuilles destinées aux classes sociales supérieures : Blavet comme Duchemin fournissent un protoreportage *mondain*, au sein d'une presse qui se spécifie par un mélange étonnant d'avant-gardisme dans le traitement de l'information et de conservatisme politique et social. C'est l'un des grands paradoxes de la mutation médiatique, telle qu'elle se décline alors en France, que d'avoir été propulsée par cette presse de boulevards et de salons.

Au xx<sup>e</sup> siècle, la transition sera bouclée lorsque les reporters, comme s'ils se souvenaient de l'image

ancienne du chroniqueur en historien, se poseront comme les nouveaux gardiens de la mémoire collective : « *Figurez-vous un homme qui a assisté à tous les événements de quelque importance qui se sont passés en Europe depuis cinq ans [...] et qui nous fait voir tout cela avec sa plume. [...] Le reporter regarde pour le Monde ; il est la lorgnette du Monde ! Quoi de meilleur que de parcourir la face du globe pour écrire le [sic] geste des hommes*<sup>108</sup> ? » Gaston Leroux, dans ces lignes, indique que le reporter s'est désormais approprié, en même temps que l'espace, le temps de l'histoire contemporaine et, d'une certaine manière, le domaine du chroniqueur.

---

Soumission de l'article : 03/02/2016

Acceptation : 16/06/2016

## NOTES

- <sup>1</sup> Claretie, J., 16 jan. 1903, « Tableau de Paris. Journaliste ! », *Le Figaro*.
- <sup>2</sup> Martin, 2004.
- <sup>3</sup> Simard-Houde, 2015 (2).
- <sup>4</sup> Pinson, 2011 : 187-219.
- <sup>5</sup> Juneau, 2011 : 19.
- <sup>6</sup> Thérenty, 2008.
- <sup>7</sup> Isaac, 2007.
- <sup>8</sup> Giffard, 1880.
- <sup>9</sup> Incarné par l'ouvrage de Pierre Giffard, selon Pascal Durand (« Le reportage », in Kalifa, Régnier, Thérenty et Vaillant (Éds.), 2011 : 1011).
- <sup>10</sup> Les définitions des dictionnaires Littré (1874) et Larousse (1875) à l'article « reporter » en témoignent.
- <sup>11</sup> Pour Pierre-Carl Langlais, certains bulletiniers des années 1850 s'apparentent à des reporters (Langlais, 2015 : 442-451).
- <sup>12</sup> C'est ce qu'écrit un rédacteur anonyme du *Temps* (« Chronique », 28 avril 1878).
- <sup>13</sup> Adeline Wrona emprunte ce terme à Jack Goody, pour qualifier « l'information », définie à la fois comme « une forme et un format, qui donnent corps à ce que l'imaginaire social conçoit comme propre à intégrer le domaine de l'actualité, en somme, un ensemble de "technologies de l'intellect" [...] associées à ce média émergent qu'est le grand journal d'information. » (« Écrire pour informer », in Kalifa, Régnier, Thérenty et Vaillant (Éds.), 2011 : 729).
- <sup>14</sup> Sur la pratique de l'enquête dans *Le Figaro* et *Le Gaulois* dès l'affaire Tropmann (1869), voir Isaac, 2007.
- <sup>15</sup> Comme le défend Thérenty, 2008 (2).
- <sup>16</sup> Ceux-ci ont été menés dans le cadre de notre recherche doctorale (Simard-Houde, 2015).
- <sup>17</sup> Adam, 2011.
- <sup>18</sup> Adam, 2011 : 23-24.
- <sup>19</sup> Grosse, 2000 : 19.
- <sup>20</sup> Jean-Michel Adam défend ainsi le concept d'« hybridation générique » pour « rendre compte de phénomènes négligés par la critique » (Adam, 2011 : 28).
- <sup>21</sup> Kalifa et Thérenty, « Ordonner l'information », in Kalifa, Régnier, Thérenty et Vaillant (Éds.), 2011 : 887.
- <sup>22</sup> *Ibid.*
- <sup>23</sup> Simard-Houde, 2015 : 13-14.
- <sup>24</sup> Thérenty, « La chronique », in Kalifa, Régnier, Thérenty et Vaillant (Éds.), 2011 : 963-967.
- <sup>25</sup> *Ibid.* : 955.
- <sup>26</sup> Lyon-Caen, 2008.
- <sup>27</sup> Monod, 2008.
- <sup>28</sup> Lyon-Caen, 2008 : 90.
- <sup>29</sup> Thérenty, « La chronique », in Kalifa, Régnier, Thérenty et Vaillant (Éds.), 2011 : 957.
- <sup>30</sup> Claretie, cité dans Thérenty, « La chronique », in Kalifa, Régnier, Thérenty et Vaillant (Éds.), 2011 : 966.
- <sup>31</sup> Thérenty, 2007 : 242-243.
- <sup>32</sup> Ginzburg, 1980.
- <sup>33</sup> Tout-Paris, « La journée parisienne. Un croquis naturaliste », *Le Gaulois*, 2 jan. 1880 : 2.
- <sup>34</sup> Il s'agit probablement d'une signature collective. Le pseudonyme ne figure ni dans le dictionnaire de Charles Joliet (1884) ni dans celui de Georges d'Heilly (1887). Octave Mirbeau aurait signé certaines des chroniques publiées entre 1879 et 1881 (selon Pierre Michel, entrée « pseudonyme », section « Thèmes et interprétations », dans le *Dictionnaire Octave Mirbeau* [En ligne], [http://mirbeau.asso.fr/dicomirbeau/index.php?option=com\\_content&view=featured&Itemid=107](http://mirbeau.asso.fr/dicomirbeau/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=107)).
- <sup>35</sup> Kalifa, 2013.
- <sup>36</sup> Tout-Paris, 13 févr. 1880, « La journée parisienne. Le 13 février 1820 », *Le Gaulois*, p. 1.
- <sup>37</sup> Tout-Paris, 23 mars 1880, « La journée parisienne. Le Boat-race », *Le Gaulois*, p. 1.
- <sup>38</sup> Tout-Paris, 4 jan. 1880, « La journée parisienne. La débâcle sur la Seine », *Le Gaulois*, pp. 1-2.
- <sup>39</sup> Le titre de la chronique mondaine s'articule souvent autour du toponyme parisien.
- <sup>40</sup> Jules Claretie, préface, Blavet, 1887 : vi.
- <sup>41</sup> Abel Peyrou, préface, Blavet, 1890 : i.
- <sup>42</sup> Henry Fouquier, préface, Blavet, 1888 : vi.
- <sup>43</sup> Émile Zola, préface, Blavet, 1889 : vii.
- <sup>44</sup> Aurélien Scholl, préface, Blavet, 1886 : ii.
- <sup>45</sup> Attesté depuis 1841 selon le *Trésor de la langue française*.
- <sup>46</sup> McNeil Arteau, 2015.
- <sup>47</sup> Voir le programme énoncé à la une du *Figaro*, le 1er déc. 1883.
- <sup>48</sup> Sur cette autre forme d'hybridité générique marquée pendant cette période de transition où la poétique de l'interview se démarque peu à peu de celle du portrait, voir Wrona, 2012 : 180-183 et Simard-Houde, 2015 : 113-125.
- <sup>49</sup> Il est l'auteur de quelques œuvres romanesques et recueils d'articles recensés par Lorenz (1866-1875 : 497 et 1876-1885 : 575).
- <sup>50</sup> Ce choix appuie la posture adoptée par l'auteur, qui faisait mine, en professionnel du *high-life*, de fréquenter tous les cercles du monde et du demi-monde : Fervacques est un village du Calvados, où se trouve un château bâti au xvii<sup>e</sup> siècle ; Henri iv y aurait séjourné. Larousse, 1866-1877 : 277.
- <sup>51</sup> Selon Émile Blavet, cité dans *L'Artiste*, 1876 : 185.
- <sup>52</sup> *Le Figaro*, 10 mai 1873.
- <sup>53</sup> *Le Figaro*, 30 nov. 1873.
- <sup>54</sup> Henry de Pène, cité dans *L'Artiste*, 1876 : 183.
- <sup>55</sup> *Ibid.* : 184.
- <sup>56</sup> Émile Blavet, cité dans *L'Artiste*, 1876 : 185.
- <sup>57</sup> Fervacques, 4 déc. 1873, « L'hiver à Paris », *Le Figaro*.
- <sup>58</sup> L'écriture intime est un procédé littéraire employé par les journalistes du xix<sup>e</sup> siècle, notamment ceux qui sont contraints d'écrire au jour le jour. Le « récit de la journée du chroniqueur, par exemple, constitue une notation du quotidien intéressante pour le périodique soucieux d'agglomérer toutes les expériences en vue de composer un récit exemplaire du jour ». Thérenty, 2007 : 192.
- <sup>59</sup> Lyon-Caen, 2008 : 89.
- <sup>60</sup> Fervacques, 5 jan. 1874, « L'hiver à Paris », *Le Figaro*.
- <sup>61</sup> Fervacques, 20 jan. 1874, « L'hiver en Russie », *Le Figaro*. Nous ne donnerons que la date de la livraison parue dans *Le Figaro*, pour chacune des références suivantes à cette correspondance. Toutes les livraisons portent le même titre.
- <sup>62</sup> 19 févr. 1874.
- <sup>63</sup> 2 févr. 1874. En cela, Fervacques s'inscrit plutôt dans la tradition du récit de voyage dont les reporters chercheront, plus tard, à se démarquer, en disqualifiant le « touriste » au profit du témoin professionnel.
- <sup>64</sup> 24 jan. 1874.
- <sup>65</sup> 20 jan. 1874.
- <sup>66</sup> 23 jan. 1874.
- <sup>67</sup> 24 jan. 1874.
- <sup>68</sup> 26 jan. 1874.



- <sup>69.</sup> 16 févr. 1874.
- <sup>70.</sup> 25 jan. 1874.
- <sup>71.</sup> Les deux genres sont proches dans la mesure où ils convoquent des *topoi* identiques : mise en scène de l'inscripteur du récit, intertexte des récits des voyageurs antérieurs, comparaison avec les réalités françaises, descriptions du paysage, de l'architecture, des mœurs exotiques. C'est surtout par son rapport plus resserré à l'actualité (qui motive le déplacement du témoin) que le reportage se distingue du récit de voyage, et, plus largement, par le contexte médiatique de sa production. Sur la question du rapport au temps, voir Thérénty, 2007 : 293-294.
- <sup>72.</sup> 11 févr. 1874.
- <sup>73.</sup> 2 févr. 1874.
- <sup>74.</sup> *Id.*
- <sup>75.</sup> 2 mars 1874.
- <sup>76.</sup> 23 jan. 1874, « Échos de Paris », *Le Figaro*.
- <sup>77.</sup> Aux articles des quotidiens s'ajoute une chronique de la *Revue des Deux Mondes*, le 1er févr. 1889.
- <sup>78.</sup> Maupassant, 2011 : 8. À l'exception des lettres d'Algérie (1881) qui méritent l'appellation de « reportage » par leur rapport à l'actualité politique. Mais nous les laisserons de côté pour nous concentrer sur les chroniques hybrides.
- <sup>79.</sup> Rappelons que l'écriture journalistique doit se plier aux exigences de son support : périodicité, actualité, collectivité, rubricité. Thérénty, 2007 : 47-48.
- <sup>80.</sup> *Les Soirées de Médan* paraissent en avril 1880, chez l'éditeur Charpentier, à Paris.
- <sup>81.</sup> Mitterand, « Introduction », Maupassant, 2011 : 11.
- <sup>82.</sup> « *Le monde de la chronique n'était pas habité par un corps énonciateur mais par une voix dont l'origine matérielle n'était que rarement évoquée. Le je du reporter est incorporité, corps exposé, exhibé, en danger, corps malade, corps sentant, écoutant, reniflant.* » Thérénty, 2007 : 317.
- <sup>83.</sup> Tout énoncé implique un sujet d'énonciation, mais celui-ci peut choisir d'effacer ou de marquer sa présence, et ce, de façon explicite ou implicite. Kerbrat-Orecchioni, 2011 [1999] : 174.
- <sup>84.</sup> Maupassant, 2011 : 160-161 [*Gil Blas*, 14 juill. 1885].
- <sup>85.</sup> Maupassant, 2011 : 121-122 [*Le Figaro*, 13 mai 1885].
- <sup>86.</sup> L'énallage est l'utilisation des « déictiques avec une valeur décalée par rapport à leur valeur la plus usuelle ». Kerbrat-Orecchioni, 2011 [1999] : 70.
- <sup>87.</sup> Cependant, le « je » réapparaîtra plus loin.
- <sup>88.</sup> Aron, 2011.
- <sup>89.</sup> « L'Etna », Maupassant, 2011 : 160 [*Gil Blas*, 14 juillet 1885].
- <sup>90.</sup> *Ibid.* : 161-162.
- <sup>91.</sup> *Ibid.* : 163.
- <sup>92.</sup> *Id.*
- <sup>93.</sup> Thérénty, 2008.
- <sup>94.</sup> Simard-Houde, 2015 : 92-93.
- <sup>95.</sup> Figure tutélaire du reporter aventurier, popularisée en France à la suite de son voyage en Afrique sur les traces du docteur Livingstone, effectué à la solde du *New York Herald* en 1869-1871.
- <sup>96.</sup> « Les bandits corses », Maupassant, 2011 : 95-104 [*Le Gaulois*, 12 oct. 1880].
- <sup>97.</sup> « Monreale. Les brigands », Maupassant, 2011 : 147-157 [*Le Figaro*, 6 juin 1885].
- <sup>98.</sup> Mitterand, « Introduction », Maupassant, 2011 : 12-13.
- <sup>99.</sup> Bury, 1994 : 55-96 et 97-140.
- <sup>100.</sup> Maupassant, 2011 : 196-197.
- <sup>101.</sup> *Ibid.* : 198.
- <sup>102.</sup> *Ibid.* : 199-203.
- <sup>103.</sup> Ory, P., « Conclusion : quelle tendance ? », in Corbin, Courtine et Vigarello (Éds.), 2006 : 159.
- <sup>104.</sup> Vigarello, G., « S'entraîner », in Corbin, Courtine et Vigarello (Éds.), 2006 : 163-199.
- <sup>105.</sup> Au dossier du Maupassant protoreporter, versons aussi un récit d'ascension en ballon : « En l'air », *Le Figaro*, 9 juill. 1887.
- <sup>106.</sup> Muhlmann, 2004.
- <sup>107.</sup> Thérénty, « La chronique », in Kalifa et al., 2011 : 967.
- <sup>108.</sup> Leroux, G., 1er févr. 1901, « Sur mon chemin », *Le Matin*.

## RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

### Corpus

*L'Artiste. Journal de la littérature et des beaux-arts*, 1876, t. II, Paris.

Blavet, É., [pseudo Parisis], 1890, *La vie parisienne (1889)*, Paris, Ollendorff.

Blavet, É., 1889, *La vie parisienne (1888)*, Paris, Ollendorff.

Blavet, É., 1888, *La vie parisienne (1887)*, Paris, Ollendorff.

Blavet, É., 1887, *La vie parisienne (1886)*, Paris, Ollendorff.

Blavet, É., 1886, *La vie parisienne (1885)*, Paris, Ollendorff.

Giffard, P., 1880, *Le Sieur de Va-Partout. Souvenirs d'un reporter*, Paris, Maurice Dreyfous.

Larousse, P., 1866-1877, *Grand dictionnaire universel du XIX<sup>e</sup> siècle*, t. VIII, Paris.

Lorenz, O., 1876-1885, *Catalogue général de la librairie française*, t. I, Paris, O. Lorenz.

Lorenz, O., 1866-1875, *Catalogue général de la librairie française*, t. I, Paris, O. Lorenz.

Maupassant, G. de, 2011 [1880-1890], « *Cette brume de la mer me caressait comme un bonheur* », Mitterrand, H. (Éd.), Paris, Librairie Générale Française [Le livre de poche / La lettre et la plume].

### Bibliographie secondaire

Adam, J.-M., 2011, *Genres de récits. Narrativité et généricité des textes*, Louvain-la-Neuve, L'Harmattan-Academia, coll. Sciences du langage : Carrefours et points de vue.

Aron, P., 2011, « Postures journalistiques des années 1930, ou du bon usage de la "bobine" en littérature », *CONTEXTES* [En ligne], no 8, « La posture. Genèse, usages et limites d'un concept », <https://contextes.revues.org/4710>.

Boucharenc, M., 2004, *L'écrivain-reporter au cœur des années trente*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.

Bury, M., 1994, *La poésie de Maupassant*, Paris, Sedes.

Corbin, A., Courtine, J.-J. et Vigarello, G. (Éds.), 2006, *Histoire du corps, t. III, Les mutations du regard. Le XX<sup>e</sup> siècle*, volume dirigé par J.-J. Courtine, Paris, Seuil.

Ginzburg, C., 1980, « Traces, pistes. Racines d'un paradigme de l'indice », *Le Débat*, no 6, pp. 3-44.

Grosse, E.-U., 2000, « Évolution et typologie des genres journalistiques. Essai d'une vue d'ensemble », in Adam, J.-M., Herman, T. et Lugrin, G. (Éds.), dossier « Genres de la presse écrite et analyse de discours », *Semen*, no 13, pp. 15-36.

Isaac, O., 2007, « Les enquêtes balbutiantes des journalistes durant l'affaire Troppmann », in Farcy, J.-C., Kalifa, D., Luc, J.-N. (Éds.), *L'enquête judiciaire en Europe au XIX<sup>e</sup> siècle : acteurs, imaginaires, pratiques*, Paris, Creaphis, pp. 231-239.

Juneau, V., 2011, *Poétique et fictionnalisation du reportage de guerre sous le Second Empire*, Mémoire d'études littéraires, Pinson, G. (Éd.), Québec, Université Laval.

Kalifa, D., 2013, *Les bas-fonds. Histoire d'un imaginaire*, Paris, Seuil, coll. L'Univers historique.

Kalifa, D., Régnier, P., Thérenty, M.-È. et Vaillant, A. (Éds.), 2011, *La Civilisation du journal. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Nouveau Monde éditions.

Kerbrat-Orecchioni, C., 2011 [1999], *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*, Paris, Armand Colin, coll. U/linguistique.

Langlais, P.-C., 2015, *La formation de la chronique boursière dans la presse quotidienne française (1801-1870). Métamorphoses textuelles d'un journalisme de données*, Thèse en sciences de l'information et de la communication, dirigée par A. Wrona, CELSA/Université Paris-Sorbonne.

Lyon-Caen, J., 2008, « L'actualité de l'étude de mœurs. Les Hermites d'Étienne de Jouy », *Orages*, no 7, pp. 85-102.

Martin, M., 2004, « Les grands reporters français durant la guerre russo-japonaise », *Le Temps des médias*, no 4, pp. 22-33.

McNeil Arteau, G., 2015, *Les documents humains. Émile Zola, le journalisme et la littérature (1865-1893)*, Thèse d'études littéraires, Université Laval, Québec.

Monod, S., 2008, « Aux sources de l'enquête : autour de *L'Hermite de la Chaussée-d'Antin* », *Fabula / Les colloques* [En ligne], Séminaire « Signe, déchiffrement, et interprétation », <http://www.fabula.org/colloques/document883.php>.

Muhlmann, G., 2004, *Une histoire politique du journalisme (XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Presses universitaires de France, coll. Partage du savoir.

Pinson, G., 2012, *L'imaginaire médiatique. Histoire et fiction du journal au XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Classiques Garnier, coll. Études romantiques et dix-neuviémistes.

Simard-Houde, M., 2015, *Le Reporter, médiateur, écrivain et héros. Un répertoire culturel (1870-1939)*, Thèse d'études littéraires, Université Laval / Université Montpellier III.

Simard-Houde, M., 2015 (2), « Le reporter devient auteur. L'édition du reportage en France (1870-1930) », *Mémoires du livre. Studies in Book Culture* [En ligne], vol. VI, n° 2 (printemps), <http://id.erudit.org/iderudit/1032715ar>.

Thérenty, M.-È., 2008, « Dante reporter. La création d'un paradigme journalistique », *Autour de Vallès*, no 38, pp. 57-72.

Thérenty, M.-È., 2008 (2), « Avant-propos », *Orages*, no 7, pp. 11-21.

Thérenty, M.-È., 2007, *La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Seuil, coll. Poétique.

Wrona, A., 2012, *Face au portrait. De Sainte-Beuve à Facebook*, Paris, Hermann.

**Fr.** Dans les premières décennies de la Troisième République, alors que la presse française commence à s'ouvrir à un nouveau modèle médiatique dans lequel la dépêche, le reportage, l'information et l'actualité occupent une place grandissante, qu'advient-il des genres journalistiques installés et reconnus ? Cet article propose de répondre à cette question en examinant le cas de la chronique mondaine, dans les postures, les poétiques et les pratiques d'écriture de trois chroniqueurs de la presse parisienne : Émile Blavet et sa rubrique « La Vie parisienne », publiée au *Figaro* sous le pseudonyme Parisis ; « L'hiver en Russie », la chronique d'un voyage à Saint-Petersbourg par Léon Duchemin, pour le compte du *Figaro*, et, enfin, des chroniques de voyage en Italie et en Afrique du Nord de Guy de Maupassant, dans les années 1880. Ces trois auteurs ont connu des fortunes littéraires bien inégales. Cependant, sous la plume de chacun d'entre eux, les caractéristiques poétiques traditionnelles de la chronique et la tâche du chroniqueur se trouvent modulées d'une manière singulière par l'essor du journalisme d'enquête et du reportage. Pour Blavet, l'hybridation se traduit, dans le paratexte des chroniques réunies en volume, par une posture de chroniqueur documenté ; chez Duchemin, elle donne lieu à une adaptation exotique de la chronique mondaine, tandis que chez Maupassant, elle est liée à l'écriture d'une expérience sensorielle. Que ce soit en insistant sur son acuité, en déplaçant son champ d'expérience de Paris vers une capitale culturelle étrangère, ou encore en transformant radicalement sa silhouette pour en faire celle d'un voyageur aventurier, chacun de ces chroniqueurs peut s'apparenter, à divers degrés, à un protoreporter. Leurs chroniques donnent ainsi à voir, en décalage avec les codes habituels, des interférences génériques qui témoignent de la mutation en cours et participent du processus de l'invention du reportage.

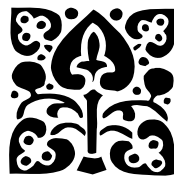
**Mots-clés :** chronique, reportage, poétiques journalistiques, histoire culturelle, XIXe siècle.

**En.** In the initial decades of the Third Republic, when the French press was opening up to a new media model in which wire stories, reportage, information, and news are increasingly important, what happened to the well-installed and recognized journalistic genres? This article aims to answer this question by examining the case of the high-society column, through the postures, poetics, and writing practices of three Parisian columnists: Émile Blavet and his column "La Vie parisienne," published in *Le Figaro* under the pseudonym Parisis; "L'hiver en Russie," the narrative of a journey to Saint Petersburg by Léon Duchemin, columnist for *Le Figaro*; and, finally, Guy de Maupassant's travel chronicles in Italy and North Africa during the 1880s. The three authors experience disproportionate literary success; however, in each of their writings, the traditional poetic elements of the Parisian column and the function of the columnist are modulated in a singular way through the growth of investigative journalism and reportage. In Blavet's work, hybridization translates into the posture of a documented columnist, as expressed in the paratext of the collected columns, while in Duchemin's writing, the travel chronicle produces an exotic adaptation of the high-society column. Finally, in Maupassant's work, it is linked to the writing of a sensory experience. Whether by emphasizing acuity, moving fields of experience from Paris to a foreign cultural capital, or radically transforming one's image into that of an adventurous traveler, each of these columnists can be compared to, in varying degrees, a protoreporter. Although at odds with standardized norms, their columns reveal a generic interference that reflects the changing course of the media system, one that contributes to the process of invention vis-à-vis reportage.

**Keywords:** column, reportage, journalistic poetics, cultural history, 19th century.

**Pt.** Nas primeiras décadas da Terceira República, quando a imprensa francesa começa a se abrir a um novo modelo midiático no qual o despacho, a reportagem, a informação e a atualidade ocupam um lugar cada vez maior, o que acontece com os gêneros jornalísticos já bem estabelecidos e reconhecidos? Este artigo procura responder a essa questão examinando o caso das crônicas mundanas, no âmbito das posturas, poéticas e práticas de escrita três cronistas da imprensa parisiense: Émile Blavet e sua rubrica “La Vie parisienne”, publicada no *Figaro* sob o pseudônimo de Parisis ; “L’hiver en Russie”, crônica de uma viagem a São Petersburgo por Léon Duchemin, colunista do *Figaro*; e, finalmente, as crônicas de viagem à Itália e à África do Norte de Guy de Maupassant nos anos 1880. Os três autores têm percursos literários bem distintos. Contudo, em seus escritos, tanto a tradicional característica poética da crônica quanto o papel do cronista são modulados de maneira singular pela ascensão do jornalismo de enquete e da reportagem. Para Blavet, a hibridação se traduz, no paratexto das crônicas reunidas em volume, em uma postura de cronista documentado; em Duchemin, ela dá lugar a uma adaptação exótica da crônica mundana, enquanto em Maupassant ela está ligada à escrita de uma experiência sensorial. Seja ao sublinhar sua acuidade, ao deslocar seu campo de experiência de Paris para uma capital cultural estrangeira, ou ainda ao transformar radicalmente sua silhueta na de um viajante aventureiro, cada um desses cronistas pode se assemelhar, em diversos níveis, a um proto-repórter. Suas crônicas revelam, em descompasso com os códigos habituais, interferências genéricas que testemunham uma mudança em curso e participam do processo de invenção da reportagem.

**Palavras-chave:** crônica, reportagem, poéticas jornalísticas, história cultural, século XIX.



# Recruter en période de crise ou l'effritement d'un huis clos journalistique

OLIVIER STANDAERT

Docteur  
Université catholique de Louvain  
ORM  
Belgique  
olivier.standaert@uclouvain.be



des degrés divers selon les entreprises, le marché du journalisme en Belgique francophone a subi ces dernières années une érosion continue de son volume d'emploi. Ce phénomène, déjà observé au début des années 2000, s'est aggravé dès la fin de l'année 2008 avec la crise financière, puis économique. La problématique de cet article a pour objectif de comprendre comment les perturbations économiques du marché journalistique affectent les formes identitaires de ceux et celles qui gèrent au quotidien les rédactions, et notamment le recrutement de nouveaux collaborateurs. Une des questions principales concerne la manière dont les discours, produits en période de crise par des individus dotés de responsabilités éditoriales et/ou gestionnaires, traitent la question de leur autonomie face aux contraintes budgétaires affectant la gestion des ressources humaines des rédactions.

Dans le cadre d'une recherche sur l'insertion professionnelle des jeunes journalistes belges francophones au cours de la période 2008-2013, vingt responsables du recrutement ont été rencontrés sous forme d'entretien semi-directif, réalisés entre l'été 2010 et l'été 2013. Il convient de préciser que certains enquêtés étaient responsables des effectifs de plusieurs médias : au total, ce sont 28 rédactions qui sont envisagées par le biais des entretiens. La fonction des répondants dépendait en premier lieu

#### Pour citer cet article

#### Référence électronique

Olivier Standaert, « Recruter en période de crise ou l'effritement d'un huis clos journalistique », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>



de la taille de l'entreprise. Certains occupaient une fonction au sommet de la hiérarchie des rédactions (rédacteur en chef). D'autres, en général dans les plus petites structures, occupaient la fonction de directeur de l'entreprise (parfois conjointement à celle de rédacteur en chef). Tous faisaient état d'une expérience antérieure assez longue en tant que journalistes. En raison des aléas des sollicitations et des réponses aux demandes d'entretien, le corpus inclut trois profils différents des autres dans la mesure où les répondants n'ont jamais exercé comme journaliste et occupaient des fonctions uniquement gestionnaires (directeur des ressources humaines ou directeur général). En tout état de cause, le corpus, malgré l'hétérogénéité des fonctions occupées (qui reflète en partie celle des entreprises et du marché), permet d'étudier le sommet des hiérarchies des rédactions journalistiques et regroupe des individus qui assument tous des responsabilités dans le recrutement des (jeunes) journalistes. En Belgique, c'est une catégorie du groupe professionnel qui demeure nettement moins étudiée que celle des journalistes lambda. Ensemble, ils permettent d'approcher la presse écrite, nationale et régionale, la presse audiovisuelle nationale et régionale, la presse magazine, les agences de presse et les maisons de production. L'exploitation des entretiens vise à mettre au jour les formes identitaires au sommet des hiérarchies journalistiques. La méthode, théorisée par Claude Dubar, propose, au fil de différentes étapes d'analyse du matériau langagier du corpus, de « rendre compte des types de logiques d'action, de justifications des pratiques de travail, d'emploi ou de formation, de rationalités pratiques, bref de bonnes raisons avancées par les individus, au cours d'entretiens non directifs, pour justifier leurs actions dans le champ professionnel au sens large, c'est-à-dire incluant la recherche d'emploi, la mobilité et la formation » (Dubar, 1998a : 397-398). Elle établit, via plusieurs niveaux d'analyse, « des types-idéaux (...) pour rendre compte de la configuration et de la distribution des schèmes de discours » recueillis (Dubar, 1998b : 79).

Ces entretiens sont complétés par une analyse des bilans comptables des éditeurs sur une période de dix ans (2003-2013), destinée à dresser, entre autres, une cartographie de l'évolution des effectifs du personnel journalistique.

---

**DONNER CORPS AU TERME « CRISE » :**  
**ÉLÉMENTS CONTEXTUELS**

---

Dans le cas de la Belgique, la crise questionne la pertinence et la robustesse des modèles d'affaires de la plupart des médias belges francophones,

directement liés aux enjeux de la transition vers l'écosystème numérique. À propos des ressources humaines, les chiffres des effectifs du personnel des 18 éditeurs analysés pour la période 2003-2013 sont explicites quant à l'étiollement de l'emploi à temps plein et à durée indéterminée. Les capacités d'embauche diminuent sur presque toute la période envisagée, durant laquelle 1002 équivalents temps plein (ETP) sont détruits à partir de 2005, année où l'effectif total atteint son pic de la décennie (6236 ETP). La diminution du volume d'emploi apparaît plus nettement encore à partir de 2008 et concerne tous les éditeurs analysés. Dans ce contexte, l'obtention d'un CDI est conditionnée bien plus souvent qu'à son tour à la vacance d'un poste préexistant. Les ressources budgétaires allouées à l'embauche et à la promotion des journalistes ont été strictement contrôlées, voire réduites, durant plusieurs années. L'accès au CDI requiert donc souvent un passage par le travail non salarié. La durée et l'issue de celui-ci sont fortement aléatoires, mais les données recueillies dans le cadre d'une recherche sur l'insertion professionnelle tendent à démontrer un allongement de la période de recherche d'un emploi stable, ainsi qu'un haut degré d'incertitude dans les trajectoires, caractérisées par une hausse de la mobilité (dans et en dehors du journalisme) et le multi-emploi (Standaert, 2016).

La plupart des observations faites au sujet de la situation de l'emploi des médias belges se limitent à constater l'érosion des effectifs sans les intégrer dans une vision plus large de la situation financière des éditeurs. Or, il n'est pas inutile de mentionner deux éléments : en premier lieu, les données chiffrées des bilans annuels permettent de mesurer l'évolution des charges liées au personnel au sein des entreprises. En neuf ans, les frais totaux du personnel des éditeurs étudiés affichant ce poste dans leurs bilans ont grimpé de plus de 50 millions d'euros et dépassaient le cap des 250 millions d'euros fin 2012. En dépit des diminutions de postes salariés, une tendance observée sur huit exercices comptables consécutifs, les frais du personnel continuent d'augmenter chaque année, en raison, entre autres, des mécanismes d'adaptation des rémunérations. Cette observation resitue plus précisément la question du coût de l'emploi dans le marché analysé.

En second lieu, il faut souligner à quel point la période actuelle est cruciale en termes d'investissements dans de nouveaux supports de diffusion et outils de travail. La transition numérique, couplée à la recherche de nouveaux modèles d'affaires, pompe une partie importante des ressources des éditeurs. L'importance des frais du personnel par rapport au total de l'actif<sup>2</sup> des entreprises diminue sensiblement à partir de 2005, année où le poids des dépenses

en ressources humaines passe définitivement sous la barre des 20 % du total cumulé de l'actif. Or, au cours du même exercice, la richesse du secteur augmente de près de 400 millions d'euros en une année<sup>3</sup>. Les années 2006-2012 maintiennent la richesse globale du secteur à un niveau similaire, donc nettement plus élevé qu'avant 2006. À l'échelle du marché, il peut donc en être déduit qu'une proportion de plus en plus importante des actifs est épargnée ou injectée dans d'autres postes que les frais du personnel. Ceux-ci perdent bel et bien en poids relatif au profit d'autres catégories de dépenses. Les industries culturelles, dont celles de l'information, connaissent de profondes mutations, « liées à trois grands phénomènes : l'arrivée à maturité des technologies numériques et le développement d'Internet, la déréglementation et la libéralisation généralisées des divers secteurs de la communication, et la financiarisation accrue des champs de la culture et de l'information » (Moriset, Miege, 2005 : 147). Si le poids relatif des dépenses en personnel a baissé à partir de 2006, il faut donc aussi en chercher les causes dans d'autres investissements avec lesquels le budget des ressources humaines se trouve mis en balance.

Pour terminer le tracé du cadre contextuel, il faut aussi marquer une prise de recul par rapport au choix de concentrer l'analyse sur un seul marché du travail. Il paraît au contraire nécessaire de prendre en compte certains phénomènes plus transversaux aux économies occidentales. La présente étude s'est tout particulièrement intéressée à la généralisation des pratiques gestionnaires flexibles au sein des entreprises. Emmanuelle Mazuyer en souligne l'importance à l'échelle européenne : « La crise de 2008 (...) démontre la réelle flexibilité des marchés du travail nationaux. Tous, quelle que soit la rigidité qui a pu être attribuée à leur législation de protection d'emploi, ont pu réduire sans grande difficulté l'effectif des entreprises, par l'expulsion des entreprises des travailleurs précaires et/ou par le recours à des licenciements » (Mazuyer, 2013). Elle relie ainsi l'impact de la crise économique à la généralisation de pratiques gestionnaires flexibles, elles-mêmes à la source d'une fragilisation statutaire de nombreux actifs. Matthieu de Nanteuil et Assaad El Akremi étudient de leur côté les différentes dimensions de la flexibilité appliquées au droit du travail. Ils en distinguent quatre formes : contractuelle, temporelle, productive ou géographique, fonctionnelle ou organisationnelle (de Nanteuil, El Akremi, 2005 : 418-419). La première intervient sur le volume et la nature des formes statutaires d'emploi. Est concerné tout contrat qui déroge au statut de salarié à durée indéterminée et à temps plein ; ces contrats, par exemple temporaires ou à temps partiel, sont officiellement qualifiés par les instances européennes

« d'atypiques » (Mazuyer, 2013). Les deux auteurs notent qu'il s'agit « de la forme de flexibilité la plus couramment associée au mouvement de fragilisation ou de précarisation du lien salarial ». La seconde forme de flexibilité « modifie les variables quantitatives de la relation salariale, mais sans faire basculer celles-ci à l'extérieur du cadre juridique proposé par le contrat à durée indéterminée ». Cela concerne par exemple l'organisation des plages horaires. La troisième application de la flexibilité, géographique ou productive, modifie les systèmes d'organisation de la production par l'entremise de la sous-traitance, de l'externalisation et du recours à l'emploi indépendant. Enfin, la dernière forme de flexibilité répertoriée par les deux chercheurs désigne toutes celles qui ne sont pas comprises dans les trois premières, et qui « s'effectuent principalement sur un registre qualitatif et interne ». Cela englobe par exemple les comportements polyvalents, le travail en équipe ou en réseau, les groupes à tâches et les pilotages d'opérations ponctuelles. La polyvalence, écrivent encore Matthieu de Nanteuil et Assaad El Akremi, « peut s'expliquer autant par la volonté de professionnaliser les salariés que par la nécessité de pallier les situations de sous-effectifs ».

La présence de compétences et de pratiques flexibles au sein du marché journalistique ne date assurément pas de la crise des années 2000. À travers son concept de pratique prudentielle, Florent Champy (2012) exprime bien dans quelle mesure le journaliste, dans l'exercice quotidien de son métier, fait preuve de compétences flexibles. Les professions à pratique prudentielle « nécessitent la mobilisation de savoirs dans des situations d'incertitude, dans lesquelles on ne peut se contenter d'appliquer un savoir normalisé » (Vezinat, 2010). En s'appuyant sur les travaux d'Andrew Abbot et d'Eliot Freidson, Florent Champy constate que l'activité laborieuse de certains métiers « ne consiste pas, ou pas principalement, à appliquer mécaniquement des routines ou des savoirs scientifiques. (...) Le travail est alors conjecturel parce qu'il porte sur une réalité qui échappe à toute maîtrise systématique » (Champy, 2012 : 82). Gestion des délais, des imprévus, des coups de feu et des bouclages, assignation des tâches, rotation des effectifs, évolution des outils de travail, sélection puis hiérarchisation des informations et de leur mise en forme, intrinsèquement soumises à l'incertitude de l'actualité, sont autant de paramètres gérés de manière et selon une logique flexible, dans un horizon de (très) court terme. Plus profondément, le contexte de contraction des budgets et de raréfaction des embauches entraîne les pratiques de recrutement vers des horizons sensiblement dictés par des logiques flexibles. Si les conséquences de ces modes de gestion flexible sur les trajectoires de carrière des journalistes ont déjà fait

l'objet d'analyses, notamment à propos de l'essor de formes instables/précaires d'emploi (Okas, 2007 ; Frisque, Saitta, 2011 ; Cohen, 2015) ou encore les conditions de travail des journalistes indépendants (Massey, Elmore, 2011 ; Corsani, 2012 ; Singer, 2015), peu d'études se sont intéressées à leurs effets sur la gestion des entreprises de presse, et notamment les ressources humaines. Or, ceci se justifie à double titre : la gestion flexible des ressources humaines, dans le marché étudié, n'est pas un phénomène émergent (Marchetti, Ruellan, 2001) et il peut être suggéré qu'elle répond à certaines spécificités des métiers journalistiques ; son accentuation sous l'effet de pressions économiques, en revanche, est plus récente et il s'agit ici de comprendre en quoi elle affecte les identités professionnelles au sein des hiérarchies.

---

#### LE MANAGEMENT FLEXIBLE EN PÉRIODE DE CRISE

---

L'analyse des discours des individus en charge de la supervision du recrutement fait tout d'abord état d'une nette détérioration des marges de manœuvre. Unaniment, bien que des tonalités différentes s'expriment (le plus souvent aux marges des médias traditionnels d'information générale), les employeurs démontrent, chiffres à l'appui, qu'ils n'ont guère les moyens de leurs ambitions (Standaert, 2016 : 91-92). Ce rédacteur en chef d'un titre de presse quotidienne régionale résume ainsi la situation de son entreprise : « C'est rare qu'on recrute un jeune sous CDI. Je dirais même que c'est rare qu'on recrute un non cadre sous CDI ».

Pourtant, le besoin de main-d'œuvre est souligné tout aussi unanimement lors des entretiens : d'une part parce que la plupart des entreprises étudiées font état d'un *turn over* régulier au sein de leurs équipes, d'autre part parce que la grande majorité des médias belges, dans un effort de diversification des offres rédactionnelles et pour répondre au besoin du marché des médias numériques, produit globalement davantage de contenus que par le passé<sup>4</sup>. Il en résulte une double injonction plutôt inconfortable pour la majorité des acteurs : assumer davantage de tâches (elles-mêmes ayant tendance à se spécialiser) avec des effectifs en stagnation ou en diminution.

De manière globalement commune aux différents secteurs, la sélection des nouveaux travailleurs s'opère sans *modus operandi* systématique. Ceci fait notamment écho aux travaux de Denis Ruellan sur les pratiques de recrutement au sein du groupe professionnel. L'auteur écrit que les jeunes journalistes « sont d'emblée contraints aux pratiques floues des entreprises dans lesquelles le "relationnel" et la sou-

*mission aux usages de l'entreprise comptent énormément pour accéder à l'emploi et y demeurer »* (Ruellan, 2001 : 146). Plusieurs exemples relevés lors d'entretiens auprès de jeunes journalistes semblent confirmer cette gestion peu lisible en dehors de l'entreprise. La publicité toute relative de certaines offres, l'inutilité des envois spontanés de CV et de lettres de motivation, les évaluations de stages peu formalisées, la gestion très variable (et souvent *a posteriori*) des aspects contractuels lors des premières collaborations rémunérées (tarifs, clauses diverses, assurances, chartes rédactionnelles) mettent en avant une gestion fluctuante et assez informelle des recrutements. Ce constat est renforcé par l'absence d'identification claire des personnes compétentes au sein des rédactions : d'une prestation à l'autre, d'une période à l'autre, les interlocuteurs des jeunes débutants peuvent varier. Les procédures de sélection proprement dites penchent vers une non standardisation. Rien n'indique d'ailleurs que cela constitue un problème aux yeux des responsables. Le facteur influençant le plus la publicité et la formalisation du processus de sélection est probablement la nature du contrat proposé. Les CDD longs et les CDI font l'objet d'une procédure plus soignée, claire et ouverte. Ils semblent impliquer une manière de faire plus lisible, officielle. Les postes de remplacements brefs ou les piges occasionnelles semblent obéir à une recherche bien plus brève, s'embarrassant de peu de formalités. Notamment parce qu'une certaine urgence dicte les choix. Probablement aussi parce qu'ils constituent désormais la norme, l'habitude, et que les routines de repérage et de sélection des collaborateurs débutants sont implicitement rôdées, le plus souvent par le biais des stages étudiants (non rémunérés en Belgique). Enfin, au cas où la relation naissante ne donne pas satisfaction, la facilité avec laquelle il est possible d'y mettre un terme est à la stricte mesure du peu de formalités manifestées à son origine. Piges d'essai, contrats à durée déterminée, prolongations bénévoles de stage font partie de ces dispositifs variables de mise à l'étrier et d'insertion très progressive dans le marché du travail rémunéré, sans qu'il n'existe une quelconque garantie d'obtenir, à terme, un emploi à durée indéterminée (Standaert, 2016 : 78).

Ces pratiques ne peuvent donc pas être unilatéralement qualifiées de floues, informelles ou au contraire de structurées et formalisées. Il existe un jeu de balancier entre ces deux pôles, en fonction du poste à pourvoir, du statut et de la taille de l'entreprise, principalement. C'est bien en cela que le recrutement est géré flexiblement. Mais de manière générale, il semble qu'une connaissance du candidat « fondée sur l'expérience, et qui s'apparente à une évaluation non formalisée, peut donc être mobilisée avec succès dans les processus d'appariement »

entre le candidat et l'emploi (Bureau, Marchal, 2009 : 581). Le marché analysé s'inscrit dans cette tendance.

Il n'est pas inutile de se demander si la malléabilité et la faible formalisation des modes de recrutement ne sont qu'une affaire de facilité organisationnelle, d'habitudes ou de routine face aux urgences. Il est probable qu'elles traduisent un besoin d'autonomie et de liberté dans des processus qui, souvent, relèvent en partie d'une logique affinitaire et d'une évaluation de paramètres subjectifs plus ou moins explicités : la motivation, la sociabilité, la flexibilité, la créativité, la débrouillardise<sup>5</sup>. Ces aspects, qui touchent à ce qui pourrait être désigné comme un ethos du journaliste, presque tous les employeurs les détaillent tôt ou tard dans leurs réponses, et bien souvent spontanément. Ils semblent essentiels en ce qu'ils définissent une appartenance professionnelle discriminante et, paramètre capital pour un nouvel arrivant, ils agissent comme un vecteur de rapprochement, dans tous les sens du terme, entre lui-même et ses collègues déjà insérés.

La prise en compte des dimensions personnelles et subjectives renvoie sans doute à la sociologie même du groupe professionnel et aux qualités attachées à la figure du journaliste (Sander *et al.*, 2008) : le flair, l'audace, la ténacité, la débrouillardise, l'indépendance, le sens de l'information et de la mise en récit. Ces qualités toutes personnelles se situent au croisement d'autres, comme la plume, la voix, la tégénie, qui sont autant personnelles que professionnelles. Il y a dans les critères de recrutement une recherche de l'essence journalistique, ce qui fait l'unicité du métier, sa substantifique moelle, voire l'expression de son idéal. Ceci n'exclut pas des variations d'appréciation, des attentes renouvelées et des exigences en termes de maîtrise des techniques les plus récentes de recherche et de mise en forme des contenus. Pour détecter ces dimensions parmi les plus jeunes journalistes, ce ne sont pas les processus formels, reproductibles, répétés et objectifs qui semblent avoir les faveurs. Au contraire, c'est à une appréciation ressentie, éprouvée et testée en situation de travail que les employeurs donnent la préséance<sup>6</sup>. Plus le poste est flou et faiblement défini, plus le verdict de la pratique et de la mise à l'épreuve est privilégié, précisément parce qu'il dispense de mettre sur pied et d'administrer un dispositif spécifiquement conçu pour tester le candidat. Ces modalités, adaptables au gré des circonstances, semblent relativement efficaces : si les employeurs se plaignent tous de leurs faibles marges de manœuvre et de l'étroitesse des budgets, ils ne remettent jamais en question leurs manières d'agir. Elles sont peut-être à rapprocher de l'analyse proposée par Denis Ruellan au sujet du groupe

professionnel dans son ensemble, lorsqu'il précise que le « "flou" ne [doit] pas être perçu comme un dysfonctionnement car il [offre] au groupe des capacités d'amalgames [et] de souplesse » (Ruellan, 1997 : 138). Le flou des pratiques de recrutement semble ici aussi jouer un rôle dans la dynamique de gestion, en l'occurrence des rédactions. Il confère une certaine autonomie aux individus chargés du recrutement, leur permettant d'intégrer qui bon leur semble, comme bon leur semble, précisément grâce au manque de lisibilité des procédures. En d'autres termes, la routine du recrutement ne s'élabore pas avec l'intention de favoriser une forme de reproductibilité des processus. Le flou prend le dessus sur la traçabilité : si le choix d'un candidat pour un même poste devait être opéré par deux responsables différents, au sein de la même liste de postulants, il n'y a aucune certitude qu'ils choisiraient le même candidat. Ceci serait évidemment possible dans bien d'autres entreprises, journalistiques ou non, et pour bien d'autres postes. Mais ce qui semble spécifique au marché étudié, c'est que ces pratiques aléatoires sont assumées ouvertement. Cette absence de reproductibilité n'est en aucun cas perçue comme un problème fonctionnel. En cela, les modes de recrutement flous possèdent cette dimension identitaire étudiée par Denis Ruellan, car ils assurent un champ d'action et maintiennent une liberté dans le choix, l'intégration et la « validation » des nouveaux arrivants, autant d'actes qui ne sont pas sans importance dans l'évolution d'un organisme et dans sa configuration identitaire. Ce qu'il faut à présent chercher à comprendre, c'est l'influence du contexte de crise sur ces pratiques.

---

#### ÉVALUATIONS EXTERNES ET CRITIQUE ARTISTIQUE DES COMPÉTENCES JOURNALISTIQUES

---

L'analyse des discours des entretiens permet de comprendre dans quelle mesure les pratiques de recrutement peu schématisées sont à la fois un effet de la crise et un reflet de l'importance de préserver une évaluation éprouvée, concrète, directement intégrée à la réalité quotidienne du travail journalistique, notamment en termes de socialisation. Sur la question des critères favorisant l'insertion, notamment les qualifications et les compétences attendues, les individus interrogés tendent à partager l'opinion qu'ils ne sont guère évaluables par d'autres personnes que des journalistes eux-mêmes. Sans doute les pratiques détaillées ci-dessus confèrent-elles une forme d'autonomie et d'autorité à ceux qui effectuent le recrutement. Comment mieux tenir à l'écart les acteurs extérieurs qu'en défendant une expertise interne et indigène à propos des critères de sélection ? Comment mieux faire comprendre qu'il s'agit



d'une affaire à gérer entre semblables et à maintenir dans un huis clos inaccessible aux non-initiés ? L'enjeu est d'autant plus important que les départements des ressources humaines apparaissent peu à peu dans les organigrammes des éditeurs belges, ou à tout le moins, des individus responsables de ces questions.

Le cas étudié ici vaut surtout par la prise en compte de son contexte : en pleine période de pression sur les budgets et les effectifs, à l'heure où de plus en plus de médias implémentent les acquis de la GRH et du management, il semble que les manœuvres rhétoriques relevées au fil des entretiens jouent un rôle de mise à distance et de différenciation par rapport à ces nouveaux acteurs étrangers aux rédactions. Les paragraphes suivants en donnent quelques exemples au sujet des structures d'évaluation des journalistes, une prérogative traditionnelle des départements des ressources humaines.

Certains employeurs soulignent à quel point l'introduction et la pérennisation de systèmes d'évaluation du travail du personnel journalistique s'opposent à des réticences. Si certains n'aboutissent que très partiellement, d'autres bouleversent jusqu'au calcul des rétributions des journalistes<sup>7</sup>. Il arrive que la personne responsable de cette évaluation soit volontairement choisie parmi un membre de la rédaction. C'est assurément un gage de consensus entre employeurs et employés, comme l'exprime ce directeur du personnel d'un média audiovisuel :

*On a nommé cette année un ancien qui a comme tâche de faire le coaching des jeunes journalistes parce que, vous savez, un journaliste, quand vous lui dites que son billet n'est pas bien, il vous toise un peu et vous demande « qui vous êtes-vous pour dire ça ? ». Il se considère un peu comme artiste-auteur enfin, tout ce ramdam-là, alors que des fois son travail n'est pas bon, mais [insistance de l'interviewé] il faut le faire dire par un pair et donc ici, celui qu'on a choisi a quand même énormément d'expérience (...). Les jeunes sont demandeurs et c'est fort apprécié.*

Une seule autre entreprise parmi le corpus, appartenant au secteur des agences de presse, a réussi à implémenter une structure d'évaluation formalisée des journalistes.

Ailleurs, ce n'est pas aussi simple :

*On n'a pas d'évaluation en interne, c'est un truc qui est très difficile à faire passer au niveau de l'entreprise parce qu'on estime que c'est une responsabilité collective et donc*

*c'est un truc qui est très difficile à faire passer, formaliser des évaluations personnelles, des évaluations sur le travail journalier, etc. Lorsque tu as un truc qui ne se passe pas bien avec un journaliste, tu l'appelles dans ton bureau, tu discutes avec lui (...). Donc on a une évaluation quotidienne mais on n'a pas d'évaluation formalisée parce que justement on a un esprit très collectif au sein de l'entreprise (...).*

Un autre directeur de l'audiovisuel national explique :

*Je me souviens historiquement d'une direction du personnel et depuis quelques années il y a vraiment les [insistance de l'interviewé] RH (...). Maintenant il y a une politique RH qui a commencé chez nous sous l'impulsion du groupe, de la maison-mère, et donc là il y a une politique de groupe, avec un langage RH de groupe, des enquêtes et des trucs et des... <léger rire amusé>, on essaie, on essaie de suivre ça, mais c'est un peu particulier en journalisme. Je dis que c'est un peu particulier parce qu'ils nous envoient en fin d'année des documents d'évaluation où on doit évaluer les gens. Et bon, c'est très bien, sauf que c'est sur des objectifs quantifiés comme si on était des vendeurs quoi, et ce n'est pas le cas, c'est très difficile d'évaluer un journaliste, c'est très subjectif, donc voilà <léger soupir> (...). Vous parliez tout à l'heure de critères de sélection <rire amusé>, ça n'existe pas, les Ressources Humaines essaient de nous imposer cela avec des visions très « RH », mais nous on est un peu imperméables à cela, et c'est peut être une erreur d'ailleurs d'être imperméable à cela... (...) On est tous un peu comme cela, je pense ; ce n'est peut-être pas bon mais voilà je pense que c'est... <hésite> instinctif.*

L'hypothèse soutenant que l'appréciation « sur le tas » du potentiel des jeunes journalistes est aussi une manière de ne la confier qu'aux pairs semble renforcée par ces témoignages, qui insistent sur le fait que cette compétence requiert un vécu, une connaissance personnelle des usages et des pratiques. L'analyse des champs lexicaux des entretiens révèle également que le discours des employeurs à propos des qualités et des aptitudes requises emprunte fréquemment aux champs lexicaux de l'art : la fibre, la vocation, la plume, le style, le flair, la patte, la passion reviennent ponctuellement dans les entretiens, soit des qualités plus ou moins innées qui différencient le flot des journalistes candidats. Les œuvres de fiction mettant en scène des journalistes, de même que les écrits d'anciens journa-



listes, ont largement puisé dans ces thématiques ; elles semblent inspirer nombre de candidats devant vendre leur profil (Rémond, 1999). Sous sa forme la plus courante, cette dimension se condense dans le mot « talent ». Peut-être est-ce une manière de justifier la promptitude de certaines formes de mise au travail tout comme le tri souvent drastique des nombreux candidats et stagiaires en dehors de modes de recrutement structurés et pérennes. En convoquant une sorte de doxa artistique des compétences journalistiques, agencée autour de qualités (quasi) innées, perceptibles par des connaisseurs, les personnes interrogées en révèlent autant sur leurs réelles attentes que sur elles-mêmes.

---

#### LES INÉGALITÉS DU COUPLE TRAVAIL-EMPLOI DANS LES FORMES IDENTITAIRES

---

En choisissant l'entreprise comme lieu prioritaire de l'étude des mutations de l'emploi et des politiques de gestion flexibles, il convient de tenter de comprendre ce que révèlent ces formes identitaires (Dubar, 1998). La trame des discours se déploie autour d'une méta forme identitaire massivement présente tout au long des vingt entretiens, creusant le sillon dans lequel se déploient l'essentiel des autres logiques argumentatives et justificatives. Sans surprise au vu du contexte décrit plus haut, c'est la forme identitaire de la crise qui ordonne l'essentiel des discours. Le concept de crise décline un éventail de nuances dévoilant sa profonde polysémie. En tant que forme discursive, il offre au chercheur un point d'accès très particulier aux formes identitaires. Bien au-delà de sa dimension conjoncturelle, la rhétorique de la crise semble constitutive du journalisme. « *Le discours sur la crise (...) vise à affirmer une autorité sur un territoire. Ce que les gens appellent "crise" est en réalité la transformation permanente à laquelle les activités sociales sont confrontées* » (Hervouet *et al.*, 2006 : 78). C'est effectivement selon un tel objectif que pourrait être interprétée son omniprésence dans les discours. En tant que telle, cette observation exprime parfaitement ce que Claude Dubar désigne sous le concept de forme identitaire.

Du point de vue méthodologique, il y a bien sûr lieu de tenir compte de l'exceptionnelle prégnance de la période de basse conjoncture marquant la période des entretiens, ainsi que du format de ces derniers, qui intègre des questions directement orientées vers ladite conjoncture. En clair, le thème de la crise s'impose à l'enquête tout autant qu'il ne le convoque. L'expression de ce thème est donc doublement contrainte, « par les catégories lexicales disponibles et les règles syntaxiques mises en œuvre d'une

part, par le contexte de l'entretien de recherche et les questions du chercheur d'autre part » (Dubar, 1998b : 79). C'est bien dans sa dimension de schème explicatif et justificatif, ainsi que de consolidateur de la cohérence des événements mis en récit (et des choix qu'ils sous-tendent) que la crise est ici appréhendée. Elle est donc envisagée depuis sa capacité à jouer le rôle de forme identitaire.

Dans un premier temps, elle est convoquée comme une toile de fond explicative pour rappeler que l'emploi traverse une période de contraction qualifiée tour à tour de « problématique », « handicapante », d'une « ampleur inédite ».

Dans un second temps, peu visible sans la démarche phénoménologique de relectures successives et d'analyse par théorisation progressive, la forme identitaire centrale de la crise ébauche un autre axe thématique mettant directement en scène, thème après thème, l'emploi et le travail. Sous la « coupole » que forme le discours autour de la crise, ce sont au final quatre agencements ou formes identitaires qui se dévoilent, et qui créent tous une mise en relation particulière des enjeux liés respectivement au travail et à l'emploi, et au couple qu'ils forment (Fouquet, 2011 : 11 ; Supiot, 2011).

La première forme identitaire met en scène l'obstruction sévissant sur le marché de l'emploi journalistique. Elle exprime et justifie les possibilités faibles, voire nulles, d'augmenter les effectifs, ainsi que leurs conséquences. L'obstruction est ainsi le symptôme de la rareté, mais plus profondément, de la perte de liberté quant aux politiques d'emploi. Les responsables interrogés se disent en effet confrontés au déplacement des lieux et des mécanismes de décision ainsi qu'à la diminution de leur marge de manœuvre. La liberté d'agencer quantitativement les effectifs apparaît d'autant plus menacée qu'augmentent, dans le même temps, les impératifs de productivité. Ceux-ci se greffent à la contribution des équipes journalistiques aux politiques de convergence entre les différents supports d'un même éditeur.

La seconde forme identitaire renvoie à certains égards à ce que Joseph Schumpeter nomme la destruction créatrice, qu'il définit comme le « processus de mutation industrielle (...) qui révolutionne incessamment de l'intérieur la structure économique, en détruisant continuellement ses éléments vieillissants et en créant continuellement des éléments neufs » (Schumpeter, 2011 : 51). Ce renouvellement « organique » des moyens et des structures de production est propre au capitalisme et s'exprime notamment par le biais des technologies. Le mouvement à l'œuvre cadre assez bien avec ce qui se passe depuis

quelques décennies dans le champ journalistique (Mercier, Pignard-Cheyenel, 2014)<sup>8</sup>. Le matériau recueilli auprès des vingt employeurs développe un discours abondant autour de la nécessité d'adapter les métiers du journalisme. En termes d'emploi, cela signifie une certaine fébrilité. Où faut-il fixer les priorités, à quelles missions faut-il affecter les rares créations de postes ? Réfléchissant aux « nouveaux » métiers qui émergent, les employeurs opèrent une délicate négociation en termes de volume d'emploi : toutes les rédactions participent, de près ou de loin, à des efforts de diversification de leurs activités. La question de la masse critique, soit le seuil minimal d'équivalents temps plein nécessaire pour remplir les objectifs fixés, se pose à la majorité des rédactions étudiées.

Émergent alors, dans ce contexte de raréfaction de l'emploi, les formes identitaires du renouvellement, marquées par une prédestination aux nouvelles technologies et aux nouvelles niches d'activités que les employeurs estiment devoir s'approprier. Ce renouvellement se situe dans un contexte très clair, celui de la crise et d'une forme de lutte pour sa survie, qui ne relève d'ailleurs pas que d'une crainte momentanée ou amplifiée, ni d'une précaution rhétorique<sup>9</sup>. Dans la lignée de la théorie de la destruction créatrice, le renouvellement des tâches et des emplois est quelquefois décrit comme une condition *sine qua non* de survie. Il est le prix du maintien de sa position dans le champ. C'est notamment à travers la notion de polyvalence et de convergence qu'il s'exprime très concrètement au niveau des attentes et des profils exigés. La majorité des employeurs affirme que les descriptions de profil pour les postes futurs n'auront plus grand-chose en commun avec celles qui prévalaient il y a encore trois ans. Cette forme identitaire entraîne les journalistes aux marges de leurs frontières traditionnelles, en troquant le paradigme d'information générale pour des informations de niche à plus haute valeur commerciale, en développant la gestion et l'animation des communautés de lecteurs/auditeurs sur les réseaux sociaux, mais aussi la maîtrise des espaces rédactionnels offerts par Internet, l'imbrication de plus en plus fine entre contenus éditoriaux et publicitaires ou encore les productions sur mesure, adaptées à des clients et publics spécifiques payant au grand comptant cette offre personnalisée.

La 3<sup>e</sup> forme identitaire met en récit la flexibilité de l'emploi journalistique. Lorsque sont abordés les thèmes du repérage, de la sélection et du recrutement des jeunes journalistes, plusieurs interlocuteurs insistent sur les impératifs de réactivité et d'adaptabilité de la gestion des ressources humaines. De son côté, fluctuant et partiellement imprévisible, le volume de travail se négocie souvent de manière

souple, combinant anticipations et adaptations selon des mécanismes internes qui semblent relever fondamentalement de la compétence journalistique et de la pratique prudentielle telle que définie par Florent Champy. C'est globalement sur ce même registre, celui de la réactivité et de la fluidité du travail, qu'est géré le travail des rédactions.

L'imprévisibilité des matières, dont il faut assurer un traitement journalistique de plus en plus permanent, s'additionne à la forte mobilité des emplois au sein du marché. Pour pouvoir maintenir l'équilibre délicat entre le volume de travail et le volume d'emploi, les employeurs défendent et justifient la flexibilité de leurs politiques de gestion en les décrivant comme une nécessité. Il s'agit par exemple de s'assurer que les budgets des différentes rédactions ne soient pas dépassés et demeurent sous contrôle malgré les besoins rédactionnels très variables. Comme énoncé plus haut, la faible prévisibilité des soubresauts de l'actualité procède d'une dimension constitutive du journalisme comme pratique professionnelle. Mais cette nécessaire flexibilité génère ses propres excès : elle est amplifiée, ou aggravée selon le point de vue, par le recours de plus en plus fréquent aux formes atypiques d'emploi. Comme un retour de manivelle, les employeurs subissent aussi les conséquences de la flexibilité à laquelle ils recourent : la rotation des effectifs à l'entrée de la profession a tendance à croître avec les insertions fugitives, le multi emploi, le recours au travail à temps partiel et les statuts non garantis dans le temps. En réalité, les employeurs mettent en discours une gestion de l'emploi qui partage plusieurs traits communs avec la gestion du travail : supplément, au coup par coup malgré certains dispositifs prévisionnels, avec réactivité et au détriment de tout regard trop appuyé vers un moyen ou un long terme. Il est en effet frappant de constater, dans les vingt entretiens analysés, à quel point les discours sur les embauches se font rares, vagues et précautionneux : « *Une entreprise qui n'a pas d'objectifs de développement est en train de mourir. Mais je ne peux pas recruter une [insistance de l'interviewé] personne, et ça c'est évidemment un élément qui est compliqué. Je parle bien d'augmenter le volume de l'emploi. Les remplacements, c'est autre chose* », déclare ainsi ce directeur de télévision locale.

Les entretiens ont nettement mis en évidence la forme identitaire de l'ethos journalistique. Sa définition est et doit rester l'apanage des membres avisés de la profession. C'est ce que semblent dire les réticences par rapport aux méthodes de GRH qui tentent çà et là de se faire une place, ainsi que la perplexité face à toute évaluation des profils qui ne soit pas le fait d'individus dotés d'une expérience journalistique établie. Pour étayer cette compétence d'identifica-

tion, les responsables du recrutement, le plus souvent membres de la rédaction en chef ou directeurs des rédactions (l'échelon gestionnaire supérieur), anciennement journalistes dans la grande majorité des cas, ont fréquemment recours au registre subjectif et affinitaire, empruntant les sentiers d'une reconnaissance plus ou moins artistique de la qualité journalistique. Incarnée dans les notions de talent, de fibre ou de tempérament, cette forme identitaire incarnerait une forme de réponse « par l'inverse » à la forme identitaire du renouvellement des métiers. Ici, en effet, s'affirme une forme de permanence, dans la lignée des discours martelant que si le journalisme change, le journaliste, lui, demeure. Ses traits distinctifs ne sont pas substituables ou accessibles au premier venu<sup>10</sup>. De fait, l'affirmation de la logique de compétence (Paradeise, Lichtenberger, 2001) et les mutations des métiers n'empêchent pas les responsables du recrutement de discourir autour du *feeling* leur permettant de juger rapidement et efficacement un jeune journaliste. Une évaluation aussi peu formelle ne peut s'exprimer que grâce à l'application de jugements normatifs inscrits dans une appréhension « essentialiste » du professionnel. Ce type de discours, s'il n'empêche nullement des processus de sélection plus lisibles et objectifs, invite à considérer avec nuance ce que les mutations récentes font et ne font pas au champ journalistique (Le Cam, Ruellan, 2014). En suivant le discours recueilli auprès de certains employeurs, les mutations du journalisme ne semblent pas contredire l'affirmation selon laquelle la spécificité professionnelle du journaliste exprime une forme de savoir-faire inscrit dans une temporalité plus profonde, pour emprunter la typologie de Fernand Braudel (Aguirre Rojas, 2004).

Au sein de chacune de ces formes identitaires, tout se passe comme si les employeurs réaffirmaient un domaine sur lequel ils entendent garder l'autorité : celui du travail.

La forme identitaire de la réactivité traduit un certain mode de gestion des fluctuations des volumes et des caractéristiques de l'emploi. Elle gère ces derniers comme sont gérées la production et la mise en forme des contenus journalistiques. Elle affirme donc une compétence spécifique au groupe, étroitement liée à son activité laborieuse. La forme identitaire de l'essence journalistique semble agir comme une gardienne de l'identité du groupe professionnel, en se présentant comme une zone refuge dont la signification va au-delà des changements et des transformations des métiers. La distinction de ce qui fait un bon journaliste dépasse les cadres conjoncturels d'un métier en crise. Elle ne se définit pas (uniquement) par des compétences objectivables qui pourraient par conséquent être reconnaissables par tout un chacun, aguerris ou profanes. Au contraire, les

employeurs s'estiment à même de reconnaître dans les traits subjectifs et personnels ce qui *fait* l'essence journalistique, la base de l'adhésion puis de l'intégration du jeune actif au tissu entrepreneurial, contre vents et marées technologiques, économiques ou autres. Sont alors en jeu l'évaluation de la capacité du jeune à assimiler rapidement les pratiques prudentielles et les réactions adéquates face aux spécificités du métier. La socialisation, dans cette optique, joue un rôle crucial. En même temps qu'elle sert de vecteur d'inculcation des pratiques, elle balise une appréciation spontanée du jeune candidat, en situation de travail et de production, dans les conditions réelles de flexibilité et de réactivité, et non lors de concours et d'épreuves de sélection prévalant lors d'appels à candidatures. Cette appréciation du candidat se déroule autant que possible dans un *inter nos* journalistique qui semble cependant menacé à plus d'un titre par le rôle, certes encore timide et distant, joué par des personnes sans passé ou expérience journalistique. Les jeunes l'ont d'ailleurs très bien compris et semblent s'en accommoder, eux qui identifient volontiers les stages comme le principal tremplin vers le travail rémunéré, tout en pointant le rôle capital de la socialisation durant ceux-ci.

Au fond, ces formes identitaires créent un dialogue original entre les dimensions d'emploi et du travail. À son stade le plus menaçant, l'emploi (ou plus exactement l'emploi hors du cadre du CDI) devient un péril pour la qualité du travail, alors qu'il est supposé, selon les schémas juridiques traditionnels, offrir des garanties et des protections à celui qui bénéficie de ses dispositions contractuelles. Insertions partielles, sorties du métier, précarité matérielle, baisse de motivation, morcellement des emplois du temps entre plusieurs employeurs, longues attentes de stabilisation sont autant de symptômes des effets potentiellement néfastes de la crise de l'emploi sur le travail de journaliste. Il est clair que de plus en plus de jeunes attendent une certaine stabilité d'emploi durant une période qui a manifestement tendance à s'allonger.

Face à cette crise présentée dans un premier temps sous l'angle de l'obstruction de l'emploi, les responsables du recrutement de journalistes créent des formes identitaires prioritairement connectées au travail et à son originalité, son rôle, sa raison d'être, sa spécificité. En faisant cela, que cherchent-ils ? Une des hypothèses interprétatives serait peut-être à trouver dans l'une des raisons d'être des groupes professionnels. Comme le souligne entre autres Howard Becker, « l'autonomie est l'enjeu principal de toute discussion concernant le professionnalisme » (Becker *in* Gadéa, Demazière, 2009 : 10). Ayant indubitablement perdu une vision claire de l'avenir en même temps que les coudées franches

en matière de gestion des volumes d'emploi, les rédacteurs en chef et directeurs de rédactions rencontrés expriment, à travers les formes identitaires liées au travail, les frictions provoquées par la baisse de leur liberté d'action, de plus en plus dépendante d'impératifs budgétaires décidés à un échelon supérieur au leur. Leur autonomie ne sort pas indemne de la crise actuelle de l'emploi. Il faut dès lors, selon différentes postures justificatives, affirmer malgré tout la subsistance et la défense d'une autorité, d'une marge de manœuvre, d'une compétence.

À en croire certaines analyses (Bell, 2016), la crise du journalisme est identitaire parce qu'elle semble bouleverser l'ethos même du métier de journaliste, voire le menacer. Le journalisme, happé par de nouveaux paradigmes et menacé par de nouveaux concurrents, doit lutter pour défendre sa spécificité et sa substance exclusive en tant qu'activité laborieuse. La crise du journalisme serait alors à chercher dans la marchandisation de l'information, la baisse de sa qualité, la perte de confiance des publics, les choix stratégiques des entreprises rabotant les possibilités d'assurer une production de qualité.

S'il fallait discuter cette affirmation, cette recherche ne s'engagerait pas sur la voie si souvent débattue de ce qui change ou perdure dans les tâches et les missions journalistiques. Elle proposerait plutôt de déplacer le regard vers l'emploi, une dimension que les professionnels des médias ont parfois tendance à estimer moins cruciale<sup>11</sup>, mais qui est devenue de plus en plus prégnante ces dernières années à mesure que les restructurations affectent les équipes journalistiques. Si le cadre prévalant aux entretiens a fait de cette question un passage obligé, et si le marché étudié est assurément particulier à plus d'un titre, ce n'est au final que pour mieux revenir, au fil des formes identitaires étudiées, vers une énième mise en évidence de la spécificité des us et coutumes journalistiques comme gardiens d'une profession touchée au cœur de son autonomie. En clair, ce que les formes identitaires de la hiérarchie révèlent par le biais de la crise, c'est la réaffirmation d'une légitimité, d'une autonomie et d'une existence dans et *par* le travail. Mais elles négligent toute réflexion prospective autour de l'emploi *pour lui-même*, détaché de ses liens avec le travail qu'il encadre. Aucun entretien ne s'empare de cette ques-

tion sous un angle juridique prospectif, aucun ne propose une alternative valable à la crise de l'emploi et au recours accru à ses formes atypiques (qui n'ont plus rien de tel), aucun n'anticipe ne serait-ce que des pistes potentielles de résolution des problèmes liés à l'intense flexibilisation de la gestion des effectifs. À un niveau global, les États Généraux des médias d'information en Communauté française de Belgique (2011-2014) avaient déjà mis en évidence l'incapacité des acteurs à forcer des avancées sur ces questions ainsi qu'à se mobiliser dans la durée. D'autres études, notamment en France, débouchent sur le même constat<sup>12</sup>. L'emploi stable et pérenne est décrit comme une nécessité, une évidence ; son absence est le reflet de la crise. Il n'en reste pas moins secondaire au sein des formes identitaires et privé de réflexion pour lui-même. Les discours oblitèrent du même coup ce qu'ils ont tenté de mettre en lumière, à savoir que les dégradations du marché de l'emploi abîment, indirectement au moins, l'idéal professionnel que nourrissent les employeurs. Car il ne faudrait pas déduire de ces formes identitaires qu'elles valident sans état d'âme la situation, ni que les méthodes de flexibilisation des ressources humaines satisfont des employeurs qui ne se soucieraient que d'une gestion rentable et efficace de leurs ressources. Loin de là. Mais dans le corpus analysé, ils tendent à isoler la thématique du travail pour en discuter longuement les enjeux tandis que cette démarche leur est pratiquement étrangère dans le cas de l'emploi. Sans doute parce que leurs capacités d'agir sont amoindries, sans doute aussi parce que la régulation des questions d'emploi se discute à un échelon décisionnel auquel ils n'ont pas accès. Cette abstention mériterait des investigations approfondies auprès d'autres acteurs du marché, mais elle en dit long sur la configuration des identités professionnelles en période de crise. En son cœur, l'emploi joue à la fois l'incontournable premier rôle des discours des employeurs, mais il est aussi, d'une certaine manière, son principal absent, compensé par un renforcement des références au journalisme en tant que travail.

---

Soumission de l'article : 16/03/2016  
Acceptation : 28/11/2016

## NOTES

---

<sup>1.</sup> Au total, les bilans de 30 éditeurs ont été dépouillés, mais 12 d'entre eux ne couvraient pas l'entièreté de la décennie 2003-2013.

<sup>2.</sup> En comptabilité, l'actif représente la valeur de l'ensemble du patrimoine d'une entité. Il s'agit donc de ce que possède l'entreprise comme biens mobiliers et immobiliers.

<sup>3.</sup> Cette très forte hausse n'est pas imputable à un petit nombre d'entreprises, mais traduit un phénomène général.

<sup>4.</sup> Les données des entretiens soulignent cette réalité pour l'ensemble des sous-marchés étudiés : les télévisions, locales et nationales, ont augmenté leur temps d'antenne consacré à l'information ; la presse imprimée s'est développée aussi bien sur le numérique que dans différents suppléments, le plus souvent hebdomadaires dans le cas de la presse quotidienne. Les agences de presse produisent désormais du contenu vidéo et multimédia en plus de leur offre historique de dépêches écrites. Nombre d'acteurs ont également développé des services aux entreprises, ponctuellement ou fréquemment assumés par des journalistes.

<sup>5.</sup> Ces éléments jouent un rôle dans le fait, par exemple, de ne faire circuler des appels d'offre que dans son propre réseau de connaissances formelles et informelles. Cette manière d'agir gagne en importance, et pas uniquement dans le journalisme. Marie-Christine Bureau et Emmanuelle Marchal relèvent de façon générale « *l'importance primordiale des relations interpersonnelles sur le marché du travail* » (Bureau, Marchal, 2009 : 581).

<sup>6.</sup> Éric Maigret établit également un lien entre une certaine capacité à adhérer aux usages internes et une intégration accomplie. « *L'accès aux médias augmente avec l'aptitude à proposer des discours en conformité avec les attentes, déjà configurées pour le flux de l'information* » (Maigret, 2007 : 165).

<sup>7.</sup> Il en va ainsi des quotidiens financiers *De Tijd* et *L'Echo*. Cette décision a notamment été critiquée par l'Association des Journalistes professionnels, qui voit d'un mauvais œil la généralisation d'un tel système.

<sup>8.</sup> L'omniprésence du débat sur la disparition de la presse imprimée au profit du numérique en est autant une illustration qu'une réfutation (jusqu'à ce jour). L'histoire des technologies de l'information et de la communication démontre, au contraire de ce que prétend Schumpeter, une capacité de résistance des technologies anciennes face à l'émergence des NTIC. Le processus de création est certes incontestable, mais il débouche à la fois sur des cohabitations et des destructions.

<sup>9.</sup> Au cours de la période envisagée par les entretiens, le marché belge des médias a principalement été marqué par le phénomène de concentration (rachats et fusions de titres/éditeurs), les synergies rédactionnelles ainsi que par l'érosion de la diffusion payante des médias imprimés. À côté de ces tendances souvent jugées préoccupantes, il faut aussi constater le lancement ponctuel de certains titres, notamment en presse magazine et sur support électronique.

<sup>10.</sup> Ce qui relève probablement d'un discours de réaffirmation de soi face aux profils concurrents, comme les journalistes citoyens ou participatifs. « *Des débats récurrents sur les relations entre blogs et journalisme sont menés tant du point de vue des professionnels que des amateurs. L'enjeu est de cerner une possible extension du territoire professionnel* » (Tredan, 2007 : 115).

<sup>11.</sup> Dans certains pays, le faible taux de syndicalisation des journalistes et les difficultés qu'ils ont à défendre leurs intérêts en front commun lorsqu'il s'agit de l'emploi ou des aspects sociaux tendent à confirmer cette affirmation. Les syndicats sont en effet considérés comme un « indicateur » et un « vecteur de la cohésion » des groupes professionnels (Demazière, Gadéa, 2009 : 443).

<sup>12.</sup> Cégolène Frisque, à propos du marché français, pose le même constat, se demandant pourquoi la flexibilisation puis la précarisation du groupe professionnel « *n'émerge pas davantage comme enjeu public* » et pourquoi les syndicats ont tant tardé à s'emparer de ces questions (Frisque, 2013 : 88).



## RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- Aguirre Rojas, C. A., 2004, *Fernand Braudel et les sciences humaines*, Paris, L'Harmattan.
- Bell, E., 2016, « The end of the news as we know it : How Facebook swallowed journalism », *Columbia Journalism Review*, (consultation en ligne).
- Beyens, N., 2003, « Journalistiek, een vak apart. Journalistieke identiteit in de jaren vijftig », *Cahiers d'histoire du temps présent*, no 12, pp. 91-122.
- Bouquillion, P., Miège, B., Moeglin, P., 2013, *L'industrialisation des biens symboliques. Les industries créatives en regard des industries culturelles*, Grenoble, PUG.
- Bureau, M.-C., Marchal, E., 2009, « Incertitudes et médiation au cœur du marché du travail », *Revue française de sociologie*, vol. 50, juill.-sept., pp. 573-598.
- Champy, F., 2012, *La sociologie des professions*, Paris, PUF.
- Cohen, N., 2015, « Entrepreneurial Journalism and the Precarious State of Media Work », *South Atlantic Quarterly*, vol. 114, no 3, pp. 513-533.
- Corsani, A., 2012, « Autonomie et hétéronomie dans les marges du salariat. Les journalistes pigistes et les intermittents du spectacle porteurs de projets », *Sociologie du travail*, vol. 54, no 4, pp. 495-510.
- Demazière, D., Gadéa, C. (Éds.), 2009, *Sociologie des groupes professionnels. Acquis récents et nouveaux défis*, Paris, La Découverte.
- De Nanteuil-Miribel, M., El Akremi, A. (Éds.), 2005, *La société flexible. Travail, emploi, organisation en débat*, Ramonville Saint-Agne, Erès.
- Deuze, M., 2005, « What is Journalism ? Professional identity and ideology of journalists Reconsidered », *Journalism*, vol. 6, no 4, pp. 442-464.
- Dubar, C., 1998a, « Identités collectives et individuelles dans le champ professionnel », in De Coster, M., Pichault, F. (Éds.), *Traité de sociologie du travail*, Paris-Bruxelles, De Boeck & Larcier, pp. 385-401.
- Dubar, C., 1998b, « Trajectoires sociales et formes identitaires : clarifications conceptuelles et méthodologiques », *Sociétés contemporaines*, no 29, pp. 73-85.
- Fouquet, A., 2011, « Travail, emploi, activité. Une histoire sociale », *Annales des Mines – Réalités industrielles*, no 1, févr., pp. 11-15.
- Frisque, C., 2012, « Multiplication des statuts précaires et (dé)structuration de l'espace professionnel », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, vol. 2, no 2, pp. 78-93.
- Frisque, C., Saitta, E., 2011, *Journalistes de la précarité. Formes d'instabilité et modes d'adaptation*, Rennes, CRAPE.
- Hervouet, L., Lemieux, C., Ruellan, D., 2006, « Former pour un nouveau métier », *Projet*, no 290, pp. 77-84.
- Le Cam, F., Ruellan, D. (Éds.), 2014, *Changements et permanences du journalisme*, Paris, L'Harmattan.
- Lemieux, C., 2000, *Mauvaise presse : une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques*, Paris, Métailié.
- Maigret, É., 2007, *Sociologie de la communication et des médias*, Paris, Armand Colin.
- Marchetti, D., Ruellan, D., 2001, *Devenir journalistes. Sociologie de l'entrée sur le marché du travail*, Paris, La Documentation française.
- Massey, B., Elmore, C., 2011, « Happier working for themselves ? Job satisfaction and women freelance journalists », *Journalism Practice*, vol. 5, no 6, pp. 672-686.
- Mazuyer, E., 2013, « Les mutations des droits du travail sous influence européenne », *Revue de la régulation [En ligne]*, no 13.
- Mercier, A., Pignard-Cheynel, N., 2014, « Mutations du journalisme à l'ère du numérique : un état des travaux », *Revue française des sciences de l'information et de la communication [En ligne]*, no 5.
- Moriset, C., Miège, B., 2005, « Les industries du contenu sur la scène médiatique », *Réseaux*, vol. 23, no 131, pp. 145-185.
- Okas, L., 2007, « Faire de nécessité vertu. Pratiques de la précarité des journalistes dans deux entreprises d'audio-visuel public », *Sociétés contemporaines*, no 65-1, pp. 83-111.
- Paradeise, C., 1988, « Les professions comme marchés du travail fermés », *Sociologie et sociétés*, vol. 20, no 2, pp. 9-21.
- Paradeise, C., Lichtenberger, Y., 2001, « Compétences, compétences », *Sociologie du Travail*, vol. 43, no 1, pp. 33-48.
- Rémond, E., 1999, « Pourquoi veulent-ils devenir journalistes ? », *Communications et langages*, no 119, pp. 4-23.
- Ruellan, D., 1993, *Le professionnalisme du flou, identité et savoir-faire des journalistes français*, Grenoble, PUG.
- Ruellan, D., 2001, « Socialisation des journalistes entrant dans la profession », *Quaderni*, no 45, pp. 137-152.
- Ruellan, D., 2007, *Le journalisme ou le professionnalisme du flou*, Grenoble, PUG.
- Sander, K., et al., 2008, « Becoming Journalists. A Comparison of the Professional Attitudes and Values of British and Spanish Journalism Students », *European Journal of Communication*, vol. 23, no 2, pp. 133-152.
- Schumpeter, J., 2011, *Le capitalisme peut-il survivre ?*, Paris, Payot.
- Singer, J. B., 2015, « Newswork within a Culture of Job Insecurity: Producing News amidst Organizational and Industry Uncertainty », *Journalism Practice*, vol. 9, no 3, pp. 383-398.
- Standaert, O., 2016, *Le journalisme flexible. Insertion professionnelle et marché du travail des jeunes journalistes de Belgique francophone*, Bruxelles, Peter Lang.
- Supiot, A., 2011, *Critique du droit du travail*, Paris, PUF.
- Tredan, O., 2007, « Le journalisme "citoyen" en ligne : un public réifié ? », *Hermès*, no 47, pp. 115-122.
- Veziat, N., « Une nouvelle étape dans la sociologie des professions en France », *Sociologie*, no 3, vol. 1, (consultation en ligne).

**Fr.** À partir de l'étude du repérage, de l'embauche et de l'intégration des nouveaux journalistes en Belgique francophone, cet article étudie l'évolution des formes identitaires journalistiques en période de basse conjoncture. Il se base sur un corpus de 20 entretiens menés auprès de responsables du recrutement, ainsi que sur l'analyse des bilans comptables des éditeurs du marché étudié au cours de la période 2003-2013. Ce sont donc les identités professionnelles du haut de la hiérarchie journalistique qui sont approchées. Fortement limités dans leurs marges de manœuvre et devant progressivement composer avec l'implémentation des méthodes de gestion des ressources humaines, les individus assumant les missions de recrutement déploient des formes identitaires articulées principalement autour des impacts de la crise. Soumis à des contraintes budgétaires dépassant leur périmètre d'action, ils développent des schémas discursifs situant prioritairement le journalisme comme une activité laborieuse dont la reconnaissance des traits distinctifs demeurerait leur apanage, reléguant ainsi au second plan les défis auxquels ils sont confrontés au quotidien, comme l'effritement du volume de contrats stables, la flexibilisation des ressources humaines et l'obstruction sévissant à l'orée du marché de l'emploi. L'analyse des discours permet de comprendre dans quelle mesure des pratiques de recrutement peu schématisées sont à la fois un effet de la crise et un reflet de l'importance de préserver une évaluation éprouvée, basée sur la réalité quotidienne du travail journalistique et destinée à distinguer un ethos journalistique dont les traits peuvent varier sensiblement d'un média à l'autre. Ce faisant, les recruteurs semblent réaffirmer une autorité argumentée sur un déséquilibre discursif au niveau du couple emploi-travail, le premier s'effaçant au profit du second. Ce que les formes identitaires de la hiérarchie révèlent par le biais de la crise, c'est la réaffirmation d'une légitimité, d'une autonomie et d'une existence dans et par le travail. Mais elles négligent toute réflexion prospective autour de l'emploi pour lui-même, considéré en dehors des liens avec le travail qu'il encadre.

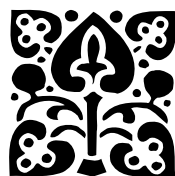
**Mots-clés :** recrutement, jeunes journalistes, crise, emploi, travail, identités professionnelles.

**En.** This paper examines the evolution of the forms of journalistic identity during a period of economic recession based on the identification, recruitment and integration of new journalists in French-speaking Belgium. It is founded on a corpus of twenty interviews with recruitment officers in conjunction with an analysis of the balance sheets of studied publishers from 2003 to 2013. It is therefore professional identities at the top of the journalistic hierarchy that are surveyed. Being strictly limited in their margins of maneuver and having to cope with the implementation of human resources management methods, individuals accepting recruitment missions display forms of identity defined largely by the impact of the economic crisis. Subject to budgetary constraints beyond their scope of activity, they develop discursive patterns that prioritize journalism as a demanding activity with distinct characteristics—the selection of which are the recruiter's prerogative—relegating to the background the challenges they face on a daily basis, such as an erosion in the volume of stable contracts, the flexibilisation of human resources and the obstructions newcomers face as they enter the labor market. An analysis of the discourse makes it possible to understand the extent to which unscripted recruitment practices are both a product of the economic crisis, and a reflection of the importance of preserving tried-and-true evaluation criteria based on the daily reality of journalistic work and distinguishing a journalistic ethos whose traits can vary significantly from one media to another. In so doing, recruiters seem to reaffirm a well-reasoned authority over the discursive imbalance in the employment-work dichotomy, with the former submerged by the latter. What the identity forms of the hierarchy reveal through the economic crisis is the reaffirmation of a legitimacy, autonomy and existence in and through work. But they neglect any forward-looking reflection about employment in its own right, removed from ties with the work it encompasses.

**Keywords:** recruitment, young journalists, crisis, employment, work, professional identities.

**Pt.** A partir de um estudo sobre a identificação, a contratação e a integração de novos jornalistas na Bélgica francófona, este artigo estuda a evolução das formas identitárias jornalísticas em um período de recessão econômica. Ele se baseia em um corpus de 20 entrevistas realizadas com responsáveis pelo recrutamento de jornalistas, bem como na análise dos relatórios contábeis das empresas e mídia do mercado em questão no período de 2003-2013. O artigo analisa, portanto, as identidades profissionais da parte superior da hierarquia jornalística. Essas pessoas possuem margens de manobra bastante limitadas e devem cada vez mais trabalhar em consonância com a implementação de métodos de gestão oriundos dos recursos humanos. Nesse sentido, os indivíduos responsáveis pelo recrutamento no jornalismo desenvolvem formas identitárias articuladas, sobretudo, com os impactos da crise. Submetidos a constrangimentos orçamentários que ultrapassam seu raio de ação, desenvolvem esquemas discursivos que situam o jornalismo prioritariamente como uma atividade laboriosa cujo reconhecimento dos seus traços distintivos – o fato de a seleção continuar a ser uma prerrogativa do responsável pelo recrutamento – continuariam a ser um privilégio, relegando, assim, a um segundo plano, os desafios nos quais eles são confrontados em seu cotidiano, como a redução do volume de contratos estáveis, a flexibilização dos recursos humanos e a obstrução dos jovens jornalistas do acesso ao mercado de trabalho. A análise desses discursos permite compreender em que medida práticas de recrutamento pouco esquematizadas são, por um lado, um efeito da crise e, por outro, um reflexo da necessidade de se preservar uma forma estabelecida de avaliação do desempenho dos jornalistas, baseada na realidade cotidiana do trabalho jornalístico e destinada a valorizar um ethos jornalístico cujos traços podem variar sensivelmente de uma mídia à outra. Ao fazer isso, os responsáveis pelo recrutamento parecem reafirmar uma autoridade baseada em um desequilíbrio discursivo no âmbito do binômio emprego-trabalho, o primeiro sendo preterido em relação ao segundo. O que essas formas identitárias da hierarquia revelam, a partir da crise, é a reformação de uma legitimidade, de uma autonomia e de uma existência por e para o trabalho. Por outro lado, elas negligenciam toda reflexão prospectiva em relação ao emprego em si, considerado como algo a parte dos laços que ele estabelece com o trabalho que o enquadra.

**Palavras-chave:** recrutamento, jovens jornalistas, crise, emprego, trabalho, identidades profissionais.





MERCI AUX ÉVALUATEURS DES RÉCENTS NUMÉROS DE LA REVUE  
AGRADECEMOS AOS AVALIADORES DAS ÚLTIMAS EDIÇÕES DA REVISTA  
MANY THANKS TO ALL THE REVIEWERS OF THE RECENT ISSUES

Alzira Abreu (Fundação Getulio Vargas, Brasil) • Juan Miguel Aguado (Universidad de Murcia, Espa a) • Chris W. Anderson (The City University of New-York, USA) • Leonel Azevedo de Aguiar (Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil) • Altu Akin ( zmir Ekonomi Üniversitesi, T rkiye) • Dominique Augey (Aix-Marseille université, France) • Jan Baetens (katholieke Universiteit Leuven, Belgi ) • Helder Bastos (Universidade do Porto, Portugal) • Christa Berger (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil) • Elisabeth Bird (University of south Florida, USA) • Gersende Blanchard (Université Lille 3, France) • Claire Blandin (Université Paris-Est-Cr teil, France) • Franck Bousquet (Université Toulouse 3, France) • Nad ge Broustau (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Laura Calabrese (Université libre de Bruxelles, Belgique) • João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal) • Dominique Cardon (CNRS, France) • Marialva Carlos Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil) • Valérie Cavelier-Croissant (Université Lyon 2, France) • Jean Charron (Université Laval, Canada) • Ivan Chupin (Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, France) • Iluska Maria da Silva Coutinho (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil) • Béatrice Damian-Gaillard (Université Rennes 1, France) • Jamil Dakhli  (Université Paris 3 Sorbonne nouvelle, France) • Salvador de Léon (Universidad Aut noma de Aguascalientes, México) • Juliette de Maeyer (Université de Montréal, Canada) • Didier Demazière (CNRS, France) • Emmanuel Derieux (Université Paris Panthéon-Assas, France) • Irène Di Jorio (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Anya Diekmann (Université libre de Bruxelles, Belgique) • David Domingo (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Carlos Eduardo Esch (Universidade de Brasilia, Brasil) • Benjamin Ferron (Université Paris-Est-Créteil, France) • Marie-Soleil Frère (FNRS, Belgique) • Elvira Garcia de Torres (Universitat Internacional Valenciana, Espa a) • Gilles Gauthier (Université Laval, Canada) • Eric Georges (Université du Québec   Montréal, Canada) • Benoît Gr visse (Université catholique de Louvain, Belgique) • Nicolas Harvey (Université d'Ottawa, Canada) • François Heinderyckx (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Cristiane Henriques Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil) • Alfred Hermida (University of British Columbia, Canada) • Nicolas Hub  (Université de la Sorbonne, France) • Valérie Jeanne-Perrier (Université Paris-Sorbonne, France) • Alice Krieg-Planque (Université Paris-Est-Créteil, France) • Eric Lagneau (France) • Sandrine Lévêque (Université de la Sorbonne, France) • Seth C. Lewis (University of Oregon, USA) • Dominique Marchetti (CNRS, France) • Julien Longhi (Université de Cergy-Pontoise, France) • Pere Masip (Universidad Ramon Llull, Espana) • Frederico de Mello Brandão Tavares (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil) • Thaís de Mendonça Jorge (Universidade de Brasília, Brasil) • Isabelle Meuret (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Luciana Mielniczuk (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) • Sophie Moirand (Université Sorbonne-Nouvelle, France) • Sandy Montanola (Université de Rennes 1, France) • Sylvia Moretzsohn (Universidade Federal Fluminense, Brasil) • Dione Oliveira Moura (Universidade de Brasilia, Brasil) • Joana Ormundo (Universidade de Brasília, Brasil) • Sylvain Parasie (Université Paris-Est, France) • Ike Picone (Vrije Universiteit Brussel, Belgi ) • Olivier Pilmis (CNRS, France) • Alain Rabatel (Université de Lyon 2, France) • Franck Rebillard (Université Sorbonne-Nouvelle, France) • Edgar Rebouças (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil) • Zvi Reich (Ben-Gurion University of the Negev, Isra l) • Roselyne Ringoot (Université Grenoble Alpes, France) • Catarina Rodrigues (Universidade da Beira Interior, Portugal) • N lia Rodrigues Del Bianco (Universidade de Brasília, Brasil) • Eugénie Saitta (Université Rennes 1, France) • Luís Santos (Universidade do Minho, Portugal) • Florian Sauvageau (Université Laval, Canada) • Julie S del (Université de Strasbourg, France) • Willam Spano (Université Lyon 2, France) • Jean-François Têtu (Institut politique de Lyon, France) • Annelise Touboul (Université Lyon 2, France) • Sandrine Turgis (Université de Reims, France) • Olivier Tr dan (Université de Rennes 1, France) • Jean-Michel Utard (France) • Barbara Witte (Hochschule Bremen, Deutschland) • Eliane Wolf (Université de la Réunion, France) • Stéphanie Wojcik (Université Paris-Est-Créteil, France) • Adeline Wrona (Université Paris-Sorbonne, France)

Publiée avec le concours de :



Ce numéro de la revue  
a été imprimé grâce  
au soutien du FNRS





